

# V SIMPÓSIO NACIONAL O RURAL E O URBANO NO BRASIL



1

*Perspectivas e Contradições do Rural e do Urbano no  
Brasil*

Macapá, 17 a 19 de outubro de 2018

**ANAIS DO V SIMPÓSIO NACIONAL O RURAL E O URBANO NO  
BRASIL**

Roni Mayer Lomba  
Júlio César Suzuki  
(Organizadores)

**ISSN 1980-6396**

## Comissão Científica

Prof. Dr. Júlio César Suzuki (USP)  
Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior (UFPA)  
Prof. Dr. José Antônio Lobo dos Santos (UFBA)  
Prof. Dr. Gláucio José Marafon (UERJ)  
Prof. Dr. Rogério Miranda (UNIFESPA)  
Prof. Dr. Alberto Pereira Lopes (UFT)  
Profa. Dra. Rosa Maria Vieira Medeiro (UFRGS)  
Prof. Dr. Emmanuel Raimundo dos Santos (UNIFAP)  
Profa. Dra. Patrícia Rocha Chaves (UNIFAP)  
Prof. Dr. José Alberto Tostes (UNIFAP)  
Prof. Dr. Jadson Luís Rebello Porto (UNIFAP)  
Prof. Dr. Eliane Aparecida Cabral da Silva (UNIFAP)

2

### Realização

**COGEO**

Colegiado de Geografia  
UNIFAP

**LAGAU**

Laboratório de geografia Agrária e  
urbana - UNIFAP



### Apoio



## SUMÁRIO

<b>REPRESENTAÇÃO DO OUTRO:</b> Análise do discurso dominante, estereótipos e comunidades tradicionais - <i>Danielson da Silva Iaparrá; Roni Mayer Lomba; Patrícia Rocha Chaves</i>	05
<b>ANÁLISE DA INTEGRAÇÃO RODO-FLUVIAL ENTRE MACAPÁ E SANTANA:</b> Uma perspectiva do planejamento logístico urbano - <i>Thiago dos Santos Damasceno</i>	24
<b>NÓS SOMOS A PONTE:</b> SOCIOESPACIALIZAÇÃO DOS TRABALHADORES CATRAIEIROS NA FRONTEIRA FRANCO-BRASILEIRA - <i>Lana Patrícia de Matos dos Santos; Patricia Rocha Chaves; Daguinete Maria Chaves Brito; Eliane Aparecida Cabral da Silva</i>	44
<b>A AÇÃO DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA NO ESTADO DO AMAPÁ</b> - <i>Íris Costa da Silva; Patrícia Rocha Chaves</i>	65
<b>O HIP HOP E O ESPAÇO URBANO DE MACAPÁ:</b> Resignificação, Resistência e Ativismo - <i>Wesley Vaz Oliveira</i>	78
<b>POLÍTICAS PÚBLICAS EM TERRITÓRIOS TRADICIONAIS NO AMAPÁ:</b> O Caso da Comunidade Remanescente de Quilombola São José Do Matapi, Santana/Ap - <i>Eugénia Luz da Silva Foster; Silvaney Rubens A. de Souza</i>	90
<b>DESAFIOS NOS PROCESSOS DE ACESSO À POSSE LEGAL DA TERRA POR COMUNIDADES QUILOMBOLAS URBANAS E RURAIS</b> - <i>Isabel Araujo Isoldi; Júlio César Suzuki</i>	105
<b>CRESCIMENTO POPULACIONAL NAS ÁREAS DE RESSACAS DE MACAPÁ ENTRE OS ANOS DE 2000-2010</b> - <i>André Bacelar Rodrigues; Cristhian Souza de Lima; Mariano Araújo Bernadino Rocha</i>	116
<b>TERRITÓRIO E MODO DE VIDA QUILOMBOLA DE SÃO TOMÉ DE TAUÇU NO RIO ACUTIPEREIRA MUNICÍPIO DE PORTEL-PÁ</b> - <i>Edinael Pinheiro da SILVA; Ricardo Ângelo Pereira de Lima; Christian Nunes da Silva; Hugo Pinon de Souza</i>	131
<b>COEXISTÊNCIA RURAL-URBANO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL:</b> Limites do Plano Diretor de São Felipe/Ba - <i>Vinnie Mayana Lima Ramos; Cristina Maria Macêdo de Alencar</i>	145
<b>O COMPLEXO HIDRELÉTRICO DO RIO ARAGUARI: IMPACTOS NA ÁREA URBANA E RURAL DE FERREIRA GOMES, AMAPÁ</b> - <i>Katrícia Milena Almeida Corrêa; Jadson Luís Rebelo Porto</i>	164
<b>MODO DE VIDA E TERRITORIALIDADE QUILOMBOLA DA COMUNIDADE RESSACA DA PEDREIRA</b> - <i>Roberto Júnior de Almeida Campos</i>	183

<b>RELAÇÃO CAMPO-CIDADE NOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E DA PARAÍBA:</b> O Papel do Turismo Rural na Transformação da Paisagem - <i>José Silvan Borborema Araújo; Glaucio José Marafon</i>	197
<b>O RURAL E O URBANO EM BRASÍLIA:</b> resgate histórico e tendências atuais - <i>Sergio Magno Carvalho de Souza</i>	211
<b>43 ANOS DE EXTENSÃO RURAL NO AMAPÁ:</b> Antecedentes Históricos e Desafios ao Desenvolvimento Rural - <i>José Maria Pantoja Vaz; João da Luz Freitas</i>	236
<b>ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO DO MERCADO IMOBILIÁRIO, PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E O DIREITO A CIDADE EM MACAPÁ-AMAPÁ-</b> <i>Eliane Cabral da Silva</i>	257
<b>A GEOGRAFIA DO SINDICATO DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS EM MACAPÁ</b> - <i>Alessandra Cunha Tavares; Patrícia Rocha Chaves</i>	274
<b>MOBILIZAÇÃO DE POPULAÇÕES TRADICIONAIS FRENTE AOS PROJETOS DESENVOLVIMENTISTAS</b> - <i>Alexandre Pinheiro de Freitas; Elice Jackson Moreira Coutinho; Daguiete Maria Chaves Brito</i>	290
<b>PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E A VERTICALIZAÇÃO NA CIDADE DE MACAPÁ</b> - <i>Edilany Mendonça Vales</i>	311
<b>CONFLITOS SOCIOTERRITORIAIS NA COMUNIDADE DE SANTA LUZIA DO PACUÍ</b> - <i>Elice Jackson Moreira Coutinho; Alexandre Pinheiro de Freitas; Patrícia Rocha Chaves</i>	333
<b>O URBANO E O RURAL NO BRASIL SETECENTISTA:</b> O Caso do Recôncavo Baiano - <i>Adriano Bittencourt Andrade</i>	349

## REPRESENTAÇÃO DO OUTRO: Análise do discurso dominante, estereótipos e comunidades tradicionais

Danielson da Silva Iaparrá\*  
Roni Mayer Lomba\*\*  
Patrícia Rocha chaves\*\*\*

### Resumo

As narrativas históricas, através do discurso do colonizador, representou a Amazônia como espaço misterioso e sombrio, e os povos originários, diante de um perfil primitivo e indolente. Representação que no seu bojo se estendeu a outros grupos, historicamente marginalizados, desprovidos de um modo de vida urbano, na visão do outro. Neste sentido, propomos resgatar a construção da Amazônia a partir do discurso dominante. No objetivo principal, discutimos o sistema de representação, tomando por base um estudo de caso na comunidade Lagoa dos índios, localizada a Oeste do município de Macapá, capital do Amapá. Na metodologia utilizamos a pesquisa bibliográfica como técnica. A campo realizamos uma conversa informal com moradores, e a partir de dados socioeconômico e entrevistas realizadas no ano de 2015, analisamos a o estigma sofrido e a realidade do grupo estudado. Nos resultados, verificamos que a população da Lagoa não é homogênea composta apenas por negros fugidos da escravidão, e suas práticas não é o avesso do modo de vida urbano, é uma comunidade composta em sua maioria por negros e pardos e instruída formalmente segundo dados socioeconômico.

**Palavras - Chaves:** Amazônia. Discurso dominante. Representação. Lagoa dos Índios /AP

### INTRODUÇÃO

O debate sobre o sistema de representações do outro, traz reflexões importantes de um discurso colonial que moldou a história cultural da humanidade, através de narrativas que transitaram durante séculos, até chegar ao período moderno contemporâneo. Tal discurso nas narrativas e crônicas dos viajantes europeus do século XVI representou a Amazônia como espaço misterioso, fantástico, paraíso perdido na selva, os sujeitos originários na imagem dos indígenas foram representados como primitivos, desalmados, imagem do “diabo na terra”. (CALDAS, 2007)

Esse discurso se tornou predominante nas crônicas dos viajantes, configuraram-se nas literaturas dos livros didáticos, obras de ficção e cristalizando-se numa linguagem colonial de poder e dominação. Os meios de comunicação, as mídias sociais ajudaram a disseminar esse discurso em que a realidade do outro é representada, imaginada e estereotipada.

---

\*Mestrando em Desenvolvimento Regional e graduado em Geografia/UNIFAP; danielson.iaparra@gmail.com

\*\* Professor Doutor da Universidade Federal do Amapá/ Unifap; E-mail: roni@unifap.br

\*\*\* Professora adjunta do curso de Geografia da Universidade Federal do Amapá/Unifap; E-mail: rochavespatricia@gmail.com

A análise com esse viés inicia-se a partir dos debates e reflexões na disciplina “Representações da Amazônia, Literatura, História e Memória Cultural”, no curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional, da Universidade Federal do Amapá. Neste sentido, propomos analisar as narrativas históricas e contemporâneas de representação dos sujeitos sociais na região Amazônica. No objetivo principal, através de revisão bibliográfica, imagens da internet e análise de dados, reconstruímos o discurso sobre a Amazônia possuindo por base a comunidade Lagoa dos índios. População tradicional com história de luta e resistência, localizada a oeste do município de Macapá, capital do Amapá.

Em meios às leituras, observamos que o discurso e formação do imaginário do outro sobre a Amazônia surge a partir das expedições de viajantes Europeus no século XVI. Os indígenas desde os tempos remotos foram descritos como seres ingênuos e atrasados, aliados íntimos da selva. Eram considerados bárbaros, obras do mal que deveriam ser combatidos pelos homens do bem, civilizados e do progresso, representados na figura do Europeu. Em relação aos negros, no período da escravidão, foram considerados como coisas podendo ser comprados e vendidos ao desejo de seus proprietários, no fim da escravidão foram discriminados e marginalizados pela cor da pele. E por vezes representados como fedidos, macacos e canibais como afirma (BURKE, 2004).

Seguindo a reflexão sobre os estereótipos, entendemos que se configuraram a partir de uma visão das diferenças em relação ao outro, olhar que distingue a religião, cultura, cor, raça, sexo, classe social e até os fatores geográficos, a partir da segregação do espaço. Os camponeses nesse caso, foram estereotipados no imaginário do outro, como sinônimo de atraso, condenados ao desaparecimento devido seu caráter primitivo. Representação pejorativa que é difundida a outros grupos tradicionais e originários na Amazônia, incluindo caboclos ribeirinhos, extrativistas, seringueiros, índios e quilombolas, ao nosso ver.

Nesse contexto, também foi discutido o reflexo do olhar alóctone sobre os quilombos e quilombolas, o que nos ajuda a analisar a comunidade Lagoa dos índios. Na qual o território e os sujeitos sociais foram caracterizados como negros fugidos da escravidão, população homogênea e com pouca instrução formal. Visão Perversa e cristalizada no discurso colonial, que tem força e a finalidade de deturpar a realidade vivida, típica estratégia de marginalização do outro.

Resgatou-se tal discussão a partir de revisão bibliográfica sobre temas que debatem o discurso colonial, o sistema de representação e os estereótipos, nas contribuições de Bhabha (1998), Burk (2004), Bueno (2002), Gonçalves (2010), Said (1990), Caldas (2007/2013). Houve também a necessidade de abordar temas relacionados ao racismo e educação, no qual autores como Akkari (2015), Guimarães (2001), Munanga (2000) e Pereira (2001) trouxeram reflexões relevantes. Na realização da pesquisa, utilizamos dados socioeconômicos do ano de 2015 sobre a comunidade Lagoa dos Índios, com o propósito de expressar a realidade, evidenciar o estigma e desvendar a mística de que nessa comunidade reside uma população isolada, formada apenas por negros fugitivos do sistema escravagista. Outro desígnio é desfabular (através de dados) essas sociedades como grosseiras, ignorantes pela falta de instrução formal em sua totalidade na visão do outro.

Imagens da internet também foram utilizadas, possibilitando uma reflexão que demonstra a disseminação de estereótipos culturais contra grupos sociais que por séculos foram marginalizados. Enfim, construiu-se uma reflexão de cunho teórico e crítico para que seja questionada e discutida na academia e sociedade.

## **DISCURSO E FORMAÇÃO DO IMAGINÁRIO DO OUTRO SOBRE A AMAZÔNIA**

O olhar do outro sobre a Amazônia surge a partir das expedições de viajantes europeus no século XVI. Visão partilhada e difundida através das escritas e narrativas dos cronistas que ao longo da história, representaram a região como espaço misterioso, selvagem e sombrio. Os indígenas caracterizados como primitivos, onde havia seres monstruosos que habitavam uma selva fantástica, na qual a vida duraria eternamente, típico paraíso perdido.

A Amazônia no decorrer da história foi caracterizada também como natureza “fantástica e maravilhosa, aterrorizante e mitológica, primitiva e bárbara, as descrições da selva sempre tiveram um caráter ambíguo, para não dizer confuso, do ponto de vista das narrativas ambientadas no espaço distante do modelo urbano” (CALDAS 2007, p. 86).

Gonçalves (2010) em seu livro “Amazônia, Amazônias” parte da reflexão que essa região foi imaginada pelos Europeus como natureza pujante, indomável, intocável. Nas palavras do autor, “as próprias populações dessa região passam a ser vista dessa

forma, como selvagem que, rigorosamente falando, significa serem da selva, isto é da natureza” (GONÇALVES 2010, p.20).

Segundo Bueno (2002) a Amazônia, foi considerada território hostil e selvagem, onde havia mulheres indígenas chamadas de Amazonas, caracterizadas como mulheres bravas, verdadeiramente guerreiras que representavam a força da mulher selvagem, na qual Orrelana nas suas expedições em meados de (1541-1542) relata ter encontrado. Esse mito das Amazonas durou séculos, e ao longo dos tempos instigou outros viajantes a encontra-las.

Nos anos de 1784-1788, século XVIII nas escritas dos diários de visitas pastorais de Frei Caetano Brandão, bispo do Pará, publicados a partir de 1813 no jornal de Coimbra. Em seus relatos a Amazônia é reduzida e representada pelo Estado do Pará, considerada o mais belo jardim do mundo, comparada na visão do Bispo ao jardim do Éden, paraíso que estava perdido na terra (CALDAS, 2013).

Num certo momento da história esse paraíso perdido na visão do bispo, tinha seres monstruosos que engoliam homens primitivos. Em outra narrativa, os indígenas, seres considerados selvagens matavam os bichos monstruosos e medonhos, imaginário que representou as serpentes típicas da Amazônia (sucuri e jiboia), dos rios e da floresta, os bichos comparados a monstros (CALDAS, 2013).

As reflexões de Bueno (2002), Caldas (2013) e Gonçalves (2010) nos chama a atenção ao fato de que a literatura serviu como um meio condutor de representação da região Amazônica e dos povos originários de forma pejorativa, ajudando a consolidar as narrativas dos viajantes Europeus como verdades absolutas no decorrer da construção histórica da humanidade, especificamente na América Latina. “Verdades” que foram consolidadas, ao nosso vê, com o propósito de exercer o poder do domínio e submissão do colonizador aos colonizados.

Para Caldas (2007), a verdade do colonizador, era partir para afirmação dos nativos da Amazônia como seres idólatras, pagãos por natureza, pecadores originais. Seres aliados de uma natureza intocável, esquisita ao modo de vida urbano, entendendo que a luz divina era possibilidade de sobrevivência e salvação. Tal discurso, segundo Caldas (2007), foi necessário para apropriação do espaço pelo colonizador, que pretendia transformá-lo de um lugar hostil, para um ambiente com utilidade completamente necessária ao modo de produção capitalista.

Apenas pela análise anterior é possível compreender que mesmo no século XXI o modo de vida das sociedades indígenas, continua sendo inferiorizado, ou concebido

como avesso da modernidade. São acusados de terem territórios extensos, ocioso produtivamente e incapazes de serem introduzido nas relações mercantis, tipicamente capitalista. Seu modo de vida é reconhecidamente baseado no ato de caçar, pescar e produzir gêneros para subsistência familiar. Porém, há uma negação histórica que tais aspectos da vida cotidiana, cultural e produtiva não contribuiu para o desenvolvimento do país.

A partir de leituras de livros didáticos de história e geografia, percebemos que os mesmos são instrumentos que fortalecem o discurso dos grupos hegemônico no mundo contemporâneo, haja vista que os indígenas são apresentados em suas páginas como minorias, sem protagonismo e com notória invisibilidade. Na vida real são estigmatizados esteticamente pelo outro, discriminados pelo modo de se vestir e falar, considerados antissociais, avesso daquilo que é belo e com ideais abissais ao pensamento moderno ocidental. Por meio dos estudos e intervenções da abordagem sobre a “educação intercultural no Brasil” Akkari (2015), afirmou que os Negros também, são colocados como inferiores aos homens brancos e os livros didáticos funcionam como propagadores dessa imagem distorcida e discriminatória. Citando Triumpho (1987), Akkari (2015) enfatiza ainda que os livros didáticos funcionam como instrumento que constrói a consciência da inferioridade negra, ao mencionar em suas páginas crianças negras com aspectos sujos, sem higiene.

A partir da reflexão de Akkari (2015) podemos afirmar que os livros didáticos, além de construir uma consciência inferior das minorias, passa a representar um discurso do pensamento dominante ocidental. Linguagem que prega a superioridade do eu, e a inferiorização do outro (representado na figura dos grupos marginalizados, como negros e índios que foram na história da humanidade, considerados objetos de fácil manipulação).

Análogo ao ocorrido na região amazônica, tomamos como exemplo o sistema de representação que é destacado no livro “Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente” de Edward Said em que o pensamento ocidental inventou o oriente, definindo suas características e vocações. Segundo Said (1990), foi o orientalismo a partir de uma concepção acadêmica que formulou ideais, padronizações e criou estereótipos culturais do oriente intensificando o poder da demonologia do oriente no século XIX. Nesse prisma “o oriente é parte integrante da civilização e da cultura materiais da Europa [...] expressa e representa esse papel, cultural e até mesmo ideologicamente, como um modo

de discurso com o apoio de instituições, vocabulário, erudição, imagística, e até burocracia com estilos coloniais” (SAID, 1990, p. 14).

O orientalismo através desse discurso, segundo Said (1990), edificou consensos que legitimaram as barbáries Norte Americana, preservando e disseminando a imagem negativa da religião islâmica e do oriental. Os Palestinos (povo de origem mulçumana) no decorrer da história foram naturalizados como terroristas, sua imagem no olhar alóctone reflete o mal, o medo e o perigo iminente a outras civilizações. Todavia, os ocidentais representados na figura dos Americanos e Israelenses são reputados como homens do bem, combatentes do mal (os Palestinos), embora nas operações militares, estes ditos heróis viessem a ferir ou matar possíveis civis, não estariam praticando violência, muito menos seriam considerados terroristas.

“Imagens de terroristas mulçumanos em especial tornaram-se comuns em filmes, [...] depois do declínio do “outro” comunista após a queda do muro de Berlim e a dissolução da União Soviética [...]” (BURKE, 2004, p. 159).

Segundo Burke “não seria difícil reunir um *corpus* de pinturas ocidentais do Oriente médio que estão repletas de estereótipos e focalizam o sexo, a crueldade, a preguiça e a “luxúria oriental”, harém, banho, odaliscas, escravos etc.” (BURKE, 2004, p. 160, grifo do autor).

A partir das discussões nesse capítulo, podemos afirmar que no mundo moderno contemporâneo as mídias sociais, as literaturas, o rádio, a tevê, através das obras de ficção ajudaram a moldar a imagem cultural e territorial do oriente, e dos orientais, consolidando também a superioridade imperialista ocidental, uma relação que nas palavras de Said (1990) é de poder e dominação.

## **ESTERIÓTIPOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DA AMAZÔNIA**

O estereótipo através da história da humanidade se configurou a partir da visão das diferenças em relação ao outro, feito que distingui religião, cultura, cor, raça, sexo, classe social e até os fatores geográficos por meio da segregação do espaço. Na concepção de Burke (2004, grifo nosso) esse processo a partir do confronto entre culturas ocorreu em reações contrárias, sendo que na primeira reação, existe uma negação da distancia cultural, ou uma assimilação do outro a nós ou a vizinhança através de comparação por vezes consciente, por outras inconscientes. Nas palavras de Burke “o outro é o reflexo do eu”. No segundo entendimento, a outra cultura é considerada o avesso, construído consciente ou inconscientemente. Nesse prisma, o

outro deixa de ser o reflexo e passa a ser o indiferente do eu. Para Santiago e Akkari (2015, p.32, grifo do autor), em referencia a Morreira (2013) os mesmos colocam que a expressão “nós corresponde ao hegemônico, ao “normal” ao “superior”, ao socialmente aceito, ao exemplo a ser seguido. “Eles” se trata do integrado pelos excluídos, “anormais”, “inferiores”, estranhos, que precisam ser mantidos à distancia, em seus devidos e permitidos lugares”.

Segundo Bhabha (2007) o estereótipo afirma-se a partir de uma estratégia de marginalização, construída através do discurso colonial, formas de identificação e conhecimento que foram cristalizados e repetidos na história, produzindo representações do colonizado, diante de uma realidade em que ele é o outro, o indiferente, o anormal. O estereótipo é também uma “forma particular, “fixada”, do sujeito colonial que facilita as relações coloniais e estabelece uma forma discursiva de oposição racial e cultural em termos da qual é exercido o poder colonial” (BHABHA, 2007, p. 121).

Com base nessas discussões, podemos entender que a forma de representar o outro ajudou a construir imagens desdenhosas de negros por homens brancos, do homem do campo pelo da cidade. Para ilustrar, exemplifica-se o caso dos camponeses que na visão de Abramovay (2012) são considerados como sinônimo de atraso, condenados ao desaparecimento devido o seu caráter primitivo com resquício feudal. Essa representação pejorativa teve a intenção de negar o protagonismo do campesinato na produção agrícola no Brasil, além de entender que a única possibilidade de sobrevivência do camponês é a sua transformação em agricultor familiar com perfil empreendedor, inserido ao mercado tipicamente capitalista, contribuindo e participando da reprodução do capital.

A exposição do camponês representado como rudimentar é difundido a outros grupos tradicionais na Amazônia, incluindo caboclos ribeirinhos, extrativistas, seringueiros, índios e quilombolas. Desse modo são concebidos na representação urbana, como sociedades grotescas, avesso do moderno, despojado de um modo de vida urbano do progresso e de gente civilizada.

Procurando ilustrar o sistema de representação e a disseminação de estereótipos culturais, retiramos da internet, uma imagem que representa os agricultores do período neolítico com uma cavadeira rudimentar, plantando sementes. Tal imagem demonstra que tais sociedades tinham instrumentos técnico modernos para o seu tempo, porém, considerados rudimentar para o período moderno contemporâneo. Neste sentido, o sistema de representação do eu, do nós, e do hegemônico constrói formas caricatas e

desdenhosas dessas sociedades, considerando-as como atrasadas no tempo e no espaço. Sendo que tal pensamento é transmitido para grupos tradicionais e originários da Amazônia, que são considerados na visão do Eu, como avesso de sociedades modernas.

Figura 1: representação do Agricultor no período neolítico.



Fonte: blogspot Roberto Menezes  
Org. Danielson Iaparrá, 2018

As comunidades tradicionais da Amazônia tornaram-se cenários frequentes de representação do imaginário do outro. O discurso colonial seja na figura do estado nação, ou na imagem da burguesia nacional no Brasil, buscou estratégias de controle social e político, sistema de significações que nega as diferenças, constituindo uma representação falsa da realidade.

Um dos cenários de imaginação e significação da Amazônia é a representação do olhar autóctone sobre as mulheres parteiras, curandeiras e benzedoras, personagens míticas com raízes tradicionais que representam a luz da vida, o dom milagroso, a cura através de plantas medicinais, que banham as pessoas espiritualmente fracas através da folha de arruda que nas suas crenças afasta o olho gordo e o mal olhado. No reflexo do olhar alóctone, essas mulheres amazonas, foram por muito tempo considerado genuinamente feio, associadas a seres sobrenaturais, caricaturas do mal, bruxas praticantes de feitiçaria.

Ilustra-se que “nos séculos 16 e 17, bruxas estavam começando a ser representada mais frequentemente como cozinhando ou devorando bebês [...] nos

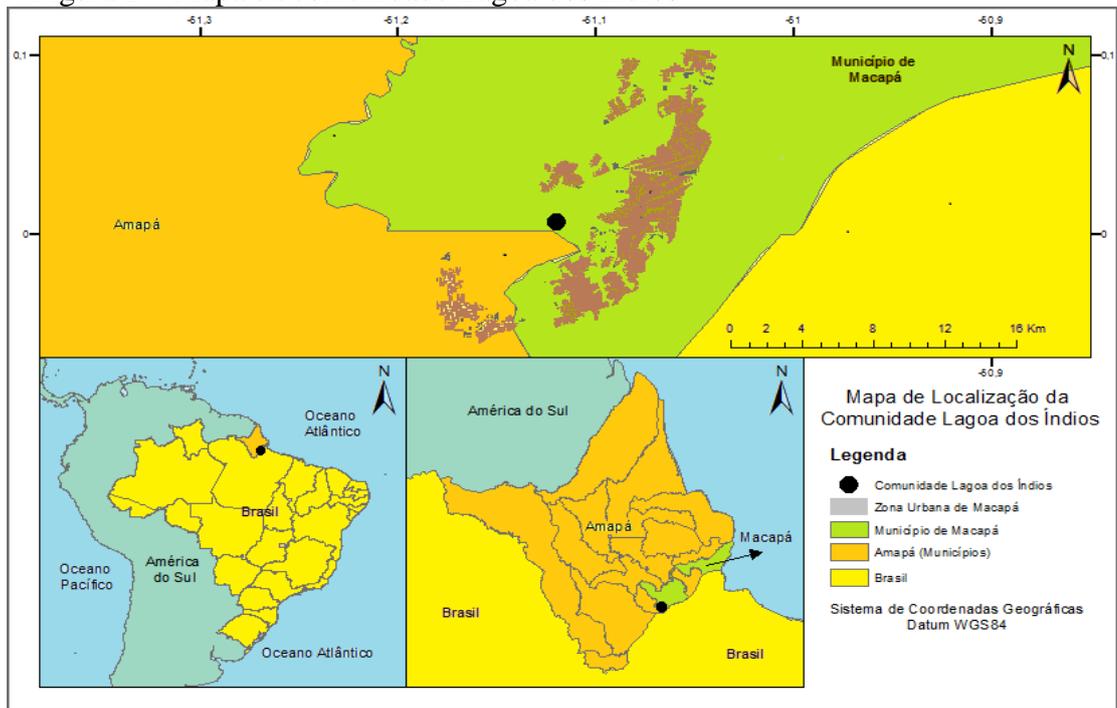
séculos 18 e 19 transformou-a numa velha usando o chapéu pontudo, com uma vassoura, rodeada por pequenos demônios [...]” (BURKER, 2004, p. 169-170).

Essa representação imaginária é o reflexo de um discurso que moldou histórias, criou mitos pejorativos de mulheres que ajudaram a construir uma Amazônia menos perversa. Mulheres curandeiras que enxergavam nas plantas da floresta, a farmácia para curar os enfermos. Mulheres que se tornaram parteiras trazendo luz, trazendo vida.

### LAGOA DOS ÍNDIOS, MODO DE VIDA E REPRESENTAÇÕES

A Lagoa dos Índios é uma comunidade secular e tradicional de raízes quilombolas, localizada a Oeste do Município de Macapá (ver mapa na figura 2). Tem uma história marcada por trajetórias de luta e resistência, resquícios de um modo de vida tradicional e identidade própria.

Figura 2 – Mapa da comunidade Lagoa dos Índios



Fonte: Pesquisa de campo 2015.  
Elaboração e Organização Danielson Iaparrá, 2018

Segundo relatos dos moradores mais antigos da comunidade, sua origem permeia um tempo histórico na qual seus ancestrais (pais, avós, bisavós e outros)

vivenciaram no território, antes denominado de São Pedro da Ilha Redonda, anos depois chamado de Vila da Fortaleza<sup>1</sup>.

Essa região, na época era rica em biodiversidade, as terras proporcionavam condições favoráveis para subsistência de grupos familiares, e representava também uma dinâmica cultural e simbólica de um modo de vida tradicional. Esse território é hoje conhecido como Lagoas dos Índios, e para os mais jovens como ramal do Goiabal, este último devido uma grande quantidade de goiabeiras que havia no local, plantação pertencente a uma fábrica de goiaba da época, atualmente desativada.

Segundo Bastos e Brito (2008, p.7) em entrevista ao seu “Jeronimo Ramos da Silva, já falecido, lembrava que seus antepassados se referiam à segunda metade do século XVIII como início da ocupação, e de uma carta de 1802, dando a partilha das terras para a comunidade com o nome de ‘São Pedro dos Bois’”.

A vila da Comunidade Lagoa dos Índios, atualmente, possui uma infraestrutura semelhante a uma pequena comunidade do interior, com alguns ramais que dão acesso a sítios e chácaras de pessoas declaradas não quilombolas. Na pequena vila, reside os quilombolas e migrantes de outras regiões, sendo que a comunidade é constituída por um posto de saúde, uma escola de ensino fundamental, duas igrejas, sendo uma evangélica e outra católica. O centro comunitário é denominado de Raimundo Pereira da Silva, nome referenciado a um ancestral que viveu e disseminou outras gerações dentro da Lagoa. O centro é utilizado, geralmente, em reuniões da Associação de Moradores e nas festividades culturais como o ciclo do marabaixo, festa profana e religiosa idealizada pela comunidade.

Essa comunidade por muito tempo foi associada a uma população homogênea, morada dos pretos da fortaleza, lugar dos quilombolas, cachombolas e mocambeiros fugidos da escravidão. “[...] Termos adotados ao longo do tempo e em diferentes lugares e suas terras definidas como quilombos, mocambos, terras de negro, terra de preto, terras de santo” (TRECCANI 2006, p. 105).

Para desmistificar a crença que as comunidades tradicionais quilombolas, afrodescendente no Brasil é composta apenas por população homogênea, tomamos

---

<sup>1</sup> Acredita-se que o nome surgiu pelo fato da vila ser estabelecida próxima a bacia hidrográfica do Igarapé da Fortaleza, rio que deságua dentro do quilombo, e que por muito tempo ofereceu um meio de subsistência aos moradores do lugar.

como base o diagnóstico socioeconômico do ano de 2015, realizado na comunidade Lagoa dos índios, na qual foram entrevistadas 29 pessoas. Sendo que deste, 8 pessoas são do sexo masculino e 21 do sexo feminino.

Em relação a cor autodeclarada pelos entrevistados, podemos observar que há uma miscigenação na comunidade, que não é diferente da configuração da população brasileira. Segundo os dados do diagnóstico socioeconômico, 68% da população residente na comunidade estudada declararam ser negras ou pardas. Fazendo uma comparação desses números com o relatório do Programa Brasil Quilombola do ano de 2012, os dados apontam que 92,1% da população residente em comunidades quilombolas no Brasil auto definiram-se como pardos ou pretos.

Numa análise mais detalhada do diagnóstico de 2015, observamos que no universo de 29 pessoas, apenas 1 (um) entrevistado se declarou mulato, 06 (seis) se declararam morenos, 13 (treze) dizem ser pardos, 03 (três) brancos e apenas 06 (seis) informaram que sua cor é negra, o que corresponde a 26% da população residente na comunidade Lagoa dos Índios. O fato da grande maioria se declarar pardo é devido grande levante de migrantes que compraram ou se apropriaram de lotes dentro da vila e que ali residem, são pessoas de outras regiões que gradativamente se inseriram dentro do quilombo, contribuindo na transformação das características sociais na comunidade. Outro fator, é que a grande maioria das pessoas que se declararam pardas habitam no ramal do Murarema e as que se definiram como negras residem no ramal do Goiabal. É importante mencionar que antigamente a população residente na Lagoa era considerada homogênea, com laços de parentescos próximos. A comunidade era conhecida como terra habitada por pretos da Fortaleza.

A representação aos territórios quilombolas, comunidades tradicionais afro-brasileira, habitados apenas por negros fugitivos do sistema escravagista ou por população exclusivamente homogênea, reforça o discurso colonial que segrega as raças, separando pretos de brancos, segrega os espaço dividindo-os em centro e periferia. Tal discurso atribuiu gêneros subservientes aos negros, no período da escravidão e pós-escravidão, os concebendo como servos dos homens brancos. E estereotipados ao mesmo tempo como:

“[...] selvagem (canibal) e ainda o mais obediente e digno dos servos (o que serve a comida); ele é a encanação da sexualidade desenfreada e, todavia, inocente como uma criança; ele é místico, primitivo, simplório e, todavia, o mais escolado e acabado dos mentirosos e manipulador de forças sociais” (BHABHA 2007, p. 126).

Esse “discurso racista estereotípico, em seu momento colonial, inscreve uma forma de governamentalidade que se baseia em uma cisão produtiva em sua constituição do saber e exercício do poder” (BHABHA, 2007, p. 127).

O racismo segundo Pereira (2001) é um fenômeno tão velho quanto à história da humanidade e é encarado de certa forma como o etnocentrismo, devido construir o estranho, o diferente do outro. É negação dos negros, através do ato da desqualificação e do estigma. O racismo deve ser entendido:

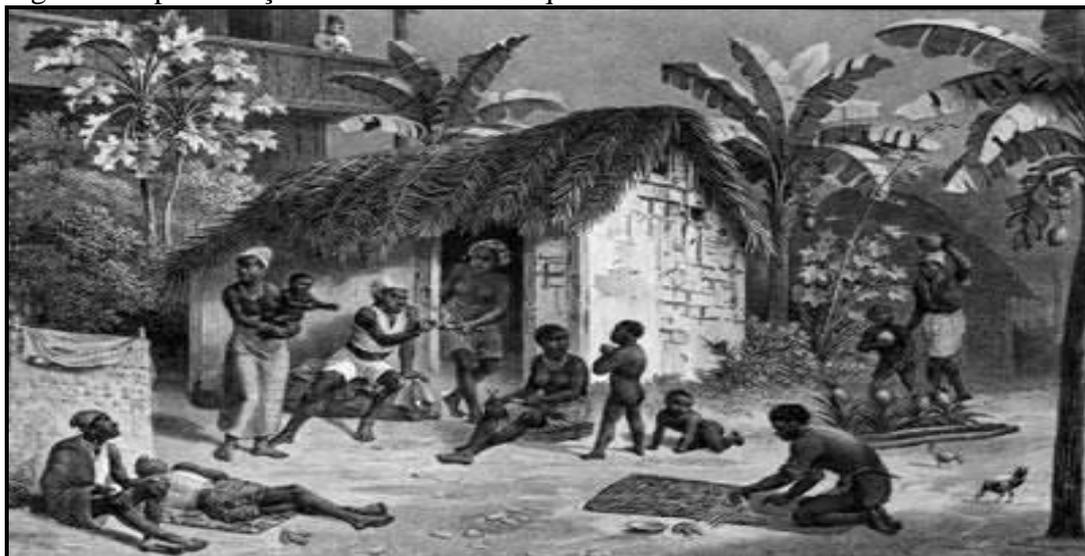
“[...] Como um complexo de idéias, atitudes e ações centradas em alegadas diferenças biológicas dos indivíduos em interação social. Esse complexo abrange desde predisposição psicológica para a ação social – atitudes e ações desfavoráveis em relação ao “outro” racial (preconceito), podendo ou não ser verbalizada – passa pela ação ou comportamento social real que cerceia ou mesmo impede o outro de ampliar seus espaços sociais (discriminação), chegando até a confiná-los a espaço físico, com espaços bem definidos (segregação)” (PEREIRA, 2001, p. 21).

“Visto desse ponto de vista o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural” (MUNANGA, 2000, p. 24).

A representação do outro de forma pejorativa, legitima o racismo e discriminação de pessoas, grupos religiosos, raças e culturas. Naturaliza a desigualdade, pobreza e cria um processo de marginalização que reflete no receio do ser humano se assumir negro ou ao grupo social a que pertence.

Partindo das premissas a imagem a seguir representa o estigma, a discriminação o racismo, o reflexo do olhar alóctone sobre os quilombos e quilombolas. Caracterizados no decorrer da história como espaço territorial de negros rebelados da escravidão, população homogênea, nativos de cabelos pixains, assemelhados a macacos, e às vezes a canibais. “Dessa forma, os outros são transformados no “outro”. Eles são transformados em exóticos e distanciados do eu. E podem mesmos ser transformados em monstros” (BURKER, 2004, p. 157).

Figura 3: representação do modo de vida quilombola.



Fonte: Click estudante.com  
Org. Danielson Iaparrá, 2017

Essa visão dos quilombos tornou-se genuinamente romântica nas narrativas históricas dos livros didáticos, discurso literário e nas obras de ficção. Perversa e cristalizada no discurso do outro, foi concebida como unidade territorial fechada, constituída apenas por grupos negros isolados, verdadeiros combatente do sistema escravista. Diante disso, entendemos que os estereótipos têm força e a finalidade de deturpar a realidade vivida, intencionalmente. Essa visão dos quilombos formados exclusivamente por negros escravizados, devido os processos históricos de ocupação temporal, territorial ou comprovação biológica em grau de parentesco, segundo O'dwyer (2010), está superado.

Ressalva-se que [...] “não devemos mais nos referir a estas comunidades destacando unicamente as características de fuga e isolamento, mas, sublinhar que suas características mais relevantes são a resistência e autonomia” (TRECCANI 2006, p. 184).

Assim sendo, ser quilombola não se resume por relação biológica, cor da pele ou grupos isolados, se define, sobretudo, pela autoproclamação de sua identidade, são sujeitos que se reconhecem dentro do grupo autonomamente.

No olhar do outro, os territórios quilombolas são representados como improdutivos. Os quilombolas são constantemente qualificados de modo negativo pela cor da pele, considerados inferior à raça humana. Naturalizados no período da escravidão e pós-escravidão como sujos, fedidos e incapazes de exercerem trabalhos

intelectuais, somente pelo fato de ser negro. Corroborando com o pensamento Akkari (2015, p. 165) afirma que “a ideologia branca parece considerar os negros como primitivos (sujos, feios, supersticiosos, financeiramente irresponsáveis, imorais, agressivos, pouco confiáveis no trabalho, sexualmente pervertidos e exibicionistas)”. Lembrando que no Brasil o racismo é difuso e não explicitado; por vezes se manifestando, por outras vezes não; ora se manifesta de outra maneira e em outros momentos negando a própria existência (PEREIRA, 2001).

Há de se considerar que por muito tempo o Brasil era uma sociedade sem linhagem de cor, sem barreiras que impedisse a ascensão de negros a cargos oficiais, ideia que se difundiu no mundo. Esse fato criou a mística de uma sociedade que não tem preconceito, nem discrimina determinados grupos (GUIMARÃES, 2001). Esse mito da democracia racial impediu durante anos, debates e discussões das políticas de ações afirmativas, como também do sincretismo cultural da cultura mestiça, atrasando também o debate sobre a construção do multiculturalismo na educação brasileira (MUNANGA, 2000).

Dentro do campo educacional o mito da democracia racial colaborou com o silêncio das escolas sobre as relações raciais, provocando a naturalização dessas práticas que são nocivas aos negros e índios, a partir do momento que passou a transmitir aos alunos, uma superioridade branca (SANTIAGO E AKKARI, 2015).

Podemos afirmar também, que existe a mística ou representação dos negros e quilombolas como tosco, ignorantes ou grosseiros pela falta de instrução formal no imaginário do outro. Entendemos também que há certa rejeição, preconceito ou mesmo receio do ser humano em se assumir negro. Santiago e Akkari (2015, p. 396) constataam através de entrevista há uma professora esse fato no ambiente escolar, relatando que: “Muitos estudantes são negros, mas não se reconhecem como negros [...] você vê que tem os traços, cabelo e não se reconhece [...] cheguei a ficar assustada com estudantes que tinham a pele negra mesmo e disse assim: Eu sou negro, tia? Não, eu sou moreno. (Profesorra S)”.

Esse fato contextualizado acima decorre da marginalização que os negros historicamente sofreram, são sujeitos discriminados pela sociedade. Um dos fatores, que contribui para com a discriminação desses grupos, é má formação educacional que a sociedade brasileira é condicionada a aceitar. Nas escolas, o aluno não é orientado, desde as séries iniciais a respeitar a diversidade cor/gênero ou mesmo aceitar, sem

criminalizar esses grupos. Essa não orientação tende a agravar o preconceito e aprofundar a crise no sistema educacional.

O não zelo do Estado com a educação, foi registrado na falta de um programa voltado para a erradicação do analfabetismo dentro da comunidade Lagoas dos Índios. Sendo que através de entrevistas com membros da comunidade, foi constatado que o Estado não contempla a modalidade de ensino denominada de Educação de Jovens e Adultos, nem o ensino médio regular no quilombo, falha que coloca esses sujeitos na marginalidade. O analfabetismo é problemática social que merece toda atenção do poder público, pois seu melhoramento refletiria na possibilidade real de inclusão, social, econômica e cultural dessas pessoas.

Segundo dados do diagnóstico socioeconômico de 2015, na comunidade Lagoa dos Índios tem apenas uma escola de ensino fundamental, que funciona no período diurno, manhã e tarde, atendendo aos moradores da vila e dos ramais distintos. Com relação a qualidade do ensino, a grande maioria dos entrevistados, relatou ser de péssima qualidade. Outra reclamação é devido a falta de professores em algumas disciplinas, além da falta da merenda escolar que acontece constantemente segundo os moradores. A imagem a seguir mostra a única escola que contempla os moradores da comunidade.

Figura 4: Escola Estadual Lago dos Índios



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Na comunidade não tem uma escola de ensino médio, o que coloca os jovens que querem terminar o estudo regular, na vulnerabilidade social. Essa falha do Estado fere a ordem jurídica que garante no texto constitucional, uma educação de qualidade a todos os Brasileiros. Segundo os moradores, os estudantes dessa modalidade de ensino se deslocam até os bairros do Cabralzinho ou do Marabaixo I e II para terem seu direito garantido. Esse percurso até a escola ocorre através de bicicleta ou mesmo a pé, já que a comunidade não é atendida pelo transporte público coletivo, outra omissão do Estado. O ramal do Goiabal é a única via de acesso que os moradores têm para se deslocar a outras regiões da cidade, essa via se encontra em condições execrável, principalmente no período das chuvas, o que torna a vida dos moradores dentro de uma realidade penosa. Essa omissão do Estado em não oferecer o que a constituição brasileira obriga é um desrespeito aos direitos humanos, uma forma perversa de marginalizar esse grupo que por muito tempo foi segredado socialmente.

Segundo Pereira (2001) em uma sociedade que pretende ser democrática, as práticas educativas deve de fato caminhar no sentido de fortalecer a cidadania, garantindo os direitos humanos, além de promover o respeito, eliminando as desigualdades e apagando o que é depreciativo ou prejudiciais aos grupos estigmatizados

No que tange ao grau de instrução dos entrevistados, segundo o diagnóstico socioeconômico de 2015, cerca de 80 % dos moradores da Lagoa dos Índios declararam ser alfabetizado, e 20% da população não sabem ler, nem escrever. Esses números de analfabetos se aproxima da realidade registrada pelo Programa Brasil Quilombola 2012, que em seu relatório apontou que cerca de 24,81% da população quilombola residente no Brasil não sabem ler. Os dados evidenciam que o analfabetismo reflete na exclusão dessas pessoas do mercado de trabalho, do mundo da informação, sobretudo, praticam uma inclusão marginal destes na sociedade. Geralmente, essas pessoas se acomodam em trabalho relativamente braçal, que não exige saber ler, nem escrever.

Na Lagoa dos Índios, esse número de analfabetos atinge principalmente as pessoas mais idosas, que não tiveram oportunidade de estudar na época, pois tinham que ajudar os pais na roça, no sustento da família. As dificuldades do acesso à educação antigamente eram bem maiores, já que na localidade não havia escola, as que existiam se concentravam no centro da cidade, impossibilitando o acesso ao ensino.

Assim compreende-se que força ideológica que emana no discurso colonial desde as aventuras dos viajantes europeus do século passado, até os dias atuais

ajudaram a consolidar o pensamento imperialista ocidental na Amazônia e dos povos amazônicos (negros, índios, camponeses e outros). O discurso do poder e dominação moldou a história cultural, econômica, política e educacional que foi assimilado e reproduzido como verdade eterna e absoluta através dos meios de comunicação de massa, obras de ficção, literatura e livros didáticos. Por fim “é reconhecidamente verdade que a cadeia de significação estereotípica é curiosamente misturada e dividida, polimorfa e perversa, uma articulação de crença múltipla” (BHABHA, 2007, p. 126).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A representação do outro, através do imaginário nos fez compartilhar algumas reflexões e conceitos de um sistema de dominação que inventa e reinventa o outro, colonizado, definindo suas características físicas de forma pejorativa, e seu modo de vida como avesso do modo de vida urbano. O discurso colonial na figura do Europeu formulou representações distorcidas da realidade, criou padronizações ideológicas e produziu estereótipos que inferiorizou as raças, culturas e grupos sociais, relegando-os a uma marginalização perversa.

Analizou-se a partir de revisão bibliográfica e imagens de internet que o outro, através do imaginário constrói figuras caricatas e desdenhosa de negros, criando uma naturalização das desigualdades étnico-raciais que justifica a escravidão dos antepassados, discriminação e o preconceito. A comunidade da Lagoa dos índios por ser de raízes quilombolas foi naturalizada como população homogênea, composta exclusivamente por negros fugidos da escravidão e suas terras considerada de quilombo, e de pretos. Visão deturpada da realidade já que ali, há uma miscigenação constituída por 10% de brancos, 42% pardos, 19% de morenos, 3% de mulatos e apenas 26% de negros, segundo pesquisa de campo do ano de 2015. Criou-se também, estereótipos que representam os quilombolas desprovidos de instrução formal, concebidos como ignorantes ou grosseiros por natureza. Representação distorcida já que maioria daquela população é alfabetizada.

Ressalta-se que o discurso do outro, provoca uma invisibilidade e marginalização dirigida aos grupos tradicionais da Amazônia, principalmente aos negros e quilombolas, que constantemente são estereotipados pela cor da pele ou pelo seu modo de vida. Modo de vida tradicional que aqui ressaltamos, não está dissociado do modo de vida urbano, mas atrelado a ele. Por fim, ressalta-se que as narrativas históricas, o discurso colonial do Estado e da Burguesia nacional não pode, mas se

configurar como pensamento único e universal, nem como ideologia que molda culturas e civilizações. A nova história e o novo contra discurso pode e deve ser originado por nós mesmos, negros, índios, caboclos ribeirinhos, extrativistas, camponeses, quilombolas e tantos outros grupos que aqui se identificam.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKKARI, Abdeljalil. Educação Intercultural no Brasil: Entre o conservadorismo e transformação radical. In: **Cadernos Cenpec**, 2015. p159-182 (Vol. 5. Nº 1).

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo em questão**. – 3ª ed., 1ª reimp. – São Paulo: Edusp, 2012.

BASTOS, Cecília Maria Chaves Brito e BRITO, Daguiete Maria Chaves. **Comunidade Lagoa dos Índios**: Conflitos e perspectivas na criação de uma área protegida. In: Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS, 32, 2008, Caxambu. Trabalhos apresentados.

BHABHA, Homi K. **O local da Cultura**. Trad. Myriam Ávila, Eliane Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem. Trad. Vera Maria Xavier dos Santos. Revisão técnica Daniel Aarão Reis Filho. Bauru/SP: Edusc, 2004.

BUENO, Magali Franco. **O imaginário sobre a Amazônia**: uma leitura por meio do discurso dos viajantes, do estado dos livros didáticos de Geografia e da mídia impressa. 2002. 187 f. Dissertação. (Mestrado em Geografia Humana) Faculdade de Filosofia, letras e ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2002.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial. **Programa Brasil Quilombola**: Relatório de Gestão 2012. Brasília: SEPPIR, [2013?].

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito. In: **Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira** – Niterói: EdUFF, 2001. 33-69 p. (Cadernos PENESB; 4).

IAPARRÁ, Danielson da silva e ALVES, Edimar de Sousa, **O QUILOMBO E A CIDADE**: modo de vida na comunidade Lagoa dos índios-Ap e as transformações do território. 2015. 96 f. Monografia (graduação em Geografia) – Pró-reitoria de ensino e graduação, Universidade Federal do Amapá, Amapá.

CALDAS, Yurgel Pantoja. **A construção da Amazônia no poema Mhuraída, de Henrique João Wilkens**. 2007. 302 f. Tese (doutorado em Literatura Comparada) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

\_\_\_\_\_. **Diários das visitas Pastorais:** Frei Caetano Brandão no “Paraiso perdido” entre 1784 e 1788. In: Anais do XIII congresso Internacional da ABRALIC, 2013, Campina Grande PB. **Anais...Paraíba**, 2013.p. 1-10.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Amazônia, Amazônias*. São Paulo, contexto 2010.

MUNANGA, kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: **Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira** – Niterói: EdUFF, 2000. 173 p. (Cadernos PENESB; 5).

O'DWYER, Eliane Cantarino. Terras de Quilombo no Brasil: Direitos territoriais em construção. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. **Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos**/Alfredo Wagner Berno de Almeida (Orgs)... [et al]. – Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2010. 349 p.: il.: 16x23 (Vol. 01, nº. 02.).

PEREIRA, João Baptista Borges. Diversidade, racismo e educação. In: **REVISTA USP**, São Paulo, n. 50, p. 169-177, junho/agosto 2001.

SAID. Edward W. **Orientalismo:** o Oriente como invenção do Ocidente. Trad. Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SANTIAGO, Mylene Cristina e AKKARI, Abdeljalil. Diferenças na educação: do preconceito ao reconhecimento. In: **Revista Teias**, 2015. p 28-41(Vol. 6. Nº 40).

TRECCANI, Girolamo Domenico. **Terras de Quilombo:** caminhos e entraves do processo de titulação. Belém: Secretaria Executiva de Justiça. Programa Raízes, 2006 p. 354.

# ANÁLISE DA INTEGRAÇÃO RODO-FLUVIAL ENTRE MACAPÁ E SANTANA: Uma perspectiva do planejamento logístico urbano

Thiago dos Santos Damasceno – UNIFAP - [thyo.engprod@hotmail.com](mailto:thyo.engprod@hotmail.com)

## RESUMO

Este trabalho teve como objetivo realizar uma análise na infraestrutura da integração logística rodo-fluvial entre Macapá e Santana, além da compreensão do planejamento urbano nos diferentes contextos socioeconômicos desenvolvidos nos municípios. Buscou-se salientar a lógica do sistema rodoviário e hidroviário e os reflexos no fluxo de bens e serviços. É observada a pluralidade dos locais que possuem atividades no entorno de rodovias, portos e atracadouros. Destaca-se o plano plurianual de 2015 do governo do estado, o plano mestre do porto de Santana, o plano diretor do município de Santana. A importância do objeto em estudo foi evidenciada através das possibilidades e oportunidades em face a implantação da zona franca verde, de melhor aproveitamento da área de livre comércio, da região metropolitana e melhor uso do distrito industrial.

**Palavras chaves:** Fluxos urbano; Multimodal; Políticas de integração urbana.

## INTRODUÇÃO

As interações socioeconômicas entre a região que hoje compreende os municípios de Macapá e Santana foram intensificadas, após a criação do território federal do Amapá. Devido, principalmente, à implementação de políticas setoriais que culminaram com a implantação de empreendimentos empresariais, extrativistas e industriais, que atraíram, vigorosamente, um contingente de mão de obra para compor a crescente força trabalhista que se constituía, formados por migrantes, principalmente, nordestinos e paraenses, que em sua grande maioria estabeleceu moradia fixa em um dos municípios.

Estes fatos foram decisivos e contribuíram para acelerar a complexa configuração espacial, territorial e urbana local. Hoje é traduzida nos contrastes e dinâmicas existentes nestes municípios. Com o passar dos anos, estes desenvolveram atividades econômicas e moldaram demandas estruturais relacionadas ao aprimoramento do fluxo de bens e serviços entre si, devido a gama de oportunidades estratégicas configuradas pela localização geográfica de Macapá e Santana que produziu aos municípios uma interessante integração logística<sup>2</sup>. É interessante salientar também a importância do sistema rodoviário. Ao canalizar o fluxo de bens e serviços dos municípios de Macapá e Santana, revela-se a importância para a economia do estado do Amapá, ao passo que o recorte espacial em estudo expõe o dinamismo existente.

---

<sup>2</sup> O council of supply chain management profissional norte-americano define logística (apud NOVAES, 2007, p. 35): é o processo de planejar, implementar e controlar de maneira eficiente o fluxo e a armazenagem de produtos, bem como os serviços e informações associados, cobrindo desde o ponto de origem até o ponto de consumo, com o objetivo de atender aos requisitos do consumidor.

Os dois municípios margeiam o rio Amazonas e possuem forte influência com as ilhas do estado do Pará, de onde estabelecem relações socioeconômicas diariamente, através da oferta de produtos extraídos da floresta e ou produtos agrícolas oriundos do excedente de subsistência, ou ainda com plantios da agricultura familiar, que geralmente são transportados por pequenas embarcações que ancoram nos portos existentes na região para suprir o comércio local. O transporte hidroviário, onde se destaca a navegação de interior e a cabotagem<sup>3</sup>. Tem-se, esta configuração, como o principal agente de entrada e saída de produtos no estado, cabendo ao eixo entre Macapá e Santana um papel crucial no contexto socioeconômico.

Avalia-se que pode haver uma frágil concepção de planejamento e na execução das políticas integradas ou consorciadas entre os agentes municipais, com o intuito de estabelecer operações conjuntas e eficientes, que proporcione fluidez nas atividades de integração logística dos municípios. Isto se reflete no desordenamento espacial encontrado nos dois municípios, fato que dificulta o processo eficiente de integração logística, tais como as situações a seguir: a falta de área operacional no entorno do porto de Santana (CDSA) constituído de invasões; outros portos e atracadouros subdimensionados, baixa infraestrutura; Invasões na faixa de domínio ao longo do percurso das três rodovias que ligam diretamente os municípios que são a rodovia do km nove (AP 440), a rodovia JK (AP 010) e Duca Serra (AP 020); baixa integração rodo-fluvial entre os elementos viários dos municípios.

Percebe-se, portanto, que a área em recorte vem ao longo dos anos experimentando um intenso processo de ocupação irregular nas proximidades das principais atividades logísticas e também vivenciando também um processo de conurbação entre os municípios, através da implantação de empreendimentos imobiliários, instalação de indústrias, agroindústrias e estabelecimentos comerciais, dentre outros.

Neste sentido, este trabalho tem como objeto uma análise no eixo logístico rodo – fluvial entre Macapá e Santana, observando a atual infraestrutura, além das características estratégicas, que perpassam pela posição geográfica privilegiada, onde são evidenciados não somente oportunidades, mas também os déficits e desafios que ambos os municípios enfrentam. A metodologia estabelecida foi à análise da literatura

---

<sup>3</sup> Cabotagem é definida como aquela navegação realizada entre portos brasileiros, utilizando exclusivamente a via marítima ou a via marítima e as interiores, ou seja, é todo transporte aquaviário nacional que se realiza totalmente ou parcialmente pela via marítima costeira (ANTAQ, 2004).

acadêmica e documental de projetos, planos, relatórios, pesquisas e ações propostas pelos os entes públicos e instituições privadas nas mais diversas esferas governamentais, com o intuito de alavancar o processo de integração em face às demandas isoladas, assim como também aquelas que promovem a convergência urbana entre Macapá e Santana. Observou-se ainda, o papel da infraestrutura no que concerne a abrangência modal e os perfis econômicos praticados nesta região em estudo.

Por isso ao abordar a integração rodo-fluvial, entende-se a necessidade de se analisar quais, onde e como as interações que existem entre os dois municípios agem entre si, tendo em vista o planejamento pautado no enfoque com uma perspectiva da logística multimodal do aproveitamento eficaz do espaço urbano. Foram elencadas as principais políticas e propostas apresentadas na tentativa de estabelecer o desenvolvimento dos municípios, o grau de implementação das mesmas, com o foco na integração, para isso realizou-se uma análise na infraestrutura existente e suas perspectivas.

## **CONSIDERAÇÕES SOBRE O EIXO MACAPÁ E SANTANA**

As singularidades observadas na formação espacial e na construção socioeconômica dos municípios expõe uma relação, que diversifica a integração viária e adentra no âmbito do planejamento da infraestrutura entre esses dois municípios. Isto permeia diferentes contextos históricos, que influenciaram as características urbanas. Neste sentido, Santos e Amorim (2017, pág.6) afirmam que:

Macapá e Santana possuem fortes vínculos desde o período colonial tanto pela localização absoluta (proximidade espacial) como pelo espaço relacional, através das relações estabelecidas a partir dos núcleos urbanos das duas vilas (São José de Macapá e Sant'Ana). As relações estabelecidas possuem um elemento importante: Santana foi distrito de Macapá até 1987, quando, por desmembramento de Macapá, tornou-se município. Esse aspecto político não é a razão exclusiva de se pensar a sede dos dois municípios como um aglomerado urbano, mas fornece uma linha de reflexão para se compreender parte das relações próximas entre as duas cidades.

Com base nas percepções espaciais e a complementaridade urbana entre Macapá e Santana, afirma-se a existência de um aglomerado. Nesse sentido, considerando o argumento das interações e das complementaridades urbanas, o fato evidenciado nesta dinâmica é que não se pode pensar Macapá isoladamente de Santana, e mais recentemente também o município de Mazagão, devido a inclusão à região

metropolitana de Macapá, haja vista as interações do espaço observadas neste recorte espacial, induzem reflexos socioeconômicos no contexto regional e global, ao passo que há a necessidade de ampliar as dinâmicas territoriais que esses municípios possuem e demandam, no tange às políticas públicas que viabilize a infraestrutura para uma logística eficaz (PORTO e colaboradores, 2008).

De modo que a edificação urbana deste eixo permanece complementar, em face às temporalidades dos próprios fatos históricos e as incursões econômicas que ali se estabeleceram, criaram um fluxo, principalmente, de serviços que se apropria desta proximidade e da infraestrutura existente para tomar corpo e volume ao processo de integração modal entre os portos e as rodovias.

Dentre os inúmeros fatores que afetaram a dinâmica urbana contemporânea do Amapá, a Estadualização do Amapá em 1988; e a implantação da área de livre comércio de Macapá e Santana (ALCMS), com a consequente implantação de novas estruturas administrativas que atraíram um número considerável de pessoas para o Estado, como as ações que mais contribuíram para intensificar a ampliação da população das cidades de Macapá e Santana. O percentual da população urbana de Macapá que no início da década de 1980 era de 67,8% passou para 85,7% no final da década e Santana, no período do desmembrado de Macapá, contava com 89% da sua população no espaço urbano (SANTOS, 2010).

Avalia-se que o planejamento concebido nos planos propostos para o Amapá teve no eixo Macapá e Santana seu maior vetor, e que estes consideravam a integração entre os dois espaços reflexos de uma perspectiva econômica. O desafio posto estabelece a necessidade da integração não só do planejamento dos dois espaços em uma visão de continuidade e conectividade, mas também de estabelecer ações que integrem o conjunto de fragmentos percebidos no espaço urbano (SOUZA, 2014). Como bem destacaram Santos e Santos (2016, pág.2) a respeito de se realizar uma análise separada dos dois municípios:

Assim, tratar o desenvolvimento urbano dessas cidades de forma isolada ou fragmentada, como bem ocorre com alguns trabalhos que privilegiam a delimitação política-administrativa municipal ao tratar de processos urbanos comuns e complementares, não possibilitará chegar a resultados mais profundos e esclarecedores sobre a realidade da dinâmica urbana desse aglomerado urbano.

Neste sentido é interessante ampliar o enfoque analítico e compreender que as redes de transportes entre os municípios ganham importância na tentativa de integração plena em toda a sua área de influência, selecionando os territórios para investimentos, que por sua vez dependem de suas próprias potencialidades e características e que, ao se expandirem, socializam-se, gerando movimentos sociais (LACERDA, 2014), permitindo a dinamização dos fluxos de pessoas e mercadorias, pautados na otimização da gestão da infraestrutura e na eficaz utilização dos espaços.

Ao entender que a rede urbana que articula a economia, a sociedade e o espaço-tempo globalizado organiza também territórios de amplitudes variadas, do micro e macrorregional, deve-se concordar que as relações aglomerados (neste caso a capital e a cidade vizinha mais próxima), que inspiraram interpretações sobre o subdesenvolvimento e as relações regionais, intrarregionais e internacionais, ganham hoje uma imensa complexidade diante da dimensão multiescalar, fragmentada e mutável (caleidoscópica, portanto) sob o comando do capital financeiro, particularmente na periferia do capitalismo, no mundo subdesenvolvido. (MONT-MÓR, 2006). Por isso ressalta-se que para refletir sobre a fragilidade das relações no espaço urbano no Amapá, especialmente nas cidades de Macapá e Santana, perpassa pela necessidade de analisar o papel do planejamento urbano nos graves problemas sociais, de infraestrutura e de aproveitamento dos espaços existentes nas duas cidades e sua influência na região. (TOSTES; SOUZA; FERREIRA, 2015).

Compreendendo, portanto, que o principal viés que canaliza a dinâmica do fluxo de entrada e saída do estado, tanto em volume como em quantidade, tem como origem o eixo Macapá e Santana, e isto denota a necessidade de um intenso planejamento de gestão e de infraestrutura dos portos e rodovias, para que ocorra um envolvimento integrado dos municípios frente às necessidades de abastecimento local e regional, assim como na possibilidade de exportação.

## **A INFRAESTRUTURA VIÁRIA DE TRANSPORTES**

Ao se pensar ou a analisar a necessidade de construir um sistema rápido e integrado de transportes, a cidade está decidindo mudar a composição de sua população por encorajar novas construções em áreas periféricas. De outra parte, ao permitir a degradação de certas áreas, está estimulando a formação de aglomerados habitacionais subnormais, bem como atraindo moradores de baixa renda, ao mesmo tempo que declinam as oportunidades de emprego. Em outras palavras, o controle do crescimento e

do movimento migratório tem sido efetuado em todos os tempos, mas, com frequência, condicionado por considerações de curto prazo, com resultados inesperados e indesejáveis em longo prazo, decorrentes do conflito fundamental existente entre metas de curto versus longo prazo. (BARCELLOS; BARCELLOS, 2004).

Verifica-se que a dinâmica na infraestrutura viária ocorrida no eixo Macapá e Santana, faz-se compreender que na década de 1990, a implantação das políticas neoliberais trouxe novos desafios para os setores econômicos, logísticos e de transportes, retomando o discurso sobre a necessidade de melhorar a eficiência do sistema logístico brasileiro para integrá-lo. Com isso identificou-se a necessidade de investir nos eixos viários para atender à demanda do sistema produtivo, na medida em que o transporte tornou-se um instrumento importante na expansão dos eixos de desenvolvimento nacional, regional, e/ou local. Evidenciou-se também, que o objetivo de transformar o Estado Brasileiro de provedor em poder concedente e regulador, aprimorando, em contrapartida, sua capacidade de coordenação, normatização e supervisão. Outra diretriz básica é garantir eficiência à matriz de transportes e a redução dos custos sistêmicos da economia brasileira, o chamado custo Brasil, (BRASIL, 2001).

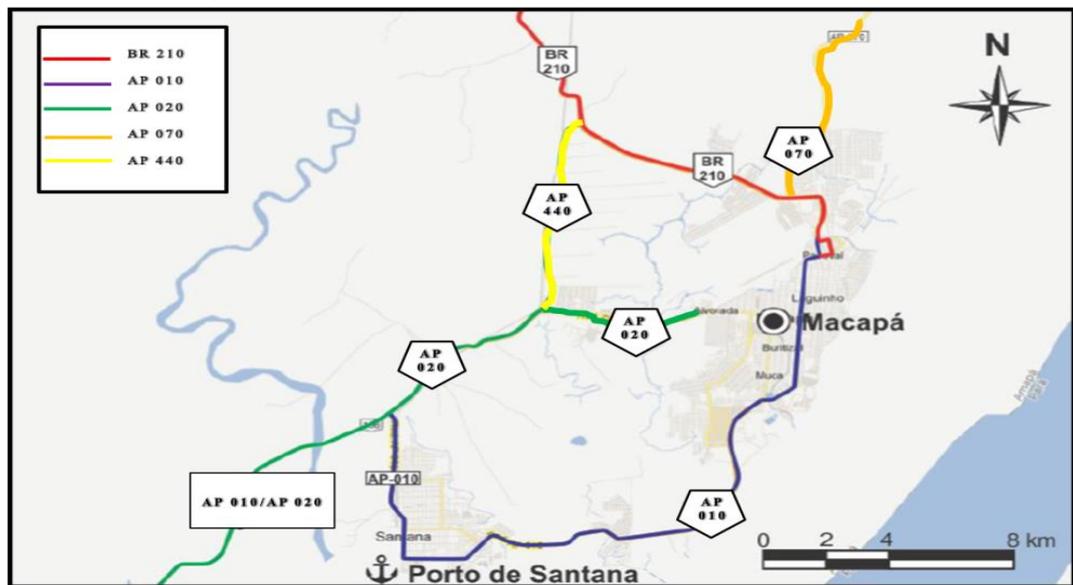
O profundo contexto em que se insere as características peculiares da infraestrutura e das ações de gestão dos espaços urbanos cabe a logística, em seu sentido amplo, o transporte, como atividades meio de apoio a produção de bens e serviços, é essencial para o aproveitamento do potencial produtivo de uma cidade, estado, região, país ou associação de países. Está na linha de frente das questões ligadas ao desenvolvimento econômico e social, à geração de empregos, à ocupação territorial, à energia e ao meio ambiente. Isso porque responde por importantes parcelas da formação de capital, da ocupação da mão de obra, do consumo de insumos energéticos e da formação de clusters produtivos e eixos de desenvolvimentos. Requer, ainda, para a manutenção, operação e ampliação de seus serviços, substanciais parcelas de recursos dos setores públicos e privados. A logística de transportes tem, portanto, profundas implicações no processo econômico nas dimensões temporal (desenvolvimento) e espacial (organização territorial, regional e urbana) assim, a definição das políticas públicas e a seleção dos instrumentos de planejamento de médio e longo prazo adquire crucial importância nos estágios em que são exigidas reformulações na estratégia e objetivos globais de expansão da economia. (BARAT, 2007).

#### **a) Modal rodoviário**

Percebe-se pela a extensa malha rodoviária, que a maior parte do transporte de cargas e passageiros no Brasil, nas diferentes regiões, ainda é realizada pelo modal de transporte rodoviário, em função da sua alta disponibilidade e flexibilidade de rotas, oferecendo ainda o serviço de entrega porta a porta de mercadorias em meios urbanos e rurais, muito embora haja um preço equivalente a se pagar.

Deste modo, face à expansão urbana nas cidades de Macapá e Santana nos anos 1980, também se observou uma forte influencia na ocupação e uso dos espaços referentes às duas rodovias de conectividade das duas cidades: a Duca Serra e a JK, ambas experimentando alterações nas concepções propostas por diferentes planos urbanos elaborados para as cidades. A Rodovia Duca Serra (AP 020), tinha como proposta de ocupação a vinculação a produção industrial do Estado por sua conectividade com o Distrito Industrial. Já a Rodovia JK (AP 010) foi pensada para articular espaço de produção e abastecimento para a cidade. Ambas se reconfiguraram e se consolidam como espaços institucionais e principalmente habitacionais (TOSTES, 2013). Na figura-01 que apresenta a atual disposição do sistema rodoviário entre Macapá e Santana, observa-se a intensa interligação geométrica o que possibilita um interessante dinamismo logístico para este eixo em estudo.

Figura-01: Sistema rodoviário Macapá e Santana.



FONTE: CNT, 2013.

Atualmente está sendo implantada a rodovia linha verde antiga linha E da rodovia AP 440, em um total de quatro quilômetros e meio, que servirá de corredor de acesso pelos os bairros de Açaí, Buritis e Infraero I e II, até as rodovias norte-sul interligando à AP 020, a AP 070 e ao marco zero BR 210. Isto é visto como mais um

dinamizador a estrutura logística da região. De forma concomitante, está havendo as obras de melhoramentos ao longo do percurso da rodovia AP 020 (Duca Serra), entre os municípios, tem-se a execução dos serviços de duplicação que irá até ao trevo Macapá/Santana/Mazagão, em um total de aproximadamente de onze quilômetros. Nestes dois casos são evidenciados problemas de ordem ambientais onde, de forma parcial, houve o aterro da lagoa dos índios em ambas as rodovias, além de supressão vegetal.

Visualizam-se ainda impasses em torno da conclusão do terceiro lote da rodovia norte-sul, onde se tem número 54 de famílias que residem no eixo da rodovia e precisam ser removidas e indenizadas, há falta também de entendimento entre os órgãos federais Infraero, exército e a secretaria e transportes quanto à cessão de áreas e as adaptações do projeto para melhor dimensionamento ao acesso da AP 020 (Duca Serra). Ainda no âmbito da proposição de mecanismos para possibilitar a melhor integração dos municípios de Macapá e Santana, em prol de uma logística de acesso facilitada e dinâmica, tem-se ainda pelo o modal rodoviário o projeto de implantação de uma via conectora entre as AP 010 e AP 020, na altura do Bairro do Goiabal, permitindo um fluxo direto entre as rodovias sem que fosse necessário adentrar o perímetro urbano desses dois municípios diminuindo, portanto, a fluidez de veículos de carga pesada em trechos com grande densidade populacional.

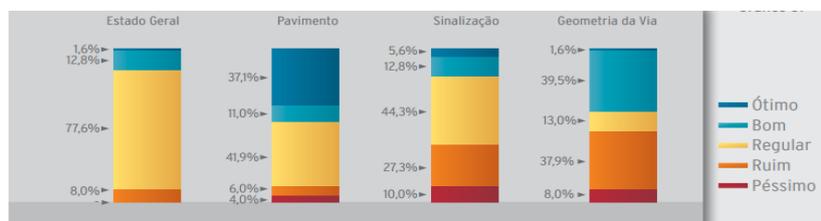
Os terminais rodoviários intermunicipais entram nesta análise ao passo que é preciso dinamizar as interconexões neste eixo que envolve o transporte e distribuição de passageiros observando que há um fluxo que se destaca mais, que é o de passageiros provenientes do porto do grego em Santana para o terminal rodoviário de Macapá com o intuito de ir para o interior do estado. Atualmente os terminais de Macapá e Santana são operados por administração direta, ou seja, por servidores da secretaria de estado de transportes (SETRAP), no entanto, está em curso um estudo para a concessão dos serviços a uma empresa privada, assim como já ocorre na maioria dos terminais no Pará.

Há também o estudo de viabilidade de transferência de local do terminal rodoviário de Macapá, pois com o crescimento urbano na Zona norte de Macapá em seu entorno impossibilita a expansão de novas plataformas de embarque e desembarque, além da oferta de outros serviços, como a melhoria dos transportes alternativos, através de vans e micro-ônibus, coibir ação dos pirateiros, transporte clandestino realizado com picapes. A proposta seria a construção de um novo terminal nas proximidades da rotatória da BR 210 com AP 440, no sentido melhor atender o crescente fluxo. O

terminal rodoviário de Santana possui baixa fluidez no que concerne a distribuição de passageiros fora do eixo Macapá, Santana e Mazagão.

Ao avaliar o estado das principais rodovias do Amapá, a pesquisa CNT (2016) seguindo a avaliação dos seguintes itens: estado geral, pavimento, sinalização e geometria da via, de modo geral foram caracterizados de maneiras negativas. Observa-se na figura-02 o desempenho e os resultados obtidos, que demonstram, apesar de volumes de tráfego relativamente mediano, os níveis de serviço são ruins, pois ao longo das rodovias são detectados poucos pontos de apoio aos condutores, no que diz respeito à oferta de postos de combustíveis, borracharias, restaurantes, dentre outros presentes nas rodovias analisadas.

Figura-02: Gráficos de avaliação das rodovias do Amapá.



Amapá						
Rodovia	Extensão pesquisada - km	Estado Geral	Pavimento	Sinalização	Geometria da Via	
AP-010	76	Regular	Ruim	Regular	Ruim	
AP-440	15	Regular	Regular	Regular	Bom	
BR-156	387	Regular	Bom	Regular	Regular	
BR-210	101	Regular	Regular	Regular	Ruim	

Rodovia	Extensão Total (km)	Infraestrutura de apoio							
		Borracharias		Concessionárias e oficinas mecânicas		Postos de abastecimento		Restaurantes e lanchonetes	
		Extensão com ocorrência	Nº mínimo de ocorrência	Extensão com ocorrência	Nº mínimo de ocorrência	Extensão com ocorrência	Nº mínimo de ocorrência	Extensão com ocorrência	Nº mínimo de ocorrência
AP-010	76	13	2	-	-	39	4	-	-
AP-440	15	15	2	-	-	10	1	-	-
BR-156	387	10	1	-	-	18	2	-	-
BR-210	101	28	3	-	-	18	2	-	-

FONTE: CNT, 2016.

O resultado visto na figura acima se deve principalmente à infraestrutura deficitária e da manutenção inadequada das vias pesquisadas. Tal fato implica em tempos maiores e menores velocidades de viagem, fator que mais contribuiu para que o nível de serviço não alcançasse patamares melhores. Na ocorrência elevada de acidentes, principalmente onde há o fluxo pesado de caminhões bitrens e não há cicloviarias, acostamento e sinalização nas rodovias, são fatos corriqueiramente, observados nas APs 010, 020 e 440.

**b) Modal Hidroviário**

As potencialidades do Brasil por apresentar uma extensa costa marítima, na qual concentra suas atividades econômicas nas proximidades litorâneas e condições extremamente favoráveis ao desenvolvimento do transporte aquaviário, são bastante promissoras. No entanto, esse potencial não tem sido efetivamente e eficientemente aproveitado pelo segmento do transporte de cargas, que ainda é caracterizado por uma matriz desbalanceada, sobretudo no que se refere ao uso da cabotagem. Comparativamente aos demais modos de transporte, a cabotagem apresenta como vantagens: maior eficiência energética, maior capacidade de transporte, maior vida útil da infraestrutura, maior vida útil dos equipamentos e veículos, maior segurança da carga, menor emissão de poluentes, menor número de acidentes, menor nível de avarias, menor custo operacional e menor impacto ambiental. (CNT, 2013). Neste sentido Barat (2007, pág. 67) afirma que:

“O Brasil possui uma grande malha hidroviária (cerca de 28 mil quilômetros navegáveis), em grande parte subutilizada. A utilização do transporte fluvial aumentaria expressivamente a competitividade dos produtos transportados, pois o custo é significativamente menor do que qualquer outro modal”.

Ao avaliar as informações tanto no que diz Barat (2007) quanto da pesquisa CNT (2013) que amplia seu conteúdo, mostrando através da figura-03 a lógica funcional da localização das principais operações efetivamente ligadas às atividades hidroviárias do país, pautadas na infraestrutura existente, no que concerne aos portos pelo o Brasil, percebe-se em que contexto estratégico está inserido o eixo urbano de Macapá e Santana, dentro de uma conexão macro integrada, como se visualiza a seguir:

Figura-03: Conexões de portos no Brasil, transporte hidroviário.



FONTE: CNT, 2013.

A posição geográfica de Macapá e Santana, como já mencionado anteriormente, é bastante privilegiada, e tornou-se uma das principais rotas marítimas de navegação, pois permite conforme se verifica na figura 03, tal conexão com os outros portos brasileiros via rio ou oceano atlântico, além de outros países e continentes, tendo em vista a proximidade com o platô das Guinas, Caribe, Estados Unidos e União Europeia, servindo como porta de entrada e saída da região amazônica e acesso ao centro/sul do Brasil.

Percebe-se que as características dos Rios Amazonas, Matapí, Igarapé da Fortaleza, canal das pedrinhas, do Igarapé das Mulheres e canal do Jandiá permitem uma dinâmica, extramente fluida no eixo Macapá e Santana, permitindo assim diferentes tipos de interações logísticas tanto em uma análise micro, meso quanto macro socioeconômica.

Neste sentido ao analisar essas diferentes óticas estabelecidas nesta morfologia urbana que integra o rio e o continente, através da infraestrutura de portos e atracadouros, vias, e locais transitórios, visualiza-se uma divisão entre a formalidade e constituição dos portos ditos oficiais, onde há uma infraestrutura de apoio e suporte técnico com um nível de planejamento e gestão afinados, e os locais que não há uma constituição formal, ou seja, as atividades acontecem sem que haja muito controle e gestão em suas dinâmicas.

Estas interações estabelecem ao entorno de determinadas áreas a formação de relações comerciais intensas e distintas, tendo em vista as demandas decorrentes ao tipo de construção urbana existente nestes locais, pois em se tratando dos elementos de transportes fluviais encontrados em Macapá, há a constante variação da maré, o baixo nível do calado e ao intenso assoreamento dos canais e igarapés. Nestas regiões ocorrem simultaneamente às atividades de atracação, transbordo e comercialização, somado a falta de infraestrutura é visualizado, diariamente, a formações de gargalos que dificultam o desenvolvimento do próprio local, visto que há perigo de incêndios, roubos, péssimas condições de trabalho, trânsito caótico e uma área operacional insuficiente para a realização das atividades de forma eficiente, de modo a agregar valor aos produtos que ali chegam e saem.

Estas embarcações de diferentes tamanhos e finalidades, vindos não somente das ilhas e municípios do estado do Pará, como também do interior do estado, das comunidades como o Bailique e Sucurijú, e das sedes dos municípios de Calçoene e Amapá, escoam a produção de peixes, camarão, grudas e aviamentos, geralmente, associados à pesca ou a agricultura de subsistência, produtos madeireiros pouco beneficiados, açaí e outras frutas, produtos cerâmicos, combustíveis, dentre outros.

Cria-se uma forte vertente voltada para a informalidade, onde a contabilização de quantidades e volumes acontece de forma frágil e pouco analítica, fato que pouco contribui para o fomento de políticas voltadas ao desenvolvimento da infraestrutura, sob os aspectos da expansão ou do melhoramento das atividades. No entanto, ressalta-se a importância destes locais para a microeconomia local, pois através da difusão de produtos em uma rede logística pouco estruturada, mas que distribui produtos e alguns serviços destes locais para feiras, comércios, mercados, estâncias, enfim, evidencia-se a consistência e o papel de contribuição para o dinamismo da economia informal destes locais como: Canal do Jandá; Igarapé das mulheres; Rampa do Santa Inês; Canal das pedrinhas; Igarapé da fortaleza; Canal do bueiro.

Locais estes que pela a sua informalidade não são considerados portos e sim como atracadouros, no entanto, realizam função semelhante, salvo as escalas de volume e controle e planejamento da gestão, e da própria infraestrutura de suporte existente, mas realizam o transporte fluvial de carga e passageiros diariamente. Em contrapartida tem-se, principalmente, no município de Santana a constituição de portos formais, com certo nível de infraestrutura empregada a atender volumes e quantidade razoáveis,

principalmente, de graneis sólidos (minérios, cavaco para celulose, soja), produtos alimentícios, eletro eletrônicos, veículos, dentre outros.

Avalia-se a princípio, que devido à ocorrência de calados relativamente elevados, permite a operacionalização de navios e embarcações de grande porte, caracterizados por atividades, economicamente mais consistentes e atraentes aos investimentos públicos e privados. Deste modo as operações realizadas tendem, em sua grande maioria, à atender as navegações de longo curso e prática de cabotagem, e demanda pela a eficiência do uso dos espaços e de planejamento equalizado a atender diferentes tipos de produtos e serviços.

Nestes casos, portos organizados, há menos interações econômicas diretas com a população do entorno, porém a disposição da configuração urbana causada pela a chamada região portuária que precisa de áreas operacionais extensas, para realizar o armazenamento e concentração de materiais em um lugar (minério de ferro, minério de zinco, manganês, combustíveis) requer determinados cuidados, e restringem ao acesso ou causam problemas de ordem ambientais nos rios ou no centro urbano. Os principais portos com uma infraestrutura, consolidada são: companhia docas de Santana – CDSA; porto do Grego; porto ZAMIN; porto NORTELOG; porto TBL; porto Tramontina e o porto Petrobras.

O fato que a integração rodo-fluvial nos elementos viários do eixo em estudo, vai ocorrendo de maneira mais eficiente, ao passo que a infraestrutura é planejada e desenvolvida, tendo fortes inclinações relacionadas às ações micro, meso e macroeconômicas.

Desta forma os espaços urbanos utilizados para este fim, ainda na sua maioria necessitam de grande aporte de investimentos estratégicos de forma pontual e integrada, que mescle ao contexto urbano social a inclusão das atividades empreendidas, para possibilitar uma nova realidade que aponte significativos crescimentos dos aspectos qualitativos e quantitativos que justifique a existência destes locais de forma racionalizada.

O quadro-01 foi elaborado no sentido de expor o quão é diversificada, intensa, e interessante é a dinâmica dos produtos que fluem nos portos e atracadouros elencados, foram mostrados também os possíveis acessos correlacionados aos aspectos de integração rodo-fluvial. Um dos mecanismos que poderia facilitar este tipo de integração deste eixo, para permear a estratégias em escala maior se for o caso de expansão urbana e no aumento do volume do fluxo logístico, seria o melhor aproveitamento do distrito

industrial em Santana, que já possui uma área extensa com esta finalidade de implantação e estabelecimento de empresas com objetivos industriais, comerciais e serviços de logística (armazenamento, distribuição e transporte), no entanto, tem sido subutilizado.

QUADRO 01 - Integração Rodo - Fluvial entre Macapá e Santana

Local	Município	Área e influência	Produtos/ Serviços	Navegação	Acesso	Tipo de embarcação
Canal do Jandiá	Macapá	São Lázaro Pacoval Cidade nova	Madeiras Combustível Aviamentos	Interior	BR 210, BR 156 AP 070, 440 e 020	Barco de pequeno porte
Igarapé das mulheres	Macapá	Perpétuo socorro Centro	Pescados Combustível Aviamentos Verduras Farinha	Interior	AP 010	Barco de pequeno porte
Rampa do Santa Inês	Macapá	Santa Inês Centro	Passageiros	Interior	AP 010	Barco de médio porte
Rampa do Açai do	Macapá	Santa Inês Centro	Açai Abacaxi Verduras	Interior	AP 010	Barco de pequeno porte
Canal das Pedrinhas	Macapá	Pedrinhas Muca Beírol Araxá Aturiá	Madeiras Combustíveis	Interior	AP 010	Barco de pequeno porte
Igarapé da fortaleza	Santana	Área portuária	Passageiros Açai verduras combustível	Interior e cabotagem	AP 010, 020 e 440	Barco de médio e grande porte
Porto CDSA	Santana	Área portuária	Soja Cavaco para celulose Minérios	Cabotagem e Longo curso	AP 010, 020 e 440	Navios de médio e grande Porte
Porto do Grego	Santana	Área portuária	Passageiros	Cabotagem e Longo curso	AP 010, 020 e 440	Barcos de médio e grande Porte
Porto Zamin	Santana	Área portuária	Minérios	Cabotagem e Longo curso	AP 010, 020 e 440	-
Porto nortelogs	Santana	Distrito industrial	Veículos Eletrônicos Graneis Alimentos Animais	Cabotagem e Longo curso	AP 010, 020 e 440	Balsa de médio e grande porte
Porto TBL	Santana	Distrito industrial	Veículos Eletrônicos Graneis Alimentos Animais	Cabotagem e Longo curso	AP 010, 020 e 440	Balsa de médio e grande porte
Porto Tramontina	Santana	Distrito industrial	Produtos manufaturados	Cabotagem e Longo curso	AP 010, 020 e 440	Balsa de médio porte
Porto Petrobras	Santana	Área portuária	Combustíveis Granéis líquidos	Cabotagem	AP 010, 020 e 440	Navios de médio porte

FONTE: elaborado pelo o autor, 2017.

Localizado às margens do delta do rio Matapí com o rio Amazonas, sendo cortado pelas APs 010 e 020 com rápido acesso através da AP 440 as BRs 210 e 156, ou seja, tem ligação direta com as regiões sul e norte do estado, e a todos outros catorze municípios, o que impulsiona o dinamismo do fluxo de produtos de entrada e saída no eixo.

Observa-se a proximidade do distrito industrial com os centros comerciais de Macapá, Santana e Mazagão, este último é o terceiro município componente da chamada área metropolitana de Macapá. Atualmente encontra-se com acesso integrado, outrora realizado por balsas sob a administração do Estado, o que era literalmente um gargalo acarretando constantes filas de veículos, após a inauguração da ponte sobre o rio Matapí, fato que poderá promover novas interações logísticas e com isso pesquisas complementares, pois houve um aumento na fluidez de bens e serviços que possibilita uma interessante reconfiguração do espaço e de fatores socioeconômicos.

Observa-se que a configuração da infraestrutura nos espaços urbanos, fomentada para atender aos propósitos que vinculem, em particular, uma atividade econômica específica, geralmente, ocasiona problemas e conflitos associados a invasões às áreas públicas, a construções de moradia de forma irregular, como ocorrem, por exemplo:

a) Invasão e construção de moradias e empreendimentos dentro da faixa de domínio das rodovias, impedido ou dificultando obras de melhoramentos, fato observado na rodovia AP 010 (JK), que demanda por acostamento e ciclovia em seu percurso, onde se tem forte processo de conurbação e por isso já uma concentração populacional elevada;

b) Processo de favelização do entorno do igarapé das mulheres, no centro de Macapá, local utilizado como atracadouro e realização de comércio com baixa estrutura para e tal, e de espaço operacional;

c) Porto da CDSA tem em seu entorno poucas área para ampliação, devido também ao processo de invasões e favelização;

d) Problemas relacionados ao meio ambiente com o despejo de resíduos líquidos e sólidos diretamente lançados nos rio;

e) A possibilidade de incêndios e explosões, devido ao comércio irregular de combustíveis nos atracadouros menores;

f) Em determinados locais a prostituição, venda de drogas, falta de segurança, dentro outras situações.

Neste sentido ao balizar este processo em que se tenta desenvolver um meio espacial estruturado, criado pelo homem. A cidade pode, por isso, ser olhada como um ambiente tangível construído – um ambiente que deveria ser um produto social. E esta construção poderia ser realizada com uma tecnologia dada e elaborada no contexto de um modo orgânico de produção. O urbanismo é uma forma social, um modo de vida, ligado entre outras coisas, a certa divisão do trabalho e a certa ordem hierárquica de atividades, que é amplamente consistente com o modo de produção dominante. (HARVEY, 1980).

Em se tratando das possíveis configurações urbanas que destoam entre si, e evidenciam situações opostas em um mesmo contexto, tem-se no município de Santana o exemplo de ocupação planejada que ocorreu na Vila Amazonas, a espontânea Área Portuária conhecida localmente como “baixada do Ambrósio”, o porto junto ao centro da cidade e a ocupação ribeirinha na Vila do Elesbão. Nos trechos selecionados para os trabalhos iniciais deste plano: Igarapé Fortaleza, Companhia Docas de Santana, Área Portuária (Baixada do Ambrósio) e Elesbão, as atividades econômicas mais representativas estão ligadas ao setor primário com a atividade de extrativismo vegetal, sendo o principal produto o açaí, de onde se extrai o vinho (Igarapé Fortaleza, Baixada do Ambrósio, Elesbão) e o palmito (Igarapé Fortaleza), este último para exportação (Flórida) (CNT, 2013). Apesar da proximidade entre os locais citados, existem realidades diferentes caracterizados por uma construção histórica com um veio econômico que obteve intervenções públicas e privadas, que refletem até os dias atuais.

No geral, questões voltadas à ampliação ou melhoria de determinados empreendimentos viários localizados no perímetro urbano, seja nas rodovias, nos portos ou nos atracadouros resulta em ações conflituosas, pois nem sempre a população que habita nestas áreas é chamada ou consultada para ter ciência ou discutir e entrar neste processo na fase de planejamento. Observa-se que as perspectivas que levam as habilidades básicas empregadas nos governos municipais em toda parte são a intuição, boas intenções, bom senso e experiência. Aqueles que parcialmente obtêm sucesso possuem bom senso e experiência. A tomada de decisão em assuntos urbanos, entretanto, frequentemente não considera os efeitos de longo prazo de programas bem intencionados, amiúde dispendiosos, projetados para melhorar os lotes de moradores urbanos. (BARCELLOS, 2002).

## **PROPOSTAS**

As diversas instituições governamentais relacionam algumas proposições de investimentos, que preveem melhorias ou adequações na infraestrutura logística neste eixo de estudo, que compreende a configuração urbana dos municípios de Macapá e Santana. A seguir serão elencadas as principais medidas que se destacam neste contexto:

a) Plano plurianual do governo do estado 2016-2019, neste está contida as principais diretrizes, objetos e metas que a administração pública terá que cumprir, com o intuito de abranger de forma regionalizada a execução de melhorias e adequações em diferentes seguimentos, desta forma, para a infraestrutura viária foi proposto à construção do Arco Rodoviário Sul, com intervenções na restauração e duplicação das rodovias JK e Duca Serra, privilegiando a interligação com o Porto Organizado de Macapá; e duplicação do trecho rodoviário entre as rodovias Duca Serra e BR 210, alternativa para afastar do centro da cidade o trânsito de veículos, máquinas e equipamentos pesados. Conclusão da construção da ponte sobre os rios Matapi e Jari, visando à consolidação do corredor rodo-portuário (fluvial) do Estado - eixo de ligação da Região Sul com o Porto de Santana e as rodovias federais: BR 156 e BR 210. (AMAPÁ, 2015).

b) Plano mestre do porto CDSA - elaborado com o intuito de se alcançar os seguintes objetivos este plano mestre busca: a obtenção de um cadastro físico atualizado do porto; a análise dos seus limitantes físicos e operacionais; a projeção da demanda prevista para o porto em um horizonte de 20 anos; a projeção da capacidade de movimentação das cargas e eventuais necessidades de expansão de suas instalações ao longo do horizonte de planejamento; a proposição das melhores alternativas para superar os gargalos identificados para a eficiente atividade do porto; e a análise do modelo de gestão e da estrutura tarifária praticada atualmente pelo porto.

c) O Plano Diretor Participativo do município de Santana é instituído pela Lei Complementar n.º 002/2006-PMS. Este trata quanto à política urbana, traça como diretriz para o desenvolvimento econômico a associação integral entre a atividade portuária e industrial (Art. 11, inciso I), principais atividades econômicas da cidade. Em referência à mobilidade urbana, pretende minimizar o impacto do tráfego de cargas pesadas no entorno da área portuária e central da cidade, na intenção de evitar a degradação da malha viária e a geração de trânsito. Orienta desenvolver a integração

regional do estado do Amapá, através da integração do transporte rodoviário, a fim de propulsionar a atividade do Porto de Santana (Art. 20).

d) O Plano diretor de desenvolvimento urbano e ambiental de Macapá de (2004), em seus Art. 15. e 148. tratam de adequações de integração da infraestrutura urbana.

As ações propostas para equalizar a eficácia do sistema viário, ou seja, otimizar a dinâmica de planejamento, de infraestrutura e gestão operacional de portos e rodovias que formam a rede logística de integração multimodal dos municípios de Macapá e Santana demandam por sua execução prática. Com o intuito de promover ações sinérgicas, não somente às atividades de transportes, assim como também de armazenamento e distribuição de cargas e passageiros, além de possibilitar ganhos socioeconômicos através da geração de emprego e renda do meio urbano.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em suma, a configuração urbana anseia por medidas alíem as necessidades da população com a implantação de infraestrutura adequada, ressalta-se a necessidade de maior diálogo entre os atores sociais e as instituições públicas e privadas no sentido de ampliar os horizontes e perspectivas e diminuir conflitos no cerne da mobilidade, da violência, prostituição, saúde, saneamento, dentre, outros fatores que assolam negativamente esta região.

No que diz respeito à infraestrutura de portos e rodovias é plausível a integração viária dos diferentes contextos analisados, mesmo que de forma frágil e incipiente nos casos dos canais e igarapés que possuem atracadouros ou rampas. Estes necessitam de apoio e investimentos para reconfigurar o espaço existente. Para tanto, nos demais que possuem uma estrutura formal já constituída, se faz necessário um novo dimensionamento para atender a consolidação de novas demandas, é caso da duplicação da rodovia AP 020 que está paulatinamente em implantação desde 2016; da construção de um terminal hidroviário de Santana, cuja ordem serviço foi expedida pelo o governo federal em meados de 2016, e até a elaboração deste trabalho, as obras não iniciaram.

Desta forma, entende-se que a busca constante pela eliminação dos gargalos infraestruturais consorciados a integração das demandas da população, das restrições de uso dos espaços e do meio ambiente, deverão está alinhados as tomadas decisões de gestão pública e privada, para tirarem do papel o planejamento previsto na área de livre

comércio de Macapá e Santana, na zona franca verde, na área metropolitana, pois as oportunidades existem e demandam intensas transformações na logística praticada no meio urbano no eixo Macapá e Santana.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMAPÁ. Secretaria de Estado do Planejamento. **PLANO PLURIANUAL 2016-2019**. Macapá: SEPLAN, 2015.

ANTAQ. Anuário Estatístico Portuário. 2009.

BARCELLOS, Paulo F. P. Planejamento na gestão urbana. Prefeitura Municipal de Curitiba, Instituto Municipal de Administração Pública, Projeto Habitar Brasil/BID. Porto Alegre: FAURGS, 2002.

BARCELLOS, Paulo Fernando Pinto; BARCELLOS, Luiz Fernando Pinto. Planejamento urbano sob a perspectiva sistêmica: considerações sobre a função social da propriedade e preocupação ambiental. Revista da FAE, V. 7, N 1. 2004.

BARAT, Josef et al. **Logística e transporte no processo de globalização: oportunidades para o Brasil**. São Paulo: UNESP, 2007.

BRASIL. EMPRESA BRASILEIRA DE PLANEJAMENTO DE TRANSPORTES – GEIPOT. **Caminhos do Brasil**. Brasília: GEIPOT, 2001.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Portos da Presidência da República – SEP/PR. **PLANO MESTRE DO PORTO DE SANTANA**. Florianópolis – SC, 2013.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE TRANSPORTE. **PESQUISA DO TRANSPORTE AQUAVIÁRIO** – cabotagem 2013. – Brasília : CNT, 2013.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE TRANSPORTE. **PESQUISA CNT DE RODOVIAS 2016: relatório gerencial**. – 20.ed. – Brasília : CNT : SEST : SENAT, 2016.

HARVEY, David. **A justiça e a cidade**. São Paulo: HUCITEC, 1980.

LACERDA, Natalício Pereira. A Geopolítica, Redes de Transporte e as Migrações na Amazônia Legal. Revista UNIFESO – Humanas e Sociais Vol. 1, n. 1, 2014, pp. 45-68.

MONTE-MÓR, Roberto Luis de Melo. **AS TEORIAS URBANAS E O PLANEJAMENTO URBANO NO BRASIL**. In: Diniz, c.c.; crocco, m.. (org). Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte: editora UFMG, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAPÁ. **PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO E AMBIENTAL DE MACAPÁ**. MACAPÁ, P.M.M. – SEMPLA, IBAM. 2004.

PORTO, J. L. R.; SANTOS, E. R. C; CASTRO, M. L.; MARTINS, C. R. N.; FURLAN, L. A. **Interações espaciais em uma cidade média no meio do mundo: o caso de Macapá (AP)**. Somanlu (UFAM), v. 8, p. 9-24, 2008.

SANTOS, R. V; AMORIM, J. P. A. **A centralidade urbana sub-regional do aglomerado urbano Macapá-Santana na Amazônia Setentrional Amapaense**. Caderno de Geografia, v.27, n.49, 2017.

SANTOS, E R C. **Grandes Projetos Amazônicos e Configuração Geográfica do Amapá**. In: PORTO, J L R; NASCIMENTO, D M. **Interações Fronteiriças no Platô das Guianas: novas construções, novas territorialidades**. (Org.). Série Percepções do Amapá, v. 6. – Macapá: Editora Publit, 2010.

SANTOS, R. V.; SANTOS, E. R. C. **FORMA URBANA E PROCESSOS SOCIOESPACIAIS: Reflexões sobre o Aglomerado Urbano de Macapá e Santana na Amazônia Setentrional Amapaense**. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, v.4, n.1, p.93 – 116, jan/jul, 2016.

SOUZA, A. C. M. de. **Análise do planejamento urbano de um espaço em transformação: as cidades de Macapá e Santana na perspectiva do desenvolvimento local** Dissertação (Mestrado). Programa de Mestrado Integrado em Desenvolvimento Regional. Fundação Universidade Federal do Amapá Macapá, 2014.

TOSTES, J. A. **Reconfiguração das cidades de Macapá e Santana através das rodovias Duca Serra e JK entre as décadas de 1950 a 2010**. Disponível em: [http://josealbertostes.blogspot.com.br/2013/02/reconfiguracao-das-cidades-demacapá\\_24.html](http://josealbertostes.blogspot.com.br/2013/02/reconfiguracao-das-cidades-demacapá_24.html) Acessado em: 03/07/2017.

TOSTES, J. A; SOUZA, A. C. M; FERREIRA, J. F. C. **O desenvolvimento local integrado entre as cidades de Macapá e Santana (Estado do Amapá, Brasil)**. Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP. Macapá, p. 149-167, jul./dez. 2015.

## **NÓS SOMOS A PONTE: SOCIOESPACIALIZAÇÃO DOS TRABALHADORES CATRAIEIROS NA FRONTEIRA FRANCO-BRASILEIRA**

Lana Patrícia de Matos dos Santos  
Graduada em Licenciatura em Geografia  
pela Universidade Federal do Amapá, [lane\\_patricya@hotmail.com](mailto:lane_patricya@hotmail.com)

Patricia Rocha Chaves  
Profª Drª adjunta do Curso  
de Geografia da Universidade Federal do Amapá, [patriciarchaves@hotmail.com](mailto:patriciarchaves@hotmail.com)

Daguinete Maria Chaves Brito  
Profª Drª adjunta do Curso  
de Geografia da Universidade Federal do Amapá, [dagnete@uol.com.br](mailto:dagnete@uol.com.br)

Eliane Aparecida Cabral da Silva  
Profª Drª adjunta do Curso  
De Geografia da Universidade Federal do Amapá, [lianecabral@hotmail.com](mailto:lianecabral@hotmail.com)

44

### **RESUMO**

Os catraieiros, fração da classe trabalhadora na fronteira franco-brasileira, tem como único elemento constitutivo de suas relações de produção socioeconômica o trabalho nas catraias. A construção da ponte sobre o rio Oiapoque uma das estratégias do setor de transportes da IIRSA, inaugurada parcialmente em março de 2017, conferiu novas dinâmicas ao território que ameaça a existência da classe trabalhadora. Nesse sentido o objetivo desse trabalho é analisar a atividade socioeconômica catraieira, e as transformações na perspectiva do sujeito social catraieiro como movimento de resistência diante a implementação das políticas territoriais neoliberais nessa faixa de fronteira.

**Palavras-Chave:** Catraieiros, Fronteira, Socioespacialização

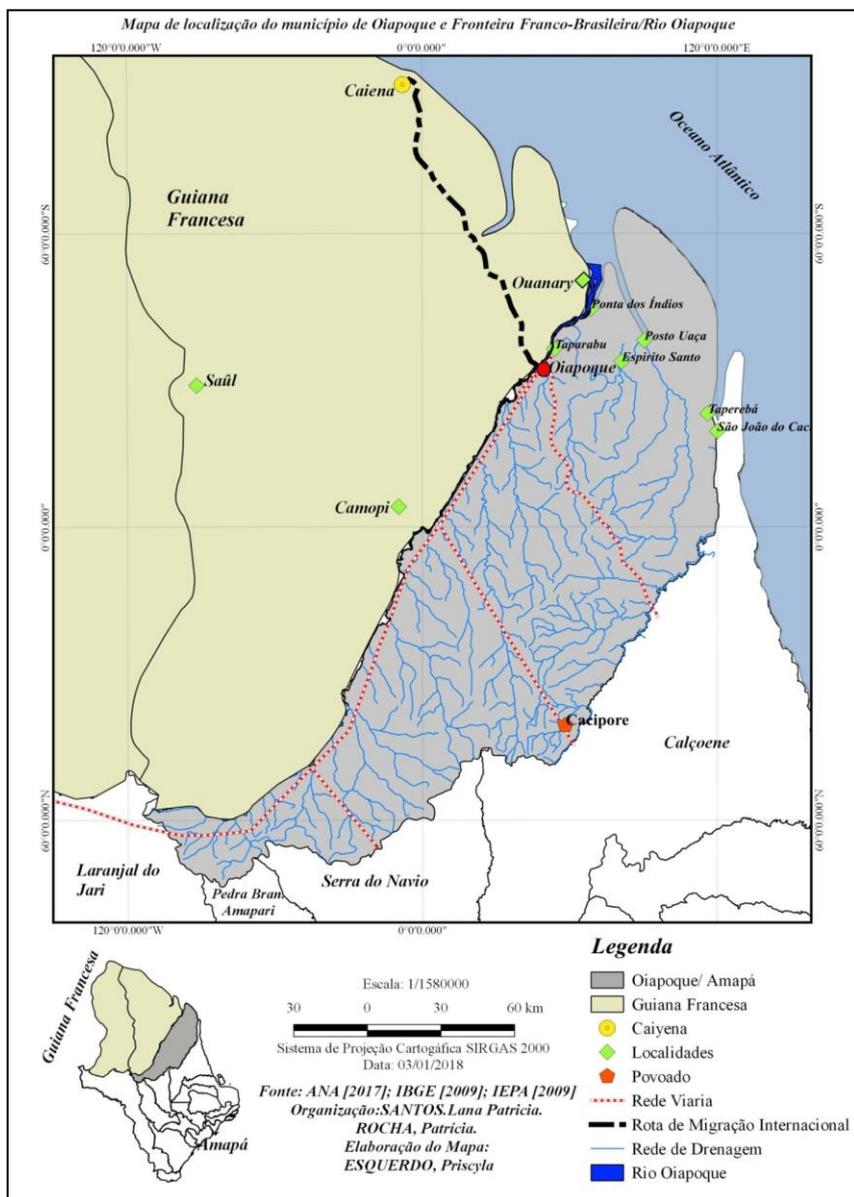
### **INTRODUÇÃO**

O litígio entre Brasil e França, o Contestado Franco-Brasileiro segundo Granger (2012), foi alvo de negociações diplomáticas por meio de tratados, acordos e disputas armadas durante dois séculos sobre a área que corresponde à faixa de terra compreendida entre o rio Oiapoque e o rio Araguari. Em 1713, o Tratado de Utrecht determinava que o rio Oiapoque fosse o limite entre as colônias de Portugal e França, mas em 1797 foi anulado por Napoleão Bonaparte. Somente em 1º de dezembro de 1900, o Tratado de Utrecht foi reafirmado através do Laudo Suíço a favor do Brasil, definindo o Rio Oiapoque como o limite que separa Brasil e França, desta maneira, naturalizando os conflitos, sobretudo nas definições das fronteiras (fronts) dos

territórios que correspondem na atualidade ao Estado do Amapá/BR e o Departamento de Ultramar Francês/FR.

Estabelecido como o limite entre Estados Nações, por um sistema mundo moderno-colonial, o rio Oiapoque com 340km, tornou-se a principal via de articulação entre eles. Esta articulação foi realizada a partir de 1970 por meio das catraias, pequenas embarcações responsáveis pela circulação de cargas e pessoas entre as cidades fronteiriças de Oiapoque/BR, demonstrada no mapa (figura 01) localizada cerca de 600 quilômetros da capital do Amapá e Saint-Georges, situado no extremo meridional do Departamento de Ultramar Francês/FR.

**Figura 01** : Mapa de localização do município de Oiapoque e Fronteira Franco-Brasileira/Rio Oiapoque como limite físico.



Fonte: ANA (2017);IBGE (2009); IEPA (2009).

Nessa perspectiva, a classe trabalhadora catraieira constitui o sujeito/objeto de estudo dessa pesquisa, que buscou analisar a atividade socioeconômica catraieira, sua dinâmica e relevância para os sujeitos que a integram e para a população local consumidora desse trabalho direta e indiretamente e espacializar a movimentação de pessoas e a circulação de mercadorias nas catraias na fronteira Franco-Brasileira.

O caminho teórico-metodológico seguido na análise do sujeito/objeto de estudo é o Materialismo Histórico e Dialético, gerado pelo pensador Karl Marx, com contribuição de Friedrich Engels (1845-1846). “Para Marx, a dialética compreende a noção de movimento na História” (SPOSITO,2004,p.44). Esses movimentos são incitados por forças produtivas que condicionam os homens a organizarem suas formas de relação de produção num dado momento.

As técnicas de pesquisas utilizadas foram o levantamento bibliográfico específico sobre a área de estudo, levantamento teórico e trabalhos de campo para registro de imagens e aplicação de entrevistas junto aos presidentes das cooperativas das catraias nas cidades de Oiapoque/BR e Saint Georges d L’Oyapock/FR

No primeiro momento se discorre sobre a origem da atividade socioeconômica catraieira na fronteira franco-brasileira e o cooperativismo como forma organizacional, enfatizando também o valor de uso e de troca do trabalho catraieiro e a espacialização da movimentação de pessoas e circulação de mercadorias nas catraias entre o Amapá e Guiana Francesa.

Por segundo, analisamos as dinâmicas socioterritoriais atuais advindas da inauguração da ponte Binacional, e seu impacto negativo no transporte fluvial, diminuindo a demanda da travessia de Saint Georges com destino à Oiapoque e Vila Vitória, revelando as desigualdades socioterritoriais entre Amapá e Guiana Francesa, com a exclusão de segmentos sociais como os catraieiros no uso do espaço e do território, na qual a classe trabalhadora catraieira resiste na luta por políticas públicas que lhes garantam espaço de reprodução socioeconômica.

## **FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA CATRAIEIRA NA FRONTEIRA DO AMAPÁ/BR COM GUIANA FRANCESA/FR**

Nesta pesquisa, parte-se do pressuposto de que as sociedades fazem parte de um movimento contraditório, desigual e combinado na totalidade do espaço para produção

dos territórios, das interações sociais da estrutura econômica hegemônica para sua própria reprodução. Sob esta perspectiva utilizou-se aqui o conceito de Formação Econômico-Social, desenvolvida por Marx, o qual afirmou ser uma combinação concreta de diferentes modos de produção organizados sempre sob a dominação de um deles (MARX, 1986).

Desse modo, a base da formação econômico-social é de certa maneira um determinado modo de produção, articulando-se aos demais; a qual possui dois aspectos indissociáveis: as forças produtivas e as relações de produção.

As forças produtivas motivam a construção das relações de produção e vice-versa. Considerando a dialética da sociedade, espaço-tempo, o modo de produção está sujeito a transformações sob as leis objetivas da economia e das instituições dessa sociedade (instituições políticas, jurídicas, religiosas, filosóficas, culturais) que correspondem a essas relações de produção, historificando a mesma.

As relações de produção entre o Amapá e Guiana Francesa, iniciada em 1964 com a construção da Base Espacial Européia, em Kourou localizada a 20km da Capital Guianense, composta por trabalhadores da construção civil imigrantes da Colômbia e do Brasil, motivou a interação socioespacial, o movimento migratório do Estado do Amapá/BR para o Departamento de Ultramar Francês/FR. Para Soares (1995) este fato explica o resultado do recenseamento realizado em 1974, segundo o qual 4,4% da população total da Guiana Francesa era composta por brasileiros. De acordo com Granger (2012), atualmente os brasileiros correspondem a 10% dessa população.

Atrelado ao processo de configuração das relações econômicas e sociais nesta fronteira está a atividade socioeconômica catraieira no rio Oiapoque. Os catraieiros são trabalhadores que tem como principal elemento constitutivo (força produtiva) de suas relações de produção socioeconômica as catraias, onde realizam o transporte fluvial de pessoas e mercadorias no rio Oiapoque desde 1974.

Durante quatro décadas a catraia foi o principal meio de transporte fluvial de mercadorias e pessoas na travessia da fronteira franco-brasileira por meio de pequenas embarcações *a priori*, em madeira com motor de popa, que na década de 1990 foram substituídas por embarcações em estrutura metálica conhecida regionalmente como catraias. As catraias possuem capacidade mínima para o transporte de 8 a 17 passageiros, a capacidade varia de acordo com o tamanho da embarcação. As maiores medem de 12-40 metros de comprimento com capacidade máxima para transportar 20 passageiros. Essa forma de produção econômica atraiu trabalhadores do gênero

masculino, moradores nascidos no Município de Oiapoque e também provenientes do Estado do Pará e Maranhão, formando a fração de Classe trabalhadora catraieira.

Em 06 de outubro de 1989, ocorreu a primeira organização social desses trabalhadores com a fundação de cooperativas. Atualmente os catraieiros estão distribuídos em: Cooperativa de transporte Fluvial e Terrestre de Oiapoque – COMFCOI, Associação dos Pilotos Fluviais de Vila Vitória – APFVV, cooperativa de transportes e turismo de Oiapoque- COOPTUR, Associação dos Canoeiros do Município de Oiapoque – ACOMO e Associação Valle de Saint-Georges L’Oyapock, esta última fundada por moradores de Saint-Georges.

O cooperativismo é uma das formas de organização e fortalecimento na defesa dos interesses coletivos dos trabalhadores que surge do conflito entre capital e trabalho.

Essas associações, em face do capitalismo, apresentavam e combinavam aspectos de caráter econômico e político. Em seu âmbito, muitas vezes, convergiam cooperativa, sindicato e partido. Nelas se organizavam os trabalhadores articulando greves, manifestações e alternativas econômicas (produção, comércio e consumo coletivos) e que vão ganhando força à medida que o proletariado avança politicamente como classe. (SOUZA,2008,p.09).

As cooperativas operárias para Martins (2000), representam uma brecha num antigo sistema, ainda que reproduzam em sua organização geral aspectos do sistema capitalista, internamente o antagonismo entre capital e trabalho foi superado, pois como associação, os trabalhadores representam os capitalistas deles próprios, utilizando o meio de produção para valorizar seu próprio trabalho. A reflexão do autor norteia para a definição do tipo de cooperativismo adotado pelas cooperativas de catraieiros de Oiapoque.

Essa valorização do trabalho, enquanto mercadoria se apresenta no aspecto do valor de uso e valor de troca. As cooperativas de transporte fluvial, ao definirem uma tabela geral designando o valor das travessias, estabeleceram valores de sua mercadoria, ou seja, força de trabalho produzida a partir da catraia enquanto força produtiva. “Mercadoria é em primeiro lugar, como dizem os economicistas ingleses, qualquer coisa de necessário, útil ou agradável a existência, objeto de necessidades humanas, um meio de subsistência no sentido mais amplo do termo” (MARX,2003,p.11).

O valor de uso só tem valor pelo uso e só se realiza no processo de consumo e, ainda assim, esse valor não produz nenhuma forma de relação social de produção, por

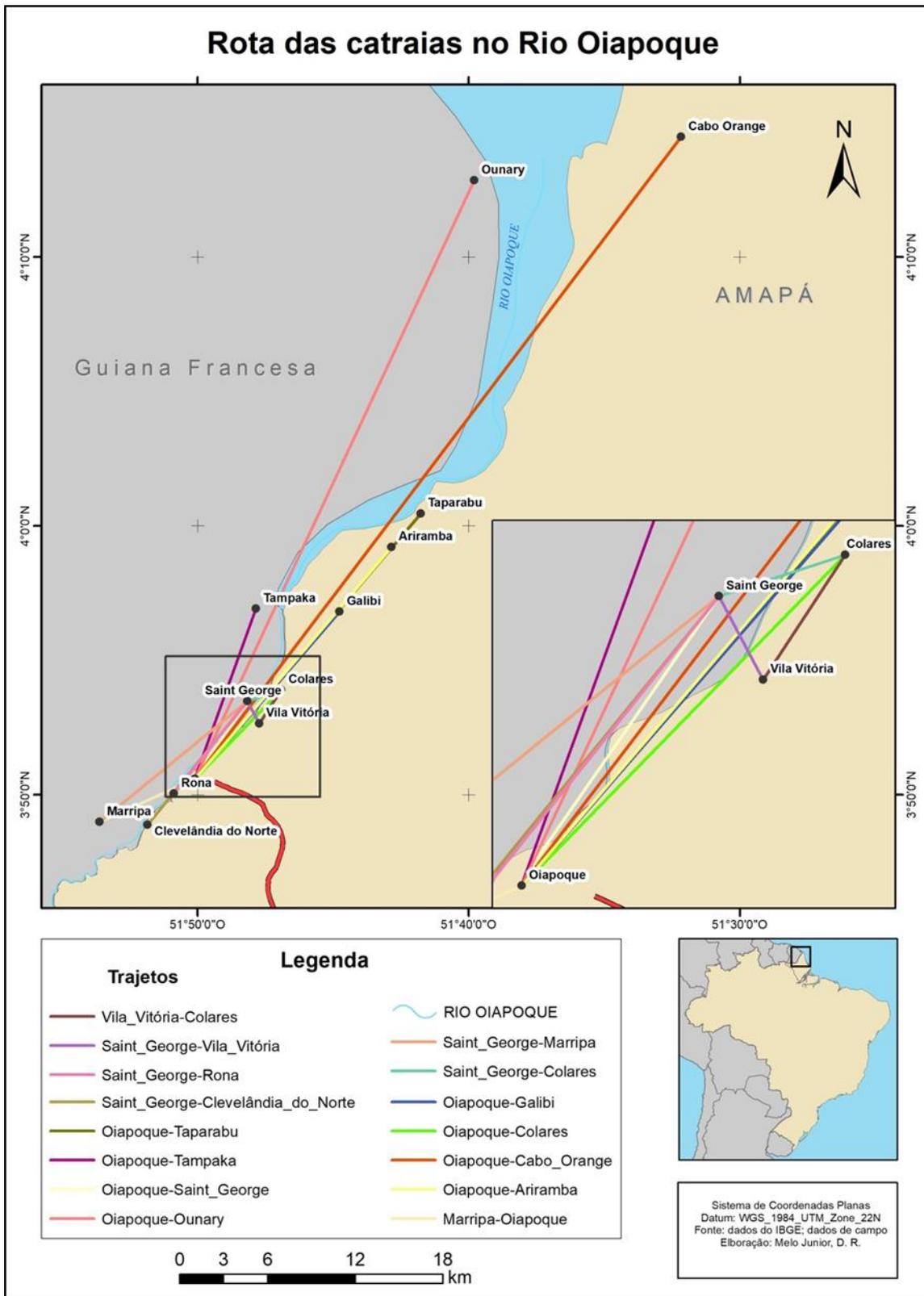
quanto diz respeito à relevância de determinada mercadoria. O valor de uso, por ser um dispêndio de força vital humana, não representa uma relação econômica.

A travessia nas catraias é um meio de relação social e econômica para os catraieiros e única força produtiva responsável pela reprodução de sua existência, seja ele proprietário da força produtiva (catraia), seja para o sujeito que não possui a catraia e a arrenda de outro catraieiro, de onde retira seu sustento, quanto para quem consome diretamente (passageiros/usuários do transporte fluvial) e indiretamente comércio local que se beneficia com a travessia de guianeses potenciais consumidores e os postos de combustível no abastecimento das catraias) essa mercadoria/força de trabalho. Segundo as cooperativas, o balanço do consumo de gasolina pelo transporte fluvial, constatou que cada catraieiro consome 30 litros de gasolina e 1 litro de óleo lubrificante ao dia, dinamizando assim o comércio de combustível em Oiapoque.

Com base empírica, afirma-se que a relevância do trabalho dos catraieiros está em possibilitar as interações socioespaciais, o deslocamento de cargas e pessoas, seja daquelas em situação de passagem pela fronteira, seja em situação de permanência, que atraídas pelo comércio, serviços públicos ou por possuírem vínculos familiares em ambos os lados da fronteira necessitam do trabalho dos catraieiros para a travessia. Todavia, este valor de uso, para se tornar uma relação econômica deve-se atribuir um valor de troca. O tempo de trabalho materializado nos valores de uso das mercadorias é o elemento que faz delas valor de troca, ou seja, o trabalho é o criador do valor de troca.

Para compreendermos a questão do valor de troca no trabalho dos catraieiros no rio Oiapoque, foi importante identificarmos que o valor das rotas é definido pela distância e pela despesa com o combustível da catraia, ou seja, o valor de troca que é correspondente ao tempo de trabalho materializado durante a realização do trajeto, está implícito. Veja-se no mapa 02 as rotas do trabalho dos catraieiros e em seguida o valor cobrado nas rotas no rio Oiapoque, de acordo com seu local de origem.

**Figura 02:** Mapa dos Trajetos das catraias no Rio Oiapoque/BR



Fonte: IEPA(2009);INCRA(2010)

O mapa demonstra a espacialização das rotas das catraias no Rio Oiapoque. As rotas com origem do município de Oiapoque com destino a diversas comunidades, cidade de Saint Georges/FR e vice-versa, a tabela a seguir contém os valores de alguns trajetos.

**Tabela 1. Preços do transporte de catraias na fronteira Franco-Brasileira**

<b>TABELA DE PREÇOS DO TRANSPORTE FLUVIAL /TARIF DES TRAJETS SUIR LE FLEUVE DE L' OIAPOCK</b>				
<b>TRAJETO TRAJETS</b>	<b>VALOR POR PASSAGEIRO ( R\$ - REAL ) TARIF PAR PERSONE (€- EURO)</b>			
	<b>DIA</b>	<b>NOITE</b>	<b>LE JOUR</b>	<b>LA NUIT</b>
Oiapoque – São Jorge	R\$15,00	R\$ 20,00	€ 7,00	€ 10,00
Oiapoque- Ilha Sofia	R\$ 5,00	R\$ 10,00	€ 2,50	€ 4,00
Oiapoque – Lacimôm	R\$ 5,00	R\$ 10,00	€ 2,50	€ 4,00
Vila Vitória- São Jorge	R\$ 4,00	R\$ 5,00	€ 2,00	€ 2,50
Vila Vitória – Colares	R\$10,00	–	€ 5,00	–
Vila Vitória – Joãozinho	R\$ 5,00	R\$ 10,00	€ 2,50	€ 4,00
Saint- George- Vila Vitória	R\$ 4,00	R\$ 5,00	€ 2,00	€ 2,50
Saint-George- Oiapoque	R\$15,00	R\$ 20,00	€ 7,00	€ 10,00
Saint- George – Rona	R\$12,00	R\$16,00	€ 6,00	€ 8,00
Saint- George – Clevelandia	R\$30,00	R\$ 40,00	€15,00	€ 20,00
Saint-George – Lacimôn	R\$ 5,00	R\$ 10,00	€ 2,50	€ 4,00
Saint-George – IleSofie	R\$14,00	R\$ 20,00	€ 7,00	€10,00
Saint- George - MARRIPA	R\$40,00	R\$ 60,00	€20,00	€ 30,00
Saint – George – Poterieem Face	R\$ 4,00	R\$ 5,00	€ 2,00	€ 2,50
Saint-George - Colares	R\$10,00	–	€ 5,00	–

**Fonte: Trabalho de Campo (2014)**

Os trajetos mais distantes são realizados mediante o frete a partir de 04 (quatro) pessoas, pois demandam maior gasto de combustível e o emprego de força de trabalho dos catraieiros e não constam na tabela.

De vila vitória o movimento para Oiapoque e Saint- Georges, corresponde a migração pendular, travessia cotidiana que possibilita morar e trabalhar em cidades distintas.

A diferença cambial entre o euro, que o valoriza em detrimento ao real, moedas em circulação nessa zona de fronteira, confere aos franceses e/ou crioulos, guianenses e imigrantes Haitianos que trabalham na capital guianense maior poder aquisitivo, motivando a travessia de Saint Georges para Oiapoque. A fim de realizarem compras de gêneros alimentícios, materiais de construção, peças do vestuário, etc. Essas cargas são transportadas nas catraias sem acréscimo no valor do trajeto. A busca por entretenimento e turismo sexual também é uma motivação para a travessia. Outro atrativo é o turismo gastronômico que corresponde ao trajeto de Saint Georges para o Restaurante do Rona que oferece um cardápio diversificado da culinária brasileira, localizado às margens do rio Oiapoque.

“Vimos como o valor de troca de uma mercadoria varia com a quantidade de tempo de trabalho nela diretamente incorporado” (MARX, 2003, p.27).

Marx (2003) afirma a interdependência entre o valor de uso e valor de troca, em que a mercadoria para tornar-se valor de uso, necessita ter um valor de troca e vice-versa. Esta teoria explica as relações de produção do sujeito/objeto da pesquisa, os catraieiros. Seu trabalho é a mercadoria e o valor de troca desta mercadoria só existe em decorrência ao valor de uso, gerado pela necessidade da utilização das catraias na travessia (necessidade particular), desta forma, consumindo a mercadoria do catraieiro.

Com a abertura da Ponte Binacional, ainda que de forma parcial os “usuários” das catraias, em sua maioria guianenses não necessitam mais integralmente do trabalho dos catraieiros para suas interações socioespaciais na fronteira franco-brasileira, ocasionando a perda do valor de uso, e como consequência o valor de troca da mercadoria (trabalho), o suporte das relações econômicas dessa classe trabalhadora, gerando instabilidade à classe que emerge como sujeito social, na luta por espaços de reprodução socioeconômica.

## **POR UMA FRAÇÃO DO TERRITÓRIO CAPITALISTA: LUTA E RESISTÊNCIA DA CLASSE TRABALHADORA CATRAIEIRA**

“Nós somos a ponte!” (Girico, catraieiro da COMFCOI, em 2014)

A frase inicial foi emitida por José Ribamar, catraieiro há 11 anos e ex-presidente da COMFCOI, conhecido popularmente como Girico ao ser indagado sobre “o sentido de ser catraieiro no rio Oiapoque”.

O rio representa o espaço de reprodução de relações sociais e econômicas de amazônidas nesta faixa de fronteira, sobretudo, para os catraieiros, pois o rio e a catraia são elementos intrínsecos às suas vidas e as relações de produção que transformam essas formações sociais locais não podem ser compreendidas fora do contexto mundial, nesse sentido é necessário discutir a disseminação das ideologias neoliberais nessa faixa de fronteira.

Apartir de 1980, baseadas na aliança mundial da classe burguesa capitalista, com a proposta da neutralização do Estado na economia e a liberalização do comércio mundial, que engendraria uma cooperação entre as burguesias nacionais extinguindo as fronteiras facilitando a fluidez do capital. Assim entre o Amapá e Guiana a partir de 1996 com o Acordo-Quadro firmado entre os dois Estados Nação, surge o projeto de cooperação transfronteiriça, que visa à abertura da fronteira para a circulação de capital através da conexão entre os territórios para a articulação e integração do comércio sul americano pelo eixo amazônico com a implementação no ano de 2000 da Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana/IIRSA, composta por ações estratégicas conjuntas dos países da América do Sul.

A construção da Ponte Binacional Franco-Brasileira sobre o rio Oiapoque, iniciada no ano de 2010 e concluída em 2011. A referida ponte custou em torno de R\$54,7 milhões (cinquenta e quatro milhões, setecentos mil reais), é uma das estratégias do setor de transportes da IIRSA, fundamental para alcançar seu objetivo, juntamente com a pavimentação da BR 156, a Route National 2 na Guiana, para facilitar o acesso à Macapá e Caienna e a reforma do Porto de Santana/AP, infraestruturas necessárias à integração de mercado no Norte da América do Sul. As perspectivas são dar à França acesso a região, principalmente por meio do Porto de Santana-AP, por estar integrado à Hidrovia Amazonas, que representa um elo de articulação com potenciais mercados exportadores.

As transformações no campo ideológico do modo capitalista de produção, segundo Raffestin provocam mudanças econômicas e, sobretudo políticas e sociais, logo essas transformações tornam-se os principais elementos da contradição.

De fato, desde que surjam mudanças nos modos de produção, nas relações de produção, na organização das forças de trabalho, o sistema de limites conhece então mutações sensíveis. Mutações que não são somente econômicas, como nos levariam a crer a fase anterior, mas também políticas, sociais e culturais (RAFFESTIN, 1993, p. 165).

O rio Oiapoque, utilizado como linha fronteira, defendida por Raffestin (1993), diante às mudanças da demanda do capital, deixa de ser a principal via de articulação entre os territórios, tornando o trabalho dos catraieiros desnecessário, usurpando-os seu espaço de reprodução.

**Figura 03:** Embarque de cargas na catraia para a travessia de Oiapoque para Saint Georges



**Fonte:**Trabalho de Campo realizado em 2014

Na figura acima, é possível observar o trabalho dos catraieiros, o embarque de mercadorias nas catraias em Oiapoque para atravessia para Saint Georges e contrastando ao fundo a ponte binacional que se transformou em um dos cartões postais de Oiapoque, símbolo de “desenvolvimento econômico” para a fronteira Franco-Brasileira. Construiu-se a ponte binacional sobperspectivas neoliberais, marginalizando os sujeitos sociais catraieiros do processo de integração, negligenciando a importância econômica do trabalho nas catraias para a vida dos catraieiros.

Há, no entanto, uma proposta de compensação financeira realizada pelo Estado brasileiro, a qual abordaremos a seguir:

É importante que o projeto de compensação seja aprovado, pra que nós catraieiros possamos desenvolver outras atividades, por que segundo informações que nos foi repassada em Saint Georges, é que quando inaugurar a ponte,não vamos mas sequer poder atracar as catraias em Saint Georges. Tudo isso são questões que devem ser discutidas para saber o que vai ser feito com a gente (Catraieiro da Cooptur,2014).

Observa-se desta maneira a grande tensão e o receio dentre os catraieiros que, desde 2014, ano do depoimento, aumentou-se gradativamente nos anos que seguiram à

conclusão da ponte. Em 2012, as cooperativas COMFCOI e COOPTUR se mobilizaram em busca de representação judicial por meio da contratação de um advogado para a abertura do processo de medidas compensatórias, posteriormente encaminhada ao Governo Federal.

O projeto foi denominado de “Medidas compensatórias para os trabalhadores de transporte fluvial de cargas e passageiros no rio Oiapoque”, com a finalidade de pressionar o Estado Brasileiro a garantir a reprodução econômica e social desses trabalhadores ante a ameaça que a abertura da ponte binacional.

A partir das propostas elaboradas pelos sujeitos sociais catraieiros, especificadas na Tabela 02. O projeto expõe o quantitativo de cooperados das duas cooperativas que tomaram a iniciativa, na época 124 que somados a uma média de 6 pessoas integrantes da família de cada catraieiro, contabilizavam 744 pessoas dependentes do trabalho nas catraias.

**Tabela 02:** Propostas de compensação financeira do projeto Medidas compensatórias para os trabalhadores de transporte fluvial de cargas e passageiros do rio Oiapoque

Proposta	Especificação	Valor Unitário	Valor para 72 meses 2012/2018	Valor Total
01	Subsídio pecuniário mensal para 124 cooperados por 06 anos	R\$ 2.180,00 (4 salários mínimos)	R\$156.960,00	R\$ 19.463.040,00
02	Financiamento para implantação do empreendimento para 124 catraieiros	R\$ 20,000,00	–	R\$ 2.480,000,00
<b>Valor do Projeto</b>				<b>R\$ 21.943.040,00</b>

**Fonte:** Projeto Medidas compensatórias para os trabalhadores de transporte fluvial de cargas e passageiros do rio Oiapoque(2012), adaptado.

Encaminhado ao Governo Federal no mesmo ano de elaboração, o projeto não foi aprovado, e a justificativa prestada naquele momento pelo Estado aos catraieiros foi a seguinte: por ainda estarem trabalhando com o transporte fluvial e não havendo previsão da abertura da ponte, visto que a estrutura alfandegária, a pavimentação da BR156 não estavam concluídas, não seria possível indenizá-los.

Gerando revolta nos catraieiros, que assumiram uma identidade coletiva independente de cooperativa. Os sujeitos sociais catraieiros, iniciaram o movimento de resistência e luta por uma fração do território capitalista, espaços de reprodução socioeconômica.

. “Nessa representação, a luta social aparece sob a forma de pequenos movimentos que, num dado movimento convergem fazendo emergir um sujeito coletivo com visibilidade pública.”(SADER,1998,p.29). O movimento de resistência dos sujeitos sociais catraieiros, ganhou visibilidade com a greve do transporte fluvial na fronteira franco-brasileira em janeiro de 2012. O estopim da greve foi à exclusão de brasileiros de Saint Georges/FR, que se expressa por mecanismos jurídicos como deportação e recondução (expulsão).

A greve foi uma iniciativa dos empresários da Associação Comercial de Oiapoque (ACOI), devido a abordagem dos brasileiros pela APAF na área central de Saint Georges, sendo expulsos. A ACOI pediu apoio dos catraieiros para começar a greve e infelizmente aconteceu um acidente que matou um dos nossos cooperados (Secretaria da Cooptur,2014).

Esta greve foi o primeiro movimento de resistência na luta por seu espaço de trabalho, pressionar o Estado a aprovar o projeto de Medidas Compensatórias. Porém o Estado criminalizou o movimento na tentativa de despolitiza-lo, abriu processo jurídico contra a greve. O relato seguinte colhido em campo, conta a ação repressora do Estado brasileiro perante a greve:

[...] Fomos processados, o documento veio direto de Brasília, dizendo que impedimos de passar remédios do Brasil para Guiana e morreu gente por conta disso, coisas que não aconteceram. Nós paramos a movimentação no rio, ninguém passava, mas não aconteceu isso o que o documento diz. Mas da ação da polícia federal que chegou apontando armas pra gente não se fala e isso aconteceu! [...](Secretaria da COOPTUR,2014).

Parafraseando Sader, pode-se afirmar que o movimento de resistência catraieira trata-se de uma novidade no real e nas categorias de representação do real (1980,p.27).

A greve foi interrompida por um evento fatídico, o falecimento do catraieiro Bruno Tavares da Costa da APFVV no rio Oiapoque. Porém a greve alcançou seu objetivo, foi firmado um acordo local garantindo a livre circulação de estrangeiros sem passaporte e visto no centro comercial de Saint Georges/FR, em horário comercial de 08h00min as 18h00min horas. Como se presumiu, a repercussão da greve deu notoriedade para o movimento dos catraieiros, provocando os Deputados Federais Fátima Pelaes (PMDB-AP) e Sebastião Bala Rocha (PDT-AP) a requererem na

Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público - CTASP a realização de uma Audiência Pública em 27 de novembro de 2012 em Oiapoque, com o objetivo de discutir a situação desses trabalhadores.

A alternativa para a sobrevivência da classe trabalhadora, apresentada pelos parlamentares juntamente com as instituições do poder público presentes foi a concessão de linhas de créditos e o custeio da retirada da carteira nacional de habilitação - CNH para os catraieiros vinculados às cooperativas existentes em Oiapoque, migrarem para o transporte terrestre rodoviário, trabalhando no transporte de cargas e pessoas entre Oiapoque e Macapá. Surgiu nessa ocasião, divergências entre os sujeitos a favor da proposta e os que se recusaram a migrar para o transporte terrestre rodoviário, argumentando não haver interesse em atuar nesta atividade, seja por limitações de acordo com a idade, pois em campo identificamos a faixa etária dos catraieiros, que corresponde à idade mínima de 20 anos e máxima de 51 anos de idade, homens que trabalham há 32 anos como catraieiros, sendo a catraia o único e principal meio de produção que garante sua reprodução, seja por haverem outras perspectivas para variação de suas atividades. Porém esta primeira proposta de projeto de lei como resultado da audiência pública, não foi elaborado.

Sabe-se que não foi realizado estudo de impacto econômico social para implementação da IIRSA, sobretudo a construção da ponte, como consequência a classe trabalhadora catraieira está sobre ameaça de extinção e luta por sua sobrevivência. A luta pelo direito à compensação, em 2016, 4 anos após a audiência pública mencionada nessa pesquisa, recebeu o apoio do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) com a elaboração do projeto de lei (PLS 434/2016), que autoriza o Poder Executivo a compensar financeiramente os catraieiros pela inauguração da ponte, a PL ainda encontra-se em análise na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Enquanto isso, o funcionamento da ponte os desafia diariamente, visto a diminuição na demanda de travessia pelas catraias, no entanto os catraieiros resistem e persistem em suas atividades.

A inauguração parcial da ponte Binacional ocorreu em 16 de Março de 2017, na cerimônia de abertura com a presença do Governador do Estado do Amapá Waldez Góes, os sujeitos sociais catraieiros organizaram uma manifestação pacífica e protestaram em prol da aprovação da PLS 434/2016. Veja imagem a seguir:

**Figura 04:** Manifestação do Movimento Catraieiro na Inauguração Parcial da Ponte Binacional



**Fonte:** Meneses,2017.

Sobre a cabeceira da Ponte Binacional, os catraieiros levantaram faixas com frases,questionamentos que expressama insegurança e a vulnerabilidade socioeconômica que esses sujeitos estão expostos com a inauguração da ponte. Durante a manifestação, um dos representantes da classe trabalhadora catraieira a convite do governador do Estado, participou da cerimônia solene de abertura da ponte, causando a revolta no movimento.

Eu achei um absurdo, no meio da nossa manifestação um dos nossos cooperados subir no palanque para tirar foto com o governador, nos representando como? Se a nossa luta é contra o governo Estadual e Federal. (Catraieiro da Cooptur,2017).

É evidente o antagonismo no movimento, provocado por interesses políticos individuais, que não são condizentes com os interesses coletivos defendidos pelos sujeitos sociais. O movimento socioespacial dos catraieiros na luta por políticas públicas territoriais que lhes garanta espaço de reprodução socioeconomica, em 5 anos de resistência, recebeu em 2017 do governo do Estado do Amapá, após a abertura parcial da ponte a oferta de uma linha de crédito no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais) para cada catraieiro através da Agência de Fomento do Amapá- AFAP, empréstimos acima desse valor, seria liberado somente para catraieiros que comprovassem a posse de empresa legalmente registrada. Considerando a proposta abusiva e o valor irrisório, os catraieiros recusaram a oferta do governo e embora com uma menor demanda e sem mais alternativas continuam trabalhando na travessia, como se pode verificar no seguinte relato:

Com a abertura da ponte, o movimento caiu bastante, pois os maiores usuários do serviço de transporte fluvial são os Guianenses que agora passam com seus carros e deixam de utilizar as catraias, os que utilizam são os que fazem suas compras e retornam com a carga pelo rio, pois não está autorizada a entrada de cargas pela ponte para a Guiana Francesa (Catraieiro da Cooptur, 2017).

A rigorosa fiscalização alfandegária na ponte em Saint Georges impede a entrada de cargas em território francês, todavia os franco-guianenses estrategicamente descarregam suas compras nas catraias para travessia à Saint Georges, enquanto retornam com seus carros pela ponte, desta forma transgredindo a fronteira.

Devido à morosidade da pavimentação da BR156 e a falta de estrutura alfandegária Brasileira, a abertura da ponte binacional ocorreu de forma parcial, sendo autorizado o trânsito de veículos de pequeno porte, somente para passeio e estabelecido entre o Governo do Estado do Amapá e do Departamento Ultramarino da Guiana Francesa. O horário de funcionamento da ponte é das 08h00min às 18h00min, com abertura as 08h00min e fechamento as 12h00min para o intervalo de almoço dos trabalhadores que atuam na fiscalização e também na construção da alfandega Brasileira, sendo a travessia é liberada novamente a partir das 14h00min. Esses horários são válidos de segunda à sexta, com exceção do sábado, em que a abertura ocorre as 08h00min e o fechamento as 13h00min.

Segundo informações da vigilância da Alfandega Brasileira da ponte binacional, na manhã de sábado 15 de abril de 2017, 80 veículos com origem de Saint-Georges e destino à Oiapoque haviam atravessado a fronteira por via terrestre, enquanto na Alfandega Francesa, não constava registro de entrada de brasileiros e veículos em Saint Georges, devido à burocracia e as altas taxas do seguro internacional do veículo para entrada no Departamento ultramarino Francês. A cooperação transfronteiriça é unilateral, a ponte binacional como projeto neoliberal, ao contrário do que se pregava, reforçou não apenas as fronteiras e as nacionalidades, mas principalmente as desigualdades socioespaciais entre Amapá e Guiana Francesa.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As transformações do território em função do seu uso pelo capital, buscam o desenvolvimento de forças produtivas que correspondam a fase de desenvolvimento do processo capitalista dialeticamente, ou seja, em seus processos de produção e reprodução o capital se reproduz nas contradições e desigualdades sociais.

A implementação de políticas neoliberais internacionais de integração dos territórios como a IIRSA, reconfigurou a dinâmica da fronteira franco-Brasileira e seus respectivos territórios; tendo em vista que as relações capitalista de produção abrange toda sociedade e o uso capitalista do território estimula o conflito entre classes, pois sociedade e território são indissociáveis, e ao excluir sujeitos sociais do processo de reconfiguração desse território, revelador de relações de poder assimétricas, engendra conflitos e resistências.

A resistência catraieira aos novos interesses do capital que implicam na perda do seu espaço de reprodução, com a diminuição da demanda da travessia, após a inauguração da Ponte Binacional, nos faz compreender a relevância da atividade catraieira para esses sujeitos que a integram há mais de quatro décadas.

Esta fração da classe trabalhadora surgiu na fronteira franco-brasileira, em decorrência das relações de produção da dinâmica migratória de brasileiros para as cidades de Kourou, Caienna e garimpos ilegais na Guiana Francesa na metade da década de 60 do século XX. Em 1970 se configuraram como atividade econômica, tendo como formação econômico social (FES) o capitalismo, estão organizados em cinco cooperativas, representando assim os capitalistas deles próprios, pois ao utilizarem o rio Oiapoque como meio de produção, e as catraias como força produtiva, valorizam seu próprio trabalho.

A fração de classe trabalhadora catraieira ao ser negada e submetida ao processo de cooperação transfronteiriça entre Amapá e Guiana Francesa, assumiu uma identidade coletiva para defender os interesses da classe, organizando movimentos de resistência e lutas como a greve de 2012 pelo direito a compensação financeira do Governo Federal Brasileiro e por políticas territoriais que garantam sua sobrevivência. No entanto o Estado os faz aguardar a avaliação pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) da segunda proposta de compensação, o projeto de lei (PLS 434/2016), que tem como relator o Senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), subestimando as demandas e carências dos sujeitos sociais catraieiros que aspiram apenas viver dignamente.

Enquanto a integração nacional com vistas à conexão econômica internacional da região amazônica, em que o capital faz uso do território para a circulação e reprodução dele próprio, privilegiando setores econômicos privados, é financiado, pelo governo federal e estaduais, que planejam a execução de políticas estadual, nacional e internacional com base em modelos eurocêntricos neoliberais de desenvolvimento, que

não dialogam com a realidade da região e de seus amazônidas, agravando as desigualdades socioeconômicas.

Diante as desigualdades socioterritoriais identificadas, segmentos sociais excluídos nesse processo de mundialização do capital, se fortalecem e se faz cada vez mais necessária as resistências entre as classes e desta forma o debate teórico que tem como movimento no movimento do pensamento as reflexões que tomam como dinâmica social a luta de classes.

Nesse sentido, o movimento dos trabalhadores catraieiros persiste na luta pela aprovação da PLS 434/2016, instrumento no qual creem que garantirá sua reprodução enquanto sobreviventes no mundo capitalista. É na disputa pelos espaços de uso capitalista que a geografia catraieira segue. Esperamos que esta pesquisa possa contribuir dentro e fora da universidade, ou seja, socialmente para reflexões sobre a luta dos trabalhadores no Amapá.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALICINO,Rogério. **Clevelândia do Norte**. Guanabara: Editora do Exército,1971.

CALIBI,D.;INDOVINA,F. **Sobre o uso capitalista do território**. Orientação USP, v. 9,p.55-68, São Paulo, 1992.

COSTA, Paulo Marcelo Cambraia da. **Na ilharg da Fortaleza, logo ali na Beira, lá tem o regatão**: os significados dos regatões na vida do Amapá 1945 a 1970. 2007.223 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,São Paulo, 2007. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle12988>>.Acesso: 12 jul. 2017

COSTA,Luciano de Souza.**O Cooperativismo: Uma Reflexão Teórica**,Ciências Sociais em Perspectiva (Online) V.6, n.11, 2007. ISSN 1981-4747. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/ccsaemperspectiva/article/view/1500>>.Acesso: 13jul. 2017.

CHAVES, Patrícia Rocha. **Rebeldia e barbárie: conflitos socioterritoriais na região do Bico do Papagaio**. 2015.Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo,2015.

CHESNAIS,Francois. **Amundialização do Capital**. Tradução Silvana Finzi Foá.- São Paulo: Xamã,1996.

COSTA,Wanderley Messias.**Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o território e o poder**. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo,2008.

FERRARI,Maristela. **As noções de fronteira em geografia**. Perspectiva Geográfica (online),V.9,n.10. 2014. ISSN 1981-480. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica/article/view/10161> Visto em: 12.07.2017.

LOMBA,R.M.;MATOS,F.R.**A Ponte Binacional e os Novos Arranjos Territoriais: Perspectivas e Dilemas da Cooperação Franco-Brasileira (Amapá)-Guiana**

Francesa. Boletim de geografia (Online), v.31, n.1, p.19-29, jan.-Abr. 2013. ISSN 2176-4786. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Bolgeogr/article/article/view/17335>>. Acesso: 22 jul. 2017.

MARTINS, Adalberto (Org.). **O cooperativismo no pensamento marxista**. (Marx, Rosa, Karl, Lenin, Mao) São Paulo: CONCRAB, Caderno das Experiências Históricas de Cooperação No. 2., junho 2000.

MARX, K. ; ENGELS, F. **A ideologia alemã: Feuerbach**. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitec, 1999.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução de Maria Helena Barreiro Alves. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

\_\_\_\_\_. **Formações Econômicas Pré-capitalistas**. Tradução de João Maia. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

MACHADO, Lia Osório. Limites, Fronteiras, Redes. In: STROHAECKER, Tânia Marques. et al. (Org.). **Fronteiras e Espaço Global**. Porto Alegre: AGB-Seção Porto Alegre, 1998.

\_\_\_\_\_. **Limites e Fronteiras: da Alta Diplomacia aos Circuitos da Ilegalidade**. In: Território nº 8, Jan/Jun. LAGET/UFERJ, 2000.

MENESES, Figura 04: Manifestação do Movimento Catraieiro na inauguração parcial da Ponte Binacional, 2017.

OLIVEIRA, A. U. **A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira**. Geosp – Espaço e Tempo (Online), v. 19, n. 2, p. 229-245, ago. 2015. ISSN 2179-0892. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/102776doi: http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2015.102776>>. Acesso: 09 set. 2017.

OLIVEIRA, Betiana de Souza. **Dinâmicas sociais na fronteira entre o Estado do Amapá e a Guiana Francesa: um estudo sobre Oiapoque, Vila Vitória do Oiapoque e Cayenne**. 2011. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2011.

PINTO, Manoel de Jesus de S. **O fetiche do emprego: um estudo sobre relações de trabalho de brasileiros na Guiana Francesa**. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

PORTO-GONÇALVES. C. W. **De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino – americana**. Revista GEOgraphia (Online), v.8, n.16, p. 41-55, 2006. ISSN 15177793. Disponível em: <http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/view/203/195> Visto em: 02.08.2017.

\_\_\_\_\_. **A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha**. En publicacion: Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado. Ceceña, Ana Esther. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Argentina. 2006. pp. 151-197. ISBN: 987-1138-34-8 . Acesso al texto Completo: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20101019090853/6Goncalves.pdf> Visto em: 02.08.2017.

\_\_\_\_\_. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

SANTOS, Figura 05: O rio Oiapoque, o catraieiro da APFVV na catraia chegando a Vila Vitória/Oiapoque-AP, 2017.

\_\_\_\_\_. Figura 06: Embarque de cargas na catraia para a travessia de Oiapoque para Saint Georges/FR, 2014.

\_\_\_\_\_. Figura 07: Carteira de Morador Fronteiriço, 2017

SANTOS, L.P.M.; CHAVES, P.R.; SANTOS, E.R.C. **Formação Econômica e Social da Atividade Catraieira: Elementos da Desigualdade Socioespacial na Fronteira Franco-Brasileira**. *Ciência Geográfica (Online)*, v. 21, n. 2, p.370-383, 2017. ISSN 1413-7461. Disponível em: <[http://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXI\\_2/agb\\_xxi\\_2\\_versao\\_inc\\_ternet/Revista\\_AGB\\_xxi\\_2-08.pdf](http://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXI_2/agb_xxi_2_versao_inc_ternet/Revista_AGB_xxi_2-08.pdf)>. Acesso em: 02 nov. 2017.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Estudos Territoriais: Os conceitos de Território e Territorialidade como orientações para uma pesquisa científica**. In: *Territórios e Fronteiras (Re) Arranjos e Perspectivas*. 33-50. (Org) Nilson Cesar Fraga. Florianópolis: Insular, 2011.

SILVA, Ana Regina Ferreira da. **Perspectivas das políticas territoriais na faixa de fronteira internacional da Amazônia Oriental brasileira: estados do Pará e do Amapá**. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2011.

SOARES, Ana Paulina Aguiar. **Travessia: análise de uma situação de passagem Oiapoque e Guiana Francesa**. 1995. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, Jean Adriane de. **O TRABALHO ASSOCIADO EM KARL MARX: Contribuição ao debate acerca do cooperativismo e da transição**. 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/106619/269459.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso: 15 jul. 2017.

SPOSITO, E.S. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

RICUPERO, Bernardo. **Caio Prado Jr. e a Nacionalização do Marxismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2000.

STÉPHANE, Granger. **O contestado franco-brasileiro: desafios e consequências de um conflito esquecido entre a França e o Brasil na Amazônia**. *Cantareira (Online)* v.17, Julho-Dez. 2012. ISSN 1677-7794 Disponível em:

<[www.historia.uff.br/cantareira/v3/wp\\_content/.../2013/.../e17a2.pdf](http://www.historia.uff.br/cantareira/v3/wp_content/.../2013/.../e17a2.pdf)>. Acesso:5 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. O OIAPOQUE, UMA FRONTEIRA EUROPEIA PARA O AMAPÁ E O BRASIL? p 146-162 Brito, Geografia do Amapá em Perspectiva I / – Universidade Federal do Amapá. Departamento de Filosofia e Ciências Humanas. Curso de Geografia. 2017.In: D. M. C.; Avelar, V. G. (Org.)199p.: il.

# A AÇÃO DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA NO ESTADO DO AMAPÁ

**Íris Costa da Silva**

iriscosta68@hotmail.com

Graduada em Geografia - UNIFAP

**Patrícia Rocha Chaves**

patriciarchaves@hotmail.com

Professora Dr<sup>a</sup> adjunta do Curso de Geografia - UNIFAP

## Resumo

Este trabalho é parte dos resultados de nosso Trabalho de Conclusão de Curso em geografia intitulada “A ação socioespacial da Comissão Pastoral da Terra no Amapá – CPT”. O presente estudo busca refletir sobre o desafio social que a CPT enfrenta no Estado do Amapá, como uma entidade de apoio e assessoria aos movimentos sociais do campo e seus enfrentamentos na luta pelo território. Para se discutir a temática dos desafios vividos pela CPT se fez necessário um levantamento sobre sua contribuição no decorrer dos anos de sua atuação enquanto organização pastoral com concepção teológica de defesa dos pobres. Para realizar esta pesquisa optamos por pesquisa bibliográfica sobre o tema, bem como entrevistas semiestruturada ou não-estruturadas e análise dos dados de conflitos sistematizados pela própria CPT.

**Palavras-Chaves:** Comissão Pastoral da Terra; Justiça; Estado do Amapá

## INTRODUÇÃO

Tanto a cidade, quanto o campo têm se tornado cada vez mais lugares de conflitos que culminam nas mais diversas formas de resistências e lutas sociais. Esses processos de reivindicações no campo vão desde a luta pela terra, pelos meios de sobrevivência, ao reconhecimento das culturas e dos direitos fundamentais no que condiz a sobrevivência humana.

A partir desses pressupostos, a questão central, levantada nesta pesquisa foi: Como se dá a ação socioespacial ou mesmo socioterritorial da Comissão Pastoral da Terra no Estado do Amapá.

Considerando a capacidade da ciência geográfica em interpretar as relações e as transformações no conjunto tempo/espaço e território/sociedade, nesta pesquisa nos esforçamos na compressão das contradições e transformações históricas e geográficas em curso, determinantes das resistências e reivindicações no campo e da atuação da CPT nesse processo.

A partir da análise dos cadernos de Conflitos no Campo tivemos a possibilidade de identificar os sujeitos sociais envolvidos nos conflitos no Estado do Amapá, assim,

esta pesquisa apresenta-se, como mecanismo de discussão sobre os conflitos pela terra no Amapá, destacando qual o papel de atuação da CPT junto aos camponeses envolvidos nos conflitos, trazendo reflexões sobre sua atuação e intervenção no acompanhamento e equação de conflitos existentes no Estado.

Para auxiliar nas reflexões sobre a temática foram realizadas entrevistas com agentes de pastoral, coordenadores e presidente da CPT, além de levantamento histórico e teórico sobre as concepções da teologia da libertação. Para a obtenção das informações desejadas, num primeiro momento, recorreremos à pesquisa bibliográfica fazendo o levantamento de várias informações sobre fatos que envolveram a CPT Amapá. A reflexão teórica baseou-se nos conceitos de terra, território e espaço com base em autores da geografia e demais ciências sociais.

A pesquisa que originou esse texto estruturou-se em três capítulos em nosso primeiro capítulo realizamos uma leitura sobre ambos os conceitos de Movimento Socioespacial e Movimento Socioterritorial, utilizamos os conceitos trazidos por Fernandes, (2005) destacando seus respectivos potenciais e diferenças teórico-conceituais.

No segundo capítulo objetivamos fazer um levantamento histórico sobre a construção da Teologia da Libertação. A importância dessa teologia traz à luz os teóricos, Boff, (1996) e Lowy, (2000) respectivamente.

No terceiro e último capítulo tratamos da espacialização da CPT no Estado do Amapá, o que significa dizer que é também espacialização e territorialização dos conflitos no campo nesta parte da Amazônia brasileira e sobretudo, luta camponesa, quilombola e indígena por um quinhão desse país.

### **A Teologia da Libertação**

A teologia da libertação é um movimento que nasceu dentro da Igreja Católica com base na percepção de padres sobre o agravamento dos problemas sociais e o surgimento de opressivos regimes militares na América Latina. Ao longo dos anos do século XX principalmente na segunda metade deste século, dentro da Igreja Católica houve a preocupação de seus membros com a questão social, com a violência, o desemprego e a fome vivida pelos pobres. Boff (2010), afirmou que a T.d.L Nasceu como resposta a essas grandes contradições. Pois, “[...] Para a T.d.L esta situação de pobreza fere o espírito do Evangelho, ofendendo a Deus. “A Teologia da Libertação

encontrou seu nascedouro na fé confrontada com a injustiça feita aos pobres” (BOFF, 2010, p. 14).

Ao longo de toda a história da igreja, a fé e justiça sempre foram elos fortemente defendidos por parte dos padres que a compunham. Conforme afirma Lowy (2000):

A preocupação com o pobre foi uma tradição da Igreja por quase dois milênios que remonta às origens evangélicas do cristianismo. Os teólogos latino-americanos se colocam como continuadores dessa tradição que lhes dá tanto referência quanto inspiração (p. 123).

Desta feita, Gibellini (1998) considera que a história da Teologia da Libertação é composta por três etapas distintas. Essas etapas seriam: a preparação, a formulação e a sistematização das ações. Boff (1996, p. 18-19) agrupa a história da Teologia da Libertação em quatro fases, a primeira: gestação e gênese, a segunda difusão e crescimento a terceira; consolidação e a quarta: revisão e novo impulso.

## **O SURGIMENTO DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT**

Pode-se dizer que os teólogos da Teologia da Libertação, juntamente com os clérigos adeptos do setor mais progressista da Igreja Católica, abalaram as estruturas institucionais da Igreja. O que se exigia era uma urgente mudança nas formas de ação da Igreja, que deveria voltar-se aos despossuídos e excluídos socialmente, que pudessem se libertar de seus opressores (as elites e classes dominantes).

Um dos exemplos mais expressivos da prática de uma Igreja libertadora e missionária foi Dom Hélder Câmara, bispo de Olinda, que veio a público denunciando a situação socioeconômica do Brasil. O contexto de ação dos religiosos e adeptos da Igreja progressista, não só no Brasil como na América Latina, foi um contexto marcado por contradições sociais resultantes das ditaduras militares.

Em sua atuação, a CPT passou a ter contato com outras instituições e organizações que atuavam junto ao povo oprimido. Mitidiero Júnior (2008) menciona que entre as instituições atuantes no cenário religioso, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), que surgiu em 1972, foi a instituição que mais influenciou a formação da CPT. O CIMI, dedica-se à articulação dos povos indígenas, possui duas principais linhas de ação: garantir a alteridade dos povos indígenas e fornecer subsídios para que esses povos formassem organizações e movimentos que protagonizassem sua luta contra diversos tipos de opressão. Esse conselho atua também no campo jurídico, buscando garantir os direitos dos índios, sobretudo, o direito territorial.

Desta forma, o surgimento da CPT esteve ligado à prática das Igrejas que lutavam contra a violência dirigida a indígenas e posseiros na Amazônia. Ivo Poletto, um dos fundadores da CPT, afirma que a libertação do camponês começaria através de sua organização para enfrentar os problemas sociais e políticos que os atingia. Apesar de a CPT nascer no contexto de injustiça e exclusão dos índios e posseiros na Amazônia, ela logo estendeu seu campo de ação a outras regiões do Brasil que tinham problemas muito semelhantes aos da Amazônia (Mitidiero Júnior, 2008). O surgimento da CPT foi favorecido por um conjunto de circunstâncias sociais e eclesiais. No campo social, deparou-se com a realidade de injustiças impostas aos trabalhadores rurais e indígenas. Já no campo eclesial, houve uma remodelação da missão da Igreja, proveniente do Concílio do Vaticano II, das conferências de Puebla e Medellín e do surgimento da Teologia da Libertação (Mitidiero: 2008).

Pode-se dizer que rapidamente a CPT começou a atuar, junto a outros sujeitos sociais que começaram a aparecer no cenário político e integrar seu campo de ação. São exemplos os trabalhadores sem-terra, os atingidos por barragens e posteriormente, no ano de 2005, os quilombolas. Além disso, outras questões passaram a ser alvo de reivindicações e de denúncias, como o trabalho escravo, a degradação ambiental, a agricultura familiar, a questão dos assentamentos rurais, entre outros. Nos mapas 01 e 02 a seguir, podemos identificar os municípios brasileiros de atuação da CPT, assim como os sujeitos sociais os quais a entidade acompanha atualmente.



Os mapas 01 e 02 foram elaborados a partir dos dados de conflitos sociais do ano de 2016, publicação mais recente do relatório de conflitos no campo.

O mapa 01 – Atuação da CPT no Brasil, contempla os Municípios de atuação da CPT, ou seja, aqueles onde ela está presente e desenvolve seu trabalho enquanto pastoral.

O mapa 02 – Sujeitos Sociais – contempla os povos dos campos, classificados, portanto, como sujeitos sociais, estes assistidos pela CPT em todo o Brasil onde ela tem sua atuação ativa, no Amapá especificamente nesta categoria ganham destaque: posseiros, quilombolas, ribeirinhos e assentados.

Podemos resumir as linhas de ação da CPT da seguinte forma: a luta pela reforma agrária, justiça e igualdade para os trabalhadores do campo, formação para assessoria jurídica, o conhecimento dos problemas das comunidades e, não se pode deixar de mencionar, o importante caráter pedagógico educacional presente nas ações dessa pastoral. Pois é justamente através de sua pedagogia que a CPT busca a formação de sujeitos que alcancem sua autopromoção (PELOSO & SIQUEIRA, 2002).

Em documentos produzidos pela CPT a entidade afirma que não deve ser vista como um movimento social ou uma ONG, pois sua função é de apoio às vítimas das injustiças sociais e não substituir iniciativas e organizações dos trabalhadores. Ou seja, toma a iniciativa, mas auxilia e forma, através de sua metodologia, para que esses trabalhadores cheguem autonomamente a se organizar para lutar por seus direitos.

Ela objetiva apoiar o processo de mudança, mas nunca sustentar políticas de cunho assistencialista, pois, segundo Leonardo Boff, teólogo e adepto da TdL, as políticas assistencialistas não são participativas, portanto não valorizam a ação dos pobres. O fato de dar valor às iniciativas dos sujeitos significa concebê-los como portador das mudanças de que demandam. Pode-se dizer que as ações da CPT, direcionadas às populações rurais, integram-se na concepção da educação popular, que concebe o povo como sujeito da sua própria história.

No entanto, há uma tensão entre o que esta entidade diz sobre não ser um movimento social ou uma ONG. Num primeiro momento a CPT emerge no período da ditadura militar, onde os movimentos sociais eram reprimidos; diante destas circunstâncias a CPT passou a ser um dos principais canais de expressão social. Com a redemocratização do país essa conjuntura política mudou, pois surgiram novos canais de expressão fora da Igreja, como os movimentos sociais, do ponto de vista da geografia, movimentos socioterritoriais.

Porém em documentos do acervo histórico da CPT fica claro que sua criação partiu por membros religiosos e leigos envolvidos, que estavam preocupados com a situação dos posseiros

amazônidas, então assumiu papel e condição de pastoral, ou melhor a CPT assumiu ser Igreja. Em entrevista à revista Estudos Avançados, intitulada “A ação da Igreja Católica e o Desenvolvimento Rural”, Dom Tomás Balduino, conceitua a CPT sendo:

Ela é uma pastoral. É uma instituição no sentido pastoral, inclusive, pastoral é o conceito básico para defini-la. Como pastoral, ela tem uma conotação profundamente religiosa ligada na instituição que é uma instituição eclesial e com feições próprias e específicas. Então ela parte da fé, ela se liga à palavra de Deus, se liga muito aos trabalhadores no elemento de fé, no elemento religioso que neles é muito visível e muito palpável, tão forte quanto em nós agentes de pastoral. Seja católico, seja não católico, o elemento que une se situa no universo bíblico, da Bíblia continuada hoje. Como dizia um lavrador: tem o antigo testamento, tem o novo testamento e tem o novíssimo que somos nós. E, outra, coisa, com relação ao conjunto da Igreja, é marginal, a pastoral é fronteira, é onde se estica ou onde pode se esticar mais pastoral, esse universo um pouco nebuloso, nebuloso porque os conteúdos não são bem preciosos, por exemplo, como são a pastoral da liturgia, de catequese, de casamento; agora pastoral da terra e das águas, ahhhh?. E sobretudo envolve uma sobrevivência com um povo de luta e essa indefinição muitas vezes é: sou eu que sou protagonista ou é ele que é agente de pastoral? Na diocese de Goiás, onde se deu a origem da CPT, havia um movimento de trabalhadores que, a certa altura, queria ser a CPT, na forma de encampar a CPT, quer dizer, a Igreja é a mãe, a CPT é a filha, eles queriam casar com a filha e ir embora. Tanto que tem muito bispo que acha que não deve ser assim, que não compete a eles, que cabe ao governo fazer a reforma agrária. Agora a gente tem muito claro que é uma presença samaritana, sobretudo hoje em que se fortaleceu o agronegócio, o latifúndio, eles estão cada vez mais donos do judiciário, do legislativo [...] (Entrevista, 11 jun. 2001).

Contudo, na atualidade, apesar de os documentos da CPT afirmarem que esta não assume o papel de movimento social, esta definição, muitas vezes, não fica clara entre seus agentes. Esta perspectiva no âmbito da prática acaba gerando tensões entre os agentes da CPT, uma vez que muitas das lideranças são também trabalhadores. Estes, portanto, acham que a CPT tem que assumir o papel do movimento social, pois entendem que a CPT tem que buscar suprir demandas que os movimentos às vezes não conseguem suprir. Sendo assim, a prática de muitos agentes contradiz o que a CPT afirma sobre o caráter de seu serviço.

Além dos movimentos socioterritoriais, muitos dos membros das equipes de agentes pastorais são oriundos de outros setores semelhantes à CPT, como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Nesse caso, muitas ações encabeçadas pela pastoral se beneficiam do trabalho de base feito por essas entidades. Mas nota-se que as ações da CPT não avançariam se os envolvidos não se sentissem também sujeitos, não sujeitos isolados, mas sujeitos inseridos na coletividade, configurando um ativismo coletivo (FUCHS, 2002).

Peloso & Siqueira (2000) contam que a metodologia participativa da CPT é também troca de experiências entre camponeses e agentes pastorais. Esses camponeses aprendem principalmente através dessa troca e não somente através de palestras ou documentos. Com esse contato dos sujeitos e do intercâmbio de experiências, o sujeito das lutas são os grupos

organizados, que se fortalecerão cada vez mais quanto menos se pensar individualmente e quanto menos um quiser se projetar sobre o outro. Como respaldo para essa teoria, a CPT recorre ao exemplo das escrituras onde em Atos dos Apóstolos 2:14 narra que Pedro, para responder as provocações, sentiu-se forte quando se levantou com os onze apóstolos.

Apesar de serem primordiais na definição das ações da CPT, a mística e a espiritualidade do evangelho, a dimensão da fé e como esta é refletida na vida, e a ação dos agentes tem se revelado uma fonte de preocupação para alguns de seus próprios integrantes. A fé não tem se manifestado espontaneamente. A dimensão espiritual é importante para a CPT, pois dá sentido a todas as outras metodologias, sobretudo, a ação coletiva. A espiritualidade é uma motivação para a luta, pois tira o indivíduo do isolamento. À medida que leva a partilha e a comunhão com o próximo, gera cumplicidade entre os indivíduos inspirados pelas palavras do evangelho. A ideia de um Deus que acolhe a todos e se importa com as injustiças sofridas liberta do individualismo e mobiliza uma ação comunitária e inclusiva (FUCHS, 2002).

Sendo assim, a reflexão que fundamenta a CPT e sua ação pastoral está ancorada na luta popular pela justiça, dignidade e paz. Pensando na realidade atual e na esfera civil, o órgão pastoral atua em termos de documentação, informações, análise e denúncia pública das injustiças. Já no âmbito da religiosidade, através do ecumenismo, une forças e vozes com outras religiões pela paz, defesa da vida e justiça, e dignidade humana.

A Comissão Pastoral da Terra, apesar de ser uma pastoral nascida no seio da Igreja Católica, tem um caráter ecumênico: dedica-se àqueles que não são necessariamente católicos, mas professam outros credos. A pastoral assume essa característica uma vez que os problemas sociais não escolhem religião. Eles atingem os mais pobres seja qual for seu credo. Os trabalhadores injustiçados são cada vez mais diversos: pequenos proprietários, indígenas, mulheres, sem-terra, ribeirinhos, atingidos por barragens, negros remanescentes de quilombo, etc. Esses grupos trazem consigo demandas específicas, mas que em sua maioria têm algo em comum: envolvem a conquista de direitos sociais, culturais e políticos, enfim, a busca por uma sociedade mais igualitária.

**A ESPACIALIZAÇÃO DA CPT NO ESTADO DO AMAPÁ**

Como já mencionado, sabe-se que a CPT no Brasil teve seu nascimento em junho de 1975, durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia. A partir de então, se instalou nos Estados que compõem a região amazônica e também no restante do Brasil (CPT, 2016).

Ainda que o surgimento da Comissão Pastoral da Terra date a década de 70, isso não significa que os conflitos no campo sejam fenômenos sociais recentes, no Brasil configuram-se como parte da reprodução capitalista das relações sociais no campo. Oliveira (1994) ratifica afirmando, que conflitos sociais no campo, no Brasil, não são uma exclusividade de nossos tempos. São vistos sim, como uma das marcas do desenvolvimento e do processo de ocupação no campo no país.

Sua chegada no Amapá data meados da década de 80, quando teve seu nome de fato registrado como Comissão Pastoral da Terra, pois antes desta década chamava-se Pastoral do Campo. Assim como no restante do país, uma de suas principais funções é acompanhar os conflitos entre populações que são expulsas da terra. Parte-se primeiro do reconhecimento do conflito, suas causas, seus motivos, sujeitos sociais envolvidos e a partir dessas informações passam a atuar no sentido de apoiar politicamente e/ou juridicamente no conflito. Orientando desta forma as famílias envolvidas no decorrer das etapas componentes do conflito.

No período de instalação da CPT no Amapá esteve à frente de sua coordenação o padre Sandro Gallazi e Ana Maria, os quais chegaram ao Estado no ano de 1974 tendo apoio do bispo das cidade de Balsas-MA Enemézio Angelo Lázzaris. Em entrevista, Gallazi (2017) nos falou sobre a situação social vivida pelos pobres do campo no Amapá:

Era uma realidade gritante de injustiça. Não dava para entender porque pouco mais de 500.000 habitantes numa terra riquíssima, grande como metade da Itália, não podiam viver bem e dignamente, quando na Itália viviam razoavelmente bem cerca de 55 milhões de pessoas. Era evidente o descaso das autoridades acostumadas a distribuir migalhas enquanto o bolo era para o capital estrangeiro e para poucos riquíssimos. Um grande paternalismo do governo e também da igreja, mantinha a população na passividade, pois era mais fácil pedir “esmolas” a lutar pelos direitos. (GALLAZI, 2017)

Sisto Magro, padre que está à frente da CPT desde 2008, esclareceu que do seu ponto de vista, a atuação da CPT-Amapá ainda é bastante tímida, uma vez que as populações expropriadas ainda são bastante receosas na exposição dos conflitos.

Segundo Magro (2016), pode-se dizer que os primeiros conflitos que a CPT intermediou no Amapá eram “meras brigas entre vizinhos” por divisões de terrenos, ou seja, por uma cerca ter passado centímetros para dentro do terreno alheio, e hoje esses conflitos ganharam outra roupagem inclusive em se tratando da transformação dos sujeitos sociais.

Conforme nos apontou Gallazzi (2017), em entrevista, o surgimento da CPT Amapá urgiu das seguintes questões:

Três eram as situações mais urgentes: a) a situação de escravidão por dívidas, de atraso e de degrado em que viviam inúmeras famílias na região das Ilhas; b) as dificuldades

dos posseiros do Amapá conseguir a propriedade de suas terras, devido à inoperância do INCRA; c) a falta de uma organização que fortalecesse a luta dos pequenos. Esta realidade questionava a prática da Igreja que tinha a missão de lutar para que todos tivessem uma vida plena, na justiça e na fraternidade. A CPT nasceu como resposta a estas urgências. (GALLAZI, 2017)

Atualmente os conflitos mais marcantes no Amapá giram em torno das grandes empresas advindas de outros estados do país de capital nacional – internacional, se instalando no Amapá no sentido de explorar as terras amapaenses. Trata-se de outra etapa de avanço do capitalismo no Estado do Amapá. Chaves (2017) nos chama atenção à posição do Amapá no *ranking* dos estados brasileiros que apresentam mais conflitos nos últimos anos:

O Estado do Amapá é na atualidade um dos estados mais conflituosos do Brasil. Desde o ano de 1996, registra-se no caderno de conflitos elaborado pela Comissão Pastoral da Terra conflitos pelo uso e pela propriedade das terras e territórios de camponeses posseiros, camponeses ribeirinhos e posteriormente, povos quilombolas. Inicialmente os conflitos ocorriam por conta da situação de exploração territorial conduzida pelas mineradoras e pela monocultura de eucalipto, na atualidade a construção de hidroelétricas e monocultura da soja alcançaram o estado, o que tem provocado o adensamento dos conflitos no espaço, pelo território. Tem-se que destacar os conflitos ocorridos na fronteira franco-brasileira que somados às questões fundiárias ocorridas no estado, torna fundamentalmente necessário o debate sobre a questão da democracia, do direito ao uso do território pelas sociedades que nele vivem e do papel do estado nesta etapa histórica de avanço do capitalismo monopolista. (CHAVES, 2017, pág. 01)

Constitui-se desta maneira os desafios recentes da CPT no auxílio e orientação dos sujeitos sociais impactados por essas economias.

Compreende-se que a ação da CPT junto aos camponeses e camponesas se dá em diversos âmbitos, como já exposto; o religioso, o político e o jurídico. Nesse sentido se encaminham suas reflexões e ações acerca da democratização do acesso à terra que passa pela quebra do latifúndio, por isso que sempre defende diretamente as diversas lutas e manifestações em favor da reforma Agrária.

Também se preocupa com a permanência do agricultor na terra desenvolvendo ações no sentido de orientar sobre as alternativas de sobrevivência para o homem e a mulher do campo, apoiando iniciativas e políticas agrícolas. Defende-se que o uso da terra, deva estar pautado no cumprimento de sua função social, acompanhado da defesa do meio ambiente.

A CPT ainda tem centrado sua atenção na produção orgânica e ecológica, na convivência respeitosa com os diversos no combate ao desmatamento indiscriminado, às queimadas e ao uso de agrotóxicos. Nessas atividades, a CPT corrobora com os diversos movimentos sociais do campo apoiando suas ações e se somando a eles em suas lutas e reivindicações, até porque “o homem não é uma ilha”.

Em cada região, o trabalho da CPT adquiriu uma expressividade diferente, de acordo com os desafios que a realidade apresentava, sem, contudo, perder de vista o objetivo maior de sua existência: ser um serviço à causa dos camponeses e camponesas no suporte para a organização. Assim, são eles que definem os rumos a serem seguidos, os objetivos e metas a serem cumpridos. A CPT faz o acompanhamento ao homem do campo não cegamente, mas com espírito crítico. Para melhor prestar seu serviço pastoral, a CPT abrange todo o território nacional e o faz com autonomia.

No caso do Estado do Amapá Gallazi (2017), nos dá um panorama dos aspectos modificadores nas relações sociais no período de implementação da CPT – Amapá:

Houve um grande e massivo trabalho de base que levou ao surgimento das comunidades de base e, posteriormente à criação dos sindicatos dos trabalhadores rurais. Muitas foram as vitórias: a mais importante foi a libertação das comunidades das ilhas da exploração dos patrões. Hoje todos eles têm sua própria terra onde viver e trabalhar livremente. Significativa foi a criação de 13 escolinhas comunitárias, as quatro escolas da família agrícola, o programa de saúde que beneficiou milhares de crianças. Programas estes que tiveram problemas só quando o poder público quis assumi-los, manchando-os com a costumeira inépcia. Atualmente assistimos ao programa governamental de fragilização dos sindicatos rurais que nunca são chamados a discutir e gerenciar políticas públicas, entregues às prefeituras e às inúmeras associações de produtores que fracionaram o movimento popular e que, em muitos casos, foram só o prolongamento dos interesses eleitoreiros de vários políticos locais. O aumento dos conflitos fundiários, ambientais e minerários no Estado estão encontrando uma população menos organizada e mais fácil de ser cooptada e dominada. (GALLAZI, 2017)

A CPT no Amapá construiu uma proximidade com as populações que vivem no campo expostas aos conflitos, conforme suas possibilidades de alcance, uma vez que o Estado ainda é relativamente pequeno quanto à quantidade de conflitos existentes, contudo já é percebido que proporcionalmente em relação à sua quantidade de habitantes o número de conflitos por terra no Amapá é bem significativo e preocupante.

Na Amazônia, mais especificamente no Amapá, a CPT atua na luta constante pelas terras de cerrado, florestas, rios e igarapés, garimpos e mineração que foram dominadas por grades áreas de plantio de eucalipto, construção de hidrelétricas, desmatamento, grilagem de terras e corrupção no trato da coisa pública.

Também sua atuação em cada estado brasileiro deve ser observada, além dos princípios gerais de orientação, a partir da percepção dos agentes pastorais. Nesse sentido, observa-se que há uma disposição dos agentes de pastoral no Amapá pensarem sua atuação dentro da relação sociedade e natureza, numa perspectiva geográfica, pois, acredita-se que a produção social deve estar em harmonia com o fato de que o bem ambiental é geralmente tudo aquilo que, em regra, é de uso comum a todos os cidadãos.

Assim, Gallazzi (2017), definiu sua experiência no período em que esteve no Amapá da seguinte maneira:

Está sendo uma experiência de cuidado com os direitos das populações mais pobres do campo e da floresta, muitas vezes desprezados e explorados. E, também, de cuidado com a mãe Terra sempre devastada por grupos poderosos que não ligam para a legislação e depredam as riquezas do estado sem gerar nenhum tipo de progresso para a população. (GALLAZZI, 2017)

Um dos fatos que arrefeceram os problemas sociais foi a questão da migração, principalmente de pessoas provenientes do interior do estado do Pará e de regiões circunvizinhas daquele mesmo estado, atraídas pela busca do emprego no então criado Território do Amapá. Na época não exigia escolaridade e qualificação profissional, pois nesse período o estado passava pelo processo de integração territorial. Segundo Raiol (1992, p. 48) “a criação do Território Federal do Amapá deu-se sob inspiração geopolítica orientada para o estabelecimento de um sistema mais adequado de segurança das fronteiras”.

Pode-se afirmar a CPT Amapá realiza um trabalho regional, ou seja, não se restringe as faixas-limite do estado do Amapá, pois, atua também no município de Afuá, na região das ilhas do Marajó. O trabalho contribuiu com o protagonismo dos homens e das mulheres nas Comunidades ribeirinhas, nas Escolas Comunitárias e no Sindicatos. Conforme nos informou o representante local da CPT, padre Sisto Magro (2017), as Comunidades das ilhas transformadas em Assentamentos estão organizadas, resistem à grilagem, produzem seu sustento e vendem o açaí.

Estas são as realidades de enfrentamento da CPT, realizando trabalho intenso de acompanhamento, denúncias ao Ministério Público e apoiando debates sobre temas que norteiam a luta camponesa na Amazônia-Amapá-Brasil.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conhecer o processo de articulação que a Comissão Pastoral da Terra desenvolve no Estado do Amapá exigiu, na medida do possível, minucioso levantamento documental e embasamento teórico, para que pudessem ser discutidos conceitos importantes para esta pesquisa, os principais deles: movimentos socioterritoriais, movimentos socioespaciais e conflitos socioterritoriais.

Tal proposta conceitual busca afinar o conceito clássico de movimentos sociais construído por meio da perspectiva sociológica, redefinindo-o a partir do conceito de movimento socioterritorial e socioespacial na perspectiva geográfica. Nesse processo de mudanças teórico-

metodológicas, a geografia amplia sua “bagagem” e inverte sua posição no campo da pesquisa social, nos permitindo ampliar os horizontes sobre as possibilidades de uso das relações de interface, as perspectivas e atualidade dos movimentos tanto no cenário nacional quanto local.

Por fim, destaca-se ainda que no decorrer desta pesquisa nasceu uma pesquisadora, pois foi a partir desta proposta que surgiu a curiosidade e o desejo de trabalhar temas voltados à da geografia agrária, e mais ainda, nasceu o desejo de pesquisar, entender a geografia, compreender a pesquisa, suas interfaces, suas fases, seus desfechos.

Desta forma, acreditamos na contribuição deste trabalho de pesquisa como parte de um desvendamento da pesquisa em geografia agrária. Mas, cremos mais ainda que se tornou parte da descoberta pessoal desta principiante pesquisadora em geografia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHAVES, P, R **A Territorialização do Monopólio da Água por Concessão do Estado e os Conflitos Socioterritoriais no Amapá**, Semana de História, 2017.

CHAVES, P. R. **Rebeldia e Barbárie**: Conflitos Socioterritoriais na Região do Bico do Papagaio. FFLCH - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Tese de Doutorado, defendida em dezembro de 2015.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Dica de Leitura**. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/cedoc/centro-de-documentacao-dom-tomas-balduino>>. Acesso em: 19 de jul. 2016.

FUCHS, W. **Ninguém é forte sozinho**: Um Olhar sobre a missão da Pastoral da Terra In: Saberes e Olhares – A formação e Educação Popular na Comissão Pastoral da Terra. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

GALLAZI, S. Entrevista concedida a Iris Costa. Macapá, 25 de setembro de 2017.

GIBELLINI, R. **A Teologia no século XX**. São Paulo: Loyola, 1988.

MITIDIERO JUNIOR, M. A. **A Ação Territorial de uma Igreja Radical**: Teologia da Libertação, luta pela terra e atuação da Comissão Pastoral da Terra no estado da Paraíba. Tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo, 2008.

PELOSO, R.; SIQUEIRA, R O fim e o caminho que se faz para chegar lá. Sobre a Metodologia Popular na Pastoral da Terra. In: **Saberes e Olhares** – A formação e Educação Popular na Comissão Pastoral da Terra. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

RAIOL, Osvaldino da Silva. **A utopia da terra na fronteira da Amazônia**: a geopolítica e o conflito pela posse da terra no Amapá. Macapá: Editora Gráfica O

Dia Ltda, 1992.

SISTO MAGRO. Entrevista concedida a Iris Costa. Macapá, 26 de agosto de 2017.

## O HIP HOP E O ESPAÇO URBANO DE MACAPÁ: Ressignificação, Resistência e Ativismo.

Wesley Vaz Oliveira<sup>4\*</sup>

### RESUMO

Este trabalho aborda o universo social, cultural e político do Hip Hop no município de Macapá- Ap, com o enfoque no seu posicionamento contestador e reivindicatório no espaço urbano, em específico, na periferia e nos conjuntos habitacionais. Neste sentido, a tônica central da análise será na postura crítica que este movimento cultural e político assume nos bairros negligenciados pelo estado, fincado na ausência de políticas públicas. Com isso, foi perceptível constatar que este movimento atua em determinados lugares onde outros seguimentos culturais não se ocupam de ir e, não obstante, além de propor o entretenimento e a diversão - o Hip Hop através de seus quatro elementos: o Mc, o Break, o Dj e o Grafite – ressignifica o lugar social que, em grande medida, é calcado em injustiças sociais. Para tal, a metodologia utilizada neste trabalho foi a de revisão bibliográfica, além da observação dos eventos de Hip Hop em Macapá. Por fim, observou-se que o Hip Hop cria a possibilidade de transformar o espaço urbano segregado e excluído, em um lugar de protesto, entretenimento e reivindicação social, assim, atuando como um ativismo urbano, que orienta e conscientiza a comunidade.

**Palavras-chave:** Hip Hop. Espaço Urbano. Ativismo Urbano.

### INTRODUÇÃO

Desde a sua gênese nos guetos<sup>5</sup> de Nova York, O Hip Hop<sup>6</sup> se configurou em um contexto de segregação social, preconceito racial, violência etc., a qual, por intermédio das manifestações artísticas do Break, Grafite, Dj e o Mc, os jovens negros e hispânicos almejavam ressignificar o espaço urbano onde estavam inseridos. Nesse sentido, a violência entre as gangues<sup>7</sup> foi canalizada em disputas artísticas, bem como a busca pelo saber e a ânsia pela politização, que eram indispensáveis na luta contra toda forma de opressão.

Assim sendo, este trabalho versa sobre o universo cultural deste movimento e sua atuação em bairros periféricos e conjuntos habitacionais no município de Macapá, no estado do Amapá. Logo, o enfoque central da investigação consistirá em entender sob quais primas o movimento cultural urbano Hip Hop ressignifica determinadas áreas do espaço urbano que, por vezes, é

<sup>4</sup> Acadêmico do curso de Sociologia na Universidade Federal do Amapá. E-mail: wesleyvzoliveira@gmail.com.

<sup>5</sup> Bairro de uma cidade onde vivem os membros de uma etnia ou outro grupo minoritário.

<sup>6</sup> Uma cultura juvenil, de origem norte-americana que remonta aos anos 60, mais especificamente, em 1968, quando o negro Afrika Bambaataa, inspirada na forma cíclica pela qual a cultura do gueto-americano era transmitida bem como no estilo da dança mais popular da época, incentivou a sua prática entre os jovens do gueto como forma de recriação das relações sociais no gueto, substituindo assim os embates corporais, violentos, por um processo de disputa por territórios, agora de forma criativa e artística. Cria-se, assim, o termo “hip-hop”. Esse período se destaca historicamente pelo surgimento de grandes líderes na luta pela cidadania, como: Martin Luther King, Malcom X, e os Panteras Negras. (ALVES, 2011, p. 89).

<sup>7</sup> Grupo pessoas ligadas a alguma atividade lúdica, mas também podem estar envolvidos atos delinquentes.

fincado na ausência de políticas públicas e, por vezes, é estigmatizado, corroborando para um imaginário falsificado e distorcido daquele determinado espaço.

Assim, interrogações tais como: como o Hip Hop se insere nessas comunidades; o que ele propõe para a juventude; como ocorre o processo de ressignificação do espaço urbano; e, acima de tudo, os projetos elaborados pelos integrantes do movimento Hip Hop para a periferia e os conjuntos habitacionais evidencia algum grau de transformação social para estas, por conseguinte, modificando o espaço urbano? Portanto, essas indagações serão o eixo condutor dessa pesquisa.

Desta maneira, a pesquisa percorrerá, mesmo que brevemente, o sentido dessa ressignificação do espaço urbano; analisando os projetos elaborados pelos integrantes desse movimento, que atuam na perspectiva de levar a cultura Hip Hop para determinadas esferas sociais, bem como os seus desdobramentos para estes, os simpatizantes e a população como todo inserida naquele contexto.

Para tanto, o presente estudo terá como referencial teórico a obra “Planejamento urbano e ativismos sociais” de Marcelo Souza e Glauco Rodrigues, além dos estudos de Ana Lúcia Souza na obra “Letramentos de Reexistência – poesia, grafite, música, dança: hip-hop”; o trabalho de conclusão de curso intitulado “HIP HOP TUCUJU: Um breve estudo do movimento cultural urbano como instrumento de prevenção e resgate de jovens em vulnerabilidade social no município de Macapá” do Jomar Quaresma. E, por fim, as contribuições do antropólogo Adjair Alves, na sua obra “Treinando a observação participante: juventude, linguagem e cotidiano”.

No mais, a relevância desse trabalho se dá no sentido de estabelecer uma leitura precípua e aprofundada do Hip Hop para a juventude no espaço urbano. Ao passo que, ao problematizar e esclarecer apontamentos sobre esta cultura - como possibilidade de positivos resultados - poderá ocorrer a ruptura de preconceitos e mentalidades referente a ela. Pois, como será demonstrado, esta manifestação artística, cultural e política, tem uma magnitude substancial para a juventude negra e periférica, na luta pela cidadania, justiça social e afirmação existencial.

## **SITUANDO O HIP HOP – A CULTURA DE RUA**

Segundo alguns estudos (Souza, p. 63), o bairro do Bronx, nos Estados Unidos, é o Lócus do surgimento do Hip Hop. Isto é, em um cenário social marcado por violência policial, discriminação, descaso social, moradia precária e segregação, os negros e imigrantes buscaram ressignificar as práticas sociais daquelas ruas. Portanto, para além do lazer e o entretenimento,

estes jovens visaram, através da música, a pintura e a dança, contestar e denunciar as repressões a qual estavam submetidos pela lógica social dominante.

Cabe lembrar, no tempo e espaço da gênese dessa cultura, existia constantes confrontos por território, o que impulsionava os jovens a se organizarem em gangues, desta maneira, intensificando a violência e o medo social. Neste sentido, o que antes eram combatidos com violência, agora era ressignificado em disputas de dança, poesia e música.

O Hip-Hop é composto por quatro elementos: o DJ (Disk-jockey), MC (Master of Ceremonies), BREAK (dança de rua) e o GRAFFITI (Artes plásticas). O Dj é o responsável pela sonoridade do hip hop, pela batida tocada para o MC declamar sua poesia e pela música tocada para o b-boy. O MC é o que canta o rap, ele expõe nas rimas seus sentimentos, suas angústias, as mazelas sociais e o cotidiano a qual habita.

O Break em inglês significa “quebrar”, é a dança no Hip Hop, “Alguns se assemelham a movimentos robóticos, e outros desafiam a capacidade do corpo humano e as leis da física, em abusados giros de costas e de cabeça, saltos mortais e outras façanhas” (YOSHINAGA, 2001, .12). Por fim, tem-se o Graffiti. Este, é a expressão plástica essencialmente urbana, na qual o artista por meio de desenhos e mensagens, expressa seus sentimentos, denuncia e protesta etc., revitalizando a cidade através da arte.

Assim sendo, o Hip Hop se constituiu através da interação de duas formas que marcam a cultura: “ao mesmo como uma produção diaspórica, informada por traços de cultura e histórias de matrizes africanas ressignificadas localmente, e também como um movimento de cosmopolita em diálogo com a moderna tecnologia urbana e letrada” (Souza; 2011, p. 54).

Neste contexto, percebe-se a hibridização cultural desse movimento, isto é, onde o Hip-Hop aporta, além de manter traços característicos da sua origem, é inevitável que a cultura local não exerça influência sobre a mesma. Logo, o global e local coexistem, transformando e desenvolvendo-se de uma forma singular em um determinado contexto social.

## **A POROROCA SONORA**

O título dessa seção se refere ao nome de um dos primeiros rap na cidade de Macapá, do grupo C.R.G.V, que impregna o termo “Pororoca” em alusão à um dos fenômenos naturais mais conhecido no Amapá, a qual, no rap, a “Pororoca” é canalizada nas contundências denúncias sociais e luta por justiça, além de destacar características peculiares da cultura local, com narrativas permeada pelo regionalismo

O movimento cultural Hip-Hop, na década de 80, chega ao Brasil, assim como no Amapá. Em Macapá, como destaca Jomar Quaresma (2016 p. 12), “O elemento break foi a primeira expressão artística do Hip-Hop a surgir no município de Macapá, porém, os próprios praticantes do break não sabiam que eles faziam parte desta cultura de rua, era mais questão de afirmação de jovens através da dança”.

O precursor do rap<sup>8</sup> amapaense foi o grupo C.R.G.V – Clã Revolucionário Guerrilha Verbal, em 1999. Em seguida, surgiram outros grupos, tais como Máfia Nortista, Função Real, Relatos de rua etc. As suas músicas, em grande maioria, são produzidas por gravadoras independentes.

Neste período, por meio de revistas e jornais difundiam-se as informações sobre o Hip-Hop, visto que a criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS), proporcionou o crescimento significativo da cultura no estado, uma vez que ocasionou um exacerbado fluxo migratório a qual jovens vindos do maranhão e Pará almejavam melhores condições de vida (Jomar, 2016, p. 16). Diante disso, os jovens oriundos de outras cidades ajudaram a fomentar a cultura. Na década de 90, cria-se a MHCA – Movimento Hip-Hop do Amapá. Na contemporaneidade, o rap cresceu significativamente, sendo a internet um dos principais veículos para sua divulgação.

A estreita ligação do movimento Hip Hop com a negritude local é, historicamente, notável. A título de exemplo, em 2006, o Hip Hop amapaense realizou eventos de relevância para a comunidade afrodescendente, como a Caminhada Negra no Dia Internacional de Luta pela eliminação da Discriminação Racial – 21 de março; e o debate sobre a Violência Policial, Racismo e Direitos Humanos, na sede da Ordem dos Advogados do Amapá – OAB/AP.

Conforme Quaresma (2016) ao entrevistar o rapper<sup>9</sup> Poca, para este: “Hoje temos a plena convicção de que onde o estado não atua o Hip Hop atua, no sentido da reintegração de jovens que vivem em situação de risco social”. Assim sendo, o rap amapaense atua maciçamente nas áreas periféricas como pontes e baixadas, bem como em conjuntos habitacionais.

Segundo Quaresma (2016, p.19), “o movimento vai a lugares em que muitos não querem ir, leva suas atividades, aconselhamentos e ensinamentos onde muitos seguimentos culturais não querem levar”. Como se pode citar as ações do Hip-Hop nas casas de detenção e internação de menores infratores:

---

<sup>8</sup> Elemento musical do Hip Hop, composto pela junção do Mc e o DJ.

<sup>9</sup> Indivíduo que canta Rap.

Aconteceram várias apresentações dentro do instituto de Administração Penitenciária do estado do Amapá (IAPEN), Centro Socioeducativo de internação (CESEIN), onde estão homens de 12 a 21 anos sentenciados pelo sistema de justiça, e do Centro de Internação Provisória (CIP), onde jovens com custódia provisória até 45 dias. Mensagens através das atividades do hip hop foram levadas para os internos e reeducando, mesmo sem a devida estrutura dada. Dentro do movimento observou-se que há uma atitude forte entre os jovens em relação aos problemas sociais, apesar de ter exemplos de integrantes que antes eram usadas de forma errada, hoje são direcionadas para as atividades positivas do Hip Hop. (Quaresma, 2016, p. 19).

## O HIP HOP E O ESPAÇO URBANO

Esta seção se ocupará de discorrer sobre a correlação do hip hop na dimensão urbana, em especial, nas periferias e conjuntos habitacionais de Macapá, e sua respectiva configuração social, cultural e política. Não obstante, também será elencado a perspectiva elaborada pelos autores Glauber Marques e Marcelo Souza, a qual, segundo estes, o Hip Hop seria um dos novos ativismos urbanos. Por fim, o estudo percorrerá os aspectos e anseios da cultura nesses lugares; tal qual a luta pelo reconhecimento e pela cidadania.

Dado isso, cabe reiterar, como foi supracitado, que o Hip Hop surgiu em um contexto urbano, em grande medida, ficando num sistema de segregação racial, étnica e residencial. Quer dizer, num cenário social configurado por bairros pobres e espaços segregados. Diante disso, observa-se que existe uma íntima relação do Hip Hop e o lugar onde ele se desenvolve. Conforme afirma SOUZA e ROGRIGUES:

“A fonte que alimenta a criação cultural e artística dos integrantes do movimento é o lugar em que moram, são as “as comunidades” que frequentam e onde estão seus amigos, é a cidade desigual e contraditória em que vivem. O manancial artístico e cultural é alimentado pelas experiências do cotidiano: o lugar de moradia, a vizinhança, o encontro com os amigos, o futebol no fim de semana.” (2004, p. 101)

Assim, esse lugar, na gênese do movimento, a saber, foram os guetos de nova York, enquanto no Brasil, são as favelas, as periferias e os conjuntos habitacionais. Sendo assim, todos os acontecimentos que ocorrem nesses lugares servem de matéria-prima para a criação de raps, de coreografias de break e de grafites.

Segundo a perspectiva de Marcelo Souza e Glauco Rodrigues, o Hip Hop seria uma nova forma de mobilização e organização popular, por conseguinte, se desdobrando num “novo

ativismo urbano”. Aqui, cabe destacar a distinção entre ativismo social e movimento social e, nesse sentido, elucidar a relação destes com a cultura em si.

A noção de ativismos sociais pressupõe, inexoravelmente, a atuação da sociedade civil, bem como os movimentos sociais. No entanto, apesar de ambos se caracterizarem de maneira semelhante, isto é, são formas que as pessoas têm de se organizar e participar ativamente das questões sociais. Assim, elas lutam por direitos, se organizam em cooperação, promovendo ações e, a partir disso, afirmando-se como protagonistas do processo social.

Com isso, de acordo Souza e Rodrigues (2004, p. 83), “todo movimento é um ativismo social, mas a recíproca não é verdadeira: nem todo ativismo é um movimento”. Pois, o ativismo se configura como uma categoria mais ampla. Este, por sua vez, pode se referir desde as reivindicações de caráter micro, não aprofundando o questionamento e a crítica, até a lutas mais ambiciosas referente ao âmbito político, econômico e cultural. Entretanto, os movimentos sociais são um tipo específico de ativismo. Representa um grau elevado de contestação a ordem social vigente:

“Estão voltados para transformações mais ou menos profundas da sociedade, tem horizonte de luta ampliado, ou seja, não fazem reivindicações puramente pontuais; pelo contrário, atuam em diversos níveis (e não apenas localmente), com preocupações de alcance maior e como aumento da justiça social, o combate à desigualdade, as críticas à segregação residencial e a luta contra o racismo, entre outras”. (SOUZA; RODRIGUES, 2004, p. 84)

Entretanto, a cultura Hip Hop acopla na sua essência aspectos inerentes ao movimento social. Por conseguinte, essa nova experiência tem um grande potencial e pode se transformar em importantes agentes políticos no debate sobre a cidade e na construção de propostas de organizar a vida e o espaço urbanos (SOUZA; RODRIGUES, p. 96).

Para o movimento, o espaço urbano, nesse sentido, é em geral fonte de matéria prima simbólica e, ao mesmo tempo, local de intervenção e protesto. Cabe frisar, que a sua produção não ocorre única e exclusivamente nas favelas, nos bairros pobres e os conjuntos habitacional. Apesar desses lugares serem o lugar da gênese e de maior relevância para os militantes.

Conforme Souza e Rodrigues, a cultura Hip Hop não se limita somente à uma configuração artística-cultural, mas sim, também, política. Pois, segundo estes, no sentido de expressar as relações de poder, toda criação artística e cultural é política:

“A diferença entre o Hip Hop e tantas outras manifestações artísticas é que, nele, o questionamento político é consciente e explícito, e a arte é,

no fundo, o veículo do inconformismo de quem se identifica com e adere ao movimento. Ainda que temas como amor, saudade e alegria não sejam completamente deixados de lado nas letras de rap, a tônica da produção é a denúncia das injustiças e o clamor pela mudança. As formas de expressão do hip hop – o rap, o grafite e o break – são construções artísticas que expressam um significativo e contundente conteúdo de crítica social, apontando por vezes na direção da instituição de outras relações sociais e de poder” (SOUZA; RODRIGUES, 2004, p. 102).

Compreende-se, então, que o desejo pela modificação daquela realidade, bem como a exteriorização de sentimento e perspectivas do cotidiano, direcionando críticas ao governo ou determinada entidade pública, denotam o Hip Hop no sentido político. Assim, a cultura perpassa a política e ambas se tornam um único movimento. A saber, cultura como política e política da cultura.

Para os jovens negros periféricos - na luta pela construção da cidadania -, a cultura se configura como um meio frutífero e eficaz para interpretar e atuar politicamente na realidade social em que estão inseridos. Segundo os estudos de Adjair Alves (2011), os jovens ao enfrentar as questões cotidianas pelo viés da cultura hip hop, criam a possibilidade de estabelecer uma cidadania alternativa. Ora, nesse contexto social existem uma alta vulnerabilidade social, o que corrobora para um processo de ressignificação das relações sociais e estas passar a ser o alimento de suas atividades culturais e artísticas.

A cultura nesse sentido, assume um papel de suma importância para a sobrevivência e afirmação existencial desses jovens enquanto sujeitos ativos da sociedade. Estes, através da cultura compreendem a importância desta como uma ferramenta de mobilização e luta social, conforma Adjair Alves:

“O jovem da favela sonha um dia deixar o berço da miséria. A cultura adquire, neste contexto, uma expressão discursiva por onde sonho aproxima-se da realidade. Mc’s, graffers, Dj’s e b.boys, eles sabem que, na favelas e cortiços, só há uma saída: a cultura” (2011, p. 131).

Observa-se, então, que a cultura é o instrumento indispensável para o constructo da cidadania. Desta maneira, os integrantes do movimento Hip Hop enfrentam os conflitos cotidianos da favela, lutando pelos direitos negados. Segundo Alves (2011, p. 132), estes transformam a miséria, a fome e a dor, em arte e em cultura, para daí construir as energias necessárias para transformarem aquela realidade social.

## **INTERVENÇÕES DO HIP HOP AMAPAENSE**

Tendo como lócus dessa pesquisa a cidade de Macapá, o foco da investigação do lugar onde ocorrem a intervenção do movimento hip hop, nesse sentido, são as áreas periféricas e conjuntos habitacionais. Portanto, vale salientar que este trabalho se ocupou de verificar as ações e intervenções do movimento no ano de 2017, analisando os projetos estipulados nos espaços urbanos supracitados, de acordo com as informações da Federação Amapaense de Hip Hop – FAHHP.

Segundo a FAHHP, no ano de 2017, ocorreu o projeto “Hip Hop no São José” e o projeto “Hip Hop no Macapaba”, ambos em áreas de conjuntos habitacionais. Além destes, houve o “Hip Hop na Ponte”, que aconteceu em uma área de periferia; também ocorreram intervenções na praça do bairro central – Floriano Peixoto, bem como na praça dos Céu das Artes e no bairro da Piçarreira, sendo estes situados em áreas periféricas.

Assim sendo, conforme a FAHHP, estes projetos tem por objetivo propagar a cultura Hip Hop e seus elementos agregadores para os/as moradores da comunidade, mostrando a cultura como forma de diálogo, despertando a consciência social, cultural e ambiental, incentivando a autoestima dos jovens negros, pobres e periféricos para viverem em paz de forma coletiva, participativa, buscando o bem estar, criando espaço para a permanência da cultura no local, com o foco na transversalidade de saberes com o despertar de novos talentos na comunidade.

Não obstante, esses projetos oferecem oficina de dança para as crianças, rodas de conversa, exposição de grafite, performance de DJ, apresentação de grupos de rap, batalha de Break, poesia Marginal, freestyle rap, exposição de literatura; e almoço - feijoada. Em geral, todos os elementos que compõe o hip hop juntamente com a sua dimensão educativa, o lazer e o entretenimento, é levado e direcionado para os jovens da comunidade.

Ao ocupar culturalmente essas determinadas áreas da cidade, em grande parte, caracterizado pela ausência de atividades culturais etc., o Hip Hop - sendo este um dos intuitos dos projetos supracitado – projeta uma consciência de caráter politizado e crítica, ao passo que essa premissa é, cabe lembrar, um dos princípios do próprio movimento.

Segundo Jorge Sobral - um dos integrantes do movimento -, ao ser indagado sobre a importância do projeto “Hip Hop na quebrada”, afirmou que “é importante esse processo de reorganização social; ressignificação desses espaços que tem um estigma de espaço violento, de grande envolvimento com a criminalidade. Acrescenta, expondo que é importante fazer com que o Hip Hop possa ressignificar os espaços, ocupando culturalmente, dando um teor positivo a comunidade, principalmente a juventude que habita esses bairros”:

“A cultura Hip Hop pode transformar vidas, isso que a gente faz, é isso que a gente quer, e pede pra sociedade nos ouvir: o Hip Hop, assim como a cultura, pode mudar as vidas das pessoas positivamente. Aí governante se liga! A gente precisa da cultura nos bairros e na periferia para o enfretamento da criminalidade, mas o estado ainda não se ligou, “tá” perdendo! Tem vários potenciais que podem ser desenvolvidos aqui, mas o preconceito ainda é um obstáculo. Por isso que estamos aqui, para enfrentar e vencer todas essas barreiras”. (informação oral<sup>10</sup>)

Com o exposto, evidencia-se o processo pelo qual estigmatiza a população residente da periferia e os conjuntos habitacionais, e a cultura hip hop, por sua vez, ao adentrar nesses espaços, almeja descortinar essa mentalidade, demonstrando que a cultura modifica as pessoas positivamente e, conseqüentemente, o espaço social. Dessa forma, diante da ausência das políticas públicas, esses projetos visam incentivar e instruir aquela comunidade, no sentido de elevar e resgatar a autoestima, logo, aqui, evidenciando a dimensão político-educativa do Hip Hop.

É imperativo destacar a presença dos quatro elementos e suas respectivas configurações naquele contexto sócio-espacial. Segundo a ótica de Souza e Rodrigues (2004), o break, sendo este caracterizado pela dança, através dos movimentos do corpo, denota uma nova forma de expressão do homem e de ocupação simbólica do espaço urbano por meio do corpo. A resistência é inquestionável, uma vez que o corpo é o último reduto da resistência, visto que é a última coisa que se pode tirar de uma pessoa:

“O b-boy, mesmo que pobre e desempregado, ocupa um espaço da cidade, reafirmando, com o corpo, sua existência [...]. No momento em que estão dançando ali, os b-boys estão levando sua arte, sua expressão, sua potência criativa - seu protesto – [...]. Nesse momento, os b-boys afirmam sua existência ” (2004, p.104).

Outra forma de apropriação do espaço pelo Hip Hop, ocorre pela arte gráfica – o Grafite. Por intermédio destes, o sujo e monótono dão lugar ao colorido, à criatividade e ao protesto. Ao adentrar as periferias e conjuntos habitacionais, o grafite exprime uma outra forma de experimentar a cidade; com cores, texturas, linhas, experiência estética, traços, formas, intervenção política:

“As críticas sociais são expressas claramente, sejam elas endereçadas ao racismo, à desigualdade ou à alienação. [...] as frases contêm uma mensagem de luta, resistência ou, simplesmente, uma mensagem para

<sup>10</sup>Depoimento em entrevista colhida na página da FAHHP.

levantar a moral ou incentivar as pessoas que passam a refletir sobre alguma coisa” (2004, p. 107).

Na atmosfera do rap, a linguagem é do cotidiano, com gírias e expressões locais. Ora, a linguagem do hip hop é a linguagem do seu lugar, do seu território. A conjuntura social e política das periferias e dos conjuntos habitacionais, é experiência e matéria prima para a composição dos raps:

“Este discurso é capaz de mobilizar as pessoas, é capaz de chamar a atenção para os problemas que afligem a população pobre (em especial os negros e mulatos). Nesse sentido, o hip hop funciona como uma ferramenta politico-pedagógica, pois ele informa, cria um discurso e analisa a vida social”. (SOUZA; RODRIGUES, 2004, p. 109)

Diante disso, percebe-se que o rap, ao adentrar nesses espaços sobredito, com o discurso crítico e suas práticas culturais, gera um significativo potencial mobilizador. Acrescenta-se ainda, o fato de ocorrer as rodas de conversa, que atuam no sentido de debater temáticas relacionado a questões sociais, tais como o racismo, o feminicídio, o genocídio da juventude negra e periférica etc. Logo, evidenciando algum grau de instrução para aquela comunidade.

É interessante notar a participação da comunidade, que interage e aprende os aspectos inerentes à dança, a arte, a música e o valor da cultura. Nesse contexto, as oficinas se desdobram nesse sentido; instruir a comunidade e quem sabe despertar novos talentos, assim como politizar e emergir consciências críticas.

Sob esta lógica, demonstrando que na periferia existem produtores culturais; assim como o hip hop é um instrumento de lazer e de cultura, meio de informação, também existem a dimensão da profissionalização, levando os jovens a sonhar em ganhar a vida desenvolvendo suas habilidades com a cultura de rua.

A música do grupo de rap amapaense Relatos de Rua, exprime de maneira contundente e incisiva a importância do Hip Hop para a comunidade desamparada socialmente, em especial, a juventude:

*“[...] o que tu acha melhor  
Eu tá no Hip Hop  
Ou te roubando na rua,  
Trocando tiro com o Bope,  
A escola da rua onde me esclareci,*

*B-boys, Djs, Grafite, Mcs  
Nossa cultura faz mais que seu partido  
Quando vejo vários manos querendo me ouvir [...]*

*Tô aqui pra retratar a realidade omitida  
E mostrar que ao Hip Hop muda vidas[...]*

*Se Maomé não vai a montanha  
Leva incentivo pros moleques  
Satisfação autoestima  
Ei juventude não abaixa a cabeça  
É isso que eles querem ver sua fraqueza “  
(Música: Se Maomé não vai a Montanha<sup>11</sup>)*

Com a narrativa acima, torna-se evidente a função educativa e preventiva do Hip Hop. Numa realidade onde o jovem poderia estar atuando com atividades ilícitas e perigosas, o Hip Hop - conforme é explícito na letra do rap - o resgate desse mundo errado e o direciona para as coisas certas. Sob esta ótica, a cultura o emancipa, cria uma nova alternativa de interpretar, compreender e atuar na sociedade, por conseguinte, criando possibilidade de mudar de vida. Seja nas artes plásticas, cantando ou dançando, a dimensão libertária e regeneradora, se dá através da ressignificação do espaço, a qual o jovem muda o seu olhar diante do cotiando em que está inserido.

No trecho “nossa cultura faz mais que seu partido”, nota-se o quão, na falta de políticas públicas eficientes e coerentes naquele contexto, a cultura se faz importante, no sentido propor alternativas viáveis e cabíveis para os jovens e a comunidade. Numa aproximação comparativa e reiterando a afirmação do rapper Poca, pode-se afirmar que onde o estado se isenta de investir e atuar, o hip hop restaura; reestabelecendo a autoestima, propondo novas alternativas para os jovens.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante da análise elaborada - como o eixo condutor da pesquisa - faz-se necessário a seguinte assertiva: o Hip Hop ressignifica o espaço urbano? Assim, conforme o levantamento feito, pode-se afirmar que sim. Desde a sua gênese nos Estados Unidos, ele foi se configurando e atuando nesse sentido: propor novas alternativas para aquela realidade, reconstruindo os significados desta, por intermédio de práticas artísticas e culturais para a juventude, bem como a necessidade de despertar uma consciência capaz de emancipá-los, enquanto sujeitos de seus próprios tempo, ativos e participativos no processo social.

Ao observar a atuação do Hip Hop na periferia e em conjuntos habitacionais no município de Macapá, constatou-se que as propostas e os objetivos dos projetos formulados para estes

---

<sup>11</sup> Música do grupo de rap Relatos de Rua. Disponível no Youtube.

locais, visam dá um novo sentido para aquela comunidade; um novo olhar para a dimensão social, política, cultural e existencial. Assim como propagar para a juventude, o conhecimento da cultura; o que pode desencadear em novos talentos, bem como a produção de uma leitura crítica das relações sociais no espaço urbano, estabelecendo, nesse sentido, a luta contra os estigmas e a segregação social, por conseguinte, ressignificando o espaço urbano.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Adjair. *Treinando a observação participante: juventude, linguagem e cotidiano*. Recife; Editora Universitária UFPE, 2001.

QUARESMA, Jomar. *HIP HOP TUCUJU: Um breve estudo do movimento cultural urbano como instrumento de prevenção e resgate de jovens em vulnerabilidade social no município de Macapá*. Disponível em: <https://docs.com/jomar-quaresma/4993/hip-hop-tucuju>: Macapá, 2016.

SOUZA, Ana Lúcia Silva. *Letramentos de Reexistência – poesia, grafite, música, dança: hip-hop*. São Paulo: Parábola, 2011.

SOUZA, M; RODRIGUES, G. *Planejamento urbano e ativismos sociais*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

## **POLÍTICAS PÚBLICAS EM TERRITÓRIOS TRADICIONAIS NO AMAPÁ: O Caso da Comunidade Remanescente de Quilombola São José Do Matapi, Santana/Ap.**

Eugénia Luz da Silva Foster / UNIFAP<sup>12</sup>  
Silvaney Rubens A. de Souza / UNIFAP<sup>13</sup>.  
[Silvaney.rubens@gmail.com](mailto:Silvaney.rubens@gmail.com)

### **Resumo**

Neste trabalho procuramos contextualizar a luta histórica pela sobrevivência da comunidade tradicional de remanescente de quilombo São Jose do Matapi do Porto do Céu, distrito do Coração, Macapá / Amapá, que se encontra às margens do processo de acumulação de capital, no contexto do desenvolvimento econômico, onde nos baseamos Programa de Aquisição de Alimento - PAA, uma política pública de mercado institucional. Com base em análise de documentos, junto com entrevista de agentes públicos, buscamos identificar as dificuldades e possibilidades de desenvolvimento para esta comunidade tradicional de base agrária, onde a identidade cultural se tornou em uma importante ferramenta de identificação desse grupo étnico e suas respectivas lutas, no contexto de um mundo globalizado mediado por políticas neoliberais que ressignificam conceitos e ampliam velhas práticas de exploração. Mas com possibilidades de desenvolvimento através de uma política de mercado institucional, que inova ao dar importância ao combate à fome e ao desenvolvimento da agricultura familiar.

**Palavras Chaves:** Comunidade Tradicional, Quilombo, Políticas Públicas, Desenvolvimento, PAA.

### **INTRODUÇÃO**

Falar em desenvolvimento é um exercício se torna ainda mais complexo quando nos referimos à Amazônia e às suas populações, seja desde as grandes navegações, a partir do século XV, cuja região passou a figurar como um importante espaço a ser explorado nas ambições mercantis das potências europeias, seja na contemporaneidade onde diversos projetos desenvolvimentistas governamentais ignoraram a diversidade da região em prol de um modelo exógeno de desenvolvimento.

Com a realização de uma pesquisa com características exploratórias, objetivamos apresentar, através de uma análise qualitativa do contexto territorial em que a comunidade tradicional quilombola de São José do Matapi está inserida, uma análise das políticas públicas voltadas ao incentivo à produção familiar e ao mercado institucional destinado às comunidades tradicionais e os desafios enfrentados para a inserção da comunidade de remanescentes São José do Matapi de forma efetiva no Programa de aquisição de Alimentos. Destacamos a análise qualitativa por este método se basear na procura da compreensão de uma realidade que não pode ser quantificada, pois “centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações

---

<sup>12</sup> Profª. Doutora do Programa de Pós-Graduação Desenvolvimento Regional / PPG/MDR/UNIFAP/2017

<sup>13</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional / PPG/MDR/UNIFAP/2017

sociais (Gerhardt e Silveira, 2009), esse método nos proporcionou uma maior amplitude da análise dos dados coletados.

Por meio da pesquisa de campo, coletamos dados de GPS que, juntos com mapas da demarcação da comunidade, mesmo que em caráter provisório, serviram para referenciar importantes aparelhos de Estado, com a finalidade de construir uma cartografia da comunidade e seu entorno<sup>14</sup>.

No entanto, este artigo tem como principal foco de análise o programa federal denominado de Programa de Aquisição de Alimento - PAA, que junto com entrevista de agentes públicos e análise de documentos como; relatórios e o plano de ação do Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá – RURAP, procuramos contextualizar as problemáticas impostas à comunidade em questão para ser inserida no referido PAA, sendo este um importante programa de desenvolvimento para comunidades baseadas em agricultura familiar.

Destacamos que a comunidade tradicional de remanescente em questão se encontra às margens do processo de acumulação de capital, no contexto do desenvolvimento econômico de base agrária, à luz do sistema capitalista, mas que sonha com um “desenvolvimento”<sup>15</sup> possível, viável e adequado as suas especificidades históricas e étnica, no qual se enquadra a política de mercado institucional instituída pelo Programa de Aquisição de Alimentos.

### **IDENTIDADE E HISTÓRIA: AS COMUNIDADES TRADICIONAIS EM BUSCA DE RECONHECIMENTO.**

A Identidade cultural se tornou em uma importante ferramenta de identificação de grupos sociais e/ou étnicos e suas respectivas lutas, no contexto de um mundo globalizado mediado por políticas neoliberais que ressignificam conceitos e ampliam velhas práticas de exploração de regiões e populações. E, é nesse processo que diversas comunidades tradicionais buscam em suas memórias, a caracterização de sua identidade coletiva, procurando construir uma narrativa histórica que garanta, não somente a sua existência, mas sobretudo o seu desenvolvimento socioeconômico e cultural diante de rápidas e profundas transformações na contemporaneidade.

Neste contexto, o ponto de partida para a compreensão política da importância da comunidades tradicionais, bem como dos diversos grupos que compõe a sociedade brasileira, se encontra na Constituição de 1988, também conhecida como Constituição Cidadão, que confere,

---

<sup>14</sup> Para a construção do Mapa utilizamos o sistema UTM, Datum: SIGA 2000, aplicados a base cartográfica do Amapá.

<sup>15</sup> Utilizaremos esse conceito em uma perspectiva ampla que congrega não só os aspectos de acumulação de capital, em sua forma mais básica, mas também valores de bem estar e felicidade individual, compatíveis com as percepções de Amartya Sen (2000).

segundo Mota e Schmitz (2015), o reconhecimento institucional do Estado Brasileiro aos direitos de diversos grupos não só ao território, mas principalmente ao uso dos recursos naturais, a partir de uma compreensão da importância dos diversos grupos sociais e étnicos e suas identidades coletivas para a sociedade brasileira.

Assim, as comunidades tradicionais de remanescentes de quilombolas ganham reconhecimento e importância no âmbito institucional, já que a existência e reconhecimento dessas comunidades advém de um processo histórico anterior a Carta Magna de 1988, principalmente no contexto da região amazônica.

Então vejamos, já no período colonial as disputas do jogo geopolítico estabelecido na região Amazônica, possibilitaram aos negros uma maior mobilidade espacial e de resistência, como nos informa Flávio dos Santos Gomes:

Devido as suas situações geopolíticas, as capitanias do Grão-Pará e do Rio Negro, na Amazônia, divisavam com territórios coloniais sob domínios espanhol, inglês, holandês e francês. O cenário principal para esses ‘bumerangues’ era a região de Macapá, na capitania do Grão-Pará, que limitavam-se com a Guiana Francesa. Havia ali uma constante motivação de fugas de escravos e formação de quilombos desde o primeiro quartel dos setecentos” (GOMES: 1996. p. 135 e 136);

Mobilidade e resistência que, por sua vez, permitiram a formação de quilombos e mocambos no espaço do território amazônico. Já que, o “destino” natural do negro fugido era o mocambo (SALLES. 1988).

Voltando a Gomes(1996), que considera a fuga de escravos e a formação de quilombos e mocambos um problema crônico a ser enfrentado pelas autoridades imperiais, e se observa uma grande movimentação ocasionada pelo que o autor convencionou chamar de “Bumerangue quilombola”, o que seria a constante troca de informações, produtos e experiências, e por que não falar, também, de solidariedades, entre essas populações “fugidas”, nessa imensa região de fronteiras localizada na Amazônia:

Esses quilombolas andavam armados, produziam roupas tingidas com vegetais da floresta, caçavam, ‘salgavam’ carne para comerciar e ‘faziam tijolos para os franceses fazerem huma fortaleza’. Neste contexto, naquelas regiões da Amazônia colonial, negros – fossem escravos ou livres, fugidos – criaram um espaço para contatos e cooperação. (GOMES: 1996, p. 139).

Deste modo, Gomes (1996) nos ajuda a pensar o quilombo, não como um lugar isolado do mundo a sua volta, mas como um lugar onde havia um movimento de ida e volta, seja de informações e/ou produtos, transformando-se, assim, em um catalisador e de intensa fomentação de ideias, sendo que estas eram as mesmas que circulavam pelos portos de todo o mundo num processo contínuo de troca de “produtos” entre metrópoles e colônias.

Portanto, mais do que entender a presença africana na Amazônia, é preciso compreender que os afrobrasileiros, para além de serem enquadrados dentro de uma lógica coisificada dentro do sistema escravista, esses indivíduos foram capazes de se adaptar a um conjunto de situações e, sempre que possível, desenvolveram suas próprias lógicas de resistência, seja na criação de quilombos e mocambos (SALLES 1988, GOMES, 1996, 2005), seja na construção de uma territorialização, surgida a partir do uso do território e seus recursos naturais (BERNADES, 2014).

Deste modo, há uma presença marcante de comunidades afrodescendentes, não só na história do Grão-Pará e Maranhão, mas em todo o Brasil, cujos indivíduos foram capazes de ressignificar o espaço, a partir das adversidades propiciadas pela realidade do sistema escravista e depois na lógica da estruturação do território brasileiro na contemporaneidade, sob a égide do sistema capitalista.

Assim, o território quilombola deve ser compreendido como um espaço pleno de direito, cheio de conquistas e história, pois segundo Milton Santos (1978);

O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida (...) o espaço deve ser considerado como um conjunto de funções e formas que se apresentam por processos do passado e do presente (...) o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que se manifestam através de processos e funções (SANTOS, 1978, p. 122).

O conceito de “espaço” de Santos (1978), traz para a contemporaneidade uma representação adequada para se pensar o conjunto de elementos que representam os remanescentes quilombolas e seus saberes, no contexto de um espaço geográfico, constituído pela sua história e preservada pelas manifestações culturais, já que o mesmo seria “o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais, (...) o espaço evolui pelo movimento da sociedade total”. (SANTOS, 1978, p. 171). Logo, há um movimento contínuo que garante aos indivíduos uma memória sempre viva de um pertencimento a um espaço, e no caso dos afrodescendentes, o quilombo se apresenta como uma possibilidade real de experiências vividas coletivamente.

Portanto, neste trabalho utilizaremos a denominação “remanescentes de quilombo” para os afrodescendentes que compartilham experiências históricas além do uso coletivo das terras, haja vista, que a expressão “remanescente das comunidades de quilombos”, que emerge na Assembleia Constituinte de 1988, e “é tributário não somente dos pleitos por títulos fundiários, mas de uma discussão mais ampla travada nos movimentos negros e entre parlamentares envolvidos com a luta anti-racista” (LEITE, 2000. p. 339).

Todavia, pensar o território tradicional quilombola é também nos remeter aos conceitos históricos que, segundo Ilka Boa Ventura Leite, sofreu várias modificações ao longo do tempo e;

O quilombo constitui questão relevante desde os primeiros focos de resistência dos africanos ao escravismo colonial, reaparece com a Frente Negra Brasileira (1930/40) e retorna à cena política nos anos 70, durante a redemocratização do país. Trata-se, portanto, de uma questão persistente, tendo na atualidade importante dimensão na luta dos afro-descendentes. (LEITE. 2000. p. 333)<sup>16</sup>

Assim, o quilombo mas do que uma simples nomenclatura ressemantizada tornou-se em uma importante identidade, escolhidas pelos membros dessas comunidades tradicionais remanescentes no processo histórico, de caráter mais político que genealógico na contemporaneidade, pois de acordo com Hall (1998), a identidade se apresenta enquanto escolha de caráter político, no âmbito dos indivíduos, que visam assim um pertencimento coletivo. Deste modo, podemos citar a luta por garantias de direitos coletivos com vista às políticas de reparação histórica, neste caso específico das comunidades de remanescentes quilombolas.

Logo, os comunitários da comunidade de remanescente de quilombola São José do Porto do Céu adentram ao contexto político de afirmação de sua identidade, a fim de conseguir os meios necessário para ter acesso às políticas de reparação e portanto, aptos a pleitear, não só a título definitivo de seu território, mas também a sua inserção em políticas e programas federais de combate a insegurança alimentar, como o Programa de Aquisição de Alimentos.

## **A COMUNIDADE QUILOMBOLA SÃO JOSÉ DO MATAPI**

A Comunidade de Remanescente de Quilombolas São José, se localiza no município de Macapá, no distrito do Coração<sup>17</sup>, à margens esquerda do rio Matapí, afluente do rio Amazonas. O território é reconhecido e certificado<sup>18</sup>, mas ainda não possui o título definitivo de posse do território, pois espera pela demarcação da área que ainda está em processo junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA<sup>19</sup>, contudo, há uma demarcação provisória da área<sup>20</sup>, cuja origem remota à década de 90, quando o Senhor Bonifácio Mendes da Silva, agricultor, solteiro e analfabeto<sup>21</sup> recebeu a concessão, através do INCRA para residir e produzir

---

<sup>16</sup> Disponível em: <<http://www.nuer.ufsc.br/artigos/osquilombos.htm>>

<sup>17</sup> Há muitos conflitos administrativos em função da comunidade pertencer ao distrito do Coração, ou seja, ao município de Macapá, mas muito serviços serem ofertados pelo município de Santana.

<sup>18</sup> Fase intermediária para obtenção da titulação definitiva do território.

<sup>19</sup> Ver [http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-andamentoprocessos-quilombolas\\_quadrogeral.pdf](http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-andamentoprocessos-quilombolas_quadrogeral.pdf).

<sup>20</sup> Ver Mapa, cena 01

<sup>21</sup> Proc. CRPF/PA-AP. N° 323/76

em uma área de 120 hectares de terras devolutas da União, hoje reclamada pela comunidade como território remanescentes de quilombolas.

Atualmente a comunidade é formada por 30 famílias, todos com parentescos consanguíneos e o território, que está próxima ao perímetro urbano, já apresenta um contexto de conflitos resultante do crescimento desordenado de áreas urbanas do entorno, haja vista, que a comunidade já sofre os efeitos de uma potencialização do processo de segregação espacial, que segundo Vale e Gerardi, (2006) é uma problemática resultante da falta de planejamento urbano em áreas em expansão no contexto urbano-rural.

Portanto, a comunidade de remanescente quilombola São José está localizada em uma área de expansão das duas principais cidade do Estado, Macapá e Santana, cuja área apresenta uma dinâmica de zona de transição, onde há o entrelace de diferentes atividades que disputam o uso do solo, o que corrobora para a potencialização do surgimento de áreas de ocupação ilegal nos limites do território da comunidade<sup>22</sup>.

Sobre a presença do poder público na área, há poucos serviços e aparelhos de Estado no perímetro, dentre eles merece destaque o prédio abandonado da escola Estadual David Miranda dos Santos, atualmente a mesma está funcionando em um prédio alugado distante do núcleo da comunidade<sup>23</sup>. O centro comunitário<sup>24</sup>, que fica ao lado do prédio da escola, se encontra bastante deteriorado, mas ainda é utilizado para reuniões e atividades culturais.

Quanto aos demais serviços públicos, a energia elétrica chega até as casas dos comunitários, através de instalações improvisadas, a água não é do sistema público, e a assistência médica é oferecido pelo posto de saúde municipal que se localiza na comunidade do Coração<sup>25</sup>.

A percepção de pouca presença do poder público na área, acontece logo na chegada à comunidade, pois o acesso à comunidade é realizado por um ramal sem cobertura asfáltica, mesmo estando a poucos quilômetros de uma das principais vias do Estado, a AP-020 também conhecida como “Duca Serra<sup>26</sup>”.

Quanto aos serviços de assessoria técnicas na área agrícola, analisamos o “Plano de Ação<sup>27</sup>” do Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá – RURAP, escritório de Santana, que

---

<sup>22</sup> Ver mapa, cena 01

<sup>23</sup> Idem, cena 04

<sup>24</sup> Idem, cena 02

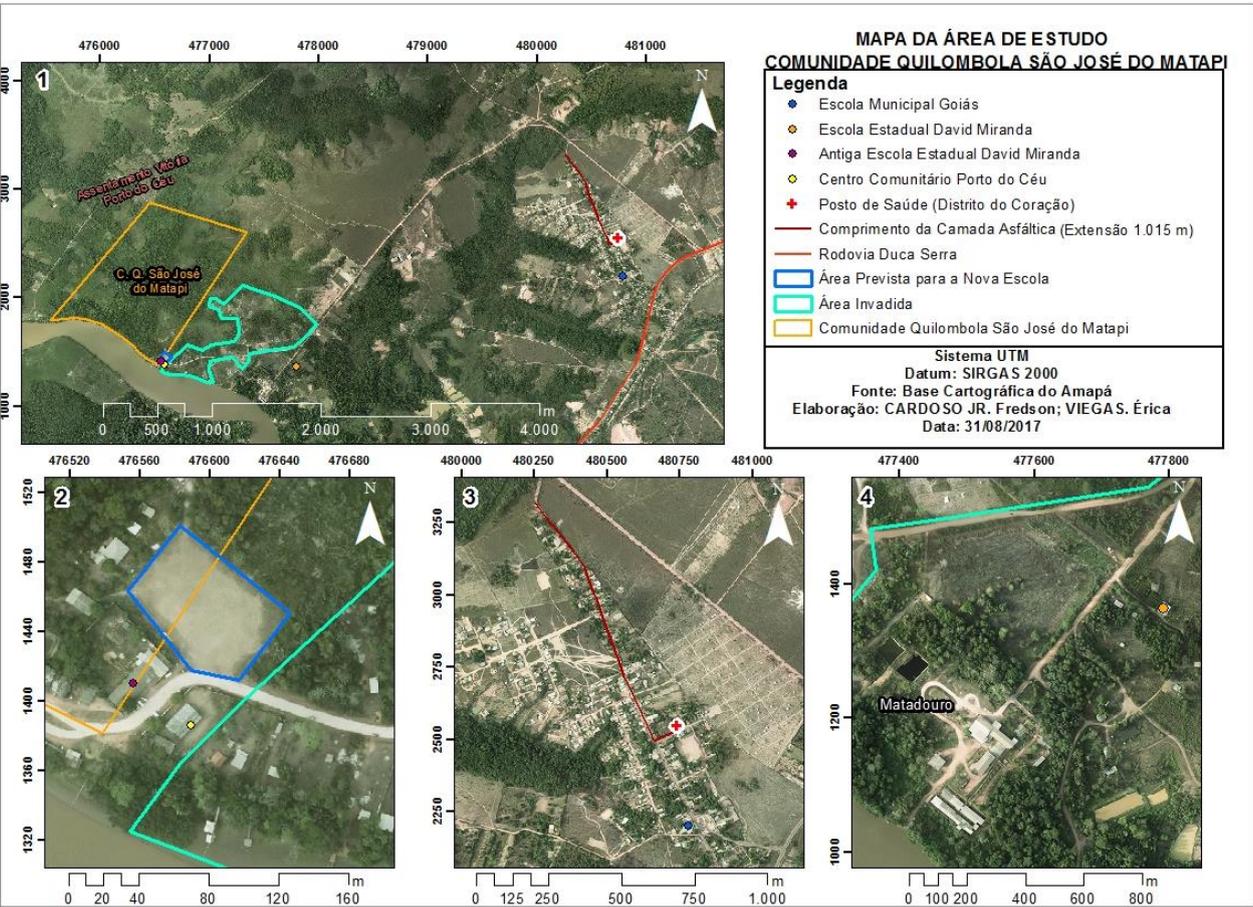
<sup>25</sup> Idem, cena 03

<sup>26</sup> Ver mapa cena 01

<sup>27</sup> O Plano de Ação é um documento produzido pelo Governo do Estado, através do instituto de Desenvolvimento Rural, escritório de Santana. Onde há uma projeção da atividades a serem desenvolvidas pelos técnicos da extensão rural que atendem as comunidades da área.

atende a comunidade, onde este apresenta uma projeção de atendimento a 30 famílias pela extensão rural, através de cursos. No entanto, em todo o “Plano de Ação<sup>28</sup>” não há indicação de atividades agrícolas e/ou produção na comunidade São José do Matapi, o que há, é apenas um indicativo de um curso de manejo de açaí.

Contudo, ao que parece, há pouco ou nenhum diálogo entre os agentes públicos e a comunidade, já que membros da diretoria da associação, em entrevista, afirmaram que os comunitários deixaram de fazer uso da extração do açaí para atividades comerciais, pois alegam haver uma maior restrição sob a área de coleta do fruto, influenciada por vários motivos, dentre eles a ocupação e desmatamento de áreas de extração do fruto nos limites da comunidade.



Fato que pode ser melhor descrito pela informação de que os extensionista agrícolas, que atendem a comunidade, e estão lotados no município de Santana, não tiveram condições de fazer uma visita durante todo o ano de 2016, e sem previsão para o ano de 2017, mesmo que conste no Plano de Ação um curso para os comunitários.

<sup>28</sup> Este Plano é referente ao ano de 2017.

Neste ponto, nos parece que a comunidade começou a sentir os efeitos das transformações ocorridas no entorno com as ocupações ilegais, já que pelos relatos da diretoria da comunidade, há indícios de que as atividades reprodutivas de caráter extrativista começaram a ser afetadas, como a extração do fruto do açaí, em decorrência das novas dinâmicas de ocupação da área do entorno.

Bernades (2014), ao analisar o caso de uma comunidade tradicional agroextrativista no Maranhão, afirma que o sistema de reprodução de uma comunidade tradicional pode sofrer alterações significativas provocadas por mudanças alheias às comunidades, mas relacionado ao acesso aos recursos naturais. Neste caso, há um indicativo de mudança no sistema produtivo e reprodutivo da comunidade São José do Matapi, que precisa ser melhor analisado em estudos futuros.

Com relação à agricultura, há a cultura de mandioca para a produção de farinha, tanto para o consumo, quanto para o comércio, que é realizado somente na feira do produtor do Buritizal, uma vez a cada quinze dias, o que também pode ser somando outros produtos, como abacaxi, banana e milho, mas devido às culturas sazonais desses gêneros, existe na comunidade uma dificuldade de comercialização na feira do produtor, já que, há uma limitação na produção, devido à pouca variedade de gêneros disponíveis para o comércio.

A produção agrícola da comunidade é realizada de forma “tradicional”, com o uso da técnica de coivara<sup>29</sup>, em áreas escolhidas pelas famílias no território para o plantio, onde a “roça” é individual, mas todos ajudam em regime de mutirão, o que amplia a caracterização desta comunidade como tradicional.

Deste modo, a Comunidade de Remanescentes Quilombola São José do Matapi apresenta como principal característica uma reprodução de base familiar agroextrativista, que pode ter sido duramente impactada pelas novas lógicas de uso do espaço em seu entorno, o que confere à mesma uma dificuldade na sua sobrevivência material, cujos efeitos poderiam ser mediados e atenuados por meio de aplicação de programas e políticas públicas que já existem para esse fim, como veremos a seguir.

---

<sup>29</sup> Essa prática também é conhecida como ‘cultivo de corte e queima’, e constitui em uma técnica de preparação do solo baseada na derrubada da vegetação e posterior queimada da área a ser cultivada na floresta. O sistema de coivara é encontrado hoje em diversas regiões do mundo, inclusive no Brasil, na Amazônia (ALVES NEVES Et.al... 2012).

## **POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO: O PAA E A COMUNIDADE TRADICIONAL REMANESCENTE DE QUILOMBOLA SÃO JOSÉ DO MATAPI**

Ao analisar as políticas públicas para as comunidades tradicionais Mota e Schmitz (2015), argumentam que a Constituição de 1988 apresenta um paradoxo, pois o modelo de desenvolvimento descrito no texto constitucional vai de encontro ao reconhecimento das comunidades tradicionais, chegando a se tornar uma ameaça à reprodução dessas comunidades tradicionais.

Deste modo, surgem um conjunto de políticas públicas visando acabar com a pobreza, e por consequência, garantir o reconhecimento oficial das diversas comunidades tradicionais, no âmbito da sociedade brasileira. Mas a implementação dessas políticas públicas estão relacionadas com a capacidade dos grupos e movimentos sociais de inserir na pauta dos governos e instituições suas reivindicações, que tem como pré-requisito o reconhecimento institucional de associações e/ou movimentos sociais por parte do Estado brasileiro (SIPRIANI e CITRÃO, 2015).

No universo de diversas políticas públicas destinadas as comunidades tradicionais com o objetivo de redução da pobreza e, por consequência, o desenvolvimento da agricultura familiar, escolhemos para este artigo o PPA - Programa de Aquisição de Alimentos, por considerar este um importante programa de mercado institucional, cuja abrangência vai da produção à comercialização.

A importância do PAA não se restringe somente ao incentivo à produção familiar, mas principalmente ao enfrentamento à fome e a pobreza no campo, ao mesmo tempo que busca fortalecer a agricultura familiar<sup>30</sup>. Outra características importantes de programas como o PAA, segundo Mota e Schmitz (2015) é o seu caráter de ação coletiva que busca a construção e o reconhecimento de uma identidade, conferindo uma autonomia no processo de luta para as comunidades tradicionais. Já, para Grisa e Porto (2014), o programa contribuiu para um processo;

Associado ao estabelecimento de relações de parceria e confiança com as entidades socioassistenciais e da rede de equipamentos públicos de alimentação e nutrição, permitiu que as famílias vendessem uma pauta de produtos extremamente diversificada, o que, por sua vez, contribuiu para o fortalecimento e o resgate da cultura alimentar regional. Um amplo leque de produtos pode ser adquirido da mesma unidade familiar, muitos deles produzidos anteriormente sem destinação comercial, restritos aos espaços do consumo familiar e às relações de reciprocidade. (p.164)

---

<sup>30</sup> Ver <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/sobre-o-programa>

Neste caso, há indícios de que o programa estimulou a comercialização de produtos de comunidade tradicionais que antes não havia destino comercial, o que pode ter contribuído para garantir a reprodução de atividades agroextrativista, antes em risco de acabar. Portanto, o Programa além de inovar, através do apoio à comercialização dos produtos oriunda da agricultura familiar, associado à segurança alimentar e nutricional, se tornou uma referência para diversos países sul americanos e africanos (GRISA e PORTO 2014).

Outro fator a ser levando em consideração, é que a formação de um mercado institucional não é novidade, mas no caso do Programa de Aquisição de Alimentos a novidade está na efetivação de uma política pública que articula o apoio à comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar à ações de segurança alimentar, invertendo uma lógica histórica, onde o mercado institucional servia aos grandes produtores, como no caso do café, na década de 1910. (GRISA e PORTO, 2014). E, nesse contexto;

O mercado institucional refere-se a uma configuração específica de mercado em que as redes de troca assumem uma estrutura particular, previamente determinada por normas e convenções negociadas por um conjunto de atores e organizações, onde o Estado assume um papel central, notadamente por meio de compras públicas (Grisa, 2010)<sup>31</sup>.

Portanto, o referido programa se utiliza de práticas de mercado institucional já conhecidas e a disponibiliza para uma rede de pequenos produtores e consumidores em risco alimentar, produzindo uma invocação em termos de mercado institucional no Brasil.

Contudo, o que nos interessa é saber se a comunidade tradicional de remanescentes quilombola de São José, teve acesso ao PPA, e por consequência, à esta política de desenvolvimento da agricultura familiar, já que a comunidade em questão, pela sua caracterização se enquadra, nos pré-requisitos necessários do referido programa, cito: comunidade tradicional de base camponesa reconhecida pelo poder público, possuindo uma produção agrícola familiar, além de se encontrar em uma situação de fragilidade alimentar, devidos aos poucos recursos técnicos e materiais para a produção agrícola. É importante salientar que todas as famílias da comunidade<sup>32</sup> são beneficiárias do programa de combate à miséria, o Bolsa Família.

No Amapá o PAA - Programa de Aquisição de Alimentos, está presente nos 16 municípios e mais 2 distritos do Estado, gerando renda para aproximadamente 1071 agricultores

<sup>31</sup> Ver GRISA e PORTO, 2014.

<sup>32</sup> A exceção de uma família que recebe um programa com as mesmas características do bolsa família, só que estadual, chamado de “Renda para viver melhor”

familiares e beneficiando 225 entidades assistenciais, onde a operacionalização do programa, começou a ser executado em 2015, pelo governo do Estado do Amapá, através Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá – RURAP<sup>33</sup>.

Segundo o relatório a que tivemos acesso, em Macapá e Santana o PAA atendeu 8.414 pessoas, 33 entidades, através da realização de 50 feiras, contando com a participação de 264 agricultores, totalizando R\$ 1.638,319,01 de recursos investidos<sup>34</sup>.

De acordo com as informações coletadas e analisadas, junto a órgãos públicos e em entrevista com os representantes da comunidade, há um cenário desfavorável à comunidade quilombola São José do Matapi, pois a mesma nunca participou do programa desde a sua implementação no Estado do Amapá, o que poderia ocorrer na modalidade “compra com doação simultânea<sup>35</sup>”.

O que mais chamou a nossa atenção foi a informação de um agente público, de que o órgão responsável pela assistência à comunidade, não dispõe de recursos para visitar a mesma, mesmo estando somente a 12 quilômetros da capital do Estado, Macapá.

A comunidade é atendida pelo escritório do RURAP do município de Santana, aonde o mesmo está sediado em uma sala improvisada do SUPERFACIL<sup>36</sup>, o que demonstra a precariedade e a dificuldade enfrentada por parte do órgão público, que atende a comunidade, o que de certa forma, interfere na inclusão da comunidade em programas como o PAA<sup>37</sup>.

É importante ressaltar que a questão burocrática se constitui em um difícil entrave para a comunidade ter acesso as políticas públicas e ao PAA, devidos a vários fatores, dentre eles podemos citar: A maioria dos comunitários estão com o DAP<sup>38</sup> vencido, pois o documento é uma das exigências para a participação no programa, e tem a duração de três anos e, é o RURAP o responsável pela emissão dessa documentação.

Outro fator importante de ser mencionado é fato da “chamada” pública para a participação no PAA ser realizada via edital, onde o mesmo é disponibilizado nos meios de comunicação oficiais do governo do Estado do Amapá, ou seja, quase que exclusivamente pelo site, e/ou através das visitas dos extensionistas agrícolas rurais às comunidades. Portanto, o

<sup>33</sup> Ver relatório do RURAP, 2017.

<sup>34</sup> Idem.

<sup>35</sup> Ver GRISA e PORTO, 2014

<sup>36</sup> Órgão estadual de atendimento à população que concentra vários serviços públicos.

<sup>37</sup> Nas entrevistas foi relatado a falta de insumo como transporte e até mesmo veículo para a efetivação da visita à comunidade, o que não ocorreu nos anos de 2015 à 2017, ou seja, a comunidade está totalmente desassistida pelo RURAP, órgão público responsável pela implementação do programa no Estado.

<sup>38</sup> É a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o documento de identificação da agricultura familiar (ver <http://www.mda.gov.br/sitemda/saf/dap>.)

isolamento imposto à comunidade de remanescente São José do Matapi, parece ser intransponível, mesmo que injustificado, no que concerne a inclusão da mesma no Programa de Aquisição de Alimento.

Para Grisa e Porto (2014), o Programa de Aquisição de Alimentos trouxe importantes transformações e até mesmo, novas possibilidades para a agricultura familiar, pois;

Delgado (2013, p. 7) destaca como “um resultado originalmente não planejado” do Programa “o resgate das iniciativas regionais significativas, portadoras de afirmação da identidade, autonomia e autoestima de comunidades e culturas camponesas, marginalizadas pela economia convencional e pela política agrícola tradicional.

54

Portanto, o PAA apresentou resultados para além do esperado, contribuindo não só para o desenvolvimento econômico e para a segurança alimentar, mas também para o fortalecimento das comunidade incluídas no programa, no que concerna as suas identidades coletivas, e como consequência a reprodução de seus modos de vida, características tão importantes para as comunidades tradicionais, que buscam no presente a afirmação suas histórias, visando a sua existência no futuro.

Neste contexto, podemos nos reportar a Sen (2000) quando apresenta alguns elementos privativos de liberdade que contribuem para o empobrecimento da população e cita o acesso a direitos civis básicos, a restrição alimentar e até o acesso a serviços públicos como saúde, educação e saneamento, como condição *sine qua non* da exclusão e pobreza impostas à determinados grupos sociais, que restringe o desenvolvimento, e portanto, a tão sonhada liberdade.

Assim, a inclusão da comunidade de remanescentes São José do Matapi no Programa de Aquisição de Alimentos, ainda aparece como um grande desafio, onde barreiras como a burocracia, falta de infraestrutura básica e até de informações sobre essa e outras políticas públicas, contribuem para tornar o tão almejado desenvolvimento da agricultura familiar em um sonho distante, junto com uma liberdade plena.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Acreditamos que Moura (1993) e Gomes (2005) quando apresentam o quilombo como uma economia de base camponesa, já no período colonial, contribui para uma reflexão desse espaço de “fugidos”, através de uma base de relações ampliadas, capaz de elaborar uma categoria de análise que interage com a especificidade histórica e os interstícios do sistema econômico

dominante, no que concerne ao desenvolvimento dos aquilombados, já no período colonial e posteriormente, na contemporaneidade.

O que se fez reconhecer na Constituição Cidadão de 1988, onde a importância cultural e identitária ganha relevância no texto desta carta magna, e impõe essas características como patrimônio cultural de interesse da União, Estados e Municípios e como tal, devem ser preservados, garantindo a sua manutenção e integridade, uma vez que os diversos territórios integram a formação da identidade nacional.

E, é a partir desse momento, que temos que refletir sobre as principais problemáticas e anseios dessas comunidades de remanescentes, que são os princípios básicos de sua existência: a Liberdade e o desenvolvimento.

Se para Amartya Sen (2000), a liberdade pode ser caracterizada por uma visão mais ampla, que leve em consideração o acesso os serviços públicos, no caso deste trabalho, não só ao Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, mas os básicos como saúde, educação, saneamento, acessibilidades e tecnologias da informação, onde a privação desses serviços contribui, sobremaneira, para uma restrição de liberdade, o que pode determinar ou não a inserção da comunidade São José do Matapi nas diversas políticas públicas e programas sociais, que visam melhoria dos indicadores de desenvolvimento no conjunto de uma sociedade amapaense, ou nacional, como é o caso do Programa de Aquisição de Alimentos.

Por outro lado, pensar no processo de desenvolvimento dessas comunidades remanescentes de quilombolas na contemporaneidade, é fazê-lo a partir de uma perspectiva local, tendo em vista o avançado processo de globalização, que impõe ao território e os agentes locais, um importante papel como forças transformadoras de realidades econômicas locais, capazes de impulsionar de forma endógena o desenvolvimento (BARQUERO, 2001). O que pode ser efetivado com medidas simples como: uma infraestrutura adequado ao RURAP, possibilitando visitas regulares à comunidade, acompanhamento da situação cadastral dos membros da comunidade, no caso do DAP e maior diálogo entre comunidade e o poder público, visando a contínua comunicação sobre editais de programas sociais.

Acreditamos, portanto, que o desenvolvimento pleno com liberdade da comunidade de remanescente quilombolas São José do Matapi, poderá ocorrer através da inserção da mesma nas políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos, mas sobretudo, através de um processo democrático amplo, capaz dialogar, interagir e integrar, todos os setores envolvidos, visando a superação de entraves, como a burocracia e a falta de informações.

Portanto, o poder público precisa criar meios para garantir que políticas como o Programa de Aquisição de Alimentos alcance comunidades como a do São Jose do Matapi do Porto do Céu, que ainda continua às margens do desenvolvimento rural no Brasil contemporâneo, e sujeita a restrições alimentares em decorrência das transformações em seus modos de produção e reprodução impactados pela nova dinâmica de ocupação e uso do solo dos território nos limites da comunidade, visando garantir a sobrevivência desta comunidade tradicional de remanescentes quilombola, como garante a constituição cidadã de 1988.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES NEVES, Walter & Adams, Cristina & Ribeiro Filho, Alexandre & Pedroso Junior, Nelson. (2012). Coivara: Cultivo Itinerante na Floresta Tropical. *Ciência Hoje*. 50. 26-30.

BARQUERO, Antonio Vázquez. Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização. Fundação de economia e estatística. Porto Alegre, 2001.

BERNARDES, Regina Helena. A Importância Do Agroextrativismo Nos Processos Produtivos E Reprodutivos: O Caso Das Famílias Quilombolas Na Amazônia Oriental Maranhense, *ACTA Geográfica*, Boa Vista, v.8, n.17, abr./ago. de 2014. pp. 24-32.

GOMES, Flávio dos Santos. A Hidra e os pântanos: Mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (Séculos XVIII e XIX). Ed. Unesp: Ed. Polis, 2005.

\_\_\_\_\_. “Nas fronteiras da liberdade: mocambos, fugitivos e protesto escravo na Amazônia colônial”. *An. Arq. Públ. Pa*, Belém-PA, 1996.

GRISA, Cántia e PORTO, Silvio Isopo. **“Dez anos de PAA: As Contribuições e os Desafios para o Desenvolvimento Rural”**; In GRISA, Cántia e, SCHEIDER, Sergio (Org.) Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil, Editora da UFGRS, Porto Alegre, 2015.

HALL, Stuart. A identidade cultural na Pós-Modernidade. DP&A Editora, Rio de Janeiro, 1997.

LEITE, Ilke Boaventura (2001). Os quilombos no Brasil: Questões Conceituais e Normativas. *Etnográfica*. Vol. IV (2).

MOTA, Dalva Maria. SCHMITZ, Heribert. **“Políticas Públicas e Comunidade Tradicional: reconhecimento e Conquista de Direitos”**; In GRISA, Cántia e, SCHEIDER, Sergio (Org.) Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil, Editora da UFGRS, Porto Alegre, 2015.

MOURA, Clovis. Quilombos, resistência ao escravismo. 3º ed. Editora Ática. São Paulo, 1993.

SALLES, Vicente. “O Negro no Pará”. 2º ed. Brasília, Ministério da Cultura; Belém, 1989.

SANTOS, Milton (1999). *“A natureza do espaço; espaço e tempo: Razão e emoção”*. 3º ed, São Paulo: HUCITEC.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILIPANDI, Emma. CITRÃO, Rosângela. **“Mulheres Rurais e Políticas Públicas no Brasil”**, In GRISA, Cântia e, SCHEIDER, Sergio (Org.) Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil, Editora da UFRGS, Porto Alegre, 2015.

VALE, Ana Rute do; GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira: CRESCIMENTO URBANO E TEORIAS SOBRE O ESPAÇO PERIURBANO: ANALISANDO O CASO DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA (SP); In GERARDI, Lucia Helena de Oliveira; CARVALHO, Pompeu Figueiredo de: Geografia: Ações e reflexões. (Org.) – Rio Claro: UNESP/IGCE: AGETEO, 2006.

## DESAFIOS NOS PROCESSOS DE ACESSO À POSSE LEGAL DA TERRA POR COMUNIDADES QUILOMBOLAS URBANAS E RURAIS

ISOLDI, Isabel Araujo  
Doutoranda, PROLAM/USP  
[isabelisoldi@usp.br](mailto:isabelisoldi@usp.br)

SUZUKI, Julio César  
Professor, PROLAM/USP  
[jcsuzuki@usp.br](mailto:jcsuzuki@usp.br)

58

### RESUMO

O direito territorial garantido pelo Estado nacional brasileiro às comunidades remanescentes de quilombo fez com que diversos grupos passassem a se auto-reconhecer como tal. Desde então, inúmeros processos surgiram para que pudessem de fato acessar tal direito, o que também tornou estes grupos mais visíveis para a sociedade envolvente. Dentre as transformações advindas, a incorporação destas áreas pelo crescimento das cidades bem como a inserção de seus moradores nos trabalhos urbanos, é fator complexificador de processos já dificultosos.

**Palavras chave:** comunidade quilombola, território, posse legal da terra, quilombo urbano

### CONTEXTUAIZAÇÃO: OS QUILOMBOS COMO ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL PARA A RESISTÊNCIA À ESCRAVIDÃO

Durante a escravidão de africanos nas Américas, foram retirados de suas terras mais de 15 milhões de pessoas, sendo este o grande empreendimento comercial e cultural que marcou a formação do mundo moderno e a criação de um sistema econômico mundial (REIS e GOMES, 2014, p.9). O que a escravidão foi, para Marx, corresponde a uma categoria econômica da maior importância, na medida em que, sem ela, não haveria a grande extração das matérias-primas que levaram a formação da indústria moderna. Conforme Luz (2013), foi a escravidão que deu valor às colônias e a produção advinda destas que possibilitou a criação do comércio mundial, sendo este a condição necessária para o surgimento da grande indústria mecanizada.

No entanto, a escravatura nunca existiu sem a oposição daqueles que tiveram seus corpos e destinos tomados para servirem como peça, ferramenta à vil produção da riqueza. A resistência a escravatura esteve presente em todos os lugares e durante todo o tempo em que esta perdurou, variando em formas e intensidade. Suicídio, lerdade no trabalho, quebra de ferramentas, incêndio em plantações, assassinato de senhores, revoltas e motins, fugas individuais e coletivas, e a formação de redutos de liberdade, os chamados quilombos.

Para Clóvis Moura (1983) esses conflitos demonstravam que o escravo não era meramente *coisa* mas que guardava sua porção enquanto *ser*, totalmente responsável pela existência de uma outra dinâmica social durante o regime escravista. De acordo com o autor “por mais desumana que fosse a escravidão, ele não perdia, pelo menos totalmente, a sua interioridade

humana. E isto era suficiente para que, ao negar-se como escravo, criasse movimentos e atitudes de negação ao sistema” (MOURA, 1983, p.8). Suas ações agiam no desgaste do sistema escravista e ao abandonar o trabalho, o escravo dinamizava, por negação, o sistema e se afirmava como sujeito histórico coletivo.

Ao se negar ao trabalho, ao lutar por sua liberdade, os negros estavam se negando a servir a exploração colonialista-imperialista. E, ao formar redutos livres, davam continuidade a valores civilizatórios africanos, sendo os quilombos “o maior exemplo de continuidade cultural africana no Novo Mundo” (NASCIMENTO, 1981, p. 149). Eram formações sociais paralelas, que garantiam a sobrevivência física e cultural de diversos povos e seus legados.

Para a Coroa Portuguesa, a quem a resistência escravista causava prejuízos, quilombo era “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões nele” de acordo com a resposta dada pelo Rei de Portugal ao Conselho Ultramarino de 2 de dezembro de 1740. Para os negros, no entanto, o quilombo era um acampamento guerreiro, local de refúgio, território livre da opressão escravista. De acordo com Slenes (1999), tanto a palavra quilombo quanto ele próprio enquanto forma organizacional, já existiam na África pré-diáspora.

“A palavra mukambu tem como significado 'pau de forquilha ou de fiteira', utilizado para carregar coisas e também fazer construções. Dois carregadores os sustentavam e levavam coisas pesadas, chegando aos seus destinos, construía seus quilombos (acampamentos guerreiros) utilizando as técnicas à sua disposição, incluindo certamente aquelas apreendidas na África.” (SLENES, 1999, p. 173)

Segundo o autor, “ao que parece, o 'pau de fileira', sem dúvida acompanhado de seus suportes verticais terminando em forquilhas, era tão importante para os fugitivos na construção de suas casas que seu nome – 'mocambo'- passou a ser sinônimo de 'quilombo' no Brasil.

Conforme Moura (1983) o quilombo não foi um fenômeno esporádico, mas pontilhou todo o território brasileiro, sendo uma constante histórica com grande importância social. Fato que hoje pode ser visto através da toponímia no Brasil, que revela uma grande quantidade de rios, vilas, povoados, acidentes geográficos, com o nome de mocambo ou quilombo.

Existiram quilombos de diferentes tamanhos, com distintas formas de organização e de origens. Não eram um fenômeno isolado, mas se relacionavam com o entorno, quer para ataques às fazendas e vilas, quer para as relações de comércio, ou de auxílio.

“Para seu núcleo convergiam elementos igualmente oprimidos na sociedade escravista: fugitivos do serviço militar, criminosos, índios, mulatos e negros marginalizados. Tinham, igualmente, contato com os grupos de bandoleiros e guerrilheiros que infestavam as estradas. Muitas vezes, através desses grupos, eram informados da aproximação de expedições punitivas contra eles. Em Sergipe, de forma especial, os quilombolas eram

auxiliados pelos escravos das senzalas que muitas vezes os escondiam quando eles faziam incursões aos engenhos. Esta solidariedade constante foi responsável pela prolongada vida desses quilombos os quais, à aproximação dessas expedições, já haviam se retirado do local, levando, quase sempre, o produto de suas roças e mantimentos produzidos pela economia quilombola.” (MOURA, 1983, p.18)

Para Moura (2001) os quilombos eram uma expressão de protesto radical. O agente social do quilombo era o negro escravo inconformado, dotado de uma consciência rebelde. A fuga individual era um protesto solitário; ao se organizar em comunidade o negro fugido tornava-se quilombola, o que acaba por adquirir um sentido social mais abrangente.

“Historicamente o quilombo aparecerá como unidade de protesto e de experiência social, de resistência e reelaboração dos valores sociais e culturais do escravo em todas as partes em que a sociedade latifundiária – escravista se manifestou. Era sua contrapartida de negação. Isto se verificava à medida em que o escravo passava de negro fugido à quilombola.” (MOURA, 2001, p. 103)

Nesses núcleos de ex-escravos, africanos e seus descendentes remanipulavam seus valores culturais ancestrais e a experiência empírica adquirida no trabalho das plantations, transformando-o em trabalho livre. O quilombo aparecia então como negação ao sistema e como resistência radical.

Para Almeida (1999), os quilombos eram unidades produtivas, que através do trabalho familiar constituíam formas autônomas de produção agrícola e de comércio, sendo “uma ação coletiva de moradia, trabalho e luta se opondo não somente aos mecanismos repressores da força de trabalho, mas à lógica produtiva da plantation” (ALMEIDA, 1999, p.12). O sistema de trabalho familiar fortalecia o acamponesamento e enfraquecia o sistema de *plantation* dos grandes proprietários. As comunidades mantinham trocas comerciais e estavam conectadas com agentes do entorno, como comerciantes e taberneiros. Eram aglomerados agrários articulados e que abasteciam com suas produções vilas, fazendas e feiras.

Desse modo, Moura (2001) entende que a quilombagem não pode ser vista como um simples suceder de quilombos isoladamente no tempo e no espaço, mas como um continuum social que tem como papel central a negação da ordem escravista. Sendo, portanto responsável pelo desgaste e ruptura do sistema escravista ao longo do tempo.

No entanto, mesmo com o desmantelamento desse sistema, após a abolição legamente instituída, não foi permitido aos negros fazer parte do que seria a mão-de-obra assalariada nacional, devido ao racismo e as políticas para embranquecimento da nação baseadas na eugenia e adotadas pelo Estado. Os quilombos deixaram de ser tratados pelo ordenamento político como uma questão criminal e as comunidades continuaram a se reproduzir dentro de uma grande diversidade de possibilidades, tais como tamanho, localização, formas de subsistência, etc. Fato é

que não deixaram de existir, seja em locais longínquos de difícil acesso, seja em áreas muito próximas aos centros urbanos.

Acerca desta diversidade de quilombos, Castro (2009) fala sobre os quilombos urbanos de fins do século XIX, no período pré – abolição. Estes foram agrupamentos que se formaram nos arredores de grandes cidades por escravizados que fugiram e mantiveram um intercâmbio com negros libertos, comerciantes e escravos urbanos. Em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador, era difícil diferenciar em meio à população quem era livre, liberto, escravo ou fugitivo. Se por um lado, a captura desses quilombolas era uma maneira rentável para pessoas livres, brancos pobres e mulatos, conseguirem uma recompensa em dinheiro, outra parcela da população era de apoiadores, escravos de ganho, africanos, que ajudavam a esconder os fugitivos e realizavam trocas e apoios mútuos, bem como comerciantes, para quem era interessante a mão-de-obra e a compra de produtos dos quilombos a bom preço.

Neste período, surgiam as ideias abolicionistas entre intelectuais, políticos e membros da classe média urbana e até da elite econômica, que começavam a criar estratégias para pressionar pelo fim do regime servil. Com o apoio destes sujeitos, surgiram os chamados quilombos abolicionistas, sendo os principais, Petrópolis, na serra Fluminense; Leblon, no Rio de Janeiro; Cupim, em Recife, e Jabaquara, em Santos, que chegou a ter cerca de 10 mil escravos. Conforme Silva (2003) “os líderes eram cidadãos livres, com documentação civil em dia e muito bem articulados politicamente. Não se tratava mais dos guerreiros do modelo anterior.” Neste período, abolicionistas como André Rebouças e Antonio Bento, entidades como Confederação Abolicionista, no Rio de Janeiro, e os Caifazes em São Paulo, incentivavam a formação dos quilombos abolicionistas, promoviam e apoiavam as fugas em massa das fazendas.

Afora estes casos dos quilombos urbanos ligados ao movimento abolicionista, a grande parte dos quilombos urbanos se desenvolveram como uma comunidade rural que, com o passar do tempo e o avanço da urbanização, acabou sendo incorporado a alguma cidade. Os quilombos urbanos seriam então áreas onde escravos fugitivos ou recém-libertos estabeleceram um modo de vida comunitário e, que depois, foram incorporadas pelas cidades no processo de expansão urbana.

Vale citar como exemplo a comunidade negra dos Arturos, localizada em Contagem, região metropolitana de Belo Horizonte, que é considerada hoje um importante símbolo da resistência negra no Estado de Minas Gerais. As origens do território remetem ao século dezenove, quando o negro livre Artur Camilo Silvério recebeu de herança de seus pais libertos um pedaço de terra, na qual estabeleceu sua morada e desenvolveu os cultivos para subsistência.

Com o passar do tempo e o crescimento da cidade, a propriedade tornou-se limítrofe a área urbana o que trouxe uma mudança no que tange à relações de trabalho, principalmente. Atualmente, eles sobrevivem do trabalho na cidade, seja no setor industrial, construção civil ou serviços domésticos, embora ainda cultivem a agricultura de subsistência. (SILVA e BORBA, 2004).

Diversos quilombos que surgiram e se desenvolveram em áreas urbanas, tornaram-se após a abolição e o crescimento urbano ao redor, *territórios negros*, áreas em que manifestações como capoeira, batuque, culto aos orixás tinham terreno fértil para acontecer. Bairros que nasceram sobre a ruína de velhos quilombos e se tornaram berços de escolas de samba, grupos de jongo, terreiros, rodas de tiririca ou capoeira, como Liberdade, em Salvador; Gamboa e Serrinha, no Rio de Janeiro, e Bexiga e Barra Funda, em São Paulo.

## **DIREITOS TERRITORIAIS: UM NOVO CAPÍTULO NA LUTA SECULAR**

Tais ocupações dificilmente poderiam ter sua posse confirmada por uma documentação legal, salvo raras exceções. Com os avanços de vetores de modernização no território nacional, foram se dando frentes de expansão, urbanas e rurais, e em diversas comunidades negras surgiram conflitos referentes a disputas territoriais, uma vez que suas ocupações passaram a ser entraves para projetos de crescimento urbano e de instalação de infra-estruturas do grande capital. Desse modo, a posse desses lugares tornou-se motivo de conflitos.

Paralelamente a estes conflitos, a partir de 1988 os quilombos foram reconhecidos pela Constituição Federal através do artigo 68 enquanto grupos formados por descendentes daqueles que resistiram à escravidão e formaram comunidades negras, com laços de parentesco, uso comum da terra e dos recursos, sendo portanto sujeitos de direitos, especialmente, territoriais. Os quilombos de hoje podem ser definidos como: “(...) grupos étnicos, predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana e que se autodefinem como tal a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias.” (Scalli, 2004). A legislação foi complementada em 2003 com o Decreto 4887 que regulamentou os procedimentos jurídicos para a efetivação da outorga dos títulos de posse da terra, sendo que cada Estado da federação tem o seu proceder.

Estas leis auxiliam as comunidades quilombolas em sua luta pela posse legal da terra, uma vez que a permanência no território é garantia da continuidade da organização enquanto grupo, com costumes e um modo de vida estabelecido. Mas, vale dizer, que a grande parte das

comunidades não tem sua terra titulada e que os vetores que atuam na desintegração dessas comunidades são vários.

Neste artigo, nos propomos a discutir a questão das comunidades quilombolas que hoje se encontram em áreas urbanas, que tenham se formado já nessas áreas ou então que tiveram seus limites abarcados pela cidade com o decorrer do tempo. Diante do já dificultoso processo de reconhecimento, desapropriação e titulação das terras de quilombo, aos quilombos urbanos somam-se outros problemas. Ainda que a legislação seja a mesma para quilombos urbanos e rurais, existe uma complexidade maior com relação aos quilombos urbanos, no que tange às dificuldades maiores para efetivar as desapropriações no caso de titulação da terra, os avanços da especulação imobiliária e da urbanização, o afastamento das atividades agrícolas e com isso uma certa descaracterização enquanto comunidade tradicional remanescente de quilombo e a inserção de pessoas cujo passado histórico não remete à escravidão.

## **O CASO DO QUILOMBO URBANO BROTAS**

Um caso importante e que aqui nos servirá como referência para esta discussão acerca de quilombos urbanos é o Quilombo Brotas, localizado no município de Itatiba interior de São Paulo. A área se constituiu em um sistema comum de uso dos recursos e da terra, permanecendo através dos tempos, com pessoas da mesma família que resguardavam aquela parcela da terra como um meio de sobrevivência e de resistência. Devido à proximidade com a área urbana, os moradores transitavam entre os trabalhos na terra para subsistência e os trabalhos urbanos como pedreiro, segurança, empregada doméstica, entre outros. Não possuíam o título da terra embora a ocupassem há gerações. Com os avanços da urbanização, surgiram ameaças para seu modo de vida. A construção de um loteamento em área vizinha da comunidade, causou assoreamento no rio que a transpassa o que levou os moradores a procurarem uma ONG para auxiliá-la. Neste processo, tiveram contato com as legislações referentes às terras de quilombo e passaram então a se entender enquanto quilombo. Sabiam de seu passado relacionado à escravidão, mas, como a maioria dos grupos, não era um fator a ser lembrado e valorizado. Tendo conhecimento dos direitos estabelecidos pela Constituição Federal, se entender enquanto quilombo pode ser visto como uma característica positiva e então, uma nova fase se inicia para aquele grupo.

Seguindo os procedimentos para a titulação quilombola, o grupo se auto-identificou como um quilombo e para o reconhecimento um laudo antropológico foi solicitado. Surge então o trabalho do antropólogo e a elaboração de um Relatório Técnico Científico a fim de levantar todo o histórico da comunidade.

A área em questão é um sítio em área urbana que faz limite com casas e um loteamento de uma empresa. Os moradores utilizam sistema de transporte público e de educação, sendo o de saúde bastante precário. O asfalto vai só até a porta do quilombo e não há sistema de esgoto e nem água encanada, sendo a luz elétrica precária. São cerca de 32 famílias, cuja renda é de um salário mínimo ou menos que isso, sendo as atividades exercidas nas cidades próximas, tais como pedreiro, borracheiro, vigia para os homens e de empregada doméstica, para as mulheres.

Ainda que esteja localizado atualmente em área urbana, seus moradores se reconhecem como moradores de um sítio, portanto, de área rural. A comida é feita em fogão de lenha, a água consumida nas casas é retirada de poços artesianos, as ruas do quilombo não tem iluminação elétrica muitas famílias esquentam água para o banho no fogão a lenha. Não são agricultores, mas seus antepassados o foram, o que lhes permite manter essa identidade maior com o universo rural.

“Considerando urbanização como “incremento de alocação de equipamentos urbanos”, ou seja, concentração em certos espaços de recursos técnico-científicos gerados e geridos segundo a expansão da racionalidade tecno-científica fica difícil simplesmente “classificar” esse grupo como urbano ou rural, pois o que está em jogo são as relações sociais definidas no interior do campo político.”

(...)

Dessa forma, compreendemos que o fato do território do Quilombo Brotas estar dentro do perímetro urbano da Cidade Itatiba deve-se ao crescimento desordenado da Cidade com o surgimento de novas casas e loteamentos na região.” (SCALLI, 2004)

Sobre as origens do Quilombo Brotas, no Relatório Técnico Científico conta-se que Emília, escravizada, casou-se com Isaac também escravo, com quem teve vários filhos, entre eles, Amélia, que nasceu livre devido a Lei do Ventre Livre. Seus pais se tornaram livres também quando seu senhor faleceu. À procura de onde morar e trabalhar, encontraram o casal Rita Rodrigues e José Francisco Rodrigues no Bairro dos Lopes, que lhes ofereceu este lugar. Eram já conhecidos por apoiarem negros que necessitavam fugir ou encontrar um abrigo para morar e trabalhar.

Pelo que nos informe o Relatório Técnico Científico tudo indica que existia em Itatiba uma rede de relações que envolviam os quilombolas e outros grupos sociais. Assim os quilombolas mantinham redes de comércio, relações de trabalho, de amizade, parentesco, envolvendo escravos que ainda vivam nas senzalas, negros livres e libertos, comerciantes mestiços e brancos.

Amélia, junto aos seus pais e irmãos, trabalharam muito na roça, de sol a sol, tendo somente uma muda de roupa para vestir. Às vezes chovia na roça e ficavam molhados e não tinham outra muda de roupa seca para vestir e Amélia acabava chorando devido aquela situação.

Seu pai, Issac, tentava consola-la dizendo: *“Tenha paciência minha filha. Isso daí é pra nós pagar o lugar pra gente morar. Pra pertencer pra tudo mundo. Pra tudo que tiver meu sangue ter um lugar pra morar”*.

Essa fala de Isaac demonstra sua concepção de vida com relação a terra e valores de liberdade e autonomia. Ele próprio se impôs uma vida sacrificante, bem como a de seus filhos, a fim de conseguir, o que para eles, seria o bem maior: a posse de uma terra, aonde seriam livres para trabalhar e permanecer, não só ele e os seus, mas todos que tivessem o seu sangue. E esta concepção, ao que veremos, foi incorporada por Amélia e lhe orientou por toda sua vida.

De todos os familiares de Isaac, Amélia foi a única descendente a permanecer na terra. Seu sonho era ser modista, mas acabou cedendo aos desejos de pai e se casou. Confeccionou o próprio vestido e economizou para encomendar uma bota, já os negros não se casavam calçados. Sua atitude foi inovadora e mais do que isso, uma provocação para a época. E atestavam o que suas descendentes relatam no Relatório Técnico Científico, que era a sua postura...

Amélia e seu marido tiveram nove filhos. Ficou viúva e trabalhou duro a vida toda para sustentar seus filhos e não abandonar as terras do sítio. Até a década de 1970, a principal atividade do sítio foi a cultura de subsistência, plantavam arroz, feijão, mandioca, batata doce, milho, café, amendoim, pomar, criação de galinhas, porcos e cabras. Os filhos de Amélia saíram em busca de emprego na cidade, na indústria, Jundiaí e São Paulo, ficando entre idas e vindas para o Quilombo, dependendo das ofertas de trabalho.

Durante todos aqueles anos, nunca registraram o sítio e nem pagaram impostos, até que nos anos de 1960 a prefeitura fez uma cobrança. Sua filha Maria do Carmo conta que seu pai dizia que somente ele poderia tocar o processo de inventário e que ele não ia fazê-lo porque *“os homens do Sítio são muito fracos e logo iriam vender sua parte por uma garrafa de pinga e as mulheres e crianças ficariam na rua sem ter onde morar”*. E acrescentou: *“quando eu morrer não terá mais ninguém que poderá mexer com isso e vai ficar tudo do jeito que está e as mulheres e crianças vão ficar amparadas.”*

A conclusão do Relatório Técnico Científico é a de que o grupo teria elaborado, ao longo dos anos, um sistema de uso comum da terra e de seus recursos específicos que têm na apropriação familiar e no usufruto comum a base de sua organização e defesa perante a sociedade, podendo então ser reconhecidos como remanescentes de quilombo, tendo então o direito a posse legal da terra.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao que verificamos, as origens e formas de organização dos quilombos é bastante diversa. No que tange aos quilombos urbanos, entendemos que, em sua maioria, formaram-se como comunidades rurais, que com o passar do tempo tiveram seus limites e até parcelas de suas áreas, incorporadas pelo crescimento urbano. Essas transformações incidiram sobre a vida de relações das comunidades de maneira que a subsistência tornou-se prioritariamente advinda de empregos nas cidades.

A relação dos moradores das cidades com os quilombos é variável, mas há fortes marcas de preconceito e desvalorização dos *pretos do quilombo*, como são os casos dos vizinhos dos Kalunga (em Goiás) ou da Caçandoca (em Ubatuba/SP) em que ser do quilombo seria um signo de desvalorização. Na Caçandoca, como verificamos em atividades de campo, os jovens quilombolas tinham que sair de sua comunidade para frequentar a escola, aonde eram estigmatizados por ser do quilombo. Não apenas por ser negro, mas por ser quilombola.

As atividades que ocupam nas cidades são de empregos com baixa remuneração e que não necessitam de uma formação específica. Ou seja, cargas de pouca valorização social.

Conforme Oliveira e D'abadia (2015):

“(...) as comunidades quilombolas urbanas se veem inseridas em meio aos problemas próprios de espaços urbanos carregados da complexidade e da heterogeneidade que permeiam a vida cidadina. A apropriação de seus territórios se vincula, geralmente, à realidade da periferia e/ou de espaços marginalizados e/ou segregados. São espaços etnicamente diferenciados por serem constituídos por grupos identitários que buscam o reconhecimento de sua identidade e a segurança jurídica de seu direito à propriedade para romper o ciclo da segregação espacial.”

Em contraponto, vemos atualmente crescer o número de quilombolas que passaram a frequentar o curso superior graças ao sistema de cotas e de ações afirmativas. Os efeitos da atuação destes jovens em suas comunidades, após concluírem suas formações, ainda se fará, uma vez que se trata de um fenômeno recente.

Com relação a aplicação das leis para titulação, temos que, embora a legislação seja a mesma para quilombos rurais e urbanos, os casos que envolvem a questão urbana, são mais complexos e por isso carecem de maiores cuidado. Como já citamos, nos casos urbanos, os procedimentos para desapropriação são mais complicados, uma vez que moradores que muitas vezes não se enquadram na definição étnica de *quilombola*, torna-se parte da comunidade.

Outro fator complicante seria essa transformação da vida de relações da comunidade que, tendo se inserido em atividade urbanas para subsistência, deixa de lado, ou com uma carga menos importante, a atividade agrícola e o uso comum dos recursos, podendo ser descaracterizada enquanto população tradicional.

Por um lado, o Estado garante através da legislação que esses grupo possam se auto-identificar. Por outro, afirma que essa identidade só será reconhecida e legitimada perante o trabalho de um especialista, no caso, um antropólogo.

Embora esses direitos territoriais, tanto para quilombolas como para indígenas, sejam garantidos pelo Estado brasileiro desde 1988, na prática uma pequena parcela desse grupo, possuam seus títulos. Nos deparamos então com um grande desafio, pois como um Estado que quer ser unificado, poderá de fato reconhecer e legitimar diferenças de grupos ditos minoritários?

Para Melo (2016) é necessário pensar sobre as limitações inerentes a este formato de Estado-nação, que mesmo que se coloque juridicamente como multicultural, não consegue efetivar a cidadania como prática cotidiana das relações no território. Portanto, é fundamental dentro dessa esfera de reconhecimento e luta das populações tradicionais, ter consciência desses limites.

“(...)os limites do Estado-nação burguês em reconhecer/lidar com diferentes territórios, pois tem como propósito consolidar um território nacional desenvolvido e moderno; e seus limites para reconhecer os diferentes sujeitos, e inclusive, os sujeitos que não se encaixam na caricatura do sujeito desenvolvido e moderno desse Estado, mesmo que pertençam, ou queiram pertencer a este suposto território desenvolvido e moderno. (...)” (MELO, 2016)

Concluimos então que os desafios para a titulação de comunidades quilombolas tanto urbanas quanto rurais, está na própria concepção do Estado-nação brasileiro que embora se coloque como multicultural através de sua Constituição Federal, reconhecendo as diferenças étnicas de formação de sua população e garanta a proteção ao seu patrimônio material e imaterial, quando o assunto é territorial, não dá conta de efetivar suas próprias leis.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner. Os quilombos e as novas etnias. In: LEITÃO, Sergio(org). Direitos territoriais das comunidades negras rurais. Documentos do Isa nº 5, 1999. p. 9-18.

CASTRO, Marcio Sampaio de. Quilombos urbanos. Disponível em <https://www.geledes.org.br/quilombos-urbanos>. 25/10/2009. Acesso em 10 de julho de 2018.

LUZ, Marco Aurélio de Oliveira. Agadá: dinâmica da civilização africano-brasileira. Salvador: UFBA, 2013.

MACHADO, Maria Helena. Reconhecimento de áreas quilombolas urbanas é explosivo. Disponível em <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral/reconhecimento-de-areas-quilombolas-urbanas-e-explosivo>. 01/10/2009. Acesso em 10 de julho de 2018.

MELO, T.S. O Estado como agente inviabilizador da diversidade territorial e dos sujeitos: um olhar para as populações tradicionais. Revista Espaço e Tempo Midiáticos. UFT – Tocantins vol. 1, nº 1, pp. 189- 207, jul./dez. 2016.

\_\_\_\_\_. Cidade/Urbano versus Campo/Rural: a necessidade de políticas públicas que superem esta dicotomia para inclusão das populações pobres no Brasil. Revista Kultur, vol. 4, ° 8, pp. 209- 234, 2017.

MOURA, Clóvis. Os quilombos e a rebelião negra. São Paulo: Brasiliense, 1983

MOURA, Clóvis (org.) Os quilombos na dinâmica social do Brasil. Maceió: Edufal, 2001

NASCIMENTO, Elisa Larkin (org). A matriz africana no mundo. São Paulo: Selo Negro, 2008.

OLIVEIRA, F.B. ; D'ABADIA, M.I.V. Territórios quilombolas em contextos rurais e urbanos brasileiros. Élisée, Rev. Geo. UEG – Anápolis, v.4, n.2, pp.257-275, jul. /dez. 2015

REIS, João José; GOMES, Flavio (orgs). Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2014.

SCALLI. Relatório Técnico-Científicos sobre os Remanescentes da Comunidade de Quilombo Brotas/Itatiba-SP. Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”. Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania. São Paulo, nov. 2004.

SILVA, Eduardo. O funcionamento dos movimentos abolicionistas, com destaque para a Confederação Abolicionista do Rio de Janeiro e para o quilombo urbano do Leblon. Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Regina Helena Alves da, BORBA, Denísia Martins. Projeto Quiombos: Comunidade Negra dos Arturos. Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, UFMG, Belo Horizonte, 2004

SLENES, Robert W. Na Senzala um Flor – esperanças e recordações na formação da família escrava. RJ: Nova Fronteira, 1999.

SOUZA, Márcia Lúcia Anacleto de. Educação e identidade no Quilombo Brotas. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, UNICAMP, 2009

## CRESCIMENTO POPULACIONAL NAS ÁREAS DE RESSACAS DE MACAPÁ ENTRE OS ANOS DE 2000-2010

André Bacelar Rodrigues<sup>1</sup> - Universidade do Estado do Amapá – Email: ab.rodrigues94@outlook.com.br

Cristhian Souza de Lima<sup>2</sup> - Universidade do Estado do Amapá – Email: cristhianlima\_ueap@hotmail.com

Mariano Araújo Bernadino Rocha<sup>3</sup> - Universidade do Estado do Pará – Email: rocha.mariano@gmail.com

69

### RESUMO

O presente trabalho realizou uma avaliação do crescimento populacional nas áreas de ressacas de Macapá - AP por setores censitários tendo como referência os Censos 2000 e 2010. Constatou-se que de acordo com o Censo 2010 houve crescimento entorno de 140% nas ressacas de Macapá comparados com Censo de 2000, devido principalmente a Criação do Território do Estado do Amapá e a Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS), e que esse adensamento deixou de se manter apenas na zona sul de Macapá e começou a se dissipar para a zona norte da cidade.

**Palavras – Chaves:** Crescimento, Áreas de Ressacas, Macapá, Censos 2000 e 2010.

### INTRODUÇÃO

O Estado do Amapá está localizado no extremo norte do Brasil, na foz do rio Amazonas a qual lhe dá características ímpares no uso dos recursos naturais (TAKIYAMA *et. al.*, 2012). Ele está incluso na zona costeira do estado e faz parte do setor costeiro estuarino (CHAGAS, 1997). Neste estão as maiores densidades demográficas do Amapá e é aqui que estão os maiores problemas sociais como na saúde básica, educação, violência, saneamento ambiental e pressões ambientais.

No mesmo setor encontram-se extensas áreas úmidas chamadas localmente de "RESSACAS", que constituem sistemas físicos fluviais colmatados, drenados por água doce e ligadas a um curso principal d'água, influenciados fortemente pela pluviosidade (TAKIYAMA *et al.*, p. 17, 2012). Ainda, de acordo com Néri (2004), é uma expressão regional empregada para designar um ecossistema típico da zona costeira do Amapá.

Entretanto, a falta de conhecimento sobre a estrutura e funcionamento deste frágil e complexo ecossistema tem levado à falta do reconhecimento de sua importância local, principalmente na cidade de Macapá (TAKIYAMA *et al.*, p. 17, 2012). Principalmente pela ocupacional inadequada e uso do solo, oriundo do crescimento ocupacional nessas áreas.

O crescimento demográfico de Macapá nos últimos anos foi um dos maiores já registrado em todo país, representando uma taxa anual de crescimento de 3,44% (IBGE, 2010). O IBGE mostra um crescimento populacional do ano de 1991 de 179.777 habitantes para o ano 2010 de 398.204 habitantes, tendo um crescimento demográfico nesse período de 121,49% (SANTOS FILHO, p. 1, 2011). Grande parte desse quantitativo populacional de Macapá constrói suas moradias em lugares sem condições humanas adequadas de custo baixo e acesso fácil (SANTOS FILHO, p 1, 2011) como as áreas de ressacas.

Nesses espaços úmidos que muito desses imigrantes oriundos de outros estados estão encontrando espaço para a construção de suas moradias. Tudo isso ligado a falta de fiscalização por via dos órgãos responsáveis e ausência de discussão social está contribuindo para o aumento populacional nessas área e sua degradação ambiental.

Este trabalho realizou uma avaliação do aumento populacional nas áreas de ressacas de Macapá, tendo como principais focos os dados demográficos fornecidos pelos Censos 2000 e 2010. Além disso, realizou-se um levantamento sobre os principais motivos que levaram ao crescimento demográfico da cidade de Macapá desde 1950 até 2010.

## **REVISÃO BIBLIORÁFICA**

### **Crescimento urbano em Macapá**

O processo de ocupação das áreas de ressaca na cidade de Macapá começou por volta da década de 1950, mas a partir da segunda metade da década de 1980 que este processo de ocupação se intensificou, fazendo com houvesse grande alteração na estrutura dessas áreas (PORTILHO, 2006).

Inicialmente, este processo de urbanização desordenada data de processos históricos, que gradativamente foram acelerando a ocupação urbana na cidade de Macapá. Consequentemente, nas áreas de ressacas ao mesmo tempo que houve aumento populacional não houve o crescimento de serviços básicos como saneamento ambiental, o que prejudica até hoje a população residente nessas áreas.

Com o decreto-lei n. 5.812, de 13 de setembro de 1943, o Presidente Getúlio Vargas, cria os territórios do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguaçú (PORTO, 2000). Com isso a cidade de Macapá torna-se a capital do Território do Amapá. A partir disso, passa a existir um pensamento otimista criado pelas instituições públicas acerca dos possíveis investimentos na cidade via Governo Federal.

Alguns anos mais tarde na década de 1950 foi implantada a Icomi, empresa de pesquisa, lavra, beneficiamento e comercialização de minério de manganês. Para Portilho (2006), este grande empreendimento contemplou a construção, a 25 km de Macapá (em Santana), de um porto, o complexo administrativo e a indústria de pelotização do manganês, além da estruturação da vila de operários da Companhia (a Vila Amazonas). Com a chegada da Icomi no Amapá, Macapá tem seus limites urbanos ampliados (Tabela 1).

Tabela 1: População residente no território de Macapá e posterior município de Macapá.

ÁREA DE ABRANGÊNCIA	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO RESIDENTE			
		RURAL		URBANA	
		ABSOLUTA	%	ABSOLUTA	%
Amapá	37.477	23.577	62,91	13.900	37,09
Macapá	20.594	10.526	51,11	10.068	48,89

Fonte: Governo do Estado do Amapá, 1950.

Neste levantamento anuário estatístico daquela década é possível verificar que 50% da população amapaense habitava no município de Macapá. No entanto, a maior parte populacional ainda contemplava a zona rural, mas já apresentava consideráveis níveis de crescimento urbano.

A cidade viu surgir uma expansão considerável, formando ao sul o bairro do Trem e parte do Beirol, bem como o aglomerado de palafitas no igarapé do Elesbão; a oeste, a expansão do bairro Central e parte do Santa Rita; ao norte, os bairros do Laguinho e Igarapé das Mulheres. Essa ocupação completou-se com os bairros de Santa Rita, e ao sul, surgiu o aglomerado da Vacaria; a sudoeste, o bairro Buritizal; a noroeste os bairros de Jesus de Nazaré e Jacareacanga (atualmente, o Jacareacanga faz parte do bairro Jesus de Nazaré); ao norte o bairro do Pacoval. É nesse período que se percebe o início da ocupação de algumas áreas de ressaca, ainda de forma incipiente (PORTILHO, p. 99, 2006).

A busca por escolas, assistência à saúde e emprego intensificou o processo migratório campo-cidade (Tabela 2). Na década de 1960, o crescimento urbano da cidade dirige-se para o sul completando os bairros de Santa Rita e Beirol. Concomitante a esse crescimento ao sul da cidade, houve o aparecimento do aglomerado da Vacaria, a sudoeste do bairro do Buritizal, os bairros de Jesus de Nazaré e Jacareacanga e o bairro do Pacoval (ANDRADE, 1995).

Tabela 2: População residente em Macapá em 1960.

ÁREA DE ABRANGÊNCIA	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO RESIDENTE			
		URBANA		RURAL	
		ABSOLUTA	%	ABSOLUTA	%
Amapá	68.520	35.241	51,43	33.279	48,57
Macapá	36.214	27.560	76,10	8.654	23,90

Fonte: Governo do Estado do Amapá, 1960.

De acordo com o anuário estatístico do Amapá em 1960 a população residente em Macapá era de 36.214 habitantes, entorno de 76,10% da população comportava a malha urbana e 23,90% a zona rural. Em termos percentuais mais da metade da população daquela década estava residindo em Macapá com percentual de 52,86%. Os dados para década de 1950 mostram um número maior de residentes em Macapá, e ao mesmo tempo mostra uma crescente passagem da população do campo para a capital formando o conhecido êxodo rural. De acordo com Magalhães (1992), a intensidade dos fluxos migratórios desencadeou problemas de invasões de espaços anteriormente considerados inadequados ao uso para habitação bem como um processo de favelização da população recém-chegada a Macapá.

Na década posterior o crescimento ainda continuou (Tabela 3), mas não tão intenso e desproporcional como na anterior. O aumento ocorreu devido à inauguração da Hidrelétrica de Icoracy Nunes, que representou um marco no crescimento urbano forçando a demanda por serviços públicos.

Tabela 3: População residente em Macapá em 1970.

ÁREA DE ABRANGÊNCIA	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO RESIDENTE			
		RURAL		URBANA	
		ABSOLUTA	%	ABSOLUTA	%
Amapá	114.359	51.908	45,39	62.451	54,61
Macapá	86.097	31.421	36,26	54.886	63,74

Fonte: Governo do Estado do Amapá, 1970.

A população total do estado do Amapá na década de 70 era de 114.359 habitantes, sendo que 86.097 da população viviam na capital Macapá. Desses 36,26% estavam na área rural e 63,74% na zona urbana. Na Tabela 04 é possível perceber a intensidade do crescimento na década de 1980, apresentando aumento de 65%.

Tabela 4: População residente em Macapá em 1980.

ÁREA DE ABRANGÊNCIA	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO RESIDENTE			
		URBANA		RURAL	
		ABSOLUTA	%	ABSOLUTA	%
Amapá	175.257	103.735	59,91	71.522	40,80
Macapá	137.451	93.132	67,75	44.319	32,24

Fonte: Governo do Estado do Amapá, 1980.

O município de Macapá, com 137.451 habitantes é responsável por 78% da população total do estado do Amapá, desses 93.132 pessoas habitam a zona urbana e 44.319 a zona rural, mostrando um expressivo crescimento, visto que mais da metade da população de Macapá está residindo no centro urbano. No ano de 1990 (Tabela 5), o Amapá contava com 289.397 habitantes, desse total o município de Macapá continha 80,7%. Somente a zona urbana de Macapá concentrava 201.315 habitantes, ou seja, 86,17% da população da cidade.

Tabela 5: População residente em Macapá em 1990.

ÁREA DE ABRANGÊNCIA	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO RESIDENTE			
		URBANA		RURAL	
		ABSOLUTA	%	ABSOLUTA	%
Amapá	289.397	234.131	80,90	55.266	19,09
Macapá	233.614	201.315	86,17	32.239	13,80

Fonte: Governo do Estado do Amapá, 1990.

A expansão urbana era em sentido a zona sul nos bairros Congós e Buritizal, no entanto final da década de 1980 e início da década de 1990 que a malha urbana de Macapá expandiu-se nas duas áreas planas no sentido zona norte e zona sul, principalmente, originando ao norte os bairros Brasil Novo com ocupação iniciada na década de 1990, com lotes doados a 500 famílias (GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ, 2003), São Lázaro, Infraero I e II, Renascer I e II, Novo Horizonte e Pantanal; ao Sul os bairros Jardim equatorial, Marco Zero, Zerão e Universidade. Concomitante à ocupação das áreas de terra firme, as mais altas, as áreas de ressaca que recortam o sítio urbano de Macapá, foram intensamente ocupadas, tornando-se um problema, uma vez que não se percebeu ações de políticas públicas específicas voltadas a resolver os problemas da parcela da população que ocupou essas áreas ( PORTILHO, p. 115, 2006).

Para Santos Filho (2014) a criação da Zona de Livre Comércio de Macapá e Santana, regulamentada pela Lei Federal no 8.387, de 30 de dezembro de 1991 e pelo DECRETO No.

517, de 8 de maio de 1992, foi um dos processos principais para o crescimento demográfico na cidade, por possibilitar oportunidades de negócios para a economia do estado, principalmente para a indústria, o comércio, os serviços e o turismo.

Ainda, a implantação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS) durante a década de 1990, com o intuito de dinamizar o comércio de produtos importados nestes municípios, como estratégia de desenvolvimento econômico, tendo o governo estadual buscado atrair a instalação de empresas por meio de incentivos fiscais (MOREIRA *et. al.*, 2014).

### **Áreas de Ressacas**

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Estado do Amapá (SEMAAP) definiu ressaca como sendo um termo regional usado para definir bacias de acumulação de água, influenciada pelo regime das marés, dos rios e das chuvas (BRITO; SANTOS; MACÊDO; SOUZA *et al.*, 2012). Além disso, Takiyama *et al.*, (2012) afirma que esses são ambientes físicos fluviais colmatados e que são influenciados pela pluviosidade.

Para COELHO *et al.* (2006) as ressacas constituem em Bacias de recepção, rica em biodiversidade, de dimensões e formas variadas, configurando como fontes naturais hídricas, e composição clorídrica e fauna e flora variada (junco, buritizeiro, anegas, caraná, camaleões, camarões, jacurarus, insetos, ofídios, etc.). Elas são ecossistemas riquíssimos em biodiversidades de fauna e flora, como interligações com diversos aquíferos, apresentando grande importância ambiental.

Apesar de grande importância ambiental essas áreas úmidas são ocupadas inadequadamente, causando problemas tanto a qualidade do ambiente como a própria população que nela vive. Moser *et al.*, (1996), discute que atualmente tem se pensado muito sobre os valores e funções sociais das ressacas perante a vida humana, tais como: controle de enchentes, reservatórios de água subterrânea, manutenção da biodiversidade e clima, entre outras.

## **MATERIAIS E MÉTODOS**

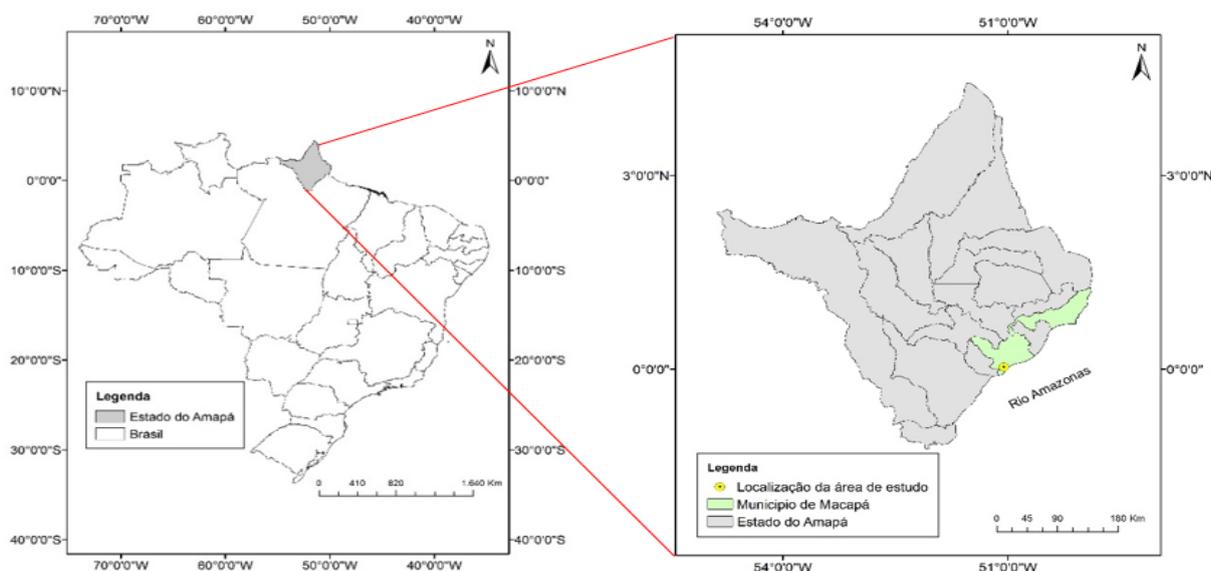
### **Área de estudo**

A área de estudo desta pesquisa compreende o perímetro urbano do município de Macapá, no estado do Amapá. A cidade possui área de 6.408,5 km<sup>2</sup>, abriga uma população de 397.913 habitantes, sendo 95,73% desse total residente em área urbana, o que corresponde a

380.937 habitantes (IBGE, 2010). O Município localiza-se entre as coordenadas S 0° 8' 37" / W 51° 16' 33" e N 0° 10' 9" / W 50° 56' 45", às margens do rio Amazonas (Mapa 1).

Macapá está localizada no sudeste do estado, é a única capital estadual que não possui interligação por rodovia a outras capitais. Além disso, é única capital do país cortada pela linha do Equador.

Figura 1: Localização do município de Macapá



Está situada na margem esquerda do canal norte do rio Amazonas. Faz limite, ao norte, com os municípios Ferreira Gomes, Cutias e Amapá; ao leste, com o oceano Atlântico; ao sudeste, com Itaubal e Delta do rio Amazonas; ao sudoeste com Santana e, ao noroeste, com Porto Grande (SANTOS FILHO, p. 2, 2011).

## Metodologia

O presente trabalho foi realizado em três etapas consecutivas com a finalidade de demonstrar em valores o adensamento por setor censitário nas áreas de ressacas em Macapá. A primeira etapa foi realizada com a obtenção de dados georreferenciáveis da população de Macapá no site do IBGE, tendo como bases os Censos 2000 e 2010 para poder fazer uma comparação do nível de crescimento populacional nos setores censitários, juntamente com os shappes das áreas de ressacas de Macapá mapeados por Takyama *et. al* (2003). Em seguida na segunda etapa foi realizada o tratamento desses dados primários utilizando-se do software ArcGIS com a sobreposição dos shappes das áreas de ressacas de Macapá com os shappes

referentes aos Censos 2000 e 2010. A partir disso, na terceira etapa foram elaborados mapas com classes de ocupação correspondentes ao aumento populacional, com as seguintes determinações:

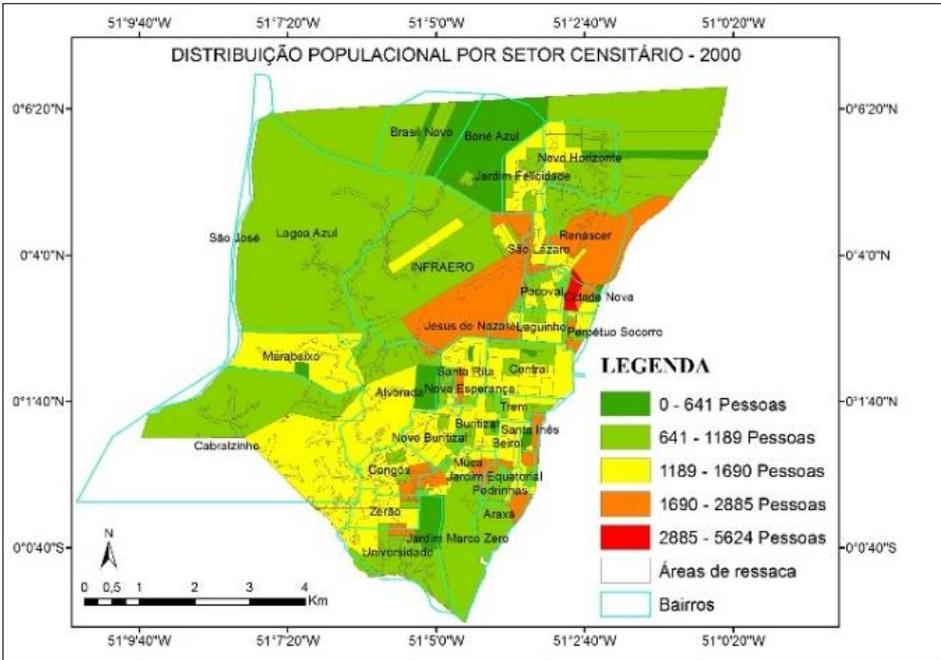
- Verde escuro para população de 0 – 641;
- Verde claro para população de 641 – 1189;
- Amarelo para população de 1189 – 1690;
- Laranja para população de 1690 – 2885;
- Vermelho para população de 2885 – 5624.

**RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A figura 2 apresenta a distribuição ocupacional nas ressacas de Macapá referente aos dados selecionados para o censo 2000. As cores verde claro e amarelo dominam este mapa, sendo que as maiores concentrações populacionais estão na zona sul de Macapá. Com as diversidades em cores é possível fazer uma análise da distribuição populacional nas áreas de ressacas.

Os bairros Congós, Buritizal, Zerão, Novo Buritizal, Muca, Alvorada, Cabralzinho, Santa Rita ao sul, Marabaixo ao Oeste e os bairros Novo Horizonte, Jardim Felicidade, Pacoval, São Lázaro, Laguinho, Perpétuo Socorro ao norte apresentam-se com a coloração amarela com ocupação de 800 a 1120 de pessoas em áreas de ressacas. Este já se apresenta com valores ocupacionais elevados.

Figura 2: Distribuição populacional por setor censitário segundo o Censo 2000.



A cor laranja apresenta maior concentração populacional entorno de 1690 a 2885 pessoas nas áreas de ressacas. Essas concentrações encontra-se em parcelas dos bairros Congós, Zerão, Nova Esperança, Santa Rita Muca ao sul e principalmente nos bairros Jesus de Nazaré e Renascer ao norte de Macapá.

O mapa é um reflexo do processo de ocupação histórico que se originou no sentido norte sul ( Congós e Buritizal) e ao mesmo tempo é claro que esta ocupação começou a se dá no sentido zona norte ( Jesus de Nazaré e Renascer). Além disso, há um destaque maior para a zona norte por apresentar níveis consideráveis de ocupação (cor verde claro).

Na pesquisa realizada intitulada “Diagnóstico das Ressacas do Estado do Amapá: Bacias do Igarapé da Fortaleza e Rio Curiaú”, Aguiar *et. al* (2003) verificou a distribuição de domicílios nas ressacas em Macapá e Santana ( Tabela 6) considerando-se apenas 10% das residências de cada ressaca. A seguir são mostrados os dados apenas para as ressacas de Macapá.

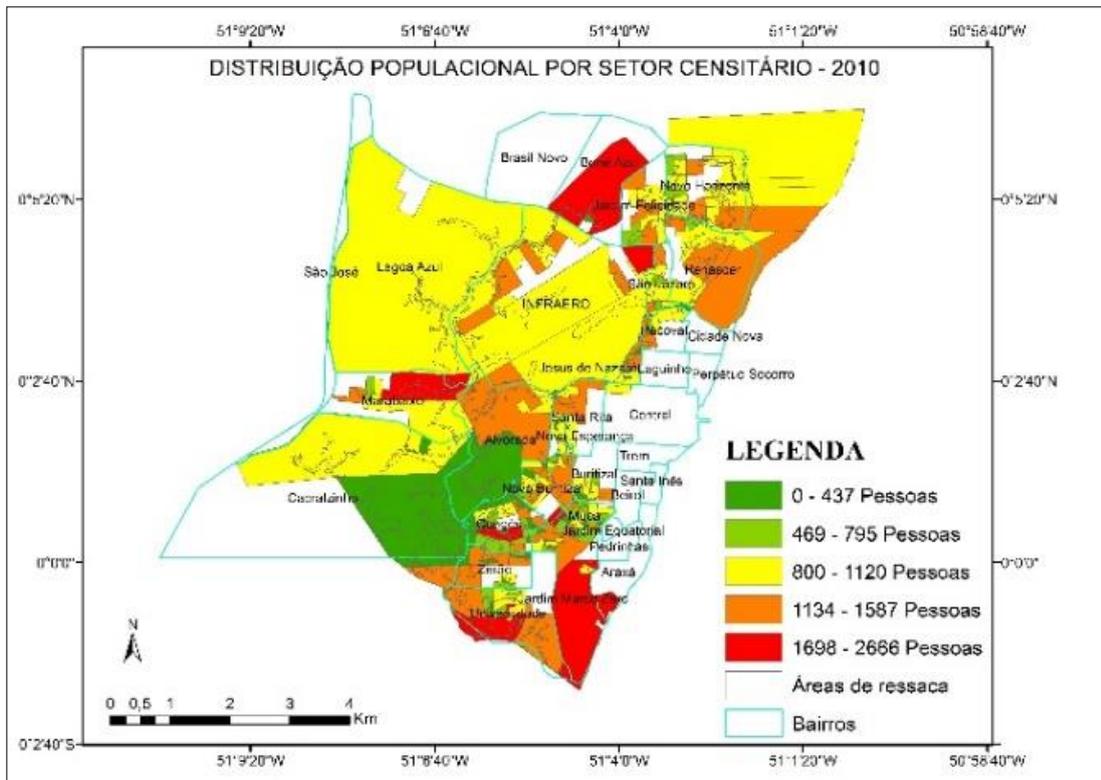
Tabela 6: Distribuição das residências por ressaca nos municípios de Macapá.

Ressacas	Nº de domicílios (10%)	Nº de pessoas residentes nos domicílios entrevistados	Total de domicílios contados
Chico Dias	136	664	1360
Beirol	163	820	1630
Tacacá	62	337	620
Lagoa dos Índios	4	23	40
Sá comprido	14	79	140
Lagoa da Vaca	16	77	160
Lagoa do Pacoval	60	281	600
Nova Esperança	34	180	340
<b>Total</b>	<b>489</b>	<b>2461</b>	<b>4890</b>

Fonte: AGUIAR *et. al* (2003).

Os dados apresentados por Aguiar *et. al* (2003) mostra níveis altos de ocupação em domicílios na zona norte nas ressacas da Lagoa da Vaca (Curiaú, Jardim Felicidade e Novo Horizonte) e Lagoa do Pacoval (Pacoval, São Lázaro e Jesus de Nazaré). Na zona Sul essa ocupação é mais expressiva na Ressaca do Chico Dias (Novo Buritizal e Congós) e ressaca do Beirol (Muca, Buritizal, Congós e Marco Zero). O mapa 4 mostra a distribuição também por setor censitários para Macapá segundo os dados para o Censo 2010.

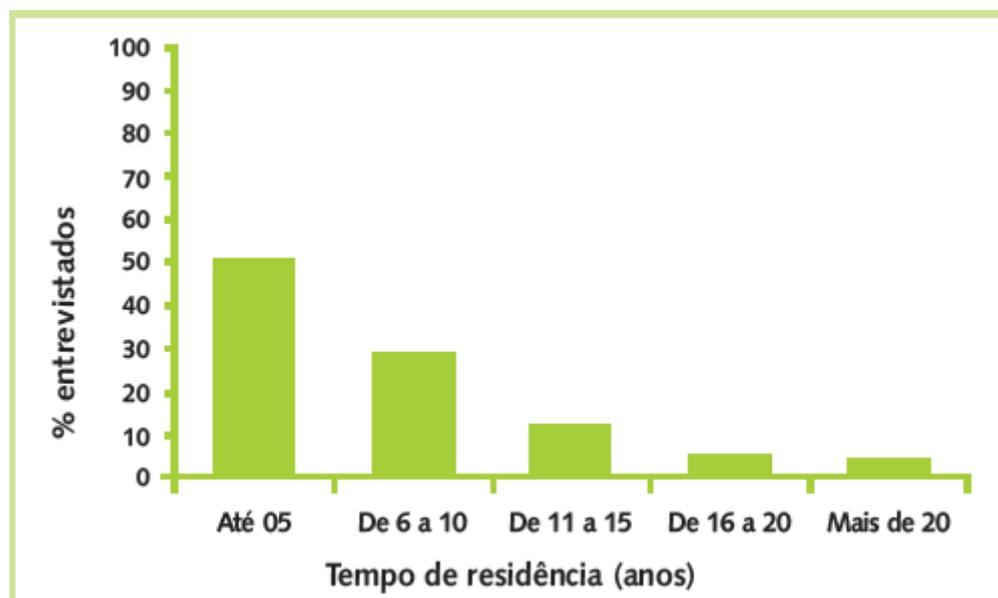
Figura 3: Distribuição populacional por setor censitário segundo o Censo 2010.



Nesta imagem a ocupação se apresenta mais intensamente nas zona sul nos bairros Jardim Marcozero, Universidade e Congós com as cores em vermelho, além destes, os bairros Nova Esperança, Zerão, parte do Universidade, Jardim Equatorial, Beiril, Novo Buritizal e Buritizal estão com coloração laranja sendo os segundos mais ocupados na zona sul. Merece destaque o bairro Boné Azul e parte do bairro São Lázaro da zona norte que apresentaram cores em vermelho e os bairros Infraero, Jesus de Nazaré e Novo Horizonte apresentaram coloração amarelada como também os mais ocupados. Isso reflete a demanda atual que está partindo para região norte de Macapá.

Takiyama *et. al* (2012) no trabalho intitulado, realizou um levantamento socioambiental durante os meses de abril, maio e junho de 2010, por meio de questionários aplicados em domicílios de vinte e três ressacas de Macapá, com perguntas relacionadas as dinâmicas humanas, tais como: renda, migração, saúde, lazer, alterações ambientais no local da moradia, problemas sociais, entre outras, com a finalidade de tentar entender o processo de ocupação. A partir desse levantamento foram adquiridos dados percentuais do tempo de ocupação da população nessas áreas (Figura 5).

Figura 5: Tempo de residência, em anos, de moradias dos entrevistados das áreas de ressacas da cidade de Macapá.



Fonte: TAKIYAMA et. al, 2012.

Considerando o tempo de moradia foi constatado que a maioria dos entrevistados reside há poucos anos nas áreas das ressacas estudadas, sendo que aproximadamente 50% residem há menos de 5 anos e 29% entre 6 e 10 anos (TAKYAMA *et. al.* ). É perceptível que o adensamento nas áreas úmidas de Macapá tem aumentado gradativamente nos últimos anos, e que essas áreas as mais procuradas em relação as outras regiões da cidade, devido ao baixo custo habitacional.

Para Maciel (2001) essa ocupação intensificou-se a partir dos anos 1990 como resultado de diversos fatores, dentre os quais a não implementação dos planos urbanísticos, já existentes e a não adequação da cidade às transformações na dinâmica populacional.

O processo de ocupação das ressacas não foi disciplinado (Figura 6 e 7), o que resultou em sua intensificação. É o caso das áreas na Chico Dias, Sá Comprido e Nova Esperança, caracterizando-se como as de moradores com mais tempo de ocupação (TAKIYAMA *et. al.*,2012). A condição atual demonstra que recomendações como a desocupação dessas áreas não foram seguidas (MACIEL, 2001).

Figura 6 e 7: Ressaca do Canal do Jandiá antes de sua desocupação.

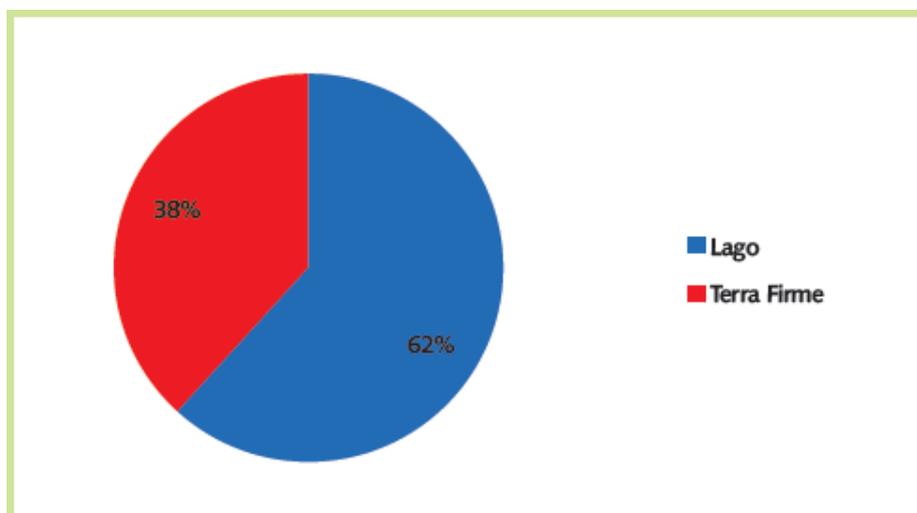


Fonte: os autores.

As demais ocupações nas ressacas apresentaram uma porcentagem de entrevistados da categoria “tempo de residência” na faixa de 11 a 15 anos em torno de 12%. Por outro lado, a faixa de 16 a 20 anos representa 5% mesmo apresentando pessoas, das antigas ocupações estão no local. Para os moram acima de 20 anos no local, foram entrevistados apenas 4% (TAKIYAMA *et. al*, p. 60, 2012).

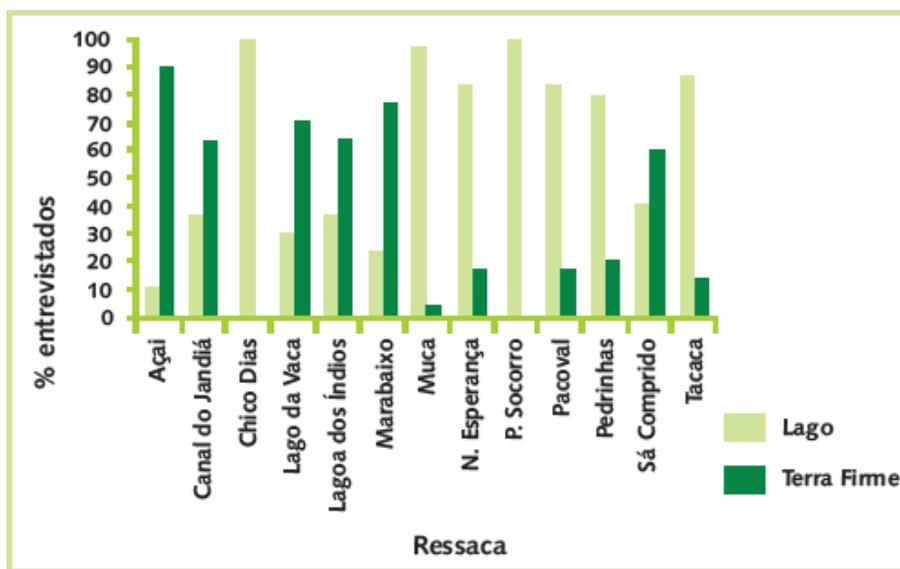
Em relação à localização dos imóveis, Takiyama *et. al* (2012) afirma que 62% dos entrevistados residem sobre áreas alagadas, enquanto que 38% sobre terra firme (Figura 9 e 10).

Figura 8: Localização do terreno dos entrevistados das áreas de ressaca de Macapá.



Fonte: TAKIYAMA *et. al*, 2012.

Figura 9: Localização do terreno onde residem os entrevistados das áreas de ressaca da cidade de Macapá.



Fonte: TAKIYAMA *et. al*, 2012.

As ressacas do Chico Dias, Perpétuo Socorro, Muca, Nova Esperança, Pacoval e Tacacá são as em que as pessoas residem em maior número em áreas alagadas, sendo que de acordo com Takyama *et. al* (2012) nas ressacas do Chico Dias e Perpétuo Socorro todas as pessoas entrevistadas afirmam residir em áreas alagadas.

Nos casos das ressacas do Açaí, canal do Jandiá, Lago da Vaca, Lagoa dos Índios e Marabaixo a maior parte reside em áreas de terra firme. Nesses casos há certo destaque porque há muitos casos de aterramento para a construção de domicílios. Além disso, a ocupação pode ser para habitação (maior concentração), comércio ou misto.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas dos dados evidenciam que no período estudado houve um crescimento entorno de 140% em Macapá, em virtude das altas taxas de migrações, oriundos de processos como a criação do Território do Amapá, a implantação da Icomi e principalmente a criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS).

Foi possível correlacionar o crescimento populacional dos setores com a área de estudo, indicando que nas áreas de ressacas o processo de antropização é mais intenso (classe vermelha). Este processo que tendia a se habitar na zona sul da Capital com o passar dos anos foi verificado que este começou a se direcionar para a zona norte, sendo um dos mais novos alvos para a habitação inadequada da população em áreas e ressacas.

A importância desta pesquisa nas ressacas de Macapá já é advinda de trabalhos passados e que não tem apenas o foco científico, mas também permite a participação da sociedade na gestão dessas áreas, a fim de discutir e de monitoramento a preservação ambiental das áreas de ressacas, visto que que a interferência humana nesse espaço pode gerar danos irreversíveis. Somente a redistribuição da população residente nessas áreas e planejamento podem posterior revitalizar esses espaços tornando-os próximos as suas características naturais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, R. F. **Políticas de desenvolvimento regional, migração, urbanização e saúde na Amazônia brasileira com ênfase ao município de Macapá**. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Pará, Belém, 1995.

AGUIAR, J. S.; SILVA, L. M. S. Caracterização e Avaliação das Condições de Vida das Populações Residentes nas Ressacas Urbanas dos Municípios de Macapá e Santana. In: TAKIYAMA, L. R.; SILVA, A. Q da (orgs.). **Diagnóstico das Ressacas do Estado do Amapá: Bacias do Igarapé da Fortaleza e Rio Curiaú**. Macapá, 2003, p. 172.

BRITO, A. M.; SANTOS, G. R. V.; MACÊDO, P. C. M.; SOUZA, A. G. C. Análise aplicável nas áreas de ressacas no Município de Macapá. **Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas**, n. 4, p. 01-12, 2012.

CHAGAS, M. A. (org.). **Anais do Seminário Gestão Ambiental e Municipalização: Subsídios à Elaboração de Planos de Gestão para Zona Costeira do Amapá**. Macapá-AP, 1997.

COELHO, B. de ASSIS *et al.* **Ressacas: por que protegê-las?** Macapá: SEMA, 2006.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ. Secretaria de Estado de Planejamento. **Anuário Estatístico do Amapá**. Macapá, 1960/1969.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Planejamento. **Anuário Estatístico do Amapá**. Macapá, 1970/1979.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Planejamento. **Anuário Estatístico do Amapá**. Macapá, 1980/1989.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Planejamento. **Anuário Estatístico do Amapá**. Macapá, 1990/1992.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010. Censos Demográficos 2010. Disponível em <http://www.censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em 13 de julho de 2018.

MACAPÁ, Município de. **Lei Complementar nº 028/2004**, Dispõe Sobre o Perímetro Urbano do Município De Macapá e descreve os Limites da Cidade de Macapá, de 24 de junho de 2004.

MACIEL, N. C. **Ressacas do Amapá: diagnóstico preliminar - propostas de recuperação, preservação e uso sustentado**. Vol. 2, Secretaria de Estado do Meio Ambiente-SEMA/AP, 2001.

MOSER, M.; PRENTICE, C.; FRAZIER, S. 1996. A global overview of wetland loss and degradation. In Papers, Technical Session B, Vol 10/12B, Proceedings of the 6th Meeting of the

Conference of Contracting Parties, Brisbane, Australia, 19–27 March 1996, Ramsar Convention Bureau, Gland, Switzerland, 21–31.

MOREIRA, P. H. O. ; HAGE, M. A. S.; IAPARRA, D. S.; RANGEL, K. S. Aspectos migratórios e socioeconômicos no Canal do Beírol (Macapá/AP). In: VII Congresso de Geógrafos, 2014, Vitória. **Anais...** Espírito Santo: AGB, 2014.

NERI, S. H. A. **A utilização das ferramentas de geoprocessamento para identificação de comunidades expostas a hepatite a nas áreas de ressacas dos municípios de Macapá e Santana/AP.** 2004. 173 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

PORTILHO, I. S. **Políticas de desenvolvimento urbano em espaços segregados: Uma análise do PDSA na cidade de Macapá (AP).** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

PORTO, J. R. Os territórios federais e sua evolução no Brasil. **Revista Presença**, Porto Velho, n. 16, 2000.

SANTOS FILHO, H. **Mapeamento e classificação das áreas de ressaca na região Metropolitana de Macapá-ap utilizando imagens do satélite Cbers-2b.** Dissertação (Mestrado em Modelagem Matemática e Computacional) - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

TAKIYAMA, L. R. *et. al.* Zoneamento Ecológico Econômico Urbano das Áreas de Ressacas de Macapá e Santana, Estado do Amapá.

## TERRITÓRIO E MODO DE VIDA QUILOMBOLA DE SÃO TOMÉ DE TAUÇU NO RIO ACUTIPEREIRA MUNICÍPIO DE PORTEL-PÁ<sup>39</sup>

*Edinael Pinheiro da SILVA<sup>40</sup>*  
*Ricardo Ângelo Pereira de Lima<sup>41</sup>*  
*Christian Nunes da Silva<sup>42</sup>*  
*Hugo Pinon de Souza<sup>43</sup>*

### RESUMO

A presente investigação, objetiva analisar o modo de vida dos quilombolas de São Tomé de Tauçú no Rio Acutipereira a partir de seu cotidiano e o uso do território no município de Portel (PA). Deste modo, verificou-se que a partir da sobreposição do assentamento ao quilombo de Tauçú o dia-a-dia destes quilombolas vem sofrendo alterações que se iniciam desde o espaço de sua vivência e uso do território, às ações econômicas. Existem outros fatores que reestruturam o modo de vida dos quilombolas, como os programas bolsa família, bolsa verde e etc. Efetivou-se observações no local de estudo, identificando as modificações ocorridas no modo de vida, onde certamente obteve-se informações de cunho quantitativo e qualitativo que evidenciaram os resultados. Ademais, os quilombolas responderam a um questionário com questões objetivas e subjetivas, acompanhado de registro fotográficos do território estudado, consecutivamente realizou-se a análise de dados e interpretação dos resultados desta pesquisa. Portanto, a inserção de novos agentes, políticas públicas e culturas diversas estão gerando modificações no modo de vida dos quilombolas que tradicionalmente ocupam e utiliza o território de São Tomé de Tauçú no Rio Acutipereira município de Portel (PA).

**Palavras-chave:** Território, Modo de Vida, Quilombolas.

### INTRODUÇÃO

O presente ensaio tem como objetivo analisar o modo de vida dos quilombolas a partir de seu cotidiano e uso do território no quilombo de São Tomé de Tauçú, no município de Portel (PA).

O desenvolvimento do trabalho seguiu os seguintes passos: pesquisa bibliográfica onde se descobriu os desfechos de pesquisas que forneceram fundamento teórico para esta empreitada, levantamento de informações secundárias que possibilitaram a obtenção de dados a respeito do

<sup>39</sup> Este artigo está publicado originalmente e é resultado da composição teórico conceitual do relatório de qualificação de mestrado em geografia intitulado: *Território e Modo de Vida Quilombola de São Tomé de Tauçú no Rio Acutipereira Município de Portel (PA)*; de autoria de Edinael Pinheiro da Silva.

<sup>40</sup> Mestrando PPGEU/UFPA; Licenciado pleno em Geografia; Licenciado pleno em Educação do Campo; Especialista em Geografia da Amazônia; Professor da rede Pública Municipal de Breves e Melgaço (PA); E-mail: [silvaepgeo@yahoo.com.br](mailto:silvaepgeo@yahoo.com.br)

<sup>41</sup> Professor Associado II – Universidade Federal do Amapá – UNIFAP. Pós-doutor em Geografia PPGEU/UFPA. Bolsista FAPESP/CAPES. Pesquisador do GAPTA/CNPq. E-mail: [ricardoangelo.pereira@yahoo.es](mailto:ricardoangelo.pereira@yahoo.es)

<sup>42</sup> Doutor em Ecologia Aquática e Pesca. Pós-doutor em Desenvolvimento Regional no PPGMDR/UNIFAP. Bolsista FAPESP/CAPES. Professor Adjunto II da Universidade Federal do Pará. Pesquisador do GAPTA/CNPq. Docente do programa de Pós-graduação em Geografia (PPEGO/UFPA). Sócio Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. E-mail: [cnunes@ufpa.br](mailto:cnunes@ufpa.br)

<sup>43</sup> Geógrafo e Professor de geografia, Mestrando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia-PPGEO da Universidade Federal do Pará-UFPA, Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES e membro do Grupo Acadêmico Produção do Território e meio Ambiente na Amazônia-GAPTA-UFPA. E-mail: [hugosousa16@gmail.com](mailto:hugosousa16@gmail.com)

quilombo, pesquisa de campo que se desencadeou por meio de entrevistas com questões semiestruturadas designadas aos sujeitos do quilombo de São Tomé de Tauçú, registro fotográfico, diálogos e acompanhamento do cotidiano de alguns informantes. Finalmente, tratamento, análise e exposição dos dados coletados.

O texto também se propõe a um debate sobre a concepção de território e de modo de vida, haja vista que a partir deste conceito é possível perceber o dia-a-dia quilombola, suas práticas comunitárias e sua afinidade com o território de São Tomé de Tauçú. Neste sentido, procura-se demonstrar seu modo de vida e, sobretudo, as modificações deste pela chegada de outros agentes de origens culturais diversas, sistema capitalista de produção, etc.

O quilombo de São Tomé de Tauçu localiza-se a margem esquerda do Rio Acutipereira no município de Portel (PA), pertencente à mesorregião do Marajó, Microrregião de Portel no Estado do Pará. Podendo ser acessada via transporte fluvial com viagem de aproximadamente trinta minutos a duas horas de tempo dependendo da embarcação (barco, rabeta e voadeira) deslocando-se da sede do município.

## **TERRITÓRIO E MODO DE VIDA SOB UMA ÓTICA GEOGRÁFICA**

Na perspectiva territorial na geografia existem diversas concepções de Território, tornando este vocábulo um conceito polissêmico. Partindo de tais premissas, a acepção clássica situa o território como “espaço vital” proposto por Ratzel (MOREIRA, 1994). Este autor via o território como um elemento indispensável para o desenvolvimento e a evolução de uma nação, certamente devido às formas de sobrevivência que são limitadas e daí a busca na incorporação de novos territórios.

Nesta discussão fulcral outro conceito chave é sugerido por Claude Raffestin (1993) para quem o território é uma apropriação de uma fração do espaço por um determinado grupo social ou um ator *sintagmático* no qual se percebe e se concebem relações de poder.

Já no ponto de vista de outros autores como (GOTTMANN, 1973; SANTOS, 1999; SANTOS & SILVEIRA, 2001) o conceito de território é percebido a partir de seu uso, ou seja, ora como abrigo, ora como recurso. Para Gottmann (1973) o território tem um caráter concreto, material e político-ideológico. Já Santos (1999), apresenta o território como espaço usado e afirma que:

[...] o território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o *território usado*, não o território em si. O território usado é o *chão mais a identidade*. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da

residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 1999, p. 08, **grifo do autor**).

Este mesmo autor retrará que:

“[...] nos atores hegemônicos o território usado é um recurso, garantia de realização de seus interesses particulares” e para os “atores hegemonzados” corresponde a um abrigo, no qual buscam constantemente “se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo em que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares” (SANTOS et al, 2000, p. 12-13).

Contudo, o território usado reúne “a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza e o seu uso, o que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política” (SANTOS, SILVEIRA, 2001, p. 247).

Frente à abordagem postulada, por outro lado, existem visões que privilegiam sua dimensão cultural e simbólica a este respeito tem-se o olhar de (HAESBAERT, 2007a; SAQUET, 2009).

Haesbaert (2007a, p. 20) menciona que:

(...) desde sua origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de terra-territorium quanto de terreoterror (terror, terrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por outro lado, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de plenamente usufruí-lo, o território pode inspirar a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação”.

Na visão de Saquet (2009) “(...) o território é produto de ações históricas que se concretizam em momentos distintos e sobrepostos, gerando diferentes paisagens, logo, é fruto da dinâmica sócio espacial”. Contudo, certamente, é no território que se percebe a constituição do modo de vida de uma dada coletividade.

Portando, as palavras de Silva (2006) nos mostram que, o modo de vida e o território são produtos e reflexos da atuação dos indivíduos no espaço e no uso dos recursos naturais. Entretanto, para elucidar melhor esta afirmação Silva (2006) constrói um esquema-síntese que vislumbra os elementos formadores do modo de vida, (ver figura 01):

**Figura 01:** Elementos formadores do modo de vida



Fonte: Silva (2006).

Frente o exposto, certifica-se que o modo de vida é uma constituição histórica que é perpassada de modo hereditário de geração a geração, se consolidando no território. A este respeito, o modo de vida ou gênero de vida nas palavras de Vidal de La Blache se constitui em:

O homem criou para si modos de vida. Com o auxílio de materiais e de elementos tirados do meio ambiente conseguiu, não de uma só vez, mas por uma transmissão hereditária de processos e de invenções, constituir qualquer coisa de metódico que lhe assegure a existência e lhe organize um território, meio para o seu uso. Caçador, pescador, agricultor - ele é tudo isso graças a uma combinação de instrumentos que são sua obra pessoal, sua conquista, aquilo que ajuntou por sua iniciativa à criação. (LA BLACHE, 1954, p. 162).

Contudo, nota-se o homem se adaptando ao ambiente por meio e a evolução da técnica e, conseqüentemente, utilizando estes elementos para subtrair os recursos naturais vinculados à manutenção de sua vida, tais como: alimentos, vestimentas e moradia. Neste sentido, este sujeito está utilizando os elementos do território e paralelo a isto constituindo um modo de vida próprio do meio em que subsiste.

Neste sentido, para Nahum (2011), o território é o chão onde se cria a identidade da comunidade<sup>44</sup>. Uma identidade de “pertencer àquilo que nos pertence. Sendo também o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 19).

Em outras palavras como a de Castro (1998, p. 07):

<sup>44</sup> Entende-se por comunidade a aglomeração populacional e a existência de infraestruturas sociais como: escola, posto de saúde, igrejas, abastecimento de água, serviços telefônicos entre outros. Trata-se o local, onde existe uma organização social e os indivíduos se integram, solidificando as relações humanas, sociais, políticas, econômicas e culturais (Ferraz & Cardoso, 2012).

O uso dos recursos da floresta e dos cursos d'água estão, portanto, presentes nos seus modos de vida, enquanto dimensões fundamentais que atravessam as gerações e fundam uma noção de território, seja como patrimônio comum e simbólico, seja como de uso familiar ou individualizado pelo sistema de posse ou pelo estatuto da propriedade privada.

Portanto, fortalecendo a abordagem posta certifica-se que o modo de vida é compreendido como um elemento consolidado a partir da apropriação do território por meio de coletividades humanas e comunidades. Certamente, ao passo que seus costumes tradicionais se consolidam, laços e traços são constituídos com o espaço a partir do empoderamento dos elementos naturais do território.

## **TERRITÓRIO E COMUNIDADE QUILOMBOLA**

Observou-se que os quilombolas de São Tomé de Tauçú vêm perdendo o controle de seu território, certamente por meio da sobreposição de um assentamento<sup>45</sup> instituído sob o Decreto nº 579 de 30 de outubro de 2012, que estabelece reserva específica de terras para os usos das comunidades do rio Acutipereira, haja vista que este assentamento encontra-se em processo de regularização, certamente, sob a tutela dos governos federal e estadual por meio dos órgãos INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Assentamentos) e ITERPA (Instituto de Terras do Pará). Por conta destes fatos, nota-se, a existência de uma relação de poder e conflito que se figura entre Estado e comunidade local, uma vez que o dia-a-dia deste povo está sujeito a um novo paradigma de gestão do território, divergente do modo de vida quilombola.

Todavia é pertinente salientar que o povo que integra este quilombo já produzia este território antes mesmo de ser considerada uma Reserva das comunidades ribeirinhas do rio Acutipereira. Estes quilombolas criaram vínculos de afetividade, haja vista que o modo de se apoderar do território não está ligado apenas pelo domínio físico, mas, sobretudo, por seus aspectos simbólicos que evidencia um sentimento de pertencimento deste espaço vivido por tais quilombolas.

Diante dos fatos, percebe-se que o território destes quilombolas que exibem saberes tradicional<sup>46</sup> vem sendo perpetuado fundamentalmente a partir do uso e apropriação simbólica do

---

<sup>45</sup> Assentamento: É um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo Incra onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário. INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Assentamentos. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>>. Acessado em: 12/07/2017.

<sup>46</sup> São Grupos humanos diferenciados sob o ponto de vista cultural, que reproduzem historicamente seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base na cooperação social e relações próprias com a natureza. Tal noção

território. Destarte, o objeto de estudo certamente fundamenta-se nas concepções de território de Claude Raffestin (1993), haja vista que este autor trata o território a partir das relações de poder onde se verifica o Estado (governo federal - INCRA e governo estadual - ITERPA) de um lado, sobrepondo sua autoridade e, de outro o povo quilombola do quilombo de São Tomé de Tauçú que vem resistindo a esta sobreposição – e também no que sugerem Santos (1999) e Haesbaert (2007a), quando tratam do uso e a apropriação simbólica e cultural do território – visto que este processo se torna perceptível no cotidiano destes aquilombados e será tratado a posteriori.

### **ASPECTOS DO MODO DE VIDA QUILOMBOLA DE SÃO TOMÉ DE TAUÇU**

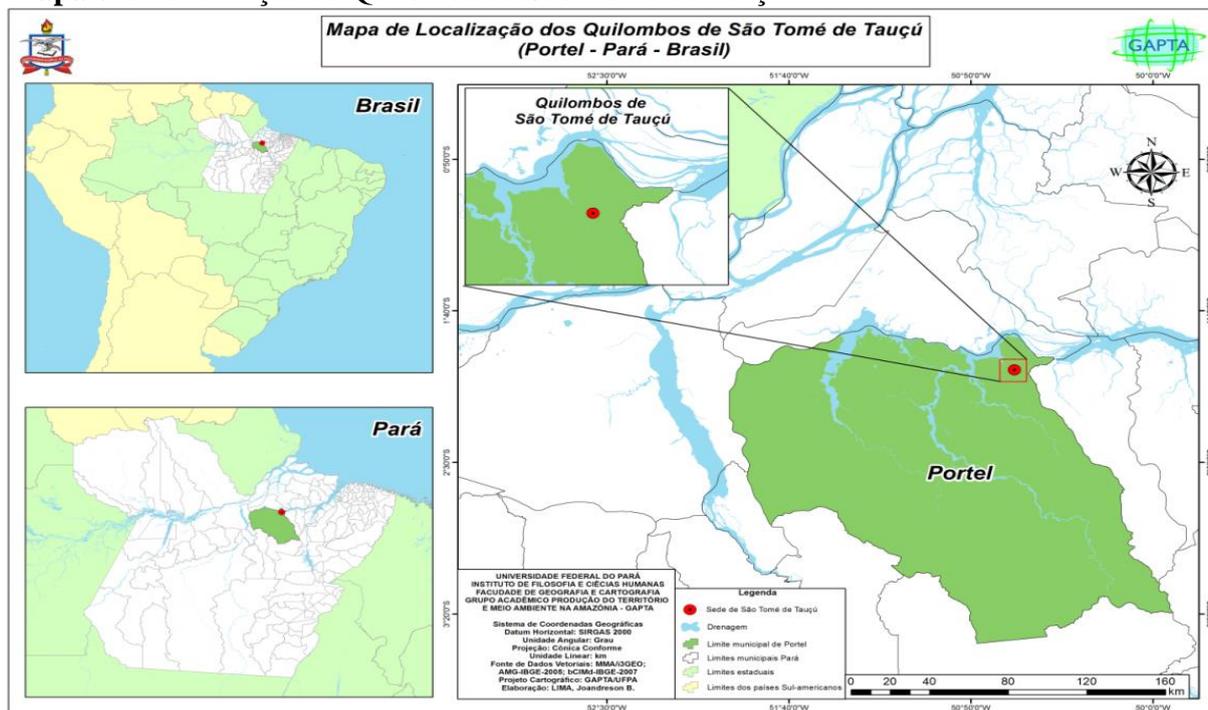
Os Quilombolas passaram a ser reconhecidas pelo Estado brasileiro a partir da promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988, por meio da resolução do Artigo 68 da ADTC (Atos das Disposições Constitucionais Transitórias). O conceito mais atual é proposto em 1994 no encontro realizado pela (ABA) Associação Brasileira de Antropologia, onde tal instituição sugere que Quilombo é: “Toda comunidade negra rural que agrupe descendentes de escravos vivendo da cultura de subsistência e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado”.

O quilombo de São Tomé de Tauçu localiza-se a margem esquerda do Rio Acutipereira município de Portel (PA), pertencente à mesorregião do Marajó, microrregião de Portel no Estado do Pará (ver mapa 01).

---

refere-se tanto aos povos indígenas quanto a segmentos da população nacional, que desenvolveram modos particulares de existência, adaptados a nichos ecológicos específicos (DIEGUES & ARRUDA, 2001, p. 21).

**Mapa 01:** Localização do Quilombo de São Tomé de Tauçú.



Os quilombolas de São Tomé de Tauçú exibem um modo de vida peculiar que se assemelha, com os ribeirinhos, pois como afirma Neves (2009), são policultores, agricultores, e complementarmente, pescadores, extrativistas de recursos da floresta e criadores de animais domésticos, tais como galinha, pato, porco, entre outros.

Diante dos fatos, para que se obtenha melhor compreensão sobre o modo de vida dos habitantes do quilombo de São Tomé de Tauçú se utilizará as observações realizadas evidenciou-se a realidade de tal povo que a posteriori será bem melhor tratado.

### **O QUILOMBO DE SÃO TOMÉ DE TAUÇÚ:**

O quilombo de São Tomé de Tauçú é constituído por sujeitos que transportam vínculos afetivos, simbólicos e culturais de sua ancestralidade, são sujeitos que figuram gestos, estilos e particularidades próprias de um indivíduo do campo.

Partindo de tais constatações o referido quilombo possui atualmente 40 famílias, totalizando 160 pessoas, distribuídas em 25 casas, visto que estas residências possuem pouca estrutura física, algumas com delimitações de quarto, sala e cozinha, cobertas de telhas brasilit, outras, sem partes das paredes (fechadas com plásticos ou lonas) e cobertas de palha. Um ponto relevante é que estas residências, assim como a igreja, o centro comunitário, estão organizados no formato de vila (enfileiradas) e a grande maioria destas casas encontra-se dispersas, ou seja, distanciadas umas das outras, mas, fazem parte e localizam-se na área do quilombo.

Frente ao exposto é importante frisar que em seis das residências mencionadas residem duas famílias. Contudo, verificou-se ainda a existência de um campo de futebol que localiza-se atrás das residências onde no final da tarde os quilombolas reúnem-se para jogar bola.

Tratando-se da questão da infraestrutura, o quilombo possui uma capela, uma sede comunitária (local onde acontecem as programações festivas como bingo, festa dançante, aniversários, reuniões e que serve de salas de aula do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, uma vez que não existe escola), um centro comunitário (espaço onde é produzido refeições nos dias de eventos) e não existe posto de saúde para atendimento básico (ver figura 01).

**Figura 01:** Quilombo de São Tomé de Tauçu



Fonte: Edinael Silva (2017).

O acesso a este quilombo dar-se por meio fluvial, respectivamente, em barcos de pequeno, médio e grande porte<sup>47</sup>. É importante frisar que há outros meios de transporte, a exemplo, canoas a remo que são utilizadas para a pesca artesanal nos igarapés, extração do açaí e deslocamento para locais mais próximos – as rabetas<sup>48</sup> que servem para uma condução rápida e para o seu deslocamento até a cidade mais próxima.

<sup>47</sup> Silva (2006) classificou como barco de pequeno porte aqueles de capacidade até uma tonelada, os de médio porte os que têm capacidade de uma até quatro toneladas e os de grande porte aqueles de quatro toneladas acima.

<sup>48</sup> Rabetas: Pequenas embarcações com motor adaptado na parte traseira, com uma haste de aço comprida e uma hélice no final.

Na cidade de Portel, a partir dos instrumentos destacados os quilombolas comercializam sua produção (farinha, tapioca, tucupi, piquia, pupunha, milho, marí e uxí), e, sobretudo, comprar produtos alimentícios e combustíveis (óleo diesel e gasolina) que são utilizados nos motores de transporte e geração de energia. A duração das viagens varia de 30 minutos a duas horas de tempo (dependendo do meio de transporte e do sistema de marés).

Diante da abordagem postulada, pode-se aferir que a base econômica do quilombo de São Tomé de Tauçú sustenta-se na monocultura da mandioca e seus derivados (farinha d'água, farinha de tapioca, tapioca e tucupi) (ver figura 02 - A e 02 - B) e na coleta de frutos (cupuaçu, piquia, pupunha, milho, marí, uxí, entre outros).

**Figura 02:** Processo de Produção de farinha de mandioca e seus derivados.



Fonte: Edinael Silva (2017).

Agregam-se ao sistema produtivo, outros produtos consumidos exclusivamente na comunidade, tais como: o açaí, a pesca e a caça. Contudo, nas palavras de Lisboa (1997, p. 63) que as atividades econômicas desenvolvidas pelos moradores (...) são determinadas pela necessidade de subsistência, que gira em torno das atividades agrícolas, caça, pesca e coleta, havendo uma manipulação sistemática dos recursos naturais de forma compatível com os meios de que dispõem e com critérios de uso destes recursos.

De acordo com o exposto acima, pode-se afirmar que o quilombola de São Tomé de Tauçú é policultor, haja vista que são múltiplas às atividades exercidas por estes sujeitos em

sustentar sua sobrevivência e de usar o Território, ainda que para uma parcela da sociedade este modo de sobreviver é percebido como uma situação atraso e miserável.

Todavia, de acordo com o relato de um morador “eu gosto dessa vida que nós leva aqui, é muito prazerosa, eu gosto de viver como nós vive porque aqui eu caço, pesco, faço roça, minhas plantação, jogo bola e vivo uma vida boa com minha família e meus zamigos” (ENTREVISTADO - 01, 2017).

Contudo, verifica-se que o olhar deste quilombola o território uma fonte de extração de recursos naturais, mas, também, o espaço onde produzem a sua subsistência, onde criam e recriam seus significados simbólicos (ações e comportamentos, experiências vividas, do desejo, da intenção que estão presentes nas práticas e nas relações sociais que constituem o território) edificam sua cultura e partilham saberes constituído a anos de existência.

É fulcral salientar que estes quilombolas sempre pautaram sua vivencia em uma cronologia da natureza, no compasso do que pode-se aferir de naturalidade temporal, figurada no entrelaçamento existente deste quilombola com o rio e a floresta sem predeterminação, agendamento e horário estabelecido. A jornada é determinada pelas ligações, aliança, vínculos de amizade, partilha de alimentos (peixe, caça), produção de farinha e, sobretudo, no que é chamado de convidado<sup>49</sup> para o preparo das roças e a fabricação da farinha e seus derivados. Como assevera Gonçalves (2015, p. 35) “a riqueza da floresta e piscosidade dos rios permitia o desenvolvimento de uma economia natural, isto é, não monetizada”.

Todavia, percebe-se que este modo de vida protagonizado anteriormente vem se convergindo com a penetração de outros agentes (sistema capitalista de produção, culturas diversas e etc.). Agentes que vislumbram uma determinada temporalidade e um método distinto vivido no quilombo, visto que nas palavras de La Blache (1954) pode provocar mudanças no modo de vida local.

Contudo, nota-se que a inserção de novos valores (hábitos de trabalho, os instrumentos de trabalho, as relações de trabalho, a relação do homem com a natureza, a utilização do rádio, televisão, o uso do celular, internet, etc.), costumes (dormir em redes, cama, o modo de se relacionar com os outros, os dialetos linguísticos, a culinária, etc.) e crenças (religiosidade, festas religiosas) no modo de vida quilombola é uma conjuntura de modernização que vem se

---

<sup>49</sup> O convidado é uma ação recorrente entre os sujeitos de uma comunidade, ocorre a partir do convite de um individuo a diversas pessoas objetivando a concretização de um trabalho seja a preparação de roças, a limpeza de uma área na floresta para plantação de açaí, macaxeira, milho e etc., assim como, para a construção de casas e estabelecimentos da comunidade, haja vista que em contrapartida esta pessoa oferta uma alimentação bem reforçada.

estabelecendo no seio das populações tradicionais sendo predominantemente considerada como o moderno que supostamente dispõe apresentar avanços as condições de vida deste povo.

A vivência destes quilombolas que outrora se fundamentava em um ritmo paulatino esta se modificando, substancialmente, a partir do contato com agentes externos que vem figurando uma hegemonia sobre as populações tradicionais, principalmente a partir do controle sobre o uso do território impossibilitando os quilombolas de fazerem queimadas, derrubadas e extrair os recursos naturais, visto que a utilização destes elementos é apenas para sua subsistência. Para tanto, verifica-se que as novas disposições de uso do território estão trazendo alterações ao modo de vida do quilombo de São Tomé de Tauçú.

Frente à discussão posta é importante salientar que tais modificações também estão ocorrendo por meio da utilização da força de trabalho de alguns membros do quilombo pelo poder público municipal, visto que existem transportadores de alunos por meio de barcos de pequeno porte e professores do próprio quilombo.

Certamente, verificou-se que os sujeitos do quilombo que são funcionários públicos não se submetem mais ao seu ir e vir pelos rios e floresta em busca do pescado, da caça ou mesmo para o roçado, haja vista que já possuem um olhar cultural diferente atendo-se as suas tarefas incumbidas pelo governo municipal. Todavia, este ponto de vista foi vislumbrado a partir de uma visita realizada da residência de um quilombola que é funcionário público municipal (professor).

Para tanto, este sujeito quilombola tem uma agenda a cumprir em sua nova ocupação que estende-se de segunda a sexta-feira e alguns sábados de acordo com o calendário escolar. Notou-se ainda que a companheira do referido funcionário público pouco se detinha aos trabalhos da roça e quando se submetia, ocorria em regime de parceria com outros moradores, haja vista que nesta coletividade eles extraem a mandioca da roça, posteriormente, ocorre o processo de descascar, triturar, coar e por fim torrar a farinha, produto este que certamente para esta família é utilizado apenas para consumo próprio. No caso das crianças, as mesmas intervalam seu tempo entre a escola e a brincadeira aos arredores da casa ou assistindo televisão. Verificou-se apenas um adolescente que saiu ao rio para pescar.

Partindo do que se figurou vislumbra-se também a visita na residência de outro senhor que não possui vínculo empregatício e notou-se em relação às crianças um comportamento idêntico a das mencionadas anteriormente. Portanto, infere-se que a relação dos habitantes do quilombo de São Tomé de Tauçú com a sobreposição do assentamento e o poder público municipal esta modificando, reestruturando, remodelando o modo de vida e, sobretudo, alterando o modo de uso do território. Para esclarecer melhor este fato mostra-se em um primeiro momento

o objetivo do assentamento que é estabelecer reserva específica de terras para áreas de uso das comunidades do rio Acutipereira, porém, gerenciada por entidades governamentais que determinam as normas e as formas de uso do território. Um segundo momento ocorre quando os sujeitos do próprio quilombo exercem sua força de trabalho de outra maneira, haja vista que no compasso do tempo vão se esvaindo os laços e traços de um sujeito policultor, visto que se subordina exclusivamente ao emprego.

Portanto, ressaltamos que outros elementos igualmente corroboram para as modificações analisadas, a exemplo, os programas sociais do governo federal (bolsa família, bolsa verde e auxílio maternidade) são fatores que certamente esclarecem as mudanças que estão ocorrendo no modo de vida rural amazônico.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Tendo por base os enfoques que se figurou neste trabalho pôde-se evidenciar que o cotidiano do Quilombo de São Tomé de Tauçú se sustentou e continua se sustentando em atividades econômicas da monocultura de mandioca e seus derivados (farinha d’água, farinha de tapioca, tucupi e etc.), ou por intermédio da pesca, caça e a colheita de frutos da floresta.

Comprovou-se ainda que nas celebrações culturais, as festas religiosas tem maior destaque, haja vista que no quilombo de São Tomé de Tauçú existe uma capela (igreja) católica. Certamente é em detrimento de tais ações que se conferem as territorialidades e se reúnem conhecimentos que são transmitidos de linhagem a linhagem, ou seja, perpassadas ao longo de gerações a seus descendentes.

Indubitavelmente se descobriu que a partir da sobreposição do assentamento ao quilombo de Tauçú o dia-a-dia destes quilombolas vem sofrendo alterações que se iniciam desde o espaço de sua vivência e uso do território, às ações econômicas. Contudo, destaca-se em um primeiro momento a sobreposição territorial do assentamento ao território usado pelos quilombolas, ocorrência que é deliberada por órgãos governamentais, pois são eles que definem o modo de uso do território e, conseqüentemente, o modo de subsistir no território. Posteriormente, segundo momento, pelo fato de uma parcela da mão de obra quilombola ser utilizada pelo poder público municipal, haja vista que neste local congregam-se os saberes tradicionais ao conhecimento científico que possibilita e influencia as crianças e adolescentes que já presumem trabalho neste local.

Contudo, o modo de vida do quilombo estudado vem sendo modificado em conformidade deste vínculo efetivado com o assentamento e o governo municipal, fato que tem ocasionado

modificações no cotidiano tradicional dos quilombolas, visto que este meio é a maneira central de eternizarem seus conhecimentos tradicionais.

Frente os fatos, evidenciou-se ainda que os fatores mencionados não são os únicos elementos que estão reestruturando o modo de vida dos quilombolas, haja vista que a maioria das famílias são favorecidas pelos programas bolsa família, bolsa verde e etc., elementos que certamente colaboram para a redução dos cidadãos quilombolas ao trabalho no roçado e especialmente as crianças, ocasião esta em que os saberes tradicionais deixam de ser transmitidos e acabam se esvaindo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Editora do Senado, 1988.

CASTRO, E. *Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais*. Papers do NAEA Nº 092. Belém, 1998.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V. (Org.). *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília/São Paulo: Ministério do Meio Ambiente/USP, 2001.

FERRAZ, M. G. B; CARDOSO, A. L. R. *Floresta Nacional de Caxiuanã: Patrimônio Biológico e Cultural da Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 2012.

GONÇALVES, C. W. P. *Amazônia, Amazônias*. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

GOTTMANN, Jean. *The significance of territory*. Charlottesville, VA: University of Virginia Press, 1973.

HAESBAERT, R. *Território e Multiterritorialidade: um debate*. *GEOgraphia*. Rio de Janeiro, ano 11, n. 17, p. 19-44, mar. 2007a.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Assentamentos. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>> Acessado em: 12/07/2017.

LA BLACHE, Paul Vidal de. *Princípios de geografia humana*. (Tradução Fernando Martins). 2. Ed. Cosmos, 1954.

LISBOA, Pedro L. B. (Org). *Caxiuanã*. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1997.

MOREIRA, Ruy. *O que é Geografia*. 14. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos n. 48).

NAHUM, J. S. *De ribeirinha a quilombola: dinâmica territorial de comunidades rurais na Amazônia paraense*. Campo e Território: revista de geografia agrária, v. 6, n. 12, p. 79-103, ago., 2011.

NEVES, Delma P. *Os ribeirinhos-agricultores de várzea: formas de enquadramento institucional*. In. Novos Cadernos NAEA v. 12, n. 1, p. 67-92, jun. 2009, ISSN 1516-6481. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/281/516>. Acessado em: 20 de junho de 2017.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, M. *O dinheiro e o território*. GEOgraphia, Rio de Janeiro, Ano 1. n. 1, p. 7-13, 1999.

SANTOS, M. O papel ativo da geografia: um manifesto. In: *ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 12., 2000*. Florianópolis. Anais... Florianópolis: 2000.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI*. São Paulo: Editora Record. 2001.

SAQUET, M. A. *Por uma abordagem territorial*. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, Eliseu Savério. (Org.) *Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos*. 1ª ed. São Paulo; Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

SILVA, C. N. *Territorialidades e modo de vida de pescadores do rio Itaquara, Breves-PA*. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

## COEXISTÊNCIA RURAL-URBANO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL: Limites do Plano Diretor de São Felipe/Ba<sup>50</sup>

*Vinnie Mayana Lima Ramos, Universidade Católica do Salvador, vinnie\_lima@yahoo.com.br<sup>51</sup>  
Cristina Maria Macêdo de Alencar, Universidade Católica do Salvador,  
cristina.alencar@ucsal.br<sup>52</sup>*

### RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de elucidar como é fundamental dar visibilidade e considerar a relação rural-urbana para nortear o planejamento de municípios a fim de se alcançar o desenvolvimento socioambiental local. O Plano Diretor, instrumento de planejamento municipal, deve ser elaborado de forma a observar e contemplar as peculiaridades e potencialidades locais. A abordagem metodológica adotada é qualitativa baseada e adaptada do Indicador Qualitativo de Ruralidade Metropolitana - IQRM (ALENCAR, 2006) com procedimentos de pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas semiestruturadas. Nesta perspectiva, são apresentadas as limitações do Plano Diretor de São Felipe, pequeno município rural da Bahia, quanto a sua (in) efetividade frente a coexistência rural-urbano para o desenvolvimento socioambiental.

**PALAVRAS-CHAVE:** Rural Urbano, Desenvolvimento Socioambiental, Plano Diretor, Município, Meio Ambiente.

### INTRODUÇÃO

A exploração da natureza enquanto recurso natural evidenciou a relevância da questão ambiental e a necessidade do meio ambiente ecologicamente equilibrado, a fim de proteger os ecossistemas, a qualidade de vida e o bem-estar para atual e futuras gerações.

A obrigatoriedade trazida pela CF de 1988 sobre a elaboração do Plano Diretor como instrumento de planejamento e desenvolvimento para os Municípios com mais de 20.000 habitantes alcança São Felipe na Bahia, considerado um Município rural por suas características populacionais, produtivas e socioculturais e que apresenta também fragmento florestal do bioma Mata Atlântica, com destaque para Mata Ciliar.

---

<sup>50</sup> O presente artigo foi elaborado com base na dissertação de mestrado intitulada *Dispor-se ao desenvolvimento socioambiental: Ir além do Plano Diretor*, defendida por Vinnie Mayana Lima Ramos em fevereiro de 2018 e disponível no repositório de dissertações e teses da Universidade Católica do Salvador;

<sup>51</sup> Advogada e Bacharela em Direito pela Universidade Católica do Salvador - UCSal, Especialista em Direito Público, Mestra em Planejamento Ambiental (UCSal), Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento, Sociedade e Natureza da UCSal, vinnie\_lima@yahoo.com.br; Salvador – Bahia;

<sup>52</sup> Economista e Doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pelo CPDA/UFRRJ; Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social e do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Ambiental na Universidade Católica do Salvador – UCSal, Líder do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento, Sociedade e Natureza, cristina.alencar@ucsal.br; Salvador – Bahia.

A condição de imanência da natureza na configuração do rural vincula-o à problemática ambiental o que aponta como necessário reconhecer potencialidades dessa relação para que o crescimento de pequenos municípios caracteristicamente rurais favoreça a conservação ambiental a partir da influência cultural e socioeconômica das práticas rurais.

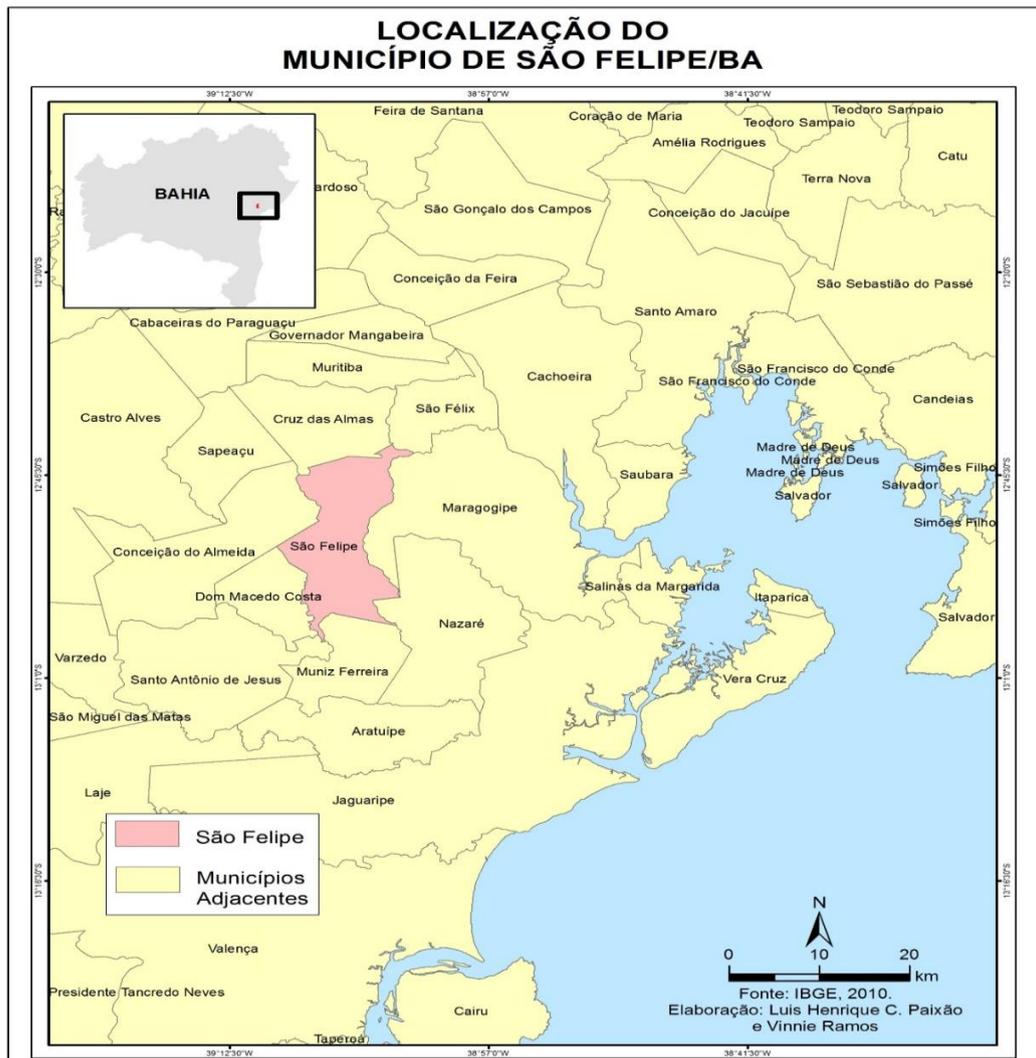
Considerando esse postulado, optou-se pela abordagem metodológica de pesquisa qualitativa com engajamento da população local baseada e adaptada do Indicador Qualitativo de Ruralidade Metropolitana - IQRM desenvolvida por Alencar (2006) enfatizando a coexistência entre modos de vida rural e urbano para o desenvolvimento socioambiental local. Na metodologia de procedimentos, adotou-se a pesquisa bibliográfica em livros, artigos e outras fontes científicas e pesquisa documental em legislações e outros documentos, além de registros de observações, entrevistas semiestruturadas com agentes do governo local e entrevistas não estruturadas com a população.

O estudo se baseou na análise do Plano Diretor para o desenvolvimento socioambiental no planejamento Municipal em São Felipe, considerando que a questão agrária é uma questão ambiental e a visibilidade da dinâmica rural e sua coexistência na relação com o urbano contribuem para a dinâmica socioambiental virtuosa na escala local. A coleta e análise dos dados a partir dessa consideração demonstrou a insuficiência do Plano Diretor para nortear um desenvolvimento socioambiental na escala municipal conforme esta abordagem.

**SOBRE SÃO FELIPE**

O Município de São Felipe surge com a organização das Bandeiras de penetração no interior da Bahia entre os anos de 1549 e 1553, sendo a localidade parte das terras das Capitâneas do Paraguaçu e Jaguaripe (PREFEITURA DE SÃO FELIPE, 2006). São Felipe recebe este nome, pois em 1681 é construído um cruzeiro e uma capela sob a invocação dos apóstolos São Felipe e São Tiago, que se tornaram padroeiros daquele novo local de solo fértil que produzia mandioca, cana-de-açúcar, fumo e cereais, cuja sede foi elevada à categoria de cidade pelo Decreto-lei Estadual nº 10.724, de 30 de março de 1938 e em obediência ao Decreto Federal nº 311 de 02 de março do mesmo ano (IBGE, 1958), no contexto político do Estado Novo.

Mapa 1 – Localização do Município de São Felipe:



Fonte: IBGE, 2010. Elaborado por Luis Henrique C. Paixão e Vinnie Ramos, 2018.

São Felipe está localizado no Recôncavo Baiano, inserido entre os vales dos Rios Copioba e Jaguaripe, com relevo constituído de tabuleiros interioranos e tabuleiros pré litorâneo do baixo sul, onde predomina o solo de tipo podsólico vermelho, amarelo álico latossolo e amarelo álico, com propensão para cultivo de diversos tipos de lavouras; geologicamente, é formado por gnaisses granulíticos, com uma vegetação característica de Floresta Estacional, semidecidual e ombrófila densa (PREFEITURA SÃO FELIPE, 2006), ou seja, composto por mata atlântica<sup>53</sup> que se beneficia do clima úmido e subúmido a seco, com índice de pluviosidade média anual de 800 a 1100 mm, chovendo com maior frequência entre os meses de novembro a janeiro, apresentando temperatura média anual de 23,8°C (OLIVEIRA, 2012).

<sup>53</sup> São Felipe apresenta fragmento florestal do bioma Mata Atlântica, com destaque para Mata Ciliar (A mata ciliar é um tipo de vegetação protegida pela legislação ambiental, Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012 (Novo Código Florestal

Conforme atual regionalização do governo da Bahia, a unidade de planejamento é Território de Identidade<sup>54</sup> e São Felipe integra o TI Recôncavo que é caracterizado pela complexidade das dinâmicas territoriais trazidas pelo conjunto de municípios que compõem o Recôncavo e, São Felipe, está distante cerca de 178 km da capital do Estado, Salvador (RAMOS, 2018).

A influência do Recôncavo Baiano na história e nas dinâmicas socioculturais do Estado como fornecedora de alimentos alcançou São Felipe e foi muito importante para a sua caracterização econômica e produtiva; sua produção de mandioca, cana e derivados da cana-de-açúcar, eram distribuídos para o mercado local, Salvador, Sertão e para o próprio Recôncavo (SANTOS, 2013).

Atualmente, a principal base econômica de São Felipe, embora mais diversificada, continua sendo a agropecuária; produz diferentes culturas agrícolas como milho, fumo, feijão, mandioca, cana-de-açúcar, laranja etc, além de criação significativa de variados tipos de animais, principalmente rebanho bovino e avicultura (ESPÍNOLA, 2013), em unidades de produção e consumo por agricultores familiares, onde se observa oferta de trabalho para maioria da população, em sistemas de cultivo de policultura (IBGE, 2006).

A divisão político-administrativa do município de São Felipe é composta por um distrito, Vila Caraípe, e cinquenta e três povoados, portanto, predominantemente rural, o que se soma ao predomínio de construção horizontal na sede do distrito e do município e à população, em 2010, de 20.305 habitantes, sendo que 10.485 estão na zona rural (IBGE, 2010); acrescente-se, por fim, que em todo o espaço municipal existem estabelecimentos rurais, principalmente minifúndios, com produção para consumo alimentar e destinação para venda na feira livre que ocorre na sede do Município.

Às características rurais de São Felipe, já mencionadas, e de caráter objetivo, se agregam aquelas subjetivas, que reconhecemos como modo de vida, às denominamos ruralidades. Estas se manifestam também nos hábitos dos habitantes, nos contatos diretos e pessoais das comunidades, na alimentação, nas festas e dinâmicas, como as vivenciados na feira livre do município que é de grande importância no desenvolvimento local, cultural, social, ambiental e agrária (RAMOS; PEREIRA; ALENCAR, 2017), assim:

O rural é compreendido como modo de vida construído socialmente por seus habitantes na relação que estabelecem com a natureza, cuja múltipla dimensionalidade abrange os aspectos econômicos, geográficos, culturais, simbólicos e identitários; um espaço de

---

<sup>54</sup> Em 2007 o planejamento governamental adotou Territórios de Identidade – TI em substituição às Regiões Econômicas como unidade de planejamento.

produção, lugar da existência e interação da singularidade com a coletividade, conforme os estudos de Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2001), Maria José Carneiro (1998), Klass Woortmann (1990), Alencar e Moreira (2005) entre outros (RAMOS; PEREIRA; ALENCAR, 2017, p. 92).

Todo esse esforço de demonstração de São Felipe na Bahia, como um pequeno Município rural por suas características populacionais, produtivas e socioculturais, decorre do fato de que, os parâmetros normativos exigidos para direcionar a municipalização do desenvolvimento, estão estabelecidos pelo Ministério das Cidades, com base no Direito Urbano, a partir do critério populacional de 20.000 habitantes, do que decorre que não sejam consideradas, nessa exigibilidade, suas dinâmicas sociais, culturais e ambientais, bem como os modos de vida e trabalho que compõem a identidade rural municipal.

Assim, se fortalece São Felipe como área de estudo na perspectiva do desenvolvimento socioambiental, pois um diagnóstico interdisciplinar possibilita identificar as potencialidades e os problemas locais, em que o município mantém suas características rurais, mas agrega dinâmicas urbanas, não perdendo a predominância rural de suas atividades, e, sim, proporcionando a coexistência.

## **PLANO DIRETOR E O PLANO DIRETOR DE SÃO FELIPE**

No final do século XIX se inicia o planejamento urbano no Brasil com forte influência europeia a fim de tornar as áreas urbanas “mais bonitas”. Com mudanças econômicas e sociais advindas da Revolução de 1930 que afetaram o país até meados de 1992, se percebe o avanço da democratização, mas também o da tecnocracia trazendo planos diretores que não são efetivos (BRASIL, 2013).

Entre o período de 1992 e 2001, movimentos sociais em torno da reforma urbana resultaram nos Artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988 que tornou obrigatória a elaboração de Plano Diretor para as cidades com mais de 20.000 habitantes que foram posteriormente regulamentados pelo Estatuto da Cidade (2001) afirmando ser o plano diretor instrumento adequado para orientar futuras ações do município, ampliando, neste momento, o entendimento do instrumento legal, de cidade, sede do município, para todo o território do município, e destacando temas como: função social da propriedade, participação popular e o planejamento.

O Plano Diretor deve retratar os anseios e necessidades da população local através da participação e do diálogo com as diversas esferas de governo e iniciativa privada permitindo a criação, construção e manutenção da gestão pública com o objetivo de proporcionar o

desenvolvimento e planejamento municipal culminando no bem-estar socioambiental da sociedade.

Sob esses parâmetros, o desenvolvimento municipal deveria responder a diagnóstico multiescalar que o nortearia, conforme aduz Flávio Villaça (1998, p. 2):

Seria um plano que, a partir de um diagnóstico científico da realidade física, social, econômica, política e administrativa da cidade, do Município e de sua região, apresentaria um conjunto de propostas para o futuro desenvolvimento socioeconômico e futura organização espacial dos usos do solo urbano, das redes de infraestrutura e de elementos fundamentais da estrutura urbana, para a cidade e para o Município, propostas estas definidas para curto, médio e longo prazos, e aprovadas por lei municipal (VILLAÇA, 1998, p. 2).

Em 2007 São Felipe, que constitui o TI Recôncavo, elaborou o seu Plano Diretor Participativo (Lei Complementar nº 05/2007), abrangendo “as funções da vida coletiva, em que se inserem habitação, trabalho, circulação e lazer, e visa a melhoria da qualidade de vida da comunidade local” (SÃO FELIPE, 2007, s/p). No processo de elaboração contou com o auxílio técnico especializado do CNM e da equipe técnica da Prefeitura Municipal, conforme orientações das capacitações do Ministério das Cidades (PREFEITURA SÃO FELIPE, 2007).

O Plano Diretor de São Felipe afirma ser um instrumento participativo e básico da política de desenvolvimento e de expansão do Município, para melhoria do bem-estar da população, incidindo em inúmeros aspectos essenciais para o crescimento municipal, balizado em cinco eixos estratégicos: o meio ambiente, seguido pela infraestrutura, proteção ao patrimônio histórico e cultural, desenvolvimento social e, por fim, o desenvolvimento econômico com proposta de intervenções para efetivação das políticas.

Na perspectiva da questão ambiental, a conservação e recuperação da natureza constam nas diretrizes, objetivos e finalidades, destacando a participação da população nas decisões dos agentes públicos e privados quanto ao espaço, serviços públicos e qualidade do meio ambiente, bem como melhoria dos níveis de articulação e complementaridade das ações setoriais, apresentando, ainda, como princípios o desenvolvimento sustentável, conservação do meio ambiente e democratização da gestão territorial do Município para se alcançar a função social do município.

Assegura-se no Plano Diretor de São Felipe a necessidade de se delimitar áreas de proteção, conservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, acessibilidade e mobilidade sustentável, universalização do acesso à água potável, esgotamento sanitário, coleta e disposição de resíduos sólidos, manejo sustentável das águas pluviais a fim de garantir o direito à

salubridade ambiental como direito social vinculado aos direitos à vida e à saúde com o objetivo de se fazer equilibrado o desenvolvimento municipal.

Reforça-se que o discurso apresentado no Plano Diretor de São Felipe é dirigido para a cidade, embora ele trate do Município e das diretrizes relacionadas à função social, o que extrapola a condição de cidade. Neste contexto, vale lembrar que os Planos Diretores precisam ser elaborados com o intuito de integrar as suas peculiaridades e fomentar suas potencialidades, uma vez que não observado isso, pode ser o plano declarado inconstitucional e o representante do executivo responder por improbidade administrativa.

A integração das peculiaridades de São Felipe requer que se contemple sua área rural e dinâmicas rurais que estão presentes no dia-a-dia. É preciso ouvir e dar voz à população rural (CARNEIRO, 1999) quando se pretende considerá-las; reconhecer ruralidades, por exemplo, quando no fundo da casa do cidadão, ainda que na sede do município, cultiva-se algum alimento ou cria-se animais, entre outras manifestações de ruralidade. Neste ponto, inspirado em Hirshman (1986):

Isto posto, não é demais afirmar que a discussão sobre o rural e o urbano quanto às características fundamentais de suas dinâmicas possibilita compreender a vida da população que vive nestes espaços e conseqüentemente subsidiar intervenções no processo de desenvolvimento do local com maior aproximação ao cotidiano (RAMOS, 2018).

O Plano Diretor deve ser um instrumento de fácil acesso e entendimento para a população, de modo a fortalecer sua participação e colaboração, no entanto, verifica-se que a linguagem no Plano Diretor de São Felipe (SÃO FELIPE, 2007) é predominantemente técnica e não possui glossário, o que dificulta a sua compreensão, inviabilizando a efetiva participação e prejudicando que a população perceba a sua própria vida e dinâmicas que são essenciais para potencializar o crescimento municipal.

Da análise do plano percebe-se que não houve modificação no perímetro urbano e nem integração do rural, bem como não foram criadas regras para o ordenamento do uso do solo. Além disso, o Plano Diretor não inclui mapas e nem demarcação e descrição para as ZEIS, deixando em aberto a execução de instrumentos essenciais para o desenvolvimento do Município, em sua maioria, direcionados ao urbano ou à sede do Município; a gestão municipal não observou os prazos estipulados no Plano Diretor e não concretizou a maioria das suas propostas nas suas diversas áreas:

Quadro 1 - Principais demandas públicas identificadas nas atas das audiências públicas realizadas no Município de São Felipe da elaboração do Plano Diretor de 2007; o que foi contemplado e o que foi executado até 2017:

#### Execução do Plano Diretor Participativo de São Felipe

Atas das Audiências Públicas (11 Núcleos)	Contemplado no Plano Diretor	Executado pelo Plano Diretor
<b>Saneamento básico*</b>	Sim	Não
Retirada do lixão, coleta de lixo	Sim	Não
Reflorestamento na Região (viveiros)	Sim	Não
Programa de reciclagem e compostagem****	Não	Não
Revitalização dos Rios das Pedras, Caraí e Copioba	Sim	Não
Retirada das pessoas que residem na Barragem com construção de casas populares	Sim	Não
Organização, regularização da feira livre, implantação de duas feiras	Não	Não
Melhoria das estradas	Sim	Não
Transporte para zona rural/mobilidade	Sim	Não
Água para toda região e eletrificação rural	Sim	Não
Políticas públicas de esporte e lazer**	Sim	Sim
Calçamento e pavimentação**	Sim	Sim
Crescimento desordenado da região	Não	Não
<b>Segurança pública/patrolhamento*</b>	Sim	Não
Fiscalização do trânsito	Sim	Não
Regularização fundiária**	Sim	Sim
Cobertura total do sistema de esgotamento sanitário	Sim	Não
<b>Encascalhamento, alargamento e rebaixamento de ladeiras das estradas vicinais*</b>	Sim	Não
Auxílio para a agricultura e capacitação para agricultores**	Sim	Sim
Regularização das escrituras	Não	Não
Utilização da produção local na merenda escolar para toda região e desenvolvimento da agricultura familiar (PAA)	Sim	Não (CAR)

\*Pleito realizado na maioria dos núcleos (grifo nosso);

\*\*Foram executadas ou estão em execução conforme informações concedidas por gestores públicos e/ou representantes da sociedade civil (questão fundiária foi alcançada em 2007, por meio do governo do Estado o título de terra para alguns agricultores, totalizando 623 títulos de

terra e aquisição de terras), mas não foram observadas melhorias em pesquisa de campo realizada em 2017;

\*\*\*Redes Sociais (Orkut)

Fonte: Pesquisa direta, São Felipe, 2017. Elaborado por Vinnie Ramos, 2017.

Portanto, tomando o Plano Diretor de São Felipe que, apesar de constar em seu bojo ações que retratam suas necessidades e dos seus anseios, quase nada, até o momento, foi realizado. Considerando que tivesse sido realizado o que está previsto no Plano de São Felipe, em que avaliar sua efetividade não se restringe a observar critérios técnicos e legais; e deve sim, contribuir para melhores condições de vida por meio de uma gestão pública que seja democrática e que reconheça a dinâmica socioespacial para interação com a comunidade no processo de formação das decisões políticas em busca de uma real coexistência rural e urbana favorável a um ambiente ecologicamente equilibrado.

## **COEXISTÊNCIA RURAL URBANO E LIMITES DO PLANO DIRETOR DE SÃO FELIPE/BA**

O Plano Diretor como instrumento normativo se propõe a nortear e promover a garantia de direitos da cidadania para o desenvolvimento e crescimento municipal, refletindo o que se encontra na realidade e as ações estratégicas delimitadas para conservar e recuperar a qualidade do ambiente. É por meio do Plano Diretor e implementação dos demais instrumentos por ele propostos com o objetivo de desenvolver funções de proteção, fiscalização, coordenação, controle, planejamento, implementação e execução de políticas ambientais que se terá a manutenção de um Estado Socioambiental (SARLET, 2010).

Para tanto, é necessário que se realize um exame quanto à diversidade socioambiental de um Município, considerando a dinâmica territorial sob as tensões entre o rural e o urbano, ou seja, fazer uma caracterização socioambiental local tendo em vista a relação estabelecida com a natureza de forma que sejam analisadas em suas múltiplas dimensões (ALENCAR, 2008), admitindo-se, portanto, “particularidades que são específicas e podem ser potencializadas” uma vez que a coexistência virtuosa entre o rural e o urbano contém sinais de novo padrão civilizatório e que a ruralidade pode inspirar ordenamentos urbanos diferentes (ALENCAR, 2003)<sup>55</sup>.

O Plano Diretor de São Felipe, conforme documentação pesquisada, colhida em campo e analisada, teve todo o seu território do município percorrido a fim de ouvir as demandas da

---

<sup>55</sup> Livro Campo e rural na metrópole: sinais de um padrão civilizatório de Cristina Maria Macêdo de Alencar publicado pela Editora CRV, Edição 1 em 2017.

população, sendo oportunizada a sua participação na elaboração e incorporadas essas solicitações ao texto final do Plano Diretor. Sucede que, mesmo operacionalizando o Estatuto da Cidade, nas chamadas (cartazes, painéis, carros de som etc), convidando a população para participar do processo realizado pela equipe de elaboração, o foco sempre foi a cidade, local que o rural não ocupa ou é invisibilizado nas suas dinâmicas:

Figura 1 - Cartaz no Município de São Felipe divulgando a elaboração do Plano Diretor:



Fonte: Prefeitura Municipal de São Felipe, 2006.

Neste momento, verificamos uma limitação do Plano Diretor, que se dá na sua elaboração ao não compreender todo o território, mas reduzir o município à sede municipal, local em que não se encontra a maioria da população e muito menos o de sua produção, isto é, ignora o lugar de vida e trabalho que dão base e identidade municipal. Ainda que dispositivos versem sobre melhorias na zona rural, como manutenção de estradas vicinais e transportes, escoamento de produção, auxílio técnico entre outros, os dispositivos são direcionados à “sede e nas praças centrais dos povoados rurais” (SÃO FELIPE, 2006, s/p) tornando o rural invisível para a efetivação do instrumento de planejamento.

Outra limitação vem da necessidade de se cumprir termos formais para elaboração do Plano Diretor, já que a participação popular colabora com a construção e legitima o que ali consta, questiona-se como assegurar a efetiva participação popular se em boa parte das audiências públicas realizadas no município apresentavam número significativo de crianças para acompanhar um processo longo, complexo e cansativo. Constata-se, portanto, a desigualdade

presente nos momentos oportunos para real discussão de um plano que serve para melhoria de toda a sociedade:

Figura 2 – Participação da população em uma das audiências públicas realizadas sobre o Plano Diretor no Município de São Felipe:



Fonte: Prefeitura Municipal de São Felipe, 2006.

O processo de elaboração de um Plano Diretor deve proporcionar todos os meios necessários para que a população tenha acesso (transporte, alimentação, auxílio técnico) e o pleno entendimento de como o instrumento irá intervir em suas vidas e no local de vida e trabalho que habitam; observadas as necessidades de cada local para isso, é que podemos pensar em uma participação efetivamente participativa, caso contrário, a participação será inviabilizada e não se terá como assegurar que características estejam sendo observadas pelo Poder Público e levadas em consideração para efetuar o ordenamento socioambiental local.

Foi verificada, neste passo, a falta de atuação do Conselho Municipal da Cidade (COMCID), quer dizer, o ouvir e dar voz à população do município é comprometida, apesar de o Plano Diretor propor, para sua implementação, que o COMCID mediasse essa participação. Esta situação se reflete em uma cadeia de equívocos e prejuízos suportados pela população, principalmente a rural que além de não ser percebida, quando o é, fica negligenciada pelo núcleo mais urbanizado, marcando mais uma limitação ao Plano Diretor provindo de sua constituição.

Nesta perspectiva, o Plano Diretor de São Felipe que deveria ser o retrato de suas dinâmicas, não representa a realidade socioambiental que a comunidade precisa e anseia que seja, uma vez que o município de São Felipe sofre sérios problemas com habitação e infraestrutura inadequada, em que o abastecimento de água atingia apenas 53,9% dos domicílios permanentes (IBGE, 2010) e de saneamento, pois com os problemas de habitação e sendo boa

parte da população de baixa renda, eles vivem de forma precária em locais inadequados possuindo apenas 9,2% dos domicílios serviços de esgotamento sanitário (IBGE, 2010).

Ao se constatar em São Felipe a falta e a dificuldade de oferecimento de serviços públicos de coleta de resíduos e seu adequado descarte à população urbana e rural, o resultado se deu na poluição de inúmeros pontos no município, principalmente dos rios, da barragem e a Serra do Copioba, trazendo muitos prejuízos para os cidadãos e meio ambiente, tornando a situação mais dramática, já que como a sede do município enfrenta inúmeros problemas socioambientais, estes também se espalham pelo município e se agravam na zona rural.

A água dos rios que se localizam na zona rural de São Felipe e são distribuídas para a zona urbana, é utilizada de forma direta pela população rural que fica exposta a ameaças à sua saúde e bem-estar, uma vez que a sede, não possuindo uma boa infraestrutura, despeja os resíduos na zona rural, cuja população é atingida de forma mais violenta por ser também desprovida de serviços básicos. Isto intensifica as agressões à sociedade e meio ambiente, não contribuindo para o desenvolvimento do município e sequer mantendo a utilização que já existia com outras finalidades, como a de lazer, pois era assim também utilizada as águas da barragem do Copioba.

Isto posto, ocorre cada vez mais o distanciamento socioambiental, assimetrias, da zona rural e da zona urbana, pois quanto mais precária e frágil a zona rural, menos pessoas e investimentos são direcionados para esses lugares, ampliando as dificuldades e tornando a proposta de integração da zona rural e urbana, com o objetivo de proporcionar um efetivo desenvolvimento socioambiental local, abalada. Este é outro enfrentamento em termos de concepção de desenvolvimento, haja vista que a questão ambiental, de per si, também não pode ser encarada como um obstáculo para o desenvolvimento econômico, e sua imbricação com o modo de vida rural constitui, sim, oportunidade de equilíbrio ambiental.

O planejamento deve incorporar nos debates a busca por alternativas ao modelo dominante de desenvolvimento, em virtude de que a população doente pela falta de moradia e condições dignas de sobrevivência não tem como impulsionar o crescimento local; isso vale para as demais dimensões da sociedade, como educação, saúde, infraestrutura e outros, pois não se trata de despesas, mas de investimentos para o bem-estar da população e natureza local. Acrescente-se que, assim:

(...) o campo, hoje, faz parte da dinâmica dos processos de trabalho por meio dos diferentes mercados, de produtos e serviços, inclusive os ecossistêmicos e de bens simbólicos, em que mecanismos tecnológicos impulsionam trocas e projetos alternativos às atividades agrícolas e daquelas citadinas, cabendo dizer que não existe oposição entre o rural e urbano ou a cidade e o campo, mas sim que elas convivem e são

interdependentes, principalmente no que tange a conservação ambiental (RAMOS, 2018, p. 43).

Do que se constatou em termos de diretrizes de desenvolvimento do município, é que é possível afirmar a invisibilização da população rural no seu modo de vida e produção, já que ao não receber amparo e investimentos para potencializar a sua produção de modo a contribuir com o desenvolvimento e conservação da natureza, evidente se mostra o impedimento que o município enfrenta em crescer e desenvolver.

Sendo, São Felipe, um município rural e detém ruralidades em suas mais diversas manifestações, inclusive na sede do município, local mais urbanizado, não se justifica a ausência de diretrizes municipais para dinamização da zona rural que o caracteriza. É no mínimo contraditório e irônico, pois é possível descobrir e desenvolver novas habilidades, mas potencializar o que já se tem, aumenta as chances de melhoria da realidade local.

Nesta senda, partindo do entendimento de que a população rural é aquela que possui o contato mais direto com as dinâmicas da natureza donde constrói seu modo de vida, para produzir e sobreviver material e socialmente, ela com instrumentos que viabilizem e condições adequadas, pode auxiliar na proteção, conservação e até recuperação do meio ambiente. A questão ambiental, por sua vez, decorre de usos inadequados da natureza, que foi apropriada privadamente, demonstrando que há disputas de diferentes classes sociais que o torna desequilibrado e produz uma demanda e questão agrária.

Neste passo, se confirma o que seria a coexistência do rural e urbano para consolidação do desenvolvimento socioambiental neste estudo, pois “a relação do rural e do urbano deve ser tratada como uma das implicações da questão ambiental ao se constituir por diferentes intensidades de uso da natureza para usos rurais e urbanos associada aos riscos e eventos ambientais daí decorrentes” (RAMOS, 2018, p. 47). Ou seja, o planejamento municipal tem que encarar e equacionar a questão agrária local.

Porquanto, a questão ambiental se desdobra em questão agrária e esta em questão ambiental urbana quando se refere aos danos ambientais decorrentes da infraestrutura urbana em excesso ou ausente (ALENCAR, 2007), posto que o campo e a cidade não se dissociam levando-se em consideração que tanto a ação ou omissão do Poder Público influencia no meio ambiente quando eventos ambientais atuam nas nossas vidas, como em São Felipe, que contém todos elementos de infraestrutura incorporados no seu Plano Diretor, mas sem cumprimento.

Neste aspecto, se observa que a dinâmica socioambiental municipal é diversificada e complexa, e para que se proponha um desenvolvimento socioambiental no planejamento municipal é necessária a participação popular para que o Plano Diretor seja um reflexo da

realidade no Município (ALENCAR, 2015) e possa dispor sobre temas pertinentes para a população e trazer propostas que possam intervir de forma efetiva na realidade local. De outro modo, o Plano Diretor não teria observado a realidade, mas apenas cumprido formalidades, tornando o instrumento legal vazio.

Uma das maiores limitações em um Plano Diretor é se presumir que este poderá ser proposto e ter aplicabilidade em todo e qualquer local, enquanto que de nada adianta tentar encaixar uma realidade dentro de um plano que não considera as suas particularidades. Desta forma, a elaboração do Plano Diretor é um dos momentos mais importantes, pois é aí que ele será construído e o posicionamento daqueles que presidem e auxiliam na sua elaboração terão oportunidade de propor uma realidade diferenciada e própria a fim de qualificar “as coexistências, semelhanças e diferenças, expandindo a relação com o espaço rural e ambiental, estabelecendo novas relações com o meio urbano” (RAMOS, 2018, p. 96).

O Plano Diretor de São Felipe apresenta limitações que são identificadas desde a sua elaboração até a sua execução, a priori, ao direcionar a sua intenção de desenvolvimento à cidade ou núcleos mais urbanizados em um município que é rural e vivencia esta dinâmica no dia-a-dia, não contemplando a promoção da permanência no campo. No caso, não se trata de criar uma nova forma de plano, mas de se olhar por outras perspectivas, considerando as relações da natureza, rural e urbano como vetor estratégico para que haja efetivação de instrumentos de planejamento.

É preciso reconhecer as potencialidades das atividades e costumes locais para identificar as vantagens que o Município tem com o objetivo de equilibrar as dimensões social, ambiental e econômico conforme perfil social que determinada área possui em sua construção territorial promovendo a partir do pensamento socioambiental a integração do meio ambiente, do agrário e o urbano na dinâmica municipal para se alcançar o devido desenvolvimento local, trazendo benefícios e bem-estar para toda a sociedade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O município de São Felipe localiza-se no Recôncavo Sul no Estado da Bahia e é um pequeno município rural em razão de sua construção histórica e modos de vida e trabalho que se manifestam por meio da ruralidade presente em suas dinâmicas sociais.

O município de São Felipe guarda apenas 2% de remanescente da mata atlântica (SOS MATA ATLÂNTICA, 2016) em seu território que vem cada dia mais se perdendo em razão da degradação e falta de interesse e estrutura para proteção, conservação e recuperação ambiental.

Em 2007 foi implementado o Plano Diretor Participativo de São Felipe que surgiu como instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana a fim de delinear, por meio da participação popular, o que o município desejava e precisava para o seu crescimento e desenvolvimento.

O Plano Diretor de São Felipe cumpriu formalmente os requisitos para elaboração de um Plano Diretor participativo, acolhendo as demandas apresentadas. Contudo, a participação não foi efetiva por não envolver com equidade as populações das zona rural e da zona urbana do município e por não possibilitar entendimento da proposta técnica conforme os diferentes níveis de escolaridade dos participantes.

Além disso, não superou o fato de que, sendo um instrumento advindo do Ministério das Cidades tenha que dar conta da áreas, demandas e dimensões não citadinas e não urbana do município; aquelas de sua identidade rural. Mesmo com essas limitações, o Plano Diretor de São Felipe foi premiado por ter sido avaliado como bem elaborado, e apesar disso, após 10 anos, foram poucas as realizações das diretrizes ali contidas.

Em razão dessa não observação, o município de São Felipe se encontra em situação trágica no que tange ao seu desenvolvimento socioambiental, que é quando consideramos que nossas ações ou omissões interferem na natureza e vice-versa e como pode melhorar a partir da identificação de potencialidades locais.

A omissão do Poder Público e a existência de um instrumento de planejamento vazio, sendo aquele que não é executado, tem trazido inúmeros prejuízos para as populações urbana e rural, e para a natureza de São Felipe.

Neste caminho, algumas limitações foram identificadas no tocante ao desenvolvimento socioambiental no Plano Diretor de São Felipe ao constatarmos o quão frágil foi a participação popular na sua elaboração e o quão difícil é reconhecer o município como rural e dar visibilidade a uma relação explícita entre urbano e rural. Nestes moldes, um plano criado sem considerar as peculiaridades locais fica improvável a sua efetiva execução, ou seja, não adianta tratar sobre questões se elas não são consideradas como interdependentes, mas como fatores isolados.

A noção aqui adotada é de que o meio ambiente é múltiplo em qualidades socioculturais, onde os sujeitos locais precisam ser considerados e a eles oferecidos meios de se manifestarem para demonstrar as peculiaridades sociais e culturais que merecem respeito.

Contudo, o desenvolvimento desigual na apropriação da natureza, produção e distribuição da riqueza no capitalismo, conecta o agrário e o ambiental pela degradação ambiental que expõe

de maneira desproporcional diferentes grupos sociais e territoriais, expondo boa parte da população a riscos ambientais.

Esta é uma condição em que se enquadra o caso de São Felipe, haja vista que ao não possuir saneamento básico que abranja todo o seu território acaba por expor sua população e mais ainda a que vive na zona rural, que é desprovida de qualquer estrutura e ainda recebe toda poluição que vem da zona urbana sem tratamento.

Neste contexto, a situação na zona rural fica agravada e com assimetrias mais dilatadas, uma vez que os rios e demais elementos da natureza sofrem com a pouca estrutura que recebe da zona urbana e a quase inexistente na zona rural, produzindo populações atingidas ora pelo descaso, ora pela invisibilização de suas existências frente ao padrão capitalista urbano de desenvolvimento.

A população da zona rural lida com a terra de forma direta para sua sobrevivência, vida e trabalho, ou seja: produção material e social da vida. Eles sabem ou reaprendem o valor e a necessidade de se cuidar e recuperar a natureza; fortalece-se o vínculo da pessoa rural e sua forma de trabalho para subsistência e produção da vida como forma de não esgotamento dos recursos e manutenção do meio ambiente.

Nestes termos, para que um plano diretor seja efetivo no que concerne ao desenvolvimento socioambiental, é preciso observar a relação rural-urbana e a natureza como condutores de estratégias para potencialização de suas vantagens e conseqüente crescimento local de municípios como São Felipe.

Caso essa relação não seja considerada e colocada de modo firme, dificilmente uma política pública ou instrumento de planejamento será efetivo, pois não retrata a realidade local e não apresenta compatibilidade com aquelas dinâmicas socioambientais, manifestando limitações que impedirão que um município se desenvolva em função do bem-estar da população e proteção da natureza.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, C. M. M. **Indicador Qualitativo de Ruralidade em Espaço Regional Metropolitano**. Redes (Santa Cruz do Sul), v. 12, p. 109-126, 2007.

\_\_\_\_\_. **Ruralidade Metropolitana**. Cadernos do CEAS (Salvador), Salvador-BA, n.211, p. 79-92, 2004;

\_\_\_\_\_. **Ruralidade: ponto em comum para reexaminar o ordenamento metropolitano de Salvador**. Veritati, Salvador, v. 03, p. 09-42, 2003.

\_\_\_\_\_. Projeto de Pesquisa do Grupo DSN – Desenvolvimento, Sociedade e Natureza (Grupo de Pesquisa). **Reconhecendo e Potencializando o Rural na Dinâmica Urbana e Regional do Município São Felipe, Bahia**. Projeto de Pesquisa. Salvador, BA, 2015;

\_\_\_\_\_. **Campo e rural na metrópole: sinais de um padrão civilizatório**. Tese de doutorado. CPDA/UFRRJ. RJ, 2003.

\_\_\_\_\_. O Território Lauro de Freitas: diversidades sob tensões entre o rural e o urbano. In: ALENCAR, C. M. M. de e SCHWEIZER, P. J.(org) **Transformações territoriais: de rural ao metropolitano**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.

BRASIL. **Estatuto da Cidade**: guia para implementação pelos Municípios e cidadãos: Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. – 2. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Biênio 2015/2016. Brasília: Senado Federal Secretaria de Editoração e Publicações – Coordenação de Edições Técnicas, 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001**. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica e dá outras providências. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111428.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111428.htm) >. Acesso em: 14 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.428 de 22 de dezembro de 2006**. Institui o Estatuto da Cidade. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm)>. Acesso em: 20 abr. 2016.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. In: **Anais do XXXV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Natal, RN, 1997. p (147-185).

\_\_\_\_\_. **Ruralidade na Sociedade Contemporânea**: uma reflexão teórico-metodológica. Artigo com versão resumida do primeiro capítulo do livro *Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o mundo rural na sociedade brasileira*. CLACSO-Asdi, 2000.

ESPÍNOLA, Gepherson Macêdo. **Bolsa Família**: uma análise a partir da concepção dos beneficiários de São Felipe – BA / Gepherson Macêdo Espínola. Cruz das Almas, BA, 2013. Orientador: Clóvis Roberto Zimmermann. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas, 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2008**. Disponível em < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/sao-felipe/pesquisa/30/30051> >. Acesso em 12 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. **Produto Interno Bruto dos Municípios. São Felipe**. Disponível em < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/sao-felipe/pesquisa/38/46996?ano=2014> >. Acesso em 12 jun 2017.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Disponível em < [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295\\_21.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_21.pdf) > Acesso em 14 jan 2018.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2017. **População estimada**: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais / Estimativas da

população residente com data de referência 1º de julho de 2017. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100923.pdf>>. Acesso em 10 dez. 2017.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2006**. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/sao-felipe/pesquisa/24/27745>> Acesso em 17 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - **Censo Educacional 2015**. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/sao-felipe/pesquisa/13/5902>>. Acesso em 16 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População no último censo: IBGE, Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/sao-felipe/panorama>>. Acesso em 12 dez. 2017.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População ocupada: IBGE, Cadastro Central de Empresas (CEMPRE)**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/sao-felipe/panorama>> Acesso em 12 dez. 2017.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/sao-felipe/pesquisa/31/29644>>. Acesso em 17 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal 2016**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/sao-felipe/pesquisa/15/11863>>. Acesso em 17 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção da Extração Vegetal e Silvicultura 2016**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/sao-felipe/pesquisa/16/12705>>. Acesso em 15 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção da Pecuária Municipal 2016**; Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/sao-felipe/pesquisa/18/16459>>. Acesso em 14 jun 2017.

\_\_\_\_\_. Instituto de Geografia e Estatística. **Noções Básicas de Cartografia**. Disponível em <[http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/manual\\_nocoos/elementos\\_representacao.html](http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/manual_nocoos/elementos_representacao.html)>. Acesso em: 10 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. Instituto de Geografia Estatística. **São Felipe, Bahia: Evolução Populacional, 2010**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

OLIVEIRA, Valdeane dos Santos. **O Plano Diretor do Município de São Felipe e a questão ambiental: uma análise da barragem da Copioba e serra da Copioba - 2001-2012**. Dissertação de Mestrado – Salvador, 2012.

RAMOS, Vinnie Mayana Lima. **Dispor-se ao desenvolvimento socioambiental: Ir além do plano diretor**. 335f. 2018. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Planejamento Ambiental. Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental, Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2018

RAMOS, Vinnie Mayana Lima; PEREIRA, Michele Paiva; ALENCAR, Cristina Maria Macedo de. **A Feira Livre No Plano Diretor De São Felipe – Ba**. Disponível em <[http://www.redesrurais.org.br/wp-content/uploads/2016/11/3\\_1.pdf](http://www.redesrurais.org.br/wp-content/uploads/2016/11/3_1.pdf)>. Acesso em 13 dez. 2017.

\_\_\_\_\_**Invisibilidade Da Cultura Rural Da Feira Livre No Plano Diretor De São Felipe – Ba.** Disponível em < <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Geoinga/article/view/38083>> Acesso em 13 dez. 2017.

SANTOS, F.S. **Crise Agrícola no Recôncavo baiano (1890-1910):** Município de São Felipe/BA, BA. 2013. Dissertação (Mestrado)- Universidade Católica de Salvador, Salvador, 2013.

SÃO FELIPE. **Plano Diretor Participativo.** Disponível em <<http://www.saofelipenet.com.br/planodiretor>>. Acesso em: 15 out. 2015.

SARLET, I. W. (Org.). **Estado Socioambiental e Direitos Fundamentais.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

SOS MATA ATLÂNTICA. 2013. **Atlas dos Remanescentes Florestais.** Disponível em < <http://mapas.sosma.org.br/> > Acesso em 19 jul. 2017.

VILLAÇA, Flávio. **Dilemas do Plano Diretor.** Disponível em <[http://www.flaviovillaca.arq.br/artigos01\\_b.html](http://www.flaviovillaca.arq.br/artigos01_b.html)>. Acesso em: 15 abr. 2016.

## O COMPLEXO HIDRELÉTRICO DO RIO ARAGUARI: IMPACTOS NA ÁREA URBANA E RURAL DE FERREIRA GOMES, AMAPÁ.

Katrícia Milena Almeida Corrêa<sup>56</sup>

Jadson Luís Rebelo Porto<sup>57</sup>

**RESUMO:** Esta pesquisa busca analisar os impactos no uso do território nas áreas urbana e rural do município de Ferreira Gomes, Amapá, influenciados pela implantação de hidrelétricas no rio Araguari. A formação do complexo hidrelétrico, no rio Araguari, foi impulsionada por ações que provocaram novos contextos sociais para o Amapá. Para esta investigação, indicam-se as seguintes: O que é complexo hidrelétrico no rio Araguari (AP)? E de que forma sua implantação impacta no uso do território nas áreas urbana e rural de Ferreira Gomes (AP)? A abordagem deste artigo recorre-se à pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa constata que a consolidação do complexo hidrelétrico no rio Araguari colaborou para o surgimento de novas dinâmicas no uso do território nas áreas urbana e rural em Ferreira Gomes (AP).

**Palavras-chave:** Usos do território. Empreendimentos hidrelétricos. Amazônia.

117

### INTRODUÇÃO

A exploração do potencial hidroenergético do rio Araguari e a recente inserção do Amapá ao Sistema Interligado Nacional (SIN) coloraram o estado como peça estratégica para a execução das atividades do setor energético brasileiro. Por outro lado, as ações desenvolvimentistas denotam a predileção por aspectos estritamente econômicos, em detrimento de aspectos sociais e locais.

Adota-se aqui a expressão “complexo hidrelétrico” como um sistema de engenharia integrado ao longo do rio Araguari, localizado no município de Ferreira Gomes, Estado do Amapá, composto pelas usinas hidrelétricas de Ferreira Gomes, Coaracy Nunes e Cachoeira Caldeirão. Este complexo hidrelétrico indica uma condição *sui generis* em sua espacialidade e, apresenta-se articulado ao sistema nacional de rede elétrica pelo Linhão de Tucuruí.

Nesta pesquisa, o resultado das ações pode ser observado através de impactos no uso do território no município de Ferreira Gomes, Amapá, que retratam adversidades nas áreas urbana e rural. Assim, diante do problema estabelecido, indaga-se: O que é o complexo hidrelétrico no rio

---

<sup>56</sup> Arquiteta e Urbanista. Mestre em Desenvolvimento Regional pela UNIFAP. Pós-graduanda em Direito Urbanístico e Ambiental pela PUC-MG.

<sup>57</sup> Geógrafo. Doutor em Economia pela UNICAMP. Professor do Mestrado em Desenvolvimento Regional (UNIFAP).

Este artigo é parte da dissertação de Mestrado intitulada: “A formação do complexo hidrelétrico no rio Araguari: impactos no ordenamento territorial de Ferreira Gomes, Amapá”, defendida e aprovada em março de 2018, pelo Programa de Pós-graduação/Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá.

Araguari (AP)? E de que forma sua implantação impacta no uso do território nas áreas urbana e rural de Ferreira Gomes (AP)?

Com relação aos aspectos metodológicos, incluem-se: a pesquisa bibliográfica sobre hidrelétricas na Amazônia brasileira; documental, que reúne documentos oficiais; e de campo, com o levantamento bibliográfico. Dessa forma, este artigo se estrutura em cinco tópicos: Hidrelétricas na Amazônia brasileira; Empreendimentos hidrelétricos no Amapá; o complexo hidrelétrico no rio Araguari; caracterização do município de Ferreira Gomes, e os impactos nos usos do território, durante e após a consolidação do complexo hidrelétrico.

## **HIDRELÉTRICAS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA**

A variedade dos recursos da Amazônia atraiu uma diversidade de ações executadas pelo Estado e setores privados, que manifestaram forte interesse nas atividades de exploração de reservas minerais, bem como hidroenergética, pautada na geração de energia elétrica (GONÇALVES, 2015). Neste último, os investimentos iniciaram as atividades em meados da década de 1970, com a implantação de usinas hidrelétricas, sendo a Coaracy Nunes (1975), no Amapá, o primeiro empreendimento implantado na região (CAVALCANTE, 2012).

A exploração de cursos hídricos estratégicos, devido ao elevado potencial para a geração de energia elétrica, colocou a Amazônia em um novo cenário econômico: a fonte mais rentável para a construção de barragens, favorecendo a implantação de indústrias, além de possibilitar a exportação de megawatts para outras regiões, no atendimento de demandas externas.

Além disso, os interesses do setor hidroenergético na exploração dos recursos da Amazônia não são recentes como muitos, equivocadamente, acreditam. Para tanto, Fearnside (2015) aponta que o Plano 2010, publicado oficialmente em 1987, apresentou uma projeção espantosa para o desenvolvimento do setor hidrelétrico na Amazônia Legal. O referido plano enumerou mais de 79 barragens na região, que foram sendo implantadas ao longo de trechos com elevado potencial hídrico.

Face aos acontecimentos na região, Gonçalves (2015, p. 102) ainda reforça que, “a abertura de estradas e o barramento dos rios foram tarefas assumidas pelo Estado. A estrada e a energia são condições gerais de produção essenciais para que as iniciativas particulares de produção se fizessem presentes”. Com isso, as barragens foram sendo construídas em ritmo acelerado.

Silva e Wendler (2015) apontam que na Amazônia estão cerca de 85% de todo o potencial hidrelétrico brasileiro, apresentando, em termos de geração hidrelétrica, aproximadamente 12,6%, conforme a Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Segundo os autores, no Plano Decenal de Expansão de Energia de 2022 constam novos projetos para a região por meio da parceria entre o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES).

Em contrapartida, o serviço de energia elétrica na região ainda é bastante incipiente, tendo em vista as inúmeras dificuldades vivenciadas pelos habitantes, tanto dos centros urbanos quanto de áreas rurais, que na maioria, não atendidos pelo serviço. Isso deve-se, em grande parte, aos problemas de infraestrutura das concessionárias, que dificultam a plena distribuição de energia.

Com relação aos impactos, os quais sabemos que são inerentes às hidrelétricas, Vainer e Araújo (1992) alertaram que esses empreendimentos são movidos por uma lógica puramente econômica, desconsiderando os danos gerados, referentes às questões ambientais e sociais, de áreas urbanas e rurais envolvidas no processo, bruscamente reajustadas pela lógica do capital. Tal interpretação pode ser comprovada até hoje na região amazônica brasileira.

No tocante às questões sociais, foco desta pesquisa, Ferreira (2006) destaca que, a construção de barragens gera nas populações locais, dois fenômenos negativos: o primeiro, manifestado com a chegada dos operários, encarregados da construção das barragens e; o segundo, provocado pela desapropriação de famílias que viviam em áreas de inundação, onde será formado o reservatório. Tais impactos contribuem tanto para o aumento do contingente populacional em núcleos urbanos, como também para desaparecimento de comunidades, alterando drasticamente as atividades econômicas, relações de cooperação e aspectos culturais preexistentes à instalação das usinas.

Neste entendimento, Bermann (2007) alerta que os danos provocados por hidrelétricas são distribuídos irregularmente entre os diversos atores envolvidos no processo, porém recaem em populações locais. Na visão de Rocha (2015), os impactos observados na estrutura urbana e em áreas rurais, bem como nos serviços públicos se modificam, conjuntamente, por meio da mobilidade do trabalho provocado pelos empreendimentos.

Ainda sobre os impactos gerados, Bloemer e Reis (2001) citam também a obstrução de acesso ou perdas de áreas produtivas, rompimento do tecido social comunitário de famílias tradicionais, transformação de espaços simbolicamente mapeados e reassentamento integral ou parcial de aglomerados urbanos, nos casos onde há um intenso contato com as barragens.

Mesmo que a política ambiental no Brasil tenha avançado ao longo dos anos, principalmente, com a implementação dos Estudos de Impacto Ambientais (EIA) e Relatórios de impacto ao meio ambiente (RIMA), por meio do CONAMA e da Política Nacional de Meio Ambiente-PNMA<sup>58</sup>, desde a década de 1980, os instrumentos tornaram-se duvidosos. A real mensuração de problemas ambientais e sociais provocados pelos empreendimentos hidrelétricos na região amazônica ainda não é considerada em sua totalidade.

Além disso, à população afetada somente são direcionadas medidas compensatórias rasas, que não são capazes de reverter as adversidades geradas pelas hidrelétricas. De maneira geral, constata-se que a exploração dos recursos hídricos da Amazônia sustenta o desenvolvimento do setor hidroenergético, gerando o ônus às populações locais

Assim, o que se pretende destacar nesta breve pesquisa, é a inserção de empreendimentos hidrelétricos na região amazônica como elementos fundamentais para o alavanque econômico. Por outro lado, têm-se a alteração das dinâmicas locais, com a mudança das dimensões socioeconômicas e ambientais da região.

## **EMPREENHIMENTOS HIDRELÉTRICOS NO AMAPÁ**

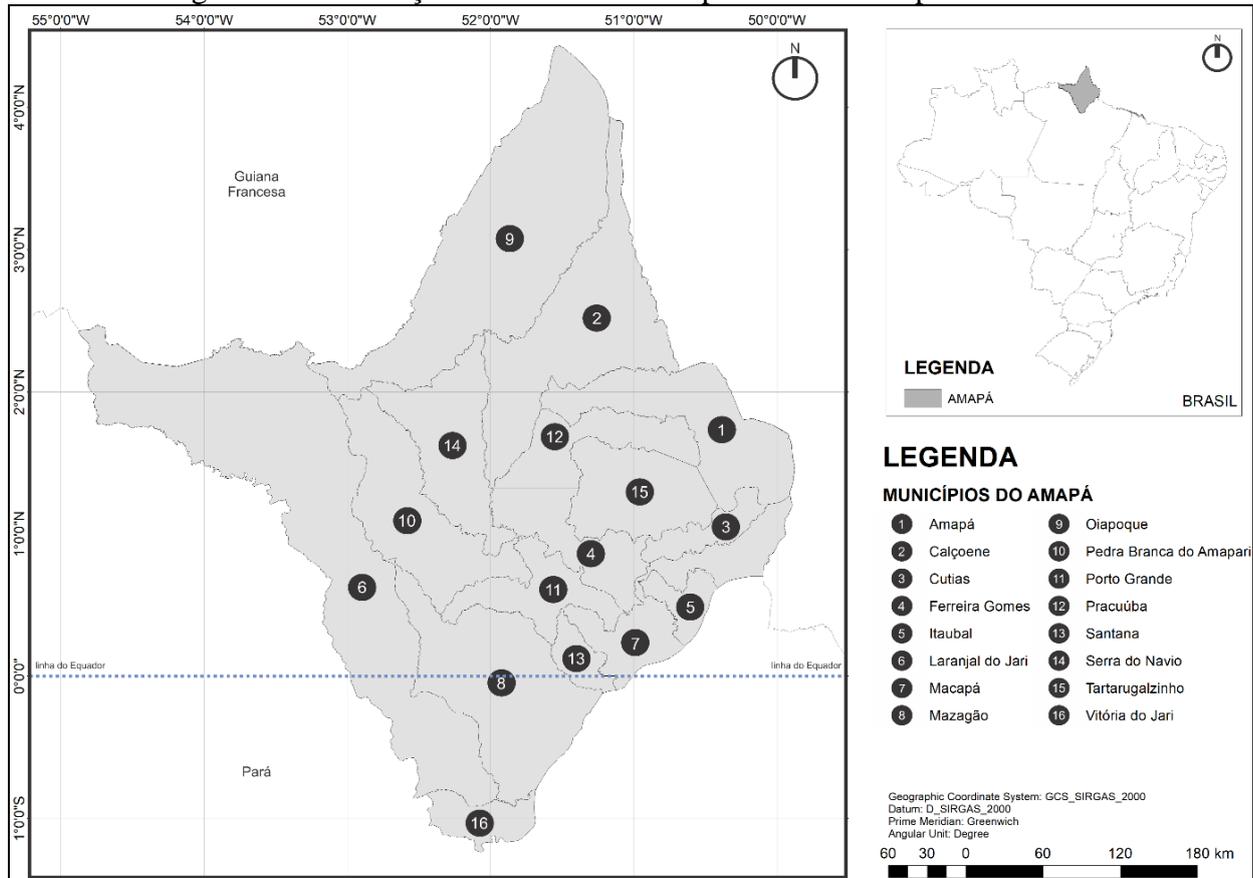
Situado ao extremo norte do Brasil, na Amazônia setentrional, o Estado do Amapá foi criado<sup>59</sup> a partir da Constituição Federal de 1988. No âmbito internacional, faz fronteira com dois países: Guiana Francesa (em maior extensão) e Suriname (em apenas um trecho). O estado está localizado à margem esquerda do rio Amazonas e possui 16 municípios (Figura 1), dos quais dois são sedes de empreendimentos hidrelétricos: Ferreira Gomes e Laranjal do Jari.

---

<sup>58</sup> BRASIL, Congresso Nacional. **Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981**: Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, DF, 1981. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm)>. Acesso em: 12 nov. 2017.

<sup>59</sup> Anteriormente ao evento, o Amapá pertencia à conjuntura dos territórios federais, tutelados pela União que visava a defesa dos territórios fronteiriços internacionalmente, bem como a administração de seus recursos.

Figura 1 - Localização do Estado do Amapá e seus municípios em 2017.



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Silva (2015, p. 113) relata que “a localização privilegiada, a riqueza da biodiversidade e a abundância de recursos naturais e minerais fizeram do Amapá, um local estratégico, desde o período colonial”. Além disso, a autora afirma que, seguindo os moldes de outros estados da Amazônia, a economia do Amapá foi baseada nas atividades de exploração exaustiva dos recursos naturais, dos quais destacam-se: a borracha, a castanha-da-Amazônia e o ouro.

Quando o Amapá foi transformado em Território Federal, a partir de 1943, novas intenções foram sendo consideradas. Como consequência, em 1955, o Plano de Industrialização do Amapá propôs a implantação de um polo mineiro-metalúrgico empregando reservas de ferro, a exploração do manganês e a madeira produzida localmente (SANTOS FILHO, 2010). Em contrapartida, a presença da energia elétrica era necessária para implantação do setor industrial, e a questão energética passou a representar a principal pré-condição para atrair o capital.

Considerando os investimentos vinculados ao fornecimento de energia elétrica no Amapá, Porto (2003) destaca a presença de três fases da evolução do setor: a primeira denominada fase CEA (1947-1976), a segunda, entre CEA/ELETRONORTE (1976-2000) e a terceira fase denominada Integração.

Na primeira fase ocorreu a criação da Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA, por meio da Lei nº 2.740, de 2 de maio de 1956, proveniente da aplicação dos *royalties* da exportação de manganês e de recursos do Governo Federal. Nela, o Decreto nº 35.701<sup>60</sup> de 23 de junho de 1954 atribui ao TF do Amapá a tarefa de promover o aproveitamento hidroenergético da Cachoeira do Paredão, existente no rio Araguari. No referido decreto, o aproveitamento do rio Araguari se destinaria exclusivamente à produção, transmissão e distribuição de energia elétrica para a indústria e utilidade pública.

A CEA passou a gerenciar a implantação de termelétricas, dando suporte à extração de manganês pela Companhia de Indústria e Comércio de Minérios S.A - ICOMI, além da construção da usina hidrelétrica UHE Coaracy Nunes (Paredão), no rio Araguari, cujas obras iniciaram em 1960.

A segunda fase do setor elétrico condiz à ampliação da demanda de distribuição de energia para Macapá, assim como à instalação de novas usinas termelétricas no estado. Nesta fase, a ELETRONORTE criada em 1973, em substituição à ELETROBRÁS e instalada no Amapá em 1974, assumiu a gerência da produção e distribuição de energia (que anteriormente feita pela CEA) ficando assim, designada na conclusão das obras e na operação da UHE Coaracy Nunes (PORTO, 2003). Entretanto, “a hidrelétrica só foi concluída em 1976, isso porque a ELETRONORTE assumiu o empreendimento em 1974, injetando recursos próprios” (MARQUES, 2009, p. 159).

Em 2014, os números registrados pela CEA indicavam que 53,54% do consumo energético decorria do setor residencial; 17,37% do setor público; 25,24% do comercial e, 3,85% das atividades industriais. Este último percentual reflete o declínio da indústria no Amapá, ao longo dos anos.

Hoje, a Eletronorte é responsável pela geração de energia de cerca de 90% do estado do Amapá. A distribuição de energia fica a cargo da CEA, que atende a demanda de 13 dos 16 municípios.

Atualmente, pode-se observar uma terceira fase do setor energético no Amapá, nomeada por Porto (2003) como Integração-SIN (Sistema Interligado Nacional) após 2015. Esta fase compreende à inserção de novas hidrelétricas, bem como da vinculação do sistema isolado amapaense ao sistema integrado nacional de energia elétrica, via linha de Tucuruí. Os

---

<sup>60</sup> BRASIL, Câmara dos Deputados. Decreto nº 35.701, de 23 de junho de 1954: Atribui ao Território Federal do Amapá a incumbência de promover o aproveitamento progressivo da energia hidráulica da Cachoeira do Paredão, existente no rio Araguari, entre os municípios de Amapá, e Macapá, no Território Federal do Amapá. Brasília-DF, 1954. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-35701-23-junho-1954-325925-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

empreendimentos estão fixados ao longo dos rios Araguari e Jari, sendo: as hidrelétricas UHE Ferreira Gomes, UHE Cachoeira Caldeirão (município de Ferreira Gomes) e UHE Santo Antônio do Jari (Laranjal do Jari).

A usina hidrelétrica Ferreira Gomes-UHFG está situada rio Araguari, no município de Ferreira Gomes. Foi executada e gerenciada pela Ferreira Gomes Energia S.A - Grupo Alupar, teve um investimento de 783 milhões de reais para alcançar uma meta de 252 MW para a geração de energia elétrica.

É importante ressaltar que, em termos proporcionais, este quantitativo é suficiente para atender a uma cidade com cerca de 700 mil habitantes, segundo o destaca o grupo Alupar. As obras da UHFG foram iniciadas em 2012 e a usina entrou em operação em 2015.

A UHE Cachoeira Caldeirão, também situada no rio Araguari, no município de Ferreira Gomes, foi executada pela empresa EDP - Energias do Brasil S/A, que apresentou um investimento previsto de 1,2 bilhão de reais. A hidrelétrica, que iniciou suas obras em 2014, foi concluída em agosto de 2016, sendo capaz de gerar aproximadamente 219MW de energia elétrica, segundo informações da empresa.

Com relação à UHE Santo Antônio do Jari, situada no rio Jari, entre os municípios de Laranjal do Jari-AP e Almeirim-PA, está a cerca de 150 km da foz do rio Jari, no limite entre os estados Pará e Amapá (CAMPOS, 2016), e teve um investimento previsto de 1,1 bilhão de reais para uma meta de 373,4 MW, sendo executada pelo Consórcio Energias de Portugal S.A. As obras da usina hidrelétrica foram iniciadas em 2011, entrando em operação três anos depois, em 2014.

As hidrelétricas apresentadas são produtos da parceria entre a iniciativa privada e o Governo Federal, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento-PAC, para a reestruturação do setor elétrico nacional por meio do SIN. No entanto, a situação da hidrelétrica pioneira e pública, a UHE Coaracy Nunes, ainda está no suprimento da demanda energética de 90% do Amapá, juntamente com o auxílio das usinas termelétricas de propriedade da Eletronorte.

## **O COMPLEXO HIDRELÉTRICO NO RIO ARAGUARI (AP)**

Em 1999, foram divulgados os estudos cujo objetivo foi determinar o potencial hidroenergético do rio Araguari e de suas quedas, para a construção de aproveitamentos hidrelétricos naquele rio (ANEEL, 1999).

Segundo o órgão, foram identificados e selecionados seis principais aproveitamentos (Tabela 1):

Tabela 1 - Aproveitamentos inventariados no rio Araguari desde 1999.

<b>Aproveitamento</b>	<b>Potência prevista (MW)</b>	<b>Potência atual (MW)</b>	<b>Situação</b>
Ferreira Gomes I	153	252	Em operação
Coaracy Nunes II	104	78	Em operação
Cachoeira Caldeirão I	134	219	Em operação
Bambu I	84	-	Previsto
Porto da Serra I	54	-	Previsto
Água Branca I	73	-	Previsto
<b>Potência total</b>	<b>602</b>	<b>549</b>	-

Fonte: Elaborado e atualizado pela autora (2017) com base em ANEEL (1999).

Dos seis aproveitamentos inventariados pelo relatório, que em conjunto eram equivalentes a uma potência de 602 MW, três foram concluídos: a UHE Ferreira Gomes em 2015, a repotencialização da Coaracy Nunes (Coaracy Nunes II) em 2007 e a UHE Cachoeira Caldeirão em 2016, ambos correspondendo à 549 MW de potência instalada.

Logo, cerca de 91% do potencial inventariado pela ANEEL foi concretizado pelas três usinas: UHCN, UHFG e UHCC. É importante ressaltar, que o inventário de 1999 já denominava as UHEs Cachoeira Caldeirão e Ferreira Gomes como um “complexo hidrelétrico” em virtude da capacidade de ligação futura ao Sistema Interligado Nacional.

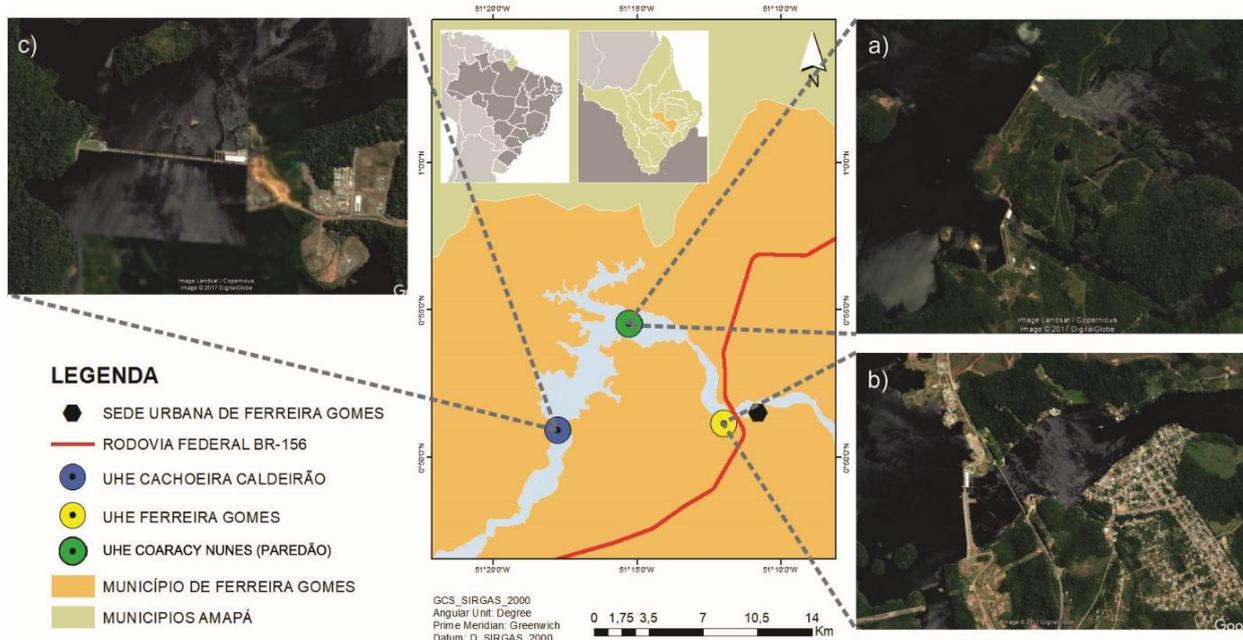
Esta pesquisa sugere a inserção da UHE Coaracy Nunes neste contexto, uma vez que, o empreendimento foi repotencializado (com 78 MW de potência instalada em 2007) e está geograficamente localizado entre as duas usinas, ou seja, está condicionado a atuação dos empreendimentos UHFG e UHCC, bem como está interligado ao SIN, desde 2015.

Para tanto, os critérios aqui utilizados, para denominar o complexo hidrelétrico, parte do entendimento de sua vinculação ao SIN, este aspecto denota um novo contexto de disponibilidade energética no mercado energético nacional.

Neste prisma, Santos Filho (2010) afirma que o SIN alterou significativamente a realidade energética do Amapá, antes isolado em função das usinas termelétricas, hoje com ênfase na produção hidrelétrica, tendo em vista a chegada do Linhão de Tucuruí, conectado pela parte sul do estado, em 2015.

Assim, o complexo hidrelétrico aqui estabelecido é composto pelas hidrelétricas: UHE Coaracy Nunes (a), UHE Ferreira Gomes (b) e UHE Cachoeira Caldeirão (c), respectivamente (Figura 2).

Figura 2 - Localização do Complexo hidrelétrico no rio Araguari (AP) em 2016.



Fonte: Elaborado pela autora (2017) / Imagens satélite Google Earth (2016).

A partir da formação do complexo hidrelétrico no trecho médio do rio Araguari, avançaremos na discussão sobre o perfil do município de Ferreira Gomes, no qual observaremos a mais adiante, alguns impactos identificados no uso do território, os quais foram proporcionados ou influenciados pelos empreendimentos implantados até o momento.

## CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE FERREIRA GOMES, AMAPÁ

O município de Ferreira Gomes está situado na área central do Estado do Amapá (Figura 3), equivalente a 5.046,200 km<sup>2</sup>. Encontra-se a 137 km da capital Macapá e, cortado pela BR-156, principal rodovia do Amapá. Foi fundado em 17 de dezembro de 1987 por meio da Lei Federal nº 7.639 do mesmo ano, sendo então desmembrado do município de Macapá.

Figura 3 - Localização do município de Ferreira Gomes-AP e hidrelétricas em 2017.



Fonte: Elaborado pela autora (2017); base cartográfica IBGE (2010).

Segundo o IBGE (2017), a população do município de Ferreira Gomes foi estimada em 7.270 habitantes no ano de 2017, equivalente a uma densidade demográfica significativamente baixa, sendo 1,44 hab/km<sup>2</sup>. Para tanto, Ferreira Gomes é considerado o 12º município menos populoso do Estado do Amapá.

Os censos do IBGE (1991; 2010) (Tabela 2) apontam para um crescimento populacional tímido do município com relação ao Estado do Amapá, apresentando assim, uma variação média de 0,8% da população total do Estado. No período compreendido entre 1991-2010, o município de Ferreira Gomes apresentou uma evolução populacional equivalente a 41.1%.

Tabela 2 - Evolução populacional do município de Ferreira Gomes-AP (1991-2010).

Ferreira Gomes	1991		2000		2010	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
	1.512	874	2.523	1.039	4.175	1.627
<b>Total</b>	2.386		3.562		5.802	
<b>Amapá (total)</b>	289.397		477.032		669.526	
<b>Pop. estadual (%)</b>	0.82 %		0.74%		0.86%	
<b>Varição populacional (%) 1991/2010</b>					41,1%	

Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE, Censo Demográfico 1950/2010. Até 1991, dados extraídos de Estatísticas do Século XX, Rio de Janeiro: IBGE, 2007 no Anuário Estatístico do Brasil, 1994, vol. 54, 1994.

Outra questão a ser discutida é referente ao aspecto urbano/rural. A situação domiciliar dos habitantes do município apresentou, entre 1991-2010, uma predominância populacional na área urbana. Os dados do censo de 2010, confirmam a tendência domiciliar da maior parte dos habitantes na área urbana (4.175 hab.), representando 72% dos habitantes, ao passo que 28% (1.627 hab.) vive em áreas rurais.

A economia do município de Ferreira Gomes é composta, predominantemente, por atividades do setor primário como: a agricultura, a pecuária bovina, a bubalinocultura, e atividades do ramo pesqueiro devido a presença do rio Araguari. No setor secundário, são relevantes as atividades ecoturismo, devido a bacia do rio Araguari. E, por fim, o setor terciário é formado pelas atividades no serviço público e microempreendedorismo (FERREIRA GOMES, 2013).

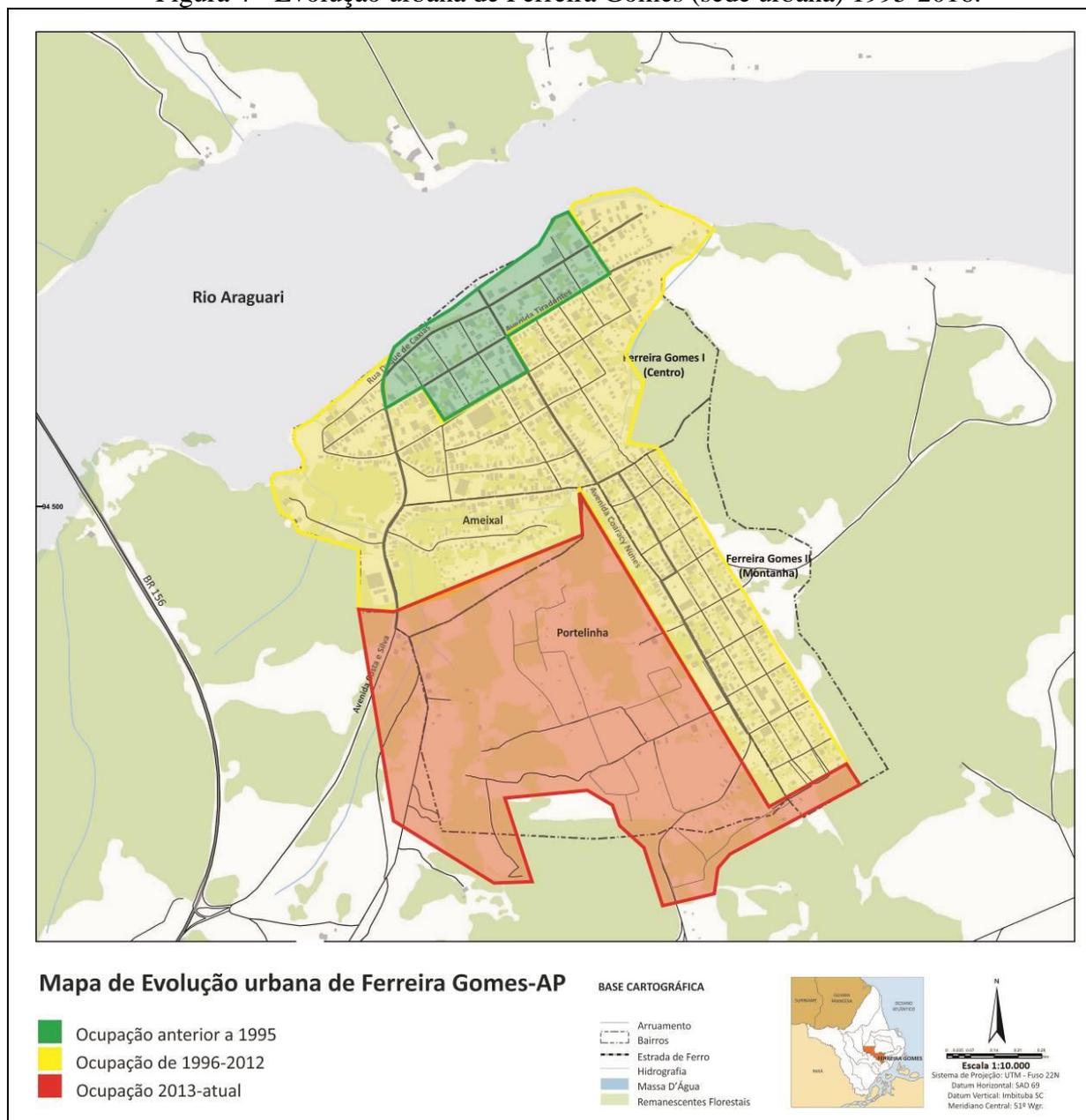
### **IMPACTOS NOS USOS DO TERRITÓRIO DURANTE E APÓS A CONSOLIDAÇÃO DO COMPLEXO HIDRELÉTRICO EM FERREIRA GOMES (AP)**

O município de Ferreira Gomes iniciou sua ocupação através de uma colônia militar, na primeira metade do século XIX. Enquanto período de existência do Território Federal do Amapá, foi fortemente influenciado pela construção da rodovia BR 156, para conectar o município de Oiapoque nas décadas de 1970 e 1980, bem como pela implantação da AMCEL na década de 1980.

Ressalta-se, também que, a influência das obras da UHCN desencadeou um significativo aumento populacional na época, tanto na sede municipal quanto no distrito do Paredão, onde foi instalada a vila para técnicos e operários. Assim, com a nova conjuntura política, o município adquiriu autonomia para regular sua expansão territorial e atividades, a partir de sua fundação em 1987.

De acordo com os dados do IBGE, no mapeamento feito na área em 1995 (Figura 4), a população urbana do município limitava-se a uma área urbana equivalente a cerca de 10 quarteirões.

Figura 4 - Evolução urbana de Ferreira Gomes (sede urbana) 1995-2016.



Fonte: Elaborado pela autora a partir de IBGE (1995) e INDE (2016). Base cartográfica: Ferreira Gomes (2013).

A despeito do modo de vida da população, o padrão predominante no período era rural. Em outras palavras, o contexto urbano na época ainda se limitava aos moldes de uma vila com a presença de pequenas edificações em madeira, poucos equipamentos e serviços urbanos, seguindo os moldes urbanos da maioria dos municípios amapaenses, que até a

atualidade apresentam um padrão de urbanização baixo e deficiente. Vale destacar que, a maior parte dos serviços dispostos no município estavam subordinados à capital Macapá.

Nas áreas rurais, em contrapartida, as pequenas edificações eram dispostas em pequenas vilas, retiros e fazendas, com distancias significativamente consideráveis, tanto por via terrestre quanto por via fluvial. Nas pequenas aglomerações não haviam quaisquer serviços ou equipamentos urbanos, tendo em vista que, a ocupação era bastante incipiente naquela ocasião.

No período de 1996 a 2012, pode-se observar uma expansão urbana significativa, cinco vezes maior à ocupação anterior a 1995. Desse novo contexto urbano, pode-se extrair que os eixos de expansão caminharam para o sentido sul da cidade, bem como avançaram para as bordas do rio Araguari e para o acesso principal do município (Avenida Costa e Silva).

No que tange à infraestrutura urbana, o último censo do IBGE (2010) destacou alguns pontos alarmantes neste contexto. Dentre eles, apenas 7.1% dos domicílios apresentaram esgotamento sanitário adequado; outros 7.4% contavam com arborização em vias públicas e; somente 1.7% dos domicílios urbanos apresentaram urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio).

Com relação aos aspectos referentes ao ordenamento territorial do município, em 2007 Ferreira Gomes passou a utilizar como instrumento, apenas o Código de Posturas, que foi estabelecido por meio da Lei nº 003/2007. Na referida lei, menciona-se mormente sobre as ocupações das vias públicas (Seção V); construção de muros, cercas e calçadas (Seção X) - que denotam alguns requisitos de acessibilidade urbana; bem como da higiene das habitações e terrenos (Seção VI) para o controle do descarte de resíduos sólidos.

Embora a introdução dessas prerrogativas fosse significativa para o momento, a legislação ainda era genérica demais para o ordenamento territorial municipal, considerando a regulação de questões urbanas e habitacionais. Vale ressaltar que, a partir da implantação da usina hidrelétrica Ferreira Gomes em 2012, pode-se observar mais um crescimento expressivo da cidade de Ferreira Gomes em termos urbanos.

Até o período desta pesquisa, foi notável a presença de um espraiamento urbano desordenado, o qual não acompanhou os moldes anteriores de ocupação (traçado urbano ortogonal) reproduzindo, portanto, o mesmo padrão de urbanização precário de grande parte dos municípios do Amapá.

Em 2012, o município de Ferreira Gomes passou pelo processo de elaboração de seu primeiro Plano Diretor Municipal, instrumento de ordenamento territorial estabelecido pela condicionante 2.15, da Licença Prévia 40/2010, delegada pela Secretaria Estadual de Meio

Ambiente para a empresa Ferreira Gomes Energia. A construção da legislação representou um dos requisitos para a instalação da UHFG, no escopo dos Programas Institucionais do Plano Básico Ambiental (PBA).

Considerando, em termos demográficos, que o município possui menos de 20 mil habitantes, a conduta passou a atender o Art. 41, inciso V, da Lei Federal 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade, que torna obrigatória a realização de Planos Diretores no caso cidades “inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional” como é o caso de Ferreira Gomes (FERREIRA GOMES, 2013).

A partir desse contexto foi possível identificar um quadro de mudanças ocorridas nas áreas urbana e rural do município, que sem dúvida, fora influenciado pela implantação dos empreendimentos hidrelétricos no rio Araguari. Assim, conforme discutido anteriormente, tais processos possuem uma capacidade enfática de proporcionar novas dinâmicas no uso do território.

## IMPACTOS NA ÁREA URBANA

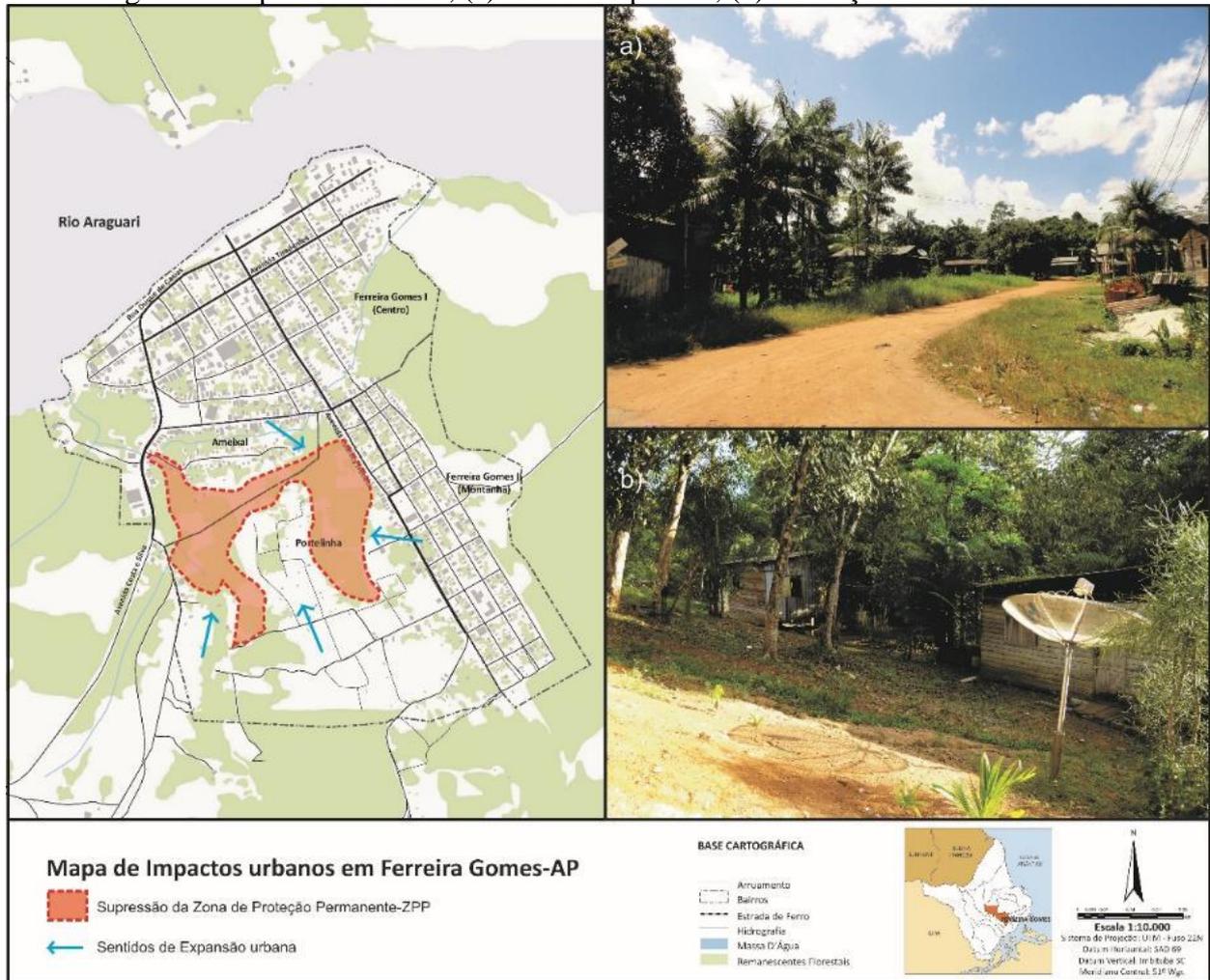
Na sede urbana do município de Ferreira Gomes foi identificado que a expansão urbana desordenada vem provocando a supressão da Zona de Proteção Permanente-ZPP, conforme descrito a seguir:

**a) Supressão da Zona de Proteção Permanente (ZPP):** A consequente expansão urbana de novas áreas habitacionais proporcionou um avanço na fronteira para fundos de vales e remanescentes florestais, elementos que compõem a Zona de Proteção Permanente (ZPP), conforme estabelecido no Plano Diretor do município (Figura 5).

No Plano Diretor municipal (2013) esta área, que é essencial para a boa regulação climática urbana e acumula a drenagem natural devido à sua topografia, já havia sido sinalizada como imprópria para urbanização. Todavia, apresentava um crescente processo de antropização que deveria ser revertido.

A respeito da supressão da ZPP, a pesquisa considera que a expansão urbana ganhou forças com a chegada das hidrelétricas, e desencadeou um processo de adensamento habitacional nessas áreas, denotando um quadro de significativa vulnerabilidade ambiental em detrimento da importante função para a regulação do microclima urbano. Desse modo, constata-se que, decorridos os cinco anos da implementação do Plano Diretor, os impactos nele previstos foram constatados nesta pesquisa, não tendo sido mitigados até o momento.

Figura 5 - Supressão da ZPP; (a) eixo de expansão; (b) habitações na ZPP em 2017.



Fonte: Elaborado pela autora (2017) / Pesquisa de Campo (2017). Base cartográfica: Plano Diretor de FG (2013).

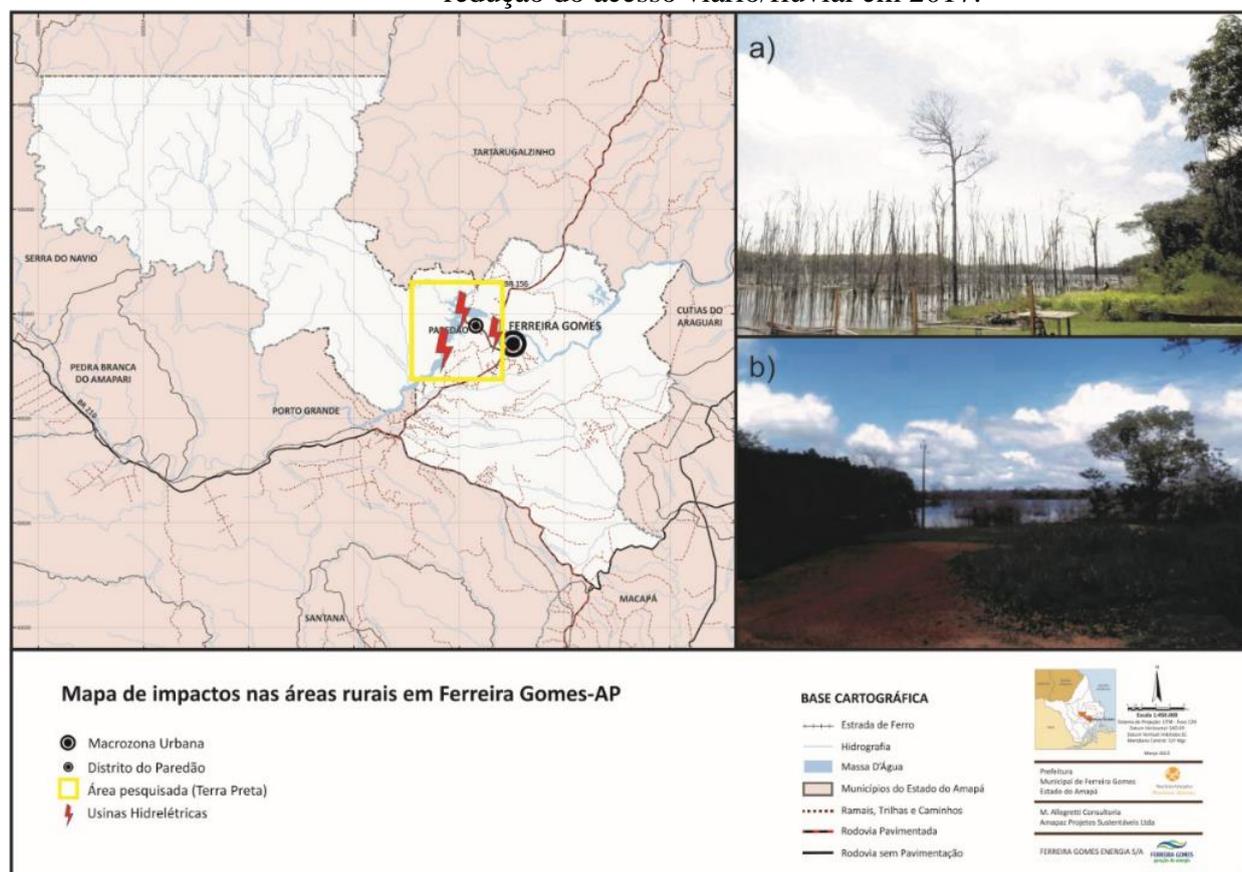
## IMPACTOS NAS ÁREAS RURAIS

Nas áreas rurais do município de Ferreira Gomes foram identificados os seguintes impactos no uso do território: (a) inundação de propriedades e benfeitorias e a (b) perda ou redução do acesso viário e fluvial por conta dos reservatórios das usinas hidrelétricas.

**a) Inundações de propriedades e benfeitorias:** De acordo com a Ecotumucumaque (2009), um quantitativo de 28 propriedades sofreria inundações e alterações proporcionadas pelo reservatório da UHFG. No caso da UHCC, o quantitativo alcançou 102 propriedades rurais na área do reservatório da hidrelétrica (ECOTUMUCUMAQUE, 2012), ambas totalizaram 130 propriedades impactadas (Figura 6). Com relação a UHCN, os impactos não foram mensurados devido à inexistência de obrigatoriedade do EIA/RIMA. De acordo com a Ecotumucumaque

(2009), nos depoimentos coletados, boa parte da população impactada apresentou uma forte relação afetiva com seus imóveis e benfeitorias, embora tivesse sido indenizada pela empresa.

Figura 6 - Impactos nas áreas rurais; (a) inundação de propriedades e benfeitorias; (b) perda ou redução do acesso viário/fluvial em 2017.



Fonte: Elaborado pela autora (2017) / Pesquisa de Campo (2017). Base cartográfica: Plano Diretor de FG (2013).

Ainda, segundo a Ecotumucumaque (2009), nas áreas de influência direta estão presentes diversas formas de uso e ocupação do solo, destacando-se, todavia, três usos de maior predominância: as propriedades de lazer ou segunda residência, as de agricultores familiares e as de uso pecuário. Assim, o vínculo estabelecido anteriormente entre a população impactada e seu imóvel, propriedade, benfeitoria e atividade foi desfeito ou reduzido a partir da implantação do empreendimento, conforme constatado pela pesquisa.

**b) Perda ou redução do acesso viário e fluvial:** Segundo a Ecotumucumaque (2012), o EIA/RIMA da UHCC, identificou que, cerca dos 57% dos imóveis da área diretamente afetada estão interligados por estradas rurais e rodovia, os 43% restantes são conectados por acesso fluvial.

Logo, com a implantação dos empreendimentos hidrelétricos, pode-se constatar que a população que habitava nas áreas diretamente afetada e de influência direta teve seu acesso perdido ou reduzido pela influência dos reservatórios, sendo bloqueada, conseqüentemente, do acesso a imóveis de lazer e áreas produtivas (Figura 6). Os impactados também foram indenizados pelas respectivas empresas.

Assim, pode-se constatar que os impactos nas áreas rurais, quando consideradas as ações dos empreendimentos hidrelétricos UHCN, UHFG e UHCC, foram mais perceptíveis e bruscos, uma vez que reconfiguraram a paisagem, a infraestrutura, bem como as atividades de lazer, agricultura e pecuária dos habitantes.

No caso dos impactos identificados na área urbana de Ferreira Gomes, pode-se constatar que foram desencadeados pelo processo de novas ocupações urbanas impulsionadas pela instalação dos empreendimentos no município agravando a manutenção da área de preservação permanente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se, que as ações que visaram a integração dos sistemas isolados regionais ao SIN foram pautadas na disponibilidade de energia para o mercado consumidor externo. Esse fato foi motivado pela demanda crescente, oriunda dos grandes centros urbanos e polos industriais presentes, em sua maioria, no sudeste do Brasil. Por outro lado, para a efetividade dessas ações, a Amazônia se tornou o principal alvo, com a inserção de hidrelétricas em seus cursos hídricos.

No caso do Amapá, observou-se que as três fases de geração de energia elétrica foram impulsionadas por agentes externos, sendo que a mais recente foi crucial para a expansão do setor elétrico. Por outro lado, embora, tenham colaborado para o aumento dos níveis de geração de energia, a plena contribuição para com os aspectos locais de ainda é insatisfatória, como observado nas novas dinâmicas urbanas e rurais do município de Ferreira Gomes.

Cabe destacar que as questões, até o momento discutidas, apresentaram desigualdades socioeconômicas ainda mais notáveis que antes, além do evidente impacto ambiental. Assim, a consolidação do complexo hidrelétrico no rio Araguari só comprova as contradições do desenvolvimento vivenciado hoje.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANEEL, Agência Nacional de Energia Elétrica. **Estudos hidrelétricos da bacia hidrográfica do rio Araguari - Estado do Amapá**. Brasília: ANEEL. 1999. [CD-ROM].

BERMANN, C. Impasses e controvérsias da hidreletricidade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 59, p. 139-153, jan/abr. 2007.

BLOEMER, M. S; REIS, N. M. **Hidrelétricas e populações locais**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

CAMPOS, K. F. S. **Novas dinâmicas territoriais da usina hidrelétrica de Santo Antônio no Vale do Jari**: a desconstrução do uso do território e de produtos na RDS do Iratapuru-AP. 2016. 107 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional. Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2016.

CAVALCANTE, M. M. A. **Hidrelétricas do Rio Madeira - RO**: território, tecnificação e meio ambiente. 2012. 175 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná - UFPR, 2012.

ECOTUMUCUMAQUE. **Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico Ferreira Gomes**: Diagnóstico do Meio Socioeconômico (vol. IV). 2009.

\_\_\_\_\_. **Plano básico ambiental - PBA**. Usina hidrelétrica Ferreira Gomes. Macapá, 2010.

\_\_\_\_\_. **Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental do Projeto de Aproveitamento Hidrelétrico de Cachoeira Caldeirão**: Diagnóstico Ambiental do Meio Socioeconômico. 2012.

FEARNSIDE, P. M. **Hidrelétricas na Amazônia**: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras. Manaus: Editora do INPA, 2015.

FERREIRA GOMES. Projeto de Lei nº 003/2007. **Dispõe sobre a Instituição do Código de Postura do Município de Ferreira Gomes e dá outras providências**. Prefeitura Municipal de Ferreira Gomes, Estado do Amapá, 2007.

\_\_\_\_\_. **Plano Diretor Participativo do Município de Ferreira Gomes**. Diagnóstico das Condicionantes, Deficiências e Potencialidades Municipais Propostas e Ações. Ferreira Gomes: Ferreira Gomes Energia, Estado do Amapá, 2013.

FERREIRA, V. B. **As usinas hidrelétricas no Brasil**: Síntese histórica, impactos ambientais e aspectos econômicos e sociais. 2006. 108 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação da Escola de Engenharia Mauá, Escola de Engenharia Mauá, Centro Universitário do Instituto Mauá de Tecnologia, São Caetano do Sul, 2006.

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2015.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Biblioteca**: Ferreira Gomes (AP). 1995. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=61218>>. Acesso em 10 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. **Censo demográfico de 2010**. 2010. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/3BRR8>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. **IBGE Cidades**: Panorama. 2017. Disponível em:

<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/ferreira-gomes/panorama>>. Acesso em: 10 out. 2017.

INDE, Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais. **Visualizador da INDE**. 2016. Disponível em: <<http://www.visualizador.inde.gov.br/>>. Acesso em 10 nov. 2017.

MARQUES, I. C. R. **Território Federal e mineração de manganês**: gênese do Estado do Amapá. 2009. 286 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Centro de Ciências Matemáticas e Naturais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://objdig.ufrj.br/16/teses/718798.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

PORTO, J. L. R. **Amapá**: Principais Transformações Econômicas e Institucionais - 1943 a 2000. Macapá: SETEC, 2003.

ROCHA, G. M. Usinas hidrelétricas e mudanças demográficas na Amazônia brasileira. **Nadir:** Revista electrónica geográfica Austral. v. 7, nº 1 jan/jul. 2015, p. 1-12.

SANTOS FILHO, A. **Energia elétrica:** perdas comerciais, ineficácia dos programas de conservação e aumento da geração termoelétrica no Estado do Amapá. 2010. 109 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Direito Ambiental e Políticas Públicas, Departamento de Pesquisa e Pós-graduação, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2010.

SILVA, A. C. R. Formação Socioambiental do Estado do Amapá. In: CASTRO, E; CAMPOS, I. (Orgs.). **Formação Socioeconômica da Amazônia**. 1. ed. Belém: NAEA, 2015. Cap. 3. p. 113-176.

SILVA, E. M; WENDLER, S. A. Geração de energia na Amazônia: conflitos ambientais, sociais e econômicos. **Anais** do Congresso Internacional de Administração: Gestão Estratégica, tecnologia e o impacto nas organizações. 2015. Disponível em: <[www.admpg.com.br/2015/down.php?id=1439&q=1](http://www.admpg.com.br/2015/down.php?id=1439&q=1)>. Acesso em: 12 dez. 2017.

VAINER, C. B; ARAÚJO, F. G. B. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

## MODO DE VIDA E TERRITORIALIDADE QUILOMBOLA DA COMUNIDADE RESSACA DA PEDREIRA<sup>61</sup>

Roberto Júnior de Almeida Campos  
Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amapá  
[robertojr1989@hotmail.com](mailto:robertojr1989@hotmail.com)

**RESUMO:** A comunidade quilombola Ressaca da Pedreira está localizada em Macapá-Amapá-Brasil. Oficialmente, desde 2010, encontra-se em processo de regularização fundiária pelo INCRA tornando-se território quilombola. Esse trabalho tem como objetivo analisar o modo de vida e a territorialidade na comunidade quilombola Ressaca da Pedreira abarcando suas metamorfoses socioeconômicas e ambientais, culturais, territoriais e políticas. Em termos de metodologia foram realizadas investigações e análises bibliográficas bibliografias sobre o tema, realização de trabalho de campo com entrevistas orais junto aos moradores e series fotográficas, o que permitiu uma análise crítica acerca da necessidade de ampliação dessas políticas públicas de reconhecimento de territórios ancestrais assim como a garantia de permanência de grupos sociais com características econômicas pautada na agricultura de excedentes na terra oficialmente protegida. As conclusões nos indicaram a importância do processo de regularização fundiária, que garante além da posse da terra, o acesso a outras políticas socioeconômicas que garantem bem-estar.

**PALAVRAS-CHAVE:** território quilombola, políticas públicas, Amapá.

### INTRODUÇÃO

O artigo analisa o modo de vida e territorialidade da comunidade quilombola Ressaca da Pedreira<sup>62</sup>. No contexto social do grupo compreende-se como os mesmos concebem e vivem o lugar, expondo seus dilemas, conflitos e relevâncias para manutenção e conservação do ambiente, assim como demonstrando sua relação com o rural amapaense.

No Brasil estima-se que existam cerca de 3.000 comunidades quilombolas, que de forma especificada pelo INCRA somam aproximadamente 1.536 processos abertos, reivindicando regularização. Na região Norte existe 130 autos, sendo 32 no Amapá. Este possui atualmente 05 territórios efetivos: Quilombo do Cúriau, Mel da Pedreira, Rosa, Cunani e Conceição do Macacoari. Os 32 processos abertos estão em fase de elaboração do Relatório antropológico de caracterização histórica, econômica, ambiental e sociocultural, como é o caso da Ressaca da Pedreira.

Os quilombolas são grupo sociais, geralmente rurais, que representam a continuidade de lutas e anseios do negro no Brasil por direitos historicamente negados. Esses sujeitos são

---

<sup>61</sup> Esse trabalho é fruto da pesquisa enquanto dissertação de mestrado em Desenvolvimento Regional na Universidade Federal do Amapá, financiada pelo CNPq com bolsa de estudo.

<sup>62</sup> A Comunidade Ressaca da Pedreira pertence ao município de Macapá-AP, distante 35 quilômetros da sede municipal.

marcados por uma historicidade de resistência a exploração do trabalho desde a escravidão colonial formando territórios de lutas e resistências (FERREIRA, 2012).

Segundo o INCRA (2017), considerando os territórios titulados e os identificados em processo de regularização, isso representaria 0,03% do território nacional. Essa tão insignificante fração de terras nacionais é suficiente para a bancada parlamentar que representa os interesses do grande empreendimento rural boicotar as políticas tanto de regularização de territórios quilombolas quanto indígenas impondo sua agenda regressiva.

O reconhecimento e legitimação dos territórios quilombolas foi garantido pelo Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) – CF/1988. O Estado a partir dele tem o dever de reparar sua dívida histórica com esses povos, regularizando os territórios. As áreas quilombolas devem ser vistas, para além dessa dívida social, mas como um mecanismo que reconhece a diversidade socioeconômica e cultural existente no país, uma forma de exploração econômica da terra de forma não capitalista (sem assalariamento do trabalho e caracterizado pela produção de excedentes), uma agricultura que atende as demandas locais e também por serem ambientalmente mais sustentáveis.

Em termos de teoria e método, pautamos pela compreensão de duas categorias relevantes no trabalho: o modo de vida e a territorialidade. O primeiro, tem uma relevância significativa na Geografia desde La Blache (2005) com seu método regional na metade do século XIX e início do XX, passando pelas análises dos autores citados nessa obra como Suzuki (1996 e 2013), Marques (1994) e Nabarro (2014). A importância atual desta categoria perpassa histórica, social e cultural pelo qual são compreendidas as populações tradicionais. A territorialidade quilombola, analisada a partir dos autores como: Raffestin (1993), Silva (2008), Lira e Neto (2016), Treccani (2006) e Saquet (2015), são algumas fontes usadas para interpretar os quilombos discutindo a territorialidade, da relação que esses povos historicamente realizam com o espaço, envolvidas em lutas, conflitos e resistências.

Realizamos uma análise crítica, que envolve o debate da reparação histórica dos povos quilombolas historicamente relegados a subalternidade, pela justificativa de garantir o território via Estado com base neste estudo de caso. Além da terra/território, discutimos os impactos que a monocultura da soja e milho (recentemente produzida na região) vem promovendo, afetando as roças, o ambiente e a saúde das pessoas. Para a realização dessa pesquisa, foram realizados trabalhos de campo com entrevistas orais junto aos membros da comunidade (de diferentes faixas etárias, gênero e funções exercidas), entrevistas com representantes de órgãos oficiais, imagens e mapas.

Em termos de resultados é possível refletir que na comunidade é carente em termos de projetos de políticas públicas para desenvolvimento socioeconômico local, com ênfase na produtividade para a agricultura como acesso a linhas de crédito, assistência técnica e outros. Sobre a regularização fundiária é perceptível a divisão interna: os que apoiam e aqueles que entendem ele como empecilho futuro para fins imobiliário/especulativo.

Esse artigo foi organizado da seguinte forma: na primeira parte, analisamos as categorias do trabalho (modo de vida e territorialidade quilombola), a seguir apresenta-se um histórico da gênese da comunidade e sua relevância na atualidade. Em seguida expõem-se as principais práticas econômicas desenvolvida na ressaca da Pedreira, seus conflitos e dilemas e por fim nas considerações finais, uma reflexão sobre os pontos apresentados ao longo do trabalho.

**O MODO DE VIDA E TERRITORIALIDADE QUILOMBOLA**

O conceito modo de vida permite a reflexão sobre a sociedade e seus diversos grupos, do seu contexto mais amplo ao particular, caracterizando-se dessa maneira como um processo da construção social, agregando fatores ideológicos, políticos, econômicos e ambientais, que na Geografia iniciou-se desde as discussões sobre gênero de vida em La Blache (2005). Esta categoria se torna relevante para compreender as mudanças ocorridas nos grupos sociais, abarcando as populações tradicionais que doravante encontram-se diante de profundas transformações frente ao processo de reprodução ampliada do capital. Todavia os modos de vida tradicionais representam uma forma de resistência contra as ideologias e relações capitalistas que são postas de forma autoritária e manipulada.

Estudar o modo de vida das populações tradicionais, como por exemplo o quilombola, adquiri um significado importante, por oferecer elementos como a tradição e o costume, que mesmo influenciados pela dinâmica do capitalismo e da modernidade, expõem um contraponto a aparente invasão inquestionável das relações econômicas que parecem transformar a tudo e a todos sem encontrar resistência (NABARRO 2014).

Esta categoria pode ser entendida a priori, como um conceito que trata das práticas cotidianas de determinado grupo. Suzuki nos afirma que “o modo de vida se define pela forma como os moradores percebem, vivem e concebem, em específico, o espaço. (1996, p.179).

Em outro trabalho, Marques (1994, p.5-6), expõe que “o modo de vida corresponde a um conjunto de práticas cotidianas desenvolvidas por um determinado grupo social e decorrente de sua história, da posição que ocupa na sociedade envolvente e da forma específica que assegura a sua reprodução social”.

Suzuki (2013, p.633) ao engendrar sua concepção com a de Marques, reformulando e afirmando que o modo de vida se configura:

Pela forma como os moradores concebem, vivem e percebem o espaço, mediados pelos conjuntos de práticas cotidianos e por sua história, posição que ocupa na sociedade envolvente e forma específica de assegurar sua reprodução social, constituindo o modo pela qual o grupo social manifesta sua vida.

Desta maneira o modo de vida destaca a maneira como a sociedade se relaciona com a natureza, produzindo e se apropriando do espaço, criando novas formas de relações sociais. Outro ponto relevante sobre conceito ocorre na criação de territórios e territorialidades decorrentes as práticas territoriais que se realizam nas dimensões materiais e imateriais da realidade social. “O Modo de vida se realiza, então a partir de dimensão materiais e imateriais como forma de apropriação e de reprodução das relações sociais em que se inserem os sujeitos, definindo praticas territoriais (SUZUKI 2013, p.633)”, por sua vez esta, produz territorialidades e territórios, relacionados a sociedade e a natureza.

A base material e imaterial, permite apreender que o modo de vida no caso dos quilombolas, manifesta as práticas e relações próprias, que representam uma forma de resistência diante das mudanças abruptas, difundidas pelo mundo moderno. Revela como é complexo as realidades no qual se inserem as populações tradicionais, em que a luta pela terra e por suas identidades é fator importante para continuidade desses grupos.

O modo de vida envolve dimensões materiais e imateriais. Os materiais se correlacionam com a formação de território e reproduz formas de territorialidade. Isso ocorre devido apropriação e reprodução de novas e velhas formas de relações sociais, na qual se inserem os sujeitos, configurando praticas territoriais. As dimensões imateriais se caracterizam nas relações de poder, como nos conjuntos de regras de uso do território.

Elas expressam o processo de reprodução e recriação dos territórios e territorialidades. Nessa perspectiva torna-se importante definir o território. Nos apropriando de Raffestin (1993, p.143), este defende que tal categoria se forma a partir do espaço, enquanto resultado de ação conduzida por um ator sintagmático e qualquer nível. Correlacionando ao conceito de território quilombola, é possível entender que a territorialidade deste grupo se faz pela apropriação destes sobre o ambiente herdado dos ancestrais.

Reitera-se que “territorializar-se significa ter poder e autonomia para estabelecer determinado modo de vida em um espaço, para estabelecer as condições de continuidade da produção material e simbólica deste modo de vida” (SILVA, 2008, p. 25). Deste modo o

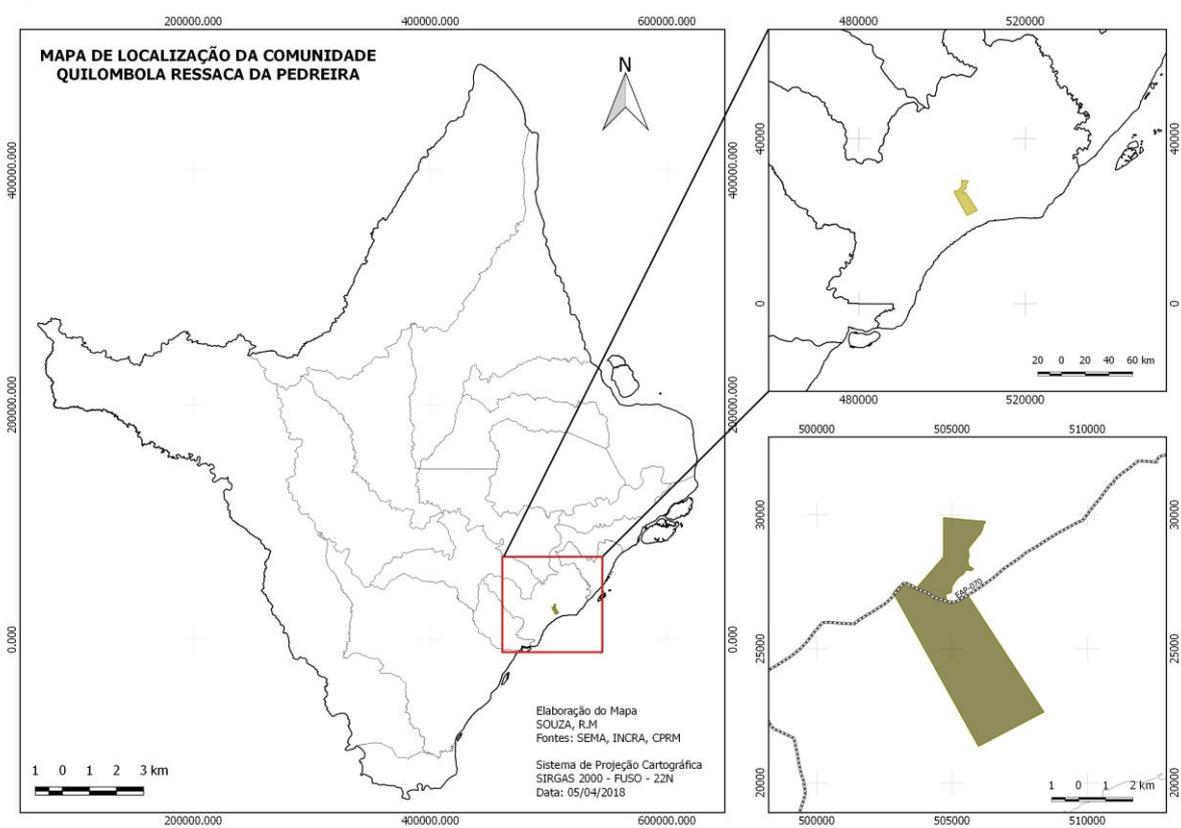
território é resultado das condições processuais, sociais, espaciais, ambientais e de desenvolvimento (LIRA e NETO, 2016).

A territorialidade quilombola é estabelecida como construção, movimento, no tempo e no espaço, em suas mediações ente sujeito e natureza registrada pela memória individual e coletiva que conformam uma identidade (MALCHER, 2006, p. 67) e (TRECCANI 2006). Dessa maneira pontua-se que refletir sobre o modo de vida e as territorialidades, permite fazer uma análise que busca a “cooperação, para o desenvolvimento com mais justiça social, recuperação ambiental, solidariedade, participação e preservação do território em pluridimensionalidade como patrimônio da humanidade” (SAQUET, 2015, p. 123).

### COMPREENDENDO A COMUNIDADE RESSACA DA PEDREIRA

A comunidade ressaca da pedraira está localizada a 35 quilômetros da capital Macapá, com acesso por rodovia pavimentada, a AP-070. Sua posição geográfica lhe favorece um trânsito constante com a cidade, com uma área aproximada 2.500 hectares. De acordo com dados fornecidos em pesquisa a campo na comunidade, residem ali aproximadamente 360 pessoas, distribuídas em 65 famílias. A seguir observa-se o mapa de localização da comunidade.

Mapa 1 – Localização da comunidade Ressaca da Pedreira.



Fonte: Incra.

Organizador: Rodrigo Macedo de Souza , estagiário do INCRA, 2018.

A origem da comunidade Ressaca da Pedreira está relacionada com o ancestral, sr. Vicente Valério da Silva e a sra. Carlota Barbosa da Silva, descendentes de africanos. De acordo com informações coletadas, Vicente, em 1934, “instalou-se no local com esposa e filhos, por meio da compra de uma posse (CARVALHO, 2017, p.31)”. Este casal possui uma origem diversa, ao ele era oriundo de uma localidade denominada Três Vistas, assentada na Lagoa dos Índios (outra área quilombola em Macapá) e a esposa de uma localidade chamada os Cavalos, que ficava na bacia do Matapi (área com inúmeros quilombos).

Essa historicidade contribui na conformação do modo de vida das populações quilombolas, a exemplo disso, cita-se o auto reconhecimento como tal, junto ao instituto Palmares (certificado de auto definição como remanescente de Quilombo), representando uma identidade quilombola coletiva na comunidade, ao qual permitiu a mesma, reivindicar a legalização fundiária das suas terras. Além disso, este elemento histórico, contribui na territorialidade quilombola, ao qual expõem a origem das regras e condutas, como: parentesco e a cooperação.

O território da comunidade Ressaca da Redreira encontra-se em processo de regularização fundiária (oficializar-se Quilombo), cujo processo tem início em 2010 com a certificação de auto reconhecimento como remanescente de quilombo, pela Fundação Cultural Palmares. As terras foram compradas (registrada em cartório mesmo sendo oficialmente posse) em 1934 por Vicente Valério, antepassado fundador, do qual todos os moradores quilombolas se reconhecem como descendentes. Nesta área, como já exposto, residem, aproximadamente 360 pessoas (esta soma enquadra os quilombolas e não quilombolas), no que se refere aos quilombolas, registra-se cerca de 98 vivendo na comunidade, distribuídos em 27 moradias.

O Amapá, sua institucionalização enquanto ente federativo na Constituição Federal de 1988, não outorgou-lhe de imediato a destinação para o Estado das terras, permanecendo ainda federais num imbróglcio que perpassa anos. As terras compõem-se essencialmente por posses em áreas públicas, unidades de conservação, Terras indígenas, assentamentos rurais e áreas de marinha. O Incra/MDA vem atuando a algum tempo na regularização de terras como o caso do Programa Brasil Quilombola. Ao mesmo tempo, o Amapá, que não possuía graves denúncias de conflitos agrários, vem apresentando índices cada vez maiores de grilagem de terras, destinada a produção de grãos (soja e milho) (CPT, 2016).

O processo de titulação do quilombo por exemplo, expôs que parte do território reivindicado está sob o domínio de outros (foram vendidos a posse) para agricultores que também produzem roças. Dessa maneira a comunidade se caracteriza tanto por descendentes

originais quanto por pessoas externas, fator que dificulta o processo de regularização e conformação do território quilombola. Soma-se isso terras que vem sendo paulatinamente cobiçada por grileiros para fins de especulação e torna-las aptas a produção de grãos.

Com base no trabalho de campo, notou-se que entre os quilombolas de Ressaca da Pedreira, não existe consenso em relação aos moradores não quilombolas, se os mesmos devem permanecer no território. Parte dos entrevistados defendem a saída de todos os não quilombolas, para que tenha mais áreas para trabalhar e lugar para os parentes que pretendem retornar.

Por outro lado, existem aqueles que se manifestam a favor da permanência de algumas famílias na área. Algumas dessas pessoas externas fazem parte da Associação de Moradores e Agricultores da Comunidade da Ressaca da Pedreira, inclusive participam na diretoria mesma, até mesmo sendo beneficiados pelo Programa Nacional de Habitação Rural.

Esse imbróglio promove muitas vezes desgastes e conflitos internos podendo até mesmo inviabilizar ou postergar a ação efetiva e definitiva do Estado. Consideramos complexo e difícil a retirada com indenização daqueles que estão nas terras, primeiro porque muitos destes já estão inseridos no seio comunitário e também pela decorrência das fragilidades orçamentarias do INCRA.

### **AS PRÁTICAS RURAIS NA RESSACA DA PEDREIRA: AGRICULTURA, PESCA E EXTRATIVISMO.**

O modo de vida quilombola da comunidade é marcada pelas práticas rurais, no qual as atividades de agricultura, extrativismo, pecuária e pesca tem destaque. A primeira atividade rural a ser apontada é a agricultura, no qual a técnica praticada é o sistema de coivara, este compreende no rodízio de áreas para o plantio, permitindo a recuperação das “capoeiras”, que logo se tornam mata secundária. Nota-se que este tipo de prática garante a conservação do ambiente, permitindo a recuperação do solo, porém, depende da disponibilidade de áreas mais extensas, que garantam a alternância de áreas utilizadas, e dessa maneira, a recuperação do solo e ambiente.

Na pesquisa de campo foi possível observar diversas plantações de maracujá (figura 01) na área de Manuel Antônio de Deus, pertencentes a filhos e netos dele e a alguns não quilombolas. Nessa área os grupos domésticos que tem roças de mandioca e de cultivo combinados com macaxeira, banana, cana, abacaxi. Igualmente, na área de dona Maria José e seu irmão Elídio, existem roças de cultivo mistas, com o predomínio de mandioca para a fabricação de farinha. A roça de oziel, possuem uma produção mista, associada com outro

agricultor composta por: macaxeira, banana, abacaxi, acerola, açaí, graviola, côco banana, acerola, graviola, cana, abacaxi, côco, açaí.

**FIGURA 01** - Roça de maracujá na propriedade de Manuel Antônio de Deus (Sr. Ramos),



Fonte: Pesquisa de campo.  
Org: Campos (2017)

As roças são feitas nas áreas de cerrado, ecossistema controlado pelas condições naturais particulares, como os elementos climáticos e pedológicos. No Amapá, este domínio conserva algumas características com os cerrados do planalto central, mas com características particulares, devido sua história evolutiva baseada nos regimes amazônicos. Suas características fisionômicas se dão por vegetação caracterizadas pelas formas campestre, com uma flora lenhosa dispersa, possuindo adaptação fisiológica e morfológica às condições restritivo do meio físico e às maneiras de manejos inapropriado, comumente através de queimadas sazonais

Durante a atividade de campo foi possível observar a roça de uma moradora (figura 02). Nos quintais da residência a quilombola, esposo, e seus familiares estão iniciando uma produção mista de culturas, como: favaquinha, cebolinha, banana e pimenta. Um elemento importante a se destacar é que para melhorar o desenvolvimento do cultivo foi perfurado um poço amazonas, para ajudar na irrigação, fato este muito pontuado nas falas dos moradores que trabalham com a agricultura, ao qual declaram que um dos problemas em boa parte das roças, a escassez de água no verão.

**FIGURA 02** - Roça de uma moradora que possui uma produção diversificada: cebolinha, favaquinha, banana, pimenta. Esta moradora cavou um poço artesiano por conta para que possa irrigar sua plantação.



Fonte: Pesquisa de campo  
Org. Campos, 2017

Nas atividades de campo foi notado outra prática comum, a subutilização dos quintais das casas para o cultivo diverso de plantas e criação de animais (como frangos e suínos). Existe uma variedade de árvores frutíferas, como cajueiros, pés de acerola, de graviola, mangueiras, bananeiras dentre outros. Consideramos essa diversidade, como agricultura de excedentes.

Na área existe alguns quilombolas em conjunto com não quilombolas, participando do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que é promovido pelo Governo Federal, no qual eles podem fornecer alimentos para escolas. Os produtos normalmente vendidos são: banana, jerimum, melancia, milho verde, farinha de mandioca, tapioca, pepino, maxixe, feijão verde. Outras vendas são feitas também na feira do agricultor, em Macapá, realizada às terças e quintas-feiras, com transporte feito por caminhão pago pelo Governo do Amapá.

Outro ponto importante a ser destacado é a presença dos técnicos do RURAP na Ressaca da Pedreira, órgão público estadual que oferta assistência técnica e extensão rural aos agricultores na comunidade. De acordo com entrevista cedida por um técnico: “fiscalizamos quem realmente é agricultor” para fornecimento Carteira de Aptidão ao Pronaf (DAP). Além disso, explicam aos moradores como, gerenciar suas roças e como funciona acesso aos programas institucionais, como o PAA.

Na Ressaca da Pedreira, foi identificado um problema com infestações nas roças, como o caso da mosca branca, proveniente da produção da soja em terras vizinhas, tornou-se um

problema. Esse inseto tem atingido culturas como: laranjeiras, melancia, jerimum e maracujá. Segundo os agricultores no ano de 2017, houve-se prejuízos. Seus frutos não chegaram a se desenvolver, pois o crescimento foi interrompido muito antes do tempo devido à doença da praga. Na busca de minimizar essa praga, Oziel, utiliza um técnica não convencional, a seiva da raiz do timbó diluída em água para defender suas plantas da doença.

A comunidade assim, deparou-se com problemas em suas roças, correlacionada com áreas vizinhas que estão produzindo soja. Essa cultura tem provocado sérios problemas às produções na área, pelo uso de agrotóxicos, provocando a morte ou ressecamento das plantas antes da colheita, contaminação da água, prejuízo a saúde humana ao contaminar o ar pela pulverização aérea. A pulverização afasta a mosca branca para as roças da comunidade (que não usa veneno em escala).

Com base nas falas obtidas nas entrevistas notou-se opiniões diferentes sobre a relação da produção da soja entorno da Ressaca da Pedreira. Dessa forma, nota-se duas opiniões: aqueles que possuem uma vivencia e relação mais direta com ambiente, se sentem prejudicados com todo o processo, pelo comprometimento das roças e também da própria saúde de todos ali viventes. Outros moradores, em sua maioria não atuam com agricultura, não consideram prejudicial esse empreendimento, pelo contrário, aderiram o discurso que a agricultura capitalista promove o desenvolvimento no Estado. O agricultor Manoel argumenta: “aonde já macho! Que a soja vai trazer coisa boa pra o Estado, taí para dirigir um trator precisa de quantas pessoas? Só um, isso só é desenvolvimento para eles, pra nós não trouxe emprego não trouxe nada, só essas pragas pra nossas roças”.

Dando continuidade à reflexão sobre as práticas produtivas na comunidade, é perceptível que as mesmas são diversificadas, com agricultura e extrativismo do açaí. Esta produção está localizada no ecossistema de floresta de várzea, concentra-se nas margens de rios de água barrenta, e é regulada pelos regimes de marés. Este domínio apresenta uma enorme riqueza de biodiversidade. Destacam-se algumas vegetações características desse ambiente: Açaí (*Euterpe oleracea*); Buriti (*Mauritia flexuosa*); Ucuúba ou Virola (*Virola surinamensis*); Pracaxi (*Pentachleeta maculosa*); Andiroba (*Carapa guianensis*).

O açaí é importante para a economia da maior parte das famílias quilombolas, antes, ele era utilizado apenas para consumo próprio e trocas dentro da comunidade, mas recentemente, passou a ser comercializado. Eles comercializam o produto nas margens da rodovia, como afirma o Sr. Manoel “para nós é bom viver perto da rodovia, os caras vem compra aqui com a gente, nem gastamos com transporte”. Este fato revela a inserção de novos padrões correlacionados as

práticas tradicionais, neste caso expressando a relação de aproximação e distanciamento ante os valores urbanos industriais.

Os quilombolas ao serem indagados sobre como é feito a manutenção de sua produção, expõem que apenas precisam realizar a limpeza da área entorno, para que a própria flora e fauna realizem a semeadura das mudas. Isto reflete o manejo praticado na área, na qual retiram os produtos da floresta, todavia permitindo a recuperação do bioma.

Nesse sentido, com base nas atividades em campo, e possível inferir que na comunidade da Ressaca da Pedreira existem práticas produtivas de predominância mista. Nesse caso encontram-se a combinação de diferentes atividades, como agricultura, extrativismo de açaí, venda de frutas dos quintais em barracas armadas na beira da estrada (manga, milho etc.) e trabalhos como diaristas em propriedades do entorno. Ainda sobre os tipos de serviços variados desenvolvidos pelos moradores, registra-se trabalhadores na escola da comunidade, existe também agricultores que são comerciantes, neste caso cita-se o Sr. Ramos e o outro ao Sr. José maria, ao qual vendem uma variedade de produtos: carne em conserva, sardinha, ovos, frango congelado, refrigerante, bebidas alcoólicas e pão etc.

Dessa maneira é possível afirmar que na comunidade Ressaca da Pedreira coexistem praticas econômicas baseada em uma economia de mercado, que busca comercializar produtos industrializados e por outro lado tem-se práticas rurais tradicionais, concebidas por agricultura de excedentes. Todavia este último é expressivo, pois a produção com traços de uma economia de excedente, além suprir a necessidade básica de muitas famílias, é um elemento que contribui na territorialidade identitária do grupo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em suma este trabalho permitiu compreender como se desenvolve o modo de vida e a territorialidade nas comunidades quilombola Ressaca da Pedreira, dando destaque a suas práticas rurais, que permitem sua reprodução no cotidiano. De toda maneira este estudo busca analisar, umas das 32 comunidades em processo de titulação, reiterando que existem 05, além dessas, que já efetivaram sua titulação no Estado do AMAPÁ. Estas reivindicam além de suas terras, um suporte para dá continuidade as suas existências.

Notou-se que suas práticas territoriais revelam as múltiplas identidades contidas na maneira de existir dos quilombolas, considerados aqui por populações tradicionais, pois suas identidades acima de tudo representam empoderamento político, social e cultural ou seja são portadoras de direitos.

Sobretudo foi possível perceber que este grupo contribui para o reconhecimento da diversidade socioeconômica e cultural no Estado, com destaque ao rural. Para tanto percebe-se o quanto é importante garantir a titulação de suas terras, pois assim estará se assegurando o espaço de sobrevivência dos quilombolas e demais moradores que utilizam o território de maneira coletiva e utilizam como mecanismo de controle e uso das terras com base no respeito, parentesco e historicidade.

Como constatou-se os grupos de parentesco de Vicente Valério se assentaram no lugar enquanto agricultores. Isto tornou-se uma especialidade para seus descendentes, o mesmo é lembrado por seus netos pelo tamanho de suas roças que fazia, e pelos mutirões que realizava para produzir farinha. Isto é percebido nas falas dos Sr. Ramos ao relembrar como era feita a prática da tradicional roça de coivara, que permitia uma agricultura de excedentes, correlacionadas a produções em cooperação de mandioca, macaxeira, batata doce roxa e branca, milho, entre outros.

Nota-se também, que os recursos naturais no território também foram e tem sido de fundamental importância para a permanência de Vicente Valério e seus descendentes na Ressaca da Pedreira. Neste caso em especial a área chamada “igarapé fugido” (próximas à terras que margeiam o rio Amazonas). Essa área fornece produtos de extrativismo de forma coletiva, com quantidade considerável de plantas medicinais, além de permitir a pesca e coleta do açai.

Em relação ao processo de titulação do território da comunidade, as áreas propostas a demarcação são menores do que as adquiridas em 1934 pelo antepassado fundador. Dessa forma o território reivindicado permite minimamente a permanência de suas moradas, para a agricultura, do extrativismo e de pesca. Na entrevista aos moradores é notório o desejo de titulação da comunidade como Quilombo, pois dessa maneira este garantiriam o domínio definitivo das suas terras.

Ainda sobre as terras da Ressaca da Pedreira, percebeu-se os dilemas envolvidos e pressões da agricultura capitalista. Estes têm promovido a desestruturação e conturbação ao tentarem e pressionar pela retirada dos mesmos com a venda das terras para ampliar produção de grãos além dos danos ambientais e econômicos (roças) que fragilizam a vida social do grupo.

Com base na análise sobre o modo de vida e territorialidade dos quilombolas e demais moradores no território é possível inferir que a terra é recurso para sua existência e sua reprodução e desenvolvimento. Compreende-se a importância de ser ter políticas públicas para esta região, permitindo garantias de direitos e qualidade de vida.

Assim, defender a titulação do território quilombola é o reconhecimento dos direitos sociopolíticos garantidos em lei. É também, entender a possibilidade de reprodução de um outro tipo de sociabilidade não capitalista integrado trabalho, cultura e relação com a natureza. Para tanto, diante dos dilemas vividos pelos moradores da Ressaca da Pedreira é possível refletir que na comunidade é necessário se dar ênfase a projetos de desenvolvimento econômico e social que contemple e respeite às diversidades regionais e culturais.

## REFERÊNCIAS

CARVALHO, Maria Celina pereira de. **Relatório antropológico de caracterização histórica, econômica, ambiental e sócio-cultural da comunidade quilombola Ressaca da Pedreira Macapá – Amapá.** Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA Macapá – AP. 2017.

LA BLACHE, Paul Vidal de. Geografia geral - Os gêneros de vida na Geografia Humana. **Revista Geographia.** Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p.113-130, 2005.

LECIONI, Sandra. **Agricultura e urbanização: capitalização no campo no campo e a transformação da cidade Jardinópolis, o estudo do lugar.** Dissertação (mestrado em geografia) Faculdade de Filosofia Letras e ciências humanas, Universidade São Paulo 1985.

LIRA, Elizeu Ribeiro; RIBEIRO NETO, Olegário. O território e a identidade quilombola: o caso da comunidade afrodescendente Mata Grande no município de Monte do Carmo – TO. **Revista Produção Acadêmica** – Núcleo de Estudos Urbanos Regionais e Agrários/ NURBA – Vol. 2 N. 2 (DEZEMBRO, 2016), p. 36-56

LOMBA, Roni Mayer. **Relação campo-cidade na pequena cidade de Caarapó-MS.** Tese (doutorado em Geografia humana) Faculdade de Filosofia Letras e ciências humanas, Universidade São Paulo, 2011.

MALCHER, Maria Albenize. Identidade Quilombola e Território. In: **Comunicações do III Fórum Mundial de Teologia e Libertação.** Belém, 21 a 25 de janeiro, 2009, pp. 399 421.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **O modo de vida camponês sertanejo e sua territorialidade no tempo das grandes fazendas e nos dias de hoje em Ribeira-PB.** Dissertação (mestrado em geografia) Faculdade de Filosofia Letras e ciências humanas, Universidade São Paulo, 1994.

MACRODIAGNÓSTICO do Estado do Amapá: **primeira aproximação do ZEE/ Equipe Técnica do ZEE - AP.** -- 3. ed. rev. ampl. --Macapá: IEPA, 2008.

NABARRO, Sérgio Aparecido. **Modo de vida e campesinato no capitalismo: contribuição, limites e a construção de um entendimento do campesinato como modo de vida.** Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.2014.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por Geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial.** Rio de Janeiro. Consequências, 2015.

SILVA, Simone Resende da. **Negros na mata atlântica, territórios quilombolas e a conservação da natureza.** Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SUZUKI, Júlio Cesar. **De povoado a cidade, a transição do rural ao urbano em Rondonópolis.** Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) Faculdade de Filosofia Letras e ciências humanas, Universidade São Paulo, 1996.

SUZUKI, Júlio Cesar. **Território, modo de vida e patrimônio cultural em sociedades tradicionais brasileiras.** Revista Espaço e Geografia, vol.16, nº 2, p. 627-640, 2013.

SUZUKI, Júlio Cesar. **O título de sua obra foi à gênese da moderna cidade de São Paulo: Uma contribuição da Geografia Urbana a história da cidade.** Tese (doutorado em Geografia humana) Faculdade de Filosofia Letras e ciências humanas, Universidade São Paulo, 2002.

TRECCANI, Girolamo Domenico. **Terras de Quilombo,** caminhos e entraves do processo de titulação. Belém: edição do autor, 2006.

## RELAÇÃO CAMPO-CIDADE NOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E DA PARAÍBA: O Papel do Turismo Rural na Transformação da Paisagem

José Silvan Borborema Araújo. Pós-doutorando em Geografia pelo PPGEO/UERJ.  
[silvan.borboremaa@gmail.com](mailto:silvan.borboremaa@gmail.com)

Glaucio José Marafon. Professor Doutor Associado pelo Departamento de Geografia Humana do  
Instituto de Geografia/UERJ. [glauciomarafon@hotmail.com](mailto:glauciomarafon@hotmail.com)

150

### RESUMO

Levando em consideração a dinâmica espacial atual, percebemos que o campo e a cidade não desempenham mais uma relação antagônica. Participam agora da construção de um espaço que leva em consideração as ações individuais e coletivas na reconstrução de histórias e espaços, numa relação de complementaridade. Assim, o presente trabalho pretende analisar a relação campo-cidade nos estados do Rio de Janeiro e Paraíba, tendo o turismo rural como agente transformador da paisagem. Sob uma leitura crítica geográfica, em trabalhos científicos sobre a temática, além de observação *in loco*, analisamos estas relações híbridas, buscando desvendar como se inscrevem territorialmente essas relações, as apropriações socioespaciais, econômicas e culturais do espaço e as eventuais transformações da paisagem.

**Palavras-Chave:** Relação campo-cidade; Rio de Janeiro/Paraíba; Turismo rural.

### INTRODUÇÃO

Tendo como base a acelerada expansão do sistema capitalista comercial, através das grandes navegações, o espaço mundial foi sendo cada vez mais descoberto e explorado sob a intenção de quem o conquistava.

Com o domínio das técnicas de produção agrícola, a cidade capitalista pode definitivamente se sobrepor à cidade feudal de tal maneira que imprimiu aos seus habitantes o sentimento de liberdade que estes não dispunham estando no campo. Dessa maneira, percebe-se que o uso da terra tinha um valor diferenciado para os moradores do campo e da cidade, e conseqüentemente seus hábitos diários estavam vinculados a modos de vida rural e urbano, respectivamente. Contudo, apesar dessa grande diferenciação, o comportamento dos indivíduos e as atividades econômicas desenvolvidas nestes espaços eram, ao mesmo tempo, antagônicos e complementares, uma vez que a população urbana necessitava dos alimentos produzidos no campo, bem como este se utilizava de alguns serviços ou técnicas que eram desenvolvidas na cidade.

Dessa forma, a análise das atuais transformações no campo brasileiro torna-se fundamental, pois, o campo, além de desempenhar as funções tradicionais de fornecer mão-de-obra para a cidade, matérias primas e consumir produtos oriundos da cidade abriga, cada

vez mais, atividades não agrícolas, como a produção industrial, os serviços associados às atividades de turismo que valorizam as áreas com aspectos naturais. Há que se destacar o contínuo processo de migração da cidade para o campo, pois as pessoas buscam sua inserção no mercado de trabalho e uma melhor qualidade de vida. O campo além de ser o local da produção agropecuária, transforma-se em um espaço, no qual inúmeras atividades não agrícolas são efetuadas, como o trabalho de caseiros, diaristas, jardineiros, etc.

Nesse sentido, as melhorias na cadeia de produção, com a inserção de novos elementos técnicos, seja maquínico ou de insumos, além do conhecimento técnico utilizado para estas atividades, ocasionou a mecanização da produção no campo, e como menciona Rosa e Ferreira (2006, p. 188), tornou as relações rural-urbana mais intensas, tanto no que se refere às atividades econômicas desenvolvidas quanto às relações sociais estabelecidas.

Configuram-se, então, novas relações entre o campo e a cidade, com novas qualidades e impressão de marcas fortes na paisagem. Além da produção agrícola e da industrialização temos hoje novas atividades que devem ser identificadas para caracterizar o campo e suas relações com a cidade. A presença de uma enorme diversidade de atividades que se encontram no campo decorre da ação dos pequenos produtores, que contribuem de forma significativa para a produção de alimentos e que, de forma criativa, traçam suas estratégias para sobreviver. Há também no campo muitos sujeitos sociais como os grandes proprietários, os assalariados, os pequenos proprietários, os parceiros, os trabalhadores volantes, os sem-terra e a sua luta pelo acesso à terra. Tais sujeitos materializam no espaço rural, com o seu trabalho, uma ampla diversidade de objetos, elementos e situações que tornam o campo um espaço bastante complexo.

É importante lembrar que estas mudanças no campo acarretam transformações na própria organização do espaço como um todo, envolvendo interesses de fora do rural. Assim, o rural permanece na forma dos casarões, das roças, de alguns objetos que identifiquem o campo como rural, porém a sua função não é mais exclusiva agrícola, como frisado por Woods (2007):

*A rural realm constituted by multiple, shifting, tangled and dynamics networks, connecting rural to rural and rural to urban, but with greater intensities of globalization processes and of global interconnections in some rural localities than in others, and thus with a differential distribution of power, opportunity and wealth across rural space (WOODS, 2007, p. 491).*

Por toda diversidade, percebe-se hoje um rural preocupado com a conservação da natureza, com a intensificação de outras atividades econômicas e outros interesses sociais, a função de produtor de alimentos agora encontra outras funções que dinamizam mais o espaço rural, além do aproveitamento de novas fontes de energia e das amenidades que são propiciadas pelos centros urbanos próximos.

Nesse caso, temos um campo diferenciado, preparado para ser consumido pelos moradores da cidade e onde a indústria e a lógica capitalista já se fazem presentes. Este espaço está cada vez mais se adequando aos hábitos urbanos para atender às exigências dos moradores citadinos e nesta configuração, o entendimento destas áreas ultrapassa a ideia de encará-las como espaços antagônicos. Temos, dessa forma, urbanidades no rural, assim como proposto por João Rua (2006).

Na busca de sua reprodução e sobrevivência, a produção familiar tem apresentado características como o trabalho em tempo parcial, em face de diminuição da jornada de trabalho (favorecida pela incorporação de tecnologias de produção), ou seja, há liberação de membros da família para exercerem outras atividades, agrícolas e não agrícolas, complementando assim a renda familiar.

Entre as atividades não agrícolas presentes no campo, na atualidade, merecem destaque as atividades turísticas, devido à proliferação de áreas de lazer. Essas “novas” atividades demandaram um número crescente de pessoas para dar sustentação à expansão das atividades turísticas no espaço rural, o que possibilitou que os membros das famílias, liberados das atividades rotineiras da exploração agrícola, pudessem ocupar as vagas geradas na expansão do turismo rural e nas atividades industriais.

Diante desse contexto, as atividades turísticas no campo desempenham mais uma fonte de renda para muitas famílias, contribuindo para a manutenção e reprodução das atividades agrárias. Contudo, enfatiza-se a preservação e a proteção da natureza, valoriza-se a busca da autenticidade dos elementos paisagísticos locais, a conservação e a proteção dos patrimônios históricos e culturais, o resgate da memória e da identidade. Dessa forma, há a mercantilização das paisagens, com a conseqüente expansão das atividades de turismo e de lazer.

Esta realidade já se faz presente nos campos de todos os estados brasileiros e aqui buscaremos analisar essa relação campo-cidade nos estados da Paraíba e do Rio de Janeiro, identificando o turismo rural como elemento importante de transformações nas áreas rurais.

Assim, nós, que aprofundamos nossas investigações pelo viés do espaço rural, devemos pensar o espaço rural brasileiro como híbrido, com múltiplas funções, com a presença dos complexos agroindustriais, da produção familiar, das atividades não agrícolas, de agricultores e não agricultores, que interagem e criam conexões e interações espaciais. Esses sujeitos participam de redes complexas e imprimem uma marca ao espaço rural.

Nesse sentido, entendemos que os limites entre o urbano e rural ficam cada vez mais difusos e complementares. O grande desafio é o de investigar e contribuir com o debate sobre as transformações socioespaciais em curso no campo brasileiro.

### **RELAÇÃO CAMPO-CIDADE NA PARAÍBA: TURISMO RURAL E MODIFICAÇÕES SOCIOESPACIAIS**

O estado da Paraíba conta com uma população de aproximadamente 3.766. 528 habitantes (IBGE, 2010), sendo que deste total 2.838.678 já vivem em centros urbanos. Dessa forma, o estado vem acompanhando ao longo do tempo, uma tendência a urbanização que ocorre no Brasil como um todo.

Vale a pena ressaltar que esse processo de urbanização da Paraíba veio acompanhado pelo aumento da quantidade populacional nas áreas mais ricas do estado, como o caso da capital João Pessoa e de Campina Grande, segunda maior cidade do estado (Carvalho e Silva, 2014).

No que diz respeito às atividades agropecuárias, o setor vem apresentando variações na participação do PIB estadual devido ao longo período de estiagem no estado e na região nordeste. Nesse sentido, de acordo com Ideme (2016) apesar da considerável retração ocorrida no ano de 2012 no estado, as atividades que mais apresentaram melhoras para o ano seguinte foram a agricultura (19,9%) e a pecuária (9,0%). No que diz respeito a produção florestal, pesca e aquicultura a Paraíba não tem participação expressiva para o PIB estadual. Sendo assim, vale ressaltar que segundo o instituto supracitado, a indústria foi o setor que mais apresentou avanço na economia paraibana nos últimos anos.

Dentro do setor de serviços, o turismo se apresenta como dinamizador do espaço paraibano, tendo em vista que este setor vem apresentando crescimento considerável em todo o mundo e no caso do Brasil, tem presenciado uma expansão desta atividade em seu território nas últimas décadas, passando a ser objeto de políticas públicas específicas por parte de todos os níveis de governo do país, possuindo um ministério próprio desde 2002 (Barbosa, Kiyotani e Paes, 2014).

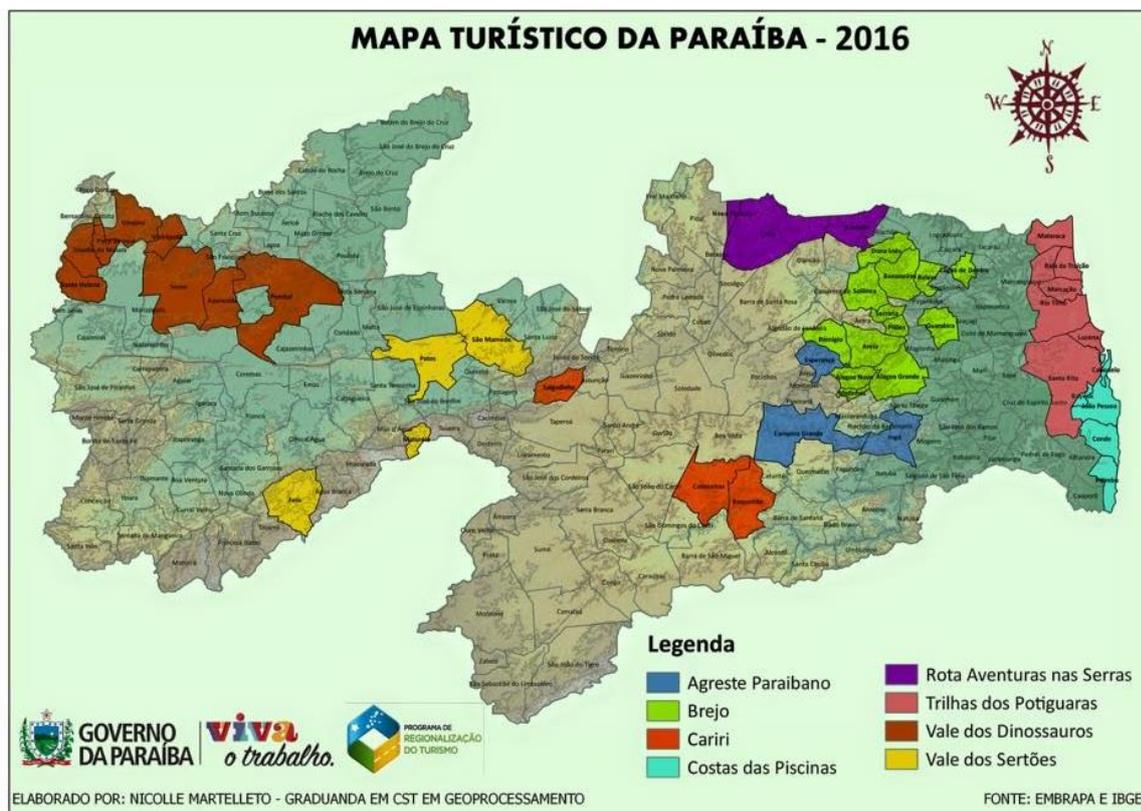
Nesse contexto, o turismo rural se apresenta como mais uma alternativa de desenvolvimento para vários municípios brasileiros e não é diferente para o estado da Paraíba, onde o turismo litorâneo já está de certa forma, consolidado. Contudo, presenciamos para o interior do estado, o desenvolvimento da prática do turismo de experiência, que privilegia além de atividades em contato com a natureza ou a vida no campo, a imersão do turista nas práticas diárias daquela comunidade. De acordo com Júnior e Frascaroli (s/d), dependendo de como é planejado, o turismo rural pode representar alguns avanços para a comunidade local como, melhoria de vida nos padrões das populações envolvidas, avanços socioeconômicos, além de proporcionar o desenvolvimento social, criando empregos e diversificando as atividades econômicas das regiões.

No interior do território paraibano, algumas cidades têm se preparado para receber turistas adotando segmentações vinculadas à valorização da cultura local e ao turismo ecológico ou rural, o que cria possibilidade para negócios pequenos, familiares e/ou comunitários.

Sendo assim, no intuito de contribuir para o dinamismo e uso consciente dos espaços, o Ministério do Turismo redimensionou o mapa do turismo da Paraíba para que as políticas direcionadas para este setor fossem melhor direcionadas. Desse modo, o estado reduziu de 137

para 45 o número de municípios participantes de suas oito regiões turísticas<sup>63</sup>: Agreste (3 cidades); Costa das Piscinas (5); Rota Aventuras nas Serras (3); Trilhas dos Potiguaras (6); Cariri (3); Vale dos Dinossauros (8); Vale dos Sertões (4); e Brejo (13). (Figura 01).

**FIGURA 01: Mapa turístico do estado da Paraíba.**



FONTE: [www.paraiba.com.br](http://www.paraiba.com.br), 2016.

Nesse sentido, de acordo com a figura 1, o interior da Paraíba passou a fazer parte do circuito turístico do estado, estabelecendo uma relação campo-cidade maior, tendo em vista que muitos elementos turísticos nesses municípios enfatizam aspectos rurais.

Vale a pena ressaltar que, segundo o Jornal da Paraíba (2012), tendo o Instituto de Desenvolvimento do Turismo (Idestur) como referência, em 2012 a Paraíba se apresentava como o 4º estado da região Nordeste com maior oferta de serviços e roteiros no segmento de turismo rural, movimentando cerca de 3 milhões de reais por ano.

Com base nisso, o circuito espacial turístico no estado da Paraíba tem se organizado cada vez mais, através de investimentos públicos e privados para a dinamização da atividade e atração

<sup>63</sup> - De acordo com a interlocutora do Ministério do Turismo na Paraíba, Alessandra Lontra, e do Secretário de Turismo e Desenvolvimento Econômico, Laplace Guedes, a redução no número de municípios no mapa de turismo paraibano se deve ao fato dos gestores municipais optarem em priorizar outras áreas, como saúde, educação, infraestrutura.

de usuários desses serviços. Com isso, as diferentes áreas do estado desenvolvem funcionalidades diferentes, enaltecendo seus aspectos rurais mais marcantes. No Brejo paraibano, por exemplo, o segmento do turismo cultural é marcante, com a promoção da “Rota Cultural Caminhos do Frio”, que ocorre entre os meses de julho a setembro, em seis municípios (Areia, Alagoa Nova, Alagoa Grande, Bananeiras, Serraria e Pilões), enfatizando principalmente, as artes, a gastronomia e a história, já que se trata de uma região marcada pelos engenhos de cana-de-açúcar.

Em Campina Grande, por exemplo, a comemoração das festas juninas, no mês de junho, remonta à devoção do homem do campo do interior nordestino aos três santos do mês (Santo Antônio, São João e São Pedro). Dessa forma, o centro da cidade, bem como várias outras áreas do município, como os distritos de Galante e São José da Mata, passam por transformações paisagísticas, de modo que remontem à grandes espaços rurais do interior do Nordeste. É uma festa urbana, voltada para um público urbano, mas que tem os elementos rurais como forma de atração desse público.

Ao lado deste turismo de eventos, que busca atrair um público diversificado, tentando enaltecer um comportamento típico rural, o estado da Paraíba possui importantes sítios arqueológicos, paleontológicos e históricos relativamente preservados e de fácil acesso, como as Itacoatiaras, na cidade de Ingá, Microrregião de Itabaiana e o Vale dos Dinossauros, em Sousa, no Sertão do estado. (Silva e Silva, 2009).

A cidade de Cabaceiras, no Cariri paraibano, apesar de apresentar os mais baixos índices pluviométricos do Brasil, tem desenvolvido políticas de incentivo ao turismo cultural e rural, focadas nas atividades da caprinocultura, além do turismo aproveitando as formações rochosas conhecidas como “Lajedo de Pai Mateus”.

O Lajedo de Pai Mateus é uma elevação rochosa de aproximadamente 1,5 km<sup>2</sup> e cerca de 100 grandes pedras arredondadas que se destacam sobre a vegetação escassa da caatinga. Em algumas pedras são encontradas inscrições rupestres atribuídas à população nativa que viveu na região acerca de 12 mil anos.

A partir do turismo desenvolvido em Cabaceiras, com a atividade agropecuária e no Lajedo, a população rural do município conseguiu dinamizar suas atividades, ocupando-se tanto nas atividades primárias como em serviços ligados ao turismo. Atividades como camareiras, recepcionistas, motoristas, além das ligadas a artesanato, contribuíram significativamente para uma melhoria na qualidade de vida da população deste município. Desse modo, o turismo rural

apareceu como uma nova alternativa para a manutenção das atividades agropecuárias de Cabaceiras.

Nesse sentido, o município supracitado tem apresentado um crescimento considerável no seu IDHM, passando de “muito baixo” para “médio desenvolvimento humano”, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano de 2013 e comunga com o já considerado por Junior e Frascaroli anteriormente.

Nesse contexto, o turismo no interior da Paraíba tem contribuído para a dinamização das relações campo-cidade no estado, uma vez que, apesar de atrair população originariamente urbana, o turismo rural coloca esse público em contato com os modos de vida e cultura rural. Sendo assim, este segmento turístico, embora apresente peculiaridades de cada região do país, apresenta uma lógica capitalista que tende a ser semelhante em todos os estados do Brasil, como no caso do outro estado analisado neste trabalho, o Rio de Janeiro.

### **TURISMO RURAL E RELAÇÃO CAMPO-CIDADE: O ESPAÇO FLUMINENSE E AS PRINCIPAIS MODIFICAÇÕES SOCIOESPACIAIS**

O Estado do Rio de Janeiro é o segundo polo industrial do Brasil, produz cerca de 71% do petróleo nacional, também é o maior produtor de gás natural do país. Além disso, sua produção de pescado é significativa assim como a olericultura, horticultura e produção de leite. A sua paisagem natural é bastante diversificada, porém bastante degradada devido às atividades socioeconômicas vivenciadas pelo estado. Corresponde ao estado mais urbanizado do país, com 95% de sua população vivendo em áreas urbanas. De acordo com Rua (2007), o território fluminense é marcado por eixos de urbanização, nos quais ocorre uma urbanização mais densa, percebemos assim uma redistribuição populacional e das atividades produtivas (Limonad, 1996).

O Estado apresenta muitos problemas em relação ao meio rural. A vasta concentração de população, de renda, de poupança, de condições de desenvolvimento na Região Metropolitana do Rio de Janeiro gerou um forte desequilíbrio inter-regional, com exclusão política e social de parte da população do interior (Moreira, 2001). Segundo os resultados do Censo Demográfico 2000 (IBGE), aproximadamente 10.871.960 indivíduos residem nos limites da área metropolitana, correspondendo a 75,6% da população estadual. Constituída por vinte municípios, a Região Metropolitana ainda se mantém como um marco polarizador de recursos (Ribeiro, 2002).

Rua (2002, p. 47-48) assinala que no Estado do Rio de Janeiro “prevalece a projeção da metrópole carioca que intensifica o processo de urbanização” e essa intensa urbanização marca

intensamente o território fluminense nas “dimensões política, cultural, comportamental, econômica, em que o significado dessa área urbana torna-se esmagador”. O Interior Fluminense vem se destacando, não somente em termos de crescimento demográfico (ainda pequeno), mas no abastecimento de produtos agropecuários (hortigranjeiros, leite e produtos com nicho de mercado especializado como orgânicos, ervas-finas, leite de cabra, trutas etc), além de estar servindo como área de lazer para a prática de turismo rural, com a proliferação de hotéis-fazenda, pousadas, spas e casas de segunda residência.

Os agricultores familiares, em grande maioria, passam por uma grave crise devido à concentração de renda e à falta de políticas agrícolas efetivas. As grandes propriedades sempre ocuparam uma parcela considerável do Estado do Rio de Janeiro (representam 11,5% dos estabelecimentos e ocupam uma área de 67,7% dos mesmos), tendo desempenhado papel relevante nas exportações agrícolas do País. Entretanto, após encerrar os ciclos fluminenses de exportação de açúcar, e café (respectivamente 1900-1930 e 1970-1980), a maioria das grandes propriedades voltadas para a comercialização desses produtos passou a caracterizar-se pela falta de dinamismo das atividades agrárias nela desenvolvidas, devido à descapitalização decorrente da decadência das grandes lavouras comerciais. Isso contribuiu para que extensas áreas do Estado apresentassem um nível de aproveitamento agrícola muito inferior ao potencial produtivo das terras, podendo-se mencionar o Vale do Paraíba, onde predomina a pecuária bovina caracterizada por índices muito baixos de produtividade.

Por outro lado, verifica-se que os pequenos proprietários – bastante numerosos – têm poucas possibilidades de realizar investimentos em suas terras, uma vez que operam com retornos muito reduzidos para permitir a capitalização de suas unidades de produção. Esse é o caso dos pequenos proprietários fornecedores de leite às Cooperativas do Noroeste Fluminense, do Médio Vale e Centro Sul Fluminense, os quais, embora detenham a propriedade da terra, têm uma forma de inserção na produção regional que implica reduzida autonomia na condução do processo produtivo e limitações quanto à possibilidade de investir em suas unidades de exploração. Em outros casos, como na Região Serrana, onde há o predomínio da produção de hortigranjeiros em pequenas propriedades, a pluriatividade é adotada como alternativa de fonte de renda pelos agricultores. Muitos, além de realizarem suas funções na propriedade agrícola, exercem atividades não-agrícolas (como caseiros, motoristas, empregados domésticos, fiscais de rodovia etc) nas casas de veraneio, nos hotéis e para as prefeituras da Região.

Constata-se que, em território fluminense, de acordo com o mapa das áreas turísticas (Figura 02), as transformações no espaço rural, como a prática do turismo rural e a disseminação

de empregos não-agrícolas encontram-se associadas ao intenso processo de urbanização, e que pode ser sintetizadas da seguinte forma: eixo que se desloca da RMRJ em direção a Angra dos Reis e Paraty, a Região da Bahia da Ilha Grande, também conhecida como Costa Verde, na qual se destacam as atividades de turismo, que têm provocado imensas transformações, com apelo intenso para o turismo de praia, histórico e ecológico. Esta região concentra, em seu território, grandes reservas de Mata Atlântica, inúmeras ilhas (entre elas a Ilha Grande), cidades históricas como Paraty. Grande parte do território integra áreas de proteção ambiental, o que inibe a prática de atividades agrícolas. A intensa ocupação por grandes hotéis de luxo e condomínios fechados provoca especulação imobiliária, expulsando os produtores familiares de suas terras. A eles, resta inserir-se no mercado de trabalho urbano ou dedicar-se à prática da agricultura extrativista, com a exploração da banana e do palmito, assessorados por técnicos governamentais da EMATER e IBAMA e exercerem atividades não-agrícolas, trabalhando nos hotéis e condomínio. Outro eixo que tem no turismo um forte vetor de crescimento é o que segue da RMRJ em direção a Cabo Frio, Búzios e Macaé, a Região das Baixadas Litorâneas (Costa do Sol). Observa-se um intenso crescimento de turismo de massa em direção ao litoral norte do Rio de Janeiro, provocando uma intensa urbanização e a proliferação de segundas residências, o que levou ao fracionamento da terra e à expulsão das atividades agropecuárias para a criação de loteamentos e condomínios. A presença da Petrobrás em Macaé representa na constatação de Rua (2002 p. 48), “uma avassaladora especulação imobiliária com profundas marcas de segregação socioespacial”.

**FIGURA 02: Áreas turísticas do estado do Rio de Janeiro.**



FONTE: Base cartográfica, IBGE Org: NEGEF, 2009.

Outro eixo de urbanização é o que ocorre no “topo da serra” (Rua, 2002) e os principais representantes desse eixo são os municípios de Nova Friburgo, Petrópolis e Teresópolis. Essa área é marcada pela produção de hortigranjeiros e flores, que abastece a RMRJ. Apresenta também um tradicional e significativo polo industrial (com destaque para a moda íntima), além da presença de inúmeros sítios de veraneio, casas de segunda residência, hotéis-fazenda, pousadas, spas, que associam seus estabelecimentos aos aspectos naturais da região. Corresponde a uma área de turismo alternativa ao turismo de praia da Costa Verde e do Sol. Nessa área, ocorre uma intensa produção agrícola em bases familiares, centrada em pequenos estabelecimentos, na mão-de-obra-familiar e na baixa tecnificação da lavoura. Esses produtores, na grande maioria das vezes, ficam à mercê dos atravessadores que controlam o processo de comercialização da produção. Produzem alface, brócolis, couve-flor, tomate etc e apresentam baixo rendimento em suas atividades agrícolas. Para a complementação da renda familiar, se inserem no mercado de trabalho não-agrícola, exercendo atividades de jardineiros, caseiros, domésticos, ou trabalhando em empresas das cidades da região. Essa área também produz orgânicos e hidropônicos, para um mercado consumidor restrito à zona sul da cidade do Rio de Janeiro. Na Região Serrana Fluminense, nota-se a presença marcante de atividades relacionadas ao turismo rural contemporâneo e em sintonia com a produção familiar.

As Regiões do Médio Vale do Paraíba e Centro Sul Fluminense, além da produção leiteira, contribuem com a produção de hortigranjeiros para o abastecimento da RMRJ, mas apresenta, como marca na paisagem, a atividade cafeeira, com presença das grandes casas nas sedes das fazendas, o que levou os municípios da área a organizarem o “Festival do Vale do Café”, porém não apresenta interatividade com os produtores familiares, que continuam a buscar sua complementação de renda nas indústrias da região, que concentram um grande número de empresas do setor metal-mecânico.

As Regiões Norte e Noroeste Fluminense, em função do distanciamento da Área Metropolitana, apresentam fortes características rurais, com a produção de leite, cana-de-açúcar, café e frutas. Esse quadro tem sido alterado com a presença da Petrobrás (e seus royalties), que proporciona empregos também para os agricultores dessas regiões. O estabelecimento de um roteiro turístico associado à atividade canavieira é incipiente e encontra resistência por parte dos proprietários das fazendas.

A intensa urbanização e expansão da metropolização auxiliaram a acirrar as particularidades e as singularidades presentes no espaço rural fluminense e a acirrar os conflitos

fundiários no estado. Temos assim um espaço rural em transformação, que na afirmação de Rua (2002:24) encontra-se com a presença de “urbanidades no rural, que seriam todas as manifestações do urbano em áreas rurais sem que se trate esses espaços formalmente como urbanos”, mas que não se contrapõe à ruralidade, é entendida como “um modo particular de utilização do espaço e da vida social” (Moreira, 2005:21).

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No espaço rural, observam-se inúmeras atividades: as agrícolas, com a produção de matérias primas para indústria, a produção de alimentos, a presença de assentamentos e acampamentos de trabalhadores rurais; e as não agrícolas, como a localização de indústrias, a procura de áreas com a natureza preservada para a construção de residências, de hotéis e pousadas, que geram a necessidade de mão-de-obra e proporcionando a possibilidade de empregos e de aumento da renda familiar aos produtores rurais residentes. O aumento dessas atividades não agrícolas está associado à implementação, pelo poder publico, da infra-estrutura de transporte e de comunicação, que permite a circulação dos fluxos de pessoas, mercadorias, informações e capital.

A maior parte das mudanças corresponde ao espaço rural não incorpora a produção dos complexos agroindustriais e, em sua grande maioria, corresponde à produção familiar em pequena propriedade. É nesse espaço não incorporado ao modelo hegemônico que ocorrem as maiores transformações, pois a procura por áreas que apresentam preservação da natureza e que podem ser transformados em áreas de lazer, com a construção de sítios de final de semana, hotéis e pousadas atraem populações das áreas urbanas e proporcionam empregos aos pequenos produtores rurais. Tal fato oferece-lhes a possibilidade de exercer outras atividades, que não somente as agrícolas. São nesses espaços que também ocorrem o incentivo às práticas agroecológicas e alternativas, em detrimento da forma de produção tradicionalmente efetuada nas médias e grandes propriedades. Esses locais correspondem ao espaço rural revalorizado em decorrência da natureza mais preservada e que se torna uma mercadoria a ser consumida pelas populações, sobretudo de origem urbana.

Nesse contexto, o turismo rural se configura como um segmento importante e dinamizador das relações socioespaciais entre o campo e a cidade no território nacional. Nos estados da Paraíba e do Rio de Janeiro, esta atividade tem contribuído para que tanto o espaço rural quanto o espaço urbano se integrem como espaços de consumo, sem perder as suas especificidades que os tornam atrativos para o segmento turístico.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Edilberto; KIYOTANI, Ilana Barreto; PAES, Tais Alexandre. (2014), **As políticas públicas do turismo rural em Areia – PB**. IX Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável. São Paulo.

CARVALHO E SILVA, Rodrigo Freire de. (org.). (2014), **Paraíba 2000 – 2013**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

IBGE. **Censo demográfico**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=pb>. Acessado em: 24/04/2017.

IDEME. **Produto Interno Bruto do Estado da Paraíba e de seus Municípios 2010 – 2013**. (2016), João Pessoa: Ideme.

JÚNIOR, Luis Leite de Sousa; FRASCAROLI, Bruno Ferreira. (s/d), **Turismo rural: uma alternativa para o desenvolvimento sustentável no município de Nova Olinda – PB**. Trabalho de conclusão de curso (modalidade a distância). Universidade Federal da Paraíba. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Economia, João Pessoa.

JORNAL DA PARAÍBA. **Turismo rural já movimentou R\$ 3 milhões**. 31/08/12. Disponível em: <http://www.jornaldaparaiba.com.br/economia/> Acesso em: 08/05/2018.

LIMONAD, Ester. (1996), **Os Lugares da Urbanização: o caso do interior fluminense**. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo: São Paulo.

Mapa do turismo da Paraíba. Disponível em: <http://www.paraiba.com.br>. Acessado em: 24/04/2017.

MOREIRA, Ruy. (2001), Uma Análise Crítica do Modelo de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro. In: MOREIRA, Ruy et al. **Anais do Seminário**. Niterói: EDUFF. p. 127-132.

MOREIRA, Roberto José. (2005), Ruralidades e Globalização: ensaiando uma interpretação. In: MOREIRA, Roberto José (org.) **Identidades Sociais: ruralidades no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A. p. 15-40.

RIBEIRO, Miguel A. (2002), Considerações sobre o Espaço Fluminense: estrutura e transformações. In: MARAFON, G. J. & RIBEIRO, M. F (Org.). **Estudos de Geografia Fluminense**. Rio de Janeiro: UERJ. p. 13-26.

ROSA, Lucelina Rosseti; FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. (2006), As categorias rural, urbano, campo, cidade: a perspectiva de um continuum. In: SPOSITO, Maria Encarnação; WHITACKER, Arthur Magon. **Cidade e campo: relações e contradições entre o urbano e o rural**. São Paulo: Expressão Popular.

RUA, João. (2002), Urbanidades e Novas Ruralidades no Estado do Rio de Janeiro: Algumas Considerações Teóricas. In: MARAFON, Gláucio José; RIBEIRO, Marta Foeppe (Org.). **Estudos de geografia fluminense**. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Infobook, p. 27-42.

\_\_\_\_\_. (2006), **Urbanidades no Rural**: o devir de novas territorialidades. Campo-território: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n.1, p. 82-106. Disponível em: < [www.campoterritorio.ig.ufu.br](http://www.campoterritorio.ig.ufu.br)>.

\_\_\_\_\_. (2007) As crises vividas pelo estado do Rio de Janeiro e a emergência de novas territorialidades em áreas rurais. In: **Abordagens teórico-metodológicas em Geografia Agrária**. Rio de Janeiro: EdUERJ.

SILVA, Roosevelt Humberto; SILVA, Magnólia Gibson Cabral da. (2007), Turismo cultural e desenvolvimento em Cabaceiras – PB. Revista eletrônica de turismo cultural. v. 03, n. 02, 2009.

WOODS, Michael. **Engaging the global countryside**: globalization, hybridity and the reconstitution of rural place. Progress in Human Geography. 31 (4). p. 485-507.

## O RURAL E O URBANO EM BRASÍLIA: resgate histórico e tendências atuais

Sergio Magno Carvalho de Souza  
Instituto Federal de Brasília – IFB  
sergio.carvalho@ifb.edu.br

### Resumo

A relação rural-urbano em Brasília foi marcada por uma baixa influência da cidade sobre o campo, dado o caráter terciário da Capital. Porém, o avanço da agropecuária moderna à leste do Distrito Federal (DF) aparenta mudar este quadro. Este trabalho busca resgatar o histórico da relação rural-urbano de Brasília e sua região imediata e apontar novas relações do avanço da modernização agrícola nos municípios vizinhos. Por meio da análise do histórico da relação urbano-rural do DF com sua região imediata e de suas tendências atuais, os resultados apontam reduzido envolvimento da mão de obra residente nas Regiões Administrativas (RAs) à leste do território do DF (Planaltina, Paranoá e São Sebastião) com as atividades do setor agropecuário, contrastando o avanço da modernização agrícola presente no território destas RAs.

**Palavras-chave:** Relações rural-urbano; Brasília; Agropecuária moderna

### Introdução

Historicamente, as relações rural-urbano em Brasília sempre se deram sob a égide de uma cidade voltada ao terciário, com um espaço rural voltado a contribuir no abastecimento da população da metrópole que ia se expandindo. O surgimento de um espaço voltado à agropecuária moderna a leste do território do Distrito Federal, abarcando porções de seu território, aponta para possíveis modificações neste quadro. Este trabalho visa resgatar o histórico das relações rural-urbano de Brasília com seu espaço regional mais imediato, buscando ainda analisar algumas tendências mais recentes por meio de características da população ocupada das Regiões Administrativas mais próximas ao processo de modernização da agropecuária.

A reestruturação produtiva capitalista pode ser entendida, entre algumas possibilidades, como o resultado da reorganização do capitalismo em sua fase mais flexível, após o rígido período fordista (HARVEY, 1992). Tal perspectiva flexível tem ligação com a reorganização interna da produção, na qual a subcontratação da mão de obra, a organização em uma rede articulada de filiais e matriz e novos formatos de gestão e governança empresarial são adotados, com rebatimentos na organização espacial da produção e do consumo (DUPAS, 2001). Esta nova organização dos circuitos de produção e reprodução do capital redundam, por óbvio, em novas funções para os espaços, reconfigurando e rearticulando a cidade e campo em novas bases.

Neste sentido, importante bibliografia tem se dedicado a analisar o novo papel das cidades neste momento da economia global, partindo de compreensões que valorizam as cidades

como nós de gestão das grandes redes globais – preconizando mesmo uma sociedade em rede, como proposto por Castells (1999), ou as propondo, os grandes centros, como principais concentradoras dos serviços do terciário superior e tendo aí sua principal função – e mesmo uma hierarquia (SASSEN, 1991). Por outro lado, outras leituras veem nas cidades um processo mais imbricado com suas regiões imediatas de influência, em especial a perspectiva das cidades-região globais de Allen *et al* (2000). No caso dos espaços rurais, Elias (2003) aponta que no período atual há uma tendência de estímulo à expansão da produção por meio da subordinação do trabalho e da terra ao capital, especialmente por meio das (re)evoluções técnicas na produção rural. É assim que a agricultura se torna uma atividade essencial no momento atual da globalização, tornando-se ela igualmente globalizada e submetida às novas formas de organização da produção capitalista em sua fase flexível. Graziano da Silva (1996) apresenta análise do processo de modernização da agricultura a partir de sua integração aos outros setores produtivos, em especial a indústria.

Assim, tem ficado cada vez menos clara a divisão entre rural e urbano (ao menos nos termos anteriormente postos), havendo novas formas de integração não apenas dos circuitos produtivos quanto dos espaços por eles gerados e das populações aí envolvidas. Tornam-se evidentes as novas relações tidas entre o campo e a cidade, dadas em novas bases, sendo descaracterizada a perspectiva de um espaço rural apartado do urbano, apontando o quadro atual para a integração. Rua (2013) aponta para a existência de “urbanidades no rural”, como uma consequência do processo de expansão difusa do urbano e traço deste no período neoliberal. As cidades tornam-se presentes no campo a partir também de sua presença simbólica, mas também material, como sua influência no preço da terra rural. Marafon (2013) aponta para a cisão da antiga ideia do rural, sendo dele dissociados dois elementos, no período atual: o campo não se presta mais apenas à produção de alimentos; atividades não necessariamente agrícolas se desenvolvem nos espaços rurais. O rural torna-se diferente do agrícola e há cada vez menos contradição entre rural e urbano, mas sim relações de complementaridade e dependência.

No caso de Brasília, o primeiro desafio é compreender até que ponto uma cidade cuja principal função é a de sede da administração pública federal se coloca neste novo emaranhado de relações. A evolução histórica da produção do espaço da cidade e de sua região, englobando aí os espaços rurais e urbanos, teve como mote inicial a necessidade de integração nacional, porém com reduzidas ações de planejamento e gestão da questão regional. Tal demanda somente foi respondida com o Programa da Região Geoeconômica de Brasília, o Pergeb (1975), cujos resultados tanto em âmbito da organização da região imediata de Brasília quanto sobre os

espaços rurais foram limitados. Ao mesmo tempo, em função do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro), foi implantada a agropecuária moderna em municípios próximos ao Distrito Federal, notadamente Unai e Formosa. Tal processo cresceu nas últimas décadas, levando a que Souza (2016) identificasse um “arco da agropecuária moderna” nos municípios à leste do Distrito Federal. Ao mesmo tempo, outros estudos tem buscado compreender a realidade dos espaços rurais dentro do Distrito Federal, podendo ser destacados alguns trabalhos: Dourado (2015) e Moura Filho (2016) apontam para as multifuncionalidades destes espaços em função do processo de expansão urbana de Brasília, no qual atividades como turismo rural tem ganhado força; Bertolini (2015) demonstra a tendência à transformação do espaço rural em urbano e a necessidade de criação de espaços de conservação, ligadas ao controle da expansão urbana.

O que se observa é que a maior parte dos estudos dedicados ao tema da relação rural-urbano sobre Brasília estão dedicados à análise de espaços rurais dentro do Distrito Federal e sua relação, principalmente, com o processo de expansão urbana. Por outro lado, estudos em caráter mais abrangente – regional – ainda estão por ser feitos – na realidade, há de se observar que o tema regional de Brasília é ainda pouco explorado, tendo maior ênfase suas questões urbanas e metropolitanas. O esforço de Souza (2016), em identificar um espaço de avanço da modernização do campo em parte da região oficialmente sob influência de Brasília, a Ride-DF (Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno), dá mostras da necessidade de uma compreensão aprofundada da relação entre os espaços de agropecuária moderna que tem se expandido nas vizinhanças e mesmo dentro do Distrito Federal e sua relação com a metrópole Brasília, de caráter predominantemente terciário.

Dada tal discussão, este trabalho tem como objetivo resgatar o histórico da relação rural-urbano de Brasília e sua região imediata e apontar novas relações em emergência a partir da modernização agrícola nos municípios vizinhos, notadamente da porção leste do território do Distrito Federal.

Como metodologia empregada, dois movimentos principais foram realizados. Inicialmente, é realizado um resgate da produção do espaço de Brasília e de sua região, destacando a relação rural-urbano historicamente produzida. Em seguida, são analisados dados específicos sobre o perfil da população empregada nas cidades-satélites do Distrito Federal, a partir da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios de 2015, com destaque para aquelas ligadas ao setor da agropecuária na porção leste do território do Distrito Federal: Planaltina, Paranoá e São Sebastião. Nestas Regiões Administrativas, o interesse está na população ocupada, especialmente aquela dedicada às atividades do primário, em comparação com outras Regiões

Administrativas do Distrito Federal, bem como no local de trabalho (se há alguma polarização de municípios vizinhos, onde a agropecuária moderna está mais bem caracterizada).

A partir de tal metodologia, o trabalho está estruturado, à frente, da seguinte forma: numa primeira seção é resgatado o processo de produção do espaço de Brasília e de sua região com ênfase nas relações campo-cidade, a partir da periodização utilizada por Souza (2016), que enfatiza os principais processos de produção do espaço: os períodos de implementação das bases territoriais (1956-1969) e o período de formação metropolitana e implantação da agropecuária moderna (1970-1985). Na seção seguinte, o último período é analisado, da expansão metropolitana, expansão da agropecuária moderna e integração do eixo Brasília-Anápolis-Goiânia (1986-2018), sendo aí também analisadas algumas tendências recentes a partir dos dados selecionados.

### **O RURAL E O URBANO EM BRASÍLIA: PERÍODOS DA IMPLEMENTAÇÃO DAS BASES TERRITORIAIS (1956-1969) E DA FORMAÇÃO METROPOLITANA E IMPLANTAÇÃO DA AGROPECUÁRIA MODERNA (1970-1985)**

A presente seção de análise se destina à análise da produção do espaço regional de Brasília em seus momentos iniciais, tendo como foco as relações rural-urbano aí produzidas neste processo. Os antecedentes à produção do espaço de Brasília dizem respeito às necessidades de integração do território nacional no momento de sua modernização econômica, levando ao imperativo de integração e expansão de mercados, notadamente o consumidor, demandado pelo processo de industrialização então em curso.

Considerando tais imperativos, o contexto socioeconômico do período da implementação das bases territoriais (1956-1969) contava ainda com o componente do Estado no período desenvolvimentista, no qual tal empreitada em torno da modernização e integração territorial contou com sua participação direta. Localmente, a região escolhida para abrigar a Nova Capital era constituída de uma rede de pequenas cidades dedicadas às atividades de uma agropecuária de subsistência (MIRAGAYA, 2010). Embora, conforme aponta Bertran (2011), os assentamentos não fossem incomunicáveis, eles estavam claramente distantes dos vetores de modernização do Estado de Goiás, localizados em especial em Goiânia e Anápolis (ESTEVAM, 1997). Magalhães (2010) indica a importância do discurso da modernização na mobilização da população local para a cooperação para a construção da capital.

Em tal contexto, as principais ações de gestão do território privilegiaram, claramente, a produção do espaço urbano da Nova Capital em detrimento da organização da ocupação do espaço regional. Assim, a implantação do Plano Piloto de Brasília, de Lúcio Costa, foi o

principal balizador da produção inicial do espaço brasiliense, incluindo aí suas contradições: a produção inicial de uma forte segregação socioespacial, por meio da construção das cidades-satélites afastadas do centro da cidade e destinadas a abrigar, principalmente, a população trabalhadora de menor renda (GOUVEA, 1991). Em termos regionais a ação tida, conforme destaca Freitag (2012) foi a constituição do Fundefe (Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal), em 1966, cuja ação se destinava, também, aos municípios vizinhos ao Distrito Federal. Entretanto, a atuação de tal fundo ocorreu sem o apoio de um planejamento mais vigoroso, o que levou a que fosse apenas medida compensatória aos municípios próximos, sem estar aliada a uma diretriz de desenvolvimento claramente posta – o que levou a resultados pouco significantes.

Como resultado destas ações de gestão do território, formou-se um quadro regional caracterizado pela construção dos assentamentos urbanos no Distrito Federal e por alguns municípios próximos que tiveram modificações em seus espaços dado o processo de construção da Nova Capital. Entretanto, em que pese a incipiente centralidade já exercida por Brasília, não havia ainda a polarização metropolitana que seria mais bem caracterizada a partir do período seguinte. É importante mencionar que as bases territoriais aí criadas se referem também à rede de infraestrutura criada para a construção de Brasília, notadamente os eixos rodoviários, responsáveis pelo surgimento de novas cidades e modificações nas já existentes. Desta forma, este período inicial marca a produção de um espaço que ainda não teve condições de polarizar um espaço maior – muito por conta, também, da consolidação de Goiânia e Anápolis como polos regionais mais próximos, segundo Arrais (2007).

A partir de tal quadro regional, os resultados sobre as relações rural-urbano são marcadas, igualmente, por este “primeiro impacto” da implantação de Brasília. O espaço urbano da Nova Capital resultou naquilo que Paviani (1987) chamou de “polinucleamento”: um centro principal, o Plano Piloto e vários assentamentos espalhados pelo território dele dependente, separados por amplos espaços – alguns deles rurais. Nos municípios vizinhos, conforme mencionado, houve o impulsionamento da urbanização em alguns deles, sem que tenha ocorrido, contudo, um processo mais massivo. Assim, a característica, no campo, de uma produção voltada à subsistência foi mantida, não havendo ainda traços de uma agricultura comercial mais bem estabelecida. Uma outra consequência da implantação da Capital foi alguma reorganização no sentido de atender às demandas de consumo da cidade; entretanto, por sua característica ainda não metropolitana, isto não foi suficiente para induzir maiores modificações no espaço rural (tanto no Distrito Federal

quanto fora dele). Houve, assim, o início de uma urbanização dispersa, fragmentada, permeada e rodeada de espaços rurais marcados pela pequena agricultura, voltada à subsistência.

No segundo período, da formação metropolitana e implantação da agropecuária moderna (1970-1985), o contexto socioeconômico nacional apontava para a manutenção do processo de modernização do território nacional, dado agora sob um contexto político autoritário, no qual passaram a ser formulados e implantados os grandes planos e projetos de desenvolvimento. Neste contexto, em termos regionais, o Centro-Oeste segue como sendo uma das fronteiras de incorporação ao tecido econômico produtivo nacional, o que o tornará, como se verá à frente, alvo de ações de gestão do território específicas. De forma mais local, Brasília se consolidava como Capital Federal, dada a transferência de mais instituições ligadas ao seu papel como centro da administração pública federal (diante de certa hesitação em torno do papel da cidade como capital na década de 1960 – PAVIANI, 1985). Em termos econômicos, o terciário torna-se o mais importante no Distrito Federal, e, com sua consolidação, o caráter rural de muitas das cidades vizinhas passará por mudanças.

Tendo em vista os imperativos de inclusão produtiva do Centro-Oeste brasileiro, as ações de gestão do território contarão com um período de mais forte atuação. Um primeiro momento importante é dado a partir do II Plano Nacional de Desenvolvimento, que claramente coloca a necessidade de inclusão do Centro-Oeste no espaço produtivo nacional a partir da produção agrícola. Tal imperativo tinha ligação com as necessidades de aumento das exportações e equilíbrio da balança comercial brasileira, em meio ao início de um período conturbado na economia e política internacionais.

Como desdobramentos do II PND, dois planos de desenvolvimento serão cruciais para a produção do espaço da região de Brasília: o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro) e o Programa da Região Geoeconômica de Brasília (Pergeb). O Polocentro tinha como principal diretriz de atuação a incorporação de novos espaços à agropecuária, tendo ainda a perspectiva de modernizar a produção na região. Entre seus objetivos constava o estímulo à pesquisa e inovação no campo, ações sobre a infraestrutura (como eletrificação rural e abertura de estradas vicinais) e a expansão da concessão de crédito agrícola no campo<sup>64</sup> (MINTER; SUDECO, 1975). No caso da região de Brasília, sua atuação foi bastante incisiva nos municípios de Formosa-GO e Unaí-MG, iniciando aí o processo de modernização de sua produção.

---

<sup>64</sup> É válido lembrar que o sistema de crédito agrícola fora reorganizado visando a modernização da produção no campo na década de 1960, sendo um dos principais ingredientes da política agrícola dos governos militares (GRAZIANO DA SILVA, 1996).

Já o Pergeb tinha como premissa fundamental (ao menos declarada) a ideia de oferecer aos municípios vizinhos ao Distrito Federal um nível de desenvolvimento mais próximo daquele existente dentro do quadrilátero de Brasília. A leitura do plano e suas diretrizes claramente apontavam na perspectiva de se buscar reduzir a pressão migratória interna de Brasília, elevada praticamente desde a implantação da cidade. Para tanto, as ações do Plano eram voltadas não apenas para o setor produtivo, mas visavam também modernizar a oferta de serviços públicos e a infraestrutura dos municípios vizinhos (MINTER; SUDECO, 1975). Inicialmente, sua atuação deu-se a partir de eixos, passando, já em fins da década de 1970 (quando já se revelava a pouca efetividade do Programa), para uma regionalização em três zonas: a de contenção (identificada como sendo o próprio Distrito Federal); a de transição e controle (muito próxima do que veio depois a ser conhecido como “Entorno de Brasília”); e uma de dinamização de âmbito regional. Fica nítida, por esta mudança, a ideia de contenção de imigrações. Porém, nem esta mudança surtiu o efeito necessário e manteve-se uma forte pressão migratória sobre Brasília. Cavalcanti e Barreira (2011) apontam, entre as razões do fracasso do Pergeb, a contradição com as premissas e atuação do Polocentro: este programa claramente favoreceu um modelo de agricultura moderna baseado em grandes propriedades, motor de êxodo rural; aquele tinha como premissa a fixação do homem no campo como forma de contenção das imigrações.

Internamente ao Distrito Federal, deve-se destacar ainda as ações de gestão do território que visaram lidar com tais pressões migratórias. Foi mantida a prática de deslocamento da população de ocupações irregulares para assentamentos afastados (cidades-satélites), mantendo o padrão segregatório da ocupação. O principal plano de ocupação do território foi o Peot (Plano Estrutural de Organização do Território do Distrito Federal), de 1977, que tinha como principal premissa orientar o crescimento do espaço urbano para o sul e sudoeste do território. Por outro lado, parte do amortecimento do contingente demográfico que chegava ao Distrito Federal ocorreu nos municípios vizinhos (especialmente nos momentos em que foram dificultadas as condições de acesso à terra), o que os obrigou a ações de planejamento urbano, como o zoneamento do território, no caso de Luziânia (OLIVEIRA, 1983).

Como resultados destas ações de gestão do território, dois processos passam a ser os estruturadores da produção do espaço da região de Brasília: a expansão metropolitana e a implantação da agropecuária moderna. O primeiro processo é resultado direto da intensificação das pressões migratórias sobre a cidade e da forma pela qual as políticas públicas lidaram com isto, levando a que a expansão urbana inicial se torne uma expansão metropolitana, cujo marco foi o atingimento dos municípios vizinhos. Num primeiro momento, o principal afetado foi o

município de Luziânia-GO, que teve a urbanização de importantes parcelas de seu território com população que realizava migração pendular com o Distrito Federal, ampliando espacialmente a bacia de mão de obra da Capital Federal (OLIVEIRA, 1983).

Já para o caso da agropecuária moderna, sua implantação tem ligação direta com a atuação do Pergeb no espaço regional de Brasília. Como dito, dois municípios foram pioneiros neste momento, Formosa-GO e Unaí-MG. Brasília manteve papel importante neste processo, tendo em vista ser a sede da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), colocando-se como polo produtor de inovações. Apesar da existência destes dois processos, fica claro que aquele comandado especificamente por Brasília é o da expansão metropolitana, tendo a implantação da agropecuária moderna atendido interesses e agentes alheios à região (SOUZA, 2016).

No âmbito das relações rural-urbano existentes, o período aponta para uma modificação, claramente causada pelo processo de modernização da produção em alguns dos municípios vizinhos do Distrito Federal. O caráter de produção de subsistência que convivia com uma expansão urbana inicial começa a dar lugar, por um lado, a maiores pressões causadas pela expansão metropolitana – o que levou a que diversos dos espaços rurais viessem a se transformar em espaços urbanos. Por outro, com a implantação da agropecuária moderna, passa a haver uma produção não necessariamente ligada ao abastecimento local, nem das cidades de menor porte, nem de Brasília: é instalada uma agropecuária comercial de maior alcance, organizada a partir de agentes externos à região. Desta forma, mais do que apenas uma relação entre a cidade e o campo, inicia-se uma diversificação destas relações, mesmo pelo ingresso de novos agentes: se anteriormente havia o quadro de uma cidade e um espaço rural ao seu redor, que se destinava a fornecer-lhe itens para seu abastecimento, parte destas relações passam a se dar com agentes exteriores à região, ou mesmo com outras cidades.

É assim que o processo de modernização torna mais complexas e de difícil apreensão as relações rural-urbana entre Brasília e sua região mais imediata. Como houve ainda a implantação do processo, grandes somas do território mantiveram a tendência de uma produção para subsistência, já que a modernização foi seletiva e somente se expandiria de forma mais clara no período seguinte (abarcando, inclusive, porções do território do Distrito Federal), tema da próxima seção.

**O RURAL E O URBANO EM BRASÍLIA: PERÍODO DA EXPANSÃO METROPOLITANA, EXPANSÃO DA AGROPECUÁRIA MODERNA E INTEGRAÇÃO DO EIXO BRASÍLIA-ANÁPOLIS-GOIÂNIA (1986-2018)**

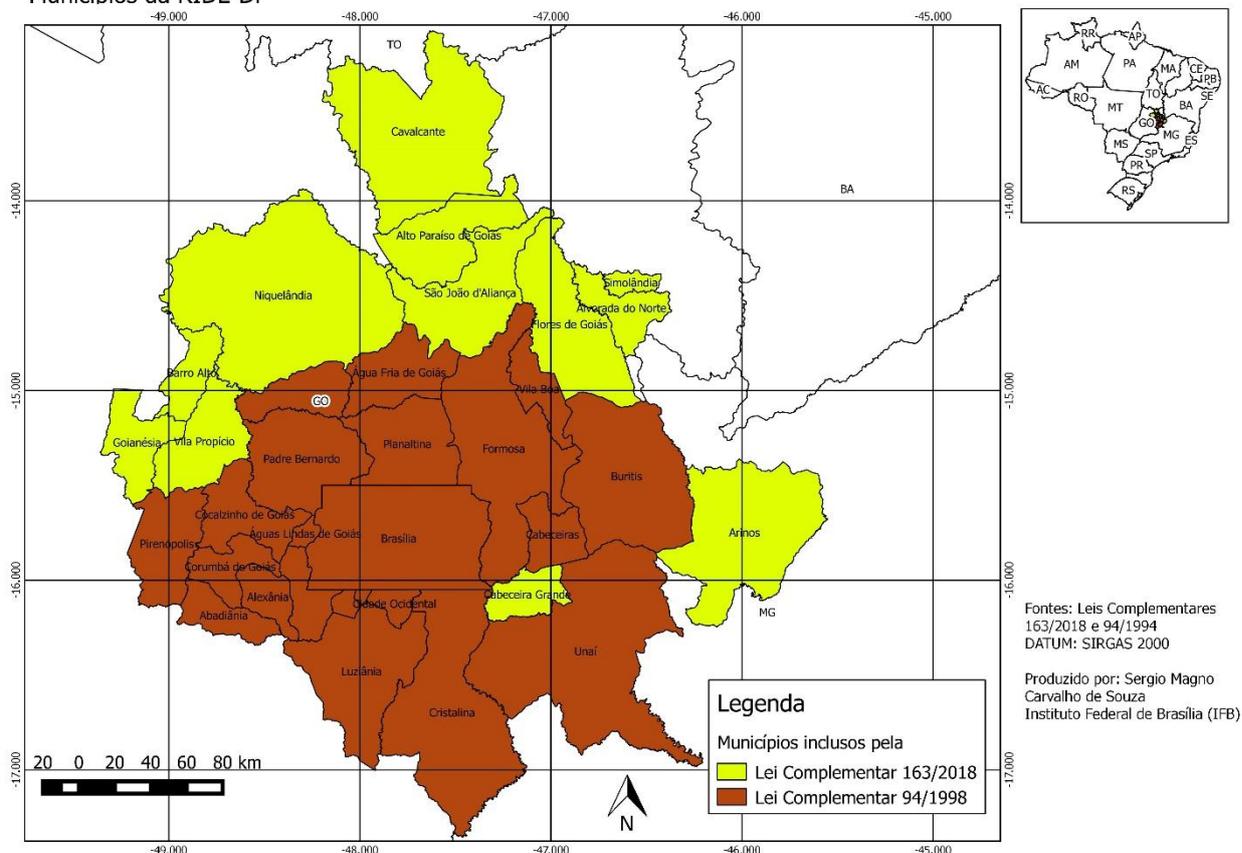
Nesta seção, o interesse se volta ao período mais recente, e, em seguida, as tendências recentes do tema das relações urbano-rurais para Brasília são analisadas a partir dos dados da Pesquisa Domiciliar por Amostra de Domicílios.

No referido período, o contexto socioeconômico aponta para o predomínio de uma perspectiva neoliberal, na qual há uma reorganização na forma de atuação do Estado, tendo este menor prevalência nas ações de gestão do território. Localmente, o Distrito Federal tornou-se, a partir de 1988, autônomo politicamente, o que teve impactos em sua política urbana, mais porosa aos interesses de grupos privados. Em termos econômicos, o Distrito Federal manteve-se concentrado no setor terciário, com larga dependência do setor público, em quadro com baixa tendência de modificação. No caso dos municípios vizinhos, os atingidos pela metropolização tendem a apresentar uma economia ligada ao terciário, com grandes contingentes de mão-de-obra empregados no Distrito Federal. Já em outros municípios, especialmente à leste, a economia tem sido fortemente influenciada pelo setor agropecuário.

A partir de tal contexto, as ações de gestão do território, em âmbito regional, tiveram como seu principal marco a criação da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride-DF). Criada por meio da Lei Complementar nº 94/1998 (e recém modificada pela Lei Complementar nº 163/2018 – Figura 1), sua administração esteve a cargo, inicialmente, do Ministério do Planejamento e Orçamento, passando, a partir de 1999, ao Ministério da Integração Nacional. Mais recentemente, com a recriação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), em 2011, o tema do desenvolvimento da Ride-DF foi passado a esta autarquia. Este período, contudo, foi marcado pela ausência de um instrumento mais claro de planejamento, bem como por ações dispersas e sem uma definição clara de atribuições, causando confusão em torno da atuação do tema metropolitano e regional aí existente (SOUZA, 2017). Outro instrumento relevante da política regional e com impactos na região tem sido a aplicação de recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), especialmente no setor agropecuário, sendo um dos fomentadores da produção local.

Figura 1

Municípios da RIDE-DF



As ações voltadas ao tema urbano e metropolitano apontam, inicialmente, para a elaboração, no Distrito Federal, dos Planos Diretores de Ordenamento Territorial (PDOTs), em 1992, 1997 e 2009. Estes tem refletido os diversos interesses nos quais os governos locais tem se apoiado, ora sendo mais progressistas em termos de formas de ocupação e tributação do uso do solo, ora refletindo premissas mais conservadoras ou puramente normativas (VICENTE, 2012). Nos municípios da Ride-DF, vários Planos Diretores foram aprovados, afim de cumprir o mandamento legal da Constituição de 1988. Entretanto, a aplicação destes planos tem tido baixo êxito, sendo frequentemente descolados da realidade. Em termos metropolitanos, pouco tem sido realizado, destacando-se a definição de um espaço metropolitano mais específico, a Área Metropolitana de Brasília (AMB). Esta ocorreu, porém, sem lastro legal, já que sua definição foi realizada a partir de estudo da Codeplan (CODEPLAN, 2014), que tem se dedicado a melhor conhecer a região, não havendo, contudo, ações mais concretas no sentido da gestão de serviços de interesse comum<sup>65</sup>.

<sup>65</sup> Mesmo com a criação do Consórcio Público de Manejo dos Resíduos Sólidos e de Águas Pluviais Região Integrada do Distrito Federal e Goiás (Corsap DF/GO), em 2013, este tem tido, até o momento, poucas ações efetivas.

Cabe ainda destacar as ações de gestão do território voltadas à agropecuária, na qual tem se destacado o uso de recursos para o financiamento da produção. Um deles, já destacado, diz respeito ao FCO. Há, porém, outras fontes importantes, como recursos próprios do Governo do Estado de Goiás que, por meio de sua agência de fomento (Goiás Fomento), tem aplicado grandes contingentes de recursos na agropecuária modernizada. A atuação no período recente se diferencia do Polocentro por não ter um planejamento mais amplo para a produção e para a ocupação do território, estando mais concentrado no financiamento da produção.

A partir de tais ações de gestão do território, seus resultados apontam para a incidência de três processos principais de organização do espaço regional de Brasília: a expansão metropolitana, a expansão da agropecuária moderna e a integração do eixo Brasília-Anápolis-Goiânia. O primeiro processo é continuidade do que teve início no período anterior, ocorrendo, porém, em novos eixos. Se anteriormente a expansão esteve muito concentrada no eixo sul, no presente momento outros vetores tem atuado: à oeste, em direção à Águas Lindas de Goiás-GO; ao norte, em direção à Planaltina-GO. Motor importante e recente deste processo tem sido as dificuldades no acesso à moradia no Distrito Federal e o estímulo dado à expansão das metrópoles por programas federais como o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

No caso da agropecuária moderna, o processo agora torna-se de expansão, visto que ele passa a abarcar somas maiores do espaço regional de Brasília. Antes concentrado em alguns municípios, a agropecuária moderna se expande e ocupa uma bacia de municípios à leste do Distrito Federal, naquilo que Souza (2016) chamou de “arco da agropecuária moderna”. Tal processo de expansão também tem ocorrido à leste, no eixo da BR 060. Claramente o fomento à produção dadas pelas linhas de crédito tem sido um importante motor deste processo. Os dados apresentados na Tabela 1 são reveladores da existência e expansão do processo de modernização, especialmente quando se consideram os dados sobre o uso de aspersão por pivô central, havendo aí destaque para os valores de Água Fria de Goiás, Alexânia, Cristalina (com quase 100% do uso para esta modalidade), Cabeceira Grande e Unaí.

Tabela 1 - Área dos estabelecimentos por método utilizado para irrigação dos municípios da Ride-DF em 2006 – em percentual<sup>66</sup>

Municípios <sup>67</sup>	Inundação	Sulcos	Aspersão (pivô central)	Aspersão (outros métodos)	Localizado (gotejamento, microaspersão, etc.)	Outros métodos de irrigação e/ou molhação
Abadiânia - GO	-	16,67	-	49,24	-	34,09
Água Fria de Goiás - GO	X	0,17	76,88	8,58	0,45	13,90
Águas Lindas de Goiás - GO	-	-	-	55,63	10,08	34,29
Alexânia - GO	X	2,03	86,95	1,11	1,61	1,33
Cabeceiras - GO	X	X	-	38,60	57,89	X
Cidade Ocidental - GO	-	X	X	18,06	0,68	2,76
Cocalzinho de Goiás - GO	-	X	-	X	X	43,86
Corumbá de Goiás - GO	-	21,42	X	7,29	X	10,61
Cristalina - GO	X	0,05	99,37	0,23	0,32	0,03
Formosa - GO	31,41	3,81	47,98	11,07	4,37	1,36
Luziânia - GO	X	0,27	69,81	16,38	0,87	9,05
Mimoso de Goiás - GO	X	-	X	11,96	X	11,8
Novo Gama - GO	-	-	-	86,69	X	6,68
Padre Bernardo - GO	-	-	59,70	35,04	3,70	1,56
Pirenópolis - GO	5,28	44,87	-	34,17	X	9,35
Planaltina - GO	-	6,19	X	18,04	18,14	6,80
Santo Antônio do Descoberto - GO	X	X	-	39,97	-	5,36
Valparaíso de Goiás - GO	-	-	-	X	X	-
Vila Boa - GO	-	-	-	96,46	X	2,75
Buritis - MG	-	X	72,46	25,10	1,75	0,68
Cabeceira Grande - MG	-	-	99,52	X	X	X
Unai - MG	-	0,22	92,88	5,53	1,05	0,32
Brasília - DF	0,18	1,41	52,44	33,1	10,26	2,61

Fonte: IBGE – Censo agropecuário

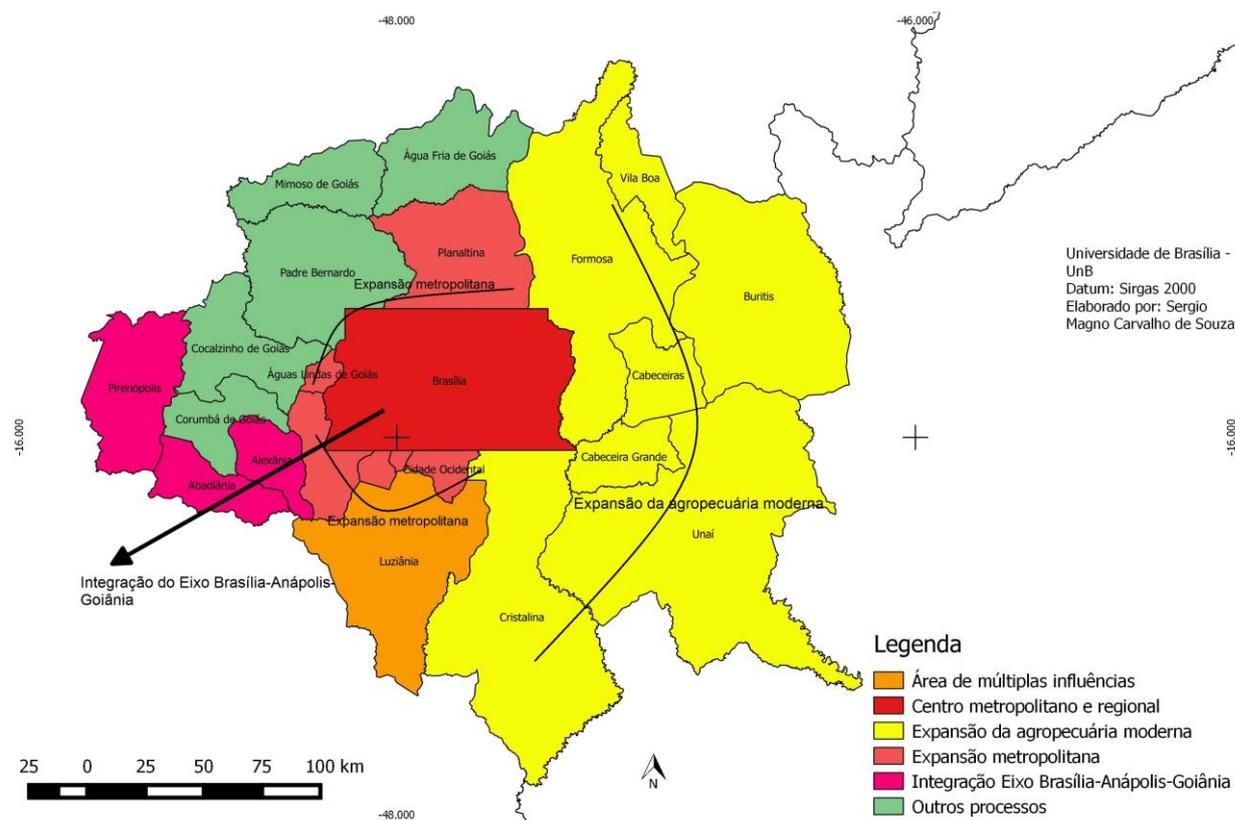
Por fim, o processo de integração do eixo Brasília-Anápolis-Goiânia é resultado dos investimentos realizados na própria BR 060, como sua duplicação, bem como da consolidação e integração das economias de Brasília e Goiânia. Anápolis destaca-se como polo logístico regional, além de ter relevante produção industrial. Além do próprio fluxo de pessoas, é notável a formação do eixo a partir de plantas industriais que tem se instalado às margens da rodovia, muitas deles com incentivos das linhas de crédito ao setor produtivo.

A partir destes processos e considerando a extensão da Ride-DF (de antes da redação da Lei Complementar nº 163/2018), Souza (2016) buscou mapear tais processos estruturantes da formação do espaço regional de Brasília, conforme se pode ver na Figura 2<sup>68</sup>.

<sup>66</sup> Os dados das Unidades Territoriais com menos de 3 (três) informantes estão identificados com o caracter X.

<sup>67</sup> Para efeitos deste trabalho, quando da análise dos dados, Brasília é considerada sinônimo de “Distrito Federal” e aparece equiparada aos municípios.

Figura 2  
Processos estruturantes do espaço da Ride-DF



Fonte: SOUZA, 2016.

Especificamente sobre as relações rural-urbano existentes, o processo iniciado no período anterior, de complexificação e entrada de novos agentes, tem aumentado, em virtude da expansão da agropecuária moderna e do fato de alguns dos municípios aí localizados terem se tornado importantes produtores, como o caso do tomate em Cristalina-GO. Tal complexidade, por outro lado, não deixa claro o papel do centro principal desta região, Brasília, vez que esta mantém seu papel como Capital Federal e sua economia ligada ao setor público. Ao mesmo tempo, espaços das cidades-satélites do Distrito Federal tem sido ocupadas pela agropecuária moderna, sugerindo a possibilidade de que algumas destas estejam mais ligadas ao processo de expansão da agropecuária moderna, inclusive do ponto de vista da gestão. Num primeiro momento, a pesquisa se volta a analisar, a partir de bases secundárias, a presença de mão de obra ligada ao setor agropecuário, que pode ser revelador de uma participação mais clara do território do próprio Distrito Federal nesta dinâmica.

<sup>68</sup> O estudo de Souza (2016) foi realizado antes da inclusão de novos municípios na Ride-DF, não havendo ainda uma atualização de tal estudo a partir da edição da Lei Complementar nº 163/2018.



Para estas três Regiões Administrativas, o setor que possui maiores somas de população empregada é o comércio, com 34,13% em Planaltina, 38,26% no Paranoá e 37,44% em São Sebastião. Desta forma, o perfil médio da população ainda reproduz uma maior concentração no terciário. Outros setores ligados ao terciário – e mesmo à Administração Pública – tem maior preponderância que os valores da agropecuária, apontando um ainda reduzido emprego de mão de obra destas Regiões Administrativas no setor.

Vale mencionar que, para os dados a respeito do percentual de população empregada no setor da agropecuária, as Regiões Administrativas com maiores valores são Brazlândia (4,39%) e Lago Norte (2,35%, sendo Planaltina, com os valores apresentados, a terceira colocada). No caso de Brazlândia, há aí extensas somas de terras voltadas à agropecuária, com ocorrência do processo de modernização, porém com menores traços do agronegócio mais modernizado existente a leste do Distrito Federal. No Lago Norte tradicionalmente há produção de caráter familiar, não havendo também maiores traços que o aproximem da dinâmica do arco da agropecuária moderna a leste do Distrito Federal.

Outro dado que poderia ser revelador de maior interrelação entre o Distrito Federal e a atividade da agropecuária moderna nos municípios vizinhos diz respeito ao local de trabalho da população ocupada. A partir disto, os dados da Tabela 3 apresentam tais dados a partir de algumas Regiões Administrativas selecionadas: o Plano Piloto de Brasília, centro principal da cidade; as próprias Regiões Administrativas em destaque; e as respostas para trabalho fora do Distrito Federal (de forma geral ou em específico na chamada Periferia Metropolitana de Brasília – PMB<sup>69</sup>).

No caso de Planaltina, 40,62% de sua população ocupada tem como local de trabalho o Plano Piloto, muito próximo do que ocorre no Distrito Federal como um todo (41,53%). Na própria Região Administrativa estão ocupados 37,60% de sua população. Há ainda 3,20% ocupados em postos no Paranoá e reduzido contingente nos em municípios fora do Distrito Federal: 0,53% (tanto na PMB quanto em outros municípios fora do DF).

---

<sup>69</sup> A Periferia Metropolitana de Brasília é formada pelos seguintes municípios goianos: Alexânia, Águas Lindas de Goiás, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Padre Bernardo, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso.

Tabela 2 - População ocupada por setor de atividade remunerada segundo as Regiões Administrativas - Distrito Federal - 2015 - em % (parte 1)

<b>Região Administrativa</b>	Agropecuária	Construção Civil	Indústria	Comércio	Empresa pública federal	Empresa pública distrital	Administração pública federal	Administração pública distrital	Transporte e armazenagem	Comunicação e informação
Plano Piloto	1,13	1,30	0,44	15,99	13,97	6,22	23,66	6,47	0,47	5,45
Gama	0,38	4,76	0,38	26,64	1,90	4,66	5,71	8,66	2,95	5,14
Taguatinga	0,49	1,92	-	27,96	4,93	7,79	2,71	7,64	1,48	2,22
Brazlândia	4,39	6,06	0,30	27,12	1,21	6,36	0,76	3,79	4,70	2,12
Sobradinho	1,19	4,23	0,76	33,26	3,58	4,44	6,39	9,10	2,06	2,06
Planaltina	1,96	9,16	0,89	34,13	2,49	3,20	2,58	5,07	2,76	0,89
Paranoá	0,57	9,96	0,43	38,26	1,14	1,71	3,56	2,99	2,42	1,42
Núcleo Bandeirante	1,87	2,01	0,29	35,92	2,59	2,59	8,05	7,47	3,45	5,32
Ceilândia	0,47	5,53	0,19	32,50	0,96	3,49	1,59	3,54	3,50	1,84
Guará	1,06	3,18	0,62	22,35	6,29	2,62	11,02	12,27	3,55	6,35
Cruzeiro	-	1,15	0,43	23,28	5,46	2,30	20,69	9,63	1,72	4,31
Samambaia	0,62	6,59	0,28	31,71	1,32	3,68	2,15	3,26	2,50	1,46
Santa Maria	1,33	8,08	0,55	26,22	2,10	1,88	3,65	1,99	4,98	3,32
São Sebastião	0,56	9,50	1,12	37,44	1,66	1,88	3,77	3,14	2,42	2,27
Recanto das Emas	0,25	9,90	0,42	28,54	0,83	1,50	2,25	3,99	4,99	3,83
Lago Sul	0,88	3,37	1,03	12,02	3,37	3,23	23,02	9,09	0,29	5,28
Riacho Fundo	0,55	3,58	0,69	31,36	1,65	1,24	7,98	8,12	3,85	6,33
Lago Norte	2,35	4,01	0,28	20,61	7,05	1,66	17,01	8,58	0,83	9,82
Candangolândia	0,42	3,60	0,28	27,56	2,08	4,16	6,23	6,23	6,23	4,29
Águas Claras	0,50	4,54	0,30	19,82	2,86	2,40	17,89	12,32	2,39	4,79
Riacho Fundo II	0,83	8,33	0,42	24,72	1,53	1,67	3,33	5,00	5,83	4,72
Sudoeste/ Octogonal	1,33	1,25	0,17	11,59	3,75	3,92	33,94	10,84	1,08	7,01
Varjão	0,24	14,37	0,49	33,74	0,49	0,73	1,58	0,85	2,31	1,10
Park Way	1,20	2,93	0,27	17,58	5,46	3,46	19,44	8,66	1,73	5,86



Tabela 2 - População ocupada por setor de atividade remunerada segundo as Regiões Administrativas - Distrito Federal - 2015 - em % (parte 2)

Região Administrativa	Educação	Saúde	Serviços domésticos	Serviços pessoais	Serviços creditícios financeiros	Serviços imobiliários	Serviços gerais	Administração Pública de Goiás	Não sabem
Plano Piloto	4,26	4,38	1,20	8,10	1,48	0,26	5,01	0,11	0,11
Gama	4,47	4,95	2,76	3,62	1,71	0,19	20,74	0,38	-
Taguatinga	4,34	3,06	2,51	14,69	1,48	0,25	16,22	180,30	-
Brazlândia	1,82	2,88	5,45	4,70	0,76	0,30	25,15	2,12	-
Sobradinho	5,74	3,47	4,01	5,31	2,28	0,54	11,27	0,33	-
Planaltina	2,84	3,38	6,49	5,78	1,60	0,44	16,00	0,09	0,27
Paranoá	2,42	2,56	10,10	5,26	0,43	-	16,50	0,28	-
Núcleo Bandeirante	4,74	2,87	2,73	2,44	2,44	0,72	13,51	0,86	0,14
Ceilândia	3,10	2,33	4,58	11,30	0,55	0,04	21,74	2,78	-
Guará	3,36	5,11	3,42	3,74	3,49	0,68	10,71	0,06	0,12
Cruzeiro	4,89	5,46	2,59	4,74	0,86	0,29	12,21	-	-
Samambaia	2,71	2,29	4,86	5,00	0,90	0,14	29,77	0,76	-
Santa Maria	3,32	2,77	6,53	3,76	0,66	0,44	28,21	0,22	-
São Sebastião	3,46	3,02	12,18	3,33	0,69	0,45	12,82	0,19	0,11
Recanto das Emas	2,41	3,41	5,91	3,08	2,00	0,25	26,21	0,25	-
Lago Sul	4,69	6,30	4,84	9,53	3,96	1,17	7,48	0,15	0,29
Riacho Fundo	3,71	3,30	2,48	3,03	2,20	0,83	18,84	0,28	-
Lago Norte	4,01	5,81	5,26	3,73	2,63	0,97	5,26	0,14	-
Candangolândia	4,99	2,49	2,22	4,57	3,05	1,11	19,94	0,55	-
Águas Claras	4,59	5,13	1,84	7,21	3,16	1,01	8,81	0,40	0,02
Riacho Fundo II	3,47	3,75	4,31	2,64	1,94	-	27,08	0,42	-
Sudoeste/ Octogonal	3,84	6,51	0,67	3,50	3,92	0,83	5,75	0,08	-
Varjão	1,83	1,58	16,93	4,75	0,37	0,12	18,51	-	-

Park Way	3,99	5,86	3,46	3,06	5,06	0,40	11,58	-	-
SCIA - Estrutural	1,24	0,99	5,83	12,90	0,37	-	33,62	-	-

<b>Região Administrativa</b>	Educação	Saúde	Serviços domésticos	Serviços pessoais	Serviços creditícios financeiros	Serviços imobiliários	Serviços gerais	Administração Pública de Goiás	Não sabem
Sobradinho II	3,66	3,58	6,08	5,16	1,92	0,50	11,41	0,17	-
Jardim Botânico	6,40	4,44	3,00	6,92	3,13	0,65	5,48	-	-
Itapoã	2,25	3,43	10,44	2,51	0,26	0,40	20,74	-	-
S.I.A	1,44	1,68	0,48	7,69	0,24	0,48	11,30	-	-
Vicente Pires	3,17	3,91	2,52	10,09	0,98	0,16	15,87	0,16	-
Fercal	0,58	1,89	9,29	2,32	1,16	0,29	21,48	0,15	-
<b>Distrito Federal</b>	<b>3,50</b>	<b>3,54</b>	<b>4,53</b>	<b>6,78</b>	<b>1,58</b>	<b>0,36</b>	<b>17,55</b>	<b>0,68</b>	<b>0,04</b>

182

Fonte: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios 2015.

Tabela 3 – População ocupada que trabalha segundo as Regiões Administrativas - Distrito Federal – 2015  
- em %

Região Administrativa	Plano Piloto	Planaltina	Paranoá	São Sebastião	Fora do DF	Periferia Metropolitana do DF
Plano Piloto	89,95	0,14	0,44	0,22	0,15	0,18
Gama	33,30	-	-	-	-	1,71
Taguatinga	31,95	0,05	0,05	0,05	0,20	0,84
Brazlândia	25,31	0,15	-	-	0,61	1,51
Sobradinho	39,55	2,38	0,54	-	0,32	0,65
Planaltina	40,62	37,60	3,20	-	0,53	0,53
Paranoá	36,98	0,43	31,15	0,85	0,14	0,14
Núcleo Bandeirante	40,52	-	0,43	0,28	0,15	0,58
Ceilândia	28,14	0,02	0,04	0,04	0,10	1,11
Guará	50,12	0,06	0,12	0,31	0,25	0,12
Cruzeiro	53,02	-	0,57	0,29	-	0,14
Samambaia	29,42	-	0,07	0,07	0,28	0,97
Santa Maria	38,16	-	0,11	0,11	0,66	1,22
São Sebastião	34,10	0,30	0,68	30,62	-	0,12
Recanto das Emas	30,70	0,08	-	0,25	0,42	0,67
Lago Sul	70,38	-	0,74	0,44	0,74	0,74
Riacho Fundo	41,26	0,28	-	-	0,14	0,83
Lago Norte	63,21	0,42	2,07	-	-	0,69
Candangolândia	48,62	-	0,14	-	0,14	0,27
Águas Claras	49,73	0,08	0,20	0,10	0,23	0,63
Riacho Fundo II	29,58	-	-	0,14	0,14	0,55
Sudoeste/ Octogonal	80,32	0,08	0,17	0,08	0,08	0,08
Varjão	25,69	0,13	1,35	0,13	0,13	0,37
Park Way	62,72	-	0,13	-	-	0,40
SCIA - Estrutural	24,19	-	0,13	-	0,13	-
Sobradinho II	39,05	1,17	0,75	0,08	0,50	0,42
Jardim Botânico	59,66	0,13	0,65	6,13	0,65	0,26
Itapoã	31,57	0,13	9,38	0,66	0,13	0,13
S.I.A	49,30	-	-	-	-	-
Vicente Pires	32,55	-	-	0,16	0,57	0,32
Fercal	15,08	0,29	0,43	0,13	0,13	0,13
<b>Distrito Federal</b>	<b>41,53</b>	<b>2,51</b>	<b>1,07</b>	<b>1,28</b>	<b>0,25</b>	<b>0,69</b>

Fonte: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios 2015 (dados selecionados pelo autor).

Para o Paranoá, 36,98% de sua população ocupada trabalha em posto de trabalho no Plano Piloto. Na própria Região Administrativa, 31,15%. Fora do Distrito Federal, os valores são os mesmos para os municípios da PMB e outros municípios: 0,14%.

Para o caso de São Sebastião, trabalham no Plano Piloto 34,10% de sua população ocupada; na própria Região Administrativa, 30,62%; nos municípios da Periferia Metropolitana de Brasília, 0,12%.

Os dados apontam, assim, para a tendência a que a maior parte da população das três Regiões Administrativas selecionadas trabalhem no centro principal da cidade, o Plano Piloto, reproduzindo a tendência da maior parte das outras Regiões Administrativas. Ao mesmo tempo, há um importante contingente de população que trabalha nas próprias Regiões Administrativas; porém, como visto nos dados da Tabela 2, uma pequena parcela declara trabalhar no setor agropecuário, sendo mais preponderante o comércio (que, provavelmente, abarca a maior parte desta população ocupada que trabalha na própria Região Administrativa). Um dado que poderia ser maior revelador de uma interface mais ativa entre o Distrito Federal e o processo de modernização agrícola a leste de seu território, o valor relativo de trabalhadores empregados em fora do Distrito Federal revelou iguais valores muito reduzidos, apontando que a maior parte da população ocupada tem ainda pouco envolvimento com o processo de expansão da agropecuária moderna na Região de Brasília.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Considerando o atual período de ressignificação das relações urbano-rural a partir dos efeitos dos processos de reestruturação produtiva do capitalismo, o caso analisado aponta para um histórico iniciado com a típica divisão entre o espaço urbano e o rural, considerando o momento inicial de produção do espaço de Brasília. Novas relações surgiram a partir da modernização da produção agrícola na década de 1970, processo este que passou a se expandir mais recentemente. Por outro lado, ainda que tal processo abarque fatias do território do Distrito Federal, os resultados analisados apontam para a predominância do terciário, especialmente aquele ligado ao setor público, na estrutura econômica do quadrilátero. Mesmo no setor em que ocorre maior contato com este arco de expansão da agropecuária moderna, a leste, os efeitos ainda são poucos sentidos, em termos de contingente de mão de obra empregada.

A partir de tal resultado, uma possível interpretação pode ser dar no sentido de que a agropecuária moderna aí empregada tende mesmo a ter um perfil de menor ocupação da população residente. Se assim for, um próximo passo necessário à pesquisa será justamente compreender os efeitos do setor da agropecuária moderna na economia

das Regiões Administrativas, seja na fatia em que elas contribuem para o Valor Agregado do PIB do Distrito Federal, seja em uma análise de possíveis efeitos nos circuitos produtivos empregados. Tal análise pode revelar, por exemplo, que a agropecuária moderna apresenta impactos em setores que empregam maiores contingentes, como o comércio (quanto deste comércio não pode ser hoje dedicado à agropecuária moderna?). Outro tema a ser melhor explorado é uma análise mais detida dos municípios mais diretamente envolvidos na expansão da agropecuária moderna, especialmente os limítrofes a leste e nordeste do Distrito Federal. O quadro que se tem atualmente é o de espaços comandados por lógicas alheias à região; porém até que ponto Brasília serve de apoio ao trabalho destas lógicas? Ou estas ocorrem a partir destes municípios e ocupam porções do território do Distrito Federal?

Para além destes questionamentos, o que aparenta se confirmar é o papel de Brasília como Capital Federal (influenciadora em escala nacional) muito mais consolidada do que como centro regional, ou centro articulador de uma rede de cidades mais imediata. A lacuna deixada pela ausência de uma política de desenvolvimento regional que utilizasse a existência da Capital como nó articulador de uma rede de cidades deixam ainda claras as deficiências da ideia inicial de Brasília como centro irradiador de desenvolvimento em sua região.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALLEN, J; MASSEY, D; COCHRANE, A. **Rethinking the region**. Londres: Routledge, 1998.

ARRAIS, T. P. A. Planejamento e desenvolvimento regional: a intervenção governamental e a problemática regional em Goiás. **Mercator – Revista de Geografia da UFC**, vol. 6, nº 12, 2007, p. 25-36.

BERTOLINI, V. A. **Para onde vai o rural no DF?** – Análise de processos sócio espaciais ocorridos nas áreas rurais do Distrito Federal – de 1960 à 2000. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

BERTRAN, P. **História da terra e do homem no Planalto Central:** eco-história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

CASTELLS, M. **A era da informação:** economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAVALCANTI, M. A; BARREIRA, C. C. M. A. Ações da Sudeco no desenvolvimento do Centro-Oeste no Estado de Goiás. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 31, nº 2, p. 179-191, 2011.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL (CODEPLAN). Nota Técnica nº 1/2014. Delimitação do espaço metropolitano de Brasília (Área Metropolitana de Brasília). Brasília: Codeplan, 2014. Disponível em: < <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/NT-N%C2%BA-01-2014-Delimita%C3%A7%C3%A3o-do-Espa%C3%A7o-Metropolitando-de-Bras%C3%ADlia-%C3%81rea-Metropolitanda-de-Bras%C3%ADlia.pdf>> Visto em agosto de 2018.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios**. Brasília: Codeplan, 2015. Disponível em < <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/PDAD-Distrito-Federal-1.pdf>>. Visto em agosto de 2018.

\_\_\_\_\_. **Atlas do Distrito Federal 2017**. Brasília: Codeplan, 2017. Disponível em < <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/05/Atlas-do-Distrito-Federal-2017.pdf>>. Visto em agosto de 2018.

DOURADO, A. C. G. **A agricultura urbana do Distrito Federal: Contextos e reflexões sobre as ruralidades em meio urbano**. 183 p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

DUPAS, G. **Economia global e exclusão social: Pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

ELIAS, D. **Globalização e agricultura: a região de Ribeirão Preto**. São Paulo: EdUSP, 2003.

ESTEVAM, L. A. **O tempo da transformação: estrutura e dinâmica na formação econômica de Goiás**. 203f. Tese (Doutorado em Economia). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

FREITAG, P. B. **A institucionalização do planejamento regional de Brasília: o Fundefe e o Pergeb sob a lógica da metropolização**. 156f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

GOUVÊA, L. A. A Capital do controle e da segregação social. In: PAVIANI, A. (org.). **A Conquista da Cidade: movimentos populares em Brasília**. Brasília: EdUnB, 1991.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP-IE, 1996.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1992.

MAGALHÃES, L. R. **Sertão planaltino: cultura, religiosidade e política no cadinho da modernização (1950-1964)**. 299f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

MARAFON, G. J. Considerações sobre as transformações no espaço rural. In: FERREIRA, A; RUA, J; MARAFON, G. J; SILVA, A. C. P.(orgs.). **Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais**. Rio de Janeiro: Consequência, 2013.

MINISTÉRIO DO INTERIOR; SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE (SUDECO). **II Plano Nacional de Desenvolvimento: Programa de ação do Governo para a Região Centro-Oeste**. Brasília: SUDECO, 1975.

MIRAGAYA, J. F. G. Dos bandeirantes a JK: a ocupação do Planalto Central brasileiro anterior à fundação de Brasília. In: PAVIANI, A; BARRETO, F. F. P; FERREIRA, I. C. B; CIDADE, L. C. F; JATOBÁ, S. U (orgs.). **Brasília 50 anos: a capital e a metrópole**. Brasília: EdUnB, 2010.

MOURA FILHO, C. H. **Dinâmica territorial no Distrito Federal: os casos dos Núcleos Rurais Lago Oeste e Vargem Bonita**. 232 p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

OLIVEIRA, M. L. P. **O mercado imobiliário urbano na periferia do Distrito Federal: um estudo de caso – a Cidade Ocidental**. 211 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano). Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 1983.

PAVIANI, A. A metrópole terciária. In: PAVIANI, A. (org.) **Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão**. Brasília: Projeto, 1985.

\_\_\_\_\_. Periferização Urbana. In: PAVIANI, A. (org.). **Urbanização e Metropolização: a gestão dos conflitos em Brasília**. Brasília: EdUnB, Codeplan, 1987.

RUA, J. Urbanidade, urbanidades, urbanidades no rural: uma construção para melhor compreender a unicidade do espaço geográfico. In: FERREIRA, A; RUA, J; MARAFON, G. J; SILVA, A. C. P.(orgs.). **Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais**. Rio de Janeiro: Consequência, 2013.

SASSEN, S. **Cidades na economia mundial**. São Paulo: Estudio Nobel, 1991.

SOUZA, S. M. C. **Reestruturação produtiva, produção de subcentros e desigualdades socioespaciais na Ride-DF**. 321p. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

\_\_\_\_\_. Gestão regional e metropolitana na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride-DF): arranjo institucional, agentes e políticas públicas. **Élisée, Revista de Geografia da UEG**, v. 6, nº 2, p. 9-28, 2017.

VICENTE, V. M. B. **Análise de mudanças institucionais na política de ordenamento territorial urbano no Distrito Federal (1991-2009)**. 246f. Tese (Doutorado em Administração). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

## 43 ANOS DE EXTENSÃO RURAL NO AMAPÁ: Antecedentes Históricos e Desafios ao Desenvolvimento Rural.

**José Maria Pantoja Vaz<sup>70</sup>**

[zemariavaz@bol.com.br](mailto:zemariavaz@bol.com.br)

**João da Luz Freitas<sup>71</sup>**

[jfreitas.ap@bol.com.br](mailto:jfreitas.ap@bol.com.br)

### RESUMO

O trabalho enfoca um resgate histórico do Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural-ATER e seus desafios no estado do Amapá. Aborda a trajetória do serviço que é de grande relevância social para os agricultores familiares, assim como meio de promoção ao desenvolvimento rural em bases sustentáveis capaz de promover o dinamismo sócio econômico e a melhoria da qualidade de vida dos agricultores. Discorre sobre o Organograma do Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá(RURAP) e os desafios enfrentado pelo serviço, principalmente, nas quedas de sua receita durante as últimas décadas, que forçaram a empresa a mudar sua estratégia e buscar o planejamento estratégico, como uma solução de melhoria de suas atividades no enfrentamento da crise. Aborda também acontecimentos marcantes na ATER amapaense e suas implicações no futuro do serviço.

**Palavras Chave:** Resgate Histórico, Assistência Técnica e Extensão Rural, Desenvolvimento Rural.

### INTRODUÇÃO

O modelo tecnicista adotado pela Revolução Verde, como instrumento de desenvolvimento do setor agrícola, levou a uma situação de crise econômica, política e ambiental, representada, por exemplo, pela degradação dos recursos naturais; pelo empobrecimento da população do meio rural, pelo êxodo rural e pelo crescente aumento dos custos de produção.

Esse processo de desenvolvimento foi perfeitamente assimilado pela extensão rural que, nesse contexto histórico de “modernização”, exercia suas funções de difusão e transferência de tecnologia, de acordo com as práticas difusionistas, adotadas em razão da Teoria da Difusão de Inovações (ROGER, 1969)<sup>72</sup>, sem as devidas considerações com o espaço e o público beneficiário. Ao contrário dos objetivos tradicionais que nortearam a ação extensionista: atuar visando o aumento de produção e da produtividade da agropecuária, para com isso chegar ao aumento da renda e do bem-estar das famílias rurais.

---

<sup>70</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação Mestrado Em Desenvolvimento Regional-PPGMDR, da Universidade Federal do Amapá-UNIFAP.

<sup>71</sup> Docente do Programa de Pós-Graduação Mestrado Em Desenvolvimento Regional-PPGMDR, da Universidade Federal do Amapá-UNIFAP.

O novo papel da extensão rural deve estimular, animar e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável, que envolvam atividades agrícolas e não agrícolas, pesqueiras, de extrativismo, e outras, tendo como centro o fortalecimento da agricultura familiar, visando à melhoria da qualidade de vida e adotando os princípios da Agroecologia como eixo orientador das ações (MDA, 2005)<sup>73</sup>.

Entende-se, ainda, em relação ao espaço rural, que esse deve ser considerado e transformado num local de atividades econômicas múltiplas e dinâmicas, que permitam às pessoas do meio que ali vivem, acesso a condições dignas de vida, semelhante àquelas das regiões urbanas. Esse processo de desenvolvimento local deve ser definido pela comunidade, poder público, movimentos e organizações populares, na busca de um projeto comum para o futuro do seu território, identificando e valorizando os potenciais e riquezas locais. Essa ação articulada do conjunto dos diversos agentes sociais, culturais, políticos e econômicos, públicos ou privados, para a construção de um projeto estratégico que oriente as ações em longo prazo, necessita de uma nova postura e de ações voltadas para a construção de um objetivo comum, inclusive com uma nova postura da extensão rural.

O desenvolvimento, em sua formulação teórica mais ampla, significa a realização de potencialidades sociais, culturais e econômicas da sociedade, em perfeita sintonia com o seu entorno ambiental. O desenvolvimento tem um forte apelo à participação social, seja nos vários tipos de Organizações Sociais, seja nos fóruns e espaços públicos de discussão e deliberação política, na qual a sociedade, juntamente com o poder local, assume o papel de protagonista desse processo. A noção de desenvolvimento implica o aumento de bem-estar com mudança na estrutura econômica e social; envolve a sociedade inteira, em todos seus aspectos<sup>74</sup>.

O Novo Papel da Extensão Rural abriga uma multiplicidade de fatores que envolvem aspectos econômicos, sociais e políticos, entre outros, que devem ter em conta os valores e atitudes de uma população específica. Nesse contexto, tomam relevância as atividades extensionistas que passam a promover parcela significativa da renda no meio rural, através de inovações e de transferências de tecnologias.

---

<sup>72</sup> Teórico americano da Extensão Rural Difusionista.

<sup>73</sup> Ministério do Desenvolvimento Agrário – Brasil.

<sup>74</sup> Não existe uma definição universalmente aceita de desenvolvimento. Uma primeira corrente de economistas de inspiração mais teórica considera o crescimento como sinônimo de desenvolvimento (Desenvolvimento Econômico, Nali de Jesus Souza. \_6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2012, p. 23).

O desenvolvimento enseja uma trajetória de mudanças estruturais e não apenas conjunturais, ou seja, é necessário transformar em longo prazo a educação, a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), além das mais diversas formas de ocupação, que ajudariam a reduzir os estímulos à emigração juvenil, ou pelo menos retardaria, em áreas rurais; e melhoraria a qualidade de vida das pessoas através de saneamento básico, saúde, moradia, segurança, entre outros.

Entende-se então, que desenvolver é alcançar uma condição de equilíbrio social, político, econômico e ambiental enraizado na sociedade, de tal maneira que seja capaz de assegurar a continuidade. O desenvolvimento regional se insere nessa perspectiva, trazendo consigo a premissa da participação efetiva da sociedade civil, diretamente ou através de suas representações, que juntamente com o poder público e as instâncias econômico-produtivas podem debater seus problemas e soluções.

## **ANTECEDENTES HISTÓRICO DA EXTENSÃO RURAL MUNDIAL**

O surgimento da Extensão Rural é tratado em diversos momentos históricos da formação da humanidade. Entretanto, existem muitas controvérsias: de onde e quando surgiu? Aqueles que trataram sobre a origem da extensão rural registraram o surgimento na história Antiga em que coincide com o surgimento e o desenvolvimento das primeiras civilizações e do surgimento da escrita (por volta de 4.000 a.C). Nessa mesma época histórica, registrou-se que o Imperador Romano Adriano, no Egito, já ensinava aos agricultores, nas margens do rio Nilo, o manejo e as técnicas para plantar trigo irrigado. Outros consideram que a gênese da extensão estaria nas primeiras escolas gregas, com suas aulas abertas ao público, como os primeiros movimentos de uma extensão universitária, Rocha (2001), aponta como origem da extensão as Universidades Europeias Medievais (Bolonha), na Itália. A Universidade de Bolonha é considerada por muitos estudiosos como a mãe das universidades, teve sua origem nas escolas que ensinavam Direito para prevenir e promover as soluções de conflitos daquela época. Também em Rocha (2001), podemos identificar outro registro da origem da extensão, a autora aponta que as práticas de extensão que ocorriam na Inglaterra, do século XIX, manifestavam-se pela participação dos universitários em campanhas de saúde, na utilização de teatro escolar e outros serviços.

Segundo Peixoto (2008), a extensão como instituição (organização) teve origem no início do século XX, na criação do serviço cooperativo de extensão rural dos Estados

Unidos, estruturada com a participação de universidades americanas, conhecidas como land-grant colleges, que consolidou naquele país, pela primeira vez na história da humanidade, uma forma institucionalizada de extensão rural (ROMANIELLO; ASSIS, 2008).

Movido pela Revolução Verde, que começou em 1943, na cidade mexicana de Chapingo, outro componente estratégico da Guerra Fria, entidades norte-americanas tais como, Programa de Ajuda aos Países Subdesenvolvidos, o Projeto Ponto IV; a Fundação Rockefeller e o American International Association (A.I.A), ajudaram a implantar a extensão rural neste continente. O serviço nasceu por ocasião da crise agrária que se seguiu à Guerra Fria, em um contexto de desenvolvimento acelerado das forças produtivas e de mudança profunda nas relações capitalistas de produção, passando a ser uma das ferramentas de política destinadas a diminuir os efeitos prejudiciais que aquele modelo de desenvolvimento causava nas comunidades rurais, sob a orientação da sociologia da vida rural, com clara inclinação pelos estudos de comunidade, o que estabeleceu as bases teórico-metodológicas para o posterior Serviço Cooperativo de Extensão Rural.

Cabe assinalar que o modelo que seria institucionalizado partia de alguns pressupostos determinados pelas políticas gerais do desenvolvimento capitalista que estava em marcha. Entre estes, destacava-se a lógica do modelo de desenvolvimento urbano-industrial, segundo a qual se faria necessário uma forte transformação na agricultura para que este setor pudesse oferecer suporte ao desejado crescimento industrial (FONSECA, 1982). Este modelo adotava a suposição de que a urbanização era um caminho único e irreversível, de modo que o meio rural deveria integrar-se ao meio urbano, como forma de se alcançar um desenvolvimento homogeneizado.

A partir desta base, o modelo de extensão rural criado nos Estados Unidos da América, foi transferido para o Brasil, em uma época em que o debate sobre a problemática do desenvolvimento estava centrado na procura de elementos capazes de explicar o atraso do nosso país, relativamente aos centros desenvolvidos, de modo a permitir que fossem estabelecidos mecanismos para superar o subdesenvolvimento. Nas dicotomias clássicas, muito ao gosto dos teóricos da época, o meio rural brasileiro era visto como o setor atrasado e era responsabilizado pelos problemas do subdesenvolvimento. Dada esta visão, pensava-se que o meio rural deveria ser transformado, adaptando-se ao modelo geral de desenvolvimento, que propunha uma

política deliberada de desenvolvimento industrial, também no Brasil. A elevação do nível de conhecimento dos agricultores e seus familiares acarretariam a adoção de novos hábitos e atitudes, bem como o desenvolvimento de novas habilidades produtivas (FIGUEREIDO, 1988).

## **EXTENSÃO RURAL NO BRASIL**

### **Antecedentes históricos**

Segundo o Manual Setorial de Planejamento da EMATER RIO GRANDE DO SUL (2001), o Serviço de Extensão Rural no Brasil iniciou sob a inspiração do modelo norte-americano (Farm Security Administration). No final da década de 1948, em Minas Gerais, o serviço piloto de extensão rural teve seu início sob a responsabilidade da Associação Internacional Americana (A.I.A) e em dezembro de 1948, o governo de Minas Gerais assinou convênio com a Associação Internacional Americana(A.I.A), e criou a Associação de Crédito e Assistência Rural – ACAR, tendo início de suas atividades a partir de janeiro de 1949, com o objetivo de promover a melhoria das condições de vida da população rural e apoiar o processo de modernização da agricultura, inserindo-se nas estratégias voltadas à política de industrialização do país.

No início do ano de 1949, brasileiros e norte-americanos, especialistas em agricultura e em economia doméstica, empreenderam uma nova tarefa em três comunidades do centro e do sul de Minas Gerais. Sua tarefa: elevar o nível de vida rural em Minas Gerais. O método: ajudar a população rural a ajudar a si própria. Os instrumentos: crédito aos pequenos produtores, assistência técnica, ensino coletivo – ministrado em cada comunidade por um agrônomo e por uma supervisora doméstica. Esta pequena equipe constituiu o núcleo a partir do qual a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) iniciou sua ação” (ACAR-MG, 1950 e 1951).

O serviço de assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)<sup>75</sup>, foi implantado como serviço privado ou paraestatal, com o apoio de entidades públicas e privadas. Posteriormente, com apoio do governo do presidente Juscelino Kubitschek, que, em

---

<sup>75</sup> Assistência Técnica e Extensão Rural

1956, cria a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR, constituindo-se, então, num Sistema Nacional articulado com Associações de Crédito e Assistência Rural nos Estados.

Em meados da década 1970, o governo do presidente Ernesto Geisel “estatizou” o serviço, implantando o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural – SIBRATER, coordenado pela EMBRATER e executado pelas empresas estaduais de ATER nos estados, as EMATER’S. Como parte dos programas de ATER daquela época, durante mais de uma década, a participação do Governo Federal chegou a representar, em média, 40% do total dos recursos orçamentários das EMATER’S, alcançando até 80%, em alguns estados.

Em 1990, o governo do presidente Collor de Mello extinguiu a EMBRATER, desativando o SIBRATER e abandonando claramente os esforços antes realizados para garantir a existência de serviços de ATER no país. As tentativas de coordenação nacional por meio da EMBRAPA e, posteriormente, pelo Ministério da Agricultura, não foram capazes de evitar que as EMATER’S, ficassem à mercê das políticas de ajuste estrutural e das difíceis condições financeiras dos respectivos estados, além de se ver ampliados à influência dos interesses políticos dominantes em cada região sobre os destinos das entidades oficiais de ATER.

A participação financeira do Governo Federal, desde os anos 90, caiu abruptamente, passando a ser irrisória em relação ao orçamento das empresas de ATER do setor público ainda existente. Este afastamento do estado nacional resultou em um forte golpe aos serviços levando a uma crise sem precedentes na ATER oficial, que é tanto maiores quanto mais pobres são os estados e municípios (MDA/PNATER, 2004).

Na ausência do apoio federal aos serviços oficiais de ATER e diante da inexistência de uma política nacional para o setor, alguns estados da federação, num esforço de manutenção deste importante instrumento de política pública, reestruturaram os serviços dando-lhes diversas formas institucionais e criando novos mecanismos de financiamento e operacionalização das empresas oficiais, além de apoiarem outras entidades emergentes. Nesse mesmo período, surgiram e se expandiram várias iniciativas, visando suprir a carência e o vácuo deixado pelo Estado, destacando-se aquelas patrocinadas por prefeituras municipais, por organizações não-governamentais e por organizações de agricultores, entre outras (MDA, 2005).

A extensão rural, que sempre optou pelo trabalho com os segmentos mais aptos a adotar as tecnologias preconizadas, terá que revisar não só o seu entendimento quanto ao tipo e o papel da tecnologia agropecuária, como, sobretudo, mudar radicalmente sua forma de atuação, para que possa responder adequadamente às exigências impostas pela realidade destas famílias rurais empobrecidas. Adicionalmente, deve ficar claro, desde já, que apenas com o apoio do serviço de extensão rural e assistência técnica do Estado não se estará assegurando que estes grupos sociais possam superar as dificuldades hoje vividas (CAPORAL; COSTABEBER, 2007.p.21).

A consequência desse processo de afastamento do Estado e diminuição da oferta de serviços públicos de ATER ao meio rural e à agricultura aparece, hoje, evidenciada pela comprovada insuficiência destes serviços em atender à demanda da agricultura familiar e dos demais povos que vivem e exercem atividades produtivas no meio rural, principalmente nas áreas de maior necessidade, como as regiões Norte e Nordeste. Com isso, restringem-se as possibilidades de acesso das famílias rurais ao conhecimento, aos resultados da pesquisa agropecuária e a políticas públicas em geral, o que contribuiu para ampliar a diferenciação e a exclusão social no campo.

Não obstante, cabe destacar que tanto a Constituição Federal de 1988<sup>76</sup> quanto a Lei 8.171, de 17/01/1991, que dispõe sobre a Política Agrícola, determinam que a União mantenha serviços de ATER pública e gratuita para os pequenos agricultores, compromisso que o Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA, resgata, a partir do ano de 2004, estabelecendo esta Política Nacional, com vistas a atender as necessidades da agricultura familiar, de forma coerente com as estratégias de desenvolvimento do país (MDA, 2005).

## **A EXTENSÃO RURAL NO AMAPÁ**

A articulação para a promoção do desenvolvimento da agropecuária do Território Federal do Amapá, foi objeto da criação da ACAR-AMAPÁ, Associação de Crédito e Assistência Rural do Amapá, ocorrida no dia 05 de fevereiro de 1974, na gestão governamental do Capitão de Mar e Guerra, José Lisboa Freire, tendo como fundamentação, a assistência direta às famílias rurais dos municípios. Seu primeiro Secretário Executivo foi o Engenheiro Agrônomo, Abemor Coutinho.

Este princípio metodológico, contribuiu e muito no despertar de valores socioeconômicos e ambientais nas comunidades. No dia 14 de abril de 1978, com a

---

<sup>76</sup> Art. 187; item IV.

intenção de incrementar as ações coordenadas pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMBRATER, a Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Amapá - ASTER-AMAPÁ, sucedeu a ACAR-AMAPÁ, através de Ata Governamental assinada pelo Governo do Comandante Arthur de Azevedo Henning, tendo como alvo a expansão das atividades de assistência técnica e extensão rural no Território Federal do Amapá.

Em 18 de abril de 1990, deu-se a criação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Amapá - EMATER-AMAPÁ, através do Decreto nº 0025/90. No entanto nesse período a EMBRATER, foi extinta pelo Governo Collor, no momento em que entrava em cena as teses do “Estado Mínimo” onde havia pouco espaço para o processo de políticas públicas. Na época da EMBRATER, o aporte de recursos para manutenção do serviço de assistência técnica e extensão rural correspondia em média até 50% do orçamento a cada entidade estadual. A retração federal no suporte técnico, administrativo, político e financeiro da extensão rural na última década, representou um aumento substancial nas responsabilidades estaduais, inclusive em termos orçamentários. Embora seus efeitos tenham sido generalizados, as entidades de ATER da Região Norte, que por vezes recebiam até 90% de seu orçamento em recursos federais foram as mais atingidas.

A diminuição da abrangência e da qualidade dos serviços ofertados no Estado do Amapá resultou em prejuízo significativo para os produtores, especialmente os da base familiar, o que causou enormes prejuízos na sistemática de ação de todas as associadas do país. Num curto espaço de tempo, ocorreu a criação da FATER, Fundação de Assistência Técnica e Extensão Rural, pelo Decreto nº 097 de 14 de junho de 1991. Verificou-se, porém, que a Fundação, não atenderia os preceitos administrativos de autonomia, para os fins que se destinam a extensão rural. Desta forma, no dia 23 de agosto de 1991, através do Decreto nº 0122/90 foi criado o Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá, RURAP, com a finalidade de assumir a assistência técnica e extensão rural, com o aporte financeiro total advindo do Estado (LUCIEN, 2003).

Atualmente a ASBRAER, que congrega as empresas de ATER continua com o processo de aperfeiçoamento institucional e operacional, assumindo a relevância e urgência atual do debate para a melhoria da assistência técnica e extensão rural no país. No Estado do Amapá este processo de reestruturação já teve o seu início, mas não obteve sucesso para contemplar as ações e retomadas, para a revitalização do serviço

de ATER com qualidade e suporte técnico que viabilizassem uma Ação sistemática que atinja às famílias rurais em toda a sua plenitude, com a difusão de políticas públicas voltadas para o setor produtivo, de vez que há uma relação privilegiada entre extensão rural e o desenvolvimento, pela sua proposta de trabalhar a transferência de tecnologia através de metodologias participativas, AAP<sup>77</sup> e DRP<sup>78</sup>, sem prejuízos das tradicionais metodologias individuais, coletivas e massais da ATER.

Atualmente o Serviço de Extensão Rural Amapaense possui 22 Sedes Locais, distribuído em todos os municípios do Estado, apoiados na força de trabalho composta conforme o quadro abaixo:

Nº	FUNÇÃO	FORMAÇÃO	QTE
01	Analista de Meio Ambiente	Bacharel em Direito	01
02	Analista Social	Ciências Sociais	01
03	Extensionista Agropecuário	Engenharia de Alimentos	02
04	Extensionista Agropecuário	Engenheiro Agrícola	02
05	Extensionista Agropecuário	Engenheiro Agrônomo	37
06	Extensionista Agropecuário	Engenheiro Florestal	02
07	Extensionista Agropecuário	Médico Veterinário	03
08	Extensionista Agropecuário	Zootecnista	06
09	Extensionista Social	Bibliotecária	01
10	Extensionista Social	Economia Doméstica	03
11	Extensionista Social	Nutricionista	03
12	Extensionista Social	Pedagoga	01
13	Extensionista Social	Serviço Social	04
14	Técnico em Extensão Rural	Técnico Agropecuário	77
<b>TOTAL GERAL</b>			<b>143</b>

Fonte: ADINS/RURAP\_Adaptado pelos Autores em: 06/07/2018

Essa força de trabalho atualmente atende, 487 comunidades e 14.375 Agricultores Familiares (ADINS-RURAP, 2016), evidenciando um aumento no número do público atendido, em relação aos anos de 2010, 10.226 e em 2011, 8.639 Agricultores Familiares (ADINS-RURAP, 2016), apesar da exponencial queda dos repasses financeiros disponibilizados pelo estado para suprir o serviço e a falta de

<sup>77</sup> Aprendizagem Ação Participativa.

<sup>78</sup> Diagnóstico Rural Participativo.

horizontalização e democratização dos processos de gestão e de decisão. Mas considera-se que esse aumento se deve ao número de técnicos atuando no Campo.

No contexto do setor primário, a Extensão Rural sempre foi considerada de vanguarda, em função de sua característica ímpar de interiorização, compartilhada no cotidiano com os Agricultores Familiares levando-lhes as informações e tecnologias, através da pedagogia do “aprender a fazer fazendo”.

Não é possível ensinar técnicas sem problematizar toda a estrutura em que se darão estas técnicas. “Não é possível, tampouco, um trabalho de alfabetização de adultos, como pretende sua concepção ingênua, que não esteja associado ao trabalho dos homens, à sua capacitação técnica, à sua visão do mundo.” E ainda, “todo o que fazer educativo, portanto, seja o educador agrônomo, técnicos ou não, que se limite a dissertar, a narrar, a falar de algo, em vez de desafiar a reflexão cognitiva dos educandos em torno deste algo, além de neutralizar aquela capacidade cognitiva, fica na periferia dos problemas. Sua ação tende à “ingenuidade” e não à conscientização dos educandos. E complementa: Eis aí a razão por que a autenticidade da assistência técnica e extensão rural estarão em tornar-se uma ação de caráter educativo (no sentido aqui defendido) com a superação de procedimentos de pura assistencialização técnica (FREIRE, 1983. p. 59).

Na época, os agricultores tiveram alguns sinais de alívio, infelizmente não foi na sua amplitude até pelo fato da ASTER – Amapá ser uma repetidora de ações provenientes da EMBRATER com bastante impacto, mas impraticáveis em determinadas condições. Ações voltadas para o sul do país, eram direcionadas para nossa região. Não obstante essa situação o Extensionista, recebia uma formação de base sócio-política fundamentada na educação popular; e assim, as equipes da área econômica e da área social atuavam junto às famílias rurais. Na época afloraram os grupos de produtores, grupos de senhoras, grupos de jovens, as associações e cooperativas. Já no início dos anos oitenta, iniciou-se na Extensão Rural brasileira, com reflexos visíveis na ASTER - AMAPÁ, um confronto de ideias que se denominou na época, “Linha Produtivista versus Linha Educativa”, o que era um equívoco a partir do princípio pelo qual o homem, na sua constituição psicossomática, não pode prescindir num desses aspectos (RURAP ADINS, 2015).

Para o desafio da extensão rural democrática, na prática, é imprescindível que a postura adotada por Extensionistas, rurais e sociais, seja o de proporcionar inteira liberdade às pessoas para que se organizem da forma que mais lhe convier, respeitando sempre os valores e as tradições dos grupos envolvidos, fazendo com que os agricultores não passem de meros receptores passivos ou instrumentos da extensão rural

e sim pessoas ativas, críticas e reivindicatórias (VERDEJO, 2010)<sup>79</sup>. Para que as potencialidades inerentes às pessoas sejam exercitadas, é necessário que o Extensionistas não desmotive as discussões dos grupos substituindo os seus atores, evitando a manipulação ou protegendo as organizações. Ao contrário, fazer com que as lideranças apareçam para que, num processo educativo contínuo, os agricultores familiares tornem-se de fato os senhores de seus destinos (EMBRATER, 1987).

Fruto dos contrastes sociais se iniciava a construção dos bairros periféricos, na grande maioria formado por produtores rurais que malgrado a boa vontade dos Extensionistas, faltavam-lhes outras necessidades como educação, saúde e crédito, uma vez que já não havia nenhum programa de financiamento aos menos aquinhoados.

A febre do ouro, nessa época, girava em torno de seus 40°C. Daí inúmeros produtores, na ânsia da riqueza e no desespero de prover suas famílias com as necessidades básicas, encontraram nessa atividade aurífera, a completa desestabilização. O que parecia sucesso tornou-se derrota, onde muitos encontraram a morte através de conflitos de todas as ordens, bem como o alcoolismo, como fator fundamental na destruição das famílias. A prostituição infantil e a criminalidade não são realidades de hoje, advém desse período também, agravado certamente com a implantação da zona de livre comércio a qual trouxe consigo bônus e ônus (LUCIEN, 2003.p. 8).

Com a criação do RURAP em 23 de agosto de 1991, extinguiu-se a atividade de bem-estar social da empresa e se adotou uma estrutura administrativa que em determinados aspectos acabou inviabilizando as atividades básicas de Extensão Rural, uma vez priorizando somente a assistência técnica. Houve com isso, uma ruptura bastante profunda na Instituição, com a diminuição de seu quadro de pessoal. Através de concurso público realizado pelo Governo do Estado, novos profissionais ingressaram no RURAP e participaram do último Curso de Capacitação Inicial, ocorrido em 1992. Não se pode ocultar o fato de que o organograma criado para o RURAP não atendeu as expectativas, e paulatinamente a Extensão Rural, distanciou-se de seus princípios básicos, uma vez que a agricultura ficou relegada em planos de menor importância (REESTRUTURAÇÃO DO SERVIÇO DE EXTENSÃO RURAL NO AMAPÁ, 2003).

## **A NOVA POLÍTICA DE ATER E OS DESAFIOS PARA A EXTENSÃO RURAL NO AMAPÁ**

---

<sup>79</sup> Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP/ por Miguel Exposito Verdejo, revisão e adequação de Décio Cotrim e Ladjane Ramos. - Brasília: MDA / Secretaria da Agricultura Familiar, 2010.

Considerando as diretrizes enunciadas pela PNATER<sup>80</sup> (Decreto nº 4.739, de 13 de junho de 2003) quanto ao Perfil Extensionista, para atuar na extensão rural pública, a formação dos agentes deve prescindir de um caráter educativo, com ênfase na pedagogia do saber-fazer, focando o desenvolvimento de habilidades para dinamizar a construção coletiva de conhecimentos, a adaptação e adoção de tecnologias voltadas para a construção de agriculturas sustentáveis, contribuindo para o desenvolvimento local, evidenciando as metodologias participativas, tendo como ponto inicial, a realidade e o conhecimento dos sujeitos envolvidos, oportunizando a relação teoria-prática, compatíveis com interesses, necessidades e possibilidades dos protagonistas envolvidos, além de permitir a avaliação participativa dos resultados (PNATER, 2005).

Nesse sentido, o enfoque temático proposto para esta formação, pretende provocar entre os participantes a reflexão crítica sobre a realidade do fazer extensão rural pública, considerando a necessidade de contribuir com a promoção do protagonismo dos agricultores e agricultoras familiares, enquanto agentes do desenvolvimento rural. Este cenário multidimensional, ainda que indiretamente possua uma conexão com as linhas de ação do Governo do Estado, a partir dos Projetos/Atividades do Setor Econômico que estão sendo construídas para o PPA 2016-2019.

Com o advento da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER, a partir de então, ficou muito mais evidenciada a necessidade da Formação Inicial, até porque, como já foram diagnosticadas, as Escolas e Universidades não estão formando os profissionais com o perfil exigido para os novos tempos e novos desafios apresentados para os serviços de ATER destinados ao fortalecimento da Agricultura Familiar (PEIXOTO, 2008).

Por outro lado, a Formação Inicial cumpre este papel básico e indispensável, embora não possa ser uma etapa estanque e isolada do processo continuado de qualificação profissional dos Agentes. Ao contrário, a prática extensionista, pelas exigências particulares para uma atuação qualificada, torna-se necessário que os Agentes estejam permanentemente atualizados, informados e capacitados para uma ação democrática e participativa, de modo que possam contribuir com as famílias rurais nos seus processos de tomada de decisão sobre gestão, mudança da base técnica, ou com o estabelecimento de estratégias. Assim mesmo, esta qualificação deve permitir umas

---

<sup>80</sup> Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.

práxis comprometida com as comunidades, seja no diagnóstico sobre a realidade, seja no estabelecimento de seus itinerários e planos de desenvolvimento.

## **DESENVOLVIMENTO RURAL E OS DESAFIOS DA ATER NO AMAPÁ**

Admitindo o papel da assistência técnica e extensão rural, no processo educação informal das famílias rurais amapaenses e visando melhorar a distribuição de renda mediante a oferta de igualdade de oportunidades (ou igualdade de acesso a informações sobre tecnologias de produção) e geração de externalidades positivas para toda a população (produção de alimentos a custos menores, quantidades e qualidades maiores; segurança alimentar). Faz-se necessário melhorar os investimentos públicos no setor.

A reestruturação ocorrida no setor, a partir de abril de 2007, não chegou na raiz da questão, pelo menos quanto ao fluxo da ATER a partir das sedes locais. Este foi um claro sinal de que não se tomou conhecimento das inovações estruturais que estavam ocorrendo no país, no contexto da Extensão Rural brasileira: “Algumas das bases teóricas que estão dando suporte para a construção de uma *nova* Extensão Rural aqui definida como “Extensão Rural Agroecológica”, que constitui-se num esforço de intervenção planejada para o estabelecimento de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, com ênfase na participação popular, na agricultura familiar e nos princípios da Agroecologia como orientação para a promoção de estilos de agricultura socioambiental e economicamente sustentáveis.

Na realidade, se trata de um enfoque de intervenção rural oposto ao difusionismo reducionista homogeneizador que, desde meados do século XX, auxiliou a implantação do modelo de agricultura de tipo Revolução Verde” (CAPORAL; COSTABEBER, 2000. p. 4).

A título de exemplo, pode-se observar o que ocorreu com as Sedes Locais do RURAP. Com um novo desenho, criou-se no organograma da Secretaria de Desenvolvimento Rural, a Unidade de Desenvolvimento Local – UDL. Uma estratégia que enfraqueceu a Extensão Rural, uma vez que, o RURAP, passou a ser a única Instituição de ATER, onde não havia de direito a Sede Local no seu organograma. E sabe-se que o Extensionista precisa ter um ponto de apoio e a sede local, escritório local, ou qualquer outra denominação, é o seu refúgio, o seu habitat. No entanto desviou-se o eixo da ação extensionista, em razão de que as sedes locais ficaram sem um responsável, pelas questões administrativas (LUCIEN, 2003).

A UDL possuía, sim, um princípio filosófico correto, porque seria aquele lugar onde estariam localizadas as instituições do Setor Primário, mas na verdade sua existência foi algo meramente virtual. E foi uma questão complexa, porque não se sabia ao certo se a Sede Local do RURAP era a UDL; ou se a UDL, seria a Sede Local, ou ainda se a Sede Local estaria no espaço físico da UDL.

É bem verdade que a Unidade de Desenvolvimento Local - UDL seria uma estrutura que impulsionaria o desenvolvimento, a começar pela força patente de sua etimologia. Mas isso não se deu. A ambiguidade paira justamente no fato de que o Chefe da UDL adquiriu uma autoridade diretriz sobre a Sede Local, uma vez que a Sede Local na época tinha uma pessoa de boa vontade, que estava lá fazendo a parte da documentação administrativa, porque a Sede Local, nem existia mais na estrutura organizacional do RURAP. A Sede Local, nada mais era do que o recanto seguro do agente de ATER. Algo que jamais deveria ter saído da estrutura organizacional da ATER amapaense, por tratar-se do abrigo sociológico da Instituição, pois não se trata de uma questão meramente física; de um prédio. E, por conseguinte, isso é o signo da incompatibilidade da Instituição Oficial de ATER, que está no Amapá, com a Política Nacional de ATER, na sua maturidade, no dia-a-dia de muitas EMATER's país afora. Para dizer que essa estrutura, de difícil explicação e entendimento, permitiu antever sua clara inoperância. Estrutura que, sem dúvidas, contribuiu para o irreversível processo de enfraquecimento do serviço de extensão rural do estado, exatamente por que ao longo dos últimos anos, muitos programas e projetos não tiveram êxito, em razão de que as sedes locais estavam sem seus marcos de referências, que são os chefes locais.

A Extensão Rural Oficial Amapaense, tem negligenciado seu processo de planejamento, que há mais ou menos 25 anos não se planeja estrategicamente para o futuro, justamente porque também foi tirado de seu organograma, por ocasião da reengenharia do setor produtivo em 2007, o Núcleo de Planejamento. Sabe-se que o planejamento é ferramenta básica para tomada de decisão e responsável pelo rumo a seguir da Instituição. Uma das Diretrizes da Política Nacional, diz que se deve: “Viabilizar serviços de ATER que promovam parcerias entre instituições federais, estaduais, municipais, organizações não-governamentais e organizações de agricultores familiares e demais público, estimulando a elaboração de planos de desenvolvimento municipal, territorial e/ou regional, assim como a formação de redes solidárias de cooperação interinstitucional” (PNATER, 2005).

No entanto para isso investimentos devem ser direcionados e balizados através da criação de uma Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural, para uma reformulação geral do serviço, onde contemple a formação dos extensionistas (Pré-Serviço) e capacitação de agricultores, focado ao sistema de produção familiares, dentro do que contempla a agroecologia como paradigma diretivo para a ação extensionista. “O paradigma agroecológico, como um enfoque de intervenção inovador e multidisciplinar, vem sendo construído a partir de uma clara e cientificamente comprovada crise no atual modelo tecnológico e de organização da produção dominante na agricultura. Esta crise se manifesta sob múltiplas dimensões da atividade humana e, portanto, sua superação depende da produção de novos conhecimentos e do progresso científico e tecnológico adaptado às circunstâncias socioeconômicas e culturais das populações rurais. Nesse contexto, a Agroecologia entendida como campo de conhecimento e de investigação oferece ferramentas importantes para subsidiar a intervenção da Nova Extensão Rural em suas estratégias de promoção do desenvolvimento rural sustentável” (CAPORAL; COSTABEBER, 2000).

A ATER amapaense precisa urgentemente enveredar pelas bases do desenvolvimento buscando a sustentabilidade em toda sua plenitude. Para isso agora em 2017, foi constituída uma Comissão através da Portaria Nº. 0131/2017-RURAP-COAFI, de 09/10/2017, que tem a missão de metodologicamente assessorar e dar consultoria à elaboração do planejamento estratégico da Instituição, focando o agronegócio familiar sustentável-AFS, nas bases metodológicas de quatro pilares, sendo: 1.Diagnóstico Rápido Participativo, onde deverá envolver tanto servidores como o público beneficiário do serviço; 2.Construção dos elementos estratégicos (missão, visão de futuro, valores e negócio da Instituição), a missão do RURAP, foi construída por ocasião das Conferências para elaboração de propostas para reestruturação do serviço nacional em 2002, que culminou com a criação da ANATER<sup>81</sup>, que diz:

“Implementar a política de desenvolvimento rural do Estado, por meio dos serviços de assistência técnica e extensão rural aos agricultores familiares, assim com da ação articulada junto a toda cadeia produtiva do setor, visando promover as condições de sustentabilidade alimentar, socioeconômica e ambiental do Amapá” (RURAP, 2011. p. 5).

Portanto, fazendo-se necessário reformulação; 3. Elaboração dos Planos de Ação e 4. Avaliação, Controle e Retroação. O RURAP com essa ação pretende se inserir

---

<sup>81</sup> Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

definitivamente no modelo de Extensão preconizado pela PNATER e buscar soluções para a captação de recursos financeiros, ora estimado pela comissão em R\$ 3.800.000,00(três milhões e oitocentos mil reais)<sup>82</sup>anuais, necessários para que o serviço cumpra sua missão com eficiência, pois, atualmente o financeiro recebido do GEA, pelo serviço(menos de um milhão por ano), não permite que o sua expansão em toda sua capilaridade e que cumpra as ações planejadas, deixando muito agricultores familiares sem assistência. E o mais grave de tudo isso é o aumento do êxodo rural. De acordo com estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), a população do Estado do Amapá é de 797.722 habitantes, sendo que menos de 10% vive no meio rural. Quanto aos indicadores sociais, o Amapá possui a 14ª menor incidência de pobreza, a 12ª menor taxa de analfabetismo e o 15º PIB per capita do país. Indicativos que no meio rural a ATER pode ajudar a melhorar se direcionar suas ações na busca da sustentabilidade.

Montibeller-Filho (2001, p.54) define o desenvolvimento sustentável como o “processo contínuo de melhoria das condições de vida (de todos os povos), enquanto minimize o uso de recursos naturais, causando um mínimo de distúrbios ou desequilíbrios ao ecossistema”. É imperativo que animado nas ações DRP/AAP<sup>83</sup>, o planejamento metodológico da ATER, baseado nas diretrizes da nova política, seja uma constante “garantir que os planos e programas de Ater, adaptados aos diferentes territórios e realidades regionais, sejam construídos a partir do reconhecimento das diversidades e especificidades étnicas, de raça, de gênero, de geração e das condições socioeconômicas, culturais e ambientais presentes nos agroecossistemas”(PNATER, 2005) e assim a ATER no Amapá, poderá vencer os desafios que lhes são impostos e contribuir decisivamente com o desenvolvimento rural sustentável.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Considera-se, portanto, que há necessidade de um novo papel ou postura da extensão rural frente às necessidades atuais, devendo o trabalho estar baseado no desenvolvimento ambientalmente sustentável, economicamente viável e socialmente justo, adequado ao novo perfil do meio rural brasileiro. Isso porque, entre outros fatores,

---

<sup>82</sup> O valor não considera as ações de reformas e revitalização das estruturas em todo o estado. Seria basicamente para custeio e pequenos investimentos.

o número de trabalhadores rurais e famílias dedicadas exclusivamente às atividades agrícolas vêm diminuindo rapidamente, sendo que, durante os anos 1990, dobrou o número de agricultores familiares/trabalhadores do meio rural, que exercem atividades também não agrícolas.

O “novo rural”, como tem sido denominado esse fenômeno, compõe-se basicamente de atividades, como a agropecuária moderna, estreitamente ligada às agroindústrias, e um conjunto de atividades não agrícolas ligadas a: moradia, turismo, lazer, indústria e prestação de serviços.

Os desafios para a extensão rural amapaense frente ao desenvolvimento regional sustentável, passam primeiramente pelo respeito à pluralidade e às diversidades sociais, econômicas, étnicas, culturais e ambientais do meio rural brasileiro, estimulando ações dos Extensionistas, junto à agricultura familiar, mediante o uso de metodologias participativas e uma pedagogia construtivista e humanista, desempenhando um processo educativo para o desenvolvimento local sustentável.

É recomendável, nas ações extensionistas, a adoção dos princípios da Agroecologia, buscando uma melhor relação entre o urbano e o rural, a melhoria da qualidade de vida, o fortalecimento da cidadania, a produção de alimentos limpos e a necessidade de geração de ocupações agrícolas e não-agrícolas no meio rural.

Além disso, faz-se necessário horizontalizar e democratizar os processos de gestão e de decisão, das instituições de extensão rural, sejam elas públicas ou privadas, incluindo nelas a possibilidade de participação dos beneficiários. Ao mesmo tempo, o trabalho dos agentes de extensão rural deve passar a ser avaliado ou medido por resultados obtidos no médio e longo prazo e, inclusive, a partir da observação das diferentes dimensões de sustentabilidade: econômica, social, ambiental, cultural, política e ética, e não apenas dos ganhos de produção e produtividade.

Vislumbra-se, ainda, conforme a necessidade de um Serviço de Extensão Rural, que congregue equipes interdisciplinares, e envolva não somente profissionais de ciências agrárias, mas também sociólogos, psicólogos, nutricionistas, educadores entre outros profissionais, que podem fazer parte do próprio quadro de servidores do município.

---

<sup>83</sup> Diagnóstico Rural Participativo/Aprendizagem Ação Participativa.

Essa nova perspectiva de ação, além do conhecimento técnico, exige que o Extensionista seja um mediador de saberes e conhecimentos, um agente impulsionador do desenvolvimento das comunidades rurais. Precisa, portanto, estar preparado para utilizar técnicas e instrumentos participativos que permitam o estabelecimento de negociações e a ampliação da capacidade de decisão dos grupos sobre sua realidade, devendo criar condições objetivas para ajudar no fortalecimento da cidadania, na efetiva participação dos atores nas decisões, melhorar o acesso dos agricultores familiares às políticas públicas e na melhoria da qualidade de vida das populações rurais, dentro de uma visão e atuação sistêmica e holística, buscando o equilíbrio econômico, social e ambiental no meio rural.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. Estratégias alternativas para a extensão rural e suas consequências para os processos de avaliação. Congresso Brasileiro de Sociologia e Economia Rural, XLV, Londrina. Anais. Londrina: Sober, 2007

ARTIGO: ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR DO ESTADO DO AMAPÁ, AMAPÁ-BRASIL - Irenildo Costa da Silva. Mestrando no Programa de Pós-Graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional – PPGMDR, Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, Brasil, [silvaic2009@hotmail.com](mailto:silvaic2009@hotmail.com); Roni Mayer Lomba Docente do Mestrado em Desenvolvimento Regional – UNIFAP, Brasil, [ronimayer@hotmail.com](mailto:ronimayer@hotmail.com); Antônio Sérgio Monteiro Filocreão. Docente do Mestrado em Desenvolvimento Regional – UNIFAP, Brasil, [filocreao@unifap.br](mailto:filocreao@unifap.br): UNIFAP, Macapá, 2013.

BARROS, T. F.; COSTA, F. M.; A formação dos profissionais de ciências agrárias como obstáculo para implementação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Cadernos de Agroecologia, v. 9, n. 3, 2014.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. AGROECOLOGIA E EXTENSÃO RURAL: Contribuições para a Promoção do Desenvolvimento Rural SUSTENTÁVEL. Porto Alegre (RS): 2004. p. 21.

CAPORAL, F. R; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável: Perspectivas para uma Nova Extensão Rural**: Porto Alegre, 2000. P. 4.

DALRYMPLE, M. American International Association for Economic and Social Development, intitulada "The AIA Story: Two Décades of International Cooperation", 1968. Desafios para a extensão rural: o "social" na transição agroecológica. Agroecol. e Desenv. Rur. Sustent., Porto Alegre, v.3, n.3, Jul/Set 2002.

EMATER. Rio Grande do Sul/ASCAR. Diretrizes para ação extensionista na EMATER/RS-ASCAR: a gestão do processo de planejamento / EMATER/RS-ASCAR. – Porto Alegre: EMATER/RS - ASCAR, 2011.

FARIA, Doris Santos de. (org) Construção Conceitual da Extensão na America Latina. Brasília. Editora UNB. 2001.

FIGUEIREDO, Romeu Padilha de. Extensão Rural ou Extensão do Capitalismo? Análise do sistema ABCAR/EMATER (1948-1979). Esboço de Projeto de Tese, s.d, 1987.

FIGUEIREDO, Romeu Padilha. A Extensão rural no Brasil. I Simpósio Brasileiro de Extensão Rural, Santa Maria, 1981. Palestra (mimeo.).

FONSECA, M. T. L. A extensão rural no Brasil: um projeto educativo para o capital. São Paulo: Loyola, 1985.

FREIRE, P. Extensão ou Comunicação? Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. 8ª ed. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro: 1983. p.59.

IBGE, estimativa populacional, 2017.

LUCIEN, E. M. N. **Reestruturação do Serviço de Extensão Rural no Amapá**. RURAP: Macapá, 2003.

MDA-PNATER, Brasília-DF, 2003.

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), Grupo de Trabalho Ater. “Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural: Versão Final: 25/05/2004”.

MONTIBELLER FILHO, G. **O mito do desenvolvimento Sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias.** Florianópolis: Ed. Da UFCS, 2001. P. 54.

PEIXOTO, M. Extensão Rural no Brasil - Uma abordagem histórica da legislação. Brasília: Consultoria Legislativa do Senado Federal – Centro de Estudos, 2008.

PEIXOTO, M. Extensão rural no Brasil - uma abordagem histórica da legislação. Textos para Discussão. Brasília, Senado Federal, 2008.

PPA-GEA, 2016 – 2019.

ROCHA, R. M. Gurgel. **A Construção do Conceito de Extensão Universitária na America Latina.** In. FARIA, Doris Santos de (org). Construção Conceitual da Extensão na America Latina, Brasília. Editora UNB. 2001.

ROGERS, E. M. **Diffusion of Innovations.** 4. New York: 1995.

ROGERS, E. M., & SHOEMAKER, F. F. Communication of innovations: A crosscultural approach (2nd ed. of Diffusion of innovations). New York: Free Press. 1971.

ROMANIELLO, M.M; ASSIS, T.R.P. Extensão Rural e Sustentabilidade: guia de estudos, Lavras: UFLA, 2015.

RURAP, ADINS. Plano de Reestruturação do Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural-ATER, julho de 2015.

RURAP. PROATER, 2016.

VERDEJO, M. E. Diagnóstico Rural Participativo: guia prático DRP/ por Miguel Exposito Verdejo, revisão e adequação de Décio Cotrim e Ladjane Ramos. - Brasília: MDA / Secretaria da Agricultura Familiar, 2010.

# ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO DO MERCADO IMOBILIÁRIO, PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E O DIREITO A CIDADE EM MACAPÁ-AMAPÁ

Eliane Cabral da Silva  
Universidade Federal do Amapá  
[lianecabral@hotmail.com](mailto:lianecabral@hotmail.com)

## RESUMO

O artigo problematiza aspectos recentes do processo de urbanização em Macapá-Amapá, destacando o avanço da expansão urbana sobre terras rurais como estratégia do mercado imobiliário local para garantir o processo mais geral de acumulação do capital. Até 2012, 90% dos terrenos urbanos em Macapá não eram tituladas, condição que coloca limites para o desempenho das atividades do mercado imobiliário, uma vez que nem toda a terra valorizada no urbano pode ser inserida no mercado formal, pois não possui o título de propriedade. Nesse sentido, impõe-se o avanço da expansão urbana sobre terras rurais regularizadas como forma de ampliar a quantidade de terras disponíveis. A busca pela terra regularizada dinamiza o mercado de terras no entorno da cidade, intensifica conflitos socioespaciais e é um fator determinante nos rumos atuais da expansão urbana.

**Palavras-chave:** Mercado imobiliário. Urbano. Macapá-Amapá.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como base os estudos realizados pela autora entre 2013 e 2017 para sua pesquisa doutoral, efetivada no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Campinas, que resultou na tese “QUANDO A TERRA AVANÇA COMO MERCADORIA PERDE-SE O VALOR DE USO NA CIDADE: REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E A EXPANSÃO URBANA NA CIDADE DE MACAPÁ – AMAPÁ”<sup>84</sup>, e para o projeto de pesquisa registrado no Departamento de Pesquisa da Universidade Federal do Amapá com o código PIH218 e título “A URBANIZAÇÃO EM MACAPÁ-AP APÓS A ESTADUALIZAÇÃO”. Seu objetivo é problematizar aspectos recentes do processo de urbanização em Macapá-Amapá, destacando a regularização fundiária e o avanço da expansão urbana sobre terras rurais como atuais estratégias do mercado imobiliário local para garantir o processo mais geral da acumulação do capital.

Em decorrência das formas de controle e acesso à terra urbana durante o período do Amapá como Território Federal (1943 a 1988), realizado especialmente, via instrumento jurídico da posse, destaca-se que, até 2012, 90% dos terrenos urbanos em

Macapá não eram titulados. Essa condição coloca limites na atuação do capital, visto que nem toda terra valorizada pode ser inserida no mercado formal, por não ter o título de propriedade. Nesse sentido impõe-se o avanço da expansão urbana sobre terras rurais regularizadas, como estratégias do mercado imobiliário para ampliar a quantidade de terras ideais às necessidades do mercado.

Essa busca pela terra regularizada dinamiza o mercado de terras no entorno da cidade, intensifica conflitos socioespaciais e é um fator determinante nos rumos atuais da expansão urbana. No que afeta a produção do espaço urbano e da cidade, as formas loteamentos murados e condomínios fechados, amplamente construídos nessas áreas rurais, sobre as quais avança a expansão urbana, colaboram para fragmentação do espaço urbano, aprofundam a desigualdade social espacial no tecido urbano e dificultam o acesso a cidade como direito na perspectiva defendida por Lefebvre (2001).

Em termos metodológicos a pesquisa adotou a perspectiva da produção do espaço urbano, que tem como estratégia um olhar dialético e crítico sobre a cidade, de forma a identificar agentes, processos e contradições. Henry Lefebvre e David Harvey foram as referências principais para pensar sobre o urbano, a cidade e os processos que envolvem sua produção; nesse sentido, cidade e urbano são preferencialmente entendidos como resultantes de relações sociais e o direito à cidade, entre outras questões, como dar potência ao valor de uso do solo urbano sobre o seu valor de troca.

De acordo com os autores supracitados a cidade é a projeção de uma sociedade sobre um local, não apenas sobre o lugar sensível, mas também sobre o plano específico, percebido e concebido pelo pensamento que determina a cidade e o urbano, e diante desse sentido, o direito a cidade só pode ser formulado como *direito a vida urbana*, de modo que, o direito a cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualidade na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à *obra* (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito de propriedade) estão imbricados no direito à cidade (Lefebvre, 2001, p. 62, 118 e 134).

O direito a cidade é, portanto, muito mais que o direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reivindicar a cidade de acordo com nossos mais profundos desejos, um direito mais coletivo do que individual (Harvey, 2014, p. 28). Um direito que não pode se realizar em uma cidade que separa as pessoas por grupos sociais através de muros.

A coleta de dados empíricos ocorreu via investigação de campo, mapeamento dos principais empreendimentos imobiliários residenciais e levantamentos em órgãos oficiais, como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitacional – SEMUDH, Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA entre outros; e por meio da construção de uma cartografia com a localização de parte dos empreendimentos privados residenciais realizados e em realização em Macapá, entre 2010 e 2016.

Como resultados do trabalho identificou-se que foram construídos mais de 28 empreendimentos residenciais privados em Macapá entre 2010 e 2016, sendo parte, considerável deles, localizados em terras que eram rurais, e que o processo atual de urbanização em Macapá tem raízes nas novas formas sob as quais o capital passa a aplicar os seus excedentes na região, valorizando o urbano como um dos motores do processo mais geral da acumulação.

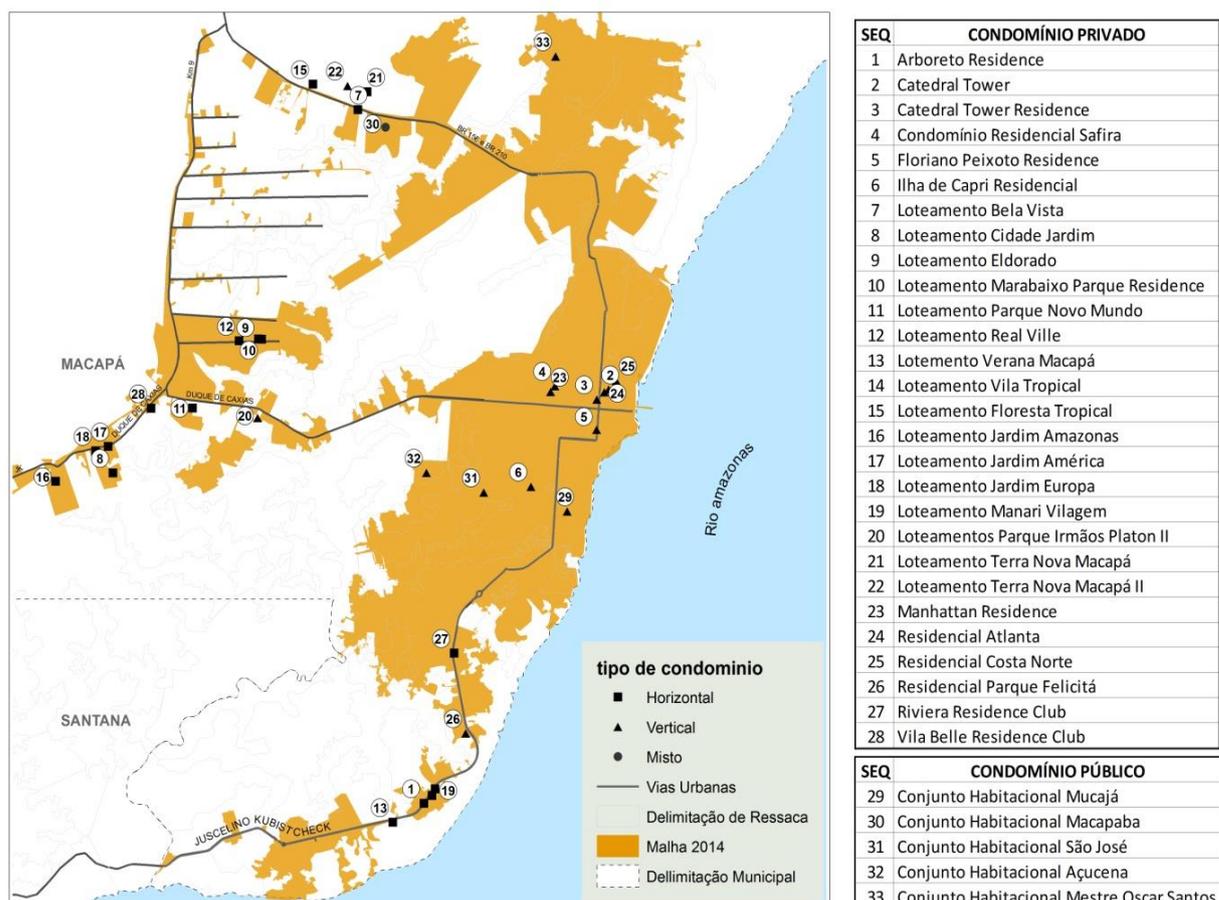
#### **Às novas estratégias de atuação do mercado imobiliário em Macapá**

O Mapa da Figura 1 demonstra a distribuição espacial dos empreendimentos residências públicos e privados, construídos entre 2010 e 2016 em Macapá, e nele é possível observar que os empreendimentos públicos estão distribuídos pela cidade, sendo 2 (dois) na região Norte (Macapaba e Oscar Santos), 2 (dois) na região do bairro Buritizal (Jardim Açucena e São José) e 1(um) no bairro do Beiril (Mucajá), todas áreas já dotadas de algum tipo de infraestrutura e da existência de ocupação urbana, exceto no Macapaba, o maior dos conjuntos, com mais de 4 mil unidades. Por sua vez, os empreendimentos residenciais privados, com destaque para aqueles na forma horizontal, se localizam em áreas de expansão urbana da cidade, especialmente aquelas situadas nos sentidos Norte, Oeste e Sul da cidade, impulsionado o crescimento nessas direções.

**Figura 1.** Mapa Localização dos empreendimentos imobiliários em Macapá, 2010 a 2016

---

[http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/330892/1/Silva\\_ElianeAparecidaCabralDa\\_D.pdf](http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/330892/1/Silva_ElianeAparecidaCabralDa_D.pdf).



Elab.: Watanabe (2015). Arcgis 10.0. Org.: Autora (2015).

Ao buscarmos entender as lógicas e estratégias de espacialização utilizadas pelo mercado imobiliário, após 2010, observou-se duas motivações que nos parecem fundamentais: as formas loteamento murados e condomínio fechados como os novos, e principais, produtos oferecidos pelo mercado imobiliário e a implantação desses condomínios e loteamentos cercado sob extensões consideráveis de terras regularizadas pelo INCRA com função rural, no decorrer da década 1980.

A formas loteamento murados e condomínio fechados se tornam a partir de 2010 um dos principais produtos ofertados pelo mercado imobiliário macapaense. Dos empreendimentos privados representado no Mapa da Figura 1, 18 deles são loteamentos ou condomínios, e desse total 15 são cercados. As imagens presentes nas Figura 2, 3 e 4 demonstram um pouco das características desses empreendimentos imobiliários residenciais privados construídos em Macapá no período mencionado.

**Figura 2** - Loteamentos e Condomínios Cercados - Rodovia JK - Zona Sul de Macapá/Amapá



Fonte: Trabalho de campo - 2017.

**Figura 3** - Loteamentos e Condomínios Cercados – Rodovia Duca Serra - Zona Oeste de Macapá-Amapá



Fonte: Trabalho de campo - 2017.

**Figura 4** - Loteamentos e Condomínios Cercados – BR 156- Zona Norte de Macapá- Amapá



Fonte: Trabalho de campo - 2017.

Com relação ao cercamento desses empreendimentos outra questão se levanta sobre a legalidade desse fechamento. No Brasil só aqueles empreendimentos residenciais aprovados na forma de condomínios, conforme previsto na Lei Federal nº 4.591/1964, podem ser cercados e ter o acesso controlado.

Dos 15 empreendimentos privados cercados, o único que foi apresentado como condomínio fechado regularizado foram o Vila Belle Residence Club, da Incorporadora BELLIC S/A, situado na rodovia Duca Serra (área urbana de expansão Oeste) e o Arboretto da Incorporadora Manari, situado na Rodovia JK, (área urbana de expansão Sul). No caso Vila Belle Residence Club, a questão da regularização é apresentada pelo empreendimento como elemento diferencial aos concorrentes, ou seja, uma estratégia de concorrência empresarial que busca agregar valor e tornar o produto da empresa mais atrativo a partir do debate da legalidade dos cercamento.

No restante dos loteamentos visitados não se obteve essa informação, de modo que parecem se tratar do que Rodrigues (2016, p. 153) classificou de loteamentos murados. A autora argumenta que os loteamentos murados são irregulares porque não seguem a legislação condominial, regida no Brasil pela Lei Federal nº 4.591/1964, e

que, muitas vezes, esses empreendimentos são chamados de condomínios, com objetivo de burlar a vigilância.

De acordo com a Lei Federal nº 4.591/1964, os condomínios são caracterizados como,

**Art. 1º As edificações ou conjuntos de edificações, de um ou mais pavimentos, construídos sob a forma de unidades isoladas entre si, destinadas a fins residenciais ou não-residenciais,** poderão ser alienados, no todo ou em parte, objetivamente considerados, e constituirá, cada unidade, propriedade autônoma sujeita às limitações desta Lei.

§ 1º Cada unidade será assinalada por designação especial, numérica ou alfabética, para efeitos de identificação e discriminação.

**§ 2º A cada unidade caberá, como parte inseparável, uma fração ideal do terreno e coisas comuns, expressa sob forma decimal ou ordinária**

Art. 2º Cada unidade com saída para a via pública, diretamente ou por processo de passagem comum, será sempre tratada como objeto de propriedade exclusiva, qualquer que seja o número de suas peças e sua destinação, inclusive (VETADO) edifício-garagem, com ressalva das restrições que se lhe imponham.

....

**Art. 3º O terreno em que se levantam a edificação ou o conjunto de edificações e suas instalações, bem como as fundações, paredes externas, o teto, as áreas internas de ventilação, e tudo o mais que sirva a qualquer dependência de uso comum dos proprietários ou titulares de direito à aquisição de unidades ou ocupantes, constituirão condomínio de todos,** e serão insuscetíveis de divisão, ou de alienação destacada da respectiva unidade. Serão, também, insuscetíveis de utilização exclusiva por qualquer condômino.

....

**Art. 7º O condomínio por unidades autônomas instituir-se-á por ato entre vivos ou por testamento, com inscrição obrigatória no Registro de Imóvel, dêle constando; a individualização de cada unidade, sua identificação e discriminação, bem como a fração ideal sôbre o terreno e partes comuns, atribuída a cada unidade, dispensando-se a descrição interna da unidade. (Grifo nosso)**

Observa-se nos artigos e incisos supracitados da Lei Federal nº 4.591/1964 que condomínios consistem em edificações ou conjuntos de edificações, ou seja, terra com imóvel. Destaque – se ainda que cada unidade dentro do condomínio é constituída, além da unidade de moradia em si, como parte inseparável, de uma fração ideal do terreno e coisas comuns, expressa sob forma decimal ou ordinária, que serão insuscetíveis de divisão, ou de alienação destacada da respectiva unidade residencial.

Conforme observado nas imagens da figura 2, 3 e 4, parte considerável dos loteamentos murados que foram construídos nas áreas de expansão urbana Norte e Oeste, constituem-se apenas de lotes. Na pesquisa de campo, verificou-se, que tais lotes podem ser vendidos também com imóveis se for interesse do cliente, mas isso não é uma regra, sendo possível comprar só o lote dentro dos empreendimentos. Outra questão observada também, e nesse caso, quando se compra só o lote, foi que não existem um padrão ou modelo de construção a ser respeitado dentro do empreendimento, conforme necessário nos condomínios regularizados a partir da Lei Federal supracitada.<sup>85</sup>

A opção do setor da incorporação imobiliária em oferecer loteamentos e condomínios cercados como produtos imobiliários tem a ver, de forma geral, com o maior potencial de lucratividade e menor investimento que esse tipo de empreendimento possibilita. No caso dos loteamentos cercados/murados, Rodrigues (2016) explica que esse tipo de empreendimento é mais interessante ao setor da incorporação imobiliária por ser considerado produto mais lucrativo do que os condomínios fechados, visto que áreas públicas, como ruas, praças e outras de uso institucional, não são entregues à municipalidade, aumentando a área dos empreendimentos e seu preço de venda, mas, sobre elas não incide o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

A mesma autora também argumenta que, os loteamentos murados e os condomínios fechados de forma geral implicam a incorporação de capital à terra, elevando o preço do seu metro quadrado, o que significa aumento nos rendimentos. O fechamento deles e a instalação de equipamentos de monitoramento, tendo como pretexto a segurança, aumentam ainda mais a expectativa do preço da mercadoria. Tudo isso faz esses empreendimentos serem altamente lucrativos para os incorporadores (RODRIGUES, 2016).

O avanço do processo de expansão urbana sob terras regularizadas pelo INCRA no decorrer da década de 1980 com função rural, foi outra estratégia verificada nessa nova fase de atuação do mercado imobiliária em Macapá. Essa estratégia, parece ocorrer em função de duas demandas: a necessidade de grandes áreas com terra regularizadas para implantação dos loteamentos murados ou condomínios fechados inexistentes em

---

<sup>85</sup> A Lei Federal 13.465/17, que é bastante polêmica do ponto de vista legal, visto que altera inúmeras muitas legislações vigentes sem dar uma base legal consistente, cria uma nova modalidade de condomínios, os condomínios de lotes. Se essa Lei que vem sendo contestada de fato permanecer válida, os loteamentos murados, tal qual os construídos em Macapá e objetos desse estudo, poderão ser facilmente regularizados.

áreas urbanas mais centrais e o interesse dos donos da terra de auferir maior lucratividade e renda a essa terra, rural, antes em sub uso.

A necessidade de terra regularizada do ponto de vista da propriedade para implantação dos loteamentos murados ou condomínios fechados, deve-se ao fato de que o financiamento bancário tem sido a principal forma de acessar esse produto imobiliário oferta pelo mercado imobiliário pelos compradores em Macapá, e geralmente para conseguir esse financiamento a terra/propriedade é hipotecada no ato dos empréstimos como garantia do banco. Se a terra, onde se pretende construir ou onde está localizado o imóvel, não for regularizada como propriedade privada via título cartorial, não serve como garantia.

Como já apontado, em decorrência das formas de controle e acesso à terra urbana durante o período do Amapá como Território Federal (1943 a 1988), realizado especialmente, via instrumento jurídico da posse, boa parte dos terrenos urbanos até 2012, não eram titulados. Não temos os dados exatos da regularização fundiária urbana até 2017, contudo análises feitas em documentos durante estudos da tese mostraram que o cenário apresentado em 2012 com relação a regularização da terra urbana, pouco mudou. Essa condição coloca limites na atuação do capital, visto que nem toda terra valorizada pode ser inserida no mercado formal, por não ter o título de propriedade. Nesse sentido impõe-se ao mercado imobiliário local a necessidade de terras regularizadas para construção de seus empreendimentos e a opção mais viável é ocupar as terras regularizadas no rural mais próximas do urbano.

É a partir dessa necessidade que terras rurais, que foram regularizadas pelo INCRA no decorrer dos anos 1980 no contexto do Projeto Fundiário do Amapá<sup>86</sup>, são parceladas e inseridos no mercado de terras urbana, especialmente sob a forma de loteamentos murados e condomínios fechados. Observamos isso no caso dos Loteamentos Cidade Jardim, Parque Novo Mundo, Jardim Amazonas, Jardim América, Jardim Europa, Parque Irmãos Platão na região Oeste; Loteamentos Terra Nova e Bela Vista na região Norte; e Loteamento Verana na região Sul.

Essa observação foi possível a partir da sobreposição da localização dos loteamentos citados sobre áreas regularizadas no contexto do Projeto Fundiário do Amapá, realizado pelo INCRA na década de 1980. O mapa das terras regularizadas no

---

<sup>86</sup> Após 1970, com a criação do INCRA, o Projeto Fundiário do Amapá, realizado por esse órgão, fez o reconhecimento de vários títulos de posse precários e a venda de terras por meio de leilões de terras

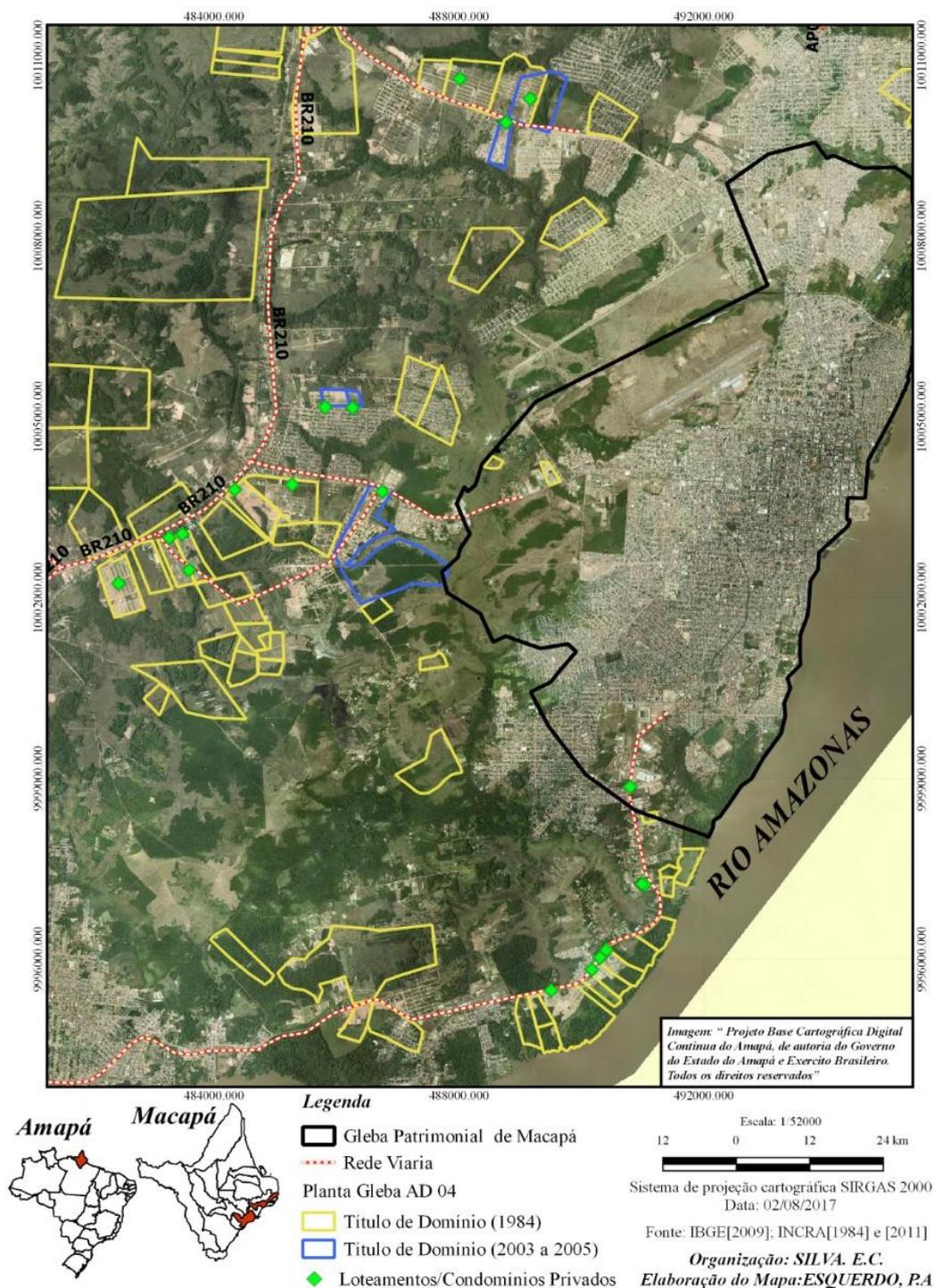
contexto do Projeto Fundiário utilizado foi a Planta Cadastral da Gleba Matapi – Curiaú – Vila Nova, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA de Abril de 1984., acessado no pessoalmente na sede do INCRA Macapá pela pesquisadora no primeiro semestre de 2017.

Dessa sobreposição foi elaborado o mapa apresentado na figura 5, que demonstra onde estão localizados os loteamentos murados e os condomínios fechados privados construídos em Macapá no período pesquisado e que comprova a afirmação feito nesse trabalho de que sua construção ocorre sobre as terras que foram regularizadas pelo INCRA, no contexto do Projeto Fundiário do Amapá, na década de 1980.

---

públicas, emitindo, nesses dois casos, a titularidade dos terrenos e assim constituindo propriedade. (Silva, 2017)

**Figura 5. Mapa de localização dos loteamentos/condomínios horizontais versus títulos de domínio emitidos pelo INCRA - 1984, 2003 e 2005**



Nesse movimento também se insere a valorização da renda da terra, à medida que tem sua função mudada de rural para urbana, e é parcelada para ser vendida na forma de lotes urbanos. Apresenta-se a possibilidade de os donos dessas terras torná-las

mais lucrativas, visto que o preço que essas terras passam a ter ao serem vendidas como lotes urbanos é mais vantajoso.

Nesse ínterim, alguns dos donos de terras dessa região optaram por estabelecer, também a estratégia, de parceria com as incorporadoras em atividade no município, e transformaram suas terras em grandes loteamentos. Não conseguimos dados suficientes para dizer que todos os loteamentos construídos nesse período derivam desse tipo de parceria, mas parte dos condomínios e loteamentos construídos na região Oeste adotaram essa estratégia, conforme observado nos relatórios das Licenças de Implantação desses empreendimentos, emitidos pelo Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá - IMA<sup>87</sup> que tivemos acesso.

Portanto, o que se percebe, é que foi realizado uma jogada muito interessante para diminuir os custos da produção imobiliária, visto que a parceria dos donos da terra com as incorporadoras diminui o custo dos primeiros, que não precisam comprar a terra, mas valoriza a terra dos segundos e promove a maior obtenção da renda da terra pelos donos que, em geral, ficam com certo número de unidades após a edificação concluída como forma de pagamento além de outras possíveis compensações.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em que pese a importância e o contingente de pessoas de baixa renda que foram beneficiadas com unidades habitacionais do MCMV faixa 1 (iniciativa do Estado), a maioria dos empreendimentos residenciais construídos para o período de 2010 a 2016, na periferia e área centrais da cidade, foram de iniciativa dos promotores imobiliários privados e destinados a um público de renda média a alta. Habitações de interesse social são construídas e fazem parte desse cenário, conforme demonstrado no mapa da Figura 1, mas é a construção de moradias para mercado que se destacam. Para isso, terras rurais que eram da união, ao longo dos principais eixos de expansão urbana, sofrem uma “metamorfose hectare/m<sup>2</sup>” e são adicionadas ao mercado de terras urbanas.

Na expansão horizontal a discursiva da segurança justifica a construção de muros, e o morar entre muros potencializa a propriedade. De forma que surgem, como principal produto imobiliário do período, os condomínios fechados e os loteamentos murados que vendem, junto com a propriedade da terra, a mercadoria segurança e outro padrão de “bem morar”.

O fato das terras em que ocorre a implantação dos loteamentos serem regularizadas é aquilo que diferencia o processo de urbanização em curso Macapá. É certo, em todos os lugares do Brasil, que a realização de empreendimentos imobiliários exige terra regularizada, mas nesses locais, quase sempre, a totalidade das terras do município já é, em sua maioria, propriedade privada, e os processos que produzem a escassez da terra e a geração de renda estão calcados em outras dinâmicas que não a regularização fundiária, como tem sido em Macapá.

Em Macapá a localização privilegiada e a regularização fundiária urbana, do ponto de vista da necessidade do mercado imobiliário, têm a mesma força, visto que a terra titulada é a condição estratégica para se ter o financiamento do imóvel pela rede bancária, ou seja, para que o comprador consiga ter dinheiro para fechar o negócio. A renda da terra e a mais valia do produto imobiliário, só se realizam quando a mercadoria habitação estiver em mãos de um comprador final, ou seja, quando o valor de uso for concretizado. Se não for possível essa compra, a renda da terra e mais valia do produto imobiliário não se realiza.

No que importa sobre a paisagem e produção do espaço urbana a desigualdade socioespacial continua a se fazer presente: 14% da população da cidade vive em palafitas sobre áreas alagadas, conforme dados do Censo do IBGE 2010, em vários locais da cidade, contudo, nos espaços em que o capital imobiliário tem atuado no sentido da implantação das formas condomínios fechados e loteamentos murados, há alteração na forma e no conteúdo da segregação socioespacial.

Os muros, segundo Rodrigues (2016), que, em outros contextos históricos, quase sempre representavam a divisão da diferença, nesse caso representam o limite ou a fronteira entre mundos socioeconomicamente distintos, configurando essa nova forma de segregação socioespacial. Sua presença produz uma cidade segmentada e fragmentada. A partir deles não há uma proposta de cidade, mas parcelamentos de glebas que formam enclaves, atendendo ao interesse da incorporação imobiliária, com o aumento de rendas, lucros e juros. Representam um tipo de segregação socioespacial que tem na propriedade privada e na apropriação privada de espaços públicos e coletivos sua base fundamental.

Outra questão que é possível destacar a partir das novas estratégias de atuação do mercado imobiliário em Macapá, é papel do Estado no que confere a expansão. Por

---

<sup>87</sup> Os relatórios foram fornecidos no final de 2015, mediante solicitação ao órgão.

mais que não tenha se eximido da responsabilidade na construção de moradias de interesse social, tem um papel secundário, e os agentes econômicos imobiliários, formalmente consolidados e organizados em uma cadeia mais complexa, onde os setores da incorporação, do mercado de terras e da comercialização estão presentes, assumem a dianteira no processo de expansão urbana e provisão habitacional, dando margem para acontecer o que Harvey (2016, p. 29) define como o valor de troca assumindo o comando da provisão habitacional.

Guardadas as devidas proporções, ao que parece, a capital macapaense se insere, após 2010, em um novo patamar do desenvolvimento das forças capitalistas na região Norte do Brasil, assumindo, entre outras funções, a condição de um novo *lócus* de investimentos do capital, conforme discutido por Harvey (2016), fatos que impactaram de forma contundente o urbano. E o tipo de produção socioespacial, que se torna predominante para esse período, tem apresentado como característica a negação da cidade à maioria das pessoas que vivem nela, porque, como norma se privatiza parcelas do espaço urbano e o seu acesso passa a ser controlado, negligenciando, dessa forma, em sentido profundo, a cidade como obra e invenção/criação e coletiva, conforme apresentado por Lefèbvre (2001), à maioria dos habitantes.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

HARVEY, David. **17 Contradições: e fim do capitalismo**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016. 235 p. (Vol. 1).

\_\_\_\_\_. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. 252 p.

\_\_\_\_\_. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014. 294 p.

\_\_\_\_\_. **O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011. 238 p.

\_\_\_\_\_. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

\_\_\_\_\_. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. **Paris: capital da modernidade**. São Paulo: Boitempo, 2015. 326 p.

\_\_\_\_\_. **Rebel cities**. Londres, GB: Verso, 2012.

HOSLTON, J. **Cidadania insurgente**. Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. 1. ed. São Paulo: Companhia de Letras, 2013.

LEFÈBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999. 178 p.

\_\_\_\_\_. **O Direito à Cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001. 143 p.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Loteamentos Murados e Condôminos Fechados: propriedade fundiária urbana e segregação socioespacial. In: VASCONCELOS, Pedro Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. (Orgs.). **A Cidade Contemporânea**. Segregação Espacial. São Paulo: Contexto, 2016.

\_\_\_\_\_. **Produção e Consumo do e no Espaço: Problemática Ambiental Urbana**. 1. ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 1998. 239 p.

SANTOS, E. R. C. **Amazônia Setentrional Amapaense**: dos mundos das águas às florestas protegidas. 2012. 227 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo razão e emoção. 3. ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 1999. 308 p.

\_\_\_\_\_. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Edusp, 2009. 173 p.

\_\_\_\_\_; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001. 473 p.

SUPERTI, E.; PORTO, J. L. R.; MARTINS, C. C. Políticas públicas de integração física da Amazônia e a fronteira internacional do Amapá. Circuito de Debates Acadêmicos, 1., Brasília: IPEA, Anais... 2011.

SILVA, Eliane Aparecida Cabral. QUANDO A TERRA AVANÇA COMO MERCADORIA PERDER-SE O VALOR DE USO NA CIDADE: regularização fundiária e expansão urbana na cidade Macapá-Amapá. Campinas. SP, 2017. Tese.

TAKIYAMA, Luís Roberto. [Et al.]. **Projeto zoneamento ecológico econômico urbano das áreas de ressacas de Macapá e Santana, estado do Amapá**: relatório técnico final. Macapá: IEPA, 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades - população 2010 e população estimada 2015**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=160030>>. Acessado em: 24 out. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **LEI Nº 4.591, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1964**. Dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias.. **Diário Oficial da União**, Brasília, 21.12.1964. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L4591.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4591.htm)>. Acessado em: 28 Agos. 2017.

ROLNIK, Raquel. **A Cidade e a Lei**. Legislação, Política Urbana e Territórios na Cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel, 1977.

SANFELICI, DANIEL. As Escalas de Acumulação na Produção das Cidades. VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto. (Orgs.). **A cidade como Negócio**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2015. 270 p.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. 518 p.

SANTOS, E. R. C. **Amazônia Setentrional Amapaense**: dos mundos das águas às florestas protegidas. 2012. 227 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo razão e emoção. 3. ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 1999. 308 p.

\_\_\_\_\_. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Edusp, 2009. 173 p.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2001. 175 p.

\_\_\_\_\_; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001. 473 p.

MASCARO, Alysson. **Estado e forma política**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

NASCIMENTO, A. G. **A Reforma Agrária no Estado do Amapá**: O Processo Histórico-Institucional Fundiário e as Consequências dos Projetos de Assentamento sobre Cobertura Florestal. 2009. 167 p. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental) - Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2009.

FILOCREÃO, Antônio Sergio Monteiro. Formação Socioeconômica do Estado do Amapá. In: CASTRO, Edna; CAMPOS, Indio. (Orgs.). **Formação Socioeconômica da Amazônia**. 1. ed. Belém: NAEA/UFPA, 2015. p. 97-172. (Vol. 1).

FREITAS, A. M. **Dinâmicas Urbanas em Macapá**: A implantação do Amapá Garden Shopping e mudanças no uso e preço do solo urbano nos bairros Zerão e Universidade. 2013. 55 f. Monografia (Curso de Geografia) - Departamento de Ciências Humanas, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2013.

\_\_\_\_\_. **Dinâmicas urbanas em Macapá**: A implantação do Amapá Garden Shopping e mudanças no uso e preço do solo urbano nos bairros Zerão e Universidade. 2014. 30 p. Relatório de Iniciação Científica (Colegiado de Geografia) - Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2014.

FURTADO, Celso. **O Brasil "Pós-Milagre"**. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.  
GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônia**. São Paulo: Contexto, 2001. 177 p.  
GOLDENSTEIN, Léa; SEABRA, Manoel. Divisão Territorial do Trabalho e Nova Regionalização. **Revista do Departamento de Geografia**, USP, São Paulo, v. 1, p. 21-47, 1982.



# A GEOGRAFIA DO SINDICATO DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS EM MACAPÁ

<sup>1</sup>Alessandra Cunha Tavares

<sup>2</sup>Patrícia Rocha Chaves

<sup>1</sup>Graduanda de Bacharelado em Geografia pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP);  
[alessandra.cunha45@yahoo.com](mailto:alessandra.cunha45@yahoo.com)

<sup>2</sup> Professora Dr<sup>a</sup> Adjunta do Colegiado de Geografia da Universidade Federal do Amapá(UNIFAP);  
[rochavespatricia@gmail.com](mailto:rochavespatricia@gmail.com)

## RESUMO

Este trabalho traz os resultados iniciais de nossa pesquisa sobre o sindicato das trabalhadoras domésticas de Macapá - AP. Parte de reflexões teóricas já realizadas por autoras e autores que discutem a questão do trabalho doméstico e a luta pelos direitos dessas trabalhadoras e trabalhadores ligadas as questões raciais e de gênero e entrevista com a presidente do sindicato. Utilizaram-se também levantamentos de dados já realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada – IPEA.

**Palavras-chave:** Empregadas Domésticas, Sindicato, espaço.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado de reflexões iniciais de nossa pesquisa de TCC- Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia. Inicialmente foram realizados levantamentos bibliográficos, levantamento histórico sobre o surgimento e organização dos sindicatos das trabalhadoras e trabalhadores domésticos do Brasil, assim como análise de dados estatísticos, levantamento teórico e entrevistas. Desta forma, este trabalho trás perspectivas históricas dos sindicatos no Brasil, onde se faz presente a figura de Orlendina Campos, uma das primeiras mulheres a protagonizar organizações que aliasse discussões sobre questões de gênero, raça e os direitos das empregadas domésticas. Onde podemos observar que as relações de trabalho pós-escravidão ainda carregam fortes marcas desse processo histórico no Brasil e no mundo.

Retoma-se aqui, questões sociais que estão enraizadas em nossa sociedade capitalista contemporânea, e nas relações de trabalho das empregadas (os) domésticas (os), essencialmente desiguais, marcadas por preconceitos, abusos de poder e racismo.

Atualmente no Brasil, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), são de 7,2 milhões de trabalhadoras (os) domésticas (os), o maior quantitativo da profissão no mundo, com onde predominam as mulheres com 93%, e dessa porcentagem 62% são mulheres negras.

O contexto dessa profissão é marcado por lutas muitas vezes conjuntas á movimentos negros, feministas, entre outros. Marcado também por lutas por direitos

como: moradia, saúde, educação, direito a salário, equidade salarial aos demais trabalhadores urbanos, as quais foram somente conquistadas recentemente com a PEC 66/2012. Cujas empregadas domésticas adquiriram direito a uma jornada de trabalho de 8 horas por dia, passando a receber horas extras e registro de carteira assinada. Direitos assegurados por lei como salário-maternidade, auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, idade e tempo de contribuição, auxílio-acidente de trabalho, pensão por morte, entre outros.

Observa-se a importância dos sindicatos nessas conquistas, pois por meio deles foram possíveis as várias conquistas realizadas até então. Em se tratando de Amapá, a história do sindicato também é marcada por lutas, contudo a problemática relatada por meio de entrevistas pela presidente do Sindicato das trabalhadoras e trabalhadores domésticos do Amapá Dona Orlendina Nunes é que Macapá tem realidades bastante particulares por se localizar na região amazônica. É nesse sentido, uma cidade com suas particularidades cercada por várias ilhas do Estado do Amapá e do Pará, e isso da certa particularidade ao sindicato, pois as associadas muitas vezes são oriundas dessas ilhas, vivem de aluguel e muitas vezes não conhecem seus direitos e deveres para com o trabalho doméstico.

### **Sindicatos das trabalhadoras domésticas concepções históricas no Brasil e no Amapá**

De acordo com Costa (2005) o trabalho doméstico no Brasil é um tema bastante emblemático, pois é necessário levar em consideração aspectos e estruturas sociais que fizeram e fazem parte da história brasileira, como o patriarcado, discriminação racial, de gênero e classe. E um contexto marcado por lutas que envolvem as melhorias dentro do trabalho doméstico, contudo também englobam as lutas feministas e contra o racismo estão intimamente relacionadas ao contexto das/dos trabalhadoras/trabalhadores domésticos.

No Brasil é necessário falar da figura de Laudelina Campos de Melo, fundadora da primeira associação de Empregadas Domésticas em Santos, Laudelina foi agente social importante para o Brasil, atuou na luta pelos direitos das empregadas domésticas e pela luta contra o racismo, contra a desigualdade social e racial. Sua representatividade e lutas são levadas em consideração nos vários campos sociais conforme aponta pesquisa realizada pela assistente social Elisabete Aparecida Pinto

intitulada de *Etnicidade, Gênero e Educação: a trajetória de vida de Dona Laudelina de Campos Melo (1904 – 1991)*.

De acordo com Costa (2007) Laudelina desde muito nova já sofrera com o racismo por conta de sua cor negra, vivera no período de 1904 a 1991, período marcado por forte racismo, onde em sua entrevista para a dissertação de Pinto (1993) em vários momentos a trabalhadora relata os muitos casos onde sofreu discriminação, preconceito e racismo onde viveu em uma sociedade que mesclava discriminação e preconceito por meio da divisão racial do trabalho, onde os trabalhos privilegiados eram dos brancos e os trabalhos discriminados eram dos negros, e uma sociedade onde não existiam para a população negra habitações populares, creches para suas crianças, educação, cultura, lazer e é nesse contexto que a mesma luta para a aquisição de uma vida com mais dignidade e qualidade.

Nesse contexto, Laudelina se tornou a primeiramente militante do movimento negro que buscava maior participação dentro dos espaços ditos somente para brancos. Sua militância iniciou-se em sua cidade natal, Poços de Caldas - MG no movimento negro, em seguida mudou-se para São Paulo e depois para Santos, em seguida retornou para São Paulo onde continuou trabalhando como doméstica, e ao final de sua vida viveu em Santos onde trabalhou quatro anos como empregada com uma mesma família e em seguida montou um hotel-fazenda onde viveu e trabalhou até o fim de sua vida. Durante sua trajetória de vida Dona Laudelina realizou várias atividades políticas de acordo com Costa (2007) como quando se filiou ao Partido Comunista e entre o período de 1941 a 1945 alistou-se na defesa passiva auxiliar de guerra, único momento em que ela esteve afastada da atuação de empregada doméstica.

Em se tratando da criação da Associação de Empregadas domésticas e dos anos dedicados a essa causa por Dona Laudelina Costa (2007) afirma:

“Foram mais de 40 anos dedicados ao trabalho doméstico, iniciado aos 7 anos de idade e concluído por volta dos 50 anos de idade, por volta de 1954. Neste intervalo, Laudelina fundou a primeira Associação de Empregadas Domésticas em Santos, no dia 08 de julho de 1936. A Associação foi fundada com explícitos propósitos políticos, porém desempenhava funções beneficentes e culturais”. Costa (2006), p. 105.

De acordo com Costa (2006) Laudelina tinha como objetivos com a criação da associação das empregadas domésticas conscientizarem as trabalhadoras domésticas a fim a superarem os conflitos vivenciados no cotidiano nas casas dos patrões, assim como a profissionalização das mesmas iniciando pela alfabetização como primeiro

passo para uma melhor compreensão da legislação trabalhista, que levaria a uma maior organização para a reivindicação de direitos da fração de classe.

Desta feita, conforme nos aponta a autora, Laudelina fundou a primeira associação com o objetivo de transformá-la em um sindicato. Pois, a trabalhadora compreendia que sua transformação em sindicato constituía um avanço para a luta das trabalhadoras. Nesse sentido, compreendemos importante trazer a luz esta distinção cuja distinção. Associação de acordo Art. 53 do Código Civil - Lei 10406/02, “CC - Lei nº 10.406 de 10 de Janeiro de 2002, Institui:

Art. 53. Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos.  
Parágrafo único. Não há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos” (-----)

É importante destacar que de acordo com publicação do Centro de Estudos e Atividades Culturais (CEACULT, 2001), os sindicatos tem sua origem na Europa, especificamente na Inglaterra que é o local de berço do capitalismo, cujos trabalhadores foram pioneiros do movimento sindical. O desenvolvimento sindical na Inglaterra seguiu como forma sistêmica de oposição a política e instituições da burguesia, que exploravam os trabalhadores, implantavam a concorrência entre os mesmos, pois a oferta de empregos era limitada e com isso ofertavam salários baixos e promoviam condições de trabalho desumanas.

No Brasil o capitalismo se expandiu a partir dos últimos anos do século XIX, como cita a CEACULT (2001, p.29) “com grandes desigualdades internas de natureza socioeconômicas, formas oligárquicas de dominação e um elevado grau de dependência econômica, política e social dos países capitalistas industrializados”.

Cabe destacar alguns pontos importantes à industrialização no Brasil segundo CEACULT (2011), as primeiras infraestruturas foram construídas para a exportação do café, o mesmo se movimentava com mão de obra escrava o que não era interessante ao capitalismo, com isso com o fim da escravatura nos cafezais o processo de industrialização se fixou nesses eixos dos antigos cafezais para reaproveitar as infraestruturas já existentes, e esse processo foi possível com a mão de obra imigrante visto que os ex-escravos conseguiam sobreviver da subsistência ou modos de produção pré-capitalistas e com isso não se enquadraram de forma massificada ao processo de industrialização.

O movimento dos trabalhadores no Brasil vem do campo para a cidade, houveram contribuições no campo, contudo não era possível uma concentração dos trabalhadores devido as peculiaridades do campo, contudo com o crescimento das grandes cidades do Brasil como Rio de Janeiro e São Paulo, tornou possível essa organização sindical, onde de acordo com a CEACULT (2011) foi um movimento de lutas políticas e reivindicações dos trabalhadores do Brasil.

Outro conceito de Sindicato de acordo com Orlando Gomes e Ison Gottschalk em seu livro *Curso de Direito do Trabalho* classificam o conceito de sindicato em duas vertentes a sintética e analítica, o conceito sintético tem a funcionalidade de repassar ao leigo a função do sindicato, sem maiores detalhes constitucionais e de maneira sintética o sindicato é “é uma associação livre de empregados ou de empregadores ou de trabalhadores autônomos para a defesa dos interesses profissionais respectivos”. E a vertente analítica que é a forma de apresentar o sindicato com mais detalhes e maiores características do sindicato onde segundo os autores “sindicato é o agrupamento estável de várias pessoas de uma profissão, que convencionam colocar, por meio de uma organização interna, suas atividades e parte de seus recursos em comum, para assegurar a defesa e a representação da respectiva profissão, com vistas a melhorar suas condições de vida e trabalho”.

De maneira mais sintética as associações em grande parte estão mais voltadas para as questões sociais e culturais, enquanto que os sindicatos estão amparados por lei, e por meio deles que os sindicalizados mostram suas demandas, suas aspirações profissionais, e por meio do mesmo se constituem de maneira forte em busca de melhores condições de trabalho.

Desta feita, o sindicatos das trabalhadoras (os) domésticas (os) do Amapá foi forjado a partir das lutas das trabalhadoras que vinham desde 1930 se espraiando por todo país. Sendo fundado em 16 de Agosto de 2006, em 2007 foi homologado o CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica), assim como a história da primeira associação das empregadas domésticas se confunde com a vida de sua fundadora o mesmo acontece com Dona Olendina da Silva Nunes, nascida em 19 de outubro de 1962, casada desde os 15 anos e natural do Maranhão (MA).

Dona Olendina concedeu-nos uma entrevista no dia 24 de agosto de 2018, onde me repassou um pouco de sua caminhada e a história do sindicato das trabalhadoras (os) domésticas (os) do Amapá, Dona Olendina é filha de pequenos agricultores do interior do Maranhão, no período de sua infância era comum que crianças fossem para a cidade

estudar e assim morar de favor em casas, contudo Dona Olendina conta que desde os 5 anos de idade trabalhava como babá, como forma de “brincadeira”, não era remunerada financeiramente por isso, era concebido a mesma roupas e comida e era permitido que a mesma estudasse quando concluía as funções de casa.

Em nosso diálogo Olendina me relatou que vivia isolada de seus familiares, não podia os visitar ou ver, relatou que apanhava com frequência, sofria muitos maus tratos, em uma ocasião chegou a ficar acorrentada na casa dos patrões, era discriminada e também sofria com assédios por parte do patrão e de seus filhos. Só conseguiu passar um ano nessa casa e retornou para a casa dos pais com sérios traumas. Retornou aos 12 anos para a cidade com certa dificuldade, contudo era o único meio para conseguir estudar, trabalhou como empregada doméstica até os 15 anos quando se casou e fugiu para o interior com o esposo para fugir dos maus tratos em que vivia.

Seu esposo estava sempre viajando em busca de emprego, e em 1990 ele veio para Macapá para trabalhar como soldador. Em 1991 Dona Olendina se mudou para o Estado também, onde permanece até hoje, em 1999 ela voltou a trabalhar como empregada doméstica para ajudar sua família onde permaneceu trabalhando por 11 anos na mesma residência. E de 2009 a atualmente ela trabalha como diarista.

Está a 12 anos à frente do sindicato do Amapá. A priori foi convidada a estar à frente da Associação dos Deficientes Mentais, contudo, a mesma não se viu preparada para estar à frente do trabalho e recusou, pois não tinha muito conhecimento da causa. Ela foi convidada a estar à frente do sindicato das trabalhadoras domésticas do Amapá por funcionários públicos, e pela secretaria do trabalho da época.

De acordo com Dona Olendina o Sindicato deve ser desvinculado de politicagem, ele deve ser neutro e servir para garantir o bem estar das trabalhadoras domésticas, e os associados no sindicato tem direitos e deveres e os mesmos deveriam contribuir com o sindicato, contudo ela relata que isso não ocorre, a empregada doméstica muitas não reconhecem seus direitos e nem seus deveres. A mesma alerta sobre a atual conjuntura do Brasil, do forte desemprego que leva muitas empregadas a aceitarem estar com o salário abaixo do que está inscrito por lei por medo de ser demitida.

Atualmente o sindicato das trabalhadoras e trabalhadores domésticos do Amapá conta com uma base de aproximadamente 120 associados, aproximadamente 100 mulheres e 20 homens, contudo a maioria dos associados não contribui com o sindicato, pois, muitas dessas ainda não conhecem seus direitos e preferem trabalhar como

diaristas, o número de associados precisa ser atualizado para isso o sindicato realizara reuniões nos residenciais com beneficiários de baixa renda, para refazer os cadastros, pois, muitas destas empregadas são oriundas das ilhas que estão próximas a Macapá e com isso a maioria mora de aluguel a priori e se muda constantemente e em seguida busca a conquista da casa própria por meio dessas políticas públicas assistencialistas.

Uma das problemáticas no Amapá segundo Dona Olendina é que as empregadas domésticas, preferem trabalhar como diaristas e sem carteira assinada, e não se assumem como empregadas domésticas, pois, as mesmas tem receio de perder as assistências governamentais, como bolsa família, com isso o número de associadas é pequeno no Estado.

Atualmente o sindicato está sem sede, pois sem o auxílio das (os) associados é difícil, contudo a presidenta do sindicato recepciona algumas empregadas que precisam de auxílio na sua própria casa.

O Sindicato do Amapá é filiado a Central Única dos Trabalhadores e tem várias parcerias com o Ministério Público, O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB Amapá), Universidade Federal do Amapá, Movimento Negro do Amapá, Sindicato dos Servidores Públicos Federais Civis no Estado do Amapá (Sindsep – AP), com essas parcerias que o sindicato consegue realizar algumas ações para com as empregadas (os) do Estado.

## **O MOVIMENTO SINDICAL E A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE TRABALHADORA DOMÉSTICA**

O movimento sindical é um movimento histórico de lutas que nasceu com o objetivo de melhorar as condições de vida dos trabalhadores. Em se tratando dos sindicatos das trabalhadoras e trabalhadores domésticos do Brasil é um movimento que envolve variadas lutas, pela causa negra, contra preconceitos de uma sociedade historicamente racista, dialogando com movimentos classista-sindicais, movimentos feministas, entre outros.

Nesse contexto, de acordo com Costa (2007) o movimento sindical é um movimento de resistência e de re-existência, de resistência contra todo um racismo enraizado, pois o trabalho doméstico de hoje foi precedido pelo trabalho escravo, o que até hoje resulta em uma exploração econômica, na ofensa racial, na violência sexual e no desrespeito a pessoa, principalmente por estar no campo privado, muitas vezes o legislativo utilizou isso como justificativa para dificultar a inserção das empregadas(os)

nas leis trabalhistas, na igualdade de direitos como dos demais trabalhadores, observamos como é recente que somente em 2012 com a PEC das domésticas que foi estabelecido a equidade entre as trabalhadoras domésticas(os) e os demais trabalhadores urbanos e rurais do país.

Para compreendermos o porquê das lutas das empregadas domésticas é tão importante na atualidade no Brasil é necessário ampliar a visão para um olhar sobre a América e como isso influencia em nosso País. Segundo Aníbal Quijano na América se instaurou um novo padrão de poder que em seguida se instaura no mundo inteiro, onde nasceu uma nova perspectiva de espaço//tempo da modernidade, pautada historicamente em dois eixos, um principal em sistematizar as diferenças entre povos que são os colonizadores aplicando aos mesmos o status de superiores e aos povos colonizados o status de inferiores, onde determinadas raças eram inferiores a outras e isso justificava a divisão desigual do trabalho.

Quijano (2005) denomina de colonialidade do poder um novo padrão de poder mundial, que vem sistematizar a população mundial, elaborando identidades raciais historicamente novas, que são associadas a hierarquias, lugares e papéis sociais que correspondem aos padrões de dominações do capitalismo mundial e também está associada a um sistema de hierarquias variado e complexo que conta com a dimensão sexual, de gênero, de conhecimento, de linguagem, religiosidade e espiritualidade.

E quando vamos associar ao discurso das trabalhadoras domésticas produzido a partir da colonialidade do poder o que podemos perceber que o que está em questão não é simplesmente a inclusão das trabalhadoras (os) através das conquistas jurídicas por direitos e equiparação salarial com os demais trabalhadores (as) da sociedade brasileira. “Está em questão também a discursão da sociedade que ao privilegiar a representação e interesses somente de uma parcela da sociedade e exclui, oprime e marginaliza uma outra parte” (Costa, 2007, p. 77-78).

Para combater a essa colonialidade do Poder Quijano propõe a descolonialidade, onde é necessário uma refundação da sociedade com novos valores e princípios, e o movimento sindical concomitante com a descolonialidade propondo lutas de resistências afim de modificar as práticas e significações da sociedade contemporânea, assim os sindicatos são um movimento social de resistência a colonialidade do poder e de re-existencia das trabalhadoras (os) domésticas (os), resistindo contra a marginalização social, lutando pela vida com dignidade e também resistindo no plano jurídico, afim de alcançar os princípios assegurados pela constituição Federal do Brasil

de igualdade, justiça social e vida com direito a saúde, educação e moradia com dignidade.

E mesmo com esse novo padrão de poder mundial/moderno/capitalista, existem movimentos de resistência como já citado o sindicato das empregadas domésticas, e dentro desse contexto existe a constituição de seus espaços de ação, espaços que vão em contrapartida a essa visão mundializada, homogeneizada, da divisão internacional do trabalho. Onde os países estão dentro dessa divisão mundial e dentro desses países existem as hierarquias sociais, raciais, etc. Dentro dessa problemática Doreen Massey (2000) agrega o conceito de compressão do tempo-espaço que é esse momento da modernidade que vivenciamos, onde o espaço é fortemente comprimido, os lugares são aproximados por meio das tecnologias de transportes, as redes aproximam de maneira cibernéticas as pessoas, o capital é movimentado no mundo inteiro, e somos levados a pensar que esse movimento, essas tecnologias são igualitárias pelo mundo, contudo não são, muitos sustentam que essas mobilidades espaciais e tecnológicas são determinadas pelo capitalismo, pelo capital, contudo existem outras coisas que influenciam essa mobilidade social muito além do capital, como Massey (2000) cita os exemplos de raça e gênero, uma mulher pode ter o capital para viajar por vários países do mundo, contudo, ela ainda deve se preocupar com os horários e os locais que frequenta, pois pode ser assediada ou violentada, mesmo possuindo o capital ainda se difere de um homem viajando.

São nessas circunstâncias que alguns grupos sociais são priorizados por essa compressão do tempo-espaço e tem uma mobilidade diferenciada que enfraquecem os já enfraquecidos, e nesse contexto o lugar se torna o local de resistência desses enfraquecidos, o espaço de luta desses grupos sociais que ficam às margens desse processo de compressão do espaço-tempo, seja por meio do capital, ou da raça e gênero. E o lugar das empregadas domésticas é seu sindicato, lugar onde elas pertencem, onde se identificam, onde podem lutar contra essa opressão global de forma unificada, não somente com as causas domésticas mas também causas negras, LGBT, feministas, etc.

Levando em consideração tudo o que foi abordado até o momento, o conceito de trabalhadora doméstica é proposto pela lei Lei 5.859/72 que diz “ao empregado doméstico, assim considerado aquele que presta serviços de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas” e ainda a atual Lei Complementar 150/15 “Empregado doméstico é aquele que presta serviços de forma contínua, subordinada, onerosa e pessoal e de finalidade não lucrativa à pessoa ou

à família, no âmbito residencial destas, por mais de 2 (dois) dias por semana”. Assim, surgiu a modalidade denominada “diarista” que se enquadra na categoria de trabalhadores que prestam serviço até dois dias da semana na mesma residência e não deverão constituir vínculo empregatício.

Dentro do movimento sindical e da construção histórica do conceito de empregada domésticas, muitas foram as batalhas para almejar algumas das conquistas adquiridas pelos sindicatos das trabalhadoras (os) domésticos (as) no Brasil, como será observado no próximo tópico do trabalho.

## **RELAÇÕES ENTRE GEOGRAFIA, GÊNERO E O TRABALHO DOMÉSTICO.**

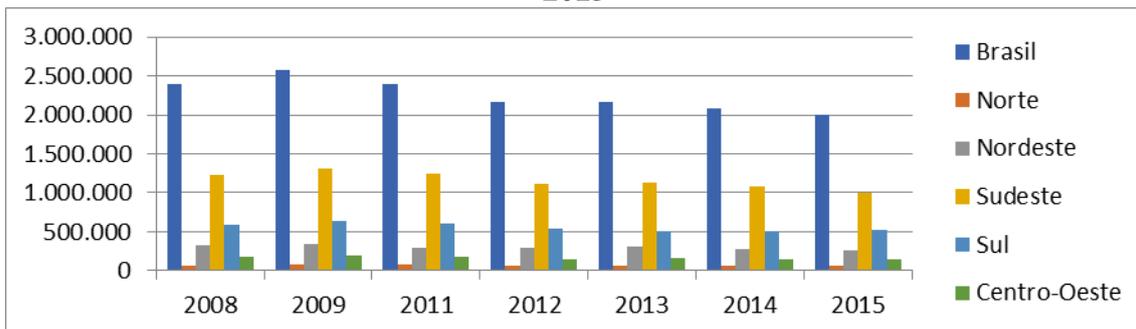
De acordo com as estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os dados relativos ao quarto trimestre de 2017 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD C), as mulheres não usufruem das mesmas condições de trabalho que os homens em variados aspectos como rendimento, formalização e disponibilidade de horas para trabalhar.

De acordo com dados de 2017, o Brasil emprega cerca de 7 milhões de pessoas no setor dos trabalhadores domésticos, o maior grupo do mundo, são três empregadas para cada grupo de 100 pessoas. Onde de acordo com a Organização Mundial do Trabalho (OIT) esse setor é predominantemente composto por mulheres negras e com um estudo do IBGE que diz que o perfil é majoritariamente composto por mulheres, afrodescendentes e de baixa escolaridade, onde nesse setor é sistematizada a desigualdade social e racial criada principalmente após a escravatura no Brasil.

Foi realizado um estudo feito em parceria entre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), ligado ao Ministério do Planejamento, a ONU Mulheres braço das Nações Unidas que promove a igualdade entre os sexos e a **Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – Ministério da Justiça e Cidadania** compilaram dados históricos do setor de 1995 a 2015 e construiu um retrato evolutivo das noções de raça e gênero associadas ao trabalho doméstico.

Desta realização podemos obter algumas informações por meio de comparações entre o período de 2008 a 2015 a cerca do trabalho intitulado Retrato das desigualdades de gênero e raça, focando o subtópico do indicador 7 Trabalho doméstico remunerado. Iniciaremos com a comparação entre mulheres brancas e negras ocupadas em trabalho doméstico por regiões de 2008 a 2015.

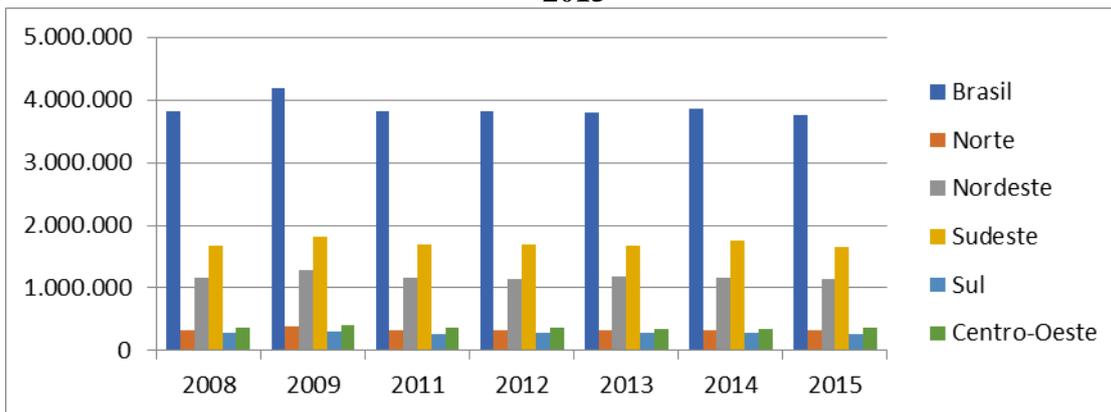
### População Feminina branca ocupada em trabalho doméstico por regiões de 2008 a 2015



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ... [et al.]. Org: Cunha,2018.

No ano de 2008 o total de mulheres brancas ocupadas em trabalho doméstico era de 2.399.059 milhões enquanto em 2015 era de 2.008.289 milhões, ou seja, houve uma queda de 390.770 mil, nos números de mulheres brancas ocupadas em trabalho doméstico.No norte houve uma queda de 4.572 empregadas domésticas a menos do ano de 2008 a 2015.

### População Feminina negra ocupada em trabalho doméstico por regiões de 2008 a 2015



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ... [et al.]. Org: Cunha,2018.

Entretanto na população feminina negra ocupada em trabalho doméstico no Brasil de 2018 era de 3.808.184 milhões e em 2015 era de 3.747.311 milhões, com uma queda de 60.873 mil em sete anos. No norte de 2008 era de 333.794 mil e em 2015 era de 319.382 mil, assim sendo uma diminuição de 14.412 mil.

Com esses números podemos observar que o número de mulheres negras ocupadas no trabalho doméstico no Brasil é significativamente maior que o quantitativo de mulheres brancas, o que confirma por meio de dados estatísticos a profunda desigualdade social presente na sociedade brasileira.

Levando em consideração as ultimas informações do IBGE por meio da PENAD contínua que segundo o site do IBGE:

“Destina-se a produzir informações contínuas sobre a inserção da população no mercado de trabalho associada a características demográficas e de educação, e, também, para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País, agregando a produção de resultados anuais sobre temas permanentes da pesquisa (como trabalho infantil e outras formas de trabalho, migração, fecundidade etc.) e outros aspectos relevantes selecionados de acordo com as necessidades de informação.

A pesquisa é realizada por meio de uma amostra de domicílios, extraída de uma amostra mestra, de forma a garantir a representatividade dos resultados para os diversos níveis geográficos definidos para sua divulgação. A cada trimestre, são investigados 211.344 domicílios particulares permanentes, em aproximadamente 16.000 setores censitários, distribuídos em cerca de 3.500 municípios”

De acordo com a pesquisa no PENAD contínua realizada mensal de 2017 houve um aumento de 2,9% no número de trabalhadores domésticos, ou cerca de 177 mil postos de trabalho a mais. Como podemos observar no gráfico a seguir.



Apesar de diminuir a desocupação o trabalho doméstico reforça a informalidade, visto que muitos trabalhadores domésticos trabalham sem a carteira assinada, aumentando assim o trabalho informal que nas ultimas décadas que sucedia em diminuição, onde de acordo com Chiara (2016) em 2015 o Produto Interno Brasileiro

(PIB) voltou a crescer do mercado informal de acordo o Índice de Economia Subterrânea (IES), apurado pelo Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), em parceria pelo Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO), a riqueza gerada pelo mercado informal cresceu cerca de 16,2%, em números absolutos, R\$ 956,8 bilhões de riqueza foram gerados na informalidade no ano passado.

Com isso é possível observar essa relação com a geografia que vem por meio da análise dos dados estatísticos do IBGE e dos demais órgãos observando a distribuição-espacialização do trabalho doméstico e conquistas das trabalhadoras. Deve-se portanto, destacar essa análise da parcela estatística dos dados de trabalho doméstico relacionando com o gênero feminino que é de acordo com o PNAD 94,3% executado por mulheres e dessas 62% são negras, então a relação é intrínseca entre geografia, gênero e trabalho doméstico, visto que para melhor compreendermos essa temática vamos nos esbarrar nesse tripé.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho nasceu de nossas inquietações acerca das reflexões sobre os debates atuais que tratam da questão de gênero, feminismo e racialidade e de nossas preocupações sobre como questões latentes a conjuntura atual configuram frações de classe e gênero e as questões do trabalho e do sindicalismo no Brasil e no Amapá. Desta forma, compreende-se a importância do conhecimento acerca das lutas das entidades de classe e de suas estratégias para com a atual conjuntura política do País, para pensar em quais serão os próximos passos dos sindicatos. No trabalho apresentado observa – se de um modo geral, que o avanço dos setores do neoliberalismo e da mundialização do capital torna latente as necessidades de lutas por políticas que desempenhem forte papel acerca da inserção de uma maior equidade entre as classes da sociedade brasileira, da quebra de paradigmas ligados a gênero, raça, a classes sociais.

Contudo este trabalho tem potencialidades, de aprofundar mais sobre o tema e deixa também em aberto a comunidade acadêmica várias questões que ainda precisam ser estudadas, observadas e divulgadas, as empregadas domésticas e as classes menos favorecidas precisam ser ouvidas.

Como já mencionado, esta pesquisa encontra-se em desenvolvimento. Em nossas primeiras análises podemos afirmar que a dificuldade de articulação das empregadas (os) nesse momento de forte desemprego, também a questão da informalidade na profissão, podem se configurar como grandes dificuldades para o avanço na organização e nas conquistas dessas trabalhadoras em Macapá. Contudo este é compreendido aqui, a necessidade de construirmos um mapeamento que nos demonstre a síntese dos processos desencadeados por tais questões. Pretende-se assim construir uma cartografia social-participativa, que nos mostre como os sujeitos sociais constroem suas geografias de luta e resistências, de conquistas pelo espaço e pelo território.

Observamos de acordo com o IBGE que no Brasil nos últimos anos o PIB com o trabalho informal cresceu, principalmente graças as pessoas que exercem a função de empregadas (os) domésticas (os), então este é o momento de continuar as lutas, para que se consiga viver com dignidade e qualidade, e não se deixar calar com as injustiças diárias ocorridas no cotidiano dessas e desses trabalhadores.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BETIM, F. **No país com mais empregadas domésticas, a vida de 7 milhões de mulheres é uma luta.** Disponível em: <  
[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=32336&catid=131](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=32336&catid=131)>. Acesso em: 24 de agosto de 2018.
- BIAVASCHI, M, B. Os direitos das trabalhadoras domésticas e as dificuldades de implementação no Brasil: contradições e tensões sociais. **Friedrich-Ebert-Stiftung Brasil**, 2014, dezembro.
- BRITES, J. Serviço Doméstico: elementos políticos de um campo desprovido de ilusões. **Campos-Revista de Antropologia**, 2003.
- CENTRO DE ESTUDOS E ATIVIDADES CULTURAIS. **Contribuições para um debate: o sindicato e sua história.** Rio de Janeiro, 2001. p. 16-29.
- Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. De Aníbal Quijano. Capítulo do livro *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.* Buenos Aires 2005
- COSTA, J, B. Trabalhadoras Domésticas no Brasil: um movimento de resistência e re-existência. In: XXVI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, 2007. Guadalajara.
- COSTA, J. B. Descolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, UNB, volume 30 número,1- janeiro/Abril 2015.

COSTA, J. B. **Sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil: Teorias da descolonização e saberes subalternos**. 2007. Tese (Doutorado)–Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília.

DELGADO, M, G. **Curso de direito do trabalho**. 7. ed. LTr: São Paulo, 2008.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Trimestral. Disponível em:

<[https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad\\_conti\\_nua/default.shtm](https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_conti_nua/default.shtm)>. Acesso em: 24 de agosto de 2018.

MASSEY, D. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, A. **O espaço da diferença**. Campinas-SP: Papirus, 2000. p. 176-184.

Nunes, O, S. Entrevista concedida a Alessandra Cunha Tavares. Macapá-AP, 19 de agosto de 2018 (A autorização para a publicação da entrevista encontra-se em anexo)

Os direitos das trabalhadoras domésticas e as dificuldades de implementação no Brasil: contradições e tensões sociais. De Magda Barros Biavaschi. Dezembro de 2014.

PINTO, E, A. **Etnicidade, Gênero e Educação: a trajetória de vida de Dona Laudelina de Campos Melo**. 1993. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas Faculdade de Educação.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130.

**Retrato das desigualdades de gênero e raça / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ...** [et al.]. - 4ª ed. - Brasília: IPEA, 2011.

# MOBILIZAÇÃO DE POPULAÇÕES TRADICIONAIS FRENTE AOS PROJETOS DESENVOLVIMENTISTAS

<sup>1</sup>Alexandre Pinheiro de Freitas

<sup>2</sup>Elice Jackson Moreira Coutinho

<sup>3</sup>Daguinete Maria Chaves Brito

<sup>1</sup> Acadêmico do curso de Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP);  
ale13freitas@hotmail.com;

<sup>2</sup> Acadêmico do curso de Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP);  
jackcoutho3@gmail.com

<sup>3</sup> Professora Dra. Adjunta do colegiado de Geografia da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP);  
dagnete@uol.com.br

## RESUMO

Esta pesquisa busca investigar como se tem dado a organização de povos tradicionais em resposta ao modelo exploratório implantado, e com maior evidência na Amazônia, a partir da segunda metade do século XX. Trata-se de um levantamento bibliográfico de diversas produções (artigos, livros, dissertações e teses) e discussão sistemática dos dados qualitativos que foram levantados. Os principais resultados apontam para a ocorrência de conflitos entre os atores (Estado, empresas e povos tradicionais) e formas de mobilização frente tal modelo de desenvolvimento.

**Palavras-chave:** Grandes projetos. Povos tradicionais. Resistência.

## INTRODUÇÃO

Alcançar altos níveis de crescimento econômico não é sinônimo de acesso democrático à melhor qualidade de vida. Países com grande produção de riquezas materiais, oferecimento de bens e serviços, alta produção nos setores secundário e terciário, também, não são sinônimos de equidade ambiental e social. É neste sentido, que o presente artigo, pretende mostrar algumas faces positivas e negativas da execução de grandes projetos na Amazônia, que, geralmente, não levam em consideração os povos tradicionais instalados neste território.

Dessa maneira, parte deste trabalho consistirá em discutir a contradição existente nos modelos de exploração econômica pensados para a Amazônia. Ressalta-se a “Amazônia” aqui referida se trata da chamada “Amazônia Legal” ou “Amazônia brasileira”. E além disso, cabe destacar que há várias “Amazônias”, conforme Gonçalves (2010), caracterizando esta região com enorme variedade de populações, culturas, formas de apropriação do território e outras especificidades.

No entanto, as potencialidades naturais deste vasto território têm despertado o interesse, há séculos, de diversos atores nacionais e internacionais. Mesmo considerando o período áureo da borracha, o capital, nesta região, toma maior evidência no século XX, especialmente na segunda metade, “abrindo as portas” para a instalação de grandes projetos mineradores, agropecuários, logísticos e energéticos. A atuação

predatória destes foi e ainda tem sido, por vezes, camufladas para garantir os faturamentos e a reprodução do capital.

Assim, objetiva-se investigar como tem se dado a resposta de determinadas comunidades tradicionais frente aos grandes projetos instalados na Amazônia, de forma que possa ser aferido se já existem movimentos sociais organizados por esses atores, sejam eles remanescentes quilombolas, indígenas, extrativistas ou outros, pois é fato que estes têm suas requisições ignoradas por Estudos de Impactos Ambientais (EIA) e Relatórios de Impactos Ambientais (RIMA), de forma a se tornarem “invisíveis”.

Da mesma forma, para alcançar este objetivo principal, é necessário apresentar como tem sido manifestado o discurso desenvolvimentista que acompanha os grandes projetos, bem como correlacionar o surgimento de conflitos de interesses entre algumas comunidades tradicionais e as empresas envolvidas, contando ainda com as ações do Estado junto a essa problemática.

A metodologia utilizada consiste numa investigação bibliográfica, por meio de produções impressas e eletrônicas (artigos, livros, dissertações, teses e outras), em busca de embasamento teórico apropriado para responder as questões relativas à organização dos povos tradicionais que serão apresentados, principalmente os amazônidas, bem como as características presentes no discurso estatal e empresarial, para articular tais questões às atuais formas de ação destes agentes em torno dos projetos de desenvolvimento instalados na região.

Diante disso, este trabalho está estruturado em três seções e mais as considerações finais. A primeira seção busca apresentar o discurso desenvolvimentista em torno dos grandes projetos instalados na Amazônia, ocorridos, especialmente na segunda metade do século XX, por meio de iniciativas políticas estatais articuladas a interesses do capital estrangeiro e com baixa participação da comunidade em geral e povos tradicionais destacados na discussão.

A segunda seção busca correlacionar a instalação dos grandes projetos com o surgimento de conflitos junto a tais comunidades tradicionais, pois a ausência de participação social implica na geração de atritos e disputa pelos recursos e território. Dessa forma, buscar-se-á mostrar conflitos marcantes, desta disputa, e como se deu a ação dos agentes envolvidos na pretensão do uso e/ou controle do território.

A terceira seção pretende mostrar os movimentos organizados por comunidades tradicionais, que surgiram como resposta frente a instalação grandes projetos na Amazônia. Assim, poderão ser visualizados os resultados a curto e longo prazo,

advindos da mobilização e resistência destes povos que constituem grande diversidade cultural, histórica e geográfica na região, marcados também pelo uso equilibrado dos recursos naturais e baixos impactos ambientais.

Nas considerações serão realizados alguns apontamentos gerais a respeito dos principais resultados e “conclusões” acerca do trabalho realizado. Além da tentativa de reforçar a importância da continuidade no processo de mobilização e organização social dos diversos povos tradicionais da Amazônia.

## **MATERIAIS E MÉTODOS**

Quanto à sua abordagem e natureza, o presente trabalho é classificado, respectivamente, como qualitativo e básico. Optou-se por essa abordagem, entendendo que, esta opção conceda a oportunidade de analisar os “[...] aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (SILVEIRA; CORDOVA, 2009, p. 31-34).

Também diz respeito à uma pesquisa exploratória. A escolha deste tipo de pesquisa explica-se pelo fato de, o estudo aqui apresentado ainda, corresponder às etapas iniciais de uma análise mais ampla em torno do tema, tal como afirma Gil (1987, p. 45) “[...] as pesquisas exploratórias constituem a primeira etapa de uma investigação mais ampla”. Nesse sentido, o resultado “[...] desse processo passa a ser um problema mais esclarecido, passível de investigação mediante processos mais sistematizados”.

O procedimento metodológico refere-se ao levantamento bibliográfico. Segundo Gil (1987), este tipo de procedimento visa desenvolver análise de uma ampla gama de produções, como livros, artigos científicos e revistas (impressos e eletrônicos), dissertações, teses e outros documentos.

A área de estudo é a Amazônia Legal. Logo, torna-se extremamente difícil citar todos os movimentos que têm ocorrido em seus mais de 7,5 milhões de km<sup>2</sup>, ocupando cerca de 54% do território brasileiro, variados minérios, como cobre, ouro, cassiterita, bauxitas e outros, tendo só na bacia hidrográfica do rio Amazonas variedade de peixes maior do que toda a Europa, e sendo multifacetada e plural em seus diversos aspectos (social, cultural, histórico, econômico e outros), conforme consideram Gonçalves (2010), Casara (2003) e Bermann (2013).

Portanto, a análise desenvolvida neste trabalho não conseguirá abarcar todas as formas de mobilização que tem ocorrido na Amazônia, mas procurará estabelecer um quadro geral de algumas formas de organização social, de atores legalmente tratados

como comunidades ou povos tradicionais, com vista a contribuir no fomento às reivindicações destes sujeitos.

Espera-se que o termo “populações”, “povos” ou “comunidades tradicionais” não sejam tidos como generalistas, pois, ao construir o trabalho, foi reconhecido que dentro das comunidades indígenas, ribeirinhas, quilombolas e outras, há heterogeneidade e singularidades que não serão discutidas neste artigo. Tal como afirma Little (2004, p. 252) “cada uma dessas categorias são tão grandes que não parece viável trata-los na mesma classificação”.

Assim, este trabalho apresenta os sujeitos dentro de um grupo mais amplo (povos/comunidades tradicionais) para mostrar a representatividade destes sujeitos diante das políticas estatais e privadas, além de levar em consideração características presentes na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Enfim, esta questão foi adiantada para que as afirmações abaixo não soem como generalização de conceitos dentro de uma temática tão rica.

## **DISCUSSÃO E RESULTADOS**

Diante da diversidade e amplo campo de discussão, esta seção será dividida em três subseções de forma que possam ser visualizados mais claramente as principais temáticas inicialmente propostas. Portanto, a princípio serão apresentados os grandes projetos de significativa relevância na região, em seguida os conflitos entre tais projetos e certos povos tradicionais e, por fim, algumas formas resistência (e até mesmo enfrentamento) de alguns povos/comunidades.

### **Grandes projetos instalados na Amazônia no século XX**

A Amazônia, historicamente, tem se destacado no cenário (inter)nacional, haja vista a sua enorme disponibilidade de recursos hídricos, minerais, florestais, culturais e localização estratégica. No entanto, conforme Araújo e Belo (2009) a visão que tem possuído maior destaque diz respeito à sua condição de região a ser explorada, a ser desenvolvida, modernizada, integrada ao país e ao mundo.

Assim, o processo de integração à essa economia de mercado, ao modelo econômico que não leva em consideração suas peculiaridades regionais, e a busca pelo imediatismo, tem resultado numa estratégia de desenvolvimento desigual que reflete a

ação e ótica dos outros sobre a Amazônia (GONÇALVES, 2010; ARAÚJO; BELO, 2009)

A instalação de megaprojetos de desenvolvimento econômico na Amazônia tem contado com a participação de um ator de significativa importância, e poderes de manipulação e imposição históricos, o Estado. Neste sentido, chamar este modelo exploratório de “grandes projetos” consiste em enquadrá-los numa categoria diferenciada de implementação, pois sua maneira de introdução e execução em solo amazônico se deu de forma vertical.

Portanto, os grandes projetos implantados na Amazônia, especialmente na segunda metade do século XX, são chamados dessa maneira por conta das imposições, produção em larga escala, geração de grandes impactos ambientais e sociais e participação diferenciada do Estado, das empresas e diversos povos tradicionais.

Algumas das mudanças significativas ocorreram nas áreas em que tais empreendimentos se instalaram. O direcionamento massivo de capitais nacionais e internacionais nestas áreas exigiu a construção de complexos estruturais suficientes para abarcar as principais demandas de seus funcionários, principalmente quando se encontravam distantes de localidades que ofereciam os mais diversos serviços (saúde, educação, comércio, lazer e outros). Foi assim que surgiram as *Company Towns* (cidade da empresa).

Estas estruturas contavam com os mais diversos suportes, especialmente, à população que vivia diretamente da produção da empresa. Segundo Rodrigues (2007) esta maneira de organização territorial buscava contribuir com as noções de racionalidade, funcionalidade e eficiência econômica. Na intenção de promover o contexto necessário para a reprodução do capital em ambientes, geralmente, isolados dos principais núcleos populacionais.

O primeiro grande projeto, na Amazônia, de exploração industrial de minério ocorreu com as atividades desenvolvidas pela Indústria e Comércio de Minérios S. A. (ICOMI), principalmente a partir da década de 1950 quando se associou à gigante norte americana *Bethlehem Steel* (naquele momento era a segunda maior produtora de aço do mundo), com a extração em grande escala do minério de manganês na cidade de Serra do Navio. (MONTEIRO, 2005).

Em 1967, na divisa dos estados do Amapá (naquela época ainda Território Federal) e do Pará foi estabelecido o projeto Jari Celulose. Esta denominação foi dada ao empreendimento econômico desenvolvido em caráter privado pelo empresário norte-

americano Daniel Keith Ludwig na região amazônica. Localizado na confluência dos rios Jari e Amazonas, o projeto Jari foi planejado para funcionar como um complexo econômico de grandes dimensões, envolvendo atividades industriais, agrícolas e de extração mineral e vegetal (COUTO, 2015).

No entanto, as aspirações em torno deste projeto foram frustradas. Atualmente, a empresa conta com uma ferrovia e atua na produção de pasta de celulose, originada das plantações de Eucalipto (*Eucalyptus*), sendo portadora de cerca de 1,3 milhões de hectares no município de Almeirim/PA, estabelecendo suas posses e aparato industrial na área correspondente aos distritos de Munguba e Monte Dourado – ambos pertencentes ao município Almeirim.

Monte Dourado/PA, hoje distrito, era a *Company Town* da dita empresa, nesta ficavam estabelecidos os trabalhadores, rodeados por todo o aparato necessário para sua manutenção socioeconômica. Em contraste a isso, na cidade amapaense de Laranjal do Jari desenvolveu-se um ambiente de aglomeração subnormal (IBGE, 2010), regionalmente conhecido como “Beiradão”, produzido pela ocupação desordenada de trabalhadores envolvidos direta ou indiretamente com o projeto em questão.

Ainda na década de 1960 um grande projeto que apontava para três eixos de desenvolvimento (comercial, industrial e agropecuário) criado em 1967, a partir da publicação do Decreto-lei n. 688, no estado do Amazonas instalou-se a Zona Franca de Manaus (ZFM). Sabe-se que dentre os três eixos apenas um se sobressai, o industrial. No ano de 2014 a ZFM obteve a maior média mensal de empregados (efetivo + temporários + terceirizados), chegando a pouco mais de 122 mil funcionários por mês. (SUFRAMA, 2015). Segundo Miranda (2012), em 2011 o Polo Industrial de Manaus contava com mais de 600 empresas, faturando cerca de R\$ 70 bilhões e 500 mil empregados diretos e indiretos.

No que tange ao desenvolvimento de indústrias de tecnologia ou de montagem, a ZFM foi a única iniciativa implementada na região amazônica com o intuito de formar um centro de produção e distribuição de maior variedade de produtos com valor agregado. Esta iniciativa, bem como as demais, alavancou consideravelmente a migração para a região, especialmente para a capital Manaus.

A década de 1960 também ficou marcada pelas ações da empresa canadense *Aluminium Limited of Canada* (ALCAN). Neste período esta realiza estudos no município paraense Oriximiná, nas proximidades do rio Trombetas, e descobre minas de bauxita (principal minério para a produção de alumínio e alumina), com essa

oportunidade a empresa começa a desenvolver estratégias para realizar a exploração do mineral. Neste sentido, após negociações a ALCAN passa a ser representada pela Companhia Vale do Rio Doce, e em 1979 é efetuado o envio do primeiro embarque de bauxita para a empresa canadense (MONTEIRO, 2005).

Conforme Monteiro (*op. cit.*) na década de 1970 outros fatos de significativa importância ocorrem na região. Em 1973, o governo federal cria a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S. A. (ELETRONORTE), sua implantação já apontava para uma estratégia de controle e distribuição da futura Usina Hidrelétrica (UHE) de Tucuruí, estrutura indispensável para suprir a necessidade dos projetos que estavam sendo instalados. Em 1978, o Brasil passa a contar com mais duas empresas estatais na região, a Alumínio Brasileiro S. A. (ALBRAS) e a Alumina do Norte do Brasil (ALUNORTE).

Outra tentativa de dinamizar a economia da região, mediante iniciativas do governo federal, foi lançando o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), em 1974 com a publicação do Decreto-lei n. 74.607, vinculado ao Plano de Integração Nacional (PIN) que até hoje é conhecido por algumas frases de efeito, como: “integrar para não entregar”. Este programa buscou criar cadeias produtivas que fossem capazes de gerar o desenvolvimento econômico a partir de atividades produtivas interconectadas, sobretudo estando baseadas nos polos de exploração mineral (MONTEIRO, 2005).

No final da década de 1970 outro projeto é desenvolvido na divisa Amapá – Pará, o projeto da empresa Caulim da Amazônia (CADAM). Sendo erguida com parte dos investimentos destinados à Jari Celulose, a CADAM também pertencia a Daniel Ludwig (MONTEIRO, 2005). A exploração do minério ocorre no município amapaense de Vitória do Jari e, através de um mineroduto instalado abaixo do rio Jari, o minério é levado para seu beneficiamento no distrito paraense de Munguba, onde se localiza a fábrica de processamento e porto. No lado amapaense, mais uma vez formou-se um aglomerado subnormal, regionalmente conhecido como “Beiradinho”, na cidade de Vitória do Jari.

Assim, poucos anos antes da redemocratização, em 1980 é lançado o maior projeto de articulação econômica da região: o Programa Grande Carajás. Este programa contava com uma tentativa de articulação e dinamização das atividades em torno da exploração mineral tocada pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD).

Desta maneira, em torno dela estavam em execução os projetos Ferro Carajás, ALUNORTE, ALUBRAS, Alumínio do Maranhão (obras iniciadas em 1980 e em 1984

já comercializava o produto) e Usina de Tucuruí, no geral os custos chegaram a U\$ 7,5 bilhões. E o dinamismo para a região acabou sendo concentrado principalmente no sul do Pará (MONTEIRO, 2005), caracterizando baixo dinamismo e ausência das cadeias produtivas em torno do restante do estado em questão.

Portanto, outros projetos vão sendo introduzidos na região, sendo marcados principalmente pela construção de UHE, o avanço da pecuária e soja, ampliação do arco do desmatamento entre outros empreendimentos. Deve-se frisar que os projetos do final da década de 1980 até a primeira década do século XXI, não receberam tamanha destinação de recursos como aqueles das três décadas anteriores, e este fato contribuiu severamente para o agravamento de duas situações.

A primeira diz respeito à baixa integração da Amazônia com as demais regiões brasileiras, sobretudo com o modelo exploratório que se impôs de 1950 a 1980, por meio da tentativa de “tirar” da região os recursos necessários para desenvolvimento do país, baseando-se num crescimento econômico linear e infinito (BECKER, 2005). A segunda refere-se aos conflitos socioculturais resultantes da ação destes grandes projetos, e esta última temática será discutida adiante.

### **Grandes projetos na Amazônia e os conflitos com povos tradicionais**

Para início de discussão é necessário apresentar que o conceito utilizado neste trabalho de “povos e comunidades tradicionais” baseia-se nos pressupostos da lei da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, por meio do Decreto n. 6.040 de 07 de fevereiro de 2007, de acordo com seu Art. 3º e parágrafo primeiro:

Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição; (BRASIL, 2007).

Assim, para que não haja maiores indagações a respeito de quais povos tradicionais o discurso está se referindo, serão apontados os diferentes tipos de comunidades que fazem parte deste trabalho, a saber são: indígenas, trabalhadores rurais, remanescentes quilombolas, seringueiros e ribeirinhos. Frisando que há enorme

diversidade destes grupos e que este trabalho não buscou generalizá-los, conforme os apontamentos de Little (2004).

Neste sentido, pode-se entender que há enorme simbolismo entre estes povos e o território no qual estão inseridos, por isso, ao inserir projetos econômicos sem a prévia consulta e estudos socioambientais numa região com tamanha diversidade de comunidades tradicionais, haverá o rebatimento de processos conflituosos, e estes por sua vez poderão ser invisibilizados por meio do progresso econômico, vindo a ser marginalizados e negligenciados por atores ligados às atividades de exploração.

Diegues (2001) também apresenta algumas características destes povos tradicionais. Segundo ele, há clara distinção a respeito da reprodução social tradicional e não-tradicional, pois, a primeira se utiliza dos recursos naturais para mantimento das suas atividades de subsistência enquanto a segunda se apropria de tais recursos para sustento dos seus padrões e desenvolvimento econômico, baseados no lucro e acumulação de bens e capitais.

Outro aspecto singular nas relações destas comunidades tradicionais consiste na noção de território. Diegues (op. cit.) ao citar Godelier (1984), (p. 79) aponta algumas características a respeito do uso, controle e acesso que ocorrem no território comum. Para ele pode haver lugares restritos de forma permanente ou temporária, a manifestação do homem como espécie e lhe fornecer os meios para sua subsistência, meios de produção e trabalho, e meios para sua reprodução material e imaterial.

Portanto, numa hidrelétrica, por exemplo, a compensação financeira aos moradores das áreas atingidas pelo reservatório de UHE, certamente, não é suficiente para minimizar os danos simbólicos e mesmo materiais, principalmente àqueles que viviam da pesca artesanal. Assim, ações como a desterritorialização (entendida como o desenraizamento simbólico e material dos sujeitos do seu território, conforme Saquet, 2007, apud Deleuze e Guattari, 1992/1993) comumente acompanham os núcleos populacionais que estão sob a área de influência das hidrelétricas. (SILVA et al., 2016).

Então, considera-se que processos de desterritorialização, remoção de moradores, contaminação, inundação de áreas agricultáveis ou pastáveis, comprometimento dos ecossistemas, exploração intensiva de áreas com determinado valor simbólico, dentre outros, constituem ações passíveis de formação de conflitos entre Estado, empresas e povos/comunidades tradicionais

Dessa maneira, a implementação vertical dos grandes projetos na Amazônia contribuiu significativamente para a formação destes conflitos. Principalmente, na

questão das UHE, pois estas contam com enorme aparato de infraestrutura e necessidades de barramento (no caso de formação de reservatório), desvio do leito (mesmo quando se trata de UHE a fio d'água) e, como ocorre em Ferreira Gomes/AP, significativos impactos à jusante e foz do rio, conforme Silva *et al.* (2016).

De acordo com Bermann (2013) ao explorar os recursos hídricos amazônicos, visando apenas a reprodução do capital, deixando rastros de exclusão social e degradação ambiental, a Amazônia é tratada como uma enorme **jazida de megawatts**. Além disso, o autor ainda afirma que na ocorrência de manifestações sociais e acionamento do Ministério Público federal, com ações para paralisação de grandes obras, as petições são negadas alegando “grave lesão à economia pública” no caso de interrupções das atividades, como ocorreu numa ação, em virtude do projeto da UHE Belo Monte, em 2006.

O alto grau de intervenção social e ambiental das hidrelétricas pode ser brevemente notado na afirmação de Severino (2016, p. 17) “As barragens instaladas no Brasil já inundaram 3,4 milhões de hectares em terras produtivas e cerca de um milhão de pessoas já foram desalojadas”. Conseqüentemente, há o prejuízo de atividades ligadas à pesca, agricultura e pecuária, além dos impactos na vida e territorialidade dos povos/comunidades.

No sentido de compreender as articulações políticas e geopolíticas para “abrir” a Amazônia para o mundo, sem levar em consideração muitas de suas singularidades humanas e naturais, Gonçalves (2010), ao relatar a ação Estatal a partir da década de 1960, afirma que: “o regime ditatorial se encarregou de criar as condições para atrair os grandes capitais para essa missão geopolítica”, assentados na alta produtividade e consumo.

Em 2007, o grande projeto de mineração da empresa ALCOA inc. (maior produtora de alumínio do naquele momento) não levava em consideração as 45 comunidades tradicionais que estavam em sua área de abrangência, que já haviam sido identificadas e reconhecidas, com ações que apontaram 32 impactos negativos e 5 positivos. (ARAÚJO; BELO, 2009). A intenção do tópico seguinte consiste em identificar as formas de mobilização dos povos tradicionais (já citados) como forma de resistência aos grandes projetos econômicos.

### **Movimentos de resistência de algumas populações tradicionais da/na Amazônia**

No decorrer da década de 1970 ocorrem eventos internacionais em torno do meio ambiente e seus usos, como a Conferência de Estocolmo - 1972 (JACOBI, 2003; BRITO, 2008). Em 1980 ocorre a publicação da Estratégia Mundial de Conservação (*World Conservation Strategy*), documento lançado pela União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (UINC), contribuindo com a preservação de atributos biológicos e genético, mencionou ainda a efetiva ação de populações tradicionais na manutenção do equilíbrio ecológico e manejo sustentável das áreas em que estavam inseridos.

A versão do documento foi atualizada em 1991 e passou a se chamar “cuidando da Terra: estratégia para uma vida sustentável” (*Caring for the Earth: a strategy for sustainable living*), publicada em conjunto pela UINC, PNUMA e WWF. Segundo Castro e Oliveira (2016) o fortalecimento da temática também ocorre em 1992 com a Convenção da Biodiversidade, durante a ECO-92, no Rio de Janeiro.

A intenção de mencionar estes fatos consiste na apresentação destes sujeitos como colaboradores em prol do uso sustentável dos recursos naturais, alinhando-os com os principais movimentos internacionais em prol de um ambiente natural equilibrado e minimização dos impactos ambientais. Tal como objetiva o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT) em:

[...] promover pesquisa científica em manejo e conservação de ambientes e territórios utilizados por povos e comunidades tradicionais, seus conhecimentos, modos de vida e de organização social, além de formas de gestão dos recursos naturais, em apoio ao manejo das Unidades de Conservação federais. (ICMBio, 2018).

Neste sentido, os povos/comunidades tradicionais, analisados neste trabalho, serão apresentados abaixo, de forma que cada um seja caracterizado em torno de suas formas de embate pelo território ao qual reivindicam frente aos grandes interesses voltados para sua área de reprodução, sejam eles interesses internos ou externos.

As **populações indígenas** são consideradas tradicionais. Há significativa importância em sua manifestação sociocultural, histórica luta de legalização e instituição de seus territórios. Como parte da mobilização dos povos indígenas na Amazônia pode-se citar o evento: “I CHAMADO internacional dos povos indígenas do Amapá e Norte do Pará”, que ocorreu de 18 a 22 de junho do ano em curso, em Macapá, nas dependências da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP.

Este evento buscou afirmar a negação ao modelo de apropriação ou gerenciamento do território que ocorre nesta região repleta de povos indígenas. De acordo com o documento oficial apresentado (CHAMADO, 2018), o evento reivindicou a mobilização destes povos para reafirmação da necessidade de não permanecerem invisíveis perante às políticas de exploração e supressão de seus territórios, execução de decisões verticais sem a consulta prévia das comunidades, imposição de um modelo educacional em desacordo com sua língua, cultura, história, saberes e modo de vida.

Diante disso, tem sido buscado, pelos povos indígenas, formas de contraposição aos mandos e desmandos que ocorrem em seus territórios, haja vista a execução de políticas públicas educacionais que vão de encontro com esta cultura tão diversificada e a utilização, e usurpação, de seus saberes medicinais tradicionais por sujeitos atrelados ao grande capital, e além de serem tratados apenas como objetos de pesquisas exigem autonomia para a produção de seus próprios saberes nas universidades. (CHAMADO, 2018).

Há ainda a violação de seus territórios por meio da construção de barragens hidrelétricas, que prejudicam áreas de caça, coleta e subsistência, a exploração de madeiras, a mineração ilegal comandada tanto por garimpeiros como por empresas privadas. Estas e outras questões são levantadas por Gonçalves (2010).

Outra comunidade, que surgiu como embate frente às formas de uso e ocupação do território amazônico, foi a dos **seringueiros**. A luta destes sujeitos, de acordo com Gonçalves (2010), começou por volta dos anos 1970, em meio ao movimento de resposta à “invasão” pecuarista que vinha ocorrendo no Acre. Assim, inicialmente, os seringueiros se levantavam contra a destruição da floresta para plantação de pasto promovida pelos “paulistas”.

No entanto, a partir da década de 1980 com o protagonismo de Chico Mendes, à frente da luta dos seringueiros, os rumos começam a tomar novos desfechos. Em 1984, no IV Encontro Nacional do Trabalhadores Rurais da Contag, o movimento seringalista rejeita a proposta homogênea de Reforma Agrária formulada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). E em 1985, em Brasília, os seringueiros fundam o Conselho Nacional do Seringueiros e constroem uma identidade, onde nenhum dos dirigentes podia ser de fora do movimento (GONÇALVES, 2010).

Diante das ponderações e requisições deste movimento surge a proposta da Reservas Extrativistas (RESEX), sendo um território marcado pela utilização equilibrada e diversificada dos recursos encontrados na floresta, extinguindo a

necessidade de basear-se apenas num único produto ou recurso, o látex (GONÇALVES, 2010). Este modelo pode ser chamado de agroextrativista, um meio que alimenta as aspirações de promover qualidade de vida e conservação da natureza, uma síntese bastante simplista do comumente chamado: desenvolvimento sustentável.

Todavia, este embate e anseio por acesso democrático à terra e assistência técnica também tem estado no discurso de outros sujeitos amazônidas, sobretudo os **trabalhadores rurais**, representados pela agricultura familiar. Estes sujeitos também têm buscado a visibilidade em função da efetiva execução de políticas públicas, que contribuam com a melhoria da produção e não os deixe submissos a atender aos interesses dos grandes produtores.

De acordo com Gonçalves (2010), principalmente, a partir da segunda metade do século passado migrantes vindos da região sul se estabeleceram na região para envolvimento nesta atividade, bem como a ação daqueles vindos do nordeste que se envolveram em outras atividades (extração mineral, construção civil e outras atividades) e acabaram desenvolvendo a agricultura de subsistência, e passando a vender o excedente aos núcleos urbanos mais próximos.

Um fato significativo que marca o movimento/mobilização destes sujeitos na região diz respeito à resistência sangrenta ocorrida em conflitos, como foi o caso do “massacre de Corumbiara”, em 1995, no estado de Rondônia, quando agricultores sem-terra foram mortos após confronto com a polícia; e o “massacre de Eldorado dos Carajás”, em 1996, no estado do Pará, onde dezessete agricultores foram assassinados (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

No estado do Amapá um caso emblemático foi o da família Magave, na fazenda Campo Alegre, pertencente ao município de Amapá. Em fevereiro de 1994 a família foi brutalmente assassinada por quatro elementos que foram até a casa das vítimas. Um cordel, de Francisco Rodrigues Pinto, expressa bem a situação ocorrida na dita fazenda no dia 4 de fevereiro de 1994:

Foram quatro elementos  
Que fizeram a matança  
Cinco membros dos Magave  
Morreram como criança  
Na fazenda campo alegre  
Onde reinava a esperança

O exemplo da família Magave representa as disputas no campo, que ocorrem na região amazônica, estas são emblemáticas, pois, a enorme variedade de sujeitos que

sobrevivem diretamente dos recursos naturais, sejam eles naturais da região ou migrantes, lutam pela garantia dos usos e acesso à terra. Neste sentido, os trabalhadores rurais amazônidas têm enfrentado as forças advindas de atores ligados principalmente ao setor agropecuário, já que esta região tem sido lembrada como a última fronteira do grande capital natural (BECKER, 2005). Este enfrentamento se dá por conflitos armados, tendo como consequência os homicídios e também por vias judiciais (grilagem).

Parte desta acirrada disputa pode ser encontrada no trabalho de Chaves (2015) onde a autora apresenta os dados de conflitos no campo, numa análise comparativa e crítica acerca dos números levantados de 1985 a 2014, divulgados nos Cadernos de Conflitos no Campo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), destacando sua análise a nível nacional, região amazônica e região do Bico do Papagaio (divisa dos estados Pará, Maranhão e Tocantins). Assim, a autora apresenta que durante estes 30 anos ocorreram no Brasil 29.716 conflitos, e na Amazônia Legal 12.823, revelando a intensa luta nesta região. A Tabela 1 apresenta os dados da CPT (2017) em torno dos conflitos no campo por estado da Amazônia, e a Tabela 2 o número de famílias envolvidas.

**Tabela 1** - Número de conflitos no campo nos estados da Amazônia.

Estado	Nº Conflitos	%
Maranhão	197	20,1
Rondônia	191	19,5
Pará	142	14,5
Tocantins	135	13,8
Mato Grosso	97	9,9
Amapá	81	8,3
Amazonas	66	6,7
Acre	57	5,8
Roraima	14	1,4
<b>Total</b>	<b>980</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Articulação das CPT's Amazônia, 2017. **Org.** GHCF.

A enorme quantidade de conflitos que ocorreram (e ocorrem) no campo mostra o quanto estas disputas estão distantes do atendimento efetivo de políticas públicas de real reforma agrária, que atenda às necessidades dos pequenos produtores rurais e lhes forneça segurança jurídica diante dos interesses de grandes produtores e empresas

privadas, como é o caso da Amapá Celulose (AMCEL), historicamente envolvida em episódios de conflitos (SILVA, 2014).

Outros atores, identificados como **remanescentes quilombolas**, têm lutado pela sua afirmação e manutenção das suas manifestações materiais e imateriais. Para Gonçalves (2010) estas populações se originaram das mais diversas formas, como fuga de latifúndios, decadência de propriedades rurais, escravos livres ou descendentes destes. A grande variedade de rios e furos, ecossistemas e núcleos populacionais, promoveu trocas comerciais e relações de solidariedade entre os grupos, contribuindo na manutenção das comunidades.

Um caso marcante na mobilização de comunidades negras frente aos grandes projetos pode ser visualizado na instalação do projeto Bauxita Paragominas, em 2004, resultando em impactos diretos à comunidade de remanescentes quilombolas de Jambuaçu, a 15 km da cidade de Moju/PA. A resistência desta comunidade se deu, principalmente, por vias política e jurídica, com o auxílio da organização e associação de embates em comum com instituições como a CPT e Associação das Universidades da Amazônia (UNAMAZ).

Os diferentes tipos de usos do território, como o desenvolvimento da exploração mineração industrial da CVRD e a manutenção do modo de vida e reprodução dos remanescentes quilombolas de Jambuaçu, são traços de uma economia baseada em atendimento às demandas do capital externo, promovendo, sobretudo, geração de grandes impactos ambientais e baixa preocupação com as demandas sociais.

Sendo assim, é necessário ainda destacar o importante papel dos **ribeirinhos** no embate da política ditada para a Amazônia. Estes atores tem (re)produzido ao longo dos anos a maneira ímpar de estar integrando os elementos da natureza na sua subsistência. Como afirma Gonçalves (2010), produtores polivalentes, que correlacionam as atividades de agricultura, pesca e extrativismo.

Além disso, outra marca distinta desses povos está na sua forte relação com os rios da região, pois estes são fonte de sobrevivência, mas também de circulação de pessoas e produtos. A circulação por canoas, voadeiras, catraias, navios, por exemplo, mostram o forte potencial das hidrovias amazônicas, que não foram priorizadas, especialmente nas políticas urbanas e de integração regional.

A identidade destes povos pode ser encontrada em Herrera e Santana (2016), quando estes expõem fatos ocorridos no emblemático caso da UHE de Belo Monte. A narrativa dos autores mostra a desterritorialização provocada às famílias ribeirinhas que

se viram obrigadas a sair de suas residências para dar lugar aos impactos do barramento do rio Xingu e outras obras de infraestrutura da UHE em questão.

Ainda de acordo com os autores acima, dois movimentos têm apresentado maior resistência frente às investidas do governo federal e empresa responsável pela UHE, sendo eles: Xingu Vivo Para Sempre e Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Há certas discordâncias entre os movimentos, uma vez que o MAB afirma a falta de efetividade nas ações das comunidades ribeirinhas e outras que compõem o primeiro movimento. Entretanto, o fato central destaca que as ações de ambos os movimentos não tem conseguido respostas de relevância significativa para as populações afetadas.

Assim, entende-se que grande parte dos outros movimentos e outros povos/comunidades não incorporadas neste trabalho são parte de uma grande variedade, e quantidade, de sujeitos/atores invisibilizados pelas ações estatais e empresariais. Afinal, as disputas pelo território representam essencialmente as afirmações de Raffestin (1993) onde o controle do território é entendido como: poder. Logo, o processo de gestão centralizada do território consiste em retirada do poder de controle daqueles que tendem a resistir às formas de uso deste.

Então, ato de invisibilizar povos/comunidades tradicionais é uma maneira de negar o controle do território àqueles que devê-lo-iam gerir e serem consultados sobre as ações pretendidas para a utilização (exploração) dos seus recursos naturais. A luta das comunidades aqui citadas representa mais do que a manutenção da sua sobrevivência, mas a busca por acesso e controle democrático dos potenciais naturais, além da tão buscada melhoria de qualidade de vida associada ao uso sustentável do território.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As comunidades tradicionais da Amazônia, citadas neste trabalho, têm se envolvido em lutas políticas, jurídicas, sociais para afirmação da sua visibilidade. A visibilidade que é ofuscada pela busca de melhores índices de exportação, de produção de energia, produção mineral, produção agrícola, madeireira, pecuária, agrícola dentre outras atividades. Marcadas, sobretudo, por produtos de baixo valor agregado e impactos ambientais negligenciados.

O modelo exploratório vivido há séculos na região tem sido tocado, até os dias de hoje, por pessoas que sabem sobre a Amazônia, e mesmo quando aqueles que vivem

na Amazônia chegam ao poder, estadual ou municipal, tendo a possibilidade de reverter o quadro (ou pelo menos tentar) não o fazem, pois estão atrelados a interesses políticos, individuais, econômicos que negam a essência de equilíbrio natural existente material e imaterialmente nas comunidades tradicionais, seja por meio de alguma religião ou mitos existentes nas suas manifestações culturais.

Enfim, o engajamento e organização social promovidos pelas comunidades citadas representam a insatisfação e combate às formas de apropriação do recursos naturais que são executados há décadas na Amazônia. Ainda que os resultados sejam menores do que as ações de minimização ou extinção de impactos ambientais e sociais, as lutas e envolvimento devem continuar.

É necessário, também, a união dos vários movimentos para construção dos diversos interesses em comum, para fortalecimento político e social, sendo uma forma de fomentar suas reivindicações e debate mais acessível e democrático a respeito dos projetos executados e aqueles já projetados/programados para a região. A consolidação e cooperação entre os movimentos poderão reforçar suas ações e contribuir ainda mais para a quebra da invisibilidade posta sobre estes.

Diante destas questões, pode-se, claramente, perceber a contrariedade no modelo de desenvolvimento pensado para a Amazônia, que apresenta as faces negativas em torno da produção de conflitos socioambientais, onde Estado e empresas privadas se utilizam de forma desenfreada os recursos naturais da região, sejam eles minerais, hídricos, florestais etc. deixando rastros de exploração abusiva e baixa dinamização de cadeias econômicas.

Além disso, é preciso maior troca de contribuições entre as comunidades tradicionais e as instituições de ensino superior, neste caso, especifica-se as ações da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) quanto ao desenvolvimento e fomento de pesquisas de iniciação científica e extensão, de modo que as reivindicações destes atores e outros, como os pertencentes ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Porém, não apenas tratando-os como objetos de pesquisa, mas como atuantes e desenvolvedores de suas próprias manifestações e contribuições junto às pesquisas e comunicação junto à comunidade em geral.

Este trabalho foi desenvolvido durante os meses de abril a agosto de 2018, correspondendo a um trabalho transversal à pesquisa de iniciação científica denominada: “Análise dos conflitos socioambientais na Área de Proteção Ambiental da Fazendinha”; vinculada ao grupo de pesquisa “Geografia do Amapá e Gestão de Áreas

Protegidas”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), no período agosto de 2017 a julho de 2018.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, M. A. T.; BELO, P. S. Grande projetos minerários e comunidades tradicionais na Amazônia: impactos e perspectivas. **Revista Políticas Públicas São Luís**, v. 13, n. 2, p. 265-277 jul./dez. 2009.
- BECKER, B. H. Geopolítica da Amazônia. **Revista Estudos Avançados**, n. 19, vol. 53, p. 71 – 85, 2005.
- BERMANN, C. A resistência às obras hidrelétricas na Amazônia e a fragilização do Ministério Público Federal. **Novos Cadernos NAEA** • v. 16 n. 2 • p. 97-120 • dez. 2013.
- BRASIL. Decreto n. **288, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967. Regula a Zona Franca de Manaus**. Brasília, DF, 1967.
- \_\_\_\_\_. [Decreto n. 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais](#). Brasília, DF, 2007.
- \_\_\_\_\_. Decreto n. 74.607, DE 25 DE SETEMBRO DE 1974. **Dispõe sobre a criação do Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA)**. Brasília, DF, 1974.
- BRITO, D. M. C. Conflitos em Unidades de Conservação. **PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais UNIFAP**. N. 1 dez., 2008.
- CASARA, M. Mineração predatória na Amazônia brasileira: cinco décadas de irresponsabilidade social e ambiental no estado do Amapá. **Observatório social**. Florianópolis, Santa Catarina, maio de 2003.
- CHAVES, P. R. **REBELDIA E BARBÁRIE: Conflitos socioterritoriais na região do Bico do Papagaio**. Disponível em:  
< <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/producaoacademica/article/download/3951/11444/>> Acesso em: 20 de ago. de 2018.
- CHAMADO. I Chamado Internacional dos povos indígenas do Amapá e Norte do Pará. **Documento final**. Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2018.
- COUTO, A. **Projeto Jari**. Centro de Pesquisa e Documentação Contemporânea do Brasil (CPDOC), FGV, 2015. Disponível em  
&lt;<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/projeto-jari>&gt;  
Acesso em 12 de jun. de 2018.
- CASTRO, R. R. A.; OLIVEIRA, M. C. C. Os termos “populações” e “comunidades” tradicionais e a apropriação dos conceitos no contexto amazônico. **MUNDO AMAZÔNICO**, 7(1-2), 47-70, 2016.
- CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Atlas de Conflitos na Amazônia**. São Paulo: Entremares, 2017.
- DIEGUES, A. C. S. O Mito Moderno da Natureza Intocada. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1998.

- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 1ª ed. São Paulo: Atlas. 1987.
- GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, amazônias**. 3ª Ed., São Paulo – Contexto, 2010.
- GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. (In) GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2015.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Aglomerados subnormais**, 2010. Disponível em <<https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000015164811202013480105748802.pdf>>; Acesso em 12 de jun. de 2018.
- ICMBio. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Ministério do Meio Ambiente. **O que é o CNPT?**. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/cnpt/>> Acesso em: 20 de ago. de 2018.
- JACOBI, P. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p. 189-205, março/ 2003.
- LITTLE, P. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário Antropológico/2002-2003**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 251-290, 2004.
- MIRANDA, R. N. Zona Franca de Manaus: desafios, e vulnerabilidades. **Núcleo de estudos do Senado Federal**, ISSN 1983-0645, 2012.
- MONTEIRO, M. A. Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. **Revista Estudos Avançados** n. 19, v. 53, p. 187 – 207, 2005.
- PINTO, F. R. **A chacina dos Magave**. Cordel publicado pela CPT, 200?. Disponível em: <[https://www.cptnacional.org.br/attachments/article/3936/cordel%20-%20A%20chacina%20dos%20Magave\\_de%20Francisco%20Rodrigues%20Pinto.pdf](https://www.cptnacional.org.br/attachments/article/3936/cordel%20-%20A%20chacina%20dos%20Magave_de%20Francisco%20Rodrigues%20Pinto.pdf)> Acesso em: 20 de ago. de 2018.
- RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de SP: ed. Ática,1993.
- RODRIGUES, R. M. EMPRESAS, COMPANY TOWNS e Territorialização em Áreas de Mineração na Amazônia Oriental. **ANAIS XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL** – Belém, Pará, 21 a 25 de maio de 2007.
- SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções sobre território**. Ed. Expressão Popular, São Paulo, 2007.
- SEVERINO, W. M. S. **Impactos socioeconômicos e ambientais em populações diretamente atingidas pelo empreendimento hidrelétrico cachoeira caldeirão**. Dissertação (mestrado) – Fundação Universidade Federal do Amapá, UNIFAP - 2016.
- SILVA, J. G. Conflitos pela terra no Amapá entre 2002 a 2011: o mito da paz no campo e a violência institucionalizada. (In.) **Conflito, territorialidade e desenvolvimento: algumas reflexões sobre o campo amapaense**. LOMBA, R. M. et. al. (organizadores) – Dourados, MS: Ed. UFGD, 2014.
- SILVA, C. N. et al. Uso do território e impactos das construções de hidroelétricas na bacia do rio Araguari (Amapá-Brasil). **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**. Macapá, v. 9, n. 2, p. 123-140, jul./dez.

2016. Disponível em <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs> Acesso em 03 de Setembro de 2017.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. Unidade 2 – A pesquisa científica. (In) GEDARHART, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Orgs). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: editora da UFRGS. 2009.

SUFRAMA. **Indicadores de desempenho do Polo Industrial de Manaus: 2010 a 2015**. Superintendência da Zona Franca de Manaus. Manaus, 2015. Disponível em: <[http://www.suframa.gov.br/downloads/download/indicadores/RelIndDes\\_7\\_2015\\_julho.pdf](http://www.suframa.gov.br/downloads/download/indicadores/RelIndDes_7_2015_julho.pdf)>. Acesso em: 09 de ago. de 2018.

ZIGONI, C. **Conflitos socioambientais e resistências locais: notas sobre a experiência quilombola na Amazônia**. INESC, 2005. Disponível em: <[amazonia.inesc.org.br/artigos-inesc/conflitos-socioambientais-e-resistenciais-locais-notas-sobre-a-experienciaquilombola-na-amazonia/](http://amazonia.inesc.org.br/artigos-inesc/conflitos-socioambientais-e-resistenciais-locais-notas-sobre-a-experienciaquilombola-na-amazonia/)>. Acesso em: 20 de ago. de 2018.

# PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E A VERTICALIZAÇÃO NA CIDADE DE MACAPÁ

Edilany Mendonça Vales

**Resumo:** A análise sobre a aplicabilidade da verticalização é de suma importância para a política urbana e o ordenamento urbano, enfatizando o cumprimento da função social. O objetivo deste estudo foi elencar os efeitos da verticalização a partir das diretrizes do plano diretor, é preciso que se busquem e que se tornem públicos os valores importantes para a sua população, e, para isso, cabe à democratização das discussões pertinentes ao espaço urbano e o avanço da verticalização.

**Palavras-chaves:** Macapá. Planejamento. Verticalização.

## INTRODUÇÃO

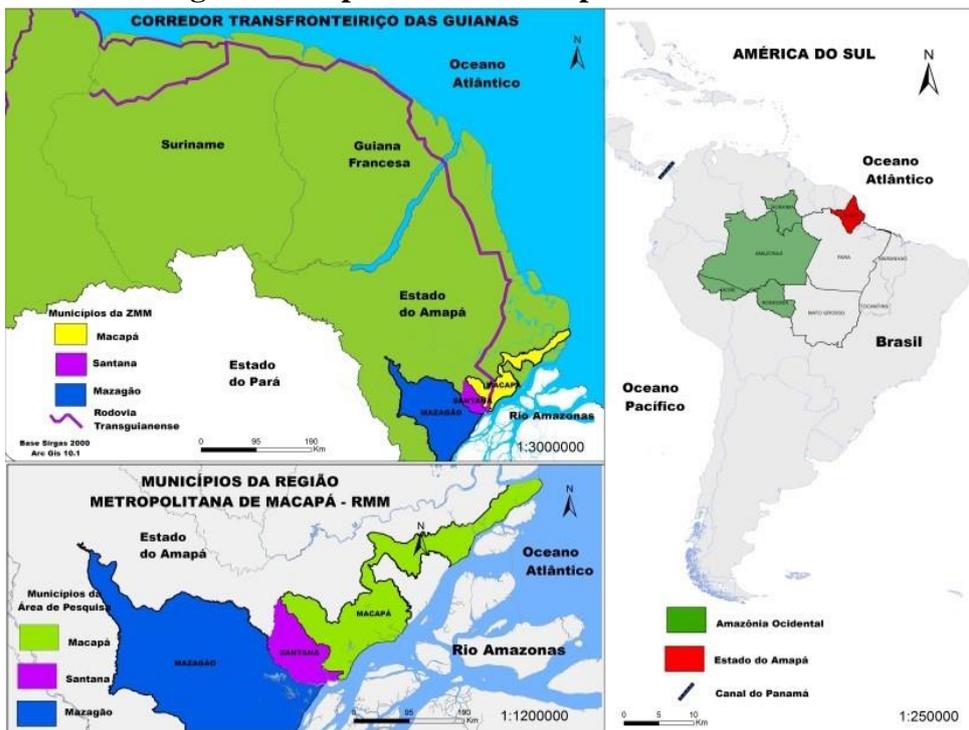
A cidade de Macapá, capital do estado do Amapá, localiza-se na foz do Rio Amazonas, sendo cortado pela linha do Equador. O estado do Amapá fica no norte do Brasil e possui uma população de 669.526 habitantes, de acordo com o último censo do IBGE. A população de Macapá cresce gradualmente, pois esses habitantes vêm em busca de novas alternativas de vida (educação, saúde, renda, emprego), de modo que, faz-se necessário avaliar o conjunto de fatores que ocorre no atual estágio de crescimento frenético por conta das transformações políticas e territoriais.

Esse crescimento foi consequência de projetos que foram agregados ao estado do Amapá, logo após esse se tornar Território Federal, em 1943. A partir desse período, vários acontecimentos tornaram o Estado dinâmico nas atividades econômicas e individuais. Destaca-se, nesse sentido, a modificação do território em nível de modernização, onde podemos observar o aparecimento de loteamentos, mercados imobiliários e edifícios verticais que representam a expansão do espaço urbano. Observa-se, que a terra tornou-se mercadoria, predominando o valor do uso do solo com o objetivo de garantir a acumulação de capital.

A localização geográfica de Macapá destaca-se por ser a capital do Amapá, localizada no sudeste do estado a qual integra os municípios de Santana e Mazagão formando a região metropolitana (mapa 1), instituída pela lei complementar Estadual nº 2 de 26 de fevereiro de 2003, e Mazagão foi o último a ser incluído em 2016. O eixo de interesse comum entre os três municípios, envolve saneamento básico, educação, mobilidade urbana, saúde, segurança pública, habitação, planejamento econômico, territorial e social, dessa forma contribuirá com a organização, planejamento e a execução de funções públicas no Estado do Amapá.

Segundo Lefebvre (2006) o conceito de produção do espaço é para explicar sua teoria, de que o espaço não existe “em si mesmo”, ele é produzido perpassando a realidade social. Pois bem, o espaço não é somente a produção social, mas os meios e as condições que devem ser levadas em contas para que ocorra as relações sociais.

### MAPA 1 – Região Metropolitana de Macapá



Fonte: TOSTES; FEIJÃO, 2018

Nesse contexto, fez-se necessário a realização de estudo bibliográfico, pesquisa em campo, levando em consideração a discussão sobre o desenvolvimento e a economia local, analisando os investimentos públicos e privados, realizando visitas na ICON, no IBGE e na SEMDUH, SEBRAI, CREA, PREFEITURA DE MACAPÁ, SINDUSCON, SINE, SEBRAE, CAU, aos prédios construídos e aos que estão em construção.

O artigo evidenciará cinco tópicos, o primeiro tópico abordará sobre as características da cidade de Macapá, bem como os Planejamentos Urbanos realizados em seu espaço desde que se tornou Território Federal, em 1943. Em seguida, também teremos discussões sobre a relação entre a produção do espaço urbano e a verticalização. Em outro tópico, abordaremos a questão da verticalização de Macapá como um processo que foi construído ao longo dos anos de forma associada às modificações feitas no Plano Diretor e na Lei de Uso e Ocupação do Solo do município. Por último, discutiremos as avaliações da geração de emprego e renda na verticalização,

sendo esse um dos mais importantes instrumentos descritos pelo estatuto da cidade e a metodologia e a técnica desenvolvida na pesquisa.

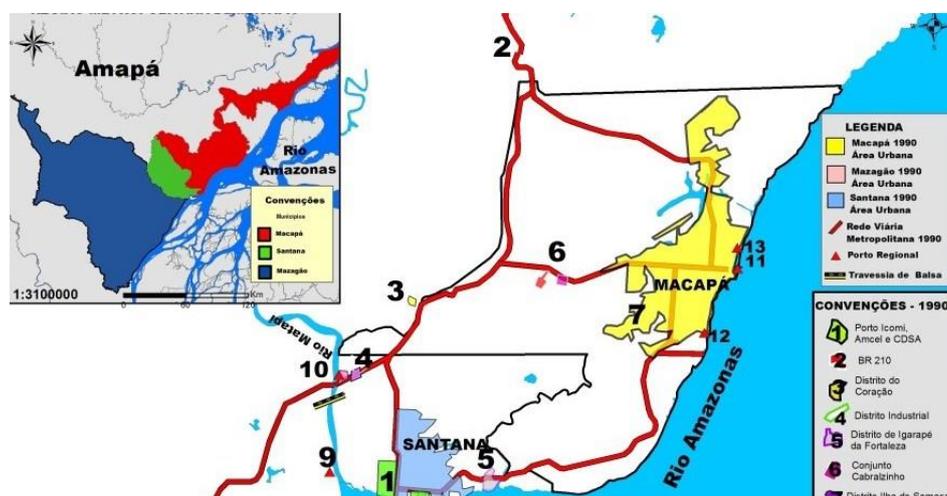
## CARACTERÍSTICAS DA CIDADE DE MACAPÁ E O PLANEJAMENTO URBANO

A cidade de Macapá, capital do Amapá, estado que está situado no extremo leste do Brasil, na área setentrional da Amazônia Brasileira, tem como fronteira ao sul o estado do Pará; ao Norte, o Suriname e a Guiana Francesa – Território Ultramarino do Governo Francês; e, a leste, o Oceano Atlântico. O estado do Amapá possui mais de 70% de seu território protegido por Unidades de Conservação (UC) e Terras Indígenas (TI). Além disso, possui mais de 30 bacias hidrográficas, com destaque para seus diversos ambientes aquáticos, tais como: rios, igarapés, ressacas e lagos (TOSTES; MACHADO; FERREIRA, 2015).

No que concerne a sua formação político-administrativa, o Amapá foi criado como Território Federal em 13 de setembro de 1943 por meio do Decreto-Lei 5.812. No ano seguinte, em 31 de março, por meio do Decreto Federal número 6.550, Macapá foi proposta à categoria de capital do Território, que mais tarde, em 1988 viria a se tornar a capital do estado do Amapá, com a promulgação da Constituição Federal (TOSTES, 2006).

Segundo Tostes (2006), desde a época em que o Amapá era Território Federal o seu desenvolvimento urbano apresenta graves deficiências e, durante muitas décadas, esse território não foi dotado de uma organização básica em termos de infraestrutura. Uma considerável parcela dos problemas apresentados no espaço urbano amapaense tem como origem o deficitário planejamento empreendido por gestores públicos, somado à falta de integração de políticas públicas regionais propostas aos municípios que estejam alinhadas às propostas nacionais pré-existentes. No mapa (2) podemos observar a localização geográfica do Estado do Amapá.

### MAPA 2 – Localização geográfica do Estado do Amapá



**Fonte: TOSTES; FEIJÃO,2018**

Monte-Mór (2006) explica que a configuração urbana no Brasil teve interferência de várias correntes urbanistas que teve supremacia progressista. Sabe-se que teve várias cidades que se formaram a partir do modelo urbanístico agregado a lógica de produtividade industrial no período que hierarquizou os espaços urbanos de forma rígida.

Dessa forma, é necessário pensar o desenvolvimento urbano vinculado a um planejamento que considere a ordenação do espaço como um fator que envolve questões territoriais, culturais, socioculturais, administrativas e ambientais (BATISTA; BRITO; PANTOJA, 2016). Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988 garantiu aos municípios tratar do ordenamento territorial mediante planejamento e controle do solo urbano para assegurar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus habitantes.

Segundo Ferrari Júnior (2004) o fator discordante no âmbito do planejamento está na forma como as cidades no Brasil se configuram limitando o planejamento urbano a um planejamento do território, analisando fundamentalmente o desenho urbanístico que atende de forma imediata a necessidade da população, porém de forma ineficaz.

Harvey (2014) enfatiza que a cidade é delineada pelas necessidades particulares da elite particulares da elite política e econômica, dessa forma surge o processo de urbanização com a concentração do espaço geográfico e social.

Com a aprovação do Estatuto da Cidade pela Lei nº 10.257 de 10/07/2001, o poder Executivo Municipal ganhou a possibilidade de atuar de forma indutora no desenvolvimento urbano das cidades, aplicando para isso novos instrumentos. Essa lei veio para regulamentar os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, os quais versam

sobre Política Urbana. Assim, de acordo com o art. 182 da CF, o Plano Diretor é o instrumento básico da política para promover o desenvolvimento urbano.

Desse modo, o Plano Diretor trata-se de um instrumento de planejamento criado para orientar a ocupação do espaço urbano. Em suas diretrizes gerais ele versa, entre outros aspectos, sobre: a garantia do direito à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e serviços públicos. Além disso, também preconiza sobre o planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do município e do território sob sua área de influência. Vale ressaltar que o Plano Diretor defende que em seu planejamento deve haver uma gestão democrática por meio da população e de associações representativas dos diversos segmentos da sociedade (BRASIL, 2008).

Ademais, é o Plano Diretor que define quais áreas podem ser adensadas com edifícios de maior altura, as áreas que devem permanecer com média ou baixa densidade e aquelas áreas que não devem ser urbanizadas, como as áreas de preservação ambiental permanente. Dessa forma, o Plano Diretor tem como objetivo principal fazer com que a propriedade urbana cumpra sua função social, ou seja, o interesse coletivo deve vir em primeiro lugar, em detrimento do interesse individual (BATISTA; BRITO; PANTOJA, 2016).

No que diz respeito ao espaço amapaense, no período de 1959 a 2004 são contabilizados 5 (cinco) planos diretores, vale ressaltar que, até 1980, Santana era distrito de Macapá. Desse modo, o plano GRUMBILF (1959), o Plano de Desenvolvimento Urbano (PDU) da Fundação João Pinheiro (1973) e o PDU da HJ COLE (1979) abrangiam os dois municípios. Além desses planos, tem-se o PDU de Santana elaborada em convênio com a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) - (1995), o qual foi o único que não teve participação da capital do estado e; por último, o Plano Diretor Participativo de Macapá (2004) (TOSTES, 2006). A seguir (com exceção do PDU/Santana), discorreremos, em linhas gerais, sobre cada um desses planos.

Segundo Tostes (2006), os principais planos da GRUMBILF DO BRASIL, a qual foi contratada pela Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA), estavam projetados para a década de 1960 já visando a Instalação da Empresa Indústria e Comércio de Minérios (ICOMI), o Porto de Santana e a construção da hidroelétrica Coaracy Nunes. Ademais, segundo o referido autor, a contratação dessa empresa ocorreu em resposta à necessidade do desenvolvimento do setor elétrico do estado. Pois,

a construção dessa hidroelétrica exigiu um planejamento de distribuição elétrica no território, atrelado a esse fator, também a necessidade dos serviços de água e esgoto. Nesse sentido, se fez necessário um plano diretor para dimensionar essas necessidades (TOSTES, 2006).

A contratação da Empresa João Pinheiro (1973) para elaborar o Plano de Desenvolvimento Urbano foi resultado da ação conjunta entre o governo do Território Federal do Amapá e da secretaria adjunta do Ministério do Interior. O principal objetivo era orientar o desenvolvimento urbano municipal. Em linhas gerais, o PDU/João Pinheiro segue as tendências básicas do plano GRUMBILF. Entretanto, restringiu-se aos municípios de Macapá e Santana (TOSTES, 2006).

O Plano de Desenvolvimento Urbano da H.J COLE & Associados (1976-1979) teve como base uma proposta ampla a respeito das potencialidades do Território Federal do Amapá. Contudo, tal como os planos anteriores, visou prioritariamente fatores econômicos e políticos. Para a H.J COLE era extremamente difícil fazer prognósticos e analisar as tendências do desenvolvimento econômico, tendo em vista que as indústrias localizadas no Amapá naquela época estavam voltadas para o mercado externo. Ainda assim, o PDU/H.J COLE fez prognósticos para o potencial turístico do espaço amapaense, mas pouco foi feito nesse setor ao longo desses anos. Outro aspecto era a conclusão da BR 156, que teve seus avanços, mas de forma lenta (TOSTES, 2006).

O Plano Diretor Participativo de Macapá entra em vigor em 2004. Esse plano é exclusivo do município de Macapá. Tem como diferencial a participação da sociedade civil organizada. Contudo, há muitos pontos detectados nesse plano após a sua aprovação que não foram executados. Nesse sentido, Batista, Brito e Pantoja argumentam que, “tal plano foi construído apenas para cumprir com as exigências imposta pelo Governo Federal, do que pela necessidade da sociedade macapaense, pois possui diretrizes interessantes, mas não são executadas pelo poder público municipal” (2016, p.51).

Tostes, Souza e Ferreira (2015, p.150) afirmam que, embora “o exercício do planejamento tenha ocorrido no território amapaense, a baixa capacidade técnica presente nos municípios, aliada a um baixo grau de participação da população na sua concepção, é refletida nas propostas idealizadas”. A partir das informações discutidas, observamos que os Planos Diretores idealizados para o espaço amapaense, longe de atenderem às necessidades da população local, foram pensados para atender às acomodações do capital privado.

A esses fatores soma-se, ainda, a alta densidade demográfica concentrada na cidade de Macapá. Dos 669.526 habitantes do Amapá (IBGE, 2010), 381.214 residem na área urbana de Macapá, correspondendo a 95,73% da população de todo o município. Os fatores anteriormente mencionados corroboram para os problemas urbanos existentes no espaço amapaense (TOSTES; MACHADO; FERREIRA, 2015).

Embora o Amapá possua uma das mais baixas densidades demográficas do país, 4,69%, esse estado concentra uma das mais elevadas taxas de urbanização, ocupando o 5º lugar. Contudo, o fenômeno de urbanização no estado é recente e se intensificou a partir da década de 1980. Segundo o censo de 2010, aproximadamente 90% da população residente no estado está concentrada em áreas urbanas. Longe de ser um fator positivo, a alta taxa de urbanização do Amapá é um demonstrativo da desigualdade territorial e social (TOSTES; MACHADO; FERREIRA, 2015).

Ademais, Tostes (2006) afirma que não tem sido prática do poder público municipal conduzir ações de planejamento, principalmente no que tange ao desenvolvimento urbano. Nesse sentido, o autor argumenta que “há um descontrole sobre a questão urbana o que se constata no elevado número de loteamentos abertos nos últimos anos como fruto do processo de ‘invasão’” (TOSTES, 2006, p.112).

No ambiente urbano surgem barreiras a sua implementação, como a falta de instrumentos legais para a regulamentação das ações e o consenso entre o interesse da iniciativa privada, o poder público e as necessidades dos habitantes. (BARCELLOS;BARCELLOS,2004).

## **A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E A VERTICALIZAÇÃO**

O espaço é o resultado de relações espaciais entre as áreas da cidade que configuram usos diferenciados da terra (CORRÊA, 2004 apud MACÊDO; SILVA, 2009). Corrêa (2004) considera tal conceituação como a que se aplica ao modelo de cidade capitalista, na qual esses usos são evidenciados pela desigualdade entre os espaços, nas diferentes finalidade para que são construídos e na questão social que envolve os grupos ocupantes dos diferentes espaços urbanos. Desse modo, temos o que Corrêa (2004) denomina “espaço articulado e fragmentado”, pois esses diferentes usos da terra urbana se constituem em uma rede complexa de ações que, nesse sentido produz o espaço urbano.

A relação entre os espaços internos da cidade se dá de forma não pensada pelos habitantes. As diferentes áreas da cidade, geralmente divididas entre área comercial,

área de lazer, bairros ocupados pela classe média e alta, bairros periféricos e bairros populares são transitadas pelos moradores por diferentes motivos – trabalho, estudos, lazer, compras. Desse modo, a relação entre os diferentes espaços urbanos é operada pelo deslocamento diário dos que ocupam esses lugares (CORRÊA, 2004 apud MACÊDO; SILVA, 2009).

Entretanto, os habitantes de uma cidade não usufruem os mesmos privilégios nessa relação espacial, pois esses não possuem acesso completo aos diferentes lugares dentro da cidade. Afinal, a fragmentação do espaço urbano apontada por Corrêa (2004) se manifesta justamente nessa desigualdade entre os usos da terra, de modo que a cidade não é conceituada como uma unidade de lugar, mas como o conjunto de lugares, diferentes entre si na sua forma espacial e no aspecto social (MACÊDO; SILVA, 2009).

Nesse contexto, a terra urbana e a habitação são necessidades de todos, o que faz com que o interesse por essas seja generalizado, tanto daqueles que não possuem o capital quanto dos que o possuem. Sendo assim, Corrêa (2012) afirma que a produção do espaço urbano não é operada por uma única entidade que reúna todos os interesses, mas por diferentes agentes sociais, com os mais diversos interesses envolvidos. Segundo o supracitado autor, tais agentes são os que “materializam os processos sociais na forma de um ambiente construído” (CORRÊA, 2012, p. 44) e, portanto, são os que produzem o espaço social com a sua rede de ações, sendo eles, de maneira geral,

[...] os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. A partir de sua ação, o espaço é produzido, impregnado de materialidades, como campos cultivados, estradas, represas e centros urbanos com ruas, bairros, áreas comerciais e fabris, mas também pleno de significados diversos, como aqueles associados a estética, *status*, etnicidade e sacralidade (CORRÊA, 2012, p. 44).

A partir disto, perceberemos que o Estado assume papel fundamental na produção do espaço urbano. Corrêa (2012) cita Samson (1980) para pontuar alguns dos múltiplos papéis do Estado capitalista nessa produção, e um desses trata-se de estabelecer o “o marco jurídico (leis, regras, normas, posturas) de produção e uso do espaço” (p. 45), e outro, de “taxar a propriedade fundiária, as edificações, o uso da terra e as atividades produtivas” (p. 46). Ainda acrescenta que as diferenças de taxas, estabelecidas pelo Estado, de acordo com os diferentes espaços são o reflexo e condição para a diferenciação socioespacial no espaço interno da cidade.

Essa diferenciação, portanto, também é encontrada no processo de liberação dos espaços para a construção civil. Pois, apesar da produção espacial ser agenciada pelo Estado junto às instituições privadas, o primeiro se exime de representar a sociedade como um todo para representar os interesses privados muitas vezes, gerando o que Arroyo (2006) denomina hierarquização dos lugares, já que existem espaços mais rentáveis que outros (ARROYO, 2006). Sendo assim, a heterogeneidade evidenciada no espaço urbano capitalista reflete a desigualdade social entre as classes (MACÊDO; SILVA, 2009), uma vez que a produção do espaço urbano é resultante da ação exercida por agentes sociais com vista a interesses que não compreendem o coletivo.

Inserida no contexto da produção do espaço urbano, temos então, a verticalização como um processo que ganha espaço nas cidades grandes e médias como uma das formas de ocupação da terra urbana. A verticalização consiste na criação de novos solos sobrepostos, organizados em vários andares, que possibilitam “o abrigo de maiores contingentes populacionais do que seria possível admitir em habitações horizontais e, por conseguinte valorizar e revalorizar estas áreas urbanas pelo aumento potencial de aproveitamento do uso do solo” (TÖWS, 2011 apud BATISTA; BRITO; PANTOJA, 2016). Conforme se apresenta na figura 01.

**FIGURA 01 – Edifícios na cidade de Macapá.**



**Fonte: Pesquisa de campo, 2018**

O processo de verticalização, então, é indicado por diretrizes de planejamentos urbanos como uma forma de ordenação do espaço urbano visando o suprimento da necessidade de habitação e de terra. De fato, o adensamento vertical se mostra como uma alternativa para a organização espacial interna da cidade, pois abriga um maior contingente de pessoas em uma parcela da terra, gerando assim melhor aproveitamento do espaço (BATISTA; BRITO; PANTOJA, 2016).

Entretanto, o fato de a produção do espaço urbano ser geralmente gerenciada por agentes sociais voltados para o interesse privado em detrimento do coletivo faz com que, inevitavelmente, pensemos na verticalização nas cidades grandes e médias como um processo que não é isento de tais investidas. Pois, existem relações socioeconômicas por parte das empresas privadas, aliadas ao Estado, interessadas em revolucionar a paisagem urbana sem a devida consulta à sociedade civil organizada ou a facilitação da participação popular nas decisões referentes à produção do espaço urbano (BATISTA; BRITO; PANTOJA, 2016).

Ramires (1998) afirma que, apesar de a verticalização se constituir um aspecto da construção civil que se tornou símbolo da identidade do processo de urbanização no Brasil, aquela não pode ser entendida como resultado natural deste. Pois, de acordo com Ramires (1998), o processo de verticalização se trata de “uma das possíveis opções traçadas e definidas pelos diferentes atores sociais e interesses econômicos que envolvem a estruturação interna das cidades” (p. 98). Sendo assim, a valorização do solo e o ordenamento das cidades, em favor da população, não podem ser vistos como características inerentes ao processo de verticalização.

Destarte, entendemos que os pontos positivos e negativos do processo de verticalização implicam em questões conflituosas, já que há uma complexa relação entre os múltiplos interesses envolvidos nesse processo. Sendo assim,

relações estabelecidas entre o público e privado modelam e estruturam o espaço urbano, o Estado como suporte dá as condições necessárias para que a iniciativa privada possa desenvolver as suas atividades, e onde estas atuam não somente no modelo físico e territorial sobre determinada área, mas das relações estabelecidas sobre um determinado grupo (SANTOS, 2008, p. 19).

Adiante, iremos enumerar os pontos concernentes à verticalização mais significativos para a produção do espaço urbano em geral e os que, nesse processo, mais afetam o ordenamento interno da cidade tanto no aspecto formal quanto social.

No que tange aos aspectos formais e ambientais da verticalização no espaço urbano, temos os apontados por Monteiro e Oliveira (2013), sendo os principais: a sobrecarga da infraestrutura, a formação de ilhas de calor e a impermeabilização do solo. Além disso, as autoras enumeram a questão da redução na velocidade média dos ventos por conta da construção vertical, que provoca alteração nas condições climáticas gerando problemas na ventilação do espaço. As autoras citam ainda, o fato de que as edificações verticais dificultam a insolação por causa do sombreamento, tornando assim, o espaço vulnerável à proliferação de fungos e doenças respiratórias (MONTEIRO; OLIVEIRA, 2013 apud BATISTA; BRITO; PANTOJA, 2016, p. 52-53).

Quanto aos aspectos sociais, a verticalização reflete e condiciona a diferenciação dos espaços e a desigualdade social. Segundo Ramires (1998), a propagação do apartamento no Brasil, por exemplo, se deu por conta da aceitação desse tipo de imóvel por parte das classes médias e altas. Sendo assim, o apartamento na verticalização passa a ser associado aos grupos de maior renda; ainda que, para estimular o adensamento vertical pela classe baixa, o governo produza as habitações verticalizadas (RAMIRES, 1998), como é o caso dos programas governamentais de habitação popular verticalizada.

Além disso, o processo de verticalização é responsável por profundas mudanças em relação ao valor e uso do solo urbano, o que também afeta a estruturação social (RAMIRES, 1998). Pois, o valor dos espaços é negociado pelo Estado junto a empresas de construção civil visando a geração de lucro para o interesse privado, de modo que, ao serem finalizadas, essas edificações serão (ou já foram, até o momento da finalização) vendidas àqueles que possuem o capital, ou seja, os das classes média e alta, excluindo assim os indivíduos e os agentes sociais de baixa renda.

Portanto, entendemos que a produção do espaço urbano acontece por meio da ação de agentes sociais, especialmente os que detêm o capital, visando mudanças de ordem estrutural e social na ordenação espacial da cidade. Nessa produção, a verticalização abrange diversos aspectos que afetam o ordenamento interno da cidade como um todo, promovendo alterações na estruturação dessa, uma vez que gera impactos, além de ambientais e físicos – que modificam a paisagem urbana –, sociais, econômicos e políticos. Assim, o processo de verticalização assume lugar de destaque

dentro da produção do espaço urbano, gerando benefícios para determinados grupos em detrimento de outros.

## **A VERTICALIZAÇÃO NA CIDADE DE MACAPÁ: O PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO E A LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO**

O Plano Diretor Participativo de Macapá (PDPM) instituiu as diretrizes iniciais para a verticalização no município. Na lei complementar nº 029/2004 – Lei de Uso e Ocupação do Solo, encontraremos diretrizes mais específicas para a verticalização, como a altura máxima das edificações. O PDPM normatiza os limites da verticalização urbana por Zona e suas Subzonas. Para este trabalho nos ateremos apenas na caracterização da Zona Urbana. Além disso, é oportuno esclarecer que, muitas modificações foram feitas no que diz respeito às diretrizes para a verticalização de Macapá, desde 2004 até os dias atuais. Sobre esse PDU de Macapá, Batista, Brito e Pantoja (2016, p.51) afirmam que,

com o decorrer do tempo, em função da aplicação deste Plano um novo processo urbano tem sido visualizado na capital amapaense, a verticalização, como resultado do desenvolvimento e modernização da cidade. Entretanto, esse processo vem sendo levado adiante sem se considerar à precariedade e mesmo inexistência de infraestrutura de saneamento básico da cidade e alterando os PDU conforme as necessidades do capitalismo, e não da sociedade amapaense.

Assim, de acordo como art. 77 do PDPM:

Zona Urbana é a área no município de Macapá destinada ao desenvolvimento de usos e atividade urbanos, delimitada de modo a contar a expansão horizontal da cidade voltada a otimizar a utilização da infra-estrutura existente e atender às diretrizes de estruturação do município (MACAPÁ, 2004a, p. 39).

O art. 80 esclarece a divisão da zona urbana: I – Subzonas de ocupação prioritária; II – Subzonas prioritárias para implantação de infraestrutura urbana; III – Subzonas de fragilidade ambiental; IV – Subzonas de estruturação urbana; V – Subzonas de proteção especial; VI – Subzonas institucionais; VII – subzonas de restrição à ocupação (MACAPÁ, 2004a).

Cada subzona tem suas diretrizes específicas quanto aos limites da verticalização. Assim, as Subzonas de Ocupação Prioritária (SOP) caracterizam-se por

“verticalização baixa ou média com garantia de conforto térmico e ambiental e condicionada à capacidade de infraestrutura urbana” (MACAPÁ, 2004, p.40). Nas Subzonas prioritárias para implantação de infraestrutura urbana (SPIU), a verticalização é baixa e condicionada à capacidade de infraestrutura urbana. Nas Subzonas de fragilidade ambiental (SFA), a verticalização é admitida exclusivamente para atividades de turismo com garantia de conforto térmico e ambiental. As Subzonas de estruturação urbana (SEU) não se caracterizam por ocupação vertical. As Subzonas de proteção especial (SPE) e As Subzonas institucionais (SI) não preveem ocupação. As subzonas de restrição à ocupação se caracterizam pelo impedimento ao uso e à ocupação (MACAPÁ, 2004a).

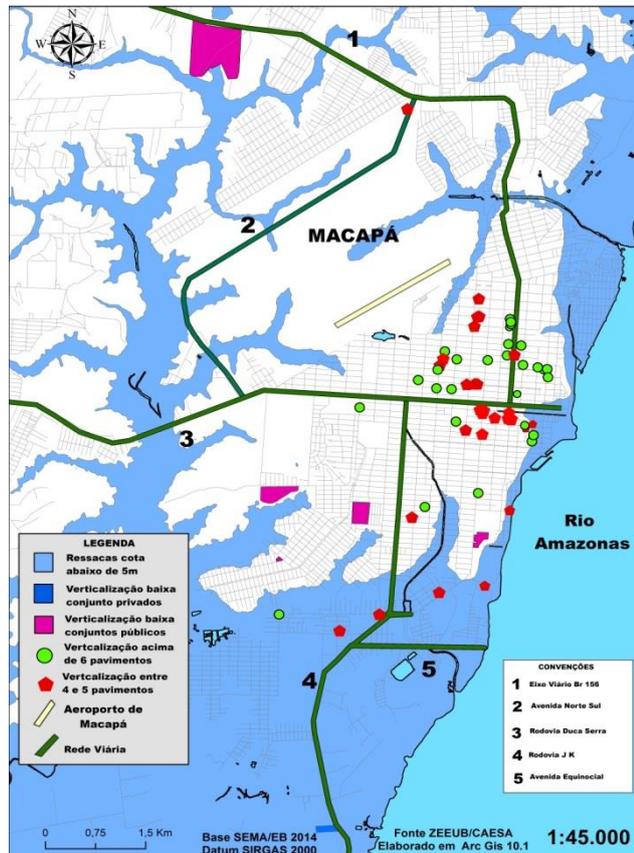
No que concerne aos limites de verticalização, na lei nº 029/2004 a verticalização alta era considerada de 22m (vinte e dois metros) - o que equivale a 8 (oito) pavimentos - até 33m (trinta e três metros), o equivalente a 12 (doze) pavimentos. Para a verticalização média, a altura da edificação era de 14m (quatorze metros) - equivalente a 5 (cinco) pavimentos - até 22m (vinte e dois metros) - o que equivale a 7 (sete) pavimentos. A baixa verticalização era de 8m (oito metros) - correspondente a 3 (três) pavimentos - até 14m (quatorze metros), o que corresponde a 4 (quatro) pavimentos (MACAPÁ, 2004).

Em 2011, as definições para a verticalização foram alteradas por meio da Lei Complementar nº 077/2011, assim a verticalização alta é subdividida em alta 1 - de 57,20 (cinquenta e sete metros e vinte centímetros) até 62,90 metros (sessenta e dois metros e noventa centímetros), com 20 (vinte) pavimentos; e em alta 2 - com altura entre 34,64 (trinta e seis metros e sessenta e quatro centímetros) até 37,94 metros (trinta e sete metros e noventa e quatro centímetros) e alcançando 12 (doze) pavimentos. Na média verticalização, a altura é de 29,0m (vinte e nove metros) até 31,7m (trinta e um metros e sete centímetros), com 10 (dez) pavimentos. Para a baixa verticalização, a altura varia entre 14,35m (quatorze metros e trinta e cinco centímetros) e 16,10 metros (dezesseis metros e dez centímetros), tendo no máximo 5 (cinco) pavimentos (BATISTA; BRITO; PANTOJA, 2016).

Em 2014, por meio da Lei Complementar nº 109/2014, as diretrizes para a verticalização foram novamente modificadas. Assim, pela referida lei fica definida a verticalização alta com altura máxima de 76 metros (setenta e seis metros) com 22 (vinte e dois) pavimentos; a verticalização média atinge a altura máxima de 45 (quarenta e cinco) metros com 12 (doze) pavimentos; e a verticalização baixa com altura máxima de

23 metros (vinte e três metros) atingindo 5 (cinco) pavimentos (BATISTA; BRITO; PANTOJA, 2016). No mapa (3) podemos perceber a localização dos prédios em Macapá e as suas respectivas alturas.

**MAPA 3 – Localização dos prédios em Macapá e as suas respectivas alturas**



Sobre o processo de verticalização na Amazônia, Batista, Brito e Pantoja (2016) afirmam que ocorreu tardiamente em relação ao restante do Brasil, e só se inicia em meados de 1949 com a construção de um edifício em Manaus. Esse processo de verticalização só se intensifica a partir de 2000. No espaço amapaense esse processo se inicia mais tardiamente, o primeiro edifício com mais de dez andares só foi construído em 1999. Essa construção chamou a atenção das construtoras, porque até então em Macapá só tinha prédio com no máximo 4 (quatro) andares. Com as modificações ocorridas no Plano Diretor de 2004, o processo de verticalização passou a se acentuar.

Dessa forma, em 2008, tinha-se um total de sete unidades de imóvel com alto adensamento, em 2010 aumentou para 16 unidades, ou seja, mais que o dobro em dois anos, indicando um acelerado processo de verticalização. Contudo, o crescimento dos prédios em Macapá não foi acompanhado de um crescimento das infraestruturas, como

saneamento básico, asfaltamento, melhorias do atendimento e equipamentos do Corpo de Bombeiros (BATISTA;BRITO;PANTOJA,2016).

Os entraves criados pela verticalização sem uma infraestrutura adequada afetam diretamente as populações no entorno dessas construções. Esse fato demonstra, em primeiro lugar uma discrepância com o que determina o Plano Diretor (2004) de Macapá; pois, segundo esse plano, o adensamento de edificações deve estar condicionado à implantação da infraestrutura urbana. Outro aspecto observado é a pouca participação popular, que tem sido cada vez mais alijada do Planejamento Urbano de sua cidade, se o plano se diz participativo, então, deveria haver a participação da população nesse planejamento.

Assim, não podemos julgar que o aumento da verticalização significa melhoria na qualidade de vida da população como um todo. Pois, o melhoramento deve ser para toda a população e não apenas para uma parcela mais abastada que pode pagar para morar nesses edifícios e para usufruir de uma melhor infraestrutura. Nesse sentido, Batista, Brito e Pantoja (2016, p.59) asseveram:

Construir prédios de forma aleatória, sem levar em consideração os pontos negativos deste processo é retroceder do ponto de vista do desenvolvimento urbano, visto que um dos principais critérios do Ministério das Cidades não está sendo levado em consideração, a participação popular. Com isso a cidade continua a ter uma gestão urbana tecnicista, como aquelas vistas no passado, outro ponto é atentar para o crescimento não somente do número dos Edifícios, mas também, da infraestrutura urbana.

A partir do que já abordamos, é possível constatar que as mudanças ocorridas nos Planos Diretores de Macapá ao longo dos anos beneficiaram, principalmente, o capital privado. Poucas mudanças foram feitas visando a melhoraria da qualidade de vida da população. Além disso, a população pobre é cada vez mais afastada do centro urbano pelo adensamento dessas edificações, além de ser o segmento popular que mais sofre com os problemas advindos dessa verticalização feita sem um planejamento adequado.

## **AS AVALIAÇÕES DA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA NA APLICABILIDADE DA VERTICALIZAÇÃO EM MACAPÁ**

A construção civil é um dos setores da atividade econômica que mais têm crescido no Brasil na última década. Segundo Oliveira e Oliveira (2012), a construção civil é uma atividade que contribui para o desenvolvimento regional, para a geração de

empregos e mudanças para a economia. Trata-se de setor muito vasto e heterogêneo e por isso é necessário contextualizar seus limites e abrangências de estudo.

Assim, a construção civil é classificada no código 45 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE<sup>88</sup>) do IBGE e contempla uma ampla lista de atividades relacionadas à construção. Segundo a comissão Nacional de Classificação (CONCLA) também do IBGE, a construção civil compreende: as atividades de preparação do terreno; construção de edifícios e obras de engenharia civil; obras de infraestrutura para energia elétrica e para telecomunicações; obras de instalações; obras de acabamento; aluguel de equipamentos de construção e demolição com operários. Desse modo, edificações é um subsetor da construção civil.

Uma problemática constante nos centros urbanos é a demanda social por habitação. Como resposta a essa demanda, os planos diretores indicam o adensamento por verticalização como uma possível diminuição desse problema. Dessa forma, as áreas que apresentassem melhores infraestruturas seriam destinadas para a edificação (BATISTA, BRITO, PANTOJA, 2016). Para uma cidade se expandir são necessários espaços livres para a construção de novas habitações, contudo esses espaços estão quase que completamente ocupados por edificações verticais, que na sua maioria não foram construídas para atender a população pobre que carece de moradia. Desse modo, a verticalização nem sempre é empreendida como uma solução para a demanda por habitação, mas também e na maioria das vezes, para atender ao capital privado.

A verticalização é um fenômeno que ocorre, principalmente, nas médias e grandes cidades; além disso, pode ser compreendido como uma das fases do processo de urbanização brasileira. De acordo com Santos (2008, p.29), “o processo de verticalização no Brasil começa no período do século XIX onde as principais cidades ícones desta transformação urbana foram Rio de Janeiro e São Paulo”. Esse processo vem acompanhado de um acelerado processo de industrialização. Como já mencionado, no espaço amapaense o processo de verticalização se inicia tardiamente em relação ao centro do país, o primeiro edifício com mais de dez andares só foi construído em 1999.

Segundo Giménez (apud SANTOS, 2008, p.26 ) o processo de verticalização é entendido como “a criação de novos solos”. Assim, a verticalização cria novos espaços

---

<sup>88</sup> Os códigos aqui mencionados correspondem à versão da CNAE 1.0.

que se constituem como um local de moradia ou de trabalho, os quais estão distribuídos em diversos andares (SANTOS, 2008).

Em termos de geração de empregos, no contexto macapaense esse setor proporcionou, segundo informações da Relação Anual de Informações (RAIS)<sup>89</sup> cerca de 55.645 (cinquenta e cinco mil e seiscentos e quarenta e cinco) postos de trabalho entre os anos de 2007 a 2016, os postos de trabalho por ano desse período estão dispostos na tabela abaixo.

**Tabela 1– Tabela do número de contratados no setor da construção civil no Amapá no período de 2007 a 2016.**

<b>NÚMERO DE CONTRATADOS NO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL (PÚBLICA E PRIVADA) NO AMAPÁ POR ANO 2007-2016</b>		
<b>ANO</b>	<b>NÚMERO DE CONTRATADOS</b>	<b>TOTAL</b>
2007	4.084	4.084
2008	3.257	3.257
2009	3.705	3.705
2010	4.618	4.618
2011	6.454	6.454
2012	6.366	6.366
2013	7.320	7.320
2014	8.826	8.826
2015	5.959	5.959
2016	5.056	5.056
<b>TOTAL GERAL:</b>	<b>55.645 (CONTRATADOS 2007-2016)</b>	

Fonte: Adaptado de dados do RAIS/IBGE

**Gráfico 1 – Número de contratados pela construção civil (pública e privada) em Macapá entre os anos de 2007 e 2016.**



Nota-se na tabela e no gráfico que entre os anos de 2007 a 2016 os números de contratos no setor da construção civil oscilou muito, porém percebe-se que de alguma forma houve geração de renda entre os anos. O ano que se considera mais fraco é o de 2008 com apenas 3.257 contratos, seguido dos anos 2009 com 3.705, 2007 com 4.084, 2010 com 4.618 e 2016 com 5.959. Neste sentido, observa-se os contratos de ordem crescente e a oscilação de números dos mesmos.

O ano que mais subiu segundo as pesquisas foi o ano de 2014 com 8.826 novos contratos, pois este ano obteve o dobro de contratos em relação ao de 2008 com 3.257. Nos anos anteriores os contratos foram menos e observa-se em ordem decrescente os números de contratos. Em 2013 7.320, 2012 6.366 e 2011 com 6.454 contratos. Ainda de forma decrescente nota-se também a oscilação de números dos mesmos.

Mas o que se pode perceber nesses gráficos é a geração de renda no setor da construção civil no estado do Amapá em 10 anos. Entre esses anos houve oscilação mas não deixou de ter novos contratos. Vale ressaltar também que a subida de contratos aconteceu logo depois das eleições de 2010, por exemplo, em 2011 com 6.454 contratos e só veio ter alta em 2014 novamente no ano de eleição. Não se sabe, se tem algo a comparar, mas o que se percebe é há coincidência. E tendo ou não coincidência, o fato é que os contratos oscilam não tendo um número exato e tão pouco uma ordem, seja ela crescente ou decrescente.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E TÉCNICA DA PESQUISA**

Para tanto, a metodologia desenvolvida foi através da pesquisa qualitativa e também quantitativa com enfoque empírico-analítico por trata-se de estudo quanto a aplicabilidade das verticalizações nas cidades Macapá, valendo-se para análise da pesquisa dados estatísticos com tipo de amostragem variável e investigação por meio

dos depoimentos de moradores e estudiosos envolvidos no processo de verticalização, utilizados como instrumentos essenciais para a elaboração e fundamentação teórica do trabalho.

A coleta de dados da pesquisa foi por meio de entrevistas, observação in-loco e da análise documental e fotográfica, paralelamente, o resultados de pesquisa em campo com os moradores residentes em prédios de 4 ou mais pavimentos e contribuições de arquitetos, topógrafos e construtoras civis. (Observação: a coleta de dados ainda continua ocorrendo, dando continuidade na dissertação sobre: Os impactos urbanos e ambientais na cidade de Macapá).

A fim de se alcançar o objetivo estabelecido e com vista a validar o método de abordagem escolhido para o presente estudo, optou-se pelo uso das seguintes técnicas de pesquisa:

Estudo documental e bibliográfico: estes correspondem respectivamente ao uso de informações primárias e secundárias (CERVO; BERVIAN; DA SILVA, 2007; GIL, 2009). São considerados, portanto, materiais que ainda não receberam tratamento analítico (fontes primárias) e as contribuições de diferentes autores sobre a temática tratada (fontes secundárias).

Para tanto, quanto às fontes primárias, foram utilizados documentos concernentes às leis, programas e índices relativos a Verticalização realizado nas cidades de Macapá (tal como o índice demográfico, o PIB, os índices anuais de emprego e renda (RAIS), a taxa de ocupação, entre outros) e, quanto às fontes secundárias, foram utilizados estudos e publicações em periódicos que abranjam as temáticas abordadas.

Estudo de campo e Entrevistas semiestruturadas: associadas, essas técnicas servem para captar explicações e interpretações dos envolvidos diretamente com o objeto pesquisado (GIL, 2008). Dessa maneira, os sujeitos entrevistado obrigatoriamente mantêm vínculos profissionais e/ou responsabilidades condizentes ao planejamento, gestão e execução de obras civil.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Desde o começo da pesquisa entende-se que o processo de aplicabilidade da verticalização é importantíssimo para a política de urbanização e com o passar do tempo veio tomando força no que se refere ordenamento e diretrizes do plano diretor. Por isso, compreende-se que esse plano diretor nas cidades causa grandes mudanças e essas mudanças muitas vezes não são boas para o indivíduo, um exemplo disso, são edifícios

altos demais que acabam causando má circulação de ar e pouco espaço físico, ou seja, edifícios que causam consequências socioambientais.

O processo de verticalização atualmente é visto como algo econômico que gera emprego principalmente no setor da construção civil, isto é, visto como um negócio para o estado do Amapá, por exemplo. E quando se trata das mudanças que houve como a altura das edificações, entende-se que foi de grande valia para o setor da construção civil fazendo dinheiro circular com vendas de espaços (terrenos) e matérias de construção. Nesse meio tempo nota-se a geração de emprego em que muita gente se volta para o setor não somente para abrir seu próprio negócio mas também para trabalhar na área, um vez que as possibilidades aumentam.

Nas pesquisas do presente estudo foi possível perceber que a geração de emprego no setor da construção civil mesmo com oscilação de números de novos contratos o estado do Amapá não deixou de crescer. Tais oscilações não interferiram na geração de renda. Porém, entende-se que as construções de novos prédios requer mais espaço econômico do que social, uma vez que os prédios se voltam mais para pessoas de classes médias e altas. Mas não é de se pensar diferente porque esses prédios já são planejados para tal finalidade e desta forma os negócios crescem.

É evidente que a verticalização traz uma via de mão dupla do que representa para a cidade. Se nós fecharmos os olhos no que envolve fatores sociais, vamos ter uma visão equilibrada, pois a cidade pode ser vertical, mas, devemos destacar os pontos positivos e os adversos que precisam corrigidos.

Na cidade de Macapá, o processo de verticalização obedece um apelo econômico, onde as mudanças no padrão da altura dos prédios é um fator emblemático, e ocorreu de uma gestão municipal para a outra. E a mudança na altura dos prédios atraiu construtoras e inevitavelmente aumentou o número de contratados no setor da construção civil.

A pesquisa traz consigo uma grande dúvida que muitos irão tentar obter respostas. O processo de verticalização é problema econômico ou social? Certamente os dois porque simplesmente os interesses atingem os dois, quando não atinge diretamente o social, atinge então o econômico.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ARROYO, M. M. Dinâmica territorial, circulação e cidades médias. In: SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (orgs.). **Cidades médias**: produção do espaço. São Paulo: Expresso Popular, 2006, p. 71-85.

BARCELLOS, Paulo Fernando Pinto; BARCELLOS, Luiz Fernando Pinto. Planejamento urbano sob perspectiva sistêmica: considerações sobre a função social da propriedade e a preocupação ambiental. **Revista da FAE**. Curitiba, v. 7, n.1/jun. 2004, p. 129-144.

BATISTA, A. J; BRITO, D. M. C; PANTOJA, G. M. T. O processo de verticalização urbana em Macapá/AP. **Revista GeoAmazônia** – ISSN: 2358-1778 (online), Belém, v. 04, n. 08, p. 46-63, jul./dez. 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. **Estatuto da Cidade**. 3 ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

CORRÊA, R. L. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. (orgs.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2012, p. 41-51.

FERRARI, JÚNIOR, José Carlos. Limites e potencialidades do planejamento urbano: uma discussão sobre os pilares e aspectos recentes da organização espacial das cidades brasileiras. *Estudos geográficos*. Rio Claro, v. 2, n.1, jun. 2004, p. 15-28.

FERREIRA, J. F. C.; SOUZA, A. C. M.; TOSTES, J. A. O desenvolvimento local integrado entre as cidades de Macapá e Santana (Estado do Amapá, Brasil). **PRACS**: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, Macapá, v.8, n.2, p.149-167, jul./dez. 2015.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade a revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes-Selo Martins, 2014.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Comissão Nacional de Classificação** – CONCLA, 2018. Disponível em: <<https://concla.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 19 jul. 2018.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4º ed. Paris: Editions Anthropos, 2000). Primeira versão início fev. 2006.

MACAPÁ (AP). **Lei complementar nº 026/2004 de 20 de janeiro de 2004**. Plano de Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá: Lei complementar nº 026/2004 de 20 de janeiro de 2004. Macapá: Prefeitura Municipal, 2004a.

MACAPÁ (AP). **Lei complementar nº 029/2004 de 24 de junho de 2004**. Do uso e ocupação do solo no município de Macapá: Lei complementar nº 029/2004 de 20 de junho de 2004. Macapá: Prefeitura Municipal, 2004b.

MACÊDO, Celênia de Souto; SILVA, Regina Celly Nogueira da. **A produção do espaço urbano**. 2009. Disponível em: <[http://www.ead.uepb.edu.br/arquivos/cursos/Geografia%20-](http://www.ead.uepb.edu.br/arquivos/cursos/Geografia%20)

%20Reing/Geografia%20Urbana/Geo\_Urb\_A02\_WEB\_IMZM\_SF\_SI\_SE\_181209.pdf  
>. Acesso em: 16 jul. 2018.

MONTE-MÓR, Roberto Luiz. As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. In: DINIZ & CROCCO (eds.). Economia Regional e Urbana: contribuições teóricas recentes (pp.61-85). Belo Horizonte: Editorial UFMG, 2006.

OLIVEIRA, Valéria Faria; OLIVEIRA, Edson Aparecida de Araujo Querido de. O papel da Indústria da Construção Civil na organização do espaço e do desenvolvimento Regional. **The 4<sup>th</sup> International Congress University Industry Cooperation**. Taubaté, SP, 2012.

RAMIRES, J. C. de L. O processo de verticalização das cidades brasileiras. **Boletim de Geografia**. Maringá, DGE / UEM 16 (1): 97-105. 1998.

SANTOS, C. P. dos. **Reestruturação urbana de Londrina**: a verticalização no período 2000 - 2008. 2008. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina. Londrina - PR, p. 107.

TOSTES, J. A. **Planos Diretores no Estado do Amapá**: uma contribuição para o desenvolvimento regional. Macapá: J.A. Tostes, 2006.

# CONFLITOS SOCIOTERRITORIAIS NA COMUNIDADE DE SANTA LUZIA DO PACUÍ

<sup>1</sup> Elice Jackson Moreira Coutinho

<sup>2</sup> Alexandre Pinheiro de Freitas

<sup>3</sup> Patrícia Rocha Chaves

<sup>1</sup> Graduando em Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP);  
[jackcoutho3@gmail.com](mailto:jackcoutho3@gmail.com)

<sup>2</sup> Graduando em Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal do Amapá ((UNIFAP);  
ale13freitas@hotmail.com

<sup>3</sup> Professora Dra. Adjunta do colegiado de Geografia da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP);

## RESUMO

Esta pesquisa trata de reflexões iniciais acerca dos conflitos (ocorridos desde 2013) entre moradores da Comunidade de Santa Luzia do Pacuí e proprietários de terra, bubalinocultores. A bubalinocultura tem causado impactos (sociais e ambientais), prejudicando a principal atividade dos moradores da comunidade, a pesca. A partir deste cenário surge a necessidade de se fazer análises colaborativas visando produção bibliográfica do conflito, sobretudo pela disputa do território. O trabalho consiste em análise bibliográfica da questão e revisão documental dos cadernos de conflitos da CPT (2013 a 2016). Dentre as conclusões, destaca-se que a alternativa dos posseiros tem sido pescar em “valas” criadas pelos búfalos, localizadas dentro da área dos fazendeiros, o que acaba gerando conflitos entre as partes.

**Palavras-Chave:** Conflitos. Território. Santa Luzia do Pacuí.

## INTRODUÇÃO

A presente trata da comunidade de Santa Luzia do Pacuí que sofre desde 2013 com limitações impostas pelos fazendeiros daquela região, principalmente a sua prática de pesca. A área estudada compreende o Distrito de Santa Luzia do Pacuí localizada em Macapá, e fica à beira do Rio Pacuí, seu acesso se dá pela rodovia AP-070. Segundo Comissão Pastoral da Terra (2016) a comunidade possui um todo de 200 (duzentas) famílias.

Sua relevância, no que se refere ao pouco estudo, é compreendida frente as mazelas sociais encontradas, visto que são problemas que entram em conflitos com os direitos humanos, aqui fala-se da solidariedade para com o próximo ou pelo menos a sua falta. Tal teor deve-se ser considerado, diga-se de passagem, pela ciência, que teoricamente deveria trabalhar para melhores condições de vida.

É nesse pensamento que se faz necessárias reflexões sobre os problemas sociais, visto que a sociedade ainda se encontra em um patamar muito abaixo do que se espera da mesma no que concerne a melhores condições de vida.

Objetiva-se por isso também refletir sobre os problemas encontrados na referida comunidade e com isso causar algum efeito sobre os leitores.

Um resultado encontrado e bastante significativo para o estudo é que o conflito que teve um drástico aumento, no perpassar dos anos. O que se conclui por isso é que não houveram ações (pelo menos eficientes) para neutralizar a problemática por parte dos órgãos públicos. Nesse viés de informação o problema de sua permanência se dá pela ineficiência do poder público.

## **DISCUSSÃO TEÓRICA**

Primeiramente, é imprescindível entender um dos sujeitos centrais dessa discussão, e embora historicamente tenha passado por aumento significativo no Brasil, principalmente nos períodos de 1975 a 1985, este sujeito sofre negligência frente ao poder público (pouco assistido pelo acesso a direitos), identificado como **posseiro**, este pode ser compreendido como:

[...] o lavrador que trabalha na terra sem possuir nenhum título legal, nenhum documento reconhecido legalmente e registrado em cartório que o defina como proprietário, é classificado como ocupante da terra, nos censos oficiais, ou como posseiro, na linguagem comum, (Martins, 1990, p.103).

Além da ausência do título de posse da terra, é ainda caracterizado como o “[...] lavrador pobre que vende no mercado os excedentes agrícolas do trabalho familiar, depois de ter reservado uma parte da sua produção para o sustento da sua família”. (Martins, 1990, p. 104). Por conta da sua afirmação em torno da luta pelo acesso à terra, o posseiro, historicamente é compreendido em sua luta com os latifundiários, lidos hoje como ruralistas, Oliveira (2001).

Outra contribuição, acerca das características que definem os sujeitos entendidos como posseiros, consiste na afirmação de que estes são pessoas que habitam a terra de forma irregular, não sendo legalmente providos de documentação necessária para sustentar o desenvolvimento de suas atividades. Logo, trata-se de pessoas que não atendem às exigências do Estado. Portanto,

[...] o posseiro é sempre encarado como anomalia, como pessoa que está numa situação provisória, como alguém que está fora do lugar: não tem uma

situação jurídica definida, nem o reconhecimento do estado e das autoridades locais que o representam (Martins, 1990, p. 105).

A instalação dos posseiros em determinado espaço, e a utilização da terra por longo período de tempo sem a documentação legal pode resultar em conflitos, caso haja outros interessados (e interesses) por tal área. Por isso, para contribuir a alguns aspectos teóricos do trabalho, será exposta contribuição sucinta ao conceito de espaço, para que após isso possa ser discutido o território. Então, ao se analisar o espaço pode-se caracterizá-lo como o entendimento dos indivíduos concomitante às suas experiências empíricas, é citado como “[...] a consciência do conhecimento e da prática que os homens têm dessa realidade que é denominada “espaço” ”. (Raffestin 1993, p. 6).

Portanto, a análise aqui proposta apresenta outro conceito importante, o de **território**, que deve ser entendido quanto a sua expressividade nesse conflito. Afinal, é no território que as relações sociais, políticas e econômicas são efetivadas, ele se faz essencial ao entendimento do conflito existente nessa comunidade, pois, os posseiros, ao se instalarem e se reproduzirem nesse determinado espaço, e a utilizá-lo em suas manutenções de vivências, reproduzem inevitavelmente o território. Nessa linha de raciocínio, pode-se entendê-lo segundo a seguinte afirmação:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço. (Raffestin, 1993, p. 143).

Nesse sentido, ao apresentar os posseiros da comunidade de Santa Luzia do Pacuí como atores instalados naquele espaço de disputa anteriormente aos pecuaristas, o conflito socioterritorial que tem ocorrido se dá pelas diferenciadas formas de apropriação do território, aquilo que Raffestin (1993) chama de “ação de territorializar” ou “territorialização”.

Destaca-se que a territorialização, aqui sugerida, será analisada do ponto de vista da “ação conduzida por um ator sintagmático” (o posseiro), não adentrando em direção às questões simbólicas presentes no território, pois o trabalho busca entender e discutir os aspectos relativos aos conflitos entre os atores, sem a efetiva discussão simbólica/material presente na relação com território, tal como ocorre em outros tipos de comunidades, as indígenas, remanescentes quilombolas, por exemplo.

Diante das características que permeiam as relações entre grandes produtores e posseiros, e outros tipos de atores, considera-se que estes têm sido vítimas de investidas cruéis, pois a sua resistência, frente às tentativas de controle do território por representantes do grande capital torna-se afrontosa e passível de receber respostas violentas. Nesse sentido:

Muitos massacres de indígenas e a forma violenta como são perseguidos os posseiros na história contemporânea do Brasil estão profundamente determinados pelo não reconhecimento da humanidade do índio e dos pobres do sertão, sejam posseiros, sejam trabalhadores das fazendas (Martins, 1990, p.113).

As ocorrências sistematizadas destes fatos têm sido feitas em publicações da Comissão Pastoral da Terra (CPT) desde 1985, quando iniciou a série de divulgação a partir do Caderno de Conflitos no Campo, conforme os apontamentos de Chaves (2015), que desenvolveu trabalho de análise na tríplice divisa norte de Tocantins, leste do Pará e sul do Maranhão, na região conhecida como Bico do Papagaio.

**Conflitos** são as ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção. Estes conflitos acontecem entre classes sociais, sendo produzida por insatisfação dos trabalhadores diante da ausência ou má gestão de políticos públicos, ou embate frente aos setores privados da agropecuária. (CPT, 2016, p. 15).

Nessa abordagem, é essencial compreender que o conflito, neste caso, pela terra se estabelece desde que se tem a noção do domínio, em função do privilégio às elites econômicas da sociedade moderna, evidenciando e defendendo a propriedade privada. Isso é explicado pelo fato de que a propriedade privada se tornou o pilar, deste modelo de sociedade, para garantir o poder da classe socialmente dominante. Conforme Feliciano (2015), onde o mesmo afirma que a existência dos indivíduos é condicionada ao seu patrimônio.

Mas nessa imposição, em forma de monopólio, pelos detentores do poder, ao mesmo tempo que avança, população camponesa também o faz. Não é transformação do camponês em assalariado ou o seu desaparecimento pela influência do sistema vigente, mas a sua permanência por fatores políticos, sociais e econômicos gerados pelas contradições do capitalismo, resultando no processo de reprodução do campesinato.

Neste uso contraditório do território, em suas formas causadoras de efeitos desiguais no contexto socioeconômico, evidencia-se tanto o aumento do poder capitalista quanto das populações camponesas. Esta lógica consiste na permanência dessa classe (camponesa), como forma de não aceitação do sistema capitalista de produção/ideológico, conforme as afirmações de Oliveira (2003, p. 13).

Dessa forma, são as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao Território. Logo o Território não é um *Prius* ou um *a priori*, mas, a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente contínua da natureza.

Avaliando o processo de desenvolvimento desigual e combinado, percebe-se que o sistema absorve por vezes, em suas camadas de interesse, as qualidades produtivas dos sujeitos enquanto classe social. De acordo com Oliveira (2003), nessa ação, o burguês tem se tornado latifundiário, quando não, se apropria da terra para satisfazer suas necessidades capitalistas de produzir, nesse âmbito de exploração, é inevitável que ocorra o aumento da categoria campesinato, visto sua relevância para uma melhor efetividade do processo de monopólio da terra.

Conforme a estrutura da lógica capitalista, os proprietários de terras garantem seu melhor desenvolvimento graças as condições necessárias para tal. Isto é evidenciado em Oliveira (*op. cit.*), quando o autor explica como tais mecanismos são fornecidos pelo regulador máximo de todos os sujeitos sociais, o Estado, em torno das suas políticas neoliberais.

O autor ainda explica o processo de avanço do capitalismo no campo, em sua forma de monopolizar a terra, indicando que assim como ocorre sua expansão territorialmente e submete o camponês a uma situação de assalariado, involuntariamente cria mecanismos que culminam no aumento do trabalho familiar camponês. Portanto, são formas opostas de produzir, mas correlacionadas.

É, pois, no bojo dessa articulação entre o processo de expansão desigual do trabalho assalariado no campo, e a expansão também desigual, do processo de expropriação, e o dominante processo histórico da concentração fundiária, que vamos encontrar contraditoriamente a origem dos conflitos e da luta pela terra camponesa no Brasil, com a sua marca histórica: a violência. (OLIVEIRA, 2001, p. 44).

No tocante às relações de produção, o sistema vigente, em sua forma de domínio do espaço social, econômico e político, se usa de tal poder para consolidar sua estratégia de controle e apropriação dos meios de seu interesse, por exemplo: o espaço usado, o uso de recursos naturais. Nas suas maneiras de interferência, em relação ao espaço utilizado pelo camponês, ele delimita suas áreas e níveis de atuação, é o que se denomina como: coerção extra-econômica, Oliveria (2001).

Dessa maneira, no Brasil, a questão da posse da terra sempre foi um problema desde que as elites no início de sua colonização, ainda que em um quantitativo menor de indivíduos, porém muito privilegiados pelas suas vantagens econômicas, políticas e sociais, tiveram o poder de se utilizar da porção de território que lhes mais era proveitosa, sujeitando à massa populacional menores porções do território, delimitando assim suas possibilidades de uso, ocupações de espaços favoráveis a manutenção da vida.

A exemplo pode-se lembrar que no mesmo ano (1850) que foi cessado o tráfico de escravos, as terras que não tinham destinação do poder público nem se compreendiam como propriedade particular não poderiam ser ocupadas, senão mediante a compra, observa-se isso na seguinte leitura: “[...] no mesmo ano em que cessou o tráfico de escravos africanos –1850- foi promulgada a chamada lei de terras, que proibia a livre ocupação das terras devolutas e a sua aquisição por outro meio que não fosse o de compra” (Martins, 1990, p. 104).

Os grandes detentores de terra sempre tiveram o aval do Estado, em forma de estímulo de ocupação. Nessa postura deste de defender os latifundiários, sua distribuição em território nacional abrange vastas áreas do território. Nesse contexto existe um sujeito bastante pertinente no reflexo social do campo, o grileiro. Deve-se entender a grilagem como a posse indevida de terras mediante documentação falsa e outros recursos ilícitos, o que facilita negociações desta para com latifundiários e afins, tal entendimento é contemplado da seguinte definição:

[...] O homem que assenhoreia de uma terra que não é sua, sabendo que não tem direito a ela, e através de meios escuros, suborno e falsificação de documentos, obtém finalmente os papéis oficiais que o habilitam a vender a terra a fazendeiros e empresários, (Martins, 1990, p. 104).

Para Paulino (2015), o que estimula a grilagem é a capacidade de lucro que a terra proporciona, seus beneficiários utilizam-se para essas práticas do corpo do Estado, mas também ressalta que:

[...] não é toda política fundiária que afeta os grandes proprietários, senão aquelas fundadas na destinação das terras públicas aos camponeses, já que isso desativa o mecanismo de grilagem, evitando a conversão das terras roubadas à sociedade em ativos nos bolsos de quem as roubou ou dos sucessores que permanecerão na cadeia do grilo que, por vezes, se prolongará por gerações, (Paulino, 2015, p.22).

Relembrando que na sua habilidade de exercer o domínio no que se denomina de pacto político-midiático-oligárquico, os agora ruralistas, usam do poder da mídia para escamotear os reais impactos do seu avanço territorial sobre o meio ambiente, assim como os impactos por isso causados, além de mascarar-se com o desenvolvimento sustentável, Paulino (2015).

Exemplificando, um dos agravantes para a comunidade de Santa Luzia do Pacuí é o fato de que a mídia em sua aparente negligência com as causas negativas da atividade bubalina, camufla os movimentos contra a pecuária extensiva, e ainda enfatiza um papel benéfico desses senhores, tidos como os pró-progresso.

## **DISCUSSÃO E RESULTADOS**

Santa Luzia do Pacuí é uma comunidade, descrita pela CPT (2016), na categoria de posseiros com um total (considera-se os registros de até 2016) de 200 (duzentos) famílias, tal comunidade como já mencionado vem sofrendo problemas graças ao seu conflito com os fazendeiros locais, pois os mesmos dificultam a vida de seus moradores no que se refere a sua prática mais comum e que é vital para o seu funcionamento, a pesca graças especificamente as práticas de pecuária extensiva, especificamente a criação de búfalos, pois foi a partir dessa criação que foram colocadas cercas, dificultado o acesso ao Rio Pacuí.

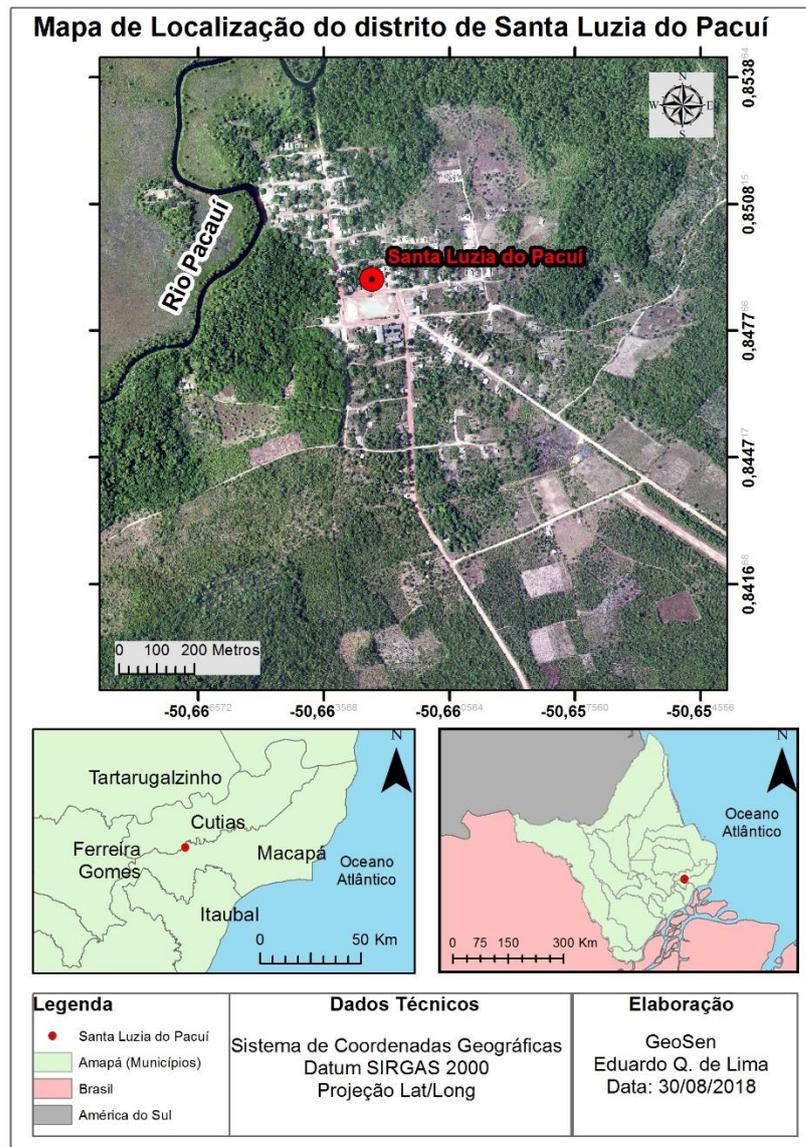
Prejudicando por isso a livre circulação dos moradores da área pelo Rio Pacuí, rumo às inúmeras comunidades. Assim foi tais ações (as dos moradores) vem sendo impedidas, graças a esse impiedoso negócio, que menospreza não só o direito à

cidadania, o de ir e vir, mas como desconsidera também a capacidade da natureza de reposição de seus recursos, Associação de Agropesca do Rio Pacuí - APACUÍ (2018)

A partir da prática extensiva de criação de Búfalos, certos impactos ambientais já são visualmente perceptíveis, como: a ocorrência de assoreamento e poluição de determinados rios, queimadas que prejudicam a fauna e a flora de desempenhar seu papel natural de fluidez e harmonia entre si. Estas informações são parte do posicionamento encontrado na carta da APACUÍ (2018).

O distrito de Santa Luzia do Pacuí, faz parte do município de Macapá, seu acesso é pela rodovia AP-070, e fica próximo ao Rio Pacuí, como o descrito no seguinte mapa:

**Mapa 1.** Localização da área de estudo



**Fonte:** Eduardo Lima (2018).

No intuito de denunciar essas práticas coercitivas que vem ocorrendo na comunidade desde 2013, ações essas ocasionadas pelos senhores latifundiários, que ao se apropriarem daquele território desconsideraram a existência dos moradores das comunidades próximas ao rio Pacuí.

Ao desconsiderar tais cidadãos, neste caso os ditos posseiros, ao lhes tirar o direito do que lhes garante alimentação, privatizando o rio, esses indivíduos ferem os direitos fundamentais do ser humano. Contribuindo com esta temática, cita-se parte da Constituição Federal, mediante o Artigo 225, Cap. IV, nas proposições sobre o Meio Ambiente observa-se a especificidade em sua imposição de que “[...] é direito de todo cidadão usufruir do meio ambiente, e seu uso coletivo [...]” garantindo melhores

condições de vida, sendo dever do Poder Público e do povo conservá-lo para as gerações de agora, e garantir seu uso para as futuras.

As continuidades de tais ações são entendidas visto o poder dos latifundiários, no caso o econômico e político que contribui para que aquelas populações permaneçam no anonimato sem qualquer efetividade contra esses senhores, um exemplo disso é uso da mídia Paulino (2015). É clara a intenção dos fazendeiros dali, de permanecer em suas atividades lucrativas que negligenciam as classes baixas e a natureza.

Leva-se em consideração o raciocínio de que se suas práticas que garantem sua alimentação são inviabilizadas os moradores dali (os que vivem da pesca etc.), são obrigados a procurar outras formas de viver (outras formas de garantir sustento) porque os homens de poder, resolveram privatizar o uso dos rios, fazendo assim com que seu espaço de articulação entre si para essas atividades comum de sobrevivência sejam neutralizadas nesse monopólio da terra que levou ao do rio.

Vê-se por isso uma discrepância, aonde os mais poderosos interferem na vida de pessoas acostumadas a viver de sua caça, sua pesca e agricultura. Pouco a pouco, mesmo o rio vai perdendo sua saúde, os peixes dali considerados um dos mais saudáveis da região, estão ficando cada vez mais sem qualidade, APACUÍ, (2018). Com o assoreamento do rio, sua navegabilidade fica prejudicada, até mesmo nos igarapés cercas foram colocadas na entrada para que as pessoas que se utilizam dos mesmos fossem impedidas de lhe usar, (APACUÍ, 2018).

Um fato interessante ao analisar o crescimento populacional da comunidade de Santa Luzia do Pacuí, é que se vê um aumento de mais de 100% das famílias em menos meia década, CPT (2018), tal acontecimento é entendido como um processo de luta contra o sistema capitalista, contra sua ordem da prática de monopolização da terra. Esse fato é explicado pois no Brasil o aumento dos números de posseiros, que é dado principalmente entre 1970 e 1985, é uma maneira que eles procuram para não se sujeitar e de se impor as várias formas de controle do sistema vigente, Oliveira (2001).

As populações ribeirinhas em sua automanutenção se apropriam da economia verde<sup>90</sup> como forma dessa regulação. Suas atividades mais comuns são a agricultura de derrubada e queima, extrativismo, caça e pesca, contudo, essas atividades vêm sendo prejudicadas por intensas atividades pecuárias e agricultura primária, APACUÍ (2018).

---

<sup>90</sup> Uma economia verde pode ser considerada como tendo baixa emissão de carbono, é eficiente em seu uso de recursos e socialmente inclusiva PNUMA (2011, p 2.).

No quadro dessas Comunidades, encontra-se Santa Luzia do Pacuí, localizada a margem do Rio Pacuí, onde tem seus conflitos por terra datados a partir de 2013, onde inicialmente envolviam 75 (setenta e cinco) famílias de posseiros, CPT (2013) e em 2016 tem um registro de 200 (duzentas) famílias envolvidas, CPT (2016).

Tais mazelas tornam-se agravadas quando se sabe que são mascaradas pelos poderes públicos, que se utilizam da mídia (como já dito) como forma de manobra da massa, vedando-a dos problemas sociais que ocorreram e ocorrem em um recorte espaço-temporal grande. Escondendo assim os conflitos, no caso, por terra, dando assim pouca visibilidade e com isso quase ou nenhuma credibilidade, é claro que isso é um problema antigo e sempre pouco mostrado, deve lembrar do século passado quando:

“[...] em 1971, quando a situação ainda não era muito grave, um levantamento feito junto a doze federações de trabalhadores agrícolas (correspondendo, pois, mais da metade dos Estados brasileiros) indicou a existência de quase quinhentos conflitos por posse da terra, dos quais menos 8% foram noticiados pela imprensa no Rio de Janeiro e de São Paulo (Martins, 1990, p.105).

Nessa perspectiva analisa-se que o conflito existente em Santa Luzia do Pacuí é dado porque os direitos dos cidadãos dali de poder exercer suas atividades de vivência são neutralizados pelo poder dos fazendeiros daquela região. No que concerne a esses direitos humanos, deve-se entender que a “[...]conquista ou a agressão aos direitos humanos é situação integrante das várias condições de vida dos trabalhadores e trabalhadoras da terra e de suas organizações nos espaços em que atuam [...]” (CPT, 20126, p. 13). Isso significa dizer que os conflitos fazem parte historicamente de suas práticas.

A vida comum dos camponeses que vivem em Santa Luzia do Pacuí, em sua economia verde<sup>1</sup>, em maior parte dedicada a atividade da pesca vem sofrendo grandes alterações, pois tanto sua capacidade de uso dos recursos naturais em sua localidade assim como o seu direito de exercer o direito de ir e vir onde não se deveria ter a mão da iniciativa privada foi e é prejudicado, assim:

A economia verde das comunidades ribeirinhas do Rio Pacuí baseia-se na agricultura de derrubada e queima, no extrativismo, na caça e na pesca, mas atualmente o avanço da pecuária e a agricultura primária vem trazendo degradações ambientais, principalmente na mata ciliar, resultando na perda de plantas

endêmicas e de origem peculiar, sendo algumas ainda desconhecidas. A fauna também está sendo debilitada e a economia do pescado teve uma grande recaída no que tange ao estoque natural e na qualidade dos peixes do rio. Espécies como pirarucu, tambaqui, acará, dourada e o pacú, são quase inexistentes. (Associação de Agropesca do Rio Pacuí - APACUÍ, 2018, p.1).

O processo de coerção pelos fazendeiros daquela localidade para a aquelas pessoas, prejudica suas práticas harmoniosas de vivência, visto que suas possibilidades de produção são diminuídas pelo abuso de poder desses senhores das terras, o que é feito através da violência. Ao mesmo tempo que essas práticas são feitas, eles utilizam da mídia colaboradora de suas ações, demonstrando apenas seu caráter de desenvolvimento econômico como progresso para o quadro social, o que é de fato (e infelizmente) comum na sociedade brasileira:

[...] até aqueles que são incentivadores da violência, para fazer valer seu poder ilegítimo, por exemplo, os latifundiários/grileiros da UDR - União Democrática Ruralista -, ao mesmo tempo em que atuam no campo fazendo aumentar a violência, atuam decididamente também nas cidades, fazendo seu *marketing* político e suas manifestações. Aliás, mandam e/ou ameaçam matar no campo e na cidade, trabalhadores do campo ou suas lideranças nas cidades. (OLIVEIRA, 2001, p. 27).

Ao se observar os incisos V e VII, do parágrafo primeiro, do art. 225, Cap. IV, do meio ambiente que dizem a respeito do dever do Poder Público, constata-se que o mesmo deve controlar o emprego de técnicas que comprometam a qualidade de vida e o meio ambiente, assim como proteger a fauna e flora, proibindo práticas que comprometam sua função ecológica respectivamente.

Um das formas de coerção citadas pelos moradores de Santa Luzia do Pacuí, é a violência a eles imposta, tal ato objetiva lhes calar evitando com que hajam denúncias. Tal forma de expressar domínio se reduz há uma característica primitiva e ainda muito usada de exercer poder, Porto-Gonçalves (2015) considera a violência como uma construção social e política, específicas de sociedades atrasadas que permanecem utilizáveis ao longo do tempo.

Tais formas coercitivas de imposição são justificadas para a manutenção da classe burguesa, segundo Feliciano (2015, p.125) “[...] é a construção histórica de um discurso para a manutenção de uma classe social”.

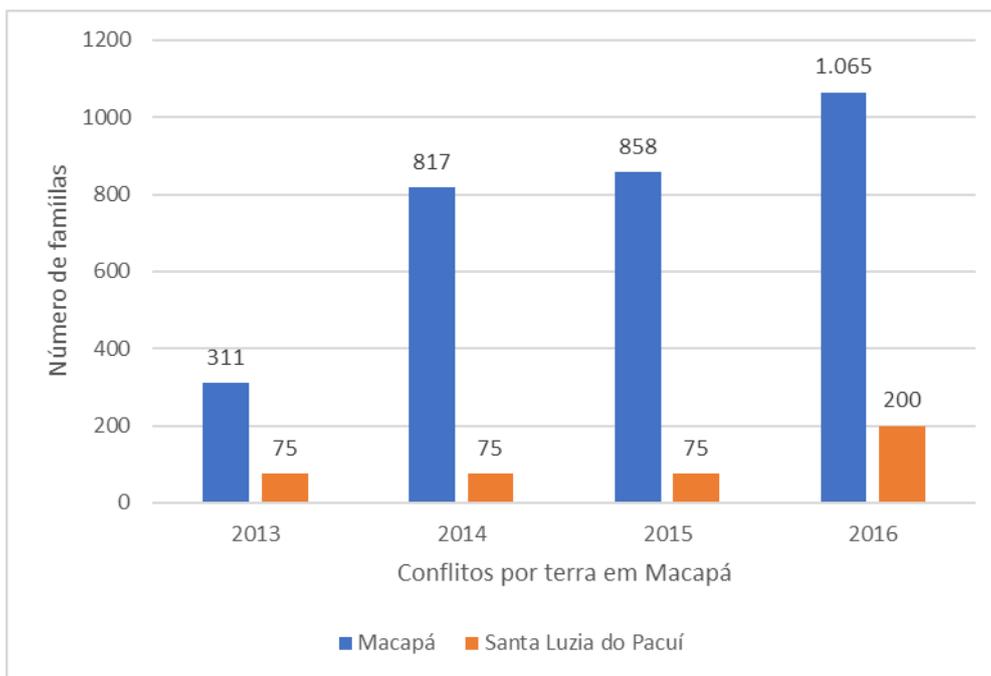
A postura do desenvolvimento agrário no Brasil inevitavelmente se relaciona (comumente em desfavor) com os movimentos sociais, especificamente os camponeses, é nesse sentido que se pode falar que o aumento do agronegócio e pecuária extensiva é diretamente proporcional ao aumento de conflitos sociais. Quando se analisa sua implantação e efetivação, deixa-se claro que para isso se faz necessário o uso de extensas áreas que vez ou outra estão ocupadas por comunidades e ou que compreendem algum bioma.

Em Santa Luzia do Pacuí, a atividade bubalina além de promover uma exclusão dos posseiros em relação às suas atividades econômicas, principalmente a pesca, geram problemas de impactos ambientais. Tais implicações sociais e ambientais são conhecidas em sua comumente e maior parte apenas pelos moradores dali. É nos privilégios dos poucos senhores com seus melhores bens e melhores serviços que se pode evidenciar as maiores desigualdades existentes.

No corpo desigual e induzido da sociedade, o maior número de indivíduos possui as menores rendas. Considerando que os serviços oferecidos a essa dita massa são necessariamente concentrados em zonas urbanas, subentende-se que as manutenções das zonas rurais, pelo menos no caso do estado do Amapá é no mínimo precária. A oferta de trabalho é reduzida, como se vê o caso das comunidades, a exemplo tem-se Santa Luzia do Pacuí, onde a estrutura política e social e econômica não lhes favorece uma melhor manutenção em suas vivências.

No gráfico (1) a seguir, se apresenta o número de conflitos por terra de 2013 a 2016. Destaca-se a seguinte observação: Não há registros do número de famílias dos conflitos em 2013 de: APA da fazendinha, Bonito da Pedreira, Ramal do Abacate/Km 34/EFA, Retiro Boa Vista e Sítio Petry. Em 2014 de: Bonito da pedreira, Santo Antônio da Pedreira e Sítio Petry. Em 2015 de: Bonito da pedreira e Sítio Petry/APA do Curiaú.

**Gráfico 1.** Conflitos por terra na cidade de Macapá no período 2013 a 2016.



**Fonte:** CPT, 2013, 2014, 2015, 2016. Org.: Os autores.

A partir do Gráfico 1, também, é possível perceber que o conflito em Santa Luzia do Pacuí apresenta forte crescimento do número de famílias, e isto tende a refletir, conseqüentemente, maior dimensão do conflito, pois os novos (125) sujeitos envolvidos nas disputas territoriais com os bubalinocultores, certamente, estarão participando da mesma forma que os outros (75) nas reivindicações do direito de acesso aos recursos naturais da área.

A comunidade de Santa Luzia do Pacuí quando analisada sob esse quadro de conflitos por terra em Macapá, baseado nos registros da Comissão Pastoral da Terra a partir de 2013, quando se iniciaram os conflitos em Santa Luzia do Pacuí, teve do referido ano a 2015 envolvidas 75 famílias, até o ano de 2015.

Nesse primeiro ano vê-se que existiam um total de 17 conflitos (dezessete) distribuídos em Macapá, envolvendo 311 (trezentos e onze) famílias, em 2014 somavam-se um todo de 13 (treze) conflitos abarcando 817 (oitocentos e dezessete) famílias, em 2015 foram registrados 12 (doze) conflitos envolvendo 858 (oitocentos e cinquenta e oito) famílias e em 2016 com número de 10 (dez) conflitos com um todo de 1.065 famílias, sendo que dessas, 200 eram da comunidade estudada, isso representa uma crescimento de mais 100% em famílias envolvidas.

Dentro da realidade encontrada pelos posseiros na atual contemporaneidade, em teoria civilizada, o indivíduo dessa classe é pouco visível política e socialmente e se

encontra sob o domínio dos grandes senhores latifundiários. Tal compreensão deste possessor que é um camponês em seu pouco valor aos olhos do poder público e privado é dada pela seguinte leitura:

O campesinato, uma categoria esquecida, espúria, em processo de diferenciação social, em direção a uma das classes polares do capitalismo, era o sinônimo do atraso, da fragilidade a noção de ineficiência econômica, técnica, resultante do seu tradicionalismo e aversão ao risco. Esse quadro amplo do lugar dos camponeses na sociedade de classes parecia definir a sorte desses habitantes do campo: a pouca visibilidade, uma morte constantemente anunciada, embora adiada, a condição de ameaçados, economicamente, socialmente, politicamente, (Clifford et.al, 2009, p. 23).

Afinal, toda prática contrária ao desenvolvimento é incoerente, pois, vai em desencontro ao progresso, mas não se considera nem as implicações desse desenvolvimento no aspecto social e nem no ambiental. Vidas são desconsideradas, em prol de um avanço econômico que por vezes nem mesmo culmina em algum significativo retorno para a população como um todo.

Deve-se salientar que além de coibir práticas de sustento daqueles posseiros, ao poluir o rio devido a atividade bubalina, eles prejudicam a qualidade da água e posteriormente dos peixes daquela região. Os efeitos desastrosos dessas atividades impactam tanto os moradores dali em sua vivência colaborativa entre si quanto o potencial de produção da natureza. E isso se matem muito porque as ações contra essas práticas são quase que inexistentes.

Por entender que as relações sociais e ambientais, harmonizadas, reproduzem melhor qualidade de vida, e compreendem o uso consciente do espaço geográfico para a manutenção da vida é necessário, como dito no Art. 225, do Capítulo IV, do Meio Ambiente da Constituição Federal. Vê-se que essa interação entre o homem e a natureza, a quando abordada no aspecto econômico ainda é uma problemática, que se traduz comumente em fracasso.

O homem geralmente negligencia a capacidade de produção da natureza e ao se considerar os diferentes grupos tenha-se sempre em vista que os mais poderosos tendem a negligenciar as relações e sua influência com o menos providos de qualidades econômicas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Utilizando-se das dimensões da CPT (2016) das quais considera essenciais ao seu melhor desenvolvimento: Ética, política, pedagógica, histórica e científica, enfatiza-se as abordagens deste trabalho, é imprescindível a permanência de estudos favoráveis a denúncias contra qualquer forma de injustiça social fala-se por isso da ética. Nessa perspectiva a política quando sob o viés do estado é no mínimo deficiente em sua função, a de garantir estabilidade ao povo. É na ordem pedagógica que estudos referentes a essas mazelas devem tornar o cidadão consciente de sua realidade.

Esses registros devem ser feitos como lembranças e como bandeiras de lutas. É claro que é a ciência o grande responsável por sistematizar e com isso evoluir no intuito de registrar e por orientar os trabalhadores em suas lutas CPT (*op. cit.*).

A comunidade de Santa Luzia do Pacuí necessita ser acompanhada. Neste caso, é necessário que a pesquisa continue sendo desenvolvida, e os principais dados trabalhados neste trabalho possam contribuir no sentido de mostrar as dimensões que este tem tomado enquanto conflito, auxiliando no também sendo um instrumento de “dar voz à comunidade”, afinal, sua reprodução tem sido ameaçada pelo uso extensivo dos criadores de búfalos.

Os primeiros objetivos da presente pesquisa são considerados alcançados. No entanto, frisa-se que mais instrumentos de pesquisa devem ser desenvolvidos, para que se haja maior consistência e atualização das condições dos moradores da comunidade, tal como visitas de campo, aplicação de formulários e conversas informais com os membros da comunidade e pecuaristas.

Este trabalho encontra-se em fase inicial e foi desenvolvido no Laboratório de Geografia Agrária e Urbana, da Universidade Federal do Amapá. As atividades em torno da temática continuarão ocorrendo e espera-se que as demandas da comunidade possam ser acompanhadas e fortalecidas com os trabalhos de pesquisa, tornando este conflito mais debatido no meio acadêmico, mas, principalmente, nos debates sociais.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DE AGROPESCA DO RIO PACUÍ. **Carta aberta dos pesquisadores e agricultores da região do Rio Pacuí**. Distrito de Santa Luzia do Pacuí, 2018, p. 1.

Brasil. [Constituição (1988) ] **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas

pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. Acesso em: 25/08/2018 disponível em: <[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf)>

CHAVES, P. R. **REBELDIA E BARBÁRIE: Conflitos socioterritoriais na região do Bico do Papagaio**. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/producaoacademica/article/download/3951/11444/>> Acesso em: 20 de agosto de 2018.

CLIFFORD, Andrew, Welch, MALAGODI, Edgard, CALVANTI, Josefa, Salete, Barbosa e WANDERLEY, Maria, Nazareth, b (Orgs). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**, v.1. São Paulo: Editora UNESP, Brasília ,DF: Núcleo de Estudos agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

Conflitos no Campo – Brasil 2013 [Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Flávio Lazzarin [Goiânia]: CPT Nacional – Brasil, 2013.

\_\_\_\_\_. Brasil 2014 [Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Edmundo Rodrigues Costa[Goiânia]: CPT Nacional – Brasil, 2014.

\_\_\_\_\_. Brasil 2015 [Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Thiago Valentim Pinto Andrade - Goiânia]: CPT Nacional – Brasil, 2015.

\_\_\_\_\_. Brasil 2016 [Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Thiago Valentim Pinto Andrade - Goiânia]: CPT Nacional – Brasil, 2016, p13, 15.

MARTINS, José, Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. 4ª edição. Petrópolis: Vozes, 1990, p. 103, 104, 105, 113.

MIDITIERO, Marco, Antonio Junior; GARCIA, Maria, Franco (Orgs.). **A questão agrária no século XXI: escalas, dinâmicas e conflitos territoriais**. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

FELICIANO, Carlos, Alberto. Estado, apropriação e concentração de terra e poder: da propriedade como direito natural ao questionamento da função social da terra. In: \_\_\_\_\_ (Orgs). **A questão agrária no século XXI: escalas, dinâmicas e conflitos territoriais**. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

PAULINO, Eliane, Tomiasi. Questão agrária: lutas, conflitos territoriais e contradições sócias no mundo do século XXI. In: \_\_\_\_\_ (Orgs.). **A questão agrária no século XXI: escalas, dinâmicas e conflitos territoriais**. São Paulo: Outras Expressões, 2015, p. 22.

PORTO-GONÇALVES, Carlos, Walter. Espaço e poder em questão: uma perspectiva desde a subalternidade. In: \_\_\_\_\_ (Orgs.). **A questão agrária no século XXI: escalas, dinâmicas e conflitos territoriais**. São Paulo: Outras Expressões, 2015

OLIVEIRA, Ariovaldo, Umbelino. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2001, p. 27, 4427, 44. Disponível em:  
<[Http://www.mediafire.com/file/c9g2t2drbz7ly5q/OLIVEIRA%2C+Ariovaldo+Umbelino+de.+A+AGRICULTURA+CAMPONESA+NO+BRASIL.rar](http://www.mediafire.com/file/c9g2t2drbz7ly5q/OLIVEIRA%2C+Ariovaldo+Umbelino+de.+A+AGRICULTURA+CAMPONESA+NO+BRASIL.rar)>

OLIVEIRA, Ariovaldo, Umbelino: **GEOGRAFIA AGRÁRIA**: perspectiva no início do Século XXI, 2003, p. 13. Disponível em:  
<https://pt.scribd.com/doc/25346227/Perspectivas-Da-Geografia-Agraria-22> Acesso em: 07 de agosto de 2018

PNUMA, 2011, Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza – Síntese para Tomadores de Decisão, [www.unep.org/greeneconomy](http://www.unep.org/greeneconomy)

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática S.A, 1993 p. 6, 143.

## O URBANO E O RURAL NO BRASIL SETECENTISTA: O Caso do Recôncavo Baiano.

*Adriano Bittencourt Andrade*  
Ministério da Defesa, Colégio Militar de Brasília  
abittandrade@hotmail.com

### RESUMO

Esse artigo, com base nos paradigmas da Geografia Histórica, faz uma análise da incipiente rede urbana no Recôncavo baiano setecentista a partir das conexões entre os núcleos urbanos locais (a cidade de Salvador – cabeça de ponte – e as cinco vilas interiores) e os longos termos que compunham o campo daquela vasta região colonial. Além de tratar da escala regional, faz foco na vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira. Assim avalia as principais nuances que articulavam o nascente núcleo urbano e o entorno rural.

**Palavras-chaves:** Recôncavo baiano. Século XVIII. Rede urbana. Entorno rural.

### INTRODUÇÃO

O tema *história do urbano e das cidades* guarda grande relevância, especialmente na abordagem da dinâmica sócio-espacial das formações urbanas coloniais brasileiras, não como fato isolado com destaque exclusivo na implantação, mas como entendimento do urbano como processo dinâmico movimentado pela ação de agentes diversos na produção do espaço e a sua relação com o absorvente entorno rural (eram poucas e pequenas vilas com imensos termos e sertões inexplorados). Ele tem absorvido os estudos de um número significativo de pesquisadores na contemporaneidade. No caso brasileiro as publicações dos três primeiros quartéis do século XX — Holanda, 1936; Deffontaines, 1938; Monbeig, 1941; Azevedo, 1956; Smith, 1958; Santos, 1968<sup>i</sup> dentre outros — tratavam, sob diversos enfoques (sociológico, geográfico, histórico, econômico, arquitetônico/urbanístico), das nucleações pregressas no ato da sua implantação e/ou como catalogações do pretense espaço urbano nacional. Só na segunda metade do mesmo século, trabalhos precursores como o de Reis Filho (1968) e outros mais desmistificaram a lógica preponderante nos estudos das cidades coloniais e inauguraram uma análise que enfoca a dinâmica territorial e, especialmente para as décadas de 1980 e 1990, os interesses e ações concretas na conformação do espaço urbano e no debate epistemológico sobre uma nova história do urbano e das cidades brasileiras<sup>ii</sup>, demandando preocupações contemporâneas com a revelação de um passado pouco estudado e analisado, estimulando a busca documental de eventos que podem ser resgatados na pesquisa primária e que tendem a apresentar o espaço do presente sob outras perspectivas.

Neste artigo, com base nos paradigmas da Geografia Histórica, faz-se uma análise da incipiente rede urbana no Recôncavo baiano setecentista a partir das conexões entre os núcleos urbanos locais (a cidade de Salvador – cabeça de ponte – e as cinco vilas interiores) e os longos termos que compunham o campo daquela vasta região colonial. Apesar do trato na escala regional, faz-se uma análise mais acurada na vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira avaliando as principais nuances que articulavam o nascente núcleo urbano e o entorno rural. Trabalha-se, aqui, com a noção de que os processos sócio-espaciais se materializam em formas concretas que resistem ao tempo, nesse sentido, a observação e análise das formas pretéritas, a exemplo dos centros históricos, caminhos e estruturas produtivas regionais permitem uma avaliação, na atualidade, do espaço construído. Utiliza-se de fontes primárias (documentos e mapas históricos).

O artigo está, metodologicamente, fragmentado em cinco seções internas: a primeira que traz dados sobre o fato urbano no Brasil colonial e o qualifica; a segunda apresenta, à luz de fontes secundárias, a região em análise com a formação da incipiente rede urbana; a terceira apresenta a principal vila interior, fundada no ano de 1697, a Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira; a quarta seção trata dos agentes de produção daquele espaço regional e a última apresenta os indícios de fluxos que movimentavam a rede interna e externamente.

Considera fundamentalmente que o entendimento sobre os primórdios das relações e configurações territoriais do rural e do urbano no Brasil possibilitam lançar flechas interpretativas para a nossa história territorial e alcançar ganchos explicativos para cenários hodiernos.

## 1 O FATO URBANO NO BRASIL COLONIAL

Na análise precursora que faz sobre a implantação das cidades coloniais no Brasil, não obstante as críticas cabíveis com uma excessiva preocupação com o traçado urbano e com a morfologia na implantação das cidades, o historiador Sérgio Buarque de Holanda, no clássico livro *Raízes do Brasil*, apresenta elementos significativos para pensar o urbano no contexto colonial, a exemplo de uma clara diferença entre o rural e núcleos urbanos (HOLANDA, 1995, p.88), ao que Silva, Leão e Silva (1989, p.34-35 e 64), tratando do espaço baiano, aprofundam, informando que “as comunidades urbanas antecedem às rurais”, pois aquelas eram fundadas com o objetivo de organizar o povoamento do território além de “centralizar a administração através do controle das

áreas sob suas jurisdições e secundariamente prover os serviços religiosos e jurídicos à população que se ruralizava”, o mesmo texto ainda precisa que, devido à lógica comandada pela produção agro-exportadora, havia uma “intensa ruralização da população, sobretudo no Recôncavo”. Essas referências clarificam um contexto regional que determinava clara função produtiva no campo e administrativa, de defesa e religiosa nos ajuntamentos urbanos que se formavam. Em outros termos, possivelmente, o que Holanda (1995, p. 89) chamou de “ditadura dos domínios rurais”, se referindo ao controle das relações de poder e produção com os senhores de engenho, estando a própria construção das vilas, em larga escala, vinculada a estes agentes. Reis Filho (1968, p.184), não obstante as divergências com a análise de Sérgio B. de Holanda sobre as cidades coloniais, também revela esta dependência dos primeiros núcleos urbanos para com a produção rural quando afirma, em tom conclusivo, que “a rede urbana que se instala tem em vista exclusivamente o amparo às atividades da agricultura de exportação. Constitui parte daqueles serviços que devem ser fornecidos, para permitir o funcionamento do sistema”.

A concentração da produção no campo e a sua maior importância econômica para a Coroa parece inegável para o Brasil colonial, entretanto a idéia de “desleixo” na urbanização impetrada pelos colonizadores portugueses derivando daí uma excessiva espontaneidade no “brotar” e desenvolver das cidades, como induz a pensar Holanda (1995), faz parte de um mito histórico que parece, a partir da pesquisa histórica, com destaque a Nestor Goulart Reis Filho, ter sido desmistificado. Lançando o olhar sobre o Recôncavo é pouco provável que as principais nodalidades locais, no momento de maior produção de riqueza da Colônia, pudessem contar com o descaso da Coroa. Mesmo considerando que a sua implantação não seguiu a um traçado urbano racionalista<sup>iii</sup>, nos padrões das cidades de mesmo período de colonização hispânica e mesmo das “Cidades Reais” do Brasil (ABREU, 2002, p.152), é plausível acreditar que as suas funções intra e interurbanas estivessem definidas segundo interesses da Coroa no domínio e usufruto daquela região.

Nesse sentido, apesar do mínimo controle com a fundação dos centros pequenos, confirma-se uma lógica política na formação das nucleações urbanas e que, no período colonial, havia um claro comando produtivo no campo sendo as vilas do entorno necessárias ocupações de cunho administrativo, defensivo e portuário, “praticamente desprovidos”, conforme Reis Filho (1968, p. 185) de “vida permanente”, especialmente no início da ocupação. Pessoa (1999, p.80) ratifica esse entendimento, acrescentando

que, mesmo os pequenos centros urbanos, da região açucareira, das minas e os estratégicos à ocupação do território obedeciam a “uma série de regras funcionais que definem singularidades capazes de caracterizar os tecidos urbanos coloniais”. Ou seja, entendia-se a importância dessas nucleações para a ocupação e uso do território, entretanto isso não se transformava em norma urbanística, da mesma forma, o saber urbanístico português era um tanto mais “frouxo” quanto menor (em tamanho e/ou importância) a formação urbana. Havia uma aproximação paisagística muito mais por hábitos, métodos de construção e experiências na urbanização que pela determinância de um modelo.

Ainda sobre a importância do fato urbano para a colonização do Brasil, Pessoa (1999, p.72), tratando dos principais processos de urbanização afirma que “ao longo do litoral do Nordeste e no Recôncavo Baiano, uma rede de pequenas vilas implantadas sobre colinas garantiam a segurança e o controle português sobre o importante território agrícola”. Entretanto, especificamente para o caso do Recôncavo baiano, não há consenso entre os pesquisadores sobre a dimensão do fenômeno urbano no início do referido século. Milton Santos, tratando da urbanização pretérita no Brasil argumenta que:

É a partir do século XVIII que a urbanização se desenvolve e “a casa da cidade orna-se a residência mais importante do fazendeiro ou do senhor de engenho, que só vai à sua propriedade rural no momento do corte e da moenda da cana” (R. Bastide, 1978, p.56). Mas foi necessário ainda mais um século para que a urbanização atingisse sua maturidade, no século XIX, e ainda mais um século para adquirir as características com as quais a conhecemos hoje. (SANTOS, 2005, p.21-22).

Abreu (2002, p.150) corrobora com esta idéia de uma urbanização setecentista quando afirma que diversos trabalhos tem comprovado “a existência, principalmente a partir do século XVIII, de uma extensa rede de abastecimento no mercado interno, comandada sobretudo pelos grandes comerciantes urbanos da colônia (os chamados ‘negociantes de grosso trato’). Como se vê, há uma relativa concordância com a existência e importância do fato urbano no século XVIII, porém não há uma revelação explícita da sua dimensão e localização. Nesse sentido Nestor Goulart Reis Filho procura precisar, ainda que tratando genericamente do território brasileiro, quando escreve que um processo de urbanismo e urbanização mais denso, genericamente, só se deu na segunda metade do século XVIII, período pombalino, com a criação, em maior escala, de uma população urbana permanente. Antes disso, é enfático quando afirma que

Não havia portanto condições para uma economia urbana. Vilas e cidades tinham papéis eminentemente administrativos. Não havia trocas urbano-

rurais. Mas havia, inegavelmente, trocas entre a retaguarda rural, que era a Colônia, e os mercados urbanos europeus. Através das vilas e cidades, a Coroa exercia controle sobre o processo de colonização. [...] vilas e cidades eram um ponto de apoio e um meio de controle da colonização. Os núcleos urbanos antecederam ao campo. (REIS FILHO, 1998, p.489 e p.491).

Apesar da concordância com o autor, acredita-se que, em áreas mais densas, a exemplo do Recôncavo baiano, formações urbanas com mais de mil habitantes, além de edifícios suntuosos, não eram tão autônomas, dependiam de relações reticuladas com povoados, outras vilas e cidades e produziam, ainda que em pequena escala, uma vida e economia tipicamente urbana com a oferta de serviços além da administração e defesa do território. André Antonil, no alvorecer do século XVIII, confirma este entendimento da existência de um mercado urbano relatando que

Não somente a cidade, mas a maior parte dos moradores do recôncavo mais abundantes se sustentam nos dias não proibidos da carne do açougue, e da que se vende nas freguesias e vilas, e que comumente os negros, que são um número muito grande nas cidades vivem de fressuras, bofes e tripas, sangue e mais fato das reses, e que no sertão mais alto a carne e o leite é o ordinário mantimento de todos (ANTONIL, 1976, p.201).

Se para o início do século há controvérsias acerca da integração do fenômeno urbano na região do Recôncavo, para o final do mesmo século há consenso em diversos escritos, a exemplo de Mattoso (2004), que sugere vida e dinâmica urbana conduzidas politicamente pelos Senhores de Engenhos que possuíam moradia dupla, e de Vilhena (1969), professor de língua grega em Salvador, escreve em 1802 as “Cartas a Filopono, crônicas do acontecer cotidiano, da sociedade e da economia da Bahia ao final do século XVIII”, um relato precioso que encerra os setecentos e sustenta uma dinâmica realidade urbana para o Recôncavo baiano, especialmente no Volume 1, Capítulo 5 (Agricultura) e no Volume 2, Capítulos 9, 12 e 13 (Justiça, Igreja e Recôncavo, respectivamente).

Confirmando a consolidação da importância e integração em rede de cidades e vilas no século XVIII, em artigo que faz revisão da literatura sobre as cidades coloniais brasileira, Fridman (2005), trata do fato urbano como instrumento decisivo na ocupação e uso do território e finaliza o seu texto afirmando que

Além de os engenhos e fazendas localizarem-se nos termos, até mesmo por questões práticas de defesa e de transporte, tanto cidade [SIC!] quanto campo se interpenetravam e se definiam como um único *locus* funcional, para atender aos interesses da metrópole. Os caminhos abertos entre as diversas unidades produtivas podem ser reveladores desse contínuo, e devem ser incluídos naquela reavaliação. A rede urbana brasileira do período pede um estudo para além da identificação dos sítios escolhidos para pontos nodais, articuladores das regiões, pois aquela continuidade

requalificaria o entendimento do espaço colonial como sendo, por definição, urbano. (FRIDMAN, 2005, p.68).

## 2 O RECÔNCAVO BAIANO SETECENTISTA

A opulência do Recôncavo baiano no período colonial é destacado por diversos autores, dentre eles: Santos (1960), Azevedo (1982), Silva, Leão e Silva (1989), Jancsó (1996), Brandão (1997), Araújo (2000). A importância da região é revelada sob diversas nuances: (1) econômica, com produtividade intensa e altamente valorizada por mais de dois séculos para o mercado externo — especialmente com os derivados da lavoura canavieira e fumageira —, mas também para a subsistência dos núcleos locais e, destacadamente, de Salvador; (2) política, como rede fluviomarítima e de articulação com a capital e interiorização para os sertões e minas da colônia, conforme orienta Amado (1995); (3) sociocultural, haja vista a especificidade de uma região com intenso uso da mão-de-obra escrava com longa duração e conseqüente predominância de negros descendentes formando a amálgama cultural que, se não é uniforme, é determinante no perfil para um imaginário local.

Trabalhos que tratam de Salvador também fazem referência ao Recôncavo, a exemplo de Azevedo (1969) informa sobre a dependência produtiva e alimentar daquela cidade em relação a este, o autor também traz importantes dados sobre a demografia histórica da cidade e região (AZEVEDO, 1969, p.180-200). Mattoso (1992, Capítulo 3 — “O Recôncavo”) também ratifica a importância do Recôncavo para a cidade da Bahia mas o texto que traz prioriza a configuração física deste.

O Recôncavo é citado em relatos e escritos diversos de tempos pretéritos que o confirmam como área produtora e abastecedora, visceralmente ligada ao porto e cidade de Salvador e, daí com toda a rede colonial portuguesa. Sousa (1987), em obra de grande valor histórico, revela a ocupação inicial (final do século XVI) do território brasileiro, especificamente da Bahia e seu Recôncavo. O autor percebe que a ocupação era basicamente litorânea e as primeiras linhas de interiorização se davam pelos caminhos fluviais, entretanto, pouco ultrapassando o limite navegável, indica que no entorno da baía de Todos os Santos, possivelmente a área mais povoada ao lado de Pernambuco, havia 36 engenhos em funcionamento com comercialização de 120 mil arrobas açúcar ao ano além de 62 igrejas e três mosteiros em 16 freguesias, o que demonstra já o uso comercial da produção local, além da vasta área produtora que escoava diretamente para o porto de Salvador. As primeiras vilas (Jaguaripe e

Cachoeira, 1697 e 1698, respectivamente) da região só iriam ser elevadas um século após o texto do autor, junto a povoações de antigos engenhos e igrejas conforme afirma Tavares (2001).

Antonil (1976), em relato do início do século XVIII (1711) sobre a estrutura sócio-econômica espacial do Brasil de então, já no primeiro volume, trata com riqueza de detalhes, dos elementos constitutivos, direta ou indiretamente, da economia e dinâmica do Recôncavo baiano: o açúcar, o tabaco, as minas de ouro e o gado. O autor estabelece uma criteriosa relação de custos do açúcar (p.141-143), e do tabaco – com referência ao porto de Cachoeira – (p.158), além de “traçar” caminhos com relativa precisão da cidade da Bahia para as minas (p.186-187) e das áreas de produção, deslocamento e consumo de gado e derivados dos sertões para as áreas povoadas do litoral, com destaque a Salvador e seu Recôncavo (p.199-201). Mais recentemente, Freire (1998), em vários trechos do seu livro, reconhece a centralidade de Cachoeira como “porta” para os sertões e minas, como vila estratégica de ocupação e contato com o território ermo.

Talvez a referência mais enfática à região, devido à sua centralidade para o período colonial como área produtora da cana-de-açúcar, esteja no estudo do americano Stuart B. Schwartz, quando escreve que:

Excetuando-se Iguape, na região de Cachoeira, São Francisco [do Conde], Santo Amaro e as paróquias em suas intermediações foram o coração do Recôncavo açucareiro e o berço da sociedade dos engenhos. [...] O Recôncavo conferiu a Salvador sua existência econômica e estimulou a colonização e o desenvolvimento do sertão; seus senhores de engenho dominaram a vida social e política da capitania por toda a sua história. Falar da Bahia era falar do Recôncavo, e este foi sempre sinônimo de engenhos, açúcar e escravos. [...] Por mais de três séculos, o ciclo da safra [da cana] marcou o ritmo da vida no Recôncavo. (SCHWARTZ, 1988, p. 90, 94 e 120).

Uma confirmação da importância da região na estruturação da rede que permitiria a ocupação e uso do território colonial pela Coroa portuguesa. O entorno da baía de Todos os Santos compunha, com a cidade-capital na ponta da península, um conjunto integrado e interligado de povoações, vilas e cidade que possibilitaram o estabelecimento, por mais de dois séculos, de lavouras voltadas à exportação, de caminhos que permitiram a interiorização da colonização, mas também, de uma dinâmica rede interna onde circulavam mercadorias e pessoas.

### 3 A VILA DE NOSSA SENHORA DO PORTO DA CACHOEIRA

Da fragmentação administrativa inicial em onze municípios originários do território que viria a se constituir o Estado da Bahia (SEI, 2003), surge o embrião da atual cidade de Cachoeira, desmembrada da capitania da “Bahia de Todos os Santos”. Inicialmente foi estabelecida como freguesia (recorte territorial eclesiástico) em 1674 e elevada, por ordem régia, a vila (Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira) em 1698, sendo emancipada a cidade em 1837 com o título de Heróica Cidade de Cachoeira, segundo registro no Plano Diretor Urbano (CACHOEIRA, 2003), o povoamento inicial teria acontecido a partir de 1559 com entradas que levaram à morte de índios e estabelecimento dos primeiros engenhos de açúcar na área. Apesar das controvérsias acerca de quais foram as primeiras edificações no local, Tavares (2001, p.155) é enfático quando precisa que a Vila de Cachoeira “originou-se do povoado à margem esquerda do rio Paraguaçu, em terras de Gaspar Rodrigues Adorno”, o autor ainda trata brevemente da centralidade futura que adquiriria aquele povoado quando escreve que “ganhou enorme importância no século XVIII, por causa de sua condição de centro comercial de uma região que incluía o rio Iguape e era passagem para vilas e povoados dos sertões do rio São Francisco”.

Ainda que haja dúvidas sobre os primeiros engenhos, parece seguro afirmar que a escolha do sítio marcava o último ponto navegável contínuo à jusante do Rio Paraguaçu, tendo no obstáculo físico da “Cachoeira” de Pedra do Cavalo o limite topográfico que impunha outras formas de deslocamento (caminhos de burros e, posteriormente, trilhos) fundamentais para a função central de núcleo articulador que viria a exercer o porto de Cachoeira, unindo os caminhos do sertão e das Minas, bem como a significativa produção canavieira e fumageira do entorno com o porto exportador de Salvador. Diferentemente das “Cidades Reais” a preocupação com a defesa se dava por conta de inimigos internos (índios), daí que não haja informações sobre fortificações militares no sítio urbano, no caso de Cachoeira há registro (ARNIZÁU, 1998, p. 33) de dois fortes (desde 1648!) na margem do rio Paraguaçu próxima à barra, ou seja, no acesso à rota comercial fluvial, o que denota a preocupação da Coroa com o sistema em rede que se estabelecia.

Acredita-se que determinante função comercial de Cachoeira obliterou as demais na produção das primeiras construções urbanas, estando, a maior parte delas, ligadas ao porto e aos caminhos que por onde seguiam os fluxos da/para a nucleação. A própria determinação do sítio, entre a serra do Timborá e o rio Paraguaçu, com a serra de Muritiba na margem direita, era uma decorrência da acessibilidade e destino comercial

como também das outras possibilidades que a proximidade do rio permitia (abastecimento, deslocamento e tração, por exemplo). A preocupação defensiva e (visibilidade e proteção) não foi de todo esquecida, visto que a mancha matriz, engenho e capela de Nossa Senhora do Rosário (hoje capela d'Ajuda) foram implantados numa breve elevação junto ao rio, também uma necessidade para se resguardar das periódicas cheias do Paraguaçu.

Alguns autores se detiveram mais precisamente no estudo desta vila colonial, dentre os quais, ressalta-se o inventário do patrimônio de Azevedo (1982) que se constitui num rico registro de 74 monumentos cadastrados para o Recôncavo, com destaque à Cachoeira, o que possibilita fazer, a partir dos dados referenciados para cada item, um mapeamento detalhado da ocupação da região à luz das formas que resistem. Também Simas Filho (1973) recupera documentos históricos na compilação dos Termos de Arrematação de Obras da Cachoeira – 1758/1781 – certamente uma grande contribuição para o entendimento da dinâmica urbana da Vila de Cachoeira no meado dos setecentos. Através da leitura de Termos que demonstram a ação regular da Câmara, é possível identificar elementos do cotidiano e da própria conformação espacial desta centralidade do Recôncavo.

#### 4 OS AGENTES DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO

O referencial artigo de Vasconcelos (1997), com criterioso levantamento bibliográfico, faz um esforço de identificar, respeitando as peculiaridades do urbano para o período colonial, os agentes modeladores das cidades brasileiras. Faz-se entretanto duas ressalvas: primeiro a de que o autor aborda, conforme indica o título, a realidade das cidades, não considerando as nuances dos mesmos agentes na ação em outras formações urbanas menores, ainda mais as que estavam determinantemente dependentes da ocupação produtiva do entorno rural; segundo, a necessidade de nomear, segundo a realidade local, os agentes genéricos por ele perfilados.

Nesse sentido, de forma mais específica à realidade das formações urbanas do Recôncavo baiano setecentista, avalia-se aqui a ação dos seguintes agentes de produção do espaço: a Coroa portuguesa e as suas ramificações como poder central, a Igreja, as ordens leigas, os senhores de engenhos, os comerciantes, os escravos urbanos e rurais, os militares e os roceiros, além da população urbana permanente que permanece imprecisa para aquelas povoações.

Em relação à ação da *Coroa portuguesa* na configuração urbana do Brasil colonial, poder-se-ia retomar a discussão sobre espontaneidade/regularidade da urbanização portuguesa, entretanto este tema já foi amplamente discutido em diversos trabalhos, a exemplo de Reis Filho (1968 e 2001), Santos (1968), Azevedo (1998) e Jucá (2007) com diferentes enfoques e escalas de abordagem. Desta forma, tem-se como interesse principal neste artigo indicar uma ação mais focada da Coroa e suas ramificações, especificamente o papel das Câmaras municipais, nos núcleos da rede urbana do Recôncavo baiano, para isto as contribuições de Vasconcelos (1997) e Marx (1991 e 1999) são fundamentais para o entendimento da dinâmica urbana estabelecida/regulada por comunicações hierárquicas dentro do poder do Estado ou entre cidadãos e a Coroa.

No tocante à ação da *Igreja e Ordens Leigas*, acresce-se às contribuições de Vasconcelos (1997) e Marx (1991 e 1999) o clássico “Nosso chão: do sagrado ao profano” (MARX, 1989) e, mais próximo da realidade empírica do Recôncavo, mas tratando da cidade-capital no século XIX, a dissertação de Costa (1989) que apresenta dados primários sobre a ação dos beneditinos na expansão/regulação urbana de Salvador. Fridman (1998), apesar de trabalhar com a realidade do Rio de Janeiro, faz coro aos trabalhos de Murilo Max na identificação das estratégias de ação da Igreja como um fundamental agente de formação do espaço colonial brasileiro. No caso do Recôncavo, juntamente com os Engenhos (iniciativa pública/privada), a Igreja foi responsável pelo povoamento e disciplina no uso do solo. Em outro trabalho mais abrangente (FRIDMAN e RAMOS, 1992) a autora historiciza genericamente e esclarece como que regularmente a propriedade fundiária foi distribuída e organizada pela elite colonial até a contemporaneidade. Mais uma vez enfatiza a participação da Igreja na posse e ocupação da terra.

Da mesma forma, Sá (2001), em capítulo de um livro que decorre de uma reunião entre pesquisadores brasileiros e portugueses com intuito de revisar a historiografia comum destes dois países, aborda a constituição e função social das Misericórdias na formação dos espaços urbanos no Brasil colonial. Apesar de genérico, a autora identifica um dos importantes agentes na estruturação do espaço social de vilas e cidades, também atuante em Cachoeira e outras formações do Recôncavo baiano.

Com foco em Cachoeira, Ott (1978), trata de um evento puntiforme — a fundação e sucessivas obras de ampliação e embelezamento da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Cachoeira — que revela, à luz de documentos primários, a combinação de

agentes privados (proprietário fundiário e senhor de engenho), Estado (Coroa e Governo Geral) e religiosos na ocupação/povoamento e uso da colônia, especialmente na densa área do Recôncavo.

Os *senhores de engenhos* são contemplados em várias obras dado à sua condição central na estruturação do espaço da opulenta lavoura canvieira no Brasil colonial, dentre estes trabalhos, perfilam-se o de Ferlini (2003) que traz em “Terra, trabalho e poder” uma minuciosa análise da estrutura física ao funcionamento e relações sociais que envolvia os Engenhos de açúcar no período colonial. A principal contribuição é o entendimento de que estes empreendimentos privados foram precursores no povoamento e uso do território, especificamente, no caso do Recôncavo. A autora estabelece diversos diálogos com Schwartz (1988) para formular gráficos e análises quando escreve sobre as conjunturas coloniais e economia açucareira.

Azevedo (1990) que com o livro “Arquitetura do Açúcar” aborda temática que se aproxima têmporo-espacialmente do foco do estudo aqui proposto, entretanto revela muito mais uma importante configuração e dinâmica do interior dos engenhos do açúcar do que a entendimento mais amplo da região ou dos “contatos” entre estes engenhos e áreas consumidoras-produtoras. A autora é enfática quando trata da importância desses agentes, informando que

A grande propriedade açucareira escravista fundamentou durante três séculos a exploração colonial do Brasil. Forma adequada aos interesses da Coroa Portuguesa, podia satisfazer às necessidades fiscais do Reino, ordenar-se à dinâmica mercantil e garantir a ocupação e defesa do território. (AZEVEDO, 1990, p.345).

Ott (1996), em livro de dois volumes — “Povoamento do Recôncavo pelos Engenhos 1536-1888” —, fruto de extensa pesquisa documental, revela com minúcias a ação dos Senhores de Engenhos e sua articulação com Igreja e Corte para a ocupação e uso das terras do Recôncavo baiano. Contribuição inestimável a ser cartografada e analisada em conjunto com o entendimento da ação dos demais agentes na configuração urbana dos núcleos de povoamento, mas também na estruturação da rede que se formou.

A ação dos *comerciantes* certamente ficará mais precisa na seção que segue quando apresenta-se a análise sobre o mercado e a produção do Recôncavo baiano, entretanto ratifica-se aqui a importância deste agente, prioritariamente urbano, como articulador fundamental da rede que se estabeleceu. Lastreada em documentos primários, Nascimento (1977) dá um papel central ao comerciante como agente de colonização da Bahia. Neste trabalho há a confirmação de trocas no interior da colônia

através de uma rede de formações urbanas, ainda não estudada. Destaque à tabela de carregações da Bahia ao final da obra, onde há a configuração do fluxo, neste caso de uma rede internacional, também articulada com a rede do Recôncavo através do fornecimento de mercadorias e consumo de produção para exportação, especialmente açúcar, fumo, cachaça e farinha de mandioca.

Alguns trabalhos são emblemáticos ao tratar a vida dos *escravos* no Brasil, a exemplo de Mattoso, (1988), mais geral no tempo e no espaço e Costa, (1989), mais específico da realidade de Salvador do século XIX, entretanto, não se tem explícito como se dava a relação entre escravos e espaço urbano/rural no Recôncavo Colonial. Onde ficavam e como viviam os negros urbanos? Como se sustentava a escravidão em dominâncias rurais com maioria absoluta de negros? Como que os fluxos de negros escravos impactaram concretamente na realidade urbana das principais formações urbanas do Recôncavo? Apesar dos avanços da pesquisa primária em Andrade (2013), essas e outras questões ainda carecem de respostas e novas contribuições. Nessa lacuna, algumas afirmações, por vezes polêmicas, continuam a ser apresentadas, como a de Schwartz (1998, p.121) que afirma que “a escravidão na grande lavoura mostrou-se menos rígida do que seus estudiosos muitas vezes a descreveram”.

Em todo caso existem algumas obras que tratam do escravo com agente social de produção do espaço e que são amplamente referenciadas em vários estudos, como o livro de Verger (2002), Schwartz (1988 e 2001) e Neves (2002), entretanto, assim como os anteriores, nenhum deles retrata a vida dos escravos nas pequenas vilas em regiões de densa produção rural (açúcar e fumo, no caso do Recôncavo), priorizando a análise do escravo rural – do labor na lavoura, dos engenhos e das atividades domésticas – ou do escravo urbano com foco nas maiores cidades.

Gomes (1990), no pequeno artigo “Escravidão e cidade”, ainda que trate da realidade urbana de Salvador no século XIX, pontua diferenças significativas entre o escravismo urbano e rural e ainda dá pistas sobre as estratégias de produção do espaço por escravos e ex-escravos no meio urbano. Da mesma forma, serve como orientação metodológica o escrito de Costa (1998) em artigo que aborda as nuances do trabalho e vida do escravo na cidade de Salvador. A indicação de uma diferenciação em relação à organização do trabalho no mundo rural reforça a questão sobre como se dava esta relação nas pequenas vilas do Recôncavo organizadas em função da produção para a exportação e da articulação portuária com Salvador. O trabalho da autora além de ser

uma orientação para este tipo de pesquisa reforça lacuna a ler compreendida sobre os escravos como agentes de produção do espaço urbano.

Um terceiro trabalho nesta mesma linha é o de Vasconcelos (1992) que, também centrado na Salvador do século XIX, trata de forma didática das especificidades do trabalho do negro escravo e liberto no meio urbano. Uma catalogação criteriosa que pode ajudar e ser enriquecida na identificação das ocupações destes agentes nas formações urbanas menores do Recôncavo. Acrescente-se a esta obra o recente artigo sobre segregação espacial (VASCONCELOS, 2004) onde o autor faz uma ampla revisão sobre o tema e desmistifica o uso abusivo do termo para a realidade brasileira onde, segundo o autor, especialmente no meio urbano, houve muito mais espaços de exclusão que de segregação.

Os *militares*, que formavam um corpo efetivo de população urbana, assim como os funcionários públicos e os comerciantes, são pouco indicados nos estudos sobre as cidades coloniais, no caso específico do Recôncavo, conforme mencionado alhures, a preocupação com a defesa, explicitamente, se realizou em obras militares pouco suntuosas na desembocadura dos rios, principais canais de acesso ao interior do território, clara exceção à cidade de Salvador. Por outro lado, havia na região tropas regulares que caracterizavam a ordem pública e que servem de pistas para a dinâmica urbana que se reproduzia, notadamente no século XVIII. Reis Filho (1998, p.493) corrobora com este entendimento quando, caracterizando a urbanização e decorrentes movimentos sociais que teriam se dado na segunda metade dos setecentos, afirma que “foram transferidas tropas regulares portuguesas para as principais vilas e cidades e reforçados os quadros administrativos. Criava-se assim pela primeira vez uma infraestrutura urbana, em escala até então inexistente”.

Vilhena dá notícias, ao final do século XVIII, da existência de capitão-mor das ordenanças e milícias nas principais vilas do Recôncavo baiano. Relata a existência para a defesa e ordem da região de duas fortificações (uma em Itaparica outra na foz do Paraguaçu), uma companhia de artilheiros, muitas companhias de ordenanças, um regimento de cavalaria auxiliar, um terço de infantaria auxiliar, um regimento de milícias. O autor não mapeia ou precisa a localização exata destas forças, apenas a área de atuação, também imprecisa é a indicação de “muitas” companhias.

Sobre *os roceiros e pequenos produtores*, destaca-se o livro “Escravos, roceiros e rebeldes” de Schwartz (2001) onde o autor se aproxima de uma realidade regional e dá indícios de uma rede de abastecimento do Recôncavo formada por pequenos

proprietários, ex-escravos e escravos rebeldes, denominada de “brecha camponesa” – lacuna na sociedade escravocrata colonial pouco estudada pelos historiadores, porém fundamental para a subsistência do sistema: “O setor rural fornecia a base de abastecimento que permitia a expansão da agricultura escravocrata de exportação e o crescimento dos centros urbanos” (SCHWARTZ, 2001, p.138-139). Uma das “chaves” para o entendimento de articulação entre as áreas consumidoras (povoamentos e vilas) do Recôncavo baiano, para além da rede hierárquica do império português da qual a região também fazia parte. É possível verificar também o papel destes agentes fundamentais na estruturação de feiras livres nos povoamentos da região com a observação dos estudos sobre tabaco e farinha de mandioca, normalmente empreitados por pequenos proprietários e com um número mais reduzido de mão-de-obra, especialmente se comparados com a lavoura canavieira.

## 5 A PRODUÇÃO E O MERCADO

Conforme sugerido no texto acima, o entendimento dos fluxos que circulavam pela rede possibilita esclarecer a própria idéia dos fixos que se estabeleceram para viabilizar produção, deslocamento e consumo. Assim, resgata-se aqui a função do produtor, do comerciante e do consumidor na estruturação dos espaços da rede urbana do Recôncavo setecentista.

De uma forma geral, há trabalhos de fôlego sobre a produção açucareira e fumageira, entretanto, até onde se tem conhecimento, não foram encontrados escritos que revelem a dinâmica da subsistência e mesmo, apesar das recorrentes referências, da estruturação de feiras livres para as vilas coloniais da região.

Sobre a lavoura canavieira, merece destaque o livro de Schwartz (1988) onde se desvela a sociedade açucareira do período colonial com grande destaque aos Engenhos (do Recôncavo) baianos. O autor apresenta análises à luz de farta documentação, mas com carência de imagens e cartografia para a época, exceto pelo cartograma (SCHWARTZ, 1988, p.344) que mostra a propriedade da terra ao longo do rio Jacuípe. O livro trata da lógica econômica que sustentou por três séculos a sociedade brasileira, especificamente a baiana, e também aprofunda o foco na dinâmica interna dos engenhos e na vida dos escravos, entretanto, pouco trata do Recôncavo como região, não apresentando, nesta importante obra, os caminhos internos e as articulações entre área produtora e vilas. Formula-se com esta e outras obras, um consenso de uma centralidade macrocefálica de Salvador em detrimento às vilas e demais formações urbanas do

Recôncavo. Schwartz trata em diversas passagens do texto da venda do excedente nos “mercados locais”, além do desenvolvimento de outras atividades, nos breves momentos de folga dos escravos, que se davam em meio urbano, a exemplo do associativismo em Irmandades. O autor sustenta que, devido à priorização das terras para a cultura de exportação, o abastecimento, notadamente de farinha de mandioca, para Salvador e Recôncavo era feito pelo Recôncavo Sul, com destaque para Maragogipe, Jaguaripe e Cairú. Schwartz ainda afirma que

a criação de um mercado de abastecimento em consequência do crescimento induzido pela exportação suscita sérias questões sobre a natureza isolada da economia agrícola e deve levar a um exame mais profundo das ligações internas dentro da economia colonial. (SCHWARTZ, 1988, p.169).

Azevedo (1990), no capítulo “Economia açucareira” faz esforço para recuperar o entendimento sobre a dinâmica da lavoura canavieira no período colonial que pode ser utilizado para uma periodização. Na conclusão a autora tenta responder por que nos períodos de maior depressão da lavoura açucareira acontecem os grandes beneficiamentos arquitetônicos nos engenhos do Recôncavo, indicando o caminho de outras economias que “conviviam” com a cana, a exemplo do fumo, da mandioca e das funções comerciais-urbanas de Cachoeira que tinha nos Senhores de Engenhos os seus agentes principais.

Com foco na produção fumageira, Nardi (1996), juntamente com o trabalho de Verger (2002) e os relatos de Antonil (1976) e Vilhena (1969), traça um perfil bastante preciso da importância, espacialização e fluxos relacionados à lavoura do tabaco no Recôncavo baiano. O autor ratifica “os campos de Cachoeira” como a área de maior e melhor produção fumageira do Brasil colonial, apresenta uma periodização a partir da lógica comercial do fumo brasileiro e, apoiado no Arquivo Municipal de Cachoeira, constrói uma tabela (NARDI, 1996, p.37) com a distribuição de fazendas de fumo por freguesias. O livro apresenta um rico cenário global entretanto não aprofunda a análise na dinâmica espacial local, permanecendo como uma lacuna questões sobre a articulação dos produtores com os portos exportadores, abastecimento e trocas entre áreas de produção e vilas do entorno, por exemplo.

Verger (2002) apresenta uma importante obra para o entendimento da sociedade colonial quando faz um extenso estudo sobre o período escravocrata com foco nas relações estabelecidas na Bahia. Este trabalho interessa especialmente para o estudo aqui proposto por apresentar escritos sobre o tabaco, sobre a configuração da Bahia no

século XVIII e início do século XIX, além do foco central da obra: as relações entre negros, inicialmente escravos, e a sociedade urbana/rural baiana. Verger indica centralidade da produção do tabaco (notadamente o fumo de terceira categoria – o refugo ou soca) nos campos de Cachoeira para o lucrativo tráfico de escravos com a Costa da Mina, caracterizando uma articulação global (dentro da lógica do Império Português) do Recôncavo baiano, ainda que à luz de uma produção rural.

Escrevendo sobre a produção para o abastecimento e subsistência da cidade de Salvador e sua região, especificamente sobre a produção da farinha de mandioca, Sousa (2001) tenta ocupar a lacuna de um estudo mais aprofundado como os feitos para o açúcar (Schwartz, 1988) e fumo (Nardi, 1996). A autora trata de estratégias do poder local (Câmara de Salvador) para viabilizar o contínuo abastecimento de farinha, carne e sal. Além da identificação de normas reguladoras e das áreas de produção, há uma clara indicação de caminhos internos para o escoamento da produção, às vezes distante dos mercados portuários, entretanto, não é indicado no estudo, mesmo por não ser o objetivo principal, a necessidade de abastecimento das vilas e engenhos do Recôncavo, nem sempre autônomas (ver Schwartz, 2001) dado à prevalência da produção de cana e tabaco.

Também Mattoso (2004), com um recorte temporal no século XIX, trata da produção e mercado na Bahia com análise de dados que recuam até 1750, merece destaque as tabelas e gráficos com oscilação de preços e produtos vendidos no porto de Salvador ao final do século XVIII e o texto do capítulo “Bahia opulenta: uma capital portuguesa no Novo Mundo (1549-1763)” onde a autora ratifica as lacunas de conhecimento sobre a Bahia e o Recôncavo colonial. Um reforço à necessidade de estudos sobre a rede urbana já estruturada neste período.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse escrito que tem como recorte espacial o Recôncavo baiano, sua rede urbana no século XVIII, e a nucleação de Cachoeira, percebe-se que a análise da produção das principais formações urbanas da região, com avaliação da dinâmica sócio-espacial pode possibilitar a própria revisão da urbanização brasileira em centros menores, sua relação com o dominante (física, demográfica e economicamente) entorno rural e estabelecer novas “leituras” para a própria compreensão de uma outra história urbana sob novas temporalidades e enfoques ainda não abordados.

Ratifica-se que, não obstante a concordância com Reis Filho (1968) sobre a existência de uma política urbanizadora portuguesa para a Colônia, é relevante notar que as similaridades regionais (ocupação pretérita, sítio, inserção produtiva na lógica colonizadora, acessibilidade) produziram dinâmicas próprias na evolução das formações urbanas do Brasil colonial, especialmente nos centros menores das diversas regiões brasileiras. Os agentes atuantes e os interesses e formas de produção do espaço atendiam às dominâncias regionais, assim, acredita-se que a produção urbana do Recôncavo baiano, conforme argumentação já apresentada nesse texto, indica uma caracterização regional própria da dinâmica ali estabelecida no período colonial e, até por isso, uma peculiaridade na formação urbanística brasileira que merece um olhar crítico e aprofundado.

O texto aqui posto trás ao debate questões primordiais sobre a nossa história territorial, como sobre o que era o “urbano” para aquele(s) tempo(s) e espaço(s)? Quais as dimensões físicas e simbólicas desse “urbano”? E, notadamente para a discussão neste evento, quais as relações sociais e econômicas entre as nascentes vilas e cidades e o absorvente entorno rural.

Fez-se como opção metodológica para enfrentar essas e outras questões decorrentes, uma abordagem a cinco grupos interdependentes de temas (o fato urbano no Brasil colonial; a incipiente rede urbana do Recôncavo baiano setecentista; a Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira; a identificação dos agentes de produção daquele espaço regional e a os indícios de fluxos que movimentavam a rede interna e externamente) a partir da indicação de algumas fontes primárias e, principalmente, do debate renovado sobre o olhar de trabalhos que direta ou indiretamente trataram da mais povoada região do Estado da Bahia, de ocupação contínua mais antiga do Brasil e por onde se estruturou, por três séculos, lavouras que abasteceram e sustentaram economicamente a capital colonial.

Mais uma vez, certifica-se que as formas urbanas que possuem relativa inércia espacial são elementos fundamentais para o estudo de centros históricos e articulação em redes urbanas e seus longos termos, entretanto, especialmente para o caso do Recôncavo, o suntuoso passado colonial guarda proporcionalmente, conforme apresenta Azevedo (1982), poucas formas antigas, muitas delas em estado avançado de depredação e outras refuncionalizadas, nesse sentido, ganha em importância a necessidade de recorrer a outros instrumentos (documentos, iconografia, etc) para analisar a dinâmica pretérita da região e a partir desse enfrentamento, lançar flechas

interpretativas sobre o entendimento acerca das relações campo/cidade no Brasil colonial. Esse foi o exercício aqui desenvolvido com a expectativa de continuidade do debate e amadurecimento dessa temática fundamental à compreensão da própria dinâmica do território brasileiro.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Adriano Bittencourt. **O outro lado da Baía**. A gênese de uma rede urbana colonial. Salvador: EDUFBA, 2013.

ABREU, Maurício de A. Pensando a cidade no Brasil do Passado. In: CASTRO, I. E. de.; GOMES, P. C. da C. & CORRÊA, R. L. (orgs.) **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p.145-184.

AMADO, Janaína. **Região, Sertão, Nação**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Vol. 8, n.15, 1995, p.145-151.

ANTONIL, André João [João Antônio ANDREONI]. **Cultura e Opulência do Brasil**, por suas drogas e minas. 2ª ed. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1976. Texto confrontado com o da edição de 1711.

ARAÚJO, Ubiratan C. de. A baía de Todos os Santos: um sistema geo-histórico resistente. In: **Revista Bahia Análise e Dados**. Vol. 9, nº. 4. Salvador: SEI, março/2000, p. 10-23.

ARNIZÁU, José de A. e. **Memória topográfica**, histórica, comercial e política da Vila da Cachoeira da Província da Bahia. Salvador: Fundação Maria América da Cruz / Instituto Histórico e Geográfico da Bahia / Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1998.

AZEVEDO, Aroldo de. **Vilas e cidade do Brasil colonial**; ensaio de geografia urbana retrospectiva. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, USP, Boletim nº. 208, 1956.

AZEVEDO, Esterzilda Berenstein de. **Arquitetura do Açúcar**. São Paulo: Nobel, 1990.

AZEVEDO, Paulo Ormino David de (Coord.). **Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia**. Salvador: Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo da Bahia, 1978/1982. Versão em CD-ROM.

AZEVEDO, Paulo Ormino David de. Urbanismo de traçado regular nos dois primeiros séculos da colonização brasileira — origens. In: CARITA, Helder & ARAÚJO, Renata (coord.). **Coletânea de estudos**. Universo urbanístico português 1415 – 1822. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p. 39-71.

AZEVEDO, Thales de. **Povoamento da Cidade de Salvador**. 3ª ed. Salvador: Itapuã, 1969.

BRANDÃO, Maria de A. Propriedade e uso da terra na periferia norte do Recôncavo açucareiro; aspectos de história recente. In: **Revista Planejamento**. Volume IV, nº. 01. Salvador: SEPLANTEC/CPE, Jan./Mar. 1976, p. 5-28.

BRANDÃO, Maria de A. (org.) **Recôncavo da Bahia**. Sociedade e economia em transição. Salvador: Academia de Letras da Bahia / Universidade Federal da Bahia, 1997.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **Introdução ao estudo da evolução urbana** (Plano urbanístico de Cachoeira). Convênio IPHAN-UFBA. Salvador: Universidade Federal da Bahia / Centro de Estudos da Arquitetura na Bahia, 1976.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **Introdução ao estudo da evolução urbana de Cachoeira-Ba**. Cachoeira nos séculos XVI a XVIII. Convênio IPHAN-UFBA. v.1. Salvador: Universidade Federal da Bahia / Centro de Estudos da Arquitetura na Bahia, 1979.

CACHOEIRA. **Plano Diretor Urbano com abrangência municipal**. 8 volumes. PCL Projetos e Consultoria Ltda. Cachoeira, 2003, impresso.

COSTA, Ana de L. Ribeiro da. **EKABÓ!** Trabalho escravo, condições de moradia e reordenamento urbano em Salvador no século XIX. Dissertação de Mestrado, FAUFBA, 1989.

COSTA, Ana de Lourdes R. da. Espaços negros em Salvador no século XIX. In: PADILHA, Nino (org.). **Cidade e Urbanismo**: história, teorias e práticas. Salvador: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo/FAUFBA, 1998, p. 138-150.

DEFFONTAINES, Pierre. Como se constituiu no Brasil a rede das cidades. In: **Revista Cidades**. Textos Clássicos. Vol. 1, nº. 1. Presidente Prudente: Grupo de estudos urbanos, 2004, p. 119-146.

DELSON, Roberta Marx. **Novas vilas para o Brasil - Colônia**: planejamento espacial e social no Século XVIII. Trad. Ver. Fernando de Vasconcelos Pinto. Brasília: Ed. ALVA-CIORD, 1997.

FERLINI, Vera. **Terra, trabalho e poder**: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial. Coleção História. Bauru/SP: EDUSC, 2003.

FERNANDES, Ana e GOMES, Marco Aurélio A. de F. (orgs.). **Cidade & História**. Salvador: UFBA/Faculdade de Arquitetura. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo; ANPUR, 1992.

FREIRE, Felisbello. **História territorial do Brazil**. (Bahia, Sergipe e Espírito Santo). Ed. fac-similar. v.1. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo; Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1998.

FRIDMAN, Fania. A propriedade santa: o patrimônio territorial da Ordem de São Bento na Cidade do Rio de Janeiro. In: PADILHA, Nino (org.). **Cidade e Urbanismo: história, teorias e práticas**. Salvador: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo/FAUFBA, 1998, p. 113-137.

FRIDMAN, Fania. Breve história do debate sobre a cidade colonial brasileira. In: PINHEIRO, Eloísa P. & GOMES, Marco Aurélio A. de F. (orgs.) **A cidade como história**. Os arquitetos e a historiografia da cidade e do urbanismo. Salvador: EDUFBA/PPG-AU/FAUFBA, 2005, p. 43-72.

FRIDMAN, Fania & RAMOS, Carlos Alexandre. A história da propriedade da terra no Brasil. In: FERNANDES, Ana e GOMES, Marco Aurélio A. de F. (orgs.). **Cidade & História**. Salvador: UFBA/Faculdade de Arquitetura. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo; ANPUR, 1992, p. 187-196.

GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras. Escravidão e cidade: notas sobre a ocupação da periferia de Salvador no século XIX. In: **Revista de Arquitetura e Urbanismo**. Salvador: Universidade Federal da Bahia / Faculdade de Arquitetura / Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, v. 3, n.4/5, 1990, p.9-19.

HOLANDA, Sérgio B. de. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JANCSÓ, István. **Na Bahia, contra o Império**. História do ensaio de sedição de 1798. São Paulo / Salvador: Hucitec / Edufba, 1996.

JUCÁ, Clóvis Ramiro. **A urbanização do Ceará Setecentista**. As vilas de N. Sra. Da Expectação do Iço e Santa Cruz do Aracati. Dissertação de Mestrado, FAUFBA, 2007.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia Século XIX: Uma Província no Império**. 2ªed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Da revolução dos Alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX: itinerário de uma historiadora**. Salvador: Corrupio, 2004.

MAX, Murilo. **Nosso chão: do sagrado ao profano**. São Paulo: EDUSP, 1989.

MAX, Murilo. **Cidade no Brasil, terra de quem?** São Paulo: Nobel / EDUSP, 1991.

MAX, Murilo. **Cidade no Brasil, em que termos?** São Paulo: Studio Nobel, 1999.

MONBEIG, Pierre. O estudo geográfico das cidades. In: **Revista Cidades**. Textos Clássicos. v. 1, n. 2. Presidente Prudente: Grupo de estudos urbanos, 2004, p.277-314.

NARDI, Jean Baptiste. **O fumo brasileiro no período colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. **“Letras de Risco” e “Carregações” no comércio colonial da Bahia 1660-1730.** n.78. Salvador: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 1977.

NEVES, Maria de Fátima Rodrigues das. **Documentos sobre a escravidão no Brasil.** 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2002.

OTT, Carlos. **História da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Cachoeira.** n.82. Salvador: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 1978.

OTT, Carlos. **O povoamento do recôncavo baiano pelos engenhos 1536-1888.** Salvador: Bigraf, 1996, v. 1.

PADILHA, Nino (org.). **Cidade e Urbanismo: história, teorias e práticas.** Salvador: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo/FAUFBA, 1998.

PESSÔA, José. **Em tudo semelhante, em nada parecido.** Modelos e modos de urbanização na América Portuguesa. Revista Oceanos. Lisboa: Comissão Nacional dos descobrimentos, 1999, p. 71-81.

PINHEIRO, Eloísa P. & GOMES, Marco Aurélio A. de F. (orgs.) **A cidade como história.** Os arquitetos e a historiografia da cidade e do urbanismo. Salvador: EDUFBA/PPG-AU/FAUFBA, 2005.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720).** São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1968.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Notas sobre o urbanismo no Brasil. Primeira parte: período colonial. In: CARITA, Helder & ARAÚJO, Renata (coord.). **Coletânea de estudos.** Universo urbanístico português 1415 – 1822. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998, p. 483-506.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial.** São Paulo, EDUSP/Imprensa Oficial do Estado, 2001.

SÁ, Isabel dos Guimarães. A história religiosa em Portugal e no Brasil: algumas perspectivas (séculos XVI-XVIII). In: ARRUDA, José Jobson & FONSECA, Luís Adão da (orgs.). **Brasil – Portugal: História, agenda para o milênio.** Bauru/SP: EDUSC; São Paulo: FAPESP; Portugal: ICCTI, 2001, Cap. 2.

SANTOS, Milton. **A Rede Urbana do Recôncavo.** Salvador: Imprensa Oficial da Bahia e Universidade Federal da Bahia, 1960.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** 5ª ed. São Paulo: EDUSP, 2005.

SANTOS, Paulo F. **Formação de Cidades no Brasil Colonial.** Coimbra: V Colóquio Internacional de Estudos Luso-brasileiros, 1968.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835.** Trad. Laura T. Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Trad. Jussara Simões. Bauru/SP: EDUSC, 2001.

SEI (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia). **Evolução territorial e administrativa do Estado da Bahia**: Um breve histórico. Salvador: SEI, 2003, CD Room.

SILVA, S. B. de M. e; LEÃO, S. de O.; SILVA, B. C. N. **Urbanização e metropolização no Estado da Bahia**. Evolução e dinâmica. Salvador: EDUFBA, 1989.

SIMAS FILHO, Américo (Org.). **Termos de Arrematação de Obras da Cachoeira – 1758/1781**. Estudos Baianos. n. 08. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1973.

SMITH, Robert C. **Urbanismo colonial no Brasil**. Bem Estar (1), fev-mar, 1958.

SOUSA, Avanete Pereira. O pão nosso nas normas de cada dia: o poder local e abastecimento (Salvador – século XVIII). In: **Anais do 4º Congresso de História da Bahia**. 27 de setembro a 1º de outubro de 1999. v.1. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; Fundação Gregório de Matos, 2001, p.499-512.

SOUSA, Gabriel Soares. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. 5.ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília:INL, 1987.

TAVARES, Luís H. Dias. **História da Bahia**. São Paulo: UNESP / Salvador: EDUFBA, 2001.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. O trabalho irregular urbano: escravidão e República. In: FERNANDES, Ana e GOMES, Marco Aurélio A. de F. (orgs.). **Cidade & História**. Salvador: UFBA/Faculdade de Arquitetura. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo; ANPUR, 1992, p. 247-256.

VASCONCELOS, P. de A. Os agentes modeladores das cidades brasileiras no período colonial. In: CASTRO, I. E. de.; GOMES, P. C. da C. & CORRÊA, R. L. (orgs.) **Explorações Geográficas**: percursos no fim do Século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 247-278.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. A aplicação do conceito de segregação residencial ao contexto brasileiro na longa duração. In: **Revista Cidades**. v. 1, n. 2. Presidente Prudente: Grupo de estudos urbanos, 2004, p.259-274.

VERGER, Pierre. **Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX**. Trad. Tasso Gadzanis. 4ª ed. rev. Salvador: Corrupio, 2002.

VILHENA, Luis dos Santos. **A Bahia no Século XVIII**. v. 1. Salvador: Editora Itapuã, 1969.

---

<sup>i</sup> As datas indicadas referem-se à primeira edição das respectivas publicações.

<sup>ii</sup> Coletâneas como os livros organizados por Fernandes e Gomes (1992), Padilha (1998) e Pinheiro e Gomes (2005) revelam a preocupação de diversos autores distribuídos por vários institutos de pesquisa pelo Brasil e no exterior à luz de novas perspectivas para a história das cidades para além da ordem cronológica universal.

<sup>iii</sup> Tavares (2001, p.155) afirma que as vilas do Recôncavo se originaram “da feira semanal armada em torno da primitiva capela do engenho” e/ou de povoados que se estruturavam nesses locais comercialmente estratégicos e, normalmente, associados ao domínio de um ou mais engenhos. Este parecer ratifica a idéia de que, no Recôncavo baiano, as formações urbanas coloniais, não obstante a sua importância, tiveram a sua origem distante de um traçado urbanístico planejado em estilo espanhol ou mesmo português.